

SUJEITO, HISTÓRIA E IDEOLOGIA

II JORNADA DE ESTUDOS DO DISCURSO

TEXTOS COMPLETOS

Organização

Débora Massmann
Helson da Silva Sobrinho
Emmyle Bruna Arcoverde Araujo
Jhucyane Pires Rodrigues
John Kevin Lopes de Araújo da Silva
Juliane de Souza Miranda
Martin Ramalho de Freitas Leão Rego



SUJEITO, HISTÓRIA E IDEOLOGIA
II JORNADA DE ESTUDOS DO DISCURSO
TEXTOS COMPLETOS

Organização

Débora Massmann
Helson da Silva Sobrinho
Emmyle Bruna Arcoverde Araujo
Jhucyane Pires Rodrigues
John Kevin Lopes de Araújo da Silva
Juliane de Souza Miranda
Martin Ramalho de Freitas Leão Rego



SUJEITO, HISTÓRIA E IDEOLOGIA

II JORNADA DE ESTUDOS DO DISCURSO

TEXTOS COMPLETOS

Organização

Débora Massmann
Helson da Silva Sobrinho
Emmyle Bruna Arcoverde Araujo
Jhucyane Pires Rodrigues
John Kevin Lopes de Araújo da Silva
Juliane de Souza Miranda
Martin Ramalho de Freitas Leão Rego



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Sujeito, história e ideologia [livro eletrônico] :
II Jornada de Estudos do Discurso : textos
completos / organização Débora Massmann...[et
al.]. -- Maceió, AL : Batuque Empreendimentos
Artísticos, 2026.
PDF

Vários autores
Bibliografia
ISBN 978-65-984975-6-9

1. Linguística - Análise 2. Linguística -
Congressos 3. Linguística - Estudo e ensino
4. Linguística - Pesquisa 5. Seminários I. Massmann,
Débora.

26-335534.0

CDD-418.06

Índices para catálogo sistemático:

1. Linguística aplicada : Congressos 418.06

Livia Dias Vaz - Bibliotecária - CRB-8/9638

Conselho Editorial

Andrea Silva Domingues (UFPA)

Benedita Celeste de Moraes Pinto (UFPA)

Carla Moreira (CEFET-MG)

Cintia Regina Ribeiro dos Santos (UFAL)

Danilo Marques (UFAL)

Josenilda Rodrigues de Lima (UFAL)

José Roberto Gonçalves (LABOUR)

Lídia Ramires (UFAL)

Marli Santos (UFAL)

Renata Gicelly de Farias Bezerra (IFS)

Rosimar Regina Rodrigues de Oliveira (UNIFESSPA)

Samuel Barbosa (IFCE)

Sóstenes Ericson (UFAL)

Vagner Bijagó (UFAL)

APRESENTAÇÃO	14
SILENCIAR PARA DOMINAR, GRITAR PARA EXISTIR: O DISCURSO DE RESISTÊNCIA DAS PARLAMENTARES-MULHERES FRENTE À VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO	16
<i>Willisan Coelho Muria</i>	
CONSIDERAÇÕES SOBRE A MATERIALIDADE DISCURSIVA DA MORAL	35
<i>Wellton da Silva de Fatima</i>	
O FORD LANDAU 1972 SOB O SOL: A CIRCULAÇÃO DE SENTIDOS E A MEMÓRIA DISCURSIVA DA DITADURA NA VISITA DE BOLSONARO À BAGÉ	56
<i>Rafael Righi da Silva</i>	
A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO INTOLERANTE E OS SENTIDOS IDEOLÓGICOS NO DISCURSO RELIGIOSO NEOPENTECOSTAL	71
<i>Arielle De Jesus Meireles Teixeira</i>	
ESCOLARIZAÇÃO E CIDADANIA: O PAPEL DAS BRIZOLETAS, MODELO EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO DE SILVEIRA MARTINS NO RIO GRANDE DO SUL	85
<i>Rafaella Barbieri Viera</i> <i>Larissa Montagner Cervo</i>	

PORTUNHOL SELVAGEM: DESLIZES NA DEFINIÇÃO DO MOVIMENTO EM “TRIPLE FRONTERA DREAMS”, DE DOUGLAS DIEGUES	99

*João Vítor Ribeiro Lipert
Larissa Montagner Cervo*

PODER PASTORAL E A PREGAÇÃO EVANGÉLICA NO DISCURSO POLÍTICO BOLSONARISTA	114

Sandson de Souza Costa

A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DA MULHER NEGRA NO POEMA “CRIO TECNOLOGIAS COM A BOCA”, DE BLENDASANTOS	134

Luciana de Lima Arcanjo

QUANDO TORCER PARA O CORINTHIANS VIRA OFENSA: EFEITOS DE SENTIDO EM DISCURSOS MUDIÁTICOS	144

*Lucas Andrey Rodrigues
Rafaela Tristão Schulz*

O RAP COMO ACERVO DISCURSIVO DE MEMÓRIA E RESISTÊNCIA PARA A PERIFERIA NEGRA: ANALISANDO AS LETRAS DO GRUPO NEURÔNIO SUBCONSCIÊNTE - NSC	159

Jessyka Camila Faustino dos Santos

PROJETO DE VIDA EM DISCURSO: SUBJETIVIDADES JUVENIS NA CARTILHA NEOLIBERAL 172

*Patrícia Diógenes de Melo
Francisco Vieira da Silva*

MANIPULAÇÃO DA LINGUAGEM NOS DISCURSOS POLÍTICOS E MIDIÁTICOS 188

Daniel Ripardo Silva

POLIFONIA E DISCURSO POLÍTICO: A ANÁLISE DIALÓGICA DOS ENUNCIADOS NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES D E PODER 198

Carla Karina Freitas da Silva

DISCURSO E PARALIMPIÁDA: O ATLETA PARALÍMPICO NAS NOTÍCIAS DO JORNAL “CNN BRASIL” EM 2024 208

Tharlisson Costa Sousa

A MULHER TEM QUE SER, TER E DIZER: EFEITOS DE SENTIDO NO FILME BARBIE (2023) 226

*Jhucyane Pires Rodrigues
John Kevin Lopes de Araújo da Silva*

A CONSTRUÇÃO DA “VÍTIMA-RESPONSÁVEL” NO DISCURSO JORNALÍSTICO: UMA ANÁLISE DAS MANCHETES SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER 243

Emmyle Bruna Arcoverde Araujo

OS SENTIDOS DA CIRURGIA PLÁSTICA NO DISCURSO MIDIÁTICO SOBRE MULHERES 260

Teresa Raquel Silva Alencar

“E DAÍ? LAMENTO. QUER QUE EU FAÇA O QUÊ? EU SOU MESSIAS, MAS NÃO FAÇO MILAGRE”: EFEITOS DE SENTIDO SOBRE A MORTE O LUTO NO DISCURSO DE JAIR BOLSONARO NA PANDEMIA DA COVID-19 274

Jomson Teixeira da Silva Valoz

DISCURSO MIDIÁTICO DO NORTE: SENTIDOS E SUJEITOS DE SUCESSO NO SITE G1 TOCANTINS 295

Damião Francisco Boucher

Thiago Barbosa Soares

RESISTÊNCIA DIGITAL E DISPUTA DE SENTIDOS: O ATIVISMO DE MEDO HALIMY NA FAIXA DE GAZA 316

Ana Cláudia Mello da Silva

Thayná de Souza Santos

CONCEPTUALIZACIÓN METAFÓRICA DE LAS EMOCIONES Y OTROS CONCEPTOS EN EL LIBRO CÓMO HACER QUE TE PASEN COSAS BUENAS DE MARIAN ROJAS ESTAPÉ 335

Gianella Di Criscio

A VERDADE NEOLIBERAL EM CAMPANHA: O CAPITAL HUMANO E A PRODUÇÃO DO INIMIGO INTERNO EM ENUNCIADOS SOBRE A EDUCAÇÃO PÚBLICA 354

Efraim Rocha

QUANDO A CÂMERA DENUNCIA: DISCURSO, CLASSE E PRECARIZAÇÃO NA FOTOGRAFIA DE PARASITA 375

Dayana Mendes Lopes

OPACIDADES ENTRE O ESTATAL E O PESSOAL NA COMUNICAÇÃO DE @JAIRBOLSONARO 394

Ciro Antonio das Mercês Carvalho

CONSIDERAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO RACISMO RELIGIOSO NO INSTAGRAM: INVASÕES, “LIBERDADES”, ÓDIO 414

Antonio Celestino Gonçalves Filho

Thiago Alves França

TRANSLINGUAGEM E ACOLHIMENTO LINGUÍSTICO EM CUIABÁ - MT: UMA PROPOSTA DE SEQUÊNCIA DIDÁTICA PARA AULAS DE INGLÊS EM TURMAS MULTILÍNGUES DO ENSINO MÉDIO 434

Rohnny Janderson Lima Bezerra

Marcio Evaristo Beltrão

ARTE, CAPACICITISMO E A PESSOA COM DEFICIÊNCIA: O CORPO ENQUANTO DISCURSO 445

Dayane Deyse Gonçalo Dos Santos

Helson Flávio Da Silva Sobrinho

A FORMAÇÃO DO DOCENTE: USO DO DICIONÁRIO DE CONFIGURAÇÃO DE MÃOS EM LIBRAS NA SALA DE AULA BASEADAS NA LEXICOGRAFIA PEDAGÓGICA E LINGUÍSTICA APLICADA	459

Charles Lary Marques Ferraz

CENSURA EM DOIS TEMPOS: MEMÓRIA E DESLOCAMENTOS DISCURSIVOS DO JORNALISMO ENTRE 1977 E A ATUALIDADE	471

Raissa Nascimento dos Santos

O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DO DIZER E A POSIÇÃO DO NARRADOR NO CONTO “O BARBA AZUL”, DE CLARISSA PINKOLA ESTÉS	483

Ana Claudia da Freiria Borini Rodrigues

OS BASTIDORES DO RISO: O SUJEITO NEGRO SOB O OLHAR DO HUMOR	498

Juliane de Souza Miranda

YOUTUBE COMO ARENA DISCURSIVA: UMA ANÁLISE DIALÓGICA DA ARGUMENTAÇÃO	512

Sara Cerqueira

Lucas Nascimento

ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: CONTRIBUIÇÃO DOS ESTUDOS MULTIMODAIS NA PRODUÇÃO DE TEXTOS EM SALA DE AULA	530

Clodoaldo da Silva Amaral Junior

Jilene Inácio Braz Santos

Letícia da Paz Aquino

O FURTO FAMÉLICO SOB UM OLHAR MATERIALISTA: IDEOLOGIA EM FUNCIONAMENTO E SENTIDOS EM DISPUTA 547

Martin Ramalho de Freitas Leão Rego
Helson Flávio da Silva Sobrinho

METÁFORAS POLÍTICAS EN EL DISCURSO DEL PRESIDENTE CHILENO GABRIEL BORIC FONT 562

Adrian Fuentes

A DECOMPOSIÇÃO DE MEDUSA: UM OLHAR ESTRUTURALISTA NA OBRA DE NATALIE HAYNES 579

Bruna Paquier Cestari

ENTRE O SILENCIAMENTO E A RESISTÊNCIA DE LÍGIA NA SÉRIE “COISA MAIS LINDA”: UMA ANÁLISE SOB O ENFOQUE DIALÓGICO-DISCURSIVO 599

Jeniffer de Oliveira Barbosa
Manassés Moraes Xavier

NARRATIVAS DE VIDA DE MIGRANTES: UM OLHAR DISCURSIVO 613

Hiago Higor de Lima

HOMEM DE FERRO 3: UMA ANÁLISE DISCURSIVA FOUCAULTIANA SOBRE PODER, SABER E VERDADE 620

Lucas Gois Santos

DISCURSO E IDENTIDADE EM SUJEITOS 632
COM AFASIA: ANÁLISE DE VÍDEOS DE UM
CANAL DO YOUTUBE

Manuela Pereira Gomes

Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo

Dayvesson Deleon Bezerra da Silva

LINGUAGEM, AVALIAÇÃO E ENSINO: 651
ANÁLISE FUNCIONAL E CRÍTICA DO CONTO
THE TALE OF THE THREE BROTHERS E
PROPOSTAS PARA O ENSINO DE LÍNGUA
INGLESA

Lucas Goettert

Isadora de Oliveira Assunção

APRESENTAÇÃO

O presente livro reúne os textos completos apresentados na II Jornada de Estudos do Discurso, evento promovido pelo Laboratório de Estudos do Discurso (LED), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas (PPGLL/UFAL). Esta publicação inscreve-se como um desdobramento acadêmico do encontro, consolidando e ampliando os debates realizados, bem como reafirmando o compromisso institucional do LED e do PPGLL/UFAL com a produção, a circulação e a socialização do conhecimento científico no campo dos Estudos do Discurso.

A II Jornada de Estudos do Discurso configurou-se como um espaço qualificado de interlocução entre pesquisadoras e pesquisadores de diferentes instituições e níveis de formação, promovendo o diálogo entre investigações em andamento e pesquisas consolidadas. O evento reafirmou a centralidade dos estudos discursivos para a compreensão dos processos de significação que atravessam a linguagem em suas múltiplas materialidades, considerando suas relações constitutivas com a história, a ideologia, a memória, o poder e os modos de subjetivação.

Os trabalhos reunidos neste volume apontam para a pluralidade teórico-metodológica que caracteriza o campo dos Estudos do Discurso, ao mesmo tempo em que sinalizam pontos de convergência analítica e conceitual. As pesquisas aqui apresentadas mobilizam diferentes perspectivas e objetos, abrangendo discursos políticos, midiáticos, educacionais, digitais, culturais e artísticos, entre outros, o que permite ao leitor e à leitora acessar um panorama representativo das questões que vêm sendo problematizadas no âmbito das pesquisas discursivas contemporâneas.

Ao publicar os textos completos da II Jornada, este livro materializa os gestos de leitura e interpretação produzidos no

interior do evento, ampliando seu alcance para além do espaço-tempo da Jornada. Trata-se de uma coletânea que não apenas registra as discussões realizadas, mas que também contribui para o avanço do campo, ao tensionar discursos, deslocar sentidos estabilizados e propor novas possibilidades de análise e reflexão teórica.

Esta iniciativa editorial reafirma, ainda, o papel da universidade pública como espaço privilegiado de produção de conhecimento crítico, socialmente referenciado e comprometido com a formação acadêmica e cidadã. Em um contexto marcado por disputas em torno do saber, da ciência e da linguagem, a realização da II Jornada de Estudos do Discurso e a publicação deste volume constituem gestos institucionais de resistência, diálogo e afirmação da pesquisa científica.

Por fim, esperamos que esta obra possa fortalecer as redes de interlocução entre pesquisadoras e pesquisadores da área, estimular novas investigações e ampliar os diálogos iniciados durante a II Jornada de Estudos do Discurso. Que este livro circule como espaço de encontro, debate e produção de sentidos, contribuindo para a consolidação e a expansão dos Estudos do Discurso no cenário acadêmico nacional.

Maceió, verão de 2026.

Comissão Organizadora
II Jornada de Estudos do Discurso
Laboratório de Estudos do Discurso (LED)
Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura
(PPGLL)
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

SILENCIAR PARA DOMINAR, GRITAR PARA EXISTIR: O DISCURSO DE RESISTÊNCIA DAS PARLAMENTARES-MULHERES FRENTE À VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO

Willisan Coelho Muria¹

A presença das mulheres na política brasileira ainda é marcada pela desigualdade e pela sub-representação nos espaços de poder. Apesar de avanços recentes, o cenário permanece dominado por homens, e o Brasil figura entre os países com menor participação feminina no parlamento. As mulheres que conseguem ocupar cargos políticos enfrentam inúmeras barreiras, entre elas a violência política de gênero, que busca silenciar, descredibilizar e afastar suas vozes do debate público.

Neste contexto, o presente trabalho tem como objetivo analisar o funcionamento argumentativo e a constituição do discurso de resistência de mulheres parlamentares diante da violência política de gênero, observando as posições-sujeito que assumem em suas falas. A pesquisa se fundamenta na Análise do Discurso de vertente materialista, conforme Orlandi (1998, 2002), compreendendo a linguagem como mediação entre o sujeito e a realidade social.

O *corpus* da pesquisa é composto por discursos de deputadas federais, especialmente Sâmia Bomfim e Fernanda Melchionna, em situações públicas de enfrentamento a ataques verbais, interrupções e ofensas de cunho machista e gordofóbico.

¹ Licenciado em Letras - Português e Literatura (UNIPAMPA), Mestrando do Programa de Pós-graduação em Ensino (UNIPAMPA), membro do projeto de pesquisa TUNA - gênero, educação e diferença e do projeto Subjetividades e discursividades contemporâneas em distintas materialidades significantes. Atualmente é bolsista DS-CAPEs de Mestrado. Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). willisanmuria.aluno@unipampa.edu.br.

A escolha dessas parlamentares se justifica por sua relevância política e reconhecimento público, ambas premiadas pelo Prêmio Congresso em Foco (2023).

A análise aborda dois recortes principais: (1) o silenciamento e as interrupções como efeitos da violência política de gênero; e (2) os efeitos do discurso de opressão sobre o corpo da mulher-parlamentar e suas formas de resistência. A partir desses recortes, busca-se compreender como o discurso de resistência se constrói e se materializa, reafirmando a importância da representatividade feminina na política e do enfrentamento ao imaginário patriarcal que insiste em relegar a mulher ao silêncio e à subordinação.

Fundamentação teórica

Este trabalho está amparado pelo dispositivo teórico-analítico da Análise do Discurso (AD), de vertente materialista, a qual não trata da gramática, mas sim do discurso. Como afirma Orlandi (2007a) na Análise de Discurso o objetivo é compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, a autora também afirma que a AD concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Portanto, estes conceitos serão levados em consideração na construção da fundamentação teórica que irá servir de base para esta pesquisa.

Sujeito, discurso, ideologia e resistência

Na Análise do Discurso de vertente materialista, o sujeito não é compreendido como um indivíduo autônomo, mas como um sujeito discursivo, constituído pela ideologia e pela história. Conforme Pêcheux ([1975] 2009), o sujeito acredita ser a origem do próprio dizer, mas, na verdade, é interpelado por formações ideológicas que determinam o que pode ou deve ser dito em determinado contexto. Assim, o sujeito é atravessado por

múltiplos discursos e produz sentidos a partir de posições sociais e históricas específicas.

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queira dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados (Pêcheux, [1975] 2009, p. 146).

Para Orlandi (2007), o discurso é entendido como “palavra em movimento”, uma prática de linguagem na qual se materializam os sentidos produzidos pelas relações entre sujeitos e história. O discurso, portanto, não se reduz à fala individual ou à simples transmissão de informação, mas expressa um processo complexo de constituição de sentidos mediado pela ideologia. Nesse processo, a formação discursiva é o que determina o campo do dizível, isto é, aquilo que, em determinado contexto, pode ser legitimamente enunciado. Orlandi (2007a, p. 22) afirma que:

O discurso não corresponde à noção de fala pois não se trata de opô-lo à língua como sendo esta um sistema, onde tudo se mantém, com sua natureza social e suas constantes, sendo o discurso, como a fala, apenas uma ocorrência casual, individual, realização do sistema, fato histórico, a-sistematico, com suas variáveis etc.

A ideologia, nesse quadro, é condição de existência do discurso, pois todo dizer é ideologicamente marcado. Como afirma Orlandi (2007), “não há discurso sem sujeito, nem sujeito sem ideologia”, uma vez que o sentido é sempre produzido por meio da relação entre linguagem e história.

No campo político, essa relação se manifesta em disputas de sentidos e relações de força. O discurso político é atravessado por embates entre o poder dominante e as vozes que o contestam. É nesse ponto que surge o discurso de resistência, entendido como a produção de sentidos que rompem com a formação discursiva dominante. Segundo Pêcheux ([1982] 2009) e Orlandi (2023), não há dominação sem resistência: ambos se constituem mutuamente na luta simbólica e ideológica.

Desse modo, a resistência, como afirma Fernandes (2021), se materializa na linguagem quando o sujeito rompe com os sentidos impostos e produz outros, afirmando-se diante da opressão. O discurso de resistência, portanto, é um movimento político e simbólico que confronta o poder e cria novas possibilidades de significação, revelando a disputa constante entre ideologia, linguagem e sujeito.

Argumentação e posição-sujeito

Na perspectiva da Análise do Discurso (AD) materialista, a argumentação é parte constitutiva da linguagem e não apenas um ornamento, mas um modo de funcionamento do discurso que expressa posições ideológicas. Segundo Orlandi (1998, 2023), todo dizer é já argumentativo, pois os sujeitos, ao enunciar, se inscrevem em formações discursivas historicamente determinadas e ideologicamente marcadas.

Podem-se assim observar desde posições que a consideram como constitutiva, incontornável, o dizer sendo ele próprio já e sempre argumentação, até posições menos específicas, em que a argumentação é considerada apenas ornamento do dizer, tendo então um lugar mais periférico, secundário, por assim dizer. Mas em nenhum caso, nega-se o fato de que a argumentação tem seu lugar na linguagem (Orlandi, 1998, p. 73).

Assim, a argumentação não é neutra: ela se constrói a partir de posições-sujeito, ou seja, lugares que o sujeito ocupa dentro de uma formação discursiva. De acordo com Pêcheux ([1975] 2009), essas posições são definidas pelas relações de identificação entre o sujeito que fala e o “sujeito do saber”, a forma-sujeito que regula os sentidos possíveis em determinado contexto. Embora o sujeito seja determinado pela ideologia e pela história, ele pode transitar entre diferentes posições discursivas, o que permite a produção de novos sentidos e o confronto entre discursos.

É no acontecimento da enunciação que a argumentação é produzida e pode ser observada, a partir da inscrição do sujeito em posições discursivas ideologicamente marcadas e em condições de produção historicamente determinadas (Zoppi-Fontana, 2018, p. 136).

Os argumentos, portanto, derivam de discursos historicamente sedimentados e são mobilizados para sustentar posições ideológicas específicas. A argumentação se manifesta como uma disputa simbólica entre posições-sujeito que defendem sentidos distintos, e não como uma tentativa de convencimento racional. Como afirma Orlandi (2023), o confronto entre posições-sujeito reflete distâncias significativas produzidas pela ideologia.

No contexto contemporâneo, a argumentação digital amplia essas dinâmicas, pois as redes sociais transformam os discursos em fragmentos, vídeos, memes, postagens que circulam e adquirem novos sentidos conforme as condições de sua reprodução. No caso das mulheres parlamentares, por exemplo, as falas são recortadas e recontextualizadas, produzindo efeitos de sentido diversos e revelando como a posição-sujeito parlamentar é constantemente disputada no espaço público e virtual.

Silêncio, silenciamento e violência política de gênero

Na Análise do Discurso, o silêncio é compreendido como uma forma de significação, e não como ausência de sentido. Para Orlandi (2007c), o silêncio fundador é a condição de possibilidade da linguagem, o espaço onde o sentido se forma “não é do silêncio em sua qualidade física que falamos aqui, mas do silêncio como sentido, como história, como matéria significante” (p. 68). Nesse sentido, o sujeito estabelece um laço necessário com o silêncio, pois é dele que emergem os sentidos de seu dizer: “para falar, o sujeito tem necessidade de silêncio” (Orlandi, 2007c, p. 69).

Ao lado desse silêncio constitutivo, existe a política do silêncio, que atua delimitando o que pode ou não ser dito. Orlandi (2007c) afirma que, ao dizer algo, apagamos outros sentidos possíveis, o silêncio político, portanto, é uma estratégia de exclusão discursiva que define os limites do dizível. Nessa dinâmica, surgem formas de silenciamento, entre elas o silêncio local, caracterizado pela proibição do dizer, e a censura, que impede que certos sujeitos ocupem determinadas posições discursivas. Assim, “a censura joga com o poder-dizer impondo um certo silêncio”, mas, como o silêncio também significa, “à retórica da opressão responde a retórica da resistência” (Orlandi, 2007c, p. 85).

A partir dessa concepção, Orlandi (2023) entende que a retórica da resistência é o enfrentamento simbólico à retórica da opressão, expressa em discursos autoritários que buscam silenciar o outro. Fernandes (2022) identifica nas fake news e nas “pseudonotícias” estratégias contemporâneas dessa retórica, utilizadas para calar opositores e manipular o debate político. Já Mariani (2023) observa que, nesse contexto, a ofensa funciona como “ponto final na possibilidade de circulação dos efeitos de sentido” (p. 116), operando como um mecanismo de silenciamento autoritário.

Essas formas de silenciamento articulam-se com a violência política de gênero, que busca restringir a presença e a atuação de

mulheres nos espaços de poder. Segundo Biroli (2018), embora as mulheres sejam a maioria do eleitorado brasileiro, representam apenas cerca de 10% dos parlamentares, resultado de um histórico de exclusão dos espaços políticos tradicionalmente masculinos. Garcia e Lunkes (2019) destacam que a entrada das mulheres na política deslocou o imaginário social, gerando resistência e hostilidade.

A violência política de gênero, como define Rosário (2021), tem o propósito de “desvalorizar a mulher, destruir sua imagem pública, minar a confiança que inspira nos demais” (p. 141). Ela se manifesta por meio de ofensas, fake news e ataques morais que buscam desqualificar a capacidade política das mulheres e silenciá-las. Para Orlandi (2023), trata-se de uma “estratégia argumentativa da destruição do outro”, em que o opositor é transformado em inimigo e eliminado simbolicamente (p. 49).

Como observa Franco (2021), essa violência atua em todas as etapas da trajetória política feminina, antes, durante e após o mandato, produzindo exclusão e desestímulo à participação. Contudo, Biroli (2018) ressalta que seus efeitos não atingem todas as mulheres igualmente: aquelas alinhadas à retórica dominante estão mais protegidas, enquanto as que assumem posições de resistência sofrem mais ataques. Essa diferença decorre das posições-sujeito que cada mulher ocupa: as que reproduzem a ideologia dominante reforçam o status quo, ao passo que as que o contestam enfrentam o silenciamento e a violência simbólica.

Corpo e gênero

Na perspectiva da Análise do Discurso (AD), o corpo é entendido como materialidade do sujeito, parte constitutiva dos processos discursivos. Ele significa, pois é atravessado pela ideologia e pela história. Como afirma Orlandi (2012, p. 85), “enquanto corpo simbólico, corpo de um sujeito, ele é produzido em um processo de significação, onde trabalha a ideologia, cuja materialidade específica é o discurso”. Assim, o corpo não é

apenas carne, é corpo-discurso, um espaço simbólico no qual se inscrevem sentidos e posições ideológicas.

O corpo, portanto, expressa a relação do sujeito com sua identidade e posição social, funcionando como marca de reconhecimento dentro de uma formação discursiva. Para Orlandi (2012), há uma forma histórica e social do corpo, que se relaciona com o silêncio: “um sujeito em silêncio se apresenta com um corpo que significa seu silêncio e se significa nesse silêncio” (p. 85). O corpo, nesse sentido, fala, ainda que sem palavras.

Considerando o foco deste trabalho, a atuação de mulheres-parlamentares, corpo e gênero são indissociáveis. Os corpos dessas mulheres já significam resistência ao ocuparem espaços de poder historicamente masculinos. Cassana (2021, p. 188) observa que “os sentidos sobre o corpo são produzidos de forma que o sujeito seja aceito pelo outro”, e para isso, deve estar “em consonância com os sentidos produzidos dentro de determinado campo significante”. Ou seja, corpos “aceitáveis” são aqueles que se conformam aos padrões normativos de gênero.

Nesse ponto, a reflexão de Judith Butler ([1988] 2018) é fundamental. A autora rompe com a ideia de gênero como essência ou identidade fixa e o compreende como ato performativo — uma repetição de gestos, falas e comportamentos que produz a ilusão de um gênero estável. Essa performatividade revela o gênero como construção social e histórica, não como dado natural. Butler ([1988] 2018, p. 3) explica que “o gênero é constituído pela estilização do corpo através de gestos e encenações que produzem a ilusão de um ‘eu’ generificado permanente”.

Refletir sobre corpo e gênero, portanto, é compreender como ambos são produzidos discursivamente e atravessados pela ideologia. Em uma sociedade patriarcal, corpos femininos que ocupam posições de poder ainda causam estranhamento e incômodo, pois rompem com a homogeneidade do discurso dominante. Assim, discutir o corpo e o gênero na AD é também

discutir resistência, a capacidade de produzir outros sentidos e desafiar as formas hegemônicas de significação.

Procedimentos metodológicos

Destacamos, neste primeiro momento, que os procedimentos metodológicos os quais fundamentaram a nossa pesquisa, estão relacionados com os preceitos da Análise de Discurso (AD), de vertente materialista. Para Orlandi (2007a), os procedimentos visam a compreensão dos processos discursivos e dos mecanismos de constituição de sentidos e de sujeitos. De acordo com a Análise de Discurso de vertente materialista, os modelos de análise não são pré-estabelecidos, mas partem de uma relação entre teoria e análise, após a construção de um dispositivo teórico-analítico, do qual sairão os conceitos que irão embasar a análise. Sendo assim,

[...] o foco da AD é, portanto, os processos históricos de produção de sentidos, o que inclui os objetos teóricos de três áreas do conhecimento: a linguística, o materialismo histórico e a psicanálise. Língua, história e sujeito são deslocados de seus campos originais para ressignificar em outro campo, produzindo uma reconfiguração de suas fronteiras de saberes.(Fernandes; Vinhas, 2019, p. 135).

Então, neste trabalho, propomos analisar o discurso de resistência de mulheres-parlamentares, frente à violência política de gênero. Com isso, através da AD, analisamos a relação entre sujeito, discurso, ideologia, resistência, argumentação, posição-sujeito, silenciamento, corpo e gênero, no intuito de compreender o funcionamento da argumentação no discurso dessas parlamentares, quais as estratégias usadas e qual o embasamento para compor a retórica da resistência, na qual estão inscritas. Assim sendo, para construirmos o nosso arquivo de pesquisa, obedecemos as seguintes etapas:

1º Definir o objeto de análise, 2º Delimitar o tema da pesquisa e as condições de produção no tempo e no espaço; 3º Construir o corpus discursivo (através das categorias de falta, excesso e estranhamento); 4º Construir o corpus discursivo (através das categorias de falta, excesso e estranhamento); 5º Recortar a(s) sequências discursivas(s) e articulá-las ao escopo teórico do dispositivo; 6º Descrever a estrutura, o funcionamento linguístico; e 7º Verificar a tensão entre a paráfrase e polissemia, relacionando-a ao funcionamento das formações discursivas, o dito e não-dito (Fernandes; Vinhas, 2019, p. 148-149).

Dessa maneira, elaboramos o nosso *corpus* de pesquisa, o qual foi construído a partir da delimitação do tema da análise, seguindo o que propõe Orlandi (2007a): “A delimitação do corpus não segue critérios empíricos (positivistas) mas teóricos”. Levamos em conta que todo o discurso se estabelece na relação com discursos anteriores e aponta para outro, visto que para a AD não existe um discurso fechado, mas um processo discursivo que é recortado e analisado em estados diferentes.

Assim sendo, foram coletados três vídeos do ano de 2023, que são encontrados no *YouTube* e no *Instagram*, nos quais aparecem as deputadas Sâmia Bomfim e Fernanda Melchionna em discussões com outros parlamentares em plenário.² Dois desses vídeos são recortados de sessões relativas à CPI do MST que ocorreu entre 18 de maio de 2023 e 14 de agosto 2023. O outro vídeo é relativo a uma sessão, na qual tratava a CPI dos Atos Antidemocráticos de 8 de janeiro, a qual ocorreu entre 25 de maio de 2023 e 20 de novembro de 2023. Após, realizamos a delimitação do nosso tema, através da análise dos vídeos em que as parlamentares aparecem reagindo a ofensas e às violências

² Os vídeos completos referentes as sessões da CPI do MST podem ser encontrados nos seguintes links: <https://www.youtube.com/watch?v=h2LD-LQ0hgg> e <https://www.youtube.com/watch?v=ddwOwYRkom8>.

proferidas por seus colegas de parlamento, levando em consideração o nosso objetivo de analisar o funcionamento da retórica da resistência.

Em relação ao *corpus* de pesquisa selecionado, optamos por realizar dois recortes, previamente nomeados: Recorte 1: O silenciamento e as interrupções como um efeito da violência política de gênero; Recorte 2: Efeitos do discurso de opressão sobre o corpo da mulher-parlamentar e suas formas de resistência. O primeiro trata do silenciamento, das interrupções e dos argumentos utilizados para rebater um discurso composto por Fake News e ofensas. O segundo trata das questões de corpo e gênero, nas quais envolvem gordofobia, machismo, violência verbal, injúrias e ofensas. O objeto de análise a partir dos vídeos selecionados é a linguagem verbal, ou seja, analisaremos a fala das parlamentares em reação a violência política de gênero

Com isso, utilizamos os princípios da Análise de Discurso de vertente materialista no intuito de articular a análise dos discursos do sujeito-parlamentar-mulher com o aporte teórico para que seja possível compreender o funcionamento da argumentação na construção desses discursos, que estão inscritos na retórica da resistência, bem como compreender os efeitos de sentido provocados por essa retórica. Afinal, na AD não procuramos compreender um sentido verdadeiro, mas sim os efeitos de sentido produzidos a partir de sua materialidade. É claro que esses discursos e os sentidos produzidos são constituídos pela ideologia, pois a língua em si, já funciona ideologicamente e em sua materialidade isso se apresenta.

Análises

Nesta seção, buscamos compreender como se materializam discursos de resistência produzidos por mulheres-parlamentares em situações de violência política de gênero no espaço da Câmara dos Deputados. As análises se apoiam nos pressupostos da Análise do Discurso de linha francesa, articulando as noções de

sujeito, corpo, silêncio e resistência a partir das contribuições de Orlandi (1998, 2007, 2012, 2023), Fernandes (2021), Butler ([1988] 2018) e Mariani (2023). O *corpus* é composto por recortes de falas de deputadas durante as CPIs do MST e dos Atos Antidemocráticos (2023), que evidenciam a disputa entre discursos de opressão e de resistência.

O silenciamento e as interrupções como um efeito da violência política de gênero

O primeiro recorte³ analisa uma sessão da CPI do MST (2023)⁴, em que a deputada Sâmia Bomfim (PSOL/SP) é interrompida sucessivas vezes pelos deputados Ricardo Salles (PL/SP) e Tenente-Coronel Zucco (PL/RS). Ao tentar apresentar dados e questionamentos sobre o tema, sua fala é cortada e o microfone desligado, sob a justificativa de que estaria “protelando” o debate. Esse gesto é revelador da tentativa de silenciamento que atravessa os corpos femininos em espaços historicamente masculinos, e que, conforme Orlandi (2007), produz um silêncio local, aquele que impede o dizer, interditando a circulação de determinados sentidos.

O ato de Sâmia reagir, elevando o tom de voz e denunciando a atitude dos colegas, transforma o grito em forma simbólica de resistência. Como observa Modesto (2018), o grito da mulher interrompida rompe com a interdição e reinscreve o sujeito no discurso, convertendo o gesto de silenciamento em

³ Vídeo 1: Sâmia Bomfim tem microfone cortado na CPI do MST. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=f7nFlXqmJZc>.

⁴ As informações sobre a CPI do MST, sobre o prazo de funcionamento da CPI e as datas das sessões foram retiradas do site da câmara dos deputados: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/57a-legislatura/cpi-sobre-o-movimento-dos-trabalhadores-sem-terra-mst>.

possibilidade de significação. O corpo da deputada, sua postura e entonação, expressam a recusa a ser apagada.

Além disso, sua resposta é sustentada por argumentos institucionais, baseados no regimento da Câmara e na Constituição Federal, o que demonstra uma resistência que não é apenas emocional, mas política e discursiva. A deputada aciona a legalidade como contra-argumento à arbitrariedade da interrupção, reafirmando sua legitimidade de fala. Esse gesto de resistência, portanto, é também um gesto de reinscrição de sentidos: o corpo que foi interrompido e silenciado volta a significar por meio da própria linguagem.

A mesma dinâmica é observada em outro episódio⁵, na CPI dos Atos Antidemocráticos, envolvendo a Deputada Fernanda Melchionna (PSOL/RS) e o Deputado Éder Mauro (PL/PA). Durante o debate, Melchionna é interrompida e ironizada, o parlamentar insinua que ela estaria “alterada” e que “precisaria de um médico”, retomando estereótipos históricos que associam as mulheres à desrazão e à histeria. Conforme analisam Garcia e Lunkes (2019), tais práticas discursivas buscam desqualificar o discurso feminino, associando-o à emoção, à instabilidade e à incapacidade racional.

Melchionna, contudo, reage de modo firme, nomeando o comportamento do deputado como “machista” e denunciando o padrão recorrente de hostilidade contra as mulheres no parlamento. Sua fala é marcada por enfrentamento, evidenciando o que Fernandes (2021) denomina de retórica de resistência, quando o sujeito toma a palavra a partir de sua condição de opressão para transformá-la em força política e discursiva. Ao utilizar também a elevação de voz e o confronto direto, Melchionna se apropria de estratégias discursivas tradicionalmente

⁵ Vídeo 2: Fernanda Melchionna é interrompida e ofendida por Éder Mauro e reage. Disponível em: <https://www.instagram.com/fernandapsol/reel/Cy1gjIeuMom/>.

masculinas, deslocando seus efeitos e subvertendo a lógica de dominação.

Em ambos os casos, percebemos que a resistência se dá dentro da própria linguagem. As deputadas reagem à violência política não apenas com indignação, mas com argumentação, denúncia e visibilidade. Como propõe Orlandi (2023), o discurso é espaço de luta simbólica e ideológica, e o sujeito é constituído na contradição — entre o desejo de dizer e as forças que o tentam silenciar.

Efeitos do discurso de opressão sobre o corpo da mulher-parlamentar e suas formas de resistência

O terceiro⁶ recorte refere-se novamente à Deputada Sâmia Bomfim, durante sessão da CPI do MST, em 03 de agosto de 2023, quando o deputado Tenente-Coronel Zucco (PL/RS) dirige à parlamentar uma ofensa de teor machista e gordofóbico: “tá nervosa deputada? quer um remédio? ou quer um hambúrguer?”. O comentário, proferido em tom de deboche, tenta reduzir a presença política da deputada ao corpo físico, associando-a a estereótipos que desqualificam mulheres pelo comportamento e pela aparência.

Essa fala constitui, conforme Mariani (2023), um exemplo claro do discurso autoritário, que busca se naturalizar e reforçar a hierarquia simbólica entre quem fala e quem é falado. O corpo da mulher torna-se o alvo privilegiado dessa dominação, funcionando como superfície onde se projetam sentidos de inferiorização. Entretanto, na perspectiva da Análise do Discurso, o corpo é também lugar de resistência, pois é materialidade significante (Orlandi, 2012): é nele que os sentidos se inscrevem e se reconfiguram.

⁶ Vídeo 3: Sâmia Bomfim sofre gordofobia na CPI do MST e reage. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CvfXv8EsJTU/>.

A resposta de Sâmia é emblemática: ela denuncia publicamente o comportamento do deputado, menciona um inquérito aberto na Procuradoria-Geral da República e afirma que “não aceitará esse tipo de violência”. Ao transformar o insulto em denúncia, a parlamentar reinscreve o corpo ofendido no campo do poder discursivo. Na sequência, utiliza a ironia “sinto muito se o senhor está nervoso”, invertendo o deboche e expondo o ridículo do agressor.

Esse gesto discursivo de inversão evidencia o que Orlandi (1996) chama de divisão ideológica dos sentidos: o mesmo signo, a ironia, o grito, o confronto pode circular em diferentes formações discursivas e adquirir valores opostos conforme o sujeito que o enuncia. Ao se apropriar de estratégias normalmente usadas para desqualificá-las, as deputadas constroem um contra-discurso, no qual a força da resistência reside na própria linguagem.

Em síntese, as análises mostram que as mulheres-parlamentares, ao ocuparem o espaço político, também o reconfiguram discursivamente. Seus corpos e vozes se tornam materialidades de resistência, desestabilizando o imaginário patriarcal que ainda estrutura a política institucional. A violência política de gênero tenta produzir o silêncio; entretanto, a resistência feminina transforma esse silêncio em palavra, em gesto, em denúncia e em presença, reafirmando o poder político da linguagem e da representação.

Conclusão

Este trabalho analisou o funcionamento da argumentação nos discursos de resistência de mulheres-parlamentares diante da violência política de gênero, buscando compreender as estratégias discursivas que elas mobilizam ao reagirem a práticas de silenciamento, interrupção e desqualificação.

As análises mostraram que, embora a presença feminina na política tenha crescido, as mulheres ainda enfrentam barreiras simbólicas e institucionais que dificultam sua atuação e visibilidade. A resistência emerge, portanto, como uma necessidade constante frente a uma retórica autoritária e machista que tenta restringir seus lugares de fala e poder.

Observou-se que o silenciamento é uma prática recorrente no espaço parlamentar, o que torna paradoxal o fato de que quem foi eleita para “falar” seja continuamente impedida de fazê-lo. Para romper essas interdições, as deputadas utilizam estratégias variadas: desde a apropriação do jargão político e da linguagem regimental até o uso de gritos, ironias e respostas diretas. Tais recursos configuram uma retórica de resistência, marcada pela urgência de se fazer ouvir em meio à hostilidade e à desigualdade.

Conclui-se que a argumentação das mulheres-parlamentares é atravessada por suas condições históricas e ideológicas de produção: elas resistem ao mesmo tempo em que são afetadas pelas formas de opressão que enfrentam. Sua fala, por vezes híbrida e tensionada, revela tanto a disputa de sentidos quanto a tentativa de reconstruir o espaço político como espaço de presença feminina e plural.

Assim, o discurso de resistência das mulheres-parlamentares reafirma a linguagem como lugar de luta e transformação, em que o corpo, a voz e o gesto tornam-se instrumentos de enfrentamento e de reconfiguração simbólica do poder.

Referências Bibliográficas

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BUTLER, J. **Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista**. Chão da Feira, Caderno n. 78, p. 1–16, 2018.

CASSANA, M. F. **A fragmentação constitutiva dos sujeitos em documentário: discursos de incômodo e resistência.** In: SILVA, D. S. da; SILVA, C. dos S. (orgs.). **Pêcheux em (dis)curso: entre o já dito e o novo: uma homenagem à professora Nádia Azevedo.** v. 2. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.

FERNANDES, C.; VINHAS, L. **Da maquinaria ao dispositivo teórico-analítico: a problemática dos procedimentos metodológicos da análise do discurso.** *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 19, n. 1, 2019.

FERNANDES, C. **“Resistir pela opressão é preciso”: uma análise sobre deslizamentos de sentidos na disputa pelo poder.** In: SILVA, D. S. da; SILVA, C. dos S. (orgs.). **Pêcheux em (dis)curso: entre o já dito e o novo: uma homenagem à professora Nádia Azevedo.** v. 2. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.

FERNANDES, C. **As formas do silêncio na era da pós-verdade: mídia digital, pseudonotícias e fake news.** *Língua e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, SP, v. 25, n. esp., p. 256–271, 2022.

FERNANDES, C.; MARTINS, L. do P. **Corpo, arte e discurso de resistência na performance *Un violador en tu camino*.** In: FERNANDES, C.; DALTOÉ, A. da S.; AIUB, G. F. (orgs.). **Efeitos da presença de Freda Indursky na Análise do Discurso.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 2022.

FRANCO, A. **Liberdade é não ter medo.** In: ÁVILA, M. d'. **Sempre foi sobre nós: relatos da violência política de gênero no Brasil.** v. 1. Porto Alegre, RS: Instituto E Se Fosse Você, 2021.

MARIANI, B. **Língua de pedra: a ofensa (injúria e difamação) na discursividade política.** *Leitura*, Maceió, v. 1, n. 76, p. 111–125, 2023.

MODESTO, R. **Interpelação ideológica e tensão racial: efeitos de um grito.** *Littera Online*, São Luís, MA, n. 17, p. 124–143, 2012.

OLIVEIRA, S. E. de. **Sobre o funcionamento do político na linguagem.** *Língua e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, SP, v. 34, n. esp., p. 41–53, 2014.

ORLANDI, E. P. **Discurso e argumentação: um observatório do político.** *Fórum Linguístico*, Florianópolis, n. 1, p. 73–81, 1998.

ORLANDI, E. **Análise de discurso: princípios & procedimentos.** 7. ed. Campinas, SP: Pontes, 2007a [1999].

ORLANDI, E. P. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico.** 5. ed. Campinas: Pontes, 2007b.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos.** 6. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007c.

ORLANDI, E. P. **Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia.** Campinas, SP: Pontes, 2012.

ORLANDI, E. P. **Argumentação e Análise de Discurso: conceitos e análises.** 1. ed. Campinas, SP: Pontes, 2023.

PÊCHEUX, M. **Delimitações, inversões, deslocamentos.** *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas: Unicamp, n. 19, p. 7–24, 1990.

Referências audiovisuais (vídeos)

BRASIL DE FATO. **Machismo e gordofobia.** Instagram, 3 ago. 2024. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CvfXv8EsJTu/>. Acesso em: 7 jun. 2024.

MELCHIONNA, F. **Mais um entre tantos casos de machismo protagonizados por aqueles que representam o**

chorume do bolsonarismo na Câmara. Instagram, 25 out. 2024. Disponível em:
<https://www.instagram.com/fernandapsol/reel/Cy1gjIeuMom/>
. Acesso em: 7 jun. 2024.

UOL. **CPI do MST: Sâmia tem microfone cortado pela terceira vez: “O senhor dá provas contra si”.** YouTube, 31 maio 2023. Duração: 3 min 58 s. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=f7nFlXqmJZc>. Acesso em:
7 jun. 2024.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A MATERIALIDADE DISCURSIVA DA MORAL

Wellton da Silva de Fatima⁷

Este texto é uma versão ampliada e sistematizada da comunicação que apresentei na II Jornada de Estudos do Discurso, agora incorporando críticas e sugestões suscitadas no debate. Trata-se, portanto, de uma retomada reflexiva de questões que desenvolvi em minha pesquisa de doutorado, dedicada a investigar o funcionamento de “kit gay” e “banheiro de todes” no discurso bolsonarista no Facebook.

Na tese *Lugares de enunciação e objetos morais no discurso bolsonarista no Facebook (2011-2022)*, defendi que esses sintagmas nominais - assim como outros que circulam em formações discursivas em aliança, tais como “ideologia de gênero”, “ditadura gayzista” ou “professor doutrinador” - se constituem como objetos morais. Conforme afirmei:

Em condições de produção determinadas pela ideologia e pelo interdiscurso, constituem-se objetos morais no discurso. Esses objetos não são objetos empíricos: são objetos de discurso, fatos discursivos que surgem e se consolidam em dinâmica própria de circulação, formulação e constituição de efeitos de sentido pela materialidade significante nos processos discursivos. [...] Em sua forma, os objetos morais são formulações destinadas a circular: o acontecimento da circulação materializado, a partir do qual retornam divisões

⁷ Professor da área de Letras/Português do Instituto Federal de Alagoas e doutor em Linguística, com pesquisa em Análise de Discurso, pelo IEL da Unicamp, tem interesse nos estudos do discurso, da enunciação e do texto. E-mail: wellton.fatima@ifal.edu.br.

ideológicas como antípodas pré-construídas (Fatima, 2025, p. 203).

Foi em razão desses objetos ideológicos de tipo específico que cheguei ao que venho chamando de *materialidade discursiva da moral*. Minha questão principal é que, nos processos discursivos em que os objetos morais emergem, não se trata apenas de efeitos de sentido moralizantes e/ou moralizadores, mas do efeito simbólico de um mecanismo específico de divisão ideológica, que segmenta o mundo em dois - e apenas dois - pólos construídos, por efeito de homogeneidade, como antípodas absolutos.

Minha ancoragem teórica é a Análise de Discurso materialista, filiada ao pensamento de Pêcheux (1995 [1975]; 2015 [1983]). A partir dessa base, retorno a Nietzsche (1877), Althusser (1985), Foucault (1985) e outros autores, buscando compreender o lugar da moral na história do pensamento e nos estudos do discurso. Esse retorno não pretende propor uma síntese filosófica, mas operar deslocamentos que aproximem o debate sobre a moral de problemas específicos de uma análise discursiva, tal como eu a compreendo.

As reflexões que desenvolvo respondem ao fato de que meu trabalho recente tem se concentrado no discurso político constituído no e pelo digital - cf. Dias (2018). O arquivo de minha tese é composto por postagens e comentários que circularam na *timeline* de Jair Bolsonaro no Facebook, e os demais materiais com que tenho trabalhado pertencem majoritariamente às materialidades discursivas do digital. Foi nessas condições de circulação dos discursos que observei que, quando textualizados como “kit gay” e “banheiro de todes”, esses objetos operam um efeito de divisão moral que simplifica a clivagem político-ideológica em dois lados, contribuindo para o que se tem chamado de “polarização” na política brasileira.

Diante desse quadro, o objetivo deste texto é refletir sobre um lugar que considero teoricamente produtivo para abordar a

moral na Análise de Discurso materialista. O leitor perceberá que optei por um tom ensaístico, mais voltado para o debate conceitual e nocional do que para a apresentação de análises. As análises mencionadas aqui foram detalhadas na tese - e para ela remeto o leitor interessado na discussão completa.

Sobre moral: desde a tradição filosófica até os estudos do discurso

Em meu percurso de leitura pelos escritos dos grandes filósofos, costumo enxergar duas grandes linhas a partir das quais as concepções de moral se desdobram: (1) uma que tem em Immanuel Kant sua formulação paradigmática; e (2) outra que encontra em Friedrich Nietzsche uma crítica contundente a Kant e uma outra perspectiva sobre a moral.

Lendo Kant (2004 [1788]; 2007 [1785]), percebo que sua concepção de moral está fundada na autonomia da razão prática e na autoridade incondicional da lei moral. Para ele, a moralidade não deriva de efeitos, inclinações ou fins empíricos, mas de uma lei que deve ser obedecida por puro respeito à sua existência. Assim, a moral kantiana se funda no dever, entendido como a subordinação da vontade racional à forma universal da lei.

Nas palavras do próprio filósofo, “o dever é a necessidade de uma ação por respeito à lei” (Kant, 2004 [1788], p. 25). Enquanto “imperativo categórico”, essa lei deve ser tal que possa valer para todos, sem exceção, segundo o princípio: “age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal” (Kant, 2007 [1785], p. 59). Esse primado - considerado “princípio supremo da doutrina moral” (Kant, 2017 [1797], p. 36) - confere à moralidade, na leitura que faço, um caráter universal, formal e normativo. O filósofo reafirma esse ponto em *A metafísica dos costumes*, ao destacar que “qualquer máxima que para tal não seja qualificada é contrária à moral” (Kant, 2017 [1797], p. 36).

É precisamente esse universalismo racional e formal da moralidade que, a meu ver, será radicalmente colocado em questão por Nietzsche (2001 [1886]; 1999 [1877]). Ao tematizar a genealogia da moral, Nietzsche (1999 [1877]) propõe uma crítica à pretensão de fundamentar a moral numa razão autônoma. Essa pretensão aparece, em sua leitura, como efeito de um processo histórico de domesticação da vontade, resultado da “moral dos ressentidos”, cuja origem se inscreve no enfraquecimento da força afirmativa da vida. O imperativo categórico kantiano, enquanto expressão da obediência à forma universal da lei, é interpretado por Nietzsche como ápice da moral ascética: uma moral de negação, que opera pela autoimposição da culpa e pela repressão dos impulsos.

Diferentemente da moral kantiana, que vê na razão o fundamento da liberdade moral, Nietzsche (1999 [1877]) identifica na moral tradicional de sua época - com ênfase na moral cristã - o triunfo de uma vontade de poder negativa, voltada não para a afirmação, mas para a contenção da potência de vida. A distinção central entre essas duas correntes, tal como eu as leio, reside em seus pontos de partida: para Kant, a moral é expressão de uma razão autônoma que se submete livremente à lei universal; para Nietzsche, a moral de seu tempo é sintoma histórico de uma vontade reativa, que nega a vida e subjuga o indivíduo sob ideais abstratos dissimulados como necessidade racional. Por isso, a crítica nietzschiana se debruça sobre as condições históricas e afetivas da emergência do sujeito moral, rompendo com a ideia de sua universalidade e de sua necessidade racional. Nessa perspectiva, torna-se decisivo especificar de que moral se trata: Nietzsche não fala de “moral” em geral, mas da “moral tradicional” de sua época, uma moral dos escravos, de raízes judaicas e fundamentos cristãos, que transvalorou os valores da até então predominante “moral dos nobres”, dos homens fortes, que dominavam os escravos - homens fracos que, ressentidos, subverteram a moralidade em seu favor e, ao mesmo tempo, em seu próprio desfavor.

Eu entendo que, do ponto de vista epistemológico, esse sujeito moral kantiano que não mentiria, não violaria promessas e não agiria em benefício próprio em nome de uma lei moral aparece como uma armadilha do idealismo, tal como denuncia Pêcheux (1995). Esse sujeito autônomo, fundado na razão e no dever, corresponde, em linhas gerais, a um efeito da interpelação ideológica e da forma-sujeito histórica de direitos e deveres - cf. Althusser (1985) e Pêcheux (2014 [1975]) - característica das formações sociais capitalistas, que se especifica diferentemente em cada época, como, por exemplo, nas democracias liberais atuais.

Não é por acaso, penso eu, que a perspectiva kantiana exerce forte influência sobre a constituição do direito moderno, estruturado sobre esse ideal de sujeito racional, consciente de seus deveres e capaz de autodeterminação - ideal que a Análise de Discurso materialista põe em questão ao conceber o sujeito em sua constituição histórica, marcada pelas dimensões ideológicas e inconscientes. É nesse ponto que a abordagem nietzschiana (2001 [1886]; 1999 [1877]) se torna particularmente cara ao modo como eu penso a moral: não apenas pela concepção de moral que formula, mas também por não se deixar iludir por esse conceito de sujeito racional e autônomo, reconhecendo, ainda que em outros termos, que o sujeito é produzido historicamente.

O ponto de partida da crítica genealógica de Nietzsche à moral é, portanto, a recusa em tomá-la como algo dado, estável ou universal. Em vez de perguntar “o que é o bem?”, o filósofo pergunta: “que origem tem propriamente nosso bom e mau” (Nietzsche, 1999 [1877], p. 2). Interessa-lhe investigar “sob que condições inventou-se o homem aqueles juízos de valor, bom e mau? e que valor têm eles mesmos?” (Nietzsche, 1999 [1877], p. 2), deslocando a questão da essência da moral para a de sua proveniência e, mais ainda, para a de seus efeitos. Ao propor uma crítica dos valores morais, Nietzsche insiste em que é necessário pôr em questão “o próprio valor desses valores” e, para isso, conhecer as condições em que nasceram e se desenvolveram, compreendendo a moral, paradoxalmente - ou, melhor,

contraditoriamente -, “como consequência, como sintoma, máscara, tartufice, doença, mal-entendido; mas também moral como causa, medicamento, estimulante, inibição, veneno” (Nietzsche, 1999 [1877], p. 3-4). Nessa chave, eu diria que se trata de abordar um funcionamento da moral como um signo de um acontecimento histórico e afetivo, e não como expressão de uma razão autônoma.

A crítica nietzschiana recusa qualquer fundamento absoluto para o bem e o mal. Gori e Stellino (2014) destacam as “numerosas passagens em que Nietzsche se detém na questão da interpretação do mundo em termos morais” (p. 106), o que evidencia o caráter interpretativo, e não essencial, das valorações morais. Para Nietzsche (1999 [1877]), o que existe é uma interpretação moral dos fenômenos, e não fenômenos moralmente constituídos em si mesmos. Gori e Stellino (2014) observam que, no pensamento nietzschiano, não há ação moral *a priori*: aquilo que se reconhece como “boa” ou “má” ação não o é em si, pois, para Nietzsche, “o bem e o mal são noções perspectivas”, de modo que “não existem absolutamente fatos morais” (Nietzsche *apud* Gori e Stellino, 2014, p. 107).

Nessa perspectiva, a moral tradicional, lida pelo contexto sócio-histórico de Nietzsche, aparece como sintoma de decadência. Sua função não é a de elevar a potência da vida, mas a de contê-la, de negá-la. Ao contrário das filosofias racionais da moral, como a kantiana, Nietzsche entende que os valores morais modernos não são expressão da liberdade, mas produto da repressão, da culpa e da fraqueza. Daí formular uma hipótese incômoda: “e se no ‘bom’ houvesse um sintoma regressivo, como um perigo, uma sedução, um veneno, um narcótico, mediante o qual o presente vivesse como que às expensas do futuro?” (Nietzsche, 1999 [1877], p. 4). A moral seria, então, aquilo que impede o florescimento da força afirmativa, instaurando uma forma de vida decadente, ressentida, culpada e submissa. Em vez de solução, ela se torna “o perigo entre os perigos” (Nietzsche, 1999 [1877], p. 4).

A genealogia da moral empreendida por Nietzsche desvela, assim, a origem não racional, mas reativa e ressentida, dos valores morais dominantes europeus⁸. O ressentimento, enquanto força que não pode agir, torna-se criador de valores: valores que negam a vida, invertem sua lógica afirmativa e projetam a força como mal. Embora Nietzsche identifique a emergência dessa moral no povo judeu, sua crítica se dirige prioritariamente ao cristianismo.

Fundamentalmente judaico-cristã, a revolta escrava na moral tem origem no ódio impotente: “do tronco daquela árvore de vingança e do ódio [...] brotou algo igualmente incomparável, um novo amor” (Nietzsche, 1999 [1877], p. 9), isto é, um amor cristão, que tenho investigado há algum tempo - cf. Fatima (2020) - que apenas dissimula a continuidade do ressentimento. A operação central da moral escrava consiste em transformar o ressentimento em ideal: “a rebelião escrava na moral começa quando o próprio ressentimento se torna criador e gera valores” (Nietzsche, 1999 [1877], p. 10). Essa moral, ao contrário da nobre, não afirma a si mesma, mas nega o outro; não nasce de um “sim” à vida, mas de um “não” à força.

Eu preciso ressaltar que o pano de fundo dessa reflexão é a transição histórica do mundo antigo para o mundo moderno, marcada pelo declínio dos valores aristocráticos e pela ascensão de uma moral dos fracos, consolidada pela religião cristã e pela sensibilidade burguesa do século XIX. Em vez de reconhecer a força como força, a moral dominante exige “da força que não se expresse como força, que não seja um querer-dominar, um querer-vencer, um querer-subjugar, uma sede de inimigos, resistências e triunfos” (Nietzsche, 1999 [1877], p. 14).

A impotência, transformada em valor, produz uma inversão⁹: aquilo que não pode atacar é tomado por bondade; a

⁸ Valores que, como sabemos, foram também transplantados para “este lado do Atlântico” pela colonização, permanecendo como estrutura simbólica no que se pode compreender como brasileiro.

⁹ A questão das inversões tem me interessado bastante, conforme trabalho que apresentei no Simpósio II do X SEAD, realizado em outubro de 2025 em

submissão torna-se obediência; a covardia, paciência; e o perdão, virtude superior. Nas palavras de Nietzsche, “a fraqueza é mentirosamente mudada em mérito [...]; a impotência que não acerta contas é mudada em ‘bondade’; a baixeza medrosa, em ‘humildade’” (Nietzsche, 1999 [1877], p. 15). E é justamente essa inversão que produz o que Nietzsche denomina “monstro antípoda” (Nietzsche, 1999 [1877], p. 17), que muito me interessa, figura que representa a completa subversão dos valores afirmativos da antiguidade.

A moral escrava define o “bom” a partir de seu oposto: o “mau” é o nobre reinterpretado, o forte redescrito em linguagem venenosa. Ao final da primeira dissertação de sua genealogia da moral, Nietzsche afirma caber ao filósofo “resolver o problema do valor, [...] determinar a hierarquia dos valores” (Nietzsche, 1999 [1877], p. 18). Eu leio aí um chamado ao rompimento com a ilusão de uma moral universal e à interrogação dos efeitos históricos e afetivos - e por isso mesmo políticos - de sua imposição.

Essa crítica nietzschiana também está em *Além do bem e do mal* - obra em que Nietzsche (2001 [1886]) situa o escopo de sua investigação filosófica dirigindo-a à sua função, aos seus efeitos e aos tipos humanos que os sustentam. É aí que a moral, para Nietzsche, se mostra como constituída enquanto campo de luta entre forças, instintos e interpretações que produzem e classificam os valores como “bem” e “mal”.

A oposição entre moral aristocrática e moral de escravos, presente em ambas as obras, também aparece em *Além do bem e do mal* com atenção especial à dimensão fisiológica e social da moralidade. Nietzsche (2001 [1886]) caracteriza a moral dominante na Europa como “moral de rebanho”, sustentada pelo instinto de autopreservação e nivelamento: “Suas aspirações são a

Macció/AL. O trabalho de título “Heterofobia: um simulacro de inverso simétrico no discurso” está no prelo dos anais do evento, que devem ser publicados em 2026.

felicidade do rebanho, as verdes pastagens, a segurança e o bem-estar [...] consideram que o sofrimento é algo que deve ser exterminado” (Nietzsche, 2001 [1886], p. 53-54). A compaixão, a igualdade e o combate ao sofrimento se tornam pilares de uma moral utilitária, cuja função é tornar suportável a existência dos fracos e oprimidos. Por isso, entende que “a moral dos escravos é essencialmente uma moral utilitária. Eis aqui o centro donde se originou a famosa oposição ‘bem’ e ‘mal’” (Nietzsche, 2001 [1886], p. 199).

Ao inverter os valores da moral nobre, os escravos reinterpretam as virtudes dos fortes como vícios, enquanto projetam as próprias impotências como méritos. “Julgar e condenar moralmente é a vingança predileta das almas limitadas [...] combatem pela igualdade de todos diante de Deus e apenas por isso são constrangidos a crer em Deus” (Nietzsche, 2001 [1886], p. 142-143). A figura de Deus surge como justificativa transcendental para a negação da terra, dos sentidos e da potência: “transmutar o amor pelas coisas terrenas [...] em ódio contra a terra e tudo aquilo que é terreno - eis o objetivo da Igreja” (Nietzsche, 2001 [1886], p. 74). Nesse processo, a vida mesma é negada: “sacrificou-se ao próprio Deus os próprios instintos mais poderosos, a ‘natureza’” (Nietzsche, 2001 [1886], p. 65).

A partir daí, desse ponto onde a moral dominante adquire seu fundamento religioso, a moral aparece, penso eu, como sintoma do tipo humano que a sustenta, e a oposição entre as duas morais exprime uma luta entre formas de vida. O filósofo conta que a moral dos fortes valoriza o perigo, a instabilidade e a força vital: “foi necessário que o perigo que acicata a vida humana crescesse até a enormidade [...] tudo o que é mau, terrível, tirânico [...] é, da mesma forma que seu oposto, útil para elevar o nível da espécie humana” (Nietzsche, 2001 [1886], p. 53-54). Em contraste, a moral dos fracos rejeita os impulsos afirmativos e impõe uma normatividade que rebaixa a existência a um patamar mínimo de segurança, docilidade e ressentimento.

É por isso que Nietzsche diz que onde se moraliza a partir da perspectiva do escravo, manifesta-se “uma desconfiança pessimista contra a situação do homem em geral, talvez uma condenação do homem juntamente com a de sua situação” (Nietzsche, 2001 [1886], p. 199). Ao integrar esses elementos que trago de minha leitura de *Além do bem e do mal*, pretendo ressaltar que a crítica nietzschiana à moral não se limita à reconstrução de suas origens, mas se dirige ao próprio valor dos valores, às condições fisiológicas, históricas e afetivas de sua produção e à hierarquia que ela impõe aos modos de vida possíveis - algo bastante central na mobilização da moral em minhas pesquisas.

Retornando à Segunda Dissertação da *Genealogia da moral*, eu destaco, ainda, mais alguns elementos do pensamento de Nietzsche, como sua investigação sobre como o ser humano foi moldado como “animal que promete”. A promessa, enquanto fato de linguagem, consiste em uma forma de não esquecimento e exige um trabalho ativo da memória para resistir ao esquecimento enquanto “zelador da ordem psíquica” (Nietzsche, 1999 [1877], p. 19). O “homem confiável” resulta de uma longa disciplina da memória, instaurada pela moral do costume, que produz regularidade no agir e funda a responsabilidade. Desse processo emerge não um indivíduo moral, mas um tipo autônomo supramoral: “o homem da vontade própria, duradoura e independente, o que pode fazer promessas” (Nietzsche, 1999 [1877], p. 20).

Não posso deixar de observar que, ao analisar a origem da culpa, Nietzsche desloca sua gênese do plano religioso para o econômico e jurídico: *Schuld* (culpa) é uma deriva de *Schulden* (dívida). Entre outros pontos dessa discussão, o filósofo discute que a relação credor/devedor institui uma justiça da compensação, em que o crime é um dano a ser pago e onde o “fazer sofrer” adquire valor próprio - uma “divinização da crueldade”. Os espetáculos de punição naturalizam o sofrimento como pagamento legítimo, produzindo a “má consciência”, que mais tarde foi interiorizada pela moral cristã. Eu entendo que,

neste registro, a culpa se torna infinita, pois o sujeito cristão deve algo que nunca poderá saldar.

Nietzsche (1999 [1877]) observa que, na antiguidade, a dor não precisava de sentido. O cristianismo, porém, converte a dor em culpa, o desejo em pecado e a vida em algo a ser negado. O ideal ascético, ao promover castidade, renúncia e desprezo do corpo, oferece um propósito transcendental ao sofrimento, neutralizando sua força vital. O “animal de promessa” torna-se, assim, “animal culpado”: a vontade de poder, impedida de agir, volta-se contra si mesma, produzindo ressentimento e má consciência. A crítica nietzschiana não exalta a crueldade; denuncia a falsificação da vida operada por uma moral que dá sentido ao sofrimento e bloqueia a criação. Daí sua defesa de uma transvaloração dos valores - não se trata, em meu ponto de vista, de um retorno à moral aristocrática, mas da criação de modos de vida afirmativos.

Finalizando esse percurso nietzschiano pelo moral, resta pontuar que, na Terceira Dissertação de sua genealogia da moral, Nietzsche se detém no ideal ascético como uma das formas de valoração mais difundidas da história: “um tal monstruoso modo de valorar [...] é um dos fatos mais difundidos e duradouros” (Nietzsche, 1999 [1877], p. 46). O ideal ascético combate os impulsos vitais e dirige-se à própria vida como algo a ser negado, encontrando satisfação no malogro e na autossacrifício (Nietzsche, 1999 [1877], p. 41).

Importante na compreensão dessa moral é a figura do sacerdote ascético, que opera como “artista em sentimentos de culpa” (Nietzsche, 1999 [1877], p. 57). Ele redireciona o ressentimento, antes dirigido ao exterior, para o interior do sujeito, que passa a compreender seu sofrimento como punição, “um pedaço de passado” (Nietzsche, 1999 [1877], p. 57). O filósofo explica que o sacerdote ascético estabiliza as forças reativas e consolida a moral dos fracos, que “consideram somente a si mesmos como bons e justos” (Nietzsche, 1999 [1877], p. 49). O cristianismo, “por obra de sua própria moral, [...] deixou de ser

dogma”, operando apenas como moral (Nietzsche, 1999 [1877], p. 66). Um ponto que muito me interessa é que a força desse ideal reside sobretudo em oferecer um sentido ao sofrimento: “qualquer sentido é melhor que nenhum” (Nietzsche, 1999 [1877], p. 66), nessa perspectiva.

Ao chegar neste ponto desse percurso filosófico - iniciado no universalismo racional kantiano e deslocado para a crítica genealógica nietzschiana - eu me encontro diante de um ponto que considero decisivo para o desenvolvimento daquilo que chamo de *materialidade discursiva da moral*. Foi justamente ao acompanhar esse embate entre a moral enquanto lei universal e a moral enquanto sintoma histórico-afetivo - e, para mim, político¹⁰ - que comecei a perceber que a moral não se deixa reduzir nem ao domínio da razão pura, nem ao terreno exclusivo da interioridade subjetiva. Ela se faz, antes, no laço que articula as práticas, os modos como sujeitos são interpelados - cf. Althusser (1985) e Pêcheux (1995) - e implicados em sistemas de valoração.

E é por isso que a formulação foucaultiana de moral também me interessa. Foucault (1984, p. 26) entende a moral, em primeiro lugar, como “um conjunto de valores e regras de ação propostas aos indivíduos e aos grupos por intermédio de aparelhos prescritivos diversos”, conjunto que pode aparecer de modo sistemático ou de forma difusa e contraditória. E, em segundo lugar, como o comportamento real dos indivíduos “pela maneira pela qual eles se submetem mais ou menos completamente a um princípio de conduta; pela qual eles obedecem ou resistem a uma interdição ou a uma prescrição; pela qual eles respeitam ou negligenciam um conjunto de valores” (Foucault, 1984, p. 26).

¹⁰ Faço questão de inserir insistentemente aí a “política”, por entender, a partir de Safatle (2015), que as formações sociais e as práticas políticas que as constituem, hoje, são circuitos de afetos. Na tese minha (FATIMA, 2025), exploro essa questão, inclusive a partir de outros autores.

Formulada em seu próprio campo epistemológico, essa definição me permitiu perceber um duplo movimento: de um lado, a moral como sistema normativo que prescreve condutas por meio de instituições como a família, a escola, a Igreja; de outro, a moral como ética experienciada pelos sujeitos em relação às normas. Esse trânsito conceitual entre aparelhos¹¹ de prescrição e modos de subjetivação me parece essencial para articular a crítica nietzschiana aos dispositivos contemporâneos de produção de sujeitos - que são meu objeto de estudo.

E é justamente aqui que se mostra, em meu ponto de vista, um fio possível - e produtivo - de costura de Nietzsche a Foucault¹²: se Nietzsche denuncia a moral como “interpretação moral dos fenômenos”, recusando qualquer essência anterior ao jogo de forças que institui os valores, Foucault (1988, 1984, 1985) amplia essa genealogia para os modos de subjetivação e para as formas históricas de governo dos corpos e comportamentos. É nesse sentido que eu compreendo a moral tanto como prescrição quanto como conduta, tanto como imposição quanto como posição subjetiva, tanto como um campo de forças quanto como prática de si.

Em suma, foi isso que me fez notar o funcionamento simbólico da *materialidade discursiva da moral* - por meio de um conceito de moral que não se limita a um sistema de valores abstratos, mas para a corporificação da moral em práticas, que se inscrevem em instituições, circulam em discursos e se atualizam em formas de nomeação - como as que incorporam os objetos morais - que não apenas descrevem o mundo, mas o organizam simbolicamente.

¹¹ Embora não seja esta a relação feita por Foucault (1984), eu me refiro aqui aos aparelhos ideológicos de Estado, de Althusser (1985).

¹² Uma costura que considero fundamental por dois motivos: (1) para a atualização do debate histórico-filosófico em uma abordagem coerente com o social tal como se apresenta hoje; e (2) para uma entrada desse debate filosófico nos estudos do discurso e, em seguida, articulação de um deslocamento para o campo específico materialista do discurso.

Embora Nietzsche (1999 [1877]) associe o ideal ascético à repressão dos impulsos, denunciando o sacerdócio como operador de normatividade - o que inclui o sexual - o filósofo alemão não tematiza a sexualidade como objeto privilegiado de saber e poder. Foucault (1988), ao contrário, mostra como, desde a Antiguidade até a modernidade, o sexo se torna o lugar privilegiado da verdade sobre o sujeito. Esse aspecto é importante na minha compreensão da moral enquanto discurso, pois me leva a considerar como, no domínio da sexualidade, certos objetos são produzidos para estabilizar valores, organizar afetos e orientar práticas.

É nesse ponto que minha reflexão se desloca do campo estritamente filosófico para o domínio discursivo: objetos como “kit gay” e “banheiro de todes” não são meros rótulos polêmicos, mas condensações de valores morais como efeitos de sentidos, produzidos e postos em circulação para governar os modos de viver e de desejar - com consequências para a ordem do discurso político nas democracias liberais atuais, como eu destaco ao tematizar a emergência do discurso político da extrema direita (Fatima, 2025). Esses objetos morais funcionam como aquilo que Nietzsche (1999 [1877]) chamaria de interpretações moralizantes, e, ao mesmo tempo, como aquilo que Foucault identificaria como tecnologias discursivas que articulam saber, poder e subjetivação.

Esse deslocamento é a base para a compreensão da *materialidade discursiva da moral*: os objetos morais emergem e se consolidam não porque descrevem acontecimentos, mas porque operam como dispositivos de captura, instalam visão de mundo e organizam regimes de verdade que tornam certos modos de vida legítimos e outros intoleráveis. Eles condensam valores, produzem efeitos de ameaça, acionam medos morais e produzem “tipos humanos” ou “formas de subjetividade” - como as genealogias de F. Nietzsche e M. Foucault permitem observar. Ao fim desse percurso, sintetizo minha compreensão, enfatizando que a moral é um mecanismo ideológico de fundamento simbólico específico, que se materializa em objetos, práticas, nomeações e

tecnologias de subjetivação. E é a partir dessa articulação que encaminho, na seção seguinte, minha proposta sobre a *materialidade discursiva da moral*.

Considerações finais: a materialidade discursiva da moral

Do percurso feito na seção anterior, retomando minha posição no campo materialista do discurso, levo em conta que “a moral é o campo em que, por excelência, o poder é replicado” (Leandro-Ferreira e Costa, 2021, p. 23). Em meu ponto de vista, que tenho me esforçado para explicar até aqui, a moral “[...] diz respeito a um conjunto de normas que objetivam condicionar as nossas condutas e adequá-las a um ideal de bem-viver. Essas condutas são engendradas e impostas por instituições prescritivas, aparelhos ideológicos de Estado” (Leandro-Ferreira e Costa, 2021, p. 23).

Elaborando uma distinção entre os conceitos de “ética” e de “moral”¹³, Leandro-Ferreira e Costa (2021) salientam que, em comparação com a ética, “a moral é mais voltada para a conformidade das pessoas com as exigências e preceitos impostos pela sociedade. Haveria, assim, um viés público moralizante” (Leandro-Ferreira e Costa, 2021, p. 21-22). Assim, dado que os indivíduos são interpelados em sujeito pela ideologia - conforme Althusser (1985) e Pêcheux (1995) -, entendo que a moral, por meio dos aparelhos ideológicos de Estado e do viés público moralizante apontado por Leandro-Ferreira e Costa (2021), atua de modo central no mecanismo de “[...] impor (sem parecer fazê-lo, uma vez que se tratam de ‘evidências’) as evidências como evidências, que não podemos deixar de reconhecer” (Althusser, 1985, p. 94).

¹³ O objetivo da autora e do autor foi refletir sobre “a ética do analista de discurso”, centrando-se, portanto, no conceito de ética. No entanto, a reflexão fornece formulações finais sobre minha compreensão sobre moral, que trago para este texto.

E tudo isso se passa em “[...] uma ordem do discurso, a qual designamos como materialidade discursiva, distinta da ordem da língua” (Courtine, 2016, p. 14). Para Mariani (2021),

[...] a noção de materialidade discursiva mobiliza relações determinadas e específicas na língua, com o inconsciente, e com a ideologia. Falar em materialidade discursiva é propor que o conceito de discurso tenha uma ordem própria, ou seja, formas específicas de relação entre língua, inconsciente e ideologia. E esta ordem é marcada pela falta, pelo negativo, pelo que não completa (Mariani, 2021, p. 23)

Essa formulação da autora intervém na célebre definição de Courtine (2016) - para quem “a materialidade discursiva consiste em uma relação determinada entre a língua e a ideologia” (p. 14) - explicitando a articulação das materialidades discursivas com a questão do inconsciente, que é fato teórico, consoante Pêcheux (1995; 2015; 2016), acerca do real da língua, do real da história e do real do inconsciente. Para mim, explicitar a questão do inconsciente é fundamental para retomar a perspectiva nietzschiana da moral. Lembro que, em seu debate sobre a moral, Nietzsche afirma que “o esquecimento é o zelador da ordem psíquica” (1999 [1877], p. 18), pressuposto que permite retomar “a teoria dos esquecimentos” (Pêcheux, 1995) e suas consequências teóricas e analíticas na Análise de Discurso materialista - com sua concepção de sujeito atravessado pelo inconsciente, além de determinado pela ideologia.

As materialidades discursivas estão relacionadas “às condições verbais de existência dos objetos (científicos, estéticos, ideológicos...) em uma conjuntura histórica dada” (Pêcheux, 2011, p. 151-152). Para Pêcheux (2016), “a questão teórica das materialidades discursivas surge precisamente daquilo que, entre a história, a língua e o inconsciente, resulta como heterogeneidade irreduzível” (Pêcheux, 2016, p. 23). Assim, resalto a dimensão do

inconsciente, pois compreendo - apoiado em Pêcheux (1995) e de Mariani (2021) - que inconsciente e ideologia estão materialmente ligados na determinação simbólica do sujeito e dos objetos que reconhece. Assim, restituída essa dimensão do inconsciente na noção de materialidade discursiva, compreendo que

[...] o discursivo materializa o contato entre o ideológico e o linguístico, na medida em que ele representa no interior da língua os efeitos das contradições ideológicas e onde, inversamente, manifesta a existência da materialidade linguística no interior da ideologia (Courtine, 2016, p. 14).

É diante desse quadro que, para mim, “a moral configura um funcionamento ideológico específico no discurso” (Fatima, 2025, p. 190), que chamo *materialidade discursiva da moral*. Conforme propus:

Em seu fundamento simbólico, reconsiderada diante da ideologia e do inconsciente, a moral produz uma relação determinada entre a língua e a ideologia, sustentando a existência verbal de objetos como “kit gay” e “banheiro de todes”. Nos processos de subjetivação produzidos nessas condições, o sujeito traça uma linha imaginária, com efeitos bastante materiais, entre seus valores - retos, bons e morais - e os valores dos outros - tortos, maus e imorais. Trata-se da materialidade discursiva da moral, que dissimula a divisão ideológica em extremos binários, cuja metáfora é “o bem e o mal” da moralidade cristã, como constatou Nietzsche (1999 [1877]) (Fatima, 2025, p. 197)

Os objetos morais são uma forma linguística determinada que incorpora, enquanto condição verbal de existência, esse

funcionamento ideológico suportado por um sujeito atravessado pelo inconsciente. Esses objetos morais “[...] se caracterizam por funcionamento léxico-sintático específico, cuja forma é facilmente reconhecível, que conduz um retorno do objeto à constituição dos seus sentidos, acionando a atualização da memória” (Fatima, 2025, p. 204). Com funcionamento léxico-sintático determinado, esses objetos apresentam regularidades linguísticas e enunciativas “na apreensão do interdiscurso como corpo de traços que formam memória” (Pêcheux, 2011, p. 147).

Pela materialidade discursiva da moral, constitutiva desses objetos, a complexidade da divisão ideológica é simbolicamente reduzida a uma lógica binária: “eu, o bem” versus “ele, o mal”. A posição-sujeito de uma FD que mobiliza objeto moral está ideologicamente determinada a reconhecer homogeneidade em relação a si mesma e oposição absoluta - antípoda - em relação ao outro, concebido como imoral (Fatima, 2025, p. 204)

Quando são mobilizados no discurso de um sujeito, no interior de uma formação discursiva intrincada a uma formação ideológica da qual a cis-heteronormatividade participa, os objetos morais - como os designados por “kit gay” e “banheiro de todes” - operam a moral como efeito ideológico e simbólico que divide o mundo em pólos antagônicos. Daí advém o que se tem apontado como “polarização” no discurso político atual, que nada mais é do que um efeito simbólico de determinação pela moral, que estabiliza posições de sujeito em uma lógica bipolar - bem/mal; contra/a favor; certo/errado; etc. -, sufocando sujeitos no sentido mesmo, na paráfrase, estancando a polissemia¹⁴ e o deslocamento de sentidos.

¹⁴ Os conceitos de “paráfrase” e de “polissemia” são mobilizados conforme propõe Orlandi (1998).

Nos resultados de minha tese, eu demonstrei a pertinência de considerar a *materialidade discursiva da moral* em seu próprio mecanismo de divisão ideológica - para além de efeitos de sentido, em geral facilmente identificáveis pelo contraste, que determinados fatos discursivos atravessados por um discurso moral¹⁵ podem produzir. A meu ver, em seu funcionamento simbólico, ao dissimular-se em determinadas práticas ideológicas, a moral comparece como um dos mais eficazes mecanismos de interpelação ideológica - a exemplo da ciência, da técnica, da tecnologia e de outros, cada qual funcionando de modo radicalmente distinto -, pois produz o sujeito em sua posição, tanto na evidência de si quanto na evidência do outro visto como totalmente inverso. Assim, a moral se constitui como causa da não compreensão e como um dos principais fundamentos do bloqueio da crítica e da possibilidade de deslocamento de sujeitos e sentidos, especialmente no discurso político tal como se reproduz atualmente. Esse discurso das democracias liberais que, entendo eu, encontra-se dominado por uma moralidade cis-heteronormativa de base religiosa cristã, característica de formações ideológicas voltadas à reprodução do *status quo* social.

Referências Bibliográficas

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 3: o cuidado de si**. Tradução de M. Albuquerque. 8. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

GORI, P.; STELLINO, P. **O perspectivismo “moral” de Nietzsche**. *Cadernos Nietzsche*, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 101–129, 2014.

KANT, I. **A metafísica dos costumes** [1797]. Tradução de J. L. Lamego. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2017.

¹⁵ Para mim, um “objeto moral” não é simplesmente um “discurso moral”, embora ambos se relacionem. Essa distinção, eu aponto em Fatima (2025, p. 197-203).

KANT, I. **Crítica da razão prática** [1788]. Tradução de A. Bertagnoli. São Paulo: Brasil Editora, 2004. E-book.

KANT, I. **Fundamentação da metafísica dos costumes** [1785]. Tradução de P. Quintela. Lisboa: Edições 70, 2007.

LEANDRO-FERREIRA, M. C.; COSTA, I. **Sobre a ética do analista**. In: SILVA, D. S. da; SILVA, C. dos S. (orgs.). **Pêcheux em (dis)curso: entre o já-dito e o novo**. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2021. p. 21–38.

MARIANI, B. **Testemunhos de resistência e de revolta: um estudo em Análise do Discurso**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.

NIETZSCHE, F. **Além do bem e do mal: prelúdio de uma filosofia do futuro** [1886]. Tradução de M. Pugliesi. Curitiba: Hemus, 2001.

NIETZSCHE, F. **Genealogia da moral: uma polêmica** [1877]. Tradução de P. C. de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ORLANDI, E. P. **Paráfrase e polissemia: a fluidez nos limites do simbólico**. *RUA*, Campinas, SP, v. 4, n. 1, p. 9–20, 1998.

PÊCHEUX, M. **Metáfora e interdiscurso** [1984]. In: ORLANDI, E. (org.). **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. Campinas, SP: Pontes, 2011. p. 151–162.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento** [1983]. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

PÊCHEUX, M. **Abertura do Colóquio** [1983]. In: CONEIN, B. et al. (orgs.). **Materialidades discursivas**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016. p. 23–29.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio** [1975]. Tradução de E. Orlandi et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

SAFATLE, V. **O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo.** São Paulo: Cosac Naify, 2015.

O FORD LANDAU 1972 SOB O SOL: A CIRCULAÇÃO DE SENTIDOS E A MEMÓRIA DISCURSIVA DA DITADURA NA VISITA DE BOLSONARO À BAGÉ

Rafael Righi da Silva¹⁶

A visita do então presidente Jair Messias Bolsonaro à cidade de Bagé, no Rio Grande do Sul, em 31 de julho de 2020, ocorreu em um momento particular da vida política e social brasileira. Em meio à pandemia de COVID-19, que mobilizava grande parte das instituições e da população, Bolsonaro realizava viagens pelo interior do país como parte de uma estratégia discursiva fortemente marcada pelo populismo de direita e pela construção de uma proximidade simbólica com determinados grupos sociais. Durante essa visita, o ex-presidente participou de inaugurações de obras públicas, visitou quartéis e esteve presente na abertura de uma escola cívico-militar, compondo uma cena política na qual valores como ordem, patriotismo e militarização da vida pública foram reiteradamente convocados.

Nesse contexto, este trabalho realiza um gesto analítico da circulação de sentidos e do funcionamento da memória discursiva na recepção de Bolsonaro em Bagé, retratada em uma imagem presente na reportagem “Com homenagens e amplo aparato de segurança, Bagé se prepara para receber Bolsonaro”, publicada no jornal digital Gaúcha ZH. A cena, aparentemente simples, convoca uma rede de sentidos específicos relacionados à história política brasileira.

O estudo parte do arcabouço teórico-metodológico da Análise do Discurso (AD) de linha francesa, fundamentado em

¹⁶ Graduando do curso de Comunicação Social - Produção Editorial da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Membro do Programa de Educação Tutorial Ciências Sociais Aplicadas - PET CISA. rafael.righi@acad.ufsm.br

autores como Michel Pêcheux e Eni Orlandi, para compreender como a imagem constitui um gesto de inscrição e circulação de sentidos que extrapolam sua materialidade visual imediata. Considera-se que o discurso funciona como “efeito de sentidos entre locutores” (Orlandi, 2009, p. 21), sendo atravessado pela ideologia e pelas condições de produção que o tornam possível. Assim, o objetivo não é analisar o conteúdo aparente da fotografia, mas o que nela se significa em relação à memória e ao já-dito que retorna, insiste e estrutura a possibilidade de dizer no presente.

A partir disso, o objetivo é analisar como a memória discursiva da ditadura militar é mobilizada na recepção de Bolsonaro em Bagé por meio da imagem. Além disso, busca-se compreender como elementos visuais se articulam a formações discursivas relacionadas ao militarismo, ao nacionalismo e ao tradicionalismo gaúcho, produzindo efeitos de sentidos que naturalizam determinadas posições ideológicas. A questão norteadora pode ser formulada da seguinte maneira: de que modo a circulação de sentidos associados ao passado ditatorial estrutura a cena da visita e opera na construção de uma legitimidade autoritária no presente?

Ao examinar o funcionamento da memória discursiva na fotografia, o estudo contribui para compreender como discursos autoritários se atualizam e se reconfiguram no cenário político contemporâneo brasileiro, mostrando que a disputa pelos sentidos da história, e especialmente da ditadura, permanece aberta, viva e produtora de efeitos no imaginário social.

Michel Pêcheux, ao fundamentar a Análise do Discurso de matriz francesa, propõe um modelo teórico que se estabelece em uma zona de entremeio entre a linguística, o marxismo e a psicanálise, com o objetivo de explicar o funcionamento dos sentidos na linguagem. Essa articulação tripla compõe o dispositivo teórico da AD, que trabalha com “a forma material (não abstrata como a da linguística) que é a forma encarnada na

história para produzir sentidos: esta forma é, portanto, linguístico-histórica” (Orlandi, 2009, p. 19).

Um aspecto central em Pêcheux é a noção de ideologia, ressignificada a partir de uma perspectiva discursiva. É por meio dela que ocorre a naturalização do que é “produzido na relação do histórico e do simbólico” (Orlandi, 2009, p. 46), e a produção de efeitos de transparência e evidência dos sentidos, quando, na realidade, tanto a linguagem quanto a história possuem opacidade. Assim, o sentido não é produzido livremente pelo sujeito, mas “é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas” (Orlandi, 2009, p. 42). A ideologia é o “efeito da relação necessária do sujeito com a língua e a história para que haja sentido” (Orlandi, 2009, p. 48), interpelando o indivíduo em sujeito, apagando o fato de que a língua está inscrita na história e produzindo o efeito de evidência tanto dos sentidos quanto da ilusão de que o sujeito é a origem do que diz. Desse modo, “nem a linguagem, nem os sentidos, nem os sujeitos são transparentes: eles têm sua materialidade e se constituem em processos em que a língua, a história e a ideologia concorrem conjuntamente.” (Orlandi, 2009, p. 48).

A ideologia articula-se ao conceito de formação discursiva (FD), entendida como “aquilo que numa formação ideológica dada - ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada - determina o que pode e deve ser dito.” (Orlandi, 2009, p. 43) Do mesmo modo, “há sentidos que nela não podem ser produzidos” (Pêcheux, 1997a, p. 160). As formações discursivas estruturam a produção de sentidos ao restringir ou possibilitar enunciados conforme determinadas conjunturas histórico-ideológicas. Assim, os sentidos de um discurso se constituem por ele estar inscrito em uma FD específica e não outra, como aponta (Orlandi, 2009, p. 43): “as palavras não tem um sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem”.

Pêcheux também propõe a memória discursiva como categoria para explicar a persistência de certos sentidos. Ela é da ordem do já-dito: aquilo que diante de um texto, e de uma imagem, que surge como acontecimento a ler, “vem restabelecer os 'implícitos' (quer dizer, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita” (Pêcheux, 1999, p. 52). A memória relaciona-se a noção de interdiscurso, entendido como “aquilo que fala antes, em outro lugar [...] o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível” (Orlandi, 2009, p. 31). Assim, a AD investiga a relação entre memória e discursividade para compreender “a existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos” (Courtine, 2009, p. 106).

A memória constitui as condições de produção de um discurso, juntamente dos sujeitos e da situação (Orlandi, 2009). As condições de produção compreendem tanto o contexto imediato, como as circunstâncias da enunciação, quanto o contexto mais amplo, como o contexto sócio-histórico e ideológico da produção de um discurso.

A noção de sujeito é igualmente fundamental para a AD. Parte essencial do processo discursivo, o sujeito é tomado pela AD como descentrado, ou seja, ele não é a origem plena do seu dizer e dos sentidos (Orlandi, 2009). Ele é “sujeito a língua e a história [...] afetado por elas” (Orlandi, 2009, p.49), e interpelado ideologicamente, ocupando posições previamente constituídas nas FD. Ele “determina o que diz, no entanto, é determinado pela exterioridade na sua relação com os sentidos” (Orlandi, 2009, p. 50).

Conforme Indursky (2015), a memória discursiva da ditadura militar no Brasil é marcada por disputas. O golpe de 1964 é retomado por aqueles que o comemoram e aqueles que o rememoram criticamente (Indursky, 2024), bem como por “políticas de esquecimento” e “políticas de resgate da memória” (Indursky, 2015). Indursky (2011) demonstra que o período

ditatorial constitui um campo discursivo que se reatualiza continuamente, seja por tentativas de apagamento das violências, seja por movimentos de revalorização simbólica de seus agentes. Nesse contexto, elementos materiais tornam-se operadores de memória, capazes de atualizar no presente sentidos que remetem a regimes autoritários. Esses sentidos, quando retomados por aqueles que comemoram a ditadura, materializam-se através de uma “língua fascista”, isto é, uma discursividade

que produziu sentidos autorizados na formação social brasileira do período da ditadura militar, mas que, [...], com a redemocratização do país, tornaram-se da ordem do impensável, do impossível de se dizer em uma democracia, pois trata-se de algo já banido e recalcado no interdiscurso. (Indursky, 2019, p. 3)

Neste trabalho, entendemos que “imagem é discurso” (Orlandi, 2012, p. 61), enquanto “materialidade significante, modo de textualização imagética, condensada em sentidos” (Lagazzi, 2010). A imagem é, portanto, materialidade significante operadora de memória (Pêcheux, 1999) em sua relação com a história. Ela integra o processo de significação (Orlandi, 1995), possuindo seu próprio modo de significar. Ao tomar o imagético como materialidade discursiva, consideramos que ele, assim como a materialidade verbal, apresenta opacidade, é marcado pela memória e atravessado pelo interdiscurso. Assim, ao compreender a imagem em sua relação com a memória e o interdiscurso, concordamos com Gregolin (2000, p. 22):

O poder da imagem é o de possibilitar o retorno de temas e figuras do passado, colocá-lo insistentemente na atualidade, provocar sua emergência na memória presente. A imagem traz discursos que estão em outros lugares e que voltam sob a forma de remissões, retomadas

e de efeitos de paráfrases. Por estarem sujeitas aos diálogos interdiscursivos, elas não são transparentemente legíveis, são atravessadas por falas que vêm do seu exterior – a sua colocação em discurso vem clivada de pegadas de outros discursos. (Gregolin, 2000, p. 22)

Na imagem que compõe nosso corpus discursivo, observamos uma cena diurna situada na rotatória próxima ao Aeroporto Internacional de Bagé Comandante Kraemer, onde Bolsonaro desembarcou. Para fins analíticos, o corpus foi dividido em três planos distintos, configurando as sequências discursivas (SD). No primeiro plano (SD 1), militares controlam o fluxo de veículos, enquanto um carro antigo e luxuoso permanece estacionado. No segundo plano (SD 2), ao fundo, há um homem a cavalo portando uma bandeira do Brasil e trajando indumentária típica gaúcha. Mais distante, em terceiro plano (SD 3) encontra-se a paisagem aberta do pampa gaúcho, que compõe o cenário de fundo da cena.

Figura 1 - Cena de recepção de Bolsonaro.



Fonte: Gaúcha ZH

A alta militarização da cena de recepção, como evidencia a SD1, não é um fato aleatório. A cidade de Bagé é fortemente atravessada pela discursividade militar desde sua fundação, em 1811, marcada pelo estabelecimento de um acampamento militar (Fagundes; Ismério, 2023). Além disso, a cidade sempre ocupou posição estratégica na defesa do território devido à sua proximidade com a fronteira com o Uruguai, constituindo-se como uma importante guarnição que abriga quatro quartéis militares. A região também foi palco, e teve participação ativa, em conflitos históricos significativos do país, como o Combate do Rio Negro e o Cercado de Bagé, durante a Revolução Federalista. Assim, a presença dos militares nessa SD convoca uma memória discursiva específica da constituição da cidade, vinculada à formação discursiva militarista que ainda marca o presente local e que, historicamente, associa o Exército à garantia da “ordem” e da “segurança”.

Há ainda um segundo elemento nessa SD: o carro estacionado. Contudo, não se trata de um carro qualquer, mas do Ford Landau 1972 que pertenceu a Emílio Garrastazu Médici, ex-presidente nascido em Bagé e responsável por governar o país durante os chamados “anos de chumbo”, o período mais repressivo da ditadura militar brasileira (Cordeiro, 2009). O veículo foi doado por Médici à prefeitura de Bagé durante uma visita oficial em que participou de inaugurações de obras públicas, circunstância que se aproxima da visita realizada por Bolsonaro. Dessa forma, a escolha pela presença desse veículo, e não de outro, na cena de recepção não é neutra nem aleatória, mas um fato ideologicamente marcado.

Ao considerarmos os sentidos produzidos durante o mandato de Bolsonaro, tomado em sua posição de sujeito presidencial inscrito na formação ideológica e discursiva de direita (CASARA, 2020), observamos que a presença do veículo mobiliza, pelo interdiscurso, toda uma rede de sentidos ligada à memória discursiva da ditadura militar brasileira. Entre esses sentidos, destaca-se especialmente aquele relacionado à figura de

Médici, produzindo um efeito de continuidade simbólica e de aproximação entre os dois presidentes.

Indursky (1992), ao analisar a “fala dos quartéis”, isto é, o discurso dos cinco presidentes da ditadura militar, Castello Branco, Costa e Silva, Médici, Geisel e Figueiredo, e de seus respectivos governos, observa como o discurso ditatorial se organizou para produzir um efeito de homogeneidade interna e uma formação discursiva autoritária. Nesse contexto, o presidente da ditadura é construído discursivamente como um soldado convocado ao serviço da pátria para cumprir uma missão moral, e não como um político. A legitimidade do regime é reiterada continuamente, por meio da memória, pela repetição de sentidos associados à democracia, à ordem e à salvação da pátria, justamente porque esses pontos eram fragilizados e tensionados pela exterioridade, exigindo a sua reafirmação constante a fim de garantir a continuidade do projeto militar.

Entre os cinco mandatos analisados, o discurso da era Médici é aquele que alcança o nível mais extremo de repressão, configurando o auge da violência enunciativa da ditadura. Nesse período, a heterogeneidade discursiva desaparece quase por completo, “o que equivale a dizer que, do discurso desse presidente, foi eliminada toda a representação explícita do outro e de seu dizer” (Indursky, 1992, p. 350).

Apenas a voz oficial define o que pode ser dito, quem pode falar, quem é o inimigo e qual é a verdade legítima. Trata-se de um discurso monolítico, que produz um forte efeito de monologismo ao eliminar outras vozes como forma de denegação, configurando-se como um dizer fechado, uníssono e impermeável ao contraditório. A oposição não é sequer mencionada, o governo fala como se fosse a única voz possível, instaurando a eliminação da alteridade como estratégia central de manutenção do autoritarismo.

Através da negação interna, um conjunto de lugares enunciativos diferentes [...] são achatados e reduzidos a um único, fictício, que é dado como consensual para simular uma homogeneidade e uma unicidade que inexistem, surgindo daí o efeito de monologismo. Dito em outras palavras: o efeito de monologismo [...] proporciona a construção de um lugar enunciativo único, fictício” (Indursky, 1992, p 342)

Esse fechamento discursivo acompanha e expressa o contexto de censura, repressão e clausura do espaço público que marcou o período mais violento da ditadura.

Conforme Indursky (1992, p. 350) “o discurso de Médici repetidas vezes apresentou-se como o discurso da verdade, forma bastante conveniente para a história daquele período”. Esse presidente construiu para si a imagem de portador exclusivo da verdade, articulando sua figura a um discurso de “progresso social” e de “nação unida”, mesmo em meio à tortura, à censura e ao silenciamento sistemático. Essa eliminação do outro era tão absoluta que chegava a beirar a negação da realidade: a oposição não era apenas silenciada, mas apagada enquanto possibilidade discursiva. “É evidente que suas condições de produção não autorizam a referência explícita ao outro, sempre associado à falsidade, nem mesmo para ser criticado” (INDURSKY, 1992, p. 350). Assim, o “progresso” apresentado como verdade incontestável funcionava como operador de legitimação da repressão, reforçando a homogeneidade radical que caracteriza esse governo.

O Ford Landau 1972 funciona como um operador simbólico que convoca a memória discursiva da homogeneidade forjada durante os “anos de chumbo”. Não se trata apenas de rememorar um ex-presidente militar; trata-se de reativar um modo de dizer que busca reinstaurar unidade, apagamento da diferença e naturalização da autoridade militar como princípio organizador da vida social.

A presença do veículo não apenas evoca Médiçi enquanto figura histórica, mas mobiliza a discursividade de seu governo, o mais fechado e autoritário da ditadura. O gesto de inserir esse objeto na cena pública da recepção de Bolsonaro convoca esse já-dito, reinscrevendo no presente o ideal de ordem, unidade nacional e silenciamento das vozes dissonantes.

Logo, o automóvel opera como ponto de condensação de sentidos em que a memória discursiva dos “anos de chumbo” retorna, disponibilizando sentidos que sustentam a legitimação simbólica de uma filiação político-ideológica entre os dois presidentes.

Na SD 2, o homem a cavalo com a bandeira do Brasil constitui um gesto que articula duas formações discursivas distintas: o tradicionalismo gaúcho e o nacionalismo bolsonarista. A indumentária típica gaúcha, bombachas, botas, chapéu e lenço, convoca sentidos relacionados a um ethos regional marcado pelos valores de coragem, orgulho, honra e bravura. Esses sentidos, culturalmente circulantes no imaginário do Rio Grande do Sul e na formação discursiva da tradição gaúcha, são mobilizados como base para legitimar posições conservadoras apresentadas como continuidade de uma tradição “autêntica” do povo gaúcho.

Ao mesmo tempo, a bandeira do Brasil introduz o já-dito do nacionalismo, especialmente aquele intensamente mobilizado nos atos pró-ditadura, nas motocicletas e nas manifestações bolsonaristas. O gesto de portar a bandeira sobre um cavalo produz a fusão dessas duas formações discursivas, funcionando como estratégia de naturalização da ideia de que determinados sujeitos encarnam verdadeiramente o Brasil. Esse processo é recorrente em formações discursivas populistas de direita (Mouffe, 2019), construindo a figura de um “povo homogêneo” supostamente ameaçado por inimigos internos.

A centralidade da figura do cavalo reforça ainda o imaginário militar: podemos associá-lo a desfiles militares, tropas e forças de contenção da ordem, elementos que reforçam a mesma

memória discursiva acionada em SD1. Assim, SD2 funciona como dobramento do primeiro plano: enquanto SD1 mobiliza a ordem e a vigilância, SD2 produz a imagem de um povo “patriótico”, “tradicional” e alinhado à autoridade estatal.

No terceiro plano, SD 3, o pano de fundo da paisagem aberta do pampa estabelece o cenário onde a narrativa se desenrola, naturalizando e estabilizando os sentidos produzidos nos planos anteriores. A vastidão do campo, com seu horizonte amplo, convoca o imaginário de identidade regional e autenticidade rural. Todavia, ao funcionar como cenário que enquadra o militar, o carro e o cavaleiro, o pampa se converte em operador de memória: ele reinscreve discursos históricos que vinculam o sul do Brasil à defesa da pátria, à militarização das fronteiras e à figura do gaúcho como guardião do território nacional.

Essa paisagem, quando tratada como espaço “neutro” e “natural”, produz efeito de apagamento. Ela apaga os conflitos políticos e históricos que atravessam o território e torna invisíveis as disputas ideológicas que constituem a região. A naturalização faz com que os sentidos autoritários e nacionalistas produzidos nos primeiros planos aparentam emergir espontaneamente da própria terra, reforçando a ideia de que são sentidos “autênticos”, “originais” e culturalmente inerentes ao povo gaúcho.

Assim, a SD3 opera como espessura simbólica que sustenta o enunciável dos outros planos: é sobre o pampa, enquanto materialidade, que se assenta na possibilidade de reatualizar discursos que evocam disciplina, patriotismo e tradição.

A análise conjunta das três sequências discursivas revela a articulação entre diferentes formações discursivas que convergem para a atualização de memórias do período ditatorial. No encontro entre militarismo (SD1), nacionalismo e tradicionalismo (SD2) e a paisagem como legitimadora silenciosa (SD3), produz-se um efeito de evidência (Orlandi, 2009): a cena parece natural,

espontânea e coerente, quando na verdade é resultado de processos históricos específicos e ideologicamente marcados.

A fotografia não apenas registra a recepção de um presidente, ela reinscreve sentidos que autorizam uma visão nostálgica e Conservadora Da Ditadura, Deslocando-A Do Campo Do “Impensável” (Indursky, 2019) para o campo do “visível” e “dizível” no presente. Trata-se de uma operação discursiva que contribui para a circulação de discursos autoritários na contemporaneidade, especialmente no contexto bolsonarista, em que símbolos militares e nacionais foram ressignificados e mobilizados politicamente.

A análise da imagem da recepção de Jair Bolsonaro em Bagé permitiu compreender como materialidades aparentemente simples, como um veículo, militares, um cavaleiro, uma bandeira e uma paisagem, operam como pontos de condensação de sentidos que ultrapassam sua dimensão imediata e reinscrevem, no presente, memórias discursivas do passado ditatorial brasileiro. Ao mobilizar elementos vinculados ao militarismo, ao tradicionalismo gaúcho e ao nacionalismo, a cena produz um gesto de atualização de sentidos que, ao retornarem, sustentam determinados posicionamentos ideológicos na conjuntura contemporânea.

A leitura das três sequências discursivas revelou que a cena de recepção de Bolsonaro se organizou de modo a naturalizar uma visão específica de nação e de autoridade. Na SD 1, a presença dos militares e, sobretudo, do Ford Landau de Emílio Garrastazu Médici convoca a memória da ditadura em seu período mais homogêneo e violento. A figura de Médici, responsável pelo ápice do fechamento discursivo, reaparece como operador simbólico que legitima a aproximação entre o bolsonarismo e o imaginário autoritário da ditadura. Já na SD 2, a fusão entre tradicionalismo gauchesco e nacionalismo produz a imagem de um “povo autêntico” cuja identidade se alinharia, de forma “natural”, aos valores militarizados e conservadores que sustentam esse projeto político. Por fim, a SD 3 funciona como pano de fundo que

estabiliza os sentidos produzidos, apagando conflitos históricos e naturalizando a ideia de que tais valores emanam do próprio território.

Assim, a fotografia não apenas documenta um acontecimento, mas faz funcionar uma rede de memórias discursivas que reatualizam sentidos autoritários, deslocando-os do campo do recalcado para o campo do visível e do legitimado. Trata-se de um gesto discursivo que produz efeitos políticos: ao reinscrever o passado ditatorial sob a forma de tradição, patriotismo e ordem, contribui para a circulação social de discursos que tendem à homogeneização do espaço público e ao apagamento da diferença, características centrais tanto da era Médici quanto de formações discursivas da extrema direita contemporânea.

Compreender esses fenômenos é fundamental para compreender como o autoritarismo se reinscreve e se atualiza no Brasil atual, não como repetição do passado, mas como reconfiguração de sentidos que continuam a produzir efeitos no presente.

Referências Bibliográficas

CASARA, R. R. R. **Bolsonaro: o mito e o sintoma**. São Paulo: Contracorrente, 2020. E-book.

CORDEIRO, J. M. **Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici**. *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, 2009.

COURTINE, J.-J. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. Tradução de C. C. V. Birck et al. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

FAGUNDES, E.; ISMÉRIO, C. **História: município de Bagé**. Disponível em: <https://www.bage.rs.gov.br/municipio/historia>. Acesso em: 20 nov. 2025.

SCHAFFNER, F. **Com homenagens e amplo aparato de segurança, Bagé se prepara para receber Bolsonaro.** *Gaúcha ZH*, 20 jul. 2020. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2020/07/com-homenagens-e-amplo-aparato-de-seguranca-bage-se-prepara-para-receber-bolsonaro-ckda9x59n000601475w1s7rsb.html>. Acesso em: 20 nov. 2025.

GREGOLIN, M. R. **Recitação de mitos: a história nas lentes da mídia.** In: GREGOLIN, M. R. (org.). **Filigranas do discurso: as vozes da história.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2000.

INDURSKY, F. **Política da memória como forma de intervenção e resistência.** *Correio APPOA*, Porto Alegre, v. 11, n. 4, jun. 2024. Disponível em: https://appoa.org.br/correio/edicao/342/8203politica_da_memoria_como_forma_de_intervencao_e_resistencia/1427. Acesso em: 20 nov. 2025.

INDURSKY, F. **A fala dos quartéis e as outras vozes: uma análise do discurso presidencial da Terceira República Brasileira (1964–1984).** 1992. 2 v. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 1992. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/55345>. Acesso em: 20 nov. 2025.

INDURSKY, F. **O mal-estar na política e na cultura brasileiras, hoje.** In: MITTMANN, S.; CAMPOS, L. J. (orgs.). **Análise do discurso: da inquietude ao incômodo lugar.** Campinas: Pontes, 2019. p. 27–41. Disponível em: https://www.academia.edu/69151125/O_Mal_estar_na_pol%C3%ADtica_e_na_cultura_brasileiras_hoje. Acesso em: 20 nov. 2025.

INDURSKY, F. **Políticas do esquecimento x políticas de resgate da memória.** In: FLORES, G. B.; GALLO, S. M. L.;

LAGAZZI, S. (orgs.). **Análise de discurso em rede: cultura e mídia**. São Paulo: Pontes Editores, 2015.

LAGAZZI, S. **Linha de passe: a materialidade significativa em análise**. *Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade*, n. 16, v. 2, p. 172–183, 2010.

MOUFFE, C. **Por um populismo de esquerda**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

ORLANDI, E. P. **Texto e discurso**. *Organon*, Porto Alegre, v. 9, n. 23, p. 111–118, 1995. DOI: 10.22456/2238-8915.29365.

Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/29365>.

Acesso em: 20 nov. 2025.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**. Tradução de E. P. Orlandi et al. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, M. **Papel da memória**. In: ACHARD, P. et al. **Papel da memória**. Tradução de J. H. Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO INTOLERANTE E OS SENTIDOS IDEOLÓGICOS NO DISCURSO RELIGIOSO NEOPENTECOSTAL

Arielle De Jesus Meireles Teixeira¹⁷

No Brasil, o discurso religioso do movimento evangélico neopentecostal opera como uma prática normativa que regula condutas e reorganiza valores morais em torno de um dogma crítico conservador. Nos últimos, ele assumiu centralidade na esfera pública e política brasileira. Nesse contexto, houve a legitimação social de manifestações enunciativas intolerantes contra a comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Transgêneros, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticos/Agêneros, Pansexuais, Não-binários e mais (doravante, LGBTQIAPN+), estas sendo frequentemente apresentadas como defesa da fé e zelo espiritual por figuras de autoridade religiosa e política.

É neste cenário que destaco a materialidade discursiva tomada como objeto de estudo do presente artigo. Proferida por André Valadão, pastor-presidente da Igreja Batista da Lagoinha, em junho de 2023, a pregação “Deus odeia o orgulho” aconteceu de modo presencial na cidade de Orlando, no Estados Unidos da América, mas também foi amplamente divulgada na rede social *YouTube*, no canal oficial da congregação. Mais do que um evento litúrgico, a pregação funciona como dispositivo enunciativo que constrói um sujeito religioso autorizado, pela voz divina, e apto a

¹⁷ Mestra e doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás, bolsista do programa Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Parto da Análise do Discurso de linha francesa para pesquisar os discursos religiosos neopentecostais intolerantes. Email: arielle.jmt@gmail.com

instruir regimes de verdade sobre corpos e sexualidades no âmbito social.

O meu objetivo neste artigo é analisar, através da articulação entre *ethos* e a construção de uma cenografia específica, a performance do sujeito enunciator em “Deus odeia o orgulho”. Compreendo que o discurso religioso do movimento neopentecostal atua como prática discursiva normativa, em sua enunciação este sujeito discursivo produz sentidos que reiteram a cisheteronormatividade dogmática e constroem a diversidade sexual e de gênero como abjetos.

Para isso, anco-ro-me na Análise do Discurso de linha francesa, especialmente nos estudos de Maingueneau (1997, 2004, 2008) sobre *ethos*, cenografia e cenas da enunciação, articulados às concepções de poder pastoral e tecnologia de sujeição de Foucault (2008). Além disso, também dialoga com as contribuições de com Butler (2019) para pensar a constituição dos corpos abjetos. No desenvolvimento do artigo seleciono três recortes da pregação nos quais compreendo que são condensadas a legitimação da intolerância religiosa à comunidade LGBTQIAPN+, sendo eles: *enunciados que projetam a autoridade espiritual do pregador; elementos cenográficos que instituem o púlpito digital como espaço litúrgico; e formulações que produzem a abjeção da comunidade LGBTQIAPN+.*

Em minha análise busco compreender como tais mecanismos discursivos operam na produção do *ethos* intolerante, contribuindo para a circulação social de discursos que regulam corpos e moralidades no Brasil contemporâneo. A pregação religiosa evangélica do movimento neopentecostal “Deus odeia o orgulho”, posso concluir, opera como um dispositivo ideológico de regulação de corpos e sexualidades, legitimando a intolerância a partir de um sujeito performativo que hierarquiza identidades e ameaça os princípios da dignidade humana.

Metodologia e corpus

Com base em uma abordagem qualitativa, de base interpretativista (Bortoni-Ricardo, 2008), ancorada na Análise do Discurso de linha francesa, a minha análise é conduzida como uma leitura discursiva de um material audiovisual, assim, considero não apenas a dimensão verbal, mas também aspectos performáticos, visuais e midiáticos que integram a materialidade do discurso selecionado.

O *corpus* selecionado para o estudo é o vídeo da pregação “Deus odeia o orgulho”, ministrada em 04 de junho de 2023 por André Valadão, na igreja Lagoinha Orlando Church, e compartilhado na rede social *YouTube*. O vídeo tem duração de 49 minutos e 59 segundos.

O desenvolvimento do meu trabalho consiste na seleção de recortes significativos da pregação que condensam operações discursivas que considero relevantes para o meu problema analítico: a projeção da autoridade espiritual, modalização afetiva da mensagem e construção abjeta da comunidade LGBTQIAPN+. Os quatro recortes não são tratados como unidades isoladas, mas como manifestações de um dispositivo discursivo mais amplo, organizando a produção de sentidos intolerantes. O meu método implica na compreensão de como elementos linguísticos, imagéticos e cenográficos articulam-se para constituir posições de sujeito e sentidos enunciativos.

Cenografia e ethos intolerante

A pregação analisada instaura e é instaurada por uma cenografia que combina elementos litúrgicos tradicionais com dispositivos midiáticos contemporâneos, produzindo uma cena enunciativa que reforça a legitimidade do pregador e naturaliza a circulação de sentidos intolerantes. Conforme Maingueneau (2008), a *cenografia* não corresponde ao ambiente físico do culto, mas ao “espaço simbólico” construído no próprio ato

enunciativo, uma encenação dinâmica que confere legitimidade ao discurso e orienta a adesão (ou não) dos co-enunciadores envolvidos. Assim, não trata-se de um cenário estável, mas sim de uma configuração performativa que emerge enquanto o pastor fala e que delimita o modo como as suas palavras devem ser recebidas.

Como representado na Figura 1, a cenografia articula elementos litúrgicos tradicionais (o púlpito, as referências bíblicas, iluminação focal sobre o pastor, a disposição ritual do culto) com dispositivos midiáticos contemporâneos característicos do neopentecostalismo. Telões projetam os versículos e imagens da pregação em grande escala, a câmera centraliza o pastor e transforma o altar em um palco, uma arena performativa.

Figura 1 – Pregação midiática



Fonte – Canal do YouTube Lagoinha USA. Acesso: 06 jun. 2023

A estética visual do culto representada na figura acima remete a shows e espetáculos, há um jogo de luz iluminando apenas o palco, além disso, também aparece na tela um *QR code* para contribuições financeiras. A transmissão simultânea do culto pelo *YouTube* expande o alcance da pregação, inserindo a pregação em um circuito de circulação mais amplo e transnacional. O arranjo híbrido entre o ritual e o midiático produz uma cena religiosa amplificada, o espaço eclesialístico e o digital se fundem como um único dispositivo de autoridade.

Tal cenografia não é necessária, mas constitui as condições de possibilidade para o exercício do poder pastoral e para a legitimação do *ethos* intolerante do/no movimento neopentecostal. A montagem imagética e sonora coloca o pastor no centro da cena, isolado, mas iluminado e ampliado, produzindo um efeito de autoridade transcendental difícil de contestar. Ao mesmo tempo, o ambiente midiático confere velocidade, espetáculo e difusão massiva do discurso, transformando a pregação em um dispositivo capaz de regular condutas, afetos e identidades para além do espaço físico do culto.

Desse modo, a cenografia funciona como tecnologia discursiva que fabrica o lugar de onde o pregador fala e naturaliza o caráter incontestável de suas enunciações. É nesse espaço cenograficamente instituído que o *ethos* do enunciatador pode operar, pois a cena enunciativa não apenas enquadra o discurso, mas também produz as condições de legitimidade para que este sujeito enunciativo seja percebido como porta-voz autorizado da vontade divina. A constituição do sujeito intolerante depende justamente dessa articulação: a cenografia instala o espaço de autoridade e o *ethos* o ocupa, performando, neste caso, a figura do fiador da verdade.

No discurso religioso neopentecostal a produção do sujeito intolerante depende, principalmente, da construção de um *ethos* que legitima a fala do pastor como uma expressão direta da vontade divina. Assim, na prática discursiva pregação, a autoridade do enunciatador não resulta de sua posição institucional

apenas, mas de um trabalho discursivo que o investe como fiador de uma verdade transcendental, uma verdade anterior ao ser humano.

De acordo com Maingueneau (1997, 2004), o *ethos* não corresponde a uma característica pessoal do enunciador ou ao seu corpo empírico, mas sim ao modo como o sujeito enunciador apresenta-se discursivamente para tornar o seu dizer aceitável. No caso da pregação “Deus odeia o orgulho”, essa apresentação assume a forma de um apagamento estratégico do “eu”, como exemplifico no recorte a seguir:

Recorte I: [Tiago capítulo quatro no versículo seis a gente vai ler muito a Bíblia aqui amém gente? Porque eu não estou aqui pra dar minha opinião Eu estou aqui pra ler a Bíblia pra você A posição de Deus em relação ao orgulho é clara Vamos ler em voz alta]

Quando afirma que não está ali (em seu templo religioso em um momento de culto) para dar a sua opinião, mas para ler a Bíblia, o pastor desloca a origem de seu enunciado e instala o que Maingueneau (1997, 2004) denomina *ethos fiador*, um sujeito cuja legitimidade enunciativa não é fruto de sua individualidade, mas da instância superior que ele encarna. Para o teórico, o *ethos* fiador é aquele que revela-se no discurso, não correspondendo, necessariamente, ao sujeito efetivo que fala.

Assim, no âmbito discursivo da pregação religiosa neopentecostal esse mecanismo produz um efeito discursivo central para a sua intolerância. Ao declarar-se como um *transmissor* da palavra divina, um *porta-voz* de Deus, o pastor neutraliza qualquer possibilidade de contestação e responsabilização sobre o seu dizer. A condenação do orgulho LGBTQIAPN+ deixa de ser uma enunciação situada, atravessada por interesses e posicionamentos, para apresentar-se como enunciado incontestável, fundado em uma verdade absoluta. Portanto, o *ethos*

fiador funciona como uma peça central para converter um juízo moral em um dispositivo de regulação espiritual e social.

Compreendo que é nesse ponto que o *ethos* intolerante fórmula-se. Instaura-se uma imagem discursiva do sujeito enunciativo cuja autoridade deriva do seu próprio apagamento, há a produção de um regime enunciativo que naturaliza a exclusão de identidades que não correspondem a moral dogmática cristã e um deslocamento da responsabilidade pelo ato de dizer para a figura de Deus. Assim, o *ethos* enunciativo da pregação “Deus odeia o orgulho” não apenas legitima o conteúdo intolerante, mas também o enraíza em uma moralidade religiosa que pretende-se universal e obrigatória.

Pathos religioso e a tecnologia pastoral da intolerância

Em seu discurso, Valadão apaga a sua responsabilidade enunciativa ao apresentar-se apenas como um *fiador* da palavra divina, instalando, assim, um *ethos* intolerante. No entanto, esta autoridade espiritual construída não sustenta-se sem que haja a modalização afetiva que oriente a conduta dos fiéis, o *ethos* não opera de forma isolada, para que a autoridade espiritual que o pregador deseja produzir tenha efeitos de sentido, é necessário que ela afete os seus co-enunciadores.

Assim, passo a defender que o *ethos* intolerante da pregação não se sustenta por si só, mas articulando-se a uma mobilização de afetos que garante a adesão aos enunciados.

Nesse sentido, torna-se necessário compreender o papel do *pathos* no funcionamento da pregação neopentecostal. Para Maingueneau (1997, 2008), *pathos* é uma categoria que diz respeito aos afetos que o discurso procura suscitar no destinatário a fim de assegurar a sua adesão. No campo religioso, compreendo, essa categoria desempenha uma dimensão normativa, pois as emoções não apenas acompanham o discurso, mas *configuram um regime*

emocional, delimitando o que o fiel deve reconhecer como verdade espiritual.

Os recortes II e III exemplificam como emoções de medo e ódio são mobilizadas como expressões de fé. Essas modalizações funcionam como dispositivos que reforçam a legitimidade do enunciador e reorganiza a percepção do que é moralmente aceitável.

Recorte II: [eu preciso odiar o pecado eu preciso odiar a impureza sexual eu preciso ter ódio ódio daquilo que Deus não criou de forma natural eu preciso ter nojo Eu preciso romper na minha vida não deixar que isso entra na minha casa na mente dos meus filhos das minhas crianças do meu casamento eu não posso tratar naturalidade aquilo que Deus repugna.]

Recorte III: [vamos apontar o caminho da santidade vamos apontar o caminho por quê? Porque está entrando está sujando está destruindo aquilo que presta atenção Deus não destruiu a humanidade por causa de roubo Deus não destruiu a humanidade por causa de assassinatos. Deus não destruiu a humanidade Quem está pegando aqui? Por causa de idolatria Deus destruiu a humanidade por causa de imoralidade sexual Nível daquilo que Deus repugna é imoralidade sexual como um pecado grave]

A modalização afetiva articula-se, diretamente, ao *poder pastoral* descrito por Foucault (2008). De acordo com o teórico, o *poder pastoral* constitui-se como um poder individualizante, de salvação e de vigilância permanente, trata-se de um poder de direção da consciência. Diferente do *poder jurídico* ou *disciplinar*, o *poder pastoral* age sobre o interior do sujeito, orientando os seus desejos e temores. No contexto neopentecostal, essa tecnologia

sustenta a intolerância ao reconfigurar práticas de exclusão como gestos de proteção espiritual. Repreender ou ameaçar destruir a humanidade deixa de ser percebido como violência e passa a ser interpretado como um cuidado.

Em sua pregação, o pastor apresenta-se como aquele que vê o perigo espiritual antes do fiel, responsável por alertar, corrigir e expulsar aquilo que ameaça a sua comunidade, o seu rebanho. Desse modo, a modalização do *pathos* nos recortes analisados opera como uma tecnologia de sujeição, ele produz a sensação de que seguir a orientação do pastor é a condição para evitar o pecado e garantir a proteção divina.

Aplicada ao discurso intolerante à comunidade LGBTQIAPN+, esse sistema afetivo produz um deslocamento fundamental. No próximo recorte, *expulsar*, *repreender* ou *não amar* não aparecem como atos discriminatórios, mas como zelo pela alma fiel e preservação da ordem divina. Quando o enunciador afirma que “Deus não tolerou” ou “Deus repugna”, a intolerância é reconfigurada como prescrição moral legítima.

Recorte IV: [O símbolo do orgulho na bíblia é Lúcifer o anjo que quis se comparar a Deus se igualar a Deus e a palavra mostra que Deus não tolerou Lúcifer Deus não respeitou Lúcifer Deus não amou o Lúcifer Deus expulsou Lúcifer do reino Deus chutou Lúcifer dos Céus ele caiu como um relâmpago ele foi colocado pra fora porque Deus repugna o orgulho Deus rejeita toda e qualquer forma de orgulho]

Nesse recorte, o enunciador mobiliza o afeto do Zelo espiritual, mas também do medo e do ódio, Lúcifer é uma figura temida pelos cristãos e a escolha lexical mobilizada relaciona Lúcifer ao orgulho LGBTQIAPN+. Assim, por analogia, a comunidade aparece como aquilo que não pode ser reconhecido como sujeito legítimo. Ao apresentar a diversidade sexual como

ameaça espiritual, a pregação produz afetos que transformam a exclusão em dever moral, deslocando a intolerância do campo social e da violência para o campo da fé e do cuidado.

Corpo abjeto e a produção discursiva da exclusão

A intolerância religiosa não limita-se à formulações de juízos morais que encerram-se no espaço da liturgia. Ela o ultrapassa, afeta o social e produz efeitos sobre os corpos, podendo definir quais vidas podem ser reconhecidas e quais devem ser expulsas do campo do pertencimento social. Assim, a compreensão do funcionamento da pregação “Deus odeia o orgulho” implica observar como ela participa de um processo discursivo que classifica determinados sujeitos como indignos de reconhecimento, delimitando fronteiras entre o que é considerado humano, vivível e moralmente aceitável.

Assim, trabalho com o que Butler (2019) denomina *corpo abjeto*, aquele que, ao não se conformar à matriz normativa da nossa sociedade (cisgênera e heterossexual), é posicionado como ameaça moral e expulso do domínio do “vivível”. Entendo que a abjeção do outro não é um mero rótulo, mas trata-se de um mecanismo que opera continuamente, produzindo sujeitos que só podem existir socialmente como erro, perigo ou desordem. Nos recortes destacados, a comunidade LGBTQIAPN+ é um corpo dissidente, assim, é construído e trabalhado como aquilo que deve ser rejeitado para que a norma permaneça coerente, para que não haja ameaça.

No discurso religioso do movimento neopentecostal, essa dinâmica possui contornos teológicos específicos. A abjeção dos corpos e identidades realiza-se por meio de associações simbólicas entre dissidência sexual e imagens de queda espiritual, corrupção moral e oposição a Deus. No Recorte IV o enunciador vincula a diversidade sexual à figura de Lúcifer, o símbolo cristão da rebelião e do mal, nesse movimento discursivo o pastor desloca a comunidade LGBTQIAPN+ para o lugar daquilo que precisa ser

expulso, corrigido ou combatido. A comunidade LGBTQIAPN+ é construída como um corpo abjeto, ou seja, algo cuja o direito à existência é negado e cuja exclusão apresenta-se não apenas como algo natural, mas como necessário para preservar a moral cristã.

A ancoragem teológica representada no Recorte IV dá à abjeção um caráter transcendente e absoluto, pois não se trata apenas de uma condição social, mas de um imperativo espiritual que legitima práticas de exclusão. A construção da comunidade LGBTQIAPN+ como continuidade simbólica de Lúcifer reforça um processo de expulsão e repugnância que sustenta e desloca a intolerância para o campo espiritual. Ao vincular o orgulho LGBTQIAPN+ à figura do anjo caído, a pregação não apenas desumaniza esses sujeitos, mas os reinscreve como inimigos espirituais que ameaçam a ordem divina. Portanto, trata-se de um dispositivo discursivo que transforma a abjeção em princípio moral, orientando práticas sociais de exclusão e reafirmando a cisheteronormatividade como único modo legítimo de existência.

O funcionamento integrado do dispositivo discursivo

Com base no quadro teórico-analítico acima, em minha análise discursiva compreendo que a constituição do sujeito intolerante no discurso religioso do movimento neopentecostal não resulta de elementos isolados, mas do funcionamento integrado de um dispositivo discursivo que articula cenografia, ethos pastoral, pathos e abjeção. Os resultados me permitem construir que a intolerância não aparece como gesto moral individual, mas como efeito de uma tecnologia de enunciação que organiza a recepção, legitima a fala e orienta a conduta dos fiéis.

Primeiro, a cenografia da pregação (híbrida entre ritual litúrgico e espetáculo midiático) instala um espaço de autoridade que antecede o próprio enunciado e enunciador. Essa cena fabrica as condições de verdade que permitem que o pastor seja percebido como o portador de uma verdade absoluta, uma revelação, e não de um representante de uma posição ideológica.

Em seguida, o *ethos* pastoral ocupa essa cenografia para se constituir e constituindo-se como fiador da palavra divida. Como demonstrei, ao apagar sua responsabilidade enunciativa e deslocar a origem do discurso para o divino, o enunciador cria as condições necessárias para que os seus enunciados de exclusão, medo e ódio se apresentem como mandamentos espirituais.

Em conjunto, o funcionamento da modalização do *pathos* demonstra que a adesão do fiel depende da mobilização afetiva típica do poder pastoral. Medo, zelo, ameaça espiritual e promessa de salvação operam como mecanismos de sujeição capazes de transformar a intolerância contra o outro em um cuidado espiritual de si e do outro. Assim, a intolerância não aparece como violência social, mas como gesto de proteção espiritual.

Por fim, a análise da produção discursiva do corpo abjeto me permite demonstrar que a comunidade LGBTQIAPN+ é posicionada como uma continuidade simbólica do mal. Essa abjeção não é um efeito periférico do discurso, mas sim um resultado final de sua engrenagem discursiva: a cenografia instala a autoridade, o *ethos* legitima o seu enunciado como a verdade absoluta, o *pathos* garante a adesão, e o corpo dissidente é expulso do domínio do reconhecível.

Quando relacionadas, estes quatro pontos de análise me permitem compreender que o discurso neopentecostal constroi um sujeito intolerante ao naturalizar a exclusão como prática espiritual, transformando a violência em um dever religioso. Esse processo discursivo exemplifica que a intolerância não é um desvio do discurso religioso do movimento neopentecostal, mas uma operação interna ao dispositivo que articula autoridade, afeto e abjeção para regular corpos e identidades no espaço social brasileiro contemporâneo.

Reflexões finais

A partir da análise realizada posso afirmar que a pregação “Deus odeia o orgulho”, ministrada em junho de 2023 (mês internacional do orgulho LGBTQIAPN+), opera como um dispositivo ideológico de regulação de corpos e sexualidades. Nesse discurso, a intolerância é performada como virtude moral e apresentada como uma expressão direta da vontade de Deus. Mais do que uma pregação isolada, esse pronunciamento exemplifica uma prática discursiva que vem se normatizando nos discursos religiosos do movimento neopentecostal e sendo, progressivamente, institucionalizada em suas formas de comunicação e atuação pública. Compreendo que trata-se de um modo de dizer que repete-se, estabiliza-se e legitima-se como referência moral dentro do campo religioso, produzindo efeitos políticos e sociais para além do espaço do culto.

A autoridade pastoral, reforçada pelo ritual do púlpito digital e enquadramento midiático, permite o apagamento da responsabilidade enunciativa e transforma enunciados intolerantes em verdades transcendentais. A modalização de afetos (medo, zelo e ódio) reconfigura a intolerância como um cuidado, deslocando a violência do campo social para o campo do dever religioso. Nesse processo, a diversidade sexual e de gênero é figurada como ameaça espiritual, sendo aproximada simbolicamente da queda e da repugnância e, assim, expulsa do que é reconhecível.

Aqui, couberam apenas algumas das reflexões desenvolvidas, mas é nesse ponto que o meu estudo justifica-se e contribui para a sociedade e para a Análise do Discurso: ao questionar o funcionamento discursivo que fabrica exclusões sob o signo da fé, a minha análise permite desnaturalizar práticas intolerantes e abrir espaço para outras formas de dizer, existir e de significar os corpos e as identidades que a atual moralidade religiosa de líderes neopentecostais busca silenciar.

Referências Bibliográficas

BUTLER, J. **Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977–1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. 3. ed. Campinas: Pontes, 1997.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MAINGUENEAU, D. **Cenas da enunciação**. São Paulo: Parábola, 2008.

ESCOLARIZAÇÃO E CIDADANIA: O PAPEL DAS BRIZOLETAS, MODELO EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO DE SILVEIRA MARTINS NO RIO GRANDE DO SUL

Rafaella Barbieri Viera¹⁸

Larissa Montagner Cervo¹⁹

A presente pesquisa iniciou a partir de indagações acerca da formação e afirmação linguística dos sujeitos ítalo-brasileiros²⁰ no território da Quarta Colônia de Imigração Italiana no Rio Grande do Sul, atualmente “Geoparque Quarta Colônia Mundial da Unesco” e no município de Silveira Martins, berço da Imigração e integrante do território. Nesse contexto, buscamos compreender a formação de cidadania e identidade nacional desses sujeitos pela Escola enquanto instituição estatal dotada de sentidos administrativos cívicos (Orlandi, 2004) e espaço de construção do saber pela língua portuguesa.

Consideramos, nessa conjuntura, a Escola como responsável pela produção de sentidos de cidadania entre os sujeitos, no século XX, especialmente no que concerne ao modo como os processos de escolarização tensionam e legitimam os sentidos identitários dos sujeitos da localidade, inicialmente pelas políticas de interdição das línguas estrangeiras por Vargas e

¹⁸ Graduanda de Letras Português Licenciatura. Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: rafaellaviera090@gmail.com

¹⁹ Professora Associada do Departamento de Letras Vernáculas DLV/UFSM E-mail: larissa.cervo@ufsm.br

²⁰ Tomamos esta definição de sujeito “ítalo-brasileiro” a partir do postulado por (Brust, 2017) em que tal sujeito é aquele que tem e mantém pela italianidade seu elo identitário e, por ela uma inscrição em uma memória, história e língua e, brasileiro pois está inscrito no processo de cidadania brasileira. Desse modo, ele está constituído pela sua subjetividade no entre lugar da língua, do território e de si mesmo.

posteriormente pelas políticas educacionais de Leonel Brizola.

Por conseguinte, a pesquisa analisa o corpus nas condições de produção do município de Silveira Martins no qual a Escola Osvaldo Cruz, a Brizoleta, está inserida. O corpus consiste nos Aparelhamentos Escolares de cadernos de frequência e matrícula e atas de final de ano letivo da escola, a qual com o corpus revelam as formações discursivas e ideológicas que perduraram durante modelo educacional dos anos do seu funcionamento e mais, mostram os sentidos de identidade e cidadania pela escolarização no processo de alfabetização pela língua portuguesa.

Em relação ao lugar de cidadania voltamo-nos a refletir sobre ela em sua relação com o Estado, entendendo-a como vinculada a uma noção de direitos e de liberdade. Conforme Bobbio (2004, p. 61 apud Costa, 2018, p. 46), “os direitos civis reservam ao indivíduo uma esfera de liberdade em relação ao Estado; os direitos políticos lhe garantem a liberdade no Estado; e os direitos sociais significam liberdade através ou por meio do Estado”. À luz deste enquadramento teórico, concebemos a cidadania como situada em um espaço de sociabilidade, ainda que inscrita nas relações administrativas e institucionais, uma vez que é “constituída da relação dos indivíduos com um dado território” (Costa, 2018, p. 47).

Portanto, este trabalho busca trazer um panorama da política de Brizola que culminou na criação de uma Escola no território da Quarta Colônia, dando continuidade a legitimação da cidadania brasileira dos sujeitos e, traremos, antes, uma menção às políticas de Vargas que atingiram esse espaço habitado pelos sujeitos ítalo-brasileiros. Outrossim, nos debruçamos em descrever os pontos cruciais da nossa análise, principalmente em relação ao processo de constituição cidadã e como compreendemos o discurso atrelado à isso.

Os Sujeitos Ítalo-Brasileiros e O Estado Novo: O começo da legitimação da língua

Inicialmente, cabe destacar que a formação da Quarta Colônia inicia-se a partir da Imigração Italiana no Brasil no final do século XIX, em um contexto em que o país italiano sofria com as consequências da unificação, conforme Hutter (1987) e, o Brasil precisava de substituição da mão de obra escravizada e exigia trabalhadores nas lavouras e indústrias, especialmente em São Paulo. No Rio Grande do Sul, a colonização italiana iniciou na década de 1870, com imigrantes do norte da Itália, sobretudo das regiões de Vêneto, Buia e Mântova, que se estabeleceram na serra de Santa Maria, origem da atual Quarta Colônia.

Nesse contexto formativo, alguns núcleos de terra surgiram na região e, de acordo com Marin (2017, p. 169) assumiram identidades políticas e religiosas distintas: enquanto os grupos do interior, majoritariamente católicos e ligados à agricultura, apresentavam um perfil rural, a sede, Silveira Martins, caracterizava-se por uma configuração mais urbana e marcada pela presença maçônica. Essas diferenças produziram tensões ideológicas e resistências à subordinação política e religiosa à sede. O isolamento rural contribuiu para a preservação da cultura e do idioma de origem, permitindo a manutenção, por décadas, dos dialetos italianos. Assim, mesmo com a transição do regime político brasileiro, do Império à República, os imigrantes inseridos nos centros urbanos tornaram-se mais politicamente ativos, enquanto aqueles do meio rural prolongaram a homogeneidade cultural e mantiveram o uso de suas línguas maternas por cerca de cinquenta anos antes da década de 1930.

Os sujeitos ítalo-brasileiros, atravessados por memórias migratórias, mesclavam o dialeto com o português, constituindo um espaço de enunciação singular, no qual a língua funcionava como marca identitária. Contudo, durante o Estado Novo, a homogeneidade linguística dos núcleos rurais passou a ser interpretada pelo governo Vargas como uma ameaça à unidade nacional, o que motivou políticas de controle e interdição das

línguas de imigração.

As políticas de interdição e silenciamento linguístico consolidadas durante o governo Vargas foram instituídas a partir do campo jurídico e difundidas pelo país por meio de um discurso nacionalista sustentado por uma ideologia de construção capitalista, urbanística e industrial, cujo objetivo era barrar qualquer influência estrangeira. Conforme observa Brust (2014, p. 9), essa ideologia jurídica “vai se constituir na barreira social e invisível para esses que são instados a tornarem-se cidadãos brasileiros”. É nesse simbólico, de não estar na língua nacional, na gramática e nos saberes legitimados pela nação que se instaura o confronto com o político.

Nesse âmbito, por meio de uma imposição jurídica, o Estado silenciou os processos de significação pela língua desses sujeitos e imigrantes, principalmente em relação ao ensino pelo Art. 85 e decreto nº 406/1938²¹:

Art. 85. Em todas as escolas rurais do país, o ensino de qualquer matéria será ministrada em português, sem prejuízo do eventual emprego do método direto no ensino das línguas vivas

§ 1º As escolas a que se refere este artigo serão sempre regidas por brasileiros natos.”

“§ 2º Nelas não se ensinará idioma estrangeiro a menores de quatorze (14) anos.”

“§ 3º Os livros destinados ao ensino primário serão exclusivamente escritos em línguas portuguesas.

“§ 4º Nos programas do curso primário e secundário é obrigatório o ensino da história e da geografia do Brasil.”

“§ 5º Nas escolas para estrangeiros adultos serão

²¹ Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html>.

ensinadas noções sobre as instituições políticas do país.”

Compreendemos, discursivamente, que o silenciamento imposto aos imigrantes italianos e também a outras etnias estrangeiras no país configura uma exacerbação do patriotismo brasileiro no contexto das Guerras Mundiais. Nesse cenário, o discurso de soberania nacional construía o estrangeiro como oposição. Conforme aponta Payer (2001, p. 247-248), esse sujeito imigrante “se opacifica na história que o constitui, por entre as várias memórias discursivas e a relação com as diversas línguas”.

Ao interpretar a diversidade linguística e cultural do sujeito ítalo-brasileiro como ameaça à unidade nacional, o governo Vargas instituiu tais políticas de silenciamento e interdição das línguas maternas, reforçando a obrigatoriedade de uso da língua portuguesa como instrumento de nacionalização. Assim, o silenciamento, a interdição e a proibição da língua do sujeito imigrante o excluíam do espaço de representação da nação, pois, como afirma Orlandi (2005, p. 31), “o estrangeiro não era um cidadão. E era a sua língua o documento dessa exclusão”.

As Políticas Educacionais De Leonel Brizola e a Brizoleta em Silveira Martins

Foi nos meados dos anos de 1950 a 1960 que se instaura no Rio Grande do Sul, a partir do Governo de Leonel de Moura Brizola, um projeto educacional que visava a erradicação do analfabetismo e a multiplicação das escolas no interior do estado. Tal projeto, chamado “Nenhuma Criança sem Escola no Rio Grande do Sul” e implementado a partir de 1959, abrangeu também o município de Silveira Martins com a escola EMI Osvaldo Cruz. Popularmente conhecidas como “Brizoletas” essas escolas simbolizaram a ampliação da cidadania por meio da educação pública.

De acordo com Lopes e Alves (2020, p. 313), Brizola focou na educação popular e na construção das escolas:

Dentre os principais temas levantados em sua campanha eleitoral estavam a educação popular e o desenvolvimento econômico, extremamente importantes em um estado industrialmente atrasado e com forte desequilíbrio fiscal. Atendo-se ao aspecto educacional, Brizola terminou o seu mandato com 6.302 escolas construídas em todo o estado.

Além disso, esse modelo educacional distinguiu-se dos anteriores, historicamente conduzidos por instituições religiosas, nas quais o professorado exercia sua prática por indicação e com formação básica (Frigotto, 2023, p. 113). Na implementação desse novo modelo, o autor destaca que Brizola “multiplicou as salas de aula, criando uma rede de ensino primário e médio que atingiu os municípios mais distantes, inclusive nas zonas do pampa, de baixa densidade populacional, criando 5.902 escolas primárias” (Frigotto, 2023, p.114).

Por conseguinte, observa-se que a escolarização do modelo brizolista constituiu um projeto educacional, planejado para educar e, como já mencionado, civilizar. Nossos questionamentos partem, assim, da necessidade de pensar esse modelo educacional e sua estrutura na região da Quarta Colônia. Considerando que o projeto foi instaurado em todo o estado do Rio Grande do Sul, sobretudo nas áreas da Campanha e em outros interiores, surpreende o fato de haver (ainda que hoje não mais em funcionamento) uma Brizoleta no interior da região central, marcada pela imigração italiana, por práticas religiosas que antecederam a institucionalização da educação e também por intervenções estatais. Nesse sentido, Brust (2017, p. 67) compreende o sujeito ítalo-brasileiro que habita e constrói esse espaço como:

“Nos diferentes processos sócio-históricos em que se materializa seu discurso, ideologicamente, ele não está apenas subordinado ao sistema jurídico-político capitalista, mas está, também, constituído/atravessado por uma sobrevivente/remanescente/ressurgente ideologia religiosa – observáveis em seus discursos (e em suas práticas) pelos saberes advindos da FD católica. E isso pode ser explicado pela influente presença da Igreja, não só para ‘ajudar’ no processo de emigração-imigração, mas também nos processos de assentamento e de permanência.”

A política educacional brizolista introduziu, portanto, uma nova conjuntura na alfabetização do sujeito ítalo-brasileiro a qual ofereceu novas condições de produção dos sentidos de cidadania, agora vinculados ao modelo estadual de educação pública, cujo objetivo era alfabetizar e estruturar as bases sociais e econômicas do estado e não mais sustentar um ensino de viés religioso, voltado à permanência e à coesão comunitária pela fé e pelo trabalho, como analisa Brust (2017, p. 67).

Compreendemos, assim, uma mudança nas formas de assujeitamento desse território: se, no período inicial da formação da Quarta Colônia, o sujeito teórico era atravessado pela ideologia cristã e, posteriormente, pela legitimação da identidade nacional nas políticas do Estado Novo, o sujeito que emerge no período da Brizoleta já tem sua identidade brasileira estabelecida e aprende em língua nacional. Ainda que permaneçam resquícios de uma identificação clivada, o que o constitui como cidadão é sua inserção na escola e entendemos a Escola como:

“Um dos lugares (...) em que a forma-sujeito-histórica que é a nossa (a capitalista, de um sujeito com direitos e deveres) se configura como forma-sujeito urbana; o adulto letrado, cristão, e urbano como projeto. (...) é o sujeito da escrita, o sujeito do conhecimento. Não há

Estado sem Ciência. E a escrita está na escola.”
(Orlandi, 2004, p. 152)

É importante reiterar que, embora tratemos de um espaço escolar interiorano, discutimos a Escola a partir de uma perspectiva cidadina, pois, enquanto instituição pública de ensino, ela funciona como aparato estatal próprio da cidade e esta entendida como “um aglomerado de instituições políticas e administrativas especiais”, à qual “acresce-se a necessidade de juntarem-se às noções de cidadania e de comunidade urbana” (Orlandi, 2004, p. 12).

Nessa perspectiva, a interiorização do ensino promovida pela política brizolista, somada à afirmação da nacionalidade dos sujeitos decorrente da interdição das línguas maternas no Estado Novo, constitui um encadeamento de acontecimentos políticos separados por aproximadamente 22 anos, do início do Estado Novo (1937–1945) ao início do governo Brizola (1959–1963).

Esses acontecimentos compartilham elementos de identificação produzidos pelo Aparelho Escolar, os quais contribuíram para consolidar um modelo de formação cidadã pela escola. Assim, a Brizoleta, nesse espaço, representa a continuidade da alfabetização em língua portuguesa e a legitimação de uma cidadania que insere o sujeito no processo de civilidade orientado pela ideologia urbana.

Caracterizando, neste contexto, a mencionada Brizoleta, essa defini-se, como materialidade um espaço em que : “Onde houvesse um grupo de mais de 20 crianças era construída uma escolinha padronizada, quase mantendo o estilo de uma casa. Um porão e, acima, a escola construída com madeira.” (Frigotto, 2023, p. 114). Desse modo, o modelo educacional relaciona-se ao processo de escolarização e urbanização como instrumentos do Estado, funcionando como normatização, estabilização e regulamentação dos sentidos do sujeito e dos sentidos para o sujeito ocupar a cidade (Orlandi, *apud*

Pfeiffer, 2001, p. 29-33).

Portanto, a Brizoleta não enquadra-se aqui como corpus de pesquisa mas, como representação do modelo educacional que abarcou o corpus e por isso associada entre a educação e patrimônio do município “pressupõe um compromisso voltado ao fazer crer e ao fazer saber da nossa atualidade em sua potência de significados” (Cervo; Lisowski, 2025.p. 95).

Corpus de Pesquisa

O Corpus de Pesquisa é constituído pelos Aparelhamentos Escolares e pelas Atas de Resultados Finais da Brizoleta. A documentação desse Aparelhamento Escolar e Caderno de Frequência Diária, ambos em modelos de 1931, foram utilizados entre 1960 e 1975. Trata-se, portanto, de material produzido ainda sob formatos instituídos na Era Vargas e mantidos durante governos posteriores. Esses cadernos registram dados como matrícula, identificação dos alunos, nacionalidade, religião, nível de alfabetização, percurso escolar e dados dos pais. Observa-se predominância de famílias de nacionalidade brasileira, agricultores e católicos. Os registros repetem-se anualmente ao longo das décadas, indicando continuidade administrativa e pedagógica.

Além desse material, analisamos atas de resultados finais, que revelam turmas pequenas, índices elevados de aprovação nas séries posteriores e maior reprovação no 1º ano. Também surgem descrições raciais e informações sobre frequência e desempenho, compondo um retrato do funcionamento escolar do período. Compreende-se que esses documentos funcionavam como registros oficiais da escola permitindo acompanhar matrícula, frequência e rendimento. Sua permanência ao longo de 20 anos evidencia a continuidade de um modelo administrativo educacional iniciado na década de 1930 e ainda vigente durante a política educacional brizolista. Tal persistência sugere a manutenção de uma lógica de regulação estatal da escolarização.

A partir disso, questionamos o significado do “aparelhamento escolar” no espaço rural. Esses documentos revelam a inscrição da memória institucional do Estado, pois, conforme Orlandi (2003), o arquivo é “estabilização de sentidos” e materializa relações de força, constituindo aquilo que não se deve esquecer. Nesse sentido, o aparelhamento escolar funciona como instrumento de controle e de produção de sentidos de civilidade e cidadania, ao registrar e organizar a vida escolar dos alunos, consolidando o ensino da língua portuguesa.

A Brizoleta, como modelo de interiorização do ensino público, reforçou esses sentidos ao articular alfabetização, expansão escolar e formação cidadã. O aparelhamento evidencia não apenas pertencimento dos sujeitos a esse modelo educacional, mas também a forma como se institucionaliza a prática de linguagem que constitui o sujeito como cidadão.

O aparelhamento, enquanto materialidade, inscreve a memória das políticas de Vargas e continua operando como aparato de cidadania no período brizolista. Assim, o significante “aparelhamento escolar”, esquecido enquanto documento administrativo, retorna aqui como objeto de análise discursiva, permitindo compreender os modos pelos quais a escola rural, atravessada pelo urbano e pelo Estado, produz uma língua cívica e um sujeito inscrito na ordem da cidadania.

Os alunos aparecem, então, como sujeitos interpelados a produzir consciência linguística e cidadã, reproduzindo sentidos de nacionalidade que se instauraram no Estado Novo e se prolongaram nas políticas de Brizola. A escola torna-se espaço de construção identitária para além da família, configurando uma prática institucionalizada que articula língua, história e cidadania.

Portanto, para a Análise do Discurso, descrever essas materialidades é fundamental para tornar visíveis os sentidos que

operam na relação entre sujeito, língua e memória. Como lembra Orlandi (2004), não há acesso direto ao sentido, mas interpretações possíveis. Assim, o aparelhamento escolar abre um campo interpretativo no qual se articulam instituição escolar, cidade e cidadania, permitindo avançar para recortes analíticos que evidenciem como esses documentos significam no espaço social e histórico em que foram produzidos.

Conclusão

Para fins conclusivos, é fundamental destacar a significação do aparelhamento escolar no contexto do modelo educacional nas condições de produção atreladas às formas de constituição de cidadania. Nesse ínterim, As páginas do aparelhamento escolar, ao organizarem esse locus de pertencimento civil, evidenciam gestos de interpretação vinculados aos sentidos de identificação ali produzidos. A inscrição dos sujeitos como alunos, mediante o registro de suas informações, os integra cívica e oficialmente ao espaço escolar, funcionando como mecanismo de controle e regulação do Estado.

Nessa materialidade, os dados os identificam como brasileiros, gaúchos e silveirenses; indicam se eles e seus pais eram alfabetizados em língua nacional; registram idade, profissão dos responsáveis, distância da residência até a escola, frequência às aulas, aproveitamento anual e resultados finais. Assim, o aparelhamento não apenas documenta, mas produz sentidos de cidadania e pertencimento no interior rural em que se insere.

Considerando a alfabetização, essa apresenta-se nas materialidades do corpus como o indicador de construção de saber elementar. Nota-se, pois, um processo discursivo de formação do sujeito brasileiro pelo letramento, que o coloca conforme seu nível de alfabetização em uma posição-sujeito “que se apropria da escrita e do sentido que nela e com ela se produz, e também das relações sociais que se constroem” (Orlandi, apud Silva, 2015, p. 17). Nesse modelo educacional que observamos

discursivamente, é fundamental lembrar que a língua opera sob “uma ideologia jurídica” (Orlandi, apud Silva, 2015, p. 16). Assim, a escolarização dos sujeitos ítalo-brasileiros em língua nacional resultado das políticas de Vargas e, sobretudo, de Brizola associa educar a escolarizar, e escolarizar a “ler, escrever e contar em língua nacional” (ibidem, p. 16).

Por fim, olhar para os modos de escolarização discursivamente fez com que essa pesquisa mostrasse os diversos sentidos construídos pela legitimação da língua e principalmente pela ampliação do ensino em um espaço de imigração distante das cidades. Não buscamos problematizar as formas desse processo de cidadania, mas sim descrever e perceber de maneira discursiva como ele aparece nas condições de produção dadas, trazendo sempre a língua como ponto de partida de análise. Essa, portanto, é considerada a base material para pensar os processos discursivos diferenciados (Pêcheux, 2009) e, neste estudo, a pensamos como construtora de sentidos de cidadania junto à escola e, afirmada pelas políticas de Estado estruturadas ideologicamente e que vão evidenciá-los pela identidade dos sujeitos presentes nas materialidades descritas.

Referências Bibliográficas

BRUST, V. T. B. **O “sertão” Quarta Colônia: travessias pelas subjetivações do sujeito ítalo-brasileiro.** 2017. 364 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Santa Maria, RS, 2017.

BRUST, V. T. B. **De língua e de línguas: slogans políticos e ideologias de governos.** *Revista Escrita*, Rio de Janeiro, v. 19, 2014. ISSN 1679-6888. DOI: 10.17771/PUCRio.escrita.23785. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/23785/23785.PDF>. Acesso em: 9 nov. 2025.

CERVO, L. M.; LISOWSKI, C. S. **Da tessitura de memórias ao reconhecimento da alteridade: educação patrimonial como ressignificação de discursos.** In: MEDEIROS, C. S. de et al. (orgs.). **Inquietudes discursivas e outras histórias: uma homenagem a Amanda Eloina Scherer.** Santa Maria, RS: Editora da UFSM, 2025.

COSTA, M. I. S.; IANNI, A. M. Z. **O conceito de cidadania.** In: COSTA, M. I. S.; IANNI, A. M. Z. **Individualização, cidadania e inclusão na sociedade contemporânea: uma análise teórica.** São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC, 2018. p. 43–73. ISBN 978-85-68576-95-3. DOI: 10.7476/9788568576953.0003. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788568576953.0003>. Acesso em: 9 nov. 2025.

HUTTER, L. M. **Imigração italiana: aspectos gerais do processo migratório.** *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 27, p. 59–73, 1987. DOI: 10.11606/issn.2316-901X.v0i27p59-73. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/69906>. Acesso em: 19 ago. 2024.

LOPES, G. E. G.; ALVES, M. E. B. **“Nenhuma criança sem escola”: a influência do protestantismo nas políticas educacionais de Leonel Brizola.** *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 20, n. 51, p. 295–321, 2020. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/3150>. Acesso em: 17 jul. 2025.

MARIN, J. R. **A integração dos imigrantes italianos à política sul-rio-grandense na ex-colônia Silveira Martins.** *Revista de História Regional*, Dourados, v. 13, n. 14, p. 167–197. DOI: 10.11606/issn.1981-1616.v13i14p167-197. Acesso em: 19 ago. 2024.

ORLANDI, E. P. (org.). **Cidade atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano.** 1. ed. Campinas, SP: Pontes, 2001.

ORLANDI, E. P. **Cidade dos sentidos.** Campinas, SP: Pontes, 2004.

ORLANDI, E. P. (org.). **Para uma enciclopédia da cidade.** Campinas, SP: Pontes; Unicamp/Labeurb, 2003.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

SILVA, M. V. da. **História da alfabetização no Brasil: sentidos e sujeito da escolarização.** Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

PORTUNHOL SELVAGEM: DESLIZES NA DEFINIÇÃO DO MOVIMENTO EM “TRIPLE FRONTERA DREAMS”, DE DOUGLAS DIEGUES

João Vítor Ribeiro Lipert²²

Larissa Montagner Cervo²³

Este texto trata do trabalho realizado em uma pesquisa de fase inicial acerca do portunhol selvagem e da sua constituição enquanto língua e movimento de resistência, com base na obra “Triple Frontera Dreams” (2017), de Douglas Diegues. Compreendemos o portunhol selvagem como uma poética de resistência às normas e aos padrões linguísticos e que tem essa denominação de selvagem por considerar as questões indígenas. Diegues é um dos principais autores do movimento e, pelo seu livro, indica sentidos de fluidez no fazer-se e, nessa obra, reúne uma série de textos que trabalham questões históricas e de identidade da tríplice fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai. Junto dos textos, glossários são construídos e contextualizam verbetes referentes a palavras de línguas originárias, de povos escravizados, além de línguas de imigrantes e neologismos.

Nossa pesquisa parte do aparato teórico-metodológico da Análise de Discurso em sua inter-relação com a História das Ideias Linguísticas. Com isso, trabalhamos a constituição do portunhol selvagem enquanto língua e movimento de resistência pela análise do texto de apresentação do movimento presente na obra, que indica uma língua sem fórmulas e limites, tal qual uma língua fluida, em contraste com os *glosarioncitos selváticos*, considerando o glossário como um instrumento linguístico que confere estatuto e

²² Graduando em Licenciatura em Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa/ UFSM. joao.djb@gmail.com

²³ Professora Associada do Departamento de Letras Vernáculas DLV/UFSM. larissa.cervo@ufsm.br

lugar a uma língua, na perspectiva da institucionalização de sentidos.

Compreendemos os glossários como instrumentos de formulação sócio-histórica, dispostos diante de um descompasso entre texto e leitor e, no caso em questão, são mobilizados para possibilitar a circulação da obra de Diegues para além do espaço fronteiriço. Esse gesto, no entanto, retrabalha alguns sentidos fundamentais do movimento, que propõe um rompimento com a língua imaginária. Nessa perspectiva, interrogamos aquilo que se apresenta como estruturante do Portunhol Selvagem, pois a adoção de um instrumento de gramatização implica operar uma certa sistematização da língua, instaurando, no processo discursivo, alguns deslizes com efeitos de contradição.

Portunhol e Portunhol Selvagem

Os movimentos de análise que sucederão essas primeiras palavras visam possibilitar alguns caminhos para compreender a constituição do que nomeia-se portunhol selvagem. A obra aqui analisada desenvolve em seus textos acerca da identidade da região da tríplice fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai. A partir disso, trabalhamos com o imaginário das fronteiras e os atravessamentos aos sujeitos. Compreendemos que as zonas de fronteira constituem um espaço de conflito entre os sujeitos que vivem na região e o imaginário dessas mesmas fronteiras que, justamente nesse contexto, analisaremos discursivamente a constituição do portunhol selvagem, considerando as ideias do movimento de oposição à instituição Estado e a língua nacional bem como dos instrumentos que a compõe.

O livro, enquanto materialidade instituída em um ponto de conflito às ditas línguas nacionais, carrega consigo uma série de contos, traduções e poemas que, em um recolhimento das vivências da tríplice fronteira, produzem sentidos de resgate cultural e reinscrição de identidade regional por meio da história e do folclore paraguaios. Ainda, essa produção literária, intitulada

como residente na fronteira tríplice, produz seus sentidos por uma língua constituída enquanto movimento de resistência à institucionalização das línguas, o nomeado Portunhol Selvagem.

Douglas Diegues, carioca de mãe paraguaia e pai brasileiro, foi criado nessa tríplice fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai, e é um poeta que escreve seus textos por meio do portunhol selvagem, sendo autor do livro “Dá gusto andar desnudo por estas selvas: sonetos selvajes” (2002)²⁴ que é considerado como a primeira obra de poemas publicada escrita em portunhol selvagem. Essa língua constitui-se também como um movimento de resistência, assinado pelo próprio e por mais escritores e pensadores num texto manifesto “Karta-Manifesto-del-Amor-Amor-en-Portunhol-Selvagem” (2008)²⁵. Diegues também é o fundador da primeira editora cartonera do Paraguai, a Yiyi Jambo Cartonera, reconhecida no trabalho desenvolvido nesse outro movimento. Nessa conjuntura, o autor apresenta-se como um dos principais expoentes do movimento à medida que continua a elaborar literatura, em diversas esferas, nessa língua a qual propõe-se a resistir às línguas nacionais.

Para pensarmos o portunhol selvagem, uma primeira análise do que seria o portunhol mostra-se pertinente a fim de compreender ou ter alguns pontos de partida acerca da historicidade dessa nomeação. Com o intuito de termos um aparato geral do que significa a denominação “portunhol”, buscamos no estudo desenvolvido na tese de Sturza (2006) acerca desse enquadramento, da qual investiga quais línguas são nomeadas nas fronteiras e aponta que esses nomes, como portunhol, “[...] de um modo ou de outro, remetem ao fenômeno do cruzamento das línguas portuguesa e espanhola nas zonas de fronteira do Brasil com o Uruguai.” (p. 128). Dado isso, entendemos o portunhol como uma língua que constitui-se

²⁴ Informação retirada da descrição do autor em “Triple Frontera Dreams” (2017)

²⁵ Manifesto realizado contrário a Itaipu Binacional e também de trabalho do Portunhol Selvagem enquanto movimento.

também pelo português e pelo espanhol. Buscando os primeiros momentos de aparição na nomeação “portunhol”, Sturza (2006) considera que “O “Portunhol” designa uma prática linguística deficitária, uma passagem entre uma língua e outra, por isso nem uma língua nem outra.” (p. 131). Partindo dessa perspectiva, interessa-nos compreender a constituição do portunhol e como, atualmente, ele parece significar como uma língua outra que não o português ou o espanhol.

Ainda sobre o portunhol, uma explanação sobre o territorializar se faz necessária ao considerar o imaginário de que as línguas enquanto instituição fixam-se territorialmente e, ideologicamente, estão presas pelas fronteiras. Com isso em mente, com o foco deste trabalho referente a uma obra que propõe-se significar na fronteira, relacionamos então com o conceito de cidades gêmeas desenvolvido em referência às comunidades das fronteiras do arco sul, cidades que compartilham do mesmo território tendo a linha imaginária da fronteira marcada por ruas ou rios e que não se faz real dada a troca intensa dos sujeitos, onde, também, há a ocorrência do termo portunhol. Dado isso, compreendemos a partir de Sturza (2019) que:

Cada comunidade tem uma história, uma formação social e cultural e uma confluência de línguas. Nessas zonas, o uso do portunhol é mais recorrente, em especial, nas comunidades fronteiriças nas quais há um maior fluxo de pessoas e onde as relações são mais intensas e favorecidas pelo tipo de fronteira existente: fronteiras secas, menos controladas e mais urbanizadas. (Sturza, p. 98-99, 2019)

Nessa relação, compreendemos o portunhol como presente nas fronteiras e, enquanto pensado por nós como língua, constitui-se com a história e a prática da comunidade da fronteira. Ainda, ao tratar de políticas de língua e do espaço fronteiriço na bacia do Rio do Prata, Sturza (2006), fundamentada na Teoria da

Enunciação é inserida no campo da História das Idéias Linguísticas, considera o espaço de enunciação como um espaço configurado pela relação de línguas e falantes (p.68) e, a partir dessa relação entre línguas e enunciadores, a autora propõe então um Espaço de Enunciação Fronteiriço do qual, a princípio, não necessariamente atrela os mesmos sentidos da língua nacional. Seguindo essa linha em sua tese, uma análise do português para fora dos seus limites é proposta e também é identificada a ocupação do português no espaço fronteiriço entre Brasil-Uruguai como uma língua de poder que perde parte do título com o processo de alfabetização proposto pelo governo uruguaio no final do século XIX e a oficialização do espanhol como língua nacional (Sturza, 2006, p. 159).

Nesse limiar do portunhol, pensamos no processo de escolarização que atravessa as comunidades fronteiriças em relação a identificação dos sujeitos com as línguas. Com isso, ao analisar o caso do portunhol, contrastamos o processo de escolarização à circulação de línguas que não se prendem pelas linhas imaginárias. Dado isso, o portunhol constitui-se no confronto entre as línguas de Estado e também das várias línguas que são faladas pelos sujeitos. Com isso, a constituição do portunhol pode mesclar sentidos com as línguas ou expressões linguísticas orais, não gramaticalizadas, fora dos instrumentos linguísticos.

Para pensarmos, então, o caso do Portunhol Selvagem, que talvez podemos entendê-lo como uma língua que se manifesta na literatura e o delimitamos, também, como uma língua constituída no confronto com outras línguas, à medida que algumas línguas são nacionais e outras não e não possuem os mesmos mecanismos. Isso, pois partimos da concepção de Souza (2022), em que consideramos as diferentes condições das línguas e a relações de poder que atravessam-as. Consoante a isso, nesse estudo do portunhol selvagem, compreendemos que “As línguas que se encontram não se separam da materialidade histórica que se encontra” (Alves, 2019, p.33). A partir disso, compreendemos

também o Portunhol Selvagem como um movimento e uma língua que é selvagem por trabalhar questões indígenas de forma positiva (Alves, 2019) e que carrega, então, o rastro material de línguas nacionais e línguas outras praticadas historicamente em determinada região. Com isso, analisamos como a obra de Diegues contempla proposições de definição do que seria a língua e o movimento e dos caminhos e diferenças que o portunhol selvagem tem e toma ao existir.

Este texto, então, retrata o início de um processo de pesquisa e de análise das proposições discursivas e das materializações do portunhol selvagem a partir do texto de apresentação e dos glossários presentes na obra elencada.

Sentidos no ser Selvagem

Para entendermos a que o portunhol selvagem propõe-se a resistir e também como ele constitui-se, nesta seção o trabalho visa relacionar os conceitos de Língua Fluida e Língua Imaginária (Orlandi, 2009) com as regularidades discursivas presentes do texto de apresentação do livro corpus deste trabalho, intitulado “Bienvenidos a la Selva del Portunhol”. O texto de apresentação, como em muitas das obras de Diegues, apresenta do que o livro tratará e também tenta definir o que é o portunhol selvagem.

Em um estudo antropológico no Xingú, Eni Orlandi (2009) refletiu sobre as tentativas de descrição da língua pelos teóricos e a própria fluidez linguística existente entre os sujeitos da bacia do rio. De acordo com ela, enquanto o Curso de Linguística Geral propunha a dicotomia língua e fala e a Sintaxe Gerativa uma relação de competência e performance priorizaram e davam foco à concepção de língua como unidade (língua e competência), a Análise de Discurso poderia dar conta de uma perspectiva que considerasse a historicidade, a interpelação ideológica e a fluidez da relação entre língua e sujeito. A isso, Orlandi (2009) designou Língua Fluída e Língua Imaginária. Língua Imaginária, é entendida como “a língua sistema, a que os

analistas fixam em suas regras e fórmulas” (p. 18). Pois, essa noção compõe-se de “normas, coerções, as línguas-instituição, estáveis em unidade e variação” (p. 18). A título de comparação, algo como a língua portuguesa, construída historicamente por instrumentos linguísticos e pela palavra escrita, língua que tem caráter de instituição, uma língua que permeia a memória nacional e se constrói sob o imaginário de uma unidade fechada. Em constância, para ela, a Língua Fluida foi o que ela encontrou na comunidade, o que pode reconhecer-se como exemplo de uma língua brasileira, uma língua que está aberta ao erro e à fluidez. A Língua Fluida seria, então, “a língua movimento, mudança continua, a que não pode ser contida em arcabouços e fórmulas, não se deixa imobilizar, a que vai além das normas” (Orlandi, 2009, p. 18).

Partindo para o conteúdo presente no livro “Triple Frontera Dreams”, o texto de apresentação indica que qualquer pessoa pode fazer literatura em portunhol selvagem, abrindo assim essa língua literária para que qualquer pessoa possa tomá-la para significar e produzir. Isso, disposto no texto:

Qualquer kabrón, qualquer princesa, qualquer vagabundo puede fazer literatura em portunhol selvagem, porque cada um tem ya um portunhol selvagem seu, aún non lo sabiendo, escondido en seu corpor, ya que jamais será igual al mio. Incalculávei portuñoles selvagens existem y non existem, pero nunca se repetem, como las tapas de los libros cartoneros. (Diegues, 2017, p. 5)

Com essa premissa, pensamos os efeitos que se buscam ao tratar do portunhol selvagem, ou melhor, ao tentar apresentá-lo como uma língua aberta ao uso por qualquer sujeito que queira significar por meio dela o seu fazer literário. Nesse caminho, o portunhol selvagem, enquanto movimento de rebeldia contrário às regras e a correção, aponta que qualquer pessoa, em qualquer lugar, está apta — como defende-se — a produzir literatura

construindo um novo portunhol selvagem com as línguas que quiser. Nessa concepção, que discursivamente é ilusória que uma pessoa possa produzir em portunhol selvagem sem nenhuma vivência ou experiência com as línguas que o constitui considerando a historicidade da fronteira, pensamos nos sentidos da palavra selvagem, da selvageria, que parece remeter-se também a contrariedade às regras. Dado isso, buscamos no dicionário contemporâneo Priberam²⁶ o verbete “selvagem”.

1. Que é próprio das selvas; que nelas se cria, nelas cresce ou vive.
2. Bravio; montês.
3. Inculto; maninho.
4. Que nasce e se desenvolve sem ser semeado ou cultivado e sem cuidados especiais. = BRAVO, ESPONTÂNEO, SILVESTRE

Nessa pesquisa sobre o significado da palavra “selvagem”, observamos que os itens (1) e (4) permitem sentidos similares ao fazerem uma ligação do ser selvagem com o que é proposto no movimento. Em (1), discursivamente, há caminhos para pensar a denominação “selvagem” por sentidos de territorialização, à medida que Diegues, no texto de apresentação, ao tratar da composição do seu portunhol selvagem, nomeia diversas línguas indígenas e pontua que também pode incorporar “otras hermosas lenguas que seguen sendo habladas aún diariamente por las selvas paraguayensis de la Triple frontera” (2017, p. 5). Ainda sobre as línguas, o autor trata da composição do portunhol selvagem na obra também por línguas nacionais como o guaraní paraguaio, o inglês, o francês e o italiano. Posto isso, interessa-nos saber não apenas que línguas compõem o portunhol selvagem, mas sim como ele é constituído

²⁶ Dicionário virtual do português contemporâneo.

historicamente e os sentidos de ser selvagem. Em (4), o item permite compreender, ao que parece, o significado de selvagem pela falta de cuidado, ou seja, talvez, pela falta de regramento ou criação artificial. A isso, investigamos o discurso do texto que indica caminhos para tratar do movimento como fluido, da fala, que erra. Esses sentidos vêm, nesse texto de abertura, a partir de:

“El portunhol selvagem es maravishozo-real lenguajen encantatório, **errante avante**, mil escrituras todas iguais y tan diferentes, non se lo puede entender direito, diz el bróder domadore de yacarés, pero se lo puede sentir e frescor de llamas, el rocío del mambo. (DIEGUES, 2017, p. 5, grifo nosso)

Essa seção deste trabalho, ao tratar da concepção de Língua Fluída e Língua Imaginária e da materialidade presente no texto de apresentação do livro “Triple Frontera Dreams”, visa relacionar a concepção teórica aos caminhos indicados pelo autor. Percebe-se que Diegues tenta definir o que seria portunhol selvagem, pensado enquanto língua, como uma língua em confluência com a fala e com o uso de diferentes formas, fluida, não presa as descrições mas, ainda assim, com historicidade e atravessada pelas formas políticas que constituem as línguas que estão na base de sua formulação. Nesse âmbito, o portunhol selvagem manifestado na obra de Diegues significa no confronto de diversas línguas do espaço fronteiriço do mesmo modo que propõe uma suspensão de fronteiras. Essa suspensão, essa quebra de limites que é proposta para o portunhol selvagem contraria a territorialização posta pela descrição de Diegues do portunhol selvagem presente no livro. Nessa mesma linha, como veremos adiante, o portunhol selvagem produz sentidos de descrição linguística e de solidificação com o movimento lexicográfico por parte do autor.

Contradições na Definição e Instrumentalização

A segunda parte do corpus analisado na obra são os nomeados *Glosariocitos Selváticos*. Diques, ao final de quase todos os contos ou poemas presentes no livro, toma a posição de produzir glossários que complementam os sentidos dos itens lexicais e também do contexto regional do texto literário. Mas, antes, para um melhor entendimento dessa primeira análise, devemos explicar sobre como o uso desse instrumento linguístico que confere estatuto e lugar a uma língua (Medeiros, 2012). Posto isso, entendemos que o movimento portunhol selvagem posiciona-se contra a dicionarização ou gramaticalização pois, estes fazeres, segundo o movimento, paralisam a língua e a liga às instituições. Com isso, essa pesquisa parte para a análise dos glossários presentes na obra de Diques, com o objetivo de entender o seu uso em relação à constituição do movimento. Do mesmo modo, o portunhol selvagem apresenta-se como apto ao uso por qualquer pessoa em qualquer lugar e, nos glossários, cabe a investigação de como essa ideia ilusória — de que podemos usar uma língua sem vivências ou experiências com ela ou com o território com que ela se historiciza — significa em face ao conteúdo desses instrumentos e de como eles contextualizam historicamente e regionalizam-se seus verbetes na fronteira tríplice.

Compreendemos que o Portunhol Selvagem presente na obra de Diques é composto por mais línguas nacionais, fora as contidas no nome, como as também do colonizador (inglês, francês e italiano) e também a do colonizado que tomou um espaço político (guarani paraguaio). Nesse limiar, entendemos que as diferentes formas de tratar a língua pelo fazer lexicográfico produz imagens enunciativas que constituem espaços de contradição ao trabalhar as diferenças no campo das formações sociais (Nunes, 2001, p.85). Partindo dessa concepção, cabe analisar o caso do Portunhol Selvagem que se faz valer de um glossário e que também busca resistir a gramatização.

Tratando do glossário em um livro de literatura, elaborado pelo sujeito escritor, entendemos, a partir de Medeiros (2016) que ele “denuncia a língua imaginária que gramáticas e dicionários vão compondo como nacional” (p. 89) e que indica “algo falta àquela língua que se monumentaliza como língua nacional.” (p. 89). Pontuado isso, observamos os glossários presentes em *Triple Frontera Dreams* que, em sua maioria, partem do portunhol selvagem para o guarani paraguaio, língua nacional do Paraguai. Nesse caminho, o movimento de glosa incorpora ao portunhol selvagem a historicidade de mais uma língua nacional — o guarani em relação ao Paraguai — e regionaliza-se assim como faz no enredo. Observamos então, logo abaixo, alguns verbetes do *glossariocito selvstiko* referente ao texto intitulado “La Xe Si” (Diegues, 2017, p. 7-11) e que parte, *ipsis litteris* a obra, do *guarani paraguay* ao *portuñol selvagem*.

(a) **Piragüé:** Mix de cagüeta profesional, dedo-duro y espión, abundante em Paraguay desde antes del tiempo del Dr. Francia.

(b) **Seccionaleros:** Miembor de las Seccionales Coloradas, los famosos comités políticos del Partido Colorado del tiempo del dictador paraguay Alfredo Stroessner.

(c) **Tatú-ro’o:** Expressão inbentada por el poeta paraguay Cristino Bogado nel tempo en que vivía nel Barrio Coca Cola y que significa vulva carnuda em guarani-paraguay.

(d) **Yaguaretê-abás, luizones, pomberos:** Bichos mágicos metade gente metade animal de la mitologia popular paraguayensis.

(e) **Ypakaraí:** El famozo lago azul de kanción Rekuerdos de Ypakaraí. El lago, situado a poucos quilômetros de Assunción, la capital paraguay, se encontra actualmente contaminado.

Nos verbetes em (a) e (b) o autor contextualiza momentos históricos de ditadura no Paraguai que, na elaboração do verbete e do uso da palavra, refere-se a expressões utilizadas no território paraguaio. Nesse viés, encontramos sentidos de territorialização e de fixação na história do Paraguai. Partindo do estudo de Medeiros (2016), ao analisar glossários presentes em livros de literatura, a autora afirma que os próprios glossários denunciam uma língua imaginária e indicam aquilo que os dicionários não dão conta (p. 89). Nesse caso, uma relação é feita entre a elaboração de glossários pelo sujeito autor e pelo sujeito editor e que recorrer-se ao movimento de glosa infere insuficiências na compreensão do texto e também da possibilidade de fluidez na articulação literária que pode levantar sentidos de subversão a uma língua nacional.

Partimos para a análise de mais alguns glossários elaborados pelo autor e que, agora, saem do território paraguaio e incorporam outras línguas. Tal como disposto na obra, os *glossarionitos selváticos* estão em (f) do árabe para o portunhol selvagem, em (g) do italiano para o guarãol e em (h) do português selvagem para o portunhol selvagem.

(f) **Zabra:** Pau, berga, pene, pito, pija, porongo, tembô.

(g) **Ragazza:** Yiyi.

(h) **Cafunés:** Palavra afro-brasileira que significa carinhos ou afagos en la cabeza.

Nesses verbetes, o estudo elenca uma relação também de língua nacional com o Portunhol Selvagem ou com o guarãol que pode-se entender com uma língua que existe no confronto entre o guarani e o espanhol. Em (h), uma outra selvageria é explorada, a do português, o português selvagem que, de certa forma, dá indícios de como se constitui a selvageria. Pensando que o

Portunhol Selvagem carrega consigo a selvageria por um trabalho de reconhecimento das histórias e das línguas indígenas, o português selvagem trabalha com a influência africana na língua e no modo de significar e experienciar. Ao compreendermos os glossários como instrumentos de gramatização, de modo que o saber metalinguístico que constrói uma língua nacional tem duas bases tecnológicas: a gramática e o dicionário. (AUROUX, 1992a apud. MEDEIROS, 2016, p. 88), pensamos que a relação nos textos de oposição às línguas nacionais e o uso dos instrumentos linguísticos, no nosso primeiro gesto de análise, levam a compreensão do trabalho no movimento como um retrabalho com as armas do colonizador — as línguas, os glossários, o texto escrito — para resistir e construir, delimitar ou ocupar um espaço para as temáticas dos povos que descendem do colonizado.

Perspectivas de continuação

Nas últimas palavras desse trabalho, tratamos dos caminhos que conseguimos traçar a fim de continuar as investigações sobre o portunhol selvagem, sobre os instrumentos linguísticos e sobre a língua. Como dissertamos ao longo da análise, o portunhol selvagem, enquanto movimento, discursivamente, tem sentidos de ruptura às línguas nacionais e às formas de institucionalizar. Em relação a essa proposição, encontramos práticas — como a glosa — que abrem caminhos para se pensar sobre a prática dos mesmos mecanismos a que se rebela-se como, talvez, uma forma de resistência.

Com a relação portunhol-portunhol selvagem, é possível compreender um Espaço de Enunciação Fronteiriço que constitui-se pelo confronto de diversas línguas. Línguas orais e línguas escritas que possuem condições de manutenção e de sobrevivência diferentes. Exemplo disso, das línguas aqui encontradas, o português e o espanhol que são línguas de estado em contraste com as línguas indígenas que não tem os mesmos mecanismos de poder. Nesse Espaço, buscamos, ainda, entender

o caminho dessas línguas orais para a palavra escrita, talvez também para a literatura.

Na continuidade deste trabalho, interessa-nos continuar os estudos sobre a constituição do portunhol selvagem e as relações de línguas e sujeitos. Nesse caminho, buscamos entender os efeitos discursivos nas relações de confronto entre línguas, considerando as políticas e os atravessamentos nessa relação fronteiriça em relação ao discurso do portunhol selvagem. Por fim, a continuidade deste estudo visa entender o que significa, discursivamente, o ser selvagem no portunhol. Para isso, investigamos como esse movimento se apresenta e do que ele se constitui, considerando-o também como língua e com a sua relação com os sujeitos e com a história e as vivências da fronteira.

Referências Bibliográficas

ALVES, G. S. **O nome Portunhol e a denominação Selvagem: marcas de resistência na e pela língua.** *Revista da Associação Brasileira de Hispanistas – abehache*, v. 2, n. 2, p. 1–17, 2017.

DIEGUES, D. **Dá gusto andar desnudo por estas selvas: sonetos salvajes.** Curitiba: Travessa dos Editores, 2002.

DIEGUES, D. **Triple Frontera Dreams.** 1. ed. Buenos Aires: Interzona Editora, 2017.

NUNES, J. H. **Léxico e língua nacional: apontamentos sobre a história da lexicografia no Brasil.** In: ORLANDI, E. P. (org.). **História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional.** 1. ed. Cáceres; Campinas: Unemat; Pontes, 2001. p. 71–87.

MEDEIROS, V. **Cartografias das línguas: glossários para livros de literatura.** *Alfa: Revista de Linguística*, São Paulo, v. 60, n. 1, p. 79–93, 2016.

O GLOBO. **Confira manifesto em defesa do Portunhol Selvagem**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/confira-manifesto-em-defesa-do-portunhol-selvagem-3607777>. Acesso em: 15 jun. 2025.

PRIBERAM. **Dicionário online de português: “Selvagem”**. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/selvagem>. Acesso em: 15 nov. 2025.

SOUZA, T. C. C. de. **Política linguística, política de línguas indígenas e línguas silenciadas**. In: FIGUEIREDO, A. A. et al. (orgs.). **Políticas linguísticas e as línguas indígenas brasileiras**. Campinas: Pontes, 2022. p. 15–30.

STURZA, E. R. **Línguas de fronteira e política de línguas: uma história das ideias linguísticas**. 2006. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

STURZA, E. R.; TATSCH, J. **A fronteira e as línguas em contato: uma perspectiva de abordagem**. *Cadernos de Letras da UFF: Dossiê Línguas e Culturas em Contato*, n. 53, p. 83–98, 2016.

STURZA, E. R. **Portunhol: a intercompreensão em uma língua da fronteira**. *Revista Iberoamericana de Educación*, v. 81, n. 1, p. 97–113, 2019. DOI: 10.35362/rie8113568. Acesso em: 12 out. 2025.

PODER PASTORAL E A PREGAÇÃO EVANGÉLICA NO DISCURSO POLÍTICO BOLSONARISTA

Sandson de Souza Costa²⁷

São raros, ao longo da história da fala pública, os momentos em que a política se desenvolveu inteiramente dissociada da religião ou à margem de prescrições de fé. Essa imbricação é de tal ordem que seus efeitos se projetam até a contemporaneidade, mesmo depois das múltiplas transformações históricas atravessadas pelas sociedades ocidentais e pelo próprio espaço democrático. Embora a modernidade, impulsionada pelos ideais iluministas, tenha instaurado um movimento de “desencantamento do mundo” e de crescente demanda pela separação entre as esferas política e religiosa – processo que culminou na concepção do Estado laico –, no Brasil atual assiste-se a um deslocamento que tensiona essa narrativa: a ascensão da pregação evangélica no campo político, especialmente na extrema-direita bolsonarista.

Nesse cenário, as formas de enunciação política, assim como os modos de escuta que lhes correspondem, exigem uma análise que ultrapasse uma genealogia da retórica ou dos atos de fala. Trata-se de considerar a dimensão material e performática da palavra, o corpo e a voz do orador, suas condições de emergência histórica e a recepção de um público heterogêneo. Sob esse prisma, a história da fala política não pode desconsiderar os deslocamentos que, em vez de privilegiar práticas de deliberação, articulam dispositivos próprios do poder pastoral, dispositivos que reformulam a relação entre quem fala e quem ouve, redefinem

²⁷ Doutorando em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Email: sandson314@gmail.com

a autoridade do orador e organizam o discurso como guia, direção espiritual e tecnologia de condução.

Com uma frequência que excede nossa capacidade de acompanhar, um processo de sacralização da fala política está em pleno funcionamento. Essa sacralização aparece na redistribuição contínua dos usos possíveis e efetivos do discurso, organizada por uma oposição persistente entre o registro secular e o registro religioso. Nesse arranjo, o pregador assume a posição de quem detém a força de conduzir, orientar e mobilizar, enquanto ao campo laico se atribui a fragilidade do consenso, a instabilidade da deliberação e a insuficiência das mediações democráticas. Dessa contraposição emergem sujeitos de autoridade que, falando “em nome de Deus”, reivindicam formas de poder oratório estruturadas por tecnologias do poder pastoral, isto é, por modos de condução sustentados na promessa de acesso privilegiado à verdade, na administração dos sentidos e na direção espiritual dos ouvintes.

Nesse quadro, o discurso político se reconfigura segundo lógicas próprias da pregação: a palavra deixa de ser instrumento de debate e passa a operar como mecanismo de revelação, ordenação e vigilância, prática pastoral que constrói o futuro antes que ele aconteça, legitimando os arranjos providenciais que articulam mundo espiritual e cena pública. Isto implicar mencionar que

o poder de tipo pastoral, que durante séculos – por mais de um milênio – foi associado a uma instituição religiosa definida, ampliou-se subitamente por todo o corpo social, encontrou apoio numa multiplicidade de instituições. E, em vez de um poder pastoral e de um poder político, mais ou menos ligado um ao outro, mais ou menos rivais, havia uma “tática” individualizante que caracterizava uma série de poderes: da família, da medicina, da psiquiatria, da educação e dos empregados (Foucault, 2008, p. 238).

É a partir dessa clivagem, entre a autoridade do discurso sagrado e a deslegitimação das vozes seculares, que este capítulo se inscreve. O objetivo é analisar, à luz de noções e pressupostos da Análise do Discurso, um conjunto de enunciados produzidos no Brasil contemporâneo que materializam a articulação entre pregação neopentecostal e discurso político. Proferidos em arenas diversas, parlamentos, mídias digitais, campanhas eleitorais e púlpitos, esses discursos ora reforçam a pretensa superioridade da palavra religiosa na cena pública, ora mobilizam dispositivos que instauram teovisões.

Sob uma perspectiva discursiva, compreendemos que a história e a sociedade se produzem em meio a disputas de sentido, nas quais os discursos materializam ideologias, configuram posições de sujeito e reorganizam as formas pelas quais nos relacionamos com as realidades sociais. Como observa Pêcheux (1995), palavras e enunciados não possuem sentidos estáveis; adquirem valor em função das formações discursivas que os atravessam, podendo se contrapor, se aproximar ou se deslocar conforme o jogo das condições históricas de produção.

A essa concepção articulam-se as formulações foucaultianas segundo as quais os discursos são regulados por procedimentos de controle, seleção e redistribuição que delimitam o que pode ser dito, por quem, de que modo e em quais circunstâncias (Foucault, 2014). Trata-se, portanto, de práticas rarefeitas: entre a virtual infinitude da língua e a concretude dos enunciados, impõe-se a força das condições históricas que autorizam certas falas, interditam outras e produzem modos específicos de verdade. É nesse terreno que operam também as racionalidades do poder pastoral, que redefinem as fronteiras do dizível e instituem regimes particulares de condução discursiva.

Por um lado, os discursos sacralizados materializam disputas sociais ao difundir ideologias que reforçam a autoridade religiosa no espaço público; por outro, operam como práticas de poder que regulam e hierarquizam o direito de fala. Como afirma Foucault (2021), não há exercício do poder sem uma economia do

discurso, pois é no discurso que se disputa legitimidade e, sobretudo, a própria possibilidade de enunciação. No Brasil contemporâneo, essa disputa se torna evidente na sobreposição entre pregação e política, cenário em que discursos religiosos adquirem maior circulação, estabilidade e prestígio do que discursos democráticos ou seculares. Tal funcionamento, sustentado pelas formas de condução próprias da razão pastoral (Foucault, 2008), exige uma análise crítica das maneiras pelas quais a pregação neopentecostal se inscreve na cena pública, reorganizando os critérios de autoridade e redefinindo os limites do dizível.

De todo modo, a análise da constituição histórica, formulação linguística e circulação social (Orlandi, 2001) desses discursos permite compreender de modo mais preciso os fenômenos que atravessam as relações entre religião e política. Essa presença se materializa nos enunciados do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), cujas falas serão mobilizadas como parte do nosso *corpus*. Examinaremos também um pronunciamento do senador e pregador Magno Malta (PL), com o objetivo de demonstrar que, considerando as profundas transformações nas condições de emergência dos discursos no Ocidente, a atual relação constitutiva entre política e religião expressa um refluxo do desencantamento do mundo. Trata-se de um processo que reconfigura padrões oratórios do discurso político por meio de racionalidades próprias do poder pastoral, instaurando modos de fala que operam como direção espiritual, administração da verdade e condução das condutas na cena pública.

A pregação como mecanismo pastoral

Na Idade Média, a pregação passou a ocupar um lugar nuclear nas formas de governo sacro-político, articulando discursos religiosos à produção e legitimação do poder. A partir do século XII, com o fortalecimento das ordens mendicantes – sobretudo franciscanos e dominicanos –, a antiga proclamação da

palavra divina deu lugar à elaboração de sermões estruturados, orientados por manuais como o *Ars Praedicandi* e por tratados teológicos (Zink, 1976). Esses textos sistematizavam conteúdos doutrinários e ensinavam as técnicas de composição e de performance da palavra sagrada.

Os sermões eram pronunciados em púlpitos, praças públicas, cruzadas e cerimônias de coroação, sempre ajustados ao público e aos objetivos morais e políticos da ocasião. Nesse processo, o sermão constituiu-se como um dispositivo de formação subjetiva e de controle social, por meio do qual os pregadores transmitiam doutrina, organizavam modos cristãos de veridicção e orientavam condutas. A escuta dessa palavra configurava, ela própria, um ato político: disciplinava a atenção, instituía práticas de repetição e fomentava o arrependimento público. Zink (1976) observa que o sermão medieval, especialmente o dominicano, seguia uma retórica rigorosa, marcada pela divisão sistemática das partes, pelo uso de exemplos, autoridades e analogias que intensificavam o exercício do poder pastoral e sua capacidade de ordenar o mundo pela palavra.

Nesse período, Foucault (2008), ao formular a noção de poder pastoral, identifica que a Igreja estruturou um modo singular de governar: um poder que individualiza, que se dirige a cada sujeito em sua interioridade, ao mesmo tempo em que organiza e conduz o conjunto do rebanho, produzindo sujeitos que se reconhecem como ovelhas sob autoridade espiritual. Antes de qualquer fundamentação estatal, a racionalidade política ocidental “se enraizou na ideia do poder pastoral” (Foucault, 2008, p. 385).

Esse exercício do poder operava como uma condução das almas, orientada pela promessa de salvação no além, mas sustentada por um conjunto de tecnologias voltadas ao controle das condutas na vida presente: vigilância das práticas, direção de consciência, exame, arrependimento e disciplina cotidiana. Trata-se de uma racionalidade que só se torna compreensível quando se considera que

o pastorado começa com certo processo que, este sim, é absolutamente único na história e de que sem dúvida não encontramos nenhum exemplo em nenhuma outra civilização: processo pelo qual uma religião, uma comunidade religiosa se constitui como Igreja, isto é, como uma instituição que aspira ao governo dos homens em sua vida cotidiana a pretexto de levá-los à vida eterna no outro mundo (Foucault, 2008, p. 196).

Com o advento da modernidade, marcada pelo impulso iluminista do século XVIII, a relação entre religião e política passou por transformações profundas. O chamado *Século das Luzes* afirmava a razão como instrumento privilegiado para compreender e intervir nos problemas sociais, deslocando a centralidade da fé e da tradição religiosa que estruturavam o antigo regime. Esse investimento na racionalidade científica e no pensamento crítico produziu uma contestação direta aos privilégios do clero e da Igreja, ao mesmo tempo em que sustentou a defesa da separação entre interesses estatais e interesses religiosos (Zilles, 2008).

Entre os próprios iluministas havia divergências: alguns advogavam pelo fim da Igreja enquanto instituição de poder; outros, reconhecendo sua influência na formação moral e social, defendiam a necessidade de distinção entre as esferas religiosa e estatal, sem necessariamente eliminar a presença da religião no tecido social.

Apesar das críticas incisivas dirigidas à religião no período iluminista, sua presença na esfera política não foi eliminada; ao contrário, foi reconfigurada e, em certos contextos, convertida em instrumento do próprio Estado, como se observa no modelo do Despotismo Esclarecido. Nessa forma de governo, soberanos incorporavam princípios iluministas, entre eles, a limitação do

poder institucional da Igreja, sem renunciar ao exercício de sua autoridade absoluta.

De todo modo, ainda que a fé tenha permanecido socialmente robusta e que a implementação efetiva do Estado laico tenha enfrentado resistências significativas no pós-revoluções do final do século XVIII, consolidou-se, a partir desse momento, um movimento duradouro de desencantamento do mundo e uma pressão contínua pela separação entre política e religião, fenômeno historicamente inédito em sua escala e intensidade.

No Brasil contemporâneo, contudo, percebe-se um refluxo dessa tendência iluminista de separação entre política e religião. A expansão recente da pregação neopentecostal no campo político nacional, sobretudo no âmbito da extrema-direita, tem reativado formas de autoridade que se aproximam do poder pastoral, com sua capacidade de orientar condutas, prescrever modos de vida e produzir regimes de verdade. Esse funcionamento discursivo, que se apresenta como expressão de uma vontade divina e como guia para a organização da vida coletiva, produz um movimento de deslaicização do Estado. Em vez de se inscrever na dinâmica do debate racional e plural próprio do espaço público laico, ele procura instituir uma ordem política atravessada por imperativos religiosos que reivindicam obediência e submissão. Essa reconfiguração afeta padrões da fala política contemporânea e tensiona princípios democráticos.

Apesar das dispersões discursivas e das discontinuidades históricas que marcaram o Brasil nas últimas décadas, da redemocratização à constituição de arenas plurais de deliberação pública, os discursos que articulam religião e política em registro sacralizante seguem exercendo forte presença e influência no espaço público contemporâneo. Nesse cenário, as lutas pela afirmação do Estado laico, os avanços institucionais no reconhecimento de direitos civis e políticos e a emergência de práticas discursivas voltadas à diversidade e ao debate democrático têm encontrado limites para disputar, em condições equivalentes,

a permanência de um regime de enunciação ancorado em lógicas pastorais. Esse regime, ao mobilizar valores transcendentais e legitimar-se pela autoridade de uma instância superior, tende a reduzir o espaço do contraditório e a reorganizar o campo político sob formas de condução moral que reclamam obediência, vigilância e adesão. Trata-se de um funcionamento que inscreve a sacralidade como tecnologia discursiva de poder e que intervém nos modos de dizer, de ouvir e de reconhecer legitimidade na arena pública.

No Brasil contemporâneo, a pregação política de vertente neopentecostal se manifesta por meio de operações discursivas que atualizam o funcionamento do poder pastoral na arena pública. Entre essas operações, observa-se: i) a reinterpretação do princípio constitucional da laicidade, relativizado em nome da supremacia cristã – seja mediante formulações explícitas, seja por meio da sacralização da maioria; ii) o deslocamento da disputa eleitoral para um registro espiritualizado, no qual o conflito político é retraduzido como embate escatológico entre forças do bem e do mal, produzindo opositores como figuras do intolerável; iii) a legitimação de projetos de poder abrangentes com base em leituras literais das escrituras, que são convocadas para autorizar intervenções sobre diferentes esferas da vida social; iv) o uso da gramática bíblica como instrumento de seleção e hierarquização de sujeitos, no qual alguns são investidos da função de conduzir, enquanto outros são relegados ao lugar de inimigos ímpios; v) a transformação de palanques, plenários e plataformas digitais em extensões do púlpito, de onde se proclamam verdades dotadas de autoridade religiosa e se modulam subjetividades políticas.

A vitória de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018 e o modo como seu governo se estruturou podem ser compreendidos como um ponto de inflexão no fortalecimento de práticas discursivas e institucionais que atualizam, em chave contemporânea, o funcionamento do poder pastoral no campo político. A disseminação dessas formulações produziu ampla adesão a ideologias hegemônicas e contribuiu para a constituição

do bolsonarismo como movimento de massa. No horizonte desse regime de verdade, sustenta-se a ideia de que determinadas lideranças religiosas são chamadas a conduzir a vida coletiva, orientando moralmente todas as esferas sociais e justificando a intervenção direta da religião no espaço político. Trata-se de um modo de exercício de poder que aspira governar sujeitos, ordenar comportamentos e regular condutas, articulando promessa de salvação e técnicas de gestão da vida cotidiana.

Esse funcionamento pastoral se materializou tanto em discursos que defendiam pautas conservadoras radicais quanto em práticas de governo: a nomeação de autoridades religiosas para cargos estratégicos; o uso intensivo de símbolos e rituais cristãos em cerimônias oficiais; a proposição de políticas voltadas à inserção de conteúdos religiosos em currículos educacionais; e a aprovação de projetos de lei ancorados em princípios cristãos neopentecostais. Tais iniciativas solidificam a deslegitimação de direitos e posições dissidentes, como se observou na criminalização e no controle do aborto, na repressão a expressões religiosas não cristãs, na oposição a políticas de gênero e sexualidade, no incentivo a discursos armamentistas e punitivistas, na recusa de agendas de direitos humanos e na desqualificação do conhecimento científico (Almeida; Toniol, 2018).

Passos (2020, p. 1117-8) observa que a conjuntura do governo Bolsonaro produz uma forma de governo marcada por referências religiosas que orientam a gestão da vida coletiva, configurando um modo de exercício do poder que reivindica falar e decidir “em nome de Deus”. Trata-se de uma dinâmica em que agentes políticos passam a compreender a esfera pública a partir de uma racionalidade religiosa, com competências de direção e condução distribuídas entre lideranças e instituições eclesiais. Esse enquadramento pastoral emerge de maneira explícita no discurso e nas expectativas projetadas sobre o governo: Bolsonaro é frequentemente apresentado como alguém “escolhido” – uma espécie de enviado divino encarregado de cumprir uma missão sagrada associada à luta entre bem e mal.

Esse modo de construção discursiva acentua riscos autoritários, pois substitui a lógica de convivência democrática, que reconhece o dissenso como parte constitutiva do espaço público, por uma moralidade que classifica opositores como figuras ameaçadoras, indignas ou impuras. Nesse cenário, adversários políticos deixam de ser interlocutores legítimos e passam a ocupar o lugar do abominável, isto é, daqueles cuja existência é percebida como algo a ser eliminado (Passos, 2020).

Deus ergue seu pastor

No dia 7 de setembro de 2022, em Brasília, durante as comemorações oficiais da Independência e já em clima explícito de campanha eleitoral, Jair Bolsonaro profere o discurso que analisamos aqui. O pronunciamento ocorre diante de uma multidão predominantemente alinhada ao bolsonarismo, marcada por forte religiosidade, sentimentos antiesquerdistas e intenso investimento afetivo na figura do presidente. Diante desse público, Bolsonaro mobiliza um repertório típico da retórica sacro-política que se consolidou em torno de sua imagem desde 2018, articulando referências providencialistas, afirmações morais e ataques indiretos à oposição para construir sua autoridade como líder escolhido por Deus e guardião da nação.

Com a graça de Deus, que me deu uma segunda vida e pela missão também que me deu, de comandar o nosso país, nós atingiremos juntos o nosso objetivo. Hoje vocês têm um presidente que acredita em Deus, que respeita os policiais e seus militares. Um governo que defende a família e um presidente que deve lealdade ao seu povo. Vocês sabem a beira do abismo que o Brasil se encontrava há poucos anos, atolado em corrupção e desmando [...] Brasil acima de tudo, Deus acima de todos (Bolsonaro,

2022, *íntegra do discurso de Bolsonaro no 7 de Setembro, em Brasília*)²⁸

O que, desde o início, se evidencia neste enunciado e se apresenta como eixo estruturante de sua força retórica está na relação que o próprio presidente estabelece entre sua sobrevivência ao atentado de 2018 e a missão divina de comandar o país. As escolhas lexicais e as construções sintáticas utilizadas reiteram essa convicção e procuram reafirmar a ligação supostamente intrínseca entre sua trajetória política e a ação providencial de Deus: “graça de Deus”, “segunda vida”, “missão que me deu”, “comandar o nosso país”. A seleção desses produz um efeito de transcendência ao inscrever sua autoridade na ordem do sagrado e ao converter sua presença no cargo em manifestação da vontade divina. Pode-se afirmar que esse foco visa, antes de tudo, intensificar um efeito de sacralização do mandato, cujas pretensões se apresentam suavizadas pela forma testemunhal, na qual o orador se ampara para reforçar a legitimidade espiritual de sua fala.

Do mesmo modo, a composição do enunciado recorre à reiteração de marcas identitárias (“um presidente que acredita em Deus”, “que respeita os policiais”, “que deve lealdade ao seu povo”) que atuam para dramatizar e convocar, mais do que argumentar, inserindo a fala presidencial no registro próprio da pregação política. Trata-se de uma oratória que não se orienta por razões técnico-administrativas, e sim pela transformação do cenário político-eleitoral em campo espiritual, em que apoiar o presidente equivale a integrar-se à luta do bem contra o mal. Assim, o enunciado opera uma passagem do político ao religioso: não descreve somente a realidade do país, mas a reinscreve como batalha moral, em que “o abismo” da corrupção e do desmando corresponde ao território das forças inimigas que ameaçam o povo

²⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oGF1oD0EGAU>. Acesso em: 15 ago. 2025.

e a nação. Ao recorrer ao lema “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, o discurso intensifica esse enquadramento providencialista, convertendo o gesto político em ato de fé e participação numa missão sagrada.

Observa-se uma regularidade e uma fixação considerável, no discurso presidencial, na relação que Bolsonaro traça entre sua experiência pessoal – sobretudo a sobrevivência ao atentado – e a ação direta de Deus na condução do país. Essa regularidade combina-se com uma preocupação mínima, tanto por parte do orador quanto de seus apoiadores, de que tal leitura se ancora em práticas discursivas hegemônicas do campo religioso, e não na deliberação sobre necessidades sociopolíticas que se esperaria de um chefe de Estado. Ainda assim, é notável como essa forma de articulação entre acontecimentos exteriores da vida pública – o atentado, a crise econômica, os embates partidários, a corrupção – e o interior de uma experiência espiritual – a graça, a missão, a segunda vida – adquiriu ampla circulação e eficácia mobilizadora na recente história política brasileira.

Num parêntese sobre o atentado sofrido por Bolsonaro, o próprio presidente o reinscreve como evidência manifesta de sua eleição divina, convertendo sua recuperação física em prova material da intervenção de Deus. Ao rememorar sua sobrevivência como concessão de uma “segunda vida”, o enunciador reativa uma cadeia de sentidos já estabilizada no imaginário bolsonarista, segundo a qual o episódio da facada se configura em marco espiritual que confirma sua missão de comandar o país. Desse acontecimento emergiram enunciados amplamente difundidos entre seus apoiadores – “Deus o livrou da morte”, “ele foi preservado para governar”, “o inimigo tentou destruí-lo” – que relacionam a trajetória do presidente a figuras do martírio cristão, aproximando sua sobrevivência da lógica sacrificial que estrutura parte da pregação neopentecostal.

É nesse movimento que a cena da facada, continuamente rememorada, deixa de operar como dado empírico para funcionar como elemento doutrinal: a prova de que Bolsonaro teria sido

preservado porque incumbido de uma missão divina. O efeito buscado é semelhante ao que se verifica no discurso pastoral: assim como o pastor deve estar disposto a arriscar a própria vida para proteger suas ovelhas (FOUCAULT, 2008) – e, no limite, expor sua alma pela salvação das almas alheias. Sob essa ótica, o atentado é ressignificado como ataque não ao indivíduo, mas à nação, ao povo e a seus valores cristãos; a facada não fere apenas um corpo, mas o corpo simbólico da pátria. Tal interpretação, ao mesmo tempo em que sacraliza o líder, transforma seus adversários em inimigos espirituais, deslocando o conflito político para um regime de guerra moral, no qual a proteção do presidente equivale à proteção do próprio Brasil.

No dia 9 de fevereiro de 2022, em Jardim de Piranhas no Rio Grande do Norte, ano de eleições presidenciais, ao lado do Presidente Bolsonaro em pré-campanha para sua reeleição, Magno Malta (Senador do PL/MG, no período em questão, não estava eleito; pastor, cantor e orador da Igreja Batista) faz este discurso:

Quando Deus se levanta, a terra será conquistada por quem Deus levantou. Eu chego até Jair Bolsonaro. A multidão me diz “mataram Jair Bolsonaro”. Eu fiquei desesperado, cego, porque nós estamos juntos, sempre, lutando a luta das crianças, contra a erotização dos nossos filhos, a favor da vida, contra o aborto com a ideologia de gênero, contra a corrupção e criminalidade. [...] Já há alguns anos eu oro com o Jair Bolsonaro, toda semana, para o Brasil, pelo Brasil. O Brasil tá órfão. Eu entrei na UTI (desculpe a minha emoção) [...] Ele tava anestesiado nos braços da morte, nos braços da morte. Deus resgata esse homem dos braços da morte pra cumprir uma missão nesse país. [...] e Jair Bolsonaro é o homem que Deus levanta contra tudo, contra todos. É coisa espiritual, não é coisa de homem. [...] Tem uma narrativa mentirosa contra este homem que Deus levantou pra comandar a nação brasileira. Jair tava anestesiado e eu disse “Deus, a

morte não pode levar esse homem”. Esse cara foi esfaqueado: só o escolhido de Deus é que faz e pode fazer estas coisas. [...] Se eu não me reeleger é porque fui cumprir uma missão junto com o Jair Bolsonaro pra libertar o Brasil das garras da esquerda desgraçada que assaltou, que desmoralizou essa nação. [...] Como sempre foi a nossa luta contra o *kit gay* nos corredores da Câmara do Senado em frente ao Ministério da Cultura, os enfrentamentos que fizemos (Trecho transcrito do vídeo *Magno Malta chora e diz: Deus levantou Bolsonaro/ o Presidente chorou!!*, Malta, 2022)²⁹.

A articulação entre registro religioso e performance política é acompanhada pela figura de um enunciador que maneja efeitos afetivos combinados a uma modalidade de comunicação agressiva, perceptível na escolha de expressões como “esquerda desgraçada” e “Deus não tem compromisso com frouxo”. Nesse funcionamento linguístico, a entrada do sintagma pelo determinante definido produz um efeito de evidência sobre o referente, de modo que aquilo que é reiterado, seja materialmente ou por meio de imagens estabilizadas no universo religioso-político, adquire o estatuto de algo já sabido e reconhecido. Esse mecanismo se torna visível em formulações como “a narrativa mentirosa contra este homem”, que pressupõe a existência inquestionável dessa narrativa; ou em enunciados como “os enfrentamentos que fizemos contra o *kit gay*”, que igualmente pressupõem a centralidade indiscutível desse conflito.

Entre os procedimentos discursivos mobilizados no pronunciamento analisado, destaca-se aquele que permite ao orador configurar sentidos de modo a integrar o público à causa defendida: a estratégia de absolver o próprio coletivo de qualquer falha, deslocando toda responsabilidade para os adversários

²⁹

Disponível

<https://web.facebook.com/magnomalta/posts/852638615587801/>.

em: 19 ago. 2025.

em:

Acesso

políticos. Esse movimento produz um sentimento de pertencimento simultâneo aos valores cristãos e ao projeto político que orienta essa formação discursiva. Para impedir que a culpa por eventuais fracassos recaia sobre a plateia, o enunciador afirma que “a nossa luta” se volta contra forças externas (“a esquerda desgraçada”, “a corrupção”, “a ideologia de gênero”) e não contra aqueles que o escutam. Além disso, reforça que esse grupo, entendido como igreja, nação e povo de Deus, é convocado a uma missão particular, vinculada à defesa da vida e da liberdade. Assim, o interlocutor recebe um aumento de valor simbólico, podendo figurar entre os escolhidos e entre os que atuam ao lado de Bolsonaro. Ao mesmo tempo, intensifica-se o consenso sobre a ilegitimidade e a imoralidade atribuídas à esquerda, responsabilizada pela “desmoralização da nação” e apresentada como incapaz de governar.

A corporeidade de Bolsonaro é igualmente trabalhada de forma dramatizada para reforçar sua missão e justificar sua posição de liderança. O enunciador formula interpretações que se apresentam como leitura espiritual – “nos braços da morte”, “anestesiado”, “arrancado das unhas da morte” – e organiza a memória da facada e da internação dentro de um enquadramento sagrado, transformando um acontecimento médico em prova da escolha divina. Nessa mesma lógica, os ataques provenientes do campo político ou midiático, nomeados como “narrativa mentirosa contra este homem”, deixam de figurar como parte do confronto democrático de opiniões e passam a ser descritos como afronta à ação de Deus. Tal operação discursiva apoia-se na compreensão, fortemente difundida nesse universo simbólico, de que sobreviver à morte constitui marca de eleição espiritual. Com isso, a condição de Bolsonaro como “o escolhido” é reiterada, e sua dor, sofrimento e superação são convertidos em sinais da glória divina e em evidência incontestável de sua autoridade política.

À primeira vista, essa perspectiva parece contrariar a postura que associa a competência de Bolsonaro ao cumprimento

de uma missão divina. O discurso passa a inscrevê-lo como agente político atuando de forma concreta, e não como figura reduzida ao papel de instrumento de Deus. As escolhas lexicais também atribuem agência direta ao sujeito enunciado, afastando a centralidade da intervenção divina e posicionando Bolsonaro como responsável pelas medidas implementadas, ainda que o discurso siga dialogando com a moralidade e a fé neopentecostal. Desse modo, a fala produz efeitos de materialidade e de ação prática, ao mesmo tempo que conserva a representação de liderança e autoridade, instaurando uma tensão produtiva entre a dimensão espiritual e a atividade política.

No discurso de Malta, evidencia-se a inscrição do enunciator em uma posição ideológica nítida e rigidamente hierarquizada, em que a autoridade de Bolsonaro se fundamenta em um mandado de origem divina. A fala opera como ato de poder: mobiliza afetos e estabelece um laço de lealdade com a audiência, configurando uma comunidade imaginária de fiéis e aliados no interior dos regimes de verdade que ali se organizam. A hierarquia entre quem fala e quem ouve é reforçada pela referência contínua à vontade de Deus, à escolha do líder e à missão espiritual atribuída ao coletivo, o que sustenta a legitimidade absoluta do que é enunciado.

Nesse cenário, gestos, entonações, pausas calculadas e apelos emocionais funcionam como dispositivos que intensificam a sensação de urgência, risco e necessidade de engajamento, ancorando a ideia de que a proteção e o futuro do país dependem da adesão ao homem que teria sido “levantado por Deus”. Essa adesão deriva da premissa segundo a qual “o cristão se põe nas mãos do seu pastor para as coisas espirituais, mas também para as coisas materiais e para a vida cotidiana” (Foucault, 2008, p. 232). Assim, a relação entre aquele que conduz e aquele que é conduzido constitui um princípio estruturante da obediência no cristianismo, conforme indica Foucault (2020).

Considerações finais

A análise realizada evidencia que a incorporação de matrizes pastorais à fala política produz um regime de enunciação dotado de elevada força e estabilidade, capaz de atravessar variados espaços sociais e instituições públicas. Essa presença do religioso no campo político se manifesta como regularidade discursiva que se reatualiza em diferentes conjunturas e preserva um núcleo persistente de sentidos: a ideia de que a condução da vida coletiva e a própria ordem política estariam subordinadas a uma autoridade transcendental, cuja vontade define a legitimidade do líder e orienta o destino da nação.

Apesar de sua estabilidade e ampla circulação, esse funcionamento discursivo comporta variações internas que se deslocam entre registros mais moderados, sustentados por apelos morais e imagens de proteção divina, e formulações abertamente combativas, que convocam a guerra espiritual como metáfora estruturante da vida pública. Em qualquer desses registros, reaparece a atualização de um imaginário teológico-político no qual o enunciador se apresenta como portador de uma autoridade extralinguística: profeta, intérprete legítimo da vontade divina e, simultaneamente, combatente de inimigos reconstruídos a cada novo enfrentamento discursivo.

Nessa direção, o percurso analítico realizado evidencia tanto a potência quanto o perigo que se concentram na ordem da pregação política. Por um lado, revela a eficácia de uma modalidade de enunciação que mobiliza afetos, convoca coletividades e produz efeitos de verdade a partir de um regime discursivo religioso capaz de organizar percepções sobre o mundo social. Por outro, evidencia a persistência de matrizes simbólicas que naturalizam antagonismos e reduzem a complexidade da arena pública à lógica bipolar da batalha espiritual. Assim, a análise também sublinha a importância de reconhecer as inflexões ideológicas e as distinções entre os modos pelos quais a pregação é apropriada no campo político, sob pena de transformar em

bloco homogêneo um fenômeno que, na prática, se diversifica e se reconfigura segundo circunstâncias específicas.

Desse modo, se os discursos de agentes que atuam simultaneamente como pregadores e figuras políticas evidenciam a persistência, com diferentes graus de estabilidade, de um modo de articular religião e política que se prolonga no espaço público brasileiro, também deixam à mostra as ambiguidades e tensões internas que lhes dão sustentação. É nesse intervalo, entre permanências e deslocamentos, entre a força do já-dito e a plasticidade de suas reatualizações, que se produz a eficácia da pregação política e se consolidam as estratégias discursivas que asseguram sua atuação na cena contemporânea. Trata-se da atualização de técnicas pastorais de condução das almas, reconfiguradas para o campo político por meio de leituras providencialistas das escrituras e da legitimação espiritual do líder, funcionamento que contribui para acelerar a deslaicização do discurso público e para reafirmar a autoridade sagrada como princípio de ordenamento da vida coletiva.

Com isso, compreender a pregação como técnica de poder e como forma de enunciação dotada de autoridade transcendente permite reconhecer que o atual movimento de reencantamento neopentecostal do mundo opera também como avanço sobre o espaço público, reorganizando as condições do dizer segundo um regime de veridicção no qual somente o portador da “verdade divina” é legitimado a falar. Essa dinâmica reinsere, no interior da experiência democrática brasileira, uma modalidade de soberania teológica que coloca em risco o próprio princípio da deliberação e da convivência plural. A pregação neopentecostal, ao reivindicar a missão de conduzir e salvar almas, acaba por ameaçar a palavra e comprometer as formas de diálogo que sustentam a construção do comum e a possibilidade de consenso.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, R. O.; TONIOL, R. **Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população: curso no Collège de France (1977–1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Tradução: L. F. A. Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade IV: as confissões da carne**. Tradução: H. B. C. Rodrigues; V. Portocarrero. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Org. R. Machado. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

ORLANDI, E. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. São Paulo: Pontes, 2001.

PASSOS, J. D. Uma teocracia pentecostal? Considerações a partir da conjuntura política atual. **Horizonte**, v. 18, n. 57, set./dez. 2020, p. 1109–1136. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/horizonte/article/view/23152>. Acesso em: 28 set. 2025. DOI: 10.5752/P.2175-5841.2020v18n57p1109.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de E. P. Orlandi et al. 2. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1995.

ZILLES, U. A crítica da religião na Modernidade. **Interações – Cultura e Comunidade**, v. 3, n. 4, p. 37–54, 2008. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/interacoes/article/download/6707/6134/25365>. Acesso em: 10 jun. 2025.

ZINK, M. **La prédication en langue romane avant 1300.**
Paris: Honoré Champion, 1976.

A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DA MULHER NEGRA NO POEMA “CRIO TECNOLOGIAS COM A BOCA”, DE BLENDASANTOS

Luciana de Lima Arcanjo³⁰

Este artigo parte do interesse em analisar a construção da imagem da mulher negra na literatura brasileira contemporânea de autoria negra feminina e nas manifestações artísticas de mulheres negras periféricas, em especial, no estado de Sergipe. Nesse contexto, o principal objetivo neste trabalho é compreender a construção da imagem da mulher negra no poema *Crio tecnologias com a boca*, da poeta e *slamer* sergipana Blendasantos, a partir da teoria do *ethos* discursivo. Este, por sua vez, fundamenta-se em estudos sobre identidade, discurso e representação, utilizando tal análise textual como metodologia.

No poema, o eu-lírico constrói um *ethos* discursivo que projeta a mulher negra como sujeito de saber, ancestralidade e resistência. Através da metáfora da fala como tecnologia, a poeta subverte paradigmas coloniais e valoriza a oralidade como fonte legítima de conhecimento. Ao analisar o *ethos* discursivo, buscou-se entender de que forma a Blendasantos se posiciona enquanto mulher negra, que imagem de autoridade ou resistência ela projeta e quais marcas linguísticas sustentam esse *ethos* (como o uso de palavras, ritmo, metáforas, referências culturais etc.). Essa imagem discursiva articula-se com os estudos de Dominique Maingueneau, que entende o *ethos* como uma construção textual estratégica que legitima o dizer. Além disso, dialoga com pensadoras negras como Djamila Ribeiro (2017) e Bell Hooks (2018), ao afirmar a potência do corpo negro que fala, cria e politiza.

³⁰ Mestranda do PROFLETRAS – UFS (Universidade Federal de Sergipe), lu.arcanjo26@gmail.com

Dessa forma, o poema se configura como um ato de enunciação que desafia os silêncios impostos e reinscreve a mulher negra como centro de saberes e transformações. Assim, o poema ressignifica a identidade negra feminina, valorizando saberes e resistências.

Ethos discursivo

O *ethos* discursivo é um conceito central na análise do discurso, especialmente nas vertentes inspiradas pela retórica e pela linguística. Ele diz respeito à imagem que o sujeito enunciador (quem fala ou escreve) constrói de si mesmo no texto, com o objetivo de ganhar credibilidade e gerar efeitos de sentido sobre o interlocutor.

O termo *ethos* vem da retórica clássica de Aristóteles, que o define como um dos três modos de persuasão, junto ao *logos* (argumento lógico) e ao *pathos* (emoção). O *ethos* diz respeito à credibilidade do orador. Na análise do discurso moderna, como em Dominique Maingueneau e Ruth Amossy, é a imagem de si que o sujeito constrói ao longo do texto, não apenas por meio de afirmações diretas, mas também por escolhas linguísticas, temáticas e estilísticas.

Para Maingueneau (2008), a análise do discurso moderna tem por objeto não apenas a organização textual nem apenas a situação comunicativa, mas a articulação entre texto e lugar social: interessa-lhe apreender como um enunciado (texto) se inscreve num determinado lugar/posição social (gênero, campo discursivo, dispositivo de enunciação) e como essas dimensões se entrelaçam para produzir sentidos e efeitos. Em termos práticos, isso orienta o analista a considerar simultaneamente formas linguísticas, estratégias enunciativas e condições sócio-históricas de produção e circulação do discurso: “apreender o discurso como intricação de um texto e de um lugar social”. (MAINGUENEAU, 2008, p. 19).

O autor ressalta que a interpretação de um enunciado não é um processo mecânico de decifração de código (gramática + dicionário), mas envolve construir hipóteses, mobilizar conhecimentos, reconstituir contexto. Isso reforça a noção de que o discurso não tem sentido fixo e universal, mas depende da inter-relação entre enunciado e enunciação. “Todo ato de enunciação é fundamentalmente assimétrico (...) nada garante que o que ela [a intérprete] reconstrói coincida com as representações do enunciador.” (Maingueneau, 2008, p. 20). O contexto, por sua vez, é algo reconstruído pelo intérprete e não é um dado fixo, o que reforça a abordagem dinâmica da análise do discurso.

Compreender um enunciado não é somente referir-se a uma gramática e a um dicionário, é mobilizar saberes muito diversos, fazer hipóteses, raciocinar, construindo um contexto que não é um dado preestabelecido e estável. (Maingueneau, 2008, p. 20).

Diante disso, os enunciados não são apenas sequências linguísticas, mas realizam atos (aqui, uma interdição), e esse ato só pode ser plenamente entendido levando em consideração as condições materiais de apresentação (por exemplo, a placa “NÃO FUMAR”, seu formato, cor, posição, etc.). “Esse enunciado constitui uma interdição. (...) Ele possui aqui um certo valor pragmático, isto é, pretende instituir uma certa relação com o seu destinatário.” (Maingueneau, 2008, p. 24).

Esse ponto reforça a noção de que a enunciação não é puramente “intelectual”, pois sua materialidade – como o suporte físico do enunciado, sua forma, a localização – influencia como o discurso é interpretado e funciona socialmente. “As condições materiais de apresentação desempenham um papel essencial para que o enunciado receba de fato tal estatuto.” (Maingueneau, 2008, p. 24).

Nesse sentido, no poema de Blenda Santos, o *ethos* da mulher negra pode ser construído como uma figura resistente, criativa e ancestral, que se afirma a partir da linguagem, da oralidade e da coletividade. A poeta constrói a própria imagem como uma mulher que produz saberes, questiona a opressão e propõe novas formas de existir. Assim, ao analisar o *ethos* discursivo no poema, buscamos entender como a autora se posiciona enquanto mulher negra, que imagem de autoridade ou resistência ela projeta e quais marcas linguísticas sustentam esse *ethos* (como o uso de palavras, ritmo, metáforas, referências culturais etc.).

Ethos discursivo no poema: análise aplicada

A análise do poema “*Crio tecnologias com a boca*”, de Blenda Santos, objetiva compreender a construção da imagem da mulher negra por meio do *ethos* discursivo, fundamentados em estudos sobre identidade, discurso e representação. Para tanto, utiliza a análise textual como metodologia.

Crio tecnologias com a boca (Blenda Santos)

uma mulher carregando no ventre um caixão de uma
tonelada levantou voo nesta madrugada

um menino correndo na rua atrás de uma bola também
desafiou as leis da física

ela que não aprendeu a ler, me ensinou a escrever poesia

e se eu esquecer, eu nem sei mais o que fazer

eles não queriam que eu viesse, mãe

e eu sou poeta

crio tecnologias com a boca, pois preciso lembrar de cada
animal em extinção nesse país,

em que todo mundo sonha em ter um pai

nós não somos iguais e graças a deus
um movimento contínuo para queimada de sutiãs nunca
me disse tantas coisas assim
desde então, eu era mordida com folhas de flandres
de onde eu vim, águas passadas movem moinhos
não esqueço das que vieram e abriram caminhos
ketu, nagô, gege, bantu
não quero sua cor, sua cultura, sua lida
não quero seu espaço, sua crença, sua língua
nós não somos iguais e graças a deus
os reconheço pelo cheiro de quem desde o primeiro
banho, nunca mais parou de feder
quem tem punho cerrado que erga
eu escrevo para todas aquelas que virão depois de mim

Já de início, nota-se que a voz poética se apresenta como resistente: a poeta “cria tecnologias com a boca”, transformando a palavra em ferramenta de sobrevivência e memória, além de herdeira de uma tradição, já que, ao citar “*ketu, nagô, gege, bantu*”, ela reivindica um pertencimento afrodescendente que legitima sua fala. Somado a isso, o eu-lírico afirma ser educado pela ancestralidade, uma vez que a figura materna constrói um *ethos* de sabedoria transmitida oralmente, desafiando a lógica ocidental do letramento: “ela que não aprendeu a ler, me ensinou a escrever poesia”. Além disso, essa voz também se direciona para um coletivo de mulheres, uma vez que, ao final, a poeta afirma “eu escrevo para todas aquelas que virão depois de mim”, marcando um *ethos* de porta-voz das mulheres negras. Segundo Maingueneau, o *ethos* só faz sentido na relação com um destinatário.

A voz poética também se dirige contra os que tentaram impedi-la de existir quando afirma que “eles não queriam que eu viesse, mãe”, construindo um *ethos* de desobediência e insurgência, além de afirmar a sua diferença identitária: “nós não somos iguais e graças a Deus” – um *ethos* que rejeita a assimilação forçada e reafirma uma posição própria. Com isso, confronta diretamente o outro hegemônico, criando contraste entre a pureza da ancestralidade e a degradação do opressor: “os reconheço pelo cheiro de quem desde o primeiro banho nunca mais parou de feder”.

Maingueneau lembra que o *ethos* não é apenas verbal, mas também corporificado. Nesse sentido, a imagem da mulher negra carregando no ventre um caixão traduz a dor e a resistência histórica em imagens corporais, bem como a metáfora da mordada com folhas de flandres sugere um corpo silenciado pela opressão, mas que encontra formas de gritar pela poesia. Já o gesto de erguer o punho cerrado inscreve no poema uma corporeidade de luta, típica dos movimentos de resistência negra.

O poema ativa memórias coletivas afro-brasileiras, inscrevendo a voz poética em uma tradição cultural diaspórica, recorrendo a referências feministas como a “queimada de sutiãs”, mas as reelabora a partir da experiência da mulher negra, mostrando que sua luta é específica e não universal. Sendo assim, o *ethos* aqui é contradiscursivo: contesta o discurso dominante e afirma uma identidade própria.

Segundo hooks (2018), o feminismo dominante historicamente se concentrou nas experiências de mulheres brancas privilegiadas: segundo ela, muitas das demandas iniciais do movimento feminista refletiam “as experiências de mulheres brancas com alto nível de educação (a maioria com privilégios materiais)”. No mesmo viés, Ribeiro afirma que: “Existe ainda, por parte de muitas feministas brancas, uma resistência muito grande em perceber que, apesar do gênero nos unir, há outras especificidades que nos separam e afastam. [...]” (Ribeiro, 2017, p. 35).

Nesse contexto, o poema reitera o pensamento das autoras de que é fundamental propor uma política feminista que leva em conta não apenas gênero, mas também raça, classe e outras formas de opressão — antecipando (ou dialogando com) abordagens interseccionais.

Nenhum grupo de mulheres brancas conheceu melhor a diferença entre seu status e o de mulheres negras do que o grupo de mulheres brancas politicamente conscientes, ativistas na luta pelos direitos civis. Diários e memórias escritos por mulheres brancas sobre esse período na história da América do Norte registram esse conhecimento. Ainda assim, vários desses indivíduos foram dos direitos civis para a libertação da mulher e lideraram um movimento feminista em que suprimiram e negaram a consciência sobre a diferença que viram e que ouviram, articulada em primeira mão no Movimento pelos Direitos Civis. Apenas por terem participado na luta antirracismo não significa que se desapegaram da supremacia branca, da noção de serem superiores às mulheres negras, mais informadas, mais educadas, mais preparadas para “liderar” o movimento. (hooks, 2018, p. 52).

Em resumo, o *ethos* da poeta/mulher negra neste poema é resiliente (transforma dor em criação), é ancestral (fala em nome das que vieram antes), é porta-voz coletiva (projeta-se para as gerações futuras), é contestador (enfrenta o opressor e rejeita a assimilação) e é corporal e performático (traz imagens de corpos que resistem, sofrem e lutam). Assim, pela lente de Maingueneau, o poema constrói a imagem da mulher negra como sujeito de resistência, memória e futuro, que, por meio da palavra-poesia, rompe silenciamentos e assume lugar de fala no espaço social.

Para Ribeiro, o termo “lugar de fala” se baseia na compreensão de que todas as pessoas possuem um lugar social,

mas nem todos os lugares possuem o mesmo acesso à legitimidade. Assim, pessoas brancas, homens ou sujeitos pertencentes às classes dominantes tendem a ocupar um ponto de vista considerado universal — um lugar onde sua fala é tomada como neutra e válida para todos. Porém, no poema, Blenda subverte essa lógica, reivindicando seu direito de dizer e ser ouvida, a fim de dar visibilidade e validar suas vivências e experiências.

Pode-se observar que a autora projeta a imagem de uma mulher negra que fala, cria e reconfigura o mundo a partir da oralidade e da experiência coletiva. Blenda Santos resgata a tradição oral afro-diaspórica ao afirmar que “cria tecnologias com a boca”. A expressão metafórica aproxima fala e tecnologia, mostrando que a sabedoria ancestral transmitida oralmente também é ciência, também é construção de mundo. Com isso, ela se posiciona como herdeira e continuadora de um legado de mulheres negras. O *ethos* aqui é o da mulher-sábia que transforma a palavra em força criadora.

Nesse contexto, ao nomear a fala como “tecnologia”, a poeta desloca o senso comum que associa tecnologia apenas ao mundo digital e eurocentrado. Assim, ela reivindica a intelectualidade negra, historicamente apagada. Dessa forma, constrói-se o *ethos* da mulher negra produtora de conhecimento, uma intelectual que transforma experiência em potência.

O poema também possui uma função crítica: aponta para os silenciamentos, o racismo estrutural e a tentativa de apagar os saberes negros. Ao falar, a mulher negra reafirma sua existência e denuncia a opressão. Aqui, o *ethos* é o do sujeito político, que não aceita calar, que enfrenta a violência com palavras potentes.

Considerações finais

No poema “*crio tecnologias com a boca*”, Blenda Santos constrói um *ethos* discursivo que projeta a mulher negra como

sujeito de saber, ancestralidade e resistência. Através da metáfora da fala como tecnologia, a autora subverte paradigmas coloniais e valoriza a oralidade como fonte legítima de conhecimento. Essa imagem discursiva articula-se com os estudos de Maingueneau (2008), que entende o *ethos* como uma construção textual estratégica que legitima o dizer. Além disso, dialoga com pensadoras negras como hooks (2019) e Ribeiro (2017), ao afirmar a potência do corpo negro que fala, cria e politiza. Assim, o poema se configura como um ato de enunciação que desafia os silêncios impostos e reinscreve a mulher negra como centro de saberes e transformações.

Nessa perspectiva, no poema de Blenda Santos, observa-se a construção de um *ethos* discursivo que reposiciona a mulher negra como sujeito de saber, resistência e ancestralidade. Ao propor a fala como tecnologia, a poeta valoriza a oralidade e os saberes afro-diaspóricos, conferindo-lhes o estatuto de produção de conhecimento. Essa imagem do sujeito enunciador, conforme aponta Maingueneau (2008), é estrategicamente construída no discurso para legitimar a autoridade do dizer. A proposta poética, assim como destacam as autoras Ribeiro (2017) e hooks (2018), afirma a centralidade da mulher negra como produtora de linguagem, memória e transformação social. Dessa forma, o poema se configura como um ato de resistência simbólica que desafia os silenciamentos históricos e reinscreve a mulher negra no centro das epistemologias contemporâneas. Portanto, o poema ressignifica a identidade negra feminina, valorizando saberes e resistências.

Referências Bibliográficas

HOOKS, b. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Tradução: A. L. Libânio. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2008.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SANTOS, B. Crio tecnologias com a boca. In: **Sete poemas de Blenda Santos**. *Ruído Manifesto*, 13 set. 2022. Disponível em: <https://ruidomanifesto.org/sete-poemas-de-blenda-santos/>. Acesso em: 11 jul. 2025.

QUANDO TORCER PARA O CORINTHIANS VIRA OFENSA: EFEITOS DE SENTIDO EM DISCURSOS MIDIÁTICOS

Lucas Andrey Rodrigues³¹

Rafaela Tristão Schulz³²

A torcida Corintiana é, sem hesitar, uma das mais apaixonadas pelo clube no âmbito esportivo nacional, quiçá, internacionalmente. A identificação entre torcida e clube é um acontecimento histórico, não se trata apenas de amar o esporte ou amar quem veste a camisa, mas, sim, a camisa que eles vestem: a alvinegra.

O Sport Clube Corinthians Paulista é um time construído e mantido por uma torcida popular, conhecida, contemporaneamente, como pobre. A massa, óbvio, é homogênea, mas as suas raízes são de operários, pobres, que residiam em favelas e se opuseram contra a burguesia em nome do clube. Inegavelmente, suas raízes são populares, logo, os dizeres acerca dos sujeitos que constituem a torcida, são, corriqueiramente, preconceituosos, pois, tem-se pré-construído que para torcer para o Corinthians, necessariamente, você precisa ser pobre, preto, ladrão, entre outros inúmeros já-ditos pejorativos acerca desses dizeres.

Todos os discursos que cercam sujeitos que são incluídos neste imaginário, podem ser considerados pertencentes a uma memória cristalizada que sonda os torcedores do clube, é um discurso de longa duração e tem mantenedor o preconceito. Este

³¹ Mestre em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Cascavel (PR), Brasil. lucasandrey02@gmail.com.

³² Mestre em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Cascavel (PR), Brasil. rafatristaotrx@gmail.com

imaginário é construído e mantido, principalmente, após ter o seu estádio construído na Zona Leste, especificamente em Itaquera, região periférica de São Paulo. A construção de fato, não foi desinteressada, pois os discursos da presidência à época, objetivaram construir o estádio próximo a quem consome o estádio: *o povo*.

Conhecido, então, como o Time do Povo, a história do clube não está sustentada em apenas os torcedores pobres dominar as arquibancadas e os escudo posto no peito, trata-se de uma característica histórica e fundadora para que esses discursos, hoje, sejam cristalizados. Quando fundado, o clube foi assujeitado a uma declaração que hoje, inclusive, trata-se de um mandamento: “Corinthians vai ser o time do povo e o povo é quem vai fazer o time”, por isso, entre outros fatores, que o time leva consigo esse legado.

Possenti (2017, p. 145), levanta a hipótese de esses dizeres serem caracterizados como discurso transversal, ou seja, ao invés dessa cristalização dos sentidos estarem relacionados diretamente a uma classe, “se trata de uma relação entre condição (ou causa) e consequência”, ou seja, se é pobre, preto e morador da periferia: é corintiano.

A reforçar este estereótipo definido ideologicamente sobre a massa Corintiana, temos como *corpus* desta pesquisa, um vídeo público da apresentadora Renata Fan, a qual, atualmente, é apresentadora do programa *Jogo Aberto*, na rede Bandeirantes de televisão, bem como uma entrevista dela publicada em 1999, pela Rede Globo. Ademais, temos, ainda, um discurso do apresentador José Roberto Burnier, proferido durante um programa jornalístico. Sobre o funcionamento deste *corpus*, traremos na seção seguinte à abordagem teórica mobilizada para o andar desta pesquisa.

Para isso, buscamos analisar discursivamente, pautando-nos no referencial teórico e metodológico da Análise do Discurso desenvolvida por Michel Pêcheux na França e continuada no

Brasil por Eni P. Orlandi. Dessa forma, a partir do batimento teórico e analítico, como ressalta Petri (2013), o objetivo é compreender, a partir dos efeitos de sentido produzidos pelos discursos veiculados, a evidência dos discursos em formações discursivas preconceituosas, além da regularização por meio desses dizeres que circulam. A partir de sequências discursivas, então, busca-se evidenciar os sentidos que estão ditos e não ditos nos enunciados proferidos e analisados no decorrer da pesquisa.

Gestos de análise

É sabido, a partir da teoria da Análise do Discurso, que o início da pesquisa não se consolida, sempre, pelo mesmo ponto de partida. O que quero dizer com isso, é: a inquietação/a necessidade emergida pelo/no analista, pode-se partir de um movimento oscilatório, o qual poderá partir do objeto de pesquisa para a teoria, ou da teoria para o objeto de pesquisa.

Nesta perspectiva, conforme Petri (2013, p. 42), “não há uma predeterminação que estabeleça onde tem início o movimento pendular que o analista de discurso realiza em seu trabalho, ele pode ou não ter início na teoria”, ou seja, neste caso, a partir da nossa inquietação frente ao objeto de pesquisa, ascendeu a necessidade de abordar determinados conceitos teóricos dessa linha de pesquisa para que conseguíssemos, discursivamente, analisar alguns dizeres que circulam sobre a estereotipia colada ao que relaciona-se com o torcedor corintiano.

Dessa forma, a partir da regularização dos sentidos acerca desses sujeitos, “os movimentos de ir e vir (da teoria para a análise e/ou vice-versa)” (PETRI, 2013, p. 42), fizeram com que surgisse a necessidade teórica de mobilizar os conceitos de Formações Discursivas, Ideológicas e efeitos de sentido, pois são importantes conceitos a serem abordados em vista do papel determinante que ocupam na produção dos efeitos de sentido produzidos pelos discursos. Dessa forma, a partir da materialidade discursiva

selecionada, construirei, pautado em tais conceitos, movimentos analíticos acerca de tais discursos.

Pêcheux, a partir do que foi proposto por Michel Foucault em *A Arqueologia do Saber*, ressignificou o conceito de Formação Discursiva. Na perspectiva do filósofo francês, a partir do viés Marxista, temos funcionando e relacionando no discurso, a ideologia com a luta de classes. Dessa forma, para Pêcheux (2014), a formação discursiva é tida como “aquilo que, numa *formação ideológica* dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc)” (PÊCHEUX, 2014, p. 147). Dessa forma, entende-se a formação discursiva um espaço de articulação do funcionamento discursivo, o qual é determinado por uma formação ideológica. Segundo o autor,

as formações ideológicas têm um caráter regional que elas se referem às mesmas “coisas” de modo diferente (Liberdade, Deus, a Justiça, etc.), e é porque as formações ideológicas têm um caráter de classe que elas se referem simultaneamente às mesmas “coisas” (Pêcheux, 1990, p. 259).

Acerca deste funcionamento, sob a articulação discursiva e ideológica, a formação discursiva emerge de si o processo de produção dos efeitos de sentido, visto que as palavras, nesta perspectiva teórica, não estão coladas a somente um sentido, mas mudam/adaptam-se a partir da formação discursiva a qual o sujeito enunciador está inserido.

A fim de observar este funcionamento, traçaremos aqui, tomando a forma do movimento pendular ponderado por Petri (2013), o batimento entre o *corpus* e a teoria que aqui abordamos.

Figura 1



Fonte: Youtube/Rede Bandeirantes³³

Nesta imagem (1), temos, vestida com uma blusa regata preta e saia longa na cor vermelha, a apresentadora que conduz o programa *Jogo Aberto*, como dito anteriormente, conhecida como Renata Fan. Neste momento, traçaram-se comentários acerca de um colega de bancada que, segundo o próprio, é torcedor declarado do Sport Club Corinthians Paulista (Corinthians). Dito isso, a apresentadora, em tom de deboche, (re)produziu o comentário que tomaremos aqui como Sequência Discursiva número um:

SD1: Quem avisa, amigo é... Para, Chico, você não combina, Chico, você não é maloqueiro, cê é um cara estudado, cê é um cara multifunções, Chico, aí você foi querer ser corintiano para agradar a esposa... (Rede Bandeirantes, 2023).

³³ Acesso disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AoqTofC1JKw>

Analisando essa SD, encontramos um pré-construído, ou seja, discursos que circulam anteriormente o que é proferido e regula o funcionamento que determina e conduz a produção de sentidos. Dessa forma, podemos observar o posicionamento da apresentadora em relação ao estereótipo social construído sobre todo e qualquer adepto ao time referido. Dessa forma, como abordado anteriormente, trata-se de um clube de origem operária, o qual, ao longo dos anos, carrega em seus amantes aspectos que os desmerecem. Entretanto, temos, neste caso, uma regularização de um discurso, visto que se trata de efeitos de sentido cristalizados pela sua repetibilidade.

Ao dizer que *Chico não é maloqueiro, estudado e multifunções*, a apresentadora evidencia em seu discurso a formação discursiva a qual ela está inserida, uma FD preconceituosa. Deste modo, ela caracteriza todo e qualquer adepto, torcedor, jogador ou simpatizante do clube a serem, então, *maloqueiros*, sem estudos, sem capacidade de desenvolver funções sociais. Ou seja: pode-se compreender, então, que para você torcer para o clube Corinthians, é preciso ser e estar assujeitado a tais posições inferiores citadas pela apresentadora.

É interessante abordar, neste momento, o papel do sujeito na perspectiva da AD francesa, pois, temos, para a teoria, um sujeito interpelado ideologicamente. Entretanto, para compreender essa concepção, é necessário compreender que nenhuma pessoa passa do *natural* para o *social* sem ser submetido ao que já está previsto pela Ideologia, pois, segundo Pêcheux (2014, p. 158), é da Ideologia que parte o efeito de evidência a qual todo mundo sabe o que determinada expressão significa, pois tudo já é determinado.

Ou seja, a ideologia dita como as coisas são e serão, é tudo já-definido. Dessa forma, por se tratar de sujeitos interpelados pela ideologia, conhecemos, a partir da teoria pecheutiana, que os sujeitos serão sempre assujeitados à ideologia, visto que não há

nada fora do campo ideológico (Pêcheux, 1997). Assim, a ideologia conduz esse sujeito, inconscientemente, às interpelações as quais estão postas a partir de sua posição social, neste caso: apresentadora de programa televisivo de renome, branca, loira, graduada, financeiramente estável, ocupa uma posição privilegiada, entre outras inúmeras características que cercam a condição de produção que ela (re)produz seus discursos.

é a ideologia que fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc., evidências que fazem com que uma palavra ou enunciado *queiram dizer o que realmente dizem* e que mascaram, assim, sob a *transparência da linguagem*, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados (Pêcheux, 2014, p. 146, *itálicos do autor, negritos meus*).

O sujeito do discurso não é considerado a fonte de seus dizeres, pois tudo já foi dito, contudo, sob outras circunstâncias de enunciação. Logo, a condição de produção determinará, a partir do assujeitamento, em um processo inconsciente, quais serão os efeitos de sentido que os dizeres proferidos receberão a partir do ato enunciativo. É o que acontece a partir da posição da apresentadora-sujeito, a qual afirma, por diversas características, o preconceito internalizado e “esquecido” enquanto parte do processo de interpelação ideológica a qual é assujeitada, ou seja, o discurso torna-se o lugar que proporciona observar a relação entre língua e ideologia.

Desse modo, entendemos a Formação Discursiva como sendo o lugar de articulação do discurso, o qual é determinado por uma Formação Ideológica. Ou seja: a partir da articulação do discurso e da ideologia, a formação discursiva permite a produção dos efeitos de sentido, portanto, de acordo com Orlandi (2015, p. 40), “as palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam”, ou seja, as palavras não carregam consigo um

sentido único, mas mudam a partir do lugar ocupado pelo sujeito. Isso significa que o sentido depende das condições de produção e da Formação Discursiva em que o sujeito está inserido e que funciona “em referência às formações ideológicas” (Pêcheux, 2014, p. 147).

Para entendermos a regularização responsável por cristalizar tais efeitos de sentido sobre a massa adepta ao clube, observaremos, a seguir, a sequência discursiva de número dois:

Figura 2



Fonte: YouTube/GloboNews³⁴

SD2: A polícia já tem alguma pista dos criminosos? Estão roubando o próprio time agora, é isso? (GloboNews, 2018).

³⁴ Acesso disponível em: <https://www.youtube.com/shorts/eIGy2BjBYdQ>

A destarte, a cobertura da reportagem a ser exibida no momento, tratava-se, como podemos ver na legenda disposta pelo jornal, sobre um assalto com reféns que ocorreu dentro da *Neo Química Arena*, estádio do Sport Clube Corinthians Paulista. Dessa forma, na condução da reportagem, o apresentador José Roberto Burnier insinua que a própria torcida estaria cometendo o crime em questão, como podemos ver na SD2.

Ao perguntar se *estão roubando o próprio time*, o discurso ressoa a discursos já existentes, os quais mantêm, então, a regularização citada anteriormente. Podemos notar no fio do discurso disposto nessa sequência discursiva, a referência de *criminosos* retomada à referência do questionamento preconceituoso proferido pelo sujeito-repórter. Dessa forma, o intradiscurso da SD2 nos proporciona analisarmos acerca da formação discursiva que rege o funcionamento e o “armazenamento” dos discursos dispostos para análise nesta pesquisa.

Ao ponderarmos a condição de produção desse jornalista, perpassa-se e retoma ao que foi já abordado na SD1, trata-se de uma evidenciação da formação discursiva ao qual o sujeito em questão insere-se, reproduzindo efeitos de sentido presentes na FD preconceituosa a qual o discurso da SD1 insere-se.

A partir da regularização, a condição de produção nos conduz a observar a fatores sociais que permeiam tais discursos: jornalistas, brancos, classe alta, posição de alta visibilidade a partir da colocação profissional, entre outros adjetivos que caracterizam e façam com que tais discursos sejam evidenciados. Digo que isso influencia no processo da evidenciação dos atravessamentos ideológicos de ambos, visto que, por meio dos *deslizes*, seus atravessamentos são externalizados. Afinal, este é um dos pontos que rege o funcionamento das análises discursivas pautadas na teoria da Análise do Discurso de Michel Pêcheux.

Indursky (2011, p. 70) diz que o regime de *repetibilidade* não é somente a partir da repetição de palavra por palavra, pois o

sujeito quando produz um discurso, ele o faz sobre este regime de repetibilidade, ou seja, o sujeito enuncia o que enuncia por meio da repetição de discursos que já estão lá, funcionando a partir dos *esquecimentos*. Assim, ao percebermos que há uma regularidade entre as sequências discursivas dispostas neste artigo, compreende-se uma linearidade cristalizada de efeitos de sentido acerca dos discursos preconceituosos que cercam os adeptos. Se há, então, esse processo de regularização, não podemos ignorar o processo constitutivo refletido pela memória discursiva, a qual determina e regulariza os dizeres dentro de uma formação discursiva (Indursky, 2011, p. 87).

Este processo se dá também a partir de deslocamentos, mas que ressoam, ainda, a um discurso pré-construído como dito anteriormente. Pensando no funcionamento discursivo a partir das SDs selecionadas, o fator deslocamento não se enquadra, visto que constroem-se a partir de uma linearidade discursiva já existentes em uma memória coletiva, ou seja, há uma retomada de dizeres já-ditos e que pertencem a mesma formação discursiva, entretanto com palavras diferentes, constituindo o processo de repetibilidade, visto que transbordam em si os mesmos efeitos de sentido, os quais remetem a um seio de preconceito execrável e anacrônico, construído a partir da aversão a classe minoritária que compõe, em massa, a torcida do clube, bem como seus princípios fundadores.

Torna-se ainda mais interessante ao analisarmos as justificativas pós-polêmica de ambos os jornalistas (mas também, costumeiramente, com qualquer pessoa pública que é exposta), pois os discursos cercam-se e reafirmam a inconsciência (ou pelo menos buscam reafirmar) da interpelação ideológica que vos toma enquanto sujeitos. O clássico *não foi isso que eu quis dizer* ou *foi apenas uma piada*, evidencia mais a relação dos atravessamentos que a determinada condição de produção daquele sujeito permita dizer o que ele diz. Entretanto, partindo da premissa que há, a partir do que é materializado, a evidenciação da formação discursiva a qual os sujeitos-apresentadores citados aqui estão inseridos, são

repensadas quando expostas a fim de “mascarar” os princípios ideológicos que os interpelam.

Digo isso, pois, a manipulação das palavras é um fator evidenciário de buscar a invisibilidade ideológica e tentar, a todo modo, inserir-se em outra formação discursiva que seja positivamente aceita pela sociedade. Porém, para nós analistas, são tais deslizos que regem a nossa prática. É, a partir do desliz discursivo, que o sujeito transpassa a retomada de discursos cristalizados sob a forma de outras palavras, mas que se direcionam para a mesma região discursiva que abrange tais efeitos de sentido.

A efeito explicativo sobre as possibilidades de movência do sujeito sobre as formações discursivas, observamos, ainda, a apresentadora Renata Fan, que há anos declarava seu amor pelo clube em questão. Em 1999, quando ganhou o Miss Brasil, foi entrevistada pela Rede Globo devida a sua paixão por esportes. A partir dessa entrevista, proferiu o seguinte discurso:

Figura 3



Fonte: YouTube³⁵

³⁵ Disponível em: <https://cotimedopovo.com.br/2022/11/video-de-renata-fan->

SD3: Eu torço para o Corinthians, porque o Corinthians é o *time do povo*. (...) Tem que ser uma mulher bonita, culta e inteligente (Rede Globo, 1999).

Isso reforça, ademais, a maleabilidade que os sujeitos acreditam ter em seus posicionamentos, os quais são evidenciados em seus discursos, como visto anteriormente. Por exemplo, quando convém, como visto na SD3, a apresentadora em questão estaria, segundo ela, tomando uma posição de “não maloqueira”, a efeito comparativo com o que materializado na SD1.

Isso reflete de forma idêntica à pesquisa de Possentti (2017, p. 153), onde ele propôs a análise de um discurso circulado pelo clube rival do Corinthians, o São Paulo Futebol Clube. Este discurso apresentava um jogador com a cara do clube, destacando que “fala bem, é bonito, tem todos os dentes”. Aqueles familiarizados com a intensa rivalidade entre os dois clubes, que certamente vibrante em São Paulo, podem perceber nesta declaração uma avaliação positiva de um clube e uma avaliação negativa implícita do outro. O clube em questão, o Corinthians, é caracterizado como o oposto, sendo associado à falta de habilidade na fala, à falta de beleza e à ausência de dentes, todas essas características vinculadas à pobreza.

É da forma a qual, por meio da SD3, a apresentadora refere-se ao clube como sendo o *time do povo*, entretanto, anos após, o discurso contradiz com a declaração, visto que se entende por *time do povo*, especialmente, a população considerada de classe baixa, ou, como os próprios torcedores dizem, “o povão”. A efeito comparativo, além disso, dizer-se “culto e inteligente”, também é posto em contradição quando se dirige, na SD1, ao colega de trabalho dizendo que não poderia ser corinthiano, pois era “estudado”. A inquietação, neste caso, permite-nos

compreender que ultrapassa os limites do “desculpável”, por exemplo, com o passar dos anos, ao invés de se mover a uma FD não preconceituosa, a apresentadora em questão deslizou-se a uma FD preconceituosa? Seria ela, então, em 1999, uma pessoa qualificada, ou melhor, *estudada*, para torcer ao time? Ou, neste caso, teríamos na época um interesse midiático em dizer-se torcedora justamente para ter visibilidade de uma das maiores torcidas do país?

São questionamentos que nos limitam em analisar as seqüências discursivas mesmo à luz da teoria, pois mesmo que dificilmente, os sujeitos podem romper com as formações discursivas. Entretanto, no caso das SDs 1 e 3, o rompimento, se houve, foi frente a uma decadência de região discursiva. A todo modo, é nosso papel colocar em xeque discursos inquietantes, por isso levantamos o *interesse* da apresentadora em pertencer, sendo assim, a condição de produção da época como fator determinante para ecoar tais efeitos de sentidos.

Efeitos conclusivos

O texto apresenta uma análise discursiva sobre a forma como a torcida do Corinthians é representada e estereotipada na mídia, especificamente por meio de discursos proferidos por jornalistas/apresentadores de televisão. O autor destaca a repetição de discursos preconceituosos que categorizam os torcedores do Corinthians como "maloqueiros", "sem estudos" e "criminosos". Esses estereótipos são analisados à luz da teoria da Análise do Discurso de Michel Pêcheux. A partir do aporte teórico, conseguimos observar como a condição de produção dos jornalistas influencia a maneira como eles reproduzem esses estereótipos, de forma inconsciente, devido à interpelação ideológica que recebem.

A ideologia desempenha um papel fundamental na produção e reprodução desses estereótipos, pois influencia a maneira como as palavras são usadas e interpretadas. Além disso,

o texto destaca a maleabilidade dos discursos dos apresentadores, que podem se contradizer ao longo do tempo, como no caso da apresentadora Renata Fan, que declarou ser torcedora do Corinthians em 1999, mas posteriormente fez comentários preconceituosos sobre os torcedores do mesmo clube. Sendo possível apontar, no caso, uma motivação direcionada por interesses midiáticos ou de visibilidade.

Em suma, o texto evidencia a importância da análise discursiva para desvelar os estereótipos e preconceitos presentes na representação da torcida do Corinthians na sociedade, bem como, a partir do processo de descrição e interpretação, analisar o funcionamento discursivo e evidenciar a inserção de tais discursos em formações discursivas.

Referências Bibliográficas

INDURSKY, F. **A memória na cena do discurso**. In: INDURSKY, F.; MITTMANN, S.; FERREIRA, M. C. L. (org.). **Memória e história na/da Análise do Discurso**. 1. ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011. p. 67–89.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. 12. ed. Campinas: Pontes, 2015.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de E. P. Orlandi et al. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso**. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 163–252.

PÊCHEUX, M. Delimitações, inversões, deslocamentos. In: **Cadernos de Estudos Linguísticos**, n. 19. Campinas: IEL/Unicamp, 1990. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636823>. Acesso em: 14 ago. 2025.

PETRI, V. **O funcionamento do movimento pendular próprio às análises discursivas na construção do “dispositivo experimental” da Análise de Discurso.** In: PETRI, V.; DIAS, C. (org.). **Análise do discurso em perspectiva: teoria, método e análise.** Santa Maria: Ed. UFSM, 2013. p. 39–48.

POSSENTI, S. Discurso transversal em piadas de corintiano. **Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso**, v. 12, n. 2, p. 144–155, 2017. DOI: 10.1590/2176-457331292.

O RAP COMO ACERVO DISCURSIVO DE MEMÓRIA E RESISTÊNCIA PARA A PERIFERIA NEGRA: ANALISANDO AS LETRAS DO GRUPO NEURÔNIO SUBCONSCIÊNTE - NSC

Jessyka Camila Faustino dos Santos³⁶

A análise da produção musical periférica exige uma perspectiva que considere o discurso enquanto prática política e social. O rap, em especial, opera como mediador de memórias, afetos e saberes intergeracionais, funcionando como contra-dispositivo diante dos discursos hegemônicos que historicamente silenciaram vozes negras. Assim, compreender o rap não apenas como música, mas como arquivo discursivo vivo, é fundamental para compreender as disputas de sentido que atravessam a experiência periférica contemporânea.

O grupo Neurônio Subconsciente (NSC) insere-se nesse campo de tensões discursivas ao articular um repertório lírico que trata do abandono estatal, da violência policial, da vida comunitária, da fé e da solidariedade como formas de reinventar a sobrevivência. Ao mesmo tempo, essa produção se desenvolve em um contexto de crescente criminalização da arte periférica, como ilustrado pelos projetos legislativos conhecidos como Lei Anti-Oruam, que tentam classificar como “apologia” discursos que, na verdade, denunciam a realidade concreta da periferia.

A partir da Análise de Discurso de linha francesa, este artigo examina as letras do NSC como práticas discursivas que resistem à invisibilização e constroem memórias coletivas da população negra. Para isso, considera-se o aporte de Michel Pêcheux, Ení Orlandi, Rogério Modesto, Solange Galo e de

³⁶ Mestra em Antropologia Social pela Universidade Federal de Alagoas, graduada em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal de Alagoas, pesquisadora do NEABI/UFAL. Email: faustinojsk@gmail.com

reflexões históricas, políticas e literárias presentes no livro *Sobrevivendo no Inferno* (Racionais MC's, 2021), que consagrou o rap como documento histórico e literário.

Enquadramento teórico-metodológico: discurso, memória e materialidades na análise da produção do grupo NSC

A análise das letras do grupo Neurônio Subconsciente (NSC) exige um enquadramento teórico-metodológico capaz de compreender o discurso enquanto prática social, histórica e ideológica, atravessada por memórias coletivas e racializadas. Para isso, este estudo fundamenta-se na Análise de Discurso de linha francesa (ADF), articulando aportes de Michel Pêcheux, Eni Orlandi, Rogério Modesto e Solange Galo, bem como referências literárias e históricas provenientes do livro *Sobrevivendo no Inferno* (Racionais MCs, 2021), cuja inscrição no campo da literatura reafirma o rap enquanto corpus legítimo de produção de conhecimento e memória.

Partindo da perspectiva pecheuxtiana, o discurso é concebido como efeito de sentidos produzido na relação entre formações discursivas que se confrontam ideologicamente. Assim, as enunciações do NSC não são tomadas como expressões individuais ou espontâneas, mas como materializações de sentidos atravessados por condições históricas específicas que interpela(m) o sujeito negro periférico. A posição-sujeito construída nos enunciados do grupo emerge na contradição entre discursos hegemônicos — que racializam, criminalizam e inferiorizam corpos negros — e discursos contra-hegemônicos que reivindicam humanidade, memória e resistência. Nesse processo, deslocamentos ideológicos tornam-se visíveis, produzindo rupturas no modo como a periferia é representada e significada socialmente.

A noção de memória discursiva, desenvolvida por Orlandi, complementa essa perspectiva ao demonstrar que cada dizer é sustentado por uma rede de enunciados anteriores que ressurgem,

deslocam-se e se atualizam no presente. No caso do NSC, essa memória inclui práticas discursivas históricas de denúncia de violência policial, abandono estatal, desigualdade racial e sobrevivência em territórios marcados pela precariedade. Essas vozes, muitas vezes silenciadas pela história oficial, retornam nas composições do grupo como testemunho, arquivo e registro coletivo, reinscrevendo no espaço público experiências que a lógica estatal frequentemente tenta invisibilizar. O gesto de dizer, nesse contexto, é também gesto de reinscrição histórica.

A contribuição de Rogério Modesto acrescenta complexidade ao tratar dos discursos racializados como tecnologias que produzem racialidade, organizando quem pode falar, em que condições e com que legitimidade. A racialização do discurso sobre periferia, violência e criminalidade não é um fenômeno isolado, mas um regime semântico que estrutura políticas de morte e de encarceramento. Ao tensionar tais discursos, o NSC opera um deslocamento epistemológico: produz uma contra-racialidade discursiva, na qual sujeitos negros não são definidos pelo olhar policial, mas pela própria capacidade de narrar-se, reconstruir-se e se afirmar como agentes históricos. Esse embate, evidenciado nas letras do grupo, constitui o que Modesto denomina “conflito racial semântico”, terreno onde o sentido torna-se espaço privilegiado de disputa política.

As contribuições de Solange Galo, ao discutir as materialidades discursivas digitais, permitem compreender que os sentidos produzidos pelo NSC não se restringem às letras, mas circulam em redes sociais, videoclipes, performances, postagens e comentários que reconfiguram constantemente o alcance e o impacto das narrativas. A circulação digital constitui hoje parte indissociável da produção discursiva, fazendo com que o rap opere ao mesmo tempo como prática estética e documento público em constante disputa. As materialidades digitais intensificam conflitos de recepção, criando ambientes em que discursos de apoio, criminalização ou resistência se entrelaçam e ressignificam os textos originais. Assim, o discurso do NSC só

pode ser plenamente compreendido dentro dessa ecologia de circulação contemporânea.

O livro *Sobrevivendo no Inferno*, dos Racionais MCs, funciona como matriz discursiva e arquivo literário capaz de iluminar as continuidades entre a produção do NSC e tradições históricas do rap brasileiro. A inscrição do livro no campo literário legitima o rap como fonte legítima de conhecimento, documento histórico e dispositivo de memória. Elementos como fé, sobrevivência, denúncia e autoconsciência negra, fortemente presentes na obra dos Racionais, reaparecem deslocados, atualizados e reterritorializados nas letras do NSC, revelando uma linhagem de resistência que se estende por décadas.

Metodologicamente, a pesquisa articula essas perspectivas teóricas para construir uma leitura discursiva das letras do NSC. O corpus é composto pelo conjunto completo das produções do grupo, complementado por materiais visuais, apresentações e trechos já analisados no contexto da II Jornada de Estudos do Discurso. A análise procede a partir de operações discursivas: identificação de formações discursivas predominantes, reconhecimento de posições-sujeito, reconstrução da memória discursiva mobilizada, observação de deslocamentos ideológicos e consideração da circulação digital como elemento constitutivo dos sentidos. A extração e análise de Sequências Discursivas (SDs) das músicas permite observar concretamente como o discurso opera nos textos, evidenciando tensões, silenciamentos, resistências e contradições que atravessam a experiência periférica.

Dessa forma, o enquadramento teórico-metodológico aqui delineado não apenas orienta a análise, mas fundamenta a compreensão do rap enquanto campo discursivo complexo, no qual sujeitos negros periféricos produzem narrativas potentes sobre si mesmos, reivindicando história, memória, território e vida frente a mecanismos de silenciamento racializado.

Discurso, racialização e memória na construção de contra-arquivos periféricos

A análise discursiva das letras do Neurônio Subconsciente (NSC) revela um campo de tensão no qual sentidos sobre violência, memória e identidade negra são produzidos na contradição entre formações discursivas hegemônicas, atravessadas por racializações históricas, e formações discursivas periféricas que resistem, reinscrevem e deslocam esses sentidos. Por meio de Sequências Discursivas (SDs) selecionadas, observa-se como o grupo aciona categorias fundamentais de sobrevivência, pertencimento, denúncia e parrésia, constituindo aquilo que Azevedo denomina arquivo vivo, mas também o que Modesto e Galo contribuem a pensar como produção racializada de sentidos e materialidades digitais em circulação conflitiva.

A morte como estatística e a memória como resistência

SD1 – NSC: “Quem vai chorar? / quem vai sentir saudade? / quem vai morrer tentando não virar estatística?”

Essa SD opera como um dispositivo ético-discursivo que interroga o lugar da juventude negra no regime de necropolítica brasileiro. A formulação interrogativa não busca resposta: ela instaura uma consciência coletiva de que a morte negra é administrada como dado numérico, e não como tragédia humana.

Pêcheux ajuda a compreender como essa enunciação desloca o sujeito negro do lugar de objeto estatístico, reinscrevendo-o como sujeito que avalia, denuncia e exige memória para si e para os seus. A pergunta “quem vai morrer tentando não virar estatística?” evidencia o conflito racial

semântico descrito por Modesto: o Estado produz a morte como normalidade; o sujeito periférico devolve a violência como escândalo discursivo.

Recuperando Orlandi, nota-se que a memória discursiva reinscrita aqui convoca enunciados históricos sobre massacres, chacinas e políticas de extermínio, atualizando-os no presente das periferias alagoanas.

A criminalização da fala e o dizer como risco

SD2 – NSC: “Eles não contratam o rap / me colocar no palco é dar um tiro em si próprio.”

Esta SD trabalha a metáfora do “tiro” para inverter o locus da ameaça: não é o rapper que oferece perigo, mas aquilo que ele revela. A frase articula três camadas discursivas:

1. Uma crítica ao mercado — que seleciona quem pode ou não ser ouvido, conforme os critérios de aceitabilidade racial e estética.
2. Uma crítica ao Estado e à mídia — que tratam o discurso periférico como ofensivo ou potencialmente criminoso.
3. Uma denúncia sobre silenciamento — o palco, que deveria ser espaço de arte, converte-se em risco institucional para quem o concede.

A análise com base em Modesto evidencia que o perigo não está no rapper em si, mas nos sentidos racializados que o atravessam: é perigoso dar voz a quem historicamente foi marcado como corpo subalterno. Assim, a criminalização da fala revela-se como tecnologia racial.

Do ponto de vista de Galo, essa SD circula digitalmente como fragmento de forte impacto, sendo recortada, remixada e compartilhada em vídeos curtos. A circulação instaura novos sentidos, ora de denúncia, ora de resistência, ora de polêmica. A materialidade digital intensifica a disputa.

Território como sujeito e a personificação da favela

SD3 – NSC: “Reginaldo é a favela.”

O uso do verbo ser estabelece equivalência entre território e sujeito, apagando a distinção entre espaço físico e corpo coletivo. Reginaldo não tem uma favela: é a favela. Essa formulação desestabiliza construções hegemônicas de bairro como espaço degradado e as substitui por construções de afetividade, pertencimento e memória.

Segundo Orlandi, quando a linguagem faz operar esse tipo de equivalência, ela reinscreve sentidos já ditos — o bairro como identidade, como comunidade, como memória — mas desloca-os para uma chave afirmativa, recusando a posição de “lugar-problema” que o discurso oficial impõe às periferias.

A comparação com *Sobrevivendo no Inferno* é produtiva: tal como os Racionais escrevem “Capão Redondo, zona sul, é o inferno” não como autodepreciação, mas como denúncia e registro histórico, o NSC atualiza essa tradição, mapeando o território como sujeito político.

A disputa semântica entre apologia e testemunho

SD4 – NSC: “Será que é apologia ou é a real das nossas vidas?”

Essa SD concentra o cerne do conflito racial semântico identificado por Modesto. “Apologia” é categoria jurídica usada pelo Estado para interditar discursos que lhe são incômodos. Já “a real das nossas vidas” é categoria de testemunho, reivindicação de verdade e legitimidade experiencial.

O embate semântico é também político:

- **Para o Estado**, falar sobre crime é promover crime.
- **Para o NSC**, falar sobre crime é descrever as condições estruturais que produzem violência.

Através de Pêcheux, compreende-se que essa SD evidencia a luta entre formações discursivas:

- a FD hegemônica que criminaliza o dizer;
- a FD periférica que revela o não-dito do discurso estatal.

Essa disputa é ampliada no ambiente digital, conforme analisa Galo, onde cliques, cortes e comentários geram camadas adicionais de sentido, muitas vezes potencializando a criminalização ou, por outro lado, fortalecendo a circulação da denúncia.

Sobrevivência como categoria discursiva e linhagem histórica da resistência

SD5 – Racionais MCs (comparação): “Eu sou guerreiro do gueto [...] eu tô sobrevivendo.”

A sobrevivência é categoria fundante do rap brasileiro e, no NSC, ela aparece como gesto cotidiano diante da violência estrutural, mas também como gesto de esperança e transformação. A sobrevivência é, discursivamente, forma de recusa do extermínio.

A vinculação com Sobrevivendo no Inferno situa o NSC dentro de uma tradição enunciativa em que a sobrevivência é simultaneamente experiência concreta e estratégia de memória. Não se trata de apenas continuar vivo, mas de continuar dizendo, denunciando e registrando para que a morte não se torne silêncio.

No caso do NSC, a sobrevivência é racializada: trata-se de sobreviver sendo negro, pobre, periférico, cristão, trabalhador, músico. Cada uma dessas posições-sujeito atravessa e inflexiona os sentidos da palavra.

Fé, afeto e contradição como deslocamentos discursivos

Outros trechos analisados nos materiais anexados evidenciam a presença de religiosidade, amor familiar, ética comunitária e culpa como elementos constitutivos do discurso do NSC. Esses elementos complexificam a imagem do sujeito periférico, que é comumente reduzido pelo discurso hegemônico a um estereótipo unidimensional.

A presença da fé retoma tradições negras de espiritualidade como forma de resistência, aproximando-se também da estética dos Racionais, onde o sagrado é parte fundamental da sobrevivência. Essa dimensão espiritual opera como força discursiva que desloca sentidos de desumanização, repondo o corpo negro na esfera da dignidade e da transcendência.

O rap como parrésia e risco: a coragem do dizer

Toda a análise das SDs converge para a compreensão do rap do NSC como prática de parrésia: dizer a verdade mesmo

quando isso implica risco à vida. Em contextos racializados, a coragem de falar, e de circular digitalmente, torna-se ato político, gesto de vida e forma de enfrentamento dos dispositivos de silenciamento racial.

Ao se colocar em discurso, o NSC assume uma posição-sujeito insurgente que tensiona o próprio limite do dizível, revelando contradições do Estado, denunciando injustiças e expondo feridas sociais que políticas de higienização discursiva tentam esconder.

Considerações finais

A análise discursiva das letras do Neurônio Subconsciente (NSC) revela a centralidade do rap como prática política, estética e memorial que opera na contradição entre regimes de silenciamento racializado e estratégias de resistência produzidas por sujeitos negros periféricos. Ao longo do artigo, tornou-se evidente que o discurso do NSC não apenas denuncia condições materiais de violência, exclusão e abandono estatal, mas também reinscreve memórias coletivas, produz sentidos insurgentes e reposiciona a periferia como lugar de saber e produção de conhecimento.

Com base no enquadramento teórico-metodológico mobilizado, que articula a Análise de Discurso Materialista (Pêcheux; Orlandi), os Estudos Racializados do Discurso (Modesto), a análise de materialidades digitais (Galo) e a linhagem histórica do rap consolidada em *Sobrevivendo no Inferno*, compreende-se que as enunciações do NSC emergem de formações discursivas conflitivas e racializadas que disputam a significação da vida negra no Brasil. Trata-se de discursos que tensionam sentidos hegemônicos, deslocam posições-sujeito historicamente fixadas e restauram a dignidade discursiva de sujeitos cuja fala foi reiteradamente interdita.

Os trechos analisados demonstram que as letras do NSC operam como contra-arquivos discursivos capazes de reinscrever no espaço público aquilo que as instituições tentam reduzir à invisibilidade ou ao estigma: a violência policial, a dor das famílias negras, a luta pela sobrevivência, a precarização cotidiana, mas também o afeto, a solidariedade, a fé e a potência criativa da favela. A presença dessas múltiplas dimensões evidencia a complexidade do sujeito periférico, recusando reduções maniqueístas e revelando uma subjetividade marcada por contradições, memórias e deslocamentos.

Além disso, a circulação digital das músicas e dos trechos citados intensifica os conflitos discursivos que envolvem o rap na contemporaneidade. Conforme destaca Galo (2025), as materialidades digitais não apenas transportam o discurso, mas transformam-no, produzindo sentidos que emergem na interação com comentários, algoritmos, plataformas e práticas de compartilhamento. No caso do NSC, essa circulação amplifica tanto o alcance político do grupo quanto a vigilância, a crítica e as tentativas de desqualificação que recaem sobre o rap enquanto manifestação cultural negra.

É nesse contexto que as discussões sobre a chamada Lei Anti-Oruam e outras tentativas de criminalização da arte periférica adquirem relevância. As análises demonstram que tais iniciativas não se limitam a regular conteúdos culturais, mas operam como tecnologias de silenciamento racial que tentam controlar quem pode falar e sob quais condições. Em contrapartida, o discurso do NSC expõe a profundidade dessas tensões e reafirma o rap como prática de parrésia, cuja verdade desconforta, revela e desestabiliza.

Assim, ao final deste estudo, reafirma-se que o rap produzido pelo NSC configura-se como acervo discursivo de memória e resistência que atualiza e expande tradições históricas de denúncia e sobrevivência presentes na cultura negra. Ao narrar a experiência periférica a partir de dentro, e ao fazê-lo com rigor estético, coragem política e consciência histórica, o grupo

contribui para a produção de um imaginário alternativo que rompe com estereótipos e disputa sentidos sobre o que significa ser negro, periférico e vivo no Brasil.

Defender o direito ao discurso periférico não é apenas reconhecer a legitimidade de um gênero musical, mas afirmar que a democracia depende da pluralidade de vozes e da circulação de narrativas que confrontam desigualdades estruturais. O NSC, ao inscrever suas histórias em forma de rap, reafirma a potência do dizer enquanto forma de existência e projeta futuros possíveis nos quais a periferia não é apenas cenário de opressão, mas protagonista de sua própria história.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, A. M. **Na trama do rap: música, identidade e cultura periférica**. São Paulo: EDUC, 2024.

FACINA, A. **Rap e política**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

FANON, F. **Os condenados da terra**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HERSCHMANN, M. **O funk e o hip hop invadem a cena**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

MODESTO, R. **Os discursos racializados**. *Revista da ABRALIN*, v. 20, n. 2, p. 1–19, jul. 2021. DOI: 10.25189/rabralin.v20i2.185.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 6. ed. Campinas: Pontes Editores, 2001.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 7. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

RACIONAIS MC's. **Sobrevivendo no inferno**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

RAMOS, J. P. C. **A música como movimento urbano e expressão social da periferia de Maceió**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Musical) – Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020.

PROJETO DE VIDA EM DISCURSO: SUBJETIVIDADES JUVENIS NA CARTILHA NEOLIBERAL

Patrícia Diógenes de Melo³⁷

Francisco Vieira da Silva³⁸

As reformas educacionais que caracterizam a atualidade brasileira são a materialização do avanço de uma lógica neoliberal sobre o campo educacional. Nesse sentido, o Novo Ensino Médio (NEM) propôs reorganizar o currículo em torno de competências, itinerários formativos, dentre eles o chamado Projeto de Vida (PV). Essa proposta, ao chamar os jovens para que construam um caminho profissional e pessoal independente, evoca discursos sobre a responsabilidade individual e a autogestão que são características das lógicas de mercado.

O estudo tem por objetivo analisar os discursos acerca do PV, presente nas mídias digitais. Para tanto, o corpus analisado é composto por 02 (duas) postagens do perfil *@educartum* no Instagram e 03 (três) comentários postados na Rede X. Nesse sentido, a partir do pensamento de Michel Foucault (2008b), esta pesquisa se debruça sobre o discurso do PV e investiga como ele atua como uma tecnologia de governo, orientando os indivíduos a se formarem por meio de práticas de si e de modos de subjetivação que fortalecem a racionalidade neoliberal. Investigando-se como tais discursos geram modos de pensar,

³⁷ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) – Pau dos Ferros. Email: patricia.melo@ifpb.edu.br.

³⁸ Docente do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Docente da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) - Caraúbas. Email: francisco.vieiras@ufersa.edu.br.

sentir e agir que atribuem ao sujeito a responsabilidade por seu sucesso ou fracasso, mascarando as condições estruturais da desigualdade social.

Ademais, a presente investigação classifica-se como um estudo de natureza descritivo-interpretativa, vez que descreve e analisa discursos acerca do projeto de vida em publicações realizadas nas redes sociais acima citadas. Trata-se de uma abordagem de caráter qualitativo, pois é fundamental analisar a essência do fenômeno em questão, sem desconsiderar a mobilização da subjetividade dos pesquisadores durante a seleção e a organização do objeto de estudo. Ademais, afastamo-nos de uma perspectiva que leve em conta a manipulação de variáveis, informações estatísticas e outros componentes de natureza quantitativa. Além das publicações nas mídias digitais que incentivam o autoconhecimento e o empreendedorismo juvenil, a análise levou em conta os jogos de verdade que sustentam essas práticas discursivas e as formas de direcionamento dos estudantes.

Dessa forma, o texto se divide em duas seções, além da introdução e das considerações finais. No primeiro momento, apresenta-se o referencial teórico que sustenta a discussão, especialmente os conceitos de sujeito e governamentalidade em Michel Foucault. Na segunda, examinam-se os discursos das mídias digitais sobre o Projeto de Vida, apontando para suas conexões com a racionalidade neoliberal e os processos de subjetivação dos estudantes.

Governo, subjetivação e neoliberalismo

Preliminarmente, Foucault (2008b) define o conceito de governamentalidade como um conjunto de práticas e conhecimentos destinados a direcionar o comportamento dos indivíduos e das populações. A partir disso, governar não se resume a estabelecer leis ou regras, mas a direcionar a maneira como os sujeitos se comportam, incorporando mecanismos de controle. Por outro lado, o conceito de subjetivação refere-se aos

processos pelos quais o indivíduo se identifica como agente de sua própria ação moral. Refere-se à compreensão de como o indivíduo é formado pelas práticas discursivas e pelas relações de saber-poder que o influenciam. Dessa forma, os “modos de subjetivação” (Foucault, 2008a) representam as maneiras pelas quais o indivíduo se forma em relação a certos sistemas de verdade.

Sob esse contexto, o Projeto de Vida vai além de uma simples proposta pedagógica, trata-se de um mecanismo de governança que utiliza tecnologias do eu para promover comportamentos desejáveis com base na autonomia, na escolha individual e na responsabilização pessoal. Daí surgem discursos focados na ideia de conhecimento de si próprio e autorrealização, em meio à promessa de uma educação mais alinhada aos desejos e vocações dos jovens.

Para entender como o discurso do Projeto de Vida afeta a formação dos estudantes como indivíduos autônomos, é essencial mobilizar o conceito de modos de subjetivação, desenvolvido por Foucault em sua análise acerca do processo histórico de formação do sujeito. A partir dos anos 1980, o filósofo orienta suas pesquisas à formação ética do indivíduo, resgatando o conceito de “cuidado de si” (*epimeleia heautou*) como um eixo central da subjetivação nas práticas filosóficas da Antiguidade greco-romana. Foucault (2008a) sugere entender o sujeito como produto de práticas históricas concretas, originadas dos jogos de saber, poder e verdade, em vez de seguir a tradição moderna, que tende a ver o sujeito como uma entidade autônoma e interior. Nesse cenário, o cuidado de si é visto como uma prática reflexiva, ética e relacional, com o objetivo de promover a transformação pessoal por meio de exercícios contínuos.

No curso "*A hermenêutica do sujeito*", Foucault enfatiza que, nas culturas helenística e romana, o cuidado de si precedia o conhecimento de si: "não se pode conhecer-se sem cuidar-se" (Foucault, 2008a, p. 85). O cuidado envolvia uma série de práticas, como escrita, meditação, diálogo, confissão e exame de

consciência, com o objetivo de formar indivíduos éticos por meio de um esforço diário de autorreflexão. Ao contrário da modernidade, em que a subjetividade é introspectiva e psicológica, no mundo antigo, o cuidado de si estava intrinsecamente ligado à relação com o outro e com a verdade.

Essas práticas foram chamadas de "tecnologias de si", referindo-se aos procedimentos que os indivíduos utilizam sobre si mesmas para modificar sua forma de ser, pensar e agir. As tecnologias de si não apenas constroem subjetividades com base em regimes de verdade específicos, mas também representam um espaço de ação e liberdade. Como Foucault declara:

As tecnologias do eu [...] permitem aos indivíduos efetuarem, por conta própria ou com o auxílio de outros, certo número de operações sobre seu corpo, sobre sua alma, sobre seus pensamentos, sobre sua conduta, e isso de maneira a transformar-se para atingir um certo estado de felicidade, de pureza, de sabedoria, de perfeição ou de imortalidade” (Foucault, 2006, p. 255).

Essas práticas podem ser espirituais, éticas ou pedagógicas e demonstram que a formação do indivíduo não se dá apenas por imposições externas, mas também pela internalização e repetição de determinados regimes de verdade. Tais tecnologias representam maneiras pelas quais os indivíduos se formam em relação a determinados discursos normativos, ao mesmo tempo que podem criar oportunidades para resistência e reinvenção. Ademais, ao considerar as tecnologias de si em relação ao cuidado de si, Foucault move a ideia de ética para além da moral normativa: “É preciso constituir-se como sujeito de verdade através de um trabalho de si sobre si” (Foucault, 2006, p. 265). Sob essa perspectiva, a ética se manifesta como um modo de subjetivação que implica a escolha de um estilo de vida e a prática da liberdade na relação consigo mesmo. Ela não se opõe ao poder nem se limita

a ele; antes, é a maneira como os indivíduos compreendem, resistem ou reinterpretam os imperativos sociais e culturais aos quais estão submetidos.

Além disso, Foucault (2006) adverte que as tecnologias de si não são neutras, pois estão sempre interligadas com dispositivos de poder e práticas discursivas. No cenário atual, caracterizado pela lógica neoliberal, as tecnologias de si são comumente utilizadas na forma de uma ética empresarial do eu. Nela, o indivíduo é incentivado a administrar sua própria vida como se fosse uma empresa, de forma autônoma, eficaz e produtiva. Assim, “toda conduta que responda de forma sistemática a modificações nas variáveis do meio [...], toda conduta ‘que aceite a realidade’ – deve poder resultar de uma análise econômica” (Foucault, 2008b, p. 366). Foucault destaca a extensão do modelo econômico além do mercado ao afirmar que toda ação que responda sistematicamente às mudanças do meio e que aceite a realidade pode ser analisada economicamente, incluindo o vasto campo dos comportamentos humanos.

Arelado ao governo, segundo Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo mostra-se além de uma simples política econômica; trata-se de uma racionalidade política que gera indivíduos. O sujeito é convocado a ser o empresário de si mesmo, encarregado de administrar seu próprio capital humano, sua trajetória profissional e suas emoções. Essa lógica permeia a educação, fazendo com que o aluno se torne responsável por sua própria aprendizagem e futuro.

Os referidos autores apregoam que a cultura empresarial, reflexo da racionalidade neoliberal, produz formas de governar alinhadas ao sistema corporativo e promove modos de ser e estar no mundo vinculados à retórica gerencial, como: a) tornar os indivíduos aptos a aceitar condições de trabalho degradantes, visto que cada um é responsável pelo seu próprio empresariamento; b) ao serem considerados empreendedores de si, esses indivíduos precisam ser flexíveis, resilientes e adaptáveis às constantes crises do sistema capitalista; c) a empresa define novas éticas baseadas

na autoajuda e autogestão, responsabilizando o sujeito pelo aprimoramento de suas habilidades e competências, incluindo a necessidade de vigilância e autopunição para alcançar o sucesso; d) sem garantias ou sistemas de seguridade, cabe a cada um investir em fundos privados de saúde e educação e planejar seu futuro; e) o indivíduo deve ser visto não mais como um trabalhador, mas como uma empresa que vende um serviço ao mercado; f) através de serviços como *coaching*, é imperativo criar estratégias para autoconhecimento, identificar potencialidades e pontos fracos, e melhorar esses últimos para incrementar o capital humano através da automotivação contínua; g) a realização pessoal torna-se um valor inalienável, pois “[...] temos que nos conhecer e nos amar para sermos bem-sucedidos” (Dardot; Laval, 2016, p. 345).

Análise dos discursos

Os achados indicam que o discurso do Projeto de Vida se organiza em torno de três eixos centrais: autoconhecimento, propósito e autogestão. Esses eixos atuam como ferramentas de autoformação (FOUCAULT, 2006), chamando os jovens a refletirem sobre si mesmos e a gerenciarem sua própria subjetividade. A partir desse contexto, analisemos duas postagens feitas no *Instagram*, pelo perfil *@coletivoeducartum*.

Figura 1 - Postagens no perfil @coletivoeducartum (2023;2024)



Fonte: @coletivoeducartum

A postagem 1 faz uma crítica direta ao papel do Ministério da Educação no atual contexto brasileiro, sugerindo que ele está

mais alinhado com os interesses das empresas e fundações do que com a educação pública. O enunciado "*já pode mudar o nome do ministério da educação?*" sugere uma insatisfação com a gestão do MEC, insinuando que ele não está cumprindo seu papel de promover a educação pública de maneira adequada, o que pode ser compreendido a partir do que se enuncia em "*ministério das empresas e fundações*". A substituição proposta no nome do ministério reforça a crítica de que o ele estaria priorizando interesses corporativos e privados, em detrimento das necessidades educacionais da população. A imagem mostra trabalhadores alterando a placa para "*Ministério das Empresas e Fundações*". Dessa feita, o discurso tece críticas à possível privatização da educação pública, sugerindo que o referido órgão está mais preocupado com parcerias e interesses privados do que com o acesso e a qualidade da educação para todos.

O cartum aponta para uma preocupação com a mercantilização da educação, em que empresas e fundações podem condicionar de forma excessiva sobre políticas educacionais, currículo e financiamento. A imagem utiliza o humor para chamar a atenção para um problema sério, tornando a crítica mais acessível e impactante. Ao sugerir que o MEC deveria ser renomeado para refletir sua suposta nova função, o cartum aponta para uma desconexão entre a missão original do ministério (promover a educação pública) e suas ações atuais. A imagem reflete uma crítica ao modelo neoliberal, que frequentemente promove a privatização e a redução do papel do estado em áreas como a educação. O cartum faz uma crítica contundente à instituição, sugerindo que ele está se afastando de seu papel central de promover a educação pública e está se alinhando mais com os interesses de empresas e fundações privadas. Utilizando a ironia e o sarcasmo, a imagem provoca reflexão sobre as políticas educacionais atuais e sua orientação ideológica.

Na postagem 2, por sua vez, temos que, também, se trata de um cartum crítico que analisa o "*novo*" ensino médio no Brasil,

destacando questões de liberdade de escolha e desigualdade educacional. Ao enunciar "*não é liberdade de escolha, é legalização da desigualdade*", defende-se que o suposto aumento de liberdade no NEM não é genuíno, mas sim uma forma de perpetuar a desigualdade. O quadro 1 enuncia "*No 'NOVO' ensino médio, os estudantes terão LIBERDADE.*" Contudo, a menção à "liberdade" é colocada entre aspas, sugerindo que essa liberdade é ilusória ou limitada. A imagem dos frascos sugere uma variedade superficial, a partir da qual as escolhas podem parecer diversas, mas não são substanciais. No segundo quadro, apresenta-se o enunciado "*Mas as opções serão disponibilizadas de acordo com a SUA REALIDADE*", o que revela que a disponibilidade de opções é condicionada pela realidade socioeconômica dos estudantes, podendo ser limitadas e de menor qualidade para aqueles em situações de vulnerabilidade econômica, reforçando a desigualdade. O quadro 3 apresenta "*NÃO É LIBERDADE DE ESCOLHA dos estudantes e dos professores*". Pela imagem, visualiza-se um estudante sendo levado pela mão, sugerindo controle ou direcionamento, destacando que a suposta liberdade de escolha não é real para estudantes nem professores, que são forçados a seguir caminhos predeterminados, limitando suas opções e autonomia. Por último, o quadro 4 enuncia que "*A VERDADE é que é uma LEGALIZAÇÃO DA DESIGUALDADE que ESCONDE A REALIDADE*", ilustrada por um estudante preso em uma lata de alimentos rotulada "FOOD". Este quadro reflete que a reforma do ensino médio é, na verdade, uma forma de institucionalizar e legalizar a desigualdade. A imagem do estudante preso na lata sugere que a política educacional está confinando e limitando o potencial dos estudantes, especialmente os de classes menos favorecidas. O cartum funciona como uma denúncia contra as políticas educacionais que, em vez de promover igualdade e inclusão, acabam institucionalizando a desigualdade sob o pretexto de oferecer liberdade e escolha.

Segundo Lopéz (2021), antes a escola tinha o papel de preparar para o mundo ou para a vida, todavia, no atual cenário, ela tem a tarefa de preparar para o mercado. Carvalho (2020)

compartilha dessa visão, argumentando que, ao atender aos interesses do mercado, a escola perde seu caráter público e seu compromisso com o bem social. Ainda, de acordo com Carvalho (2020), isso não se alinha com uma formação focada exclusivamente no desenvolvimento de habilidades e competências utilitaristas para o mundo do trabalho precarizado. O autor descreve essa situação como uma "desertificação institucional" da escola, que deixa de ser um espaço de formação crítica e transformadora do mundo social. Com a substituição do conhecimento disciplinar por exigências corporativas, a escola perde seu caráter republicano.

Fávero e Trevisol (2020) contribuem para o debate, afirmando que a escola, antes vista como uma necessidade moral e de coesão social, tornou-se propagadora de uma lógica individualista e competitiva, desviando-se de sua função formativa original. Em relação ao Projeto de Vida no contexto do NEM, estudos de Damon (2009) indicam que alunos que estabelecem tal projeto têm mais chances de sucesso profissional, pois se tornam empreendedores de si mesmos desde cedo. No Brasil, as políticas públicas do Ensino Médio são guiadas por esse binômio projeto de vida-empresendedorismo. Grupos do terceiro setor, como a Fundação Lemann e o Todos pela Educação, foram cruciais nesse processo. Por exemplo, em 2014, a fundação citada realizou uma pesquisa intitulada Projeto de Vida: o papel da escola na vida dos jovens, que ouviu diversos atores e buscou entender a função da escola na concretização dos projetos dos jovens. O estudo concluiu que o ensino médio enfrenta uma crise recorrente por não preparar os alunos com as competências necessárias para o mercado de trabalho e a vida adulta, mostrando-se desconectado das aspirações dos jovens e das habilidades exigidas na vida adulta (Fundação Lemann, 2014).

De forma geral, tem-se que essas alianças convergem para um modelo de governança educacional fundamentado na ideia de liberdade: o aluno teria a liberdade de escolher o que mais se alinha aos seus interesses, sendo responsável pelo sucesso ou fracasso

dessa "escolha". Portanto, o Projeto de Vida, proposto pelo NEM, sugere uma diversidade de experiências, colocando saberes e conhecimentos a serviço do mundo do trabalho, que precisam se alinhar com as escolhas feitas pelo aluno na realização do seu planejamento de futuro.

Assim, há uma direção visível sobre o que deve ser aprendido no contexto do NEM e o que deve ser considerado relevante na construção de um plano individual, presumindo um sujeito autônomo e livre. Em outras palavras, aquilo que não se alinha com o Projeto de Vida não precisa ser considerado importante, o que leva a uma formação fragmentada e utilitarista, pois, no fim das contas, o conceito de "diversidade" perde o sentido nesse processo, marcado pela seleção de vivências e saberes de cada aluno.

Sob tal cenário, entender os processos de subjetivação envolve admitir que práticas que parecem emancipadoras, como o autoconhecimento e a reflexão, podem também atuar como mecanismos que formam e orientam a subjetividade. No caso do Projeto de Vida, por exemplo, ações como a escrita autobiográfica ou a definição de metas pessoais funcionam como procedimentos de objetivação, uma vez que “fazem o indivíduo falar de si mesmo, confessar suas faltas, reconhecer suas limitações, e desse modo, tornar-se sujeito de um discurso de verdade” (Foucault, 2023, p. 223). O ato de falar sobre si mesmo vai além dos exercícios sugeridos nas aulas de Projeto de Vida, estendendo-se também às redes sociais, como nas postagens da Rede X, que serão discutidas a seguir.

Postagem 1 - Como submetem os estudantes de escola pública estadual a fazer uma prova com 180 questões + redação, se tiraram todas as matérias do novo ensino médio???? Tinha que tirar língua portuguesa e coloca Projeto de Vida então.

Postagem 2 - Imagina vc chegar na escola e ter uma aula de ‘Projeto de Vida’. E nessa aula o prof fica falando q vc precisa trocar os pensamentos negativos por pensamentos positivos. bem-vindo ao novo ensino médio. Bem-vindo ao novo ensino médio.

Postagem 3 - Meu professor de projeto de vida quer opinar no meu projeto de vida se nem ele sabe qual é o projeto de vida dele (2023; 2024).

Com base na análise dos discursos apresentados, é possível ponderar que, na postagem 1 - “como submetem os estudantes de escola pública estadual a fazer uma prova com 180 questões + redação, se tiraram todas as matérias com o novo ensino médio? [...] e coloca Projeto de Vida então”, há uma crítica ao NEM por tratar o Projeto de Vida como uma matéria escolar, mostrando que o estudante a vê como um dever imposto, em vez de uma atividade independente de autorreflexão. A contradição apontada pelo aluno demonstra como a política educacional atribui ao indivíduo a responsabilidade pelo seu desempenho, mesmo diante de condições estruturais desfavoráveis. Tal funcionamento se assemelha à análise de Laval (2004) ao evidenciar como a lógica escolar é reestruturada de acordo com os preceitos de gestão empresarial. Nesse modelo, o foco está na performance e na responsabilização individual, desviando a atenção das desigualdades sociais e das deficiências institucionais para o aparente esforço ou fracasso pessoal dos estudantes.

A postagem 2 - “Imagina você chegar na escola e ter uma aula de ‘Projeto de Vida’ e nessa aula o professor fica falando que precisa trocar os pensamentos negativos por pensamentos positivos - bem-vindo ao novo ensino médio”. A partir do enunciado, pode-se perceber a natureza normativa e prescritiva das tecnologias de si, pois os estudantes são instruídos a modificar seus pensamentos e emoções para atingir um padrão de

comportamento positivo que esteja em conformidade com as expectativas da escola e da sociedade. O foco na troca de '*pensamentos negativos*' por '*positivos*' move a educação para a esfera da autogestão emocional e do empreendedorismo pessoal. Como Foucault observa, trata-se de “fazer com que os indivíduos assumam por si mesmos a tarefa de se governar” (Foucault, 2008b, p. 256). A sugestão de '*trocar pensamentos*' pode ser vista, igualmente, como uma estratégia de si direcionada à adaptação do indivíduo a um padrão de resiliência e otimismo, características apreciadas pelo mercado e pelo discurso meritocrático.

A postagem 3 - "Meu professor de projeto de vida quer opinar no meu projeto de vida se nem ele sabe qual é o projeto de vida dele" - expressa uma resistência com um tom crítico e irônico. O discurso destaca as tensões entre a proposta institucional do Projeto de Vida e a visão do aluno sobre a legitimidade do papel docente ao exercer essa função, desafiando a autoridade e o discurso normativo em relação à maneira como o componente é mediado pelo educador. A crítica indica que a estratégia de padronização do comportamento dos jovens não é confiável. Ao afirmar que a escola exige do aluno clareza e planejamento para o futuro, enquanto os próprios agentes institucionais podem não possuir essa clareza. Sendo assim, é possível refletir acerca de tal contradição baseando-se na Hermenêutica do Sujeito, quando Foucault (2008a, p. 48) afirma que: “Não se pode governar os outros, não se pode bem governar os outros, não se pode transformar os próprios privilégios em ação política sobre os outros, em ação racional, se não se está ocupado consigo mesmo”, ou seja, todo ato de liderança requer, como pré-requisito, o autogoverno. Quando o discurso estudantil afirma que o professor não possui "*projeto de vida*", surge um conflito: como cobrar do estudante algo que o docente não demonstra? Nesse contexto, o aluno direciona a crítica para a falta de coerência da instituição.

Ademais, o dilema é que no NEM, o Projeto de Vida foi concebido como algo fundamentalmente juvenil, ligado ao

período de decisões, experimentações e formação da identidade. Por outro lado, o docente já estaria em uma fase diferente de sua trajetória, não sendo necessariamente solicitado a esclarecer seu Projeto de Vida. Portanto, o professor poderia ser percebido não como alguém que precisa ter esse projeto, mas como um facilitador que ajuda o jovem a desenvolvê-lo, criando uma incoerência, tendo em vista que se governar a si mesmo é uma pré-condição para governar os outros, e o professor não tem certeza sobre seu próprio futuro, a legitimidade de sua função como guia se torna instável.

Não obstante, se considerarmos que o Projeto de vida é uma estratégia de governo voltada especificamente para os jovens, o docente não precisaria realizar o mesmo exercício, mas, sim, estabelecer condições discursivas e práticas para que os estudantes possam fazer esse trabalho sobre si mesmos. Dessa maneira, a resistência presente no enunciado, ainda que manifestada de maneira irônica e informal, enfraquece o pretenso poder do Projeto de Vida como instrumento de disciplina.

A partir da análise desses enunciados, fica em relevo que a prática reflexiva não é apenas um exercício espontâneo, mas está inserida em uma rede de conhecimentos e saberes que direciona o olhar do jovem para futuros desejáveis, minimizando ou, pelo menos, desvalorizando trajetórias que fogem à lógica da empregabilidade, inovação e empreendedorismo. Desse modo, a reflexão transforma-se, ao mesmo tempo, em um exercício de subjetivação e em um agente de normalização, por meio do qual o Projeto de Vida adquire a característica de um roteiro que precisa ser constantemente revisitado, ajustado e alinhado às exigências atuais, sendo essencial para entender seu papel no governo neoliberal.

Considerações finais

As análises indicam que o discurso do PV opera convocando os jovens à introspecção e ao autoconhecimento,

atribuindo-lhes a responsabilidade pela construção e pelo sucesso de sua trajetória escolar e profissional. No entanto, ao promover a figura do sujeito empreendedor de si, tal discurso oculta as condições estruturais de desigualdade, individualizando problemas sociais e deslocando a responsabilização para o indivíduo.

Conclui-se que, ao enfatizar a autonomia, o mérito e a autoeficácia, o PV mobiliza uma racionalidade neoliberal que transforma a subjetividade em algo que pode ser objeto de gestão. O PV acaba atuando como uma tecnologia de si que molda as formas de pensar, sentir e agir, alinhados às exigências do mercado e à lógica da performance. Dessa forma, este trabalho evidencia como os discursos presentes nas mídias contribuem para a produção de subjetividades em sintonia com a cartilha neoliberal, reforçando mecanismos de controle e normatização das juventudes.

Referências bibliográficas

CARVALHO, A. F. **A escola contemporânea e a desertificação institucional: o demérito da *res publica***. In: GALLO, S.; MENDONÇA, S. (org.). **A escola: uma questão pública**. São Paulo: Parábola, 2020. p. 85–101.

DAMON, W. **O que o jovem quer da vida? Como pais e professores podem orientar e motivar os adolescentes**. São Paulo: Summus, 2009.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FÁVERO, A. A.; TREVISOL, M. G. Quando a educação se torna um negócio: ideologia neoliberal na educação e a cristalização de novo senso comum pedagógico. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 24, 2020. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2020.241.18>. Acesso em: 17 abr. 2025.

FOUCAULT, M. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, M. Tecnologias do eu. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. (org.). **Michel Foucault: uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, M. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Tradução de L. F. A. Sampaio. 30. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2023.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Projeto de Vida: relatório técnico**. São Paulo, 2014.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo como ataque ao ensino público**. Tradução: M. L. M. de Carvalho e Silva. Londrina: Editora Planta, 2004.

LOPÉZ, M. Gratuidade e promoção. In: LARROSA, J.; RECHIA, K. C.; CUBAS, C. J. (org.). **Elogio do professor**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 189–200.

MANIPULAÇÃO DA LINGUAGEM NOS DISCURSOS POLÍTICOS E MIDIÁTICOS

Daniel Ripardo Silva³⁹

A linguagem, enquanto prática social, atua como mecanismo central de construção de sentidos e de disputa simbólica no espaço público. Foucault (1971) afirma que “o discurso é o lugar pelo qual o poder se exerce e se legitima”, destacando sua função estruturante na organização social. Fairclough (1992) reforça essa perspectiva ao mostrar que o discurso é simultaneamente representação, ação e identidade, o que evidencia que compreender seus efeitos é essencial para analisar a formação da opinião pública.

A Análise do Discurso Crítica (ADC) permite examinar como escolhas linguísticas moldam percepções e reforçam estruturas ideológicas. Van Dijk (2008) defende que a ideologia se manifesta na seleção lexical e na organização narrativa, revelando que nenhum discurso é neutro. Assim, compreender o funcionamento discursivo da política e da mídia torna-se indispensável para identificar estratégias que influenciam interpretações sociais.

Este trabalho tem como objetivo analisar as estratégias discursivas presentes na comunicação pública contemporânea, especialmente no âmbito político e midiático. Busca-se compreender como escolhas linguísticas, metáforas, eufemismos, repetições e enquadramentos, contribuem para moldar interpretações sociais e legitimar práticas de poder.

³⁹ Graduando em Letras - Português pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Email: danielripardo315@gmail.com

Além disso, pretende-se evidenciar, por meio da revisão bibliográfica e da análise qualitativa, de que maneira os discursos organizam sentidos, orientam compreensões e

atuam como instrumentos de dominação simbólica. Ao identificar esses mecanismos, o estudo busca contribuir para a formação crítica diante da circulação de narrativas públicas.

O presente trabalho fundamenta-se em autores que analisam a relação entre linguagem, poder e ideologia como Foucault, Fairclough, Van Dijk, Bakhtin entre outros. Ambos complementam e ressaltam que as estratégias discursivas moldam modelos mentais coletivos, influenciando percepções e legitimações ideológicas. Dessa forma, a fundamentação teórica adotada permite compreender o discurso como instrumento de organização social e como mecanismo essencial na produção de ideologias e práticas de dominação simbólica.

A pesquisa segue uma abordagem qualitativa, entendida como uma forma de interpretar sentidos produzidos nos discursos, conforme aponta Minayo (2001). A análise é guiada pela perspectiva discursiva, especialmente pelas contribuições de Foucault (1971), que compreende o discurso como prática que produz verdades e relações de poder, e pela Análise do Discurso Crítica proposta por Fairclough (1992), que destaca a relação entre linguagem, ideologia e estruturas sociais. O corpus reúne discursos políticos, matérias jornalísticas e peças publicitárias divulgadas entre fevereiro e abril de 2025. A análise foi realizada em três etapas: (1) leitura inicial para reconhecimento geral do material; (2) categorização das regularidades discursivas; e (3) identificação das estratégias de persuasão e controle simbólico. Para essa etapa, utilizam-se também os referenciais de Van Dijk (2008), que discute o papel da linguagem na reprodução de ideologias, e de Bardin (2011), que orienta a organização sistemática do material e a construção das categorias de análise.

Estratégias Discursivas

As estratégias discursivas consistem em escolhas linguísticas que orientam o modo como o público interpreta informações. Foucault (1971) afirma que “o discurso produz realidade” (p. 54), ressaltando que sua operação está diretamente ligada às relações de poder.

Entre as estratégias observadas, destacam-se metáforas, eufemismos e repetições. Lakoff e Johnson (1980) explicam que “as metáforas estruturam o modo como pensamos e agimos” (p. 5), indicando que seu papel ultrapassa a dimensão estética. As polarizações discursivas também desempenham papel relevante na constituição de antagonismos sociais. Van Dijk (2008) afirma que “a oposição entre ‘nós’ e ‘eles’ constitui um mecanismo central na construção de identidades sociais” (p. 42), reforçando a lógica de separação simbólica entre grupos.

Em conjunto, essas estratégias demonstram que o discurso atua como mecanismo capaz de influenciar percepções e estabilizar interpretações. Fairclough (2003) destaca que “os discursos ... se tornam cada vez mais híbridos e socialmente orientados” (p. 112), evidenciando sua força na produção de sentidos contemporâneos. A complexidade do discurso exige, portanto, uma análise minuciosa das escolhas lexicais e estruturais, pois são elas que materializam as intenções ideológicas do emissor. Reconhece-se, assim, que o ato de linguagem nunca é neutro; ele está profundamente enraizado em uma teia de relações de poder.

As estratégias discursivas também se manifestam por meio da seleção temática e da hierarquização das informações, elementos que determinam aquilo que é visibilizado ou silenciado em um texto. Thompson (1995) destaca que “os mecanismos simbólicos de construção ideológica operam tanto pelo que é dito quanto pelo que é omitido” (p. 67), evidenciando que toda estrutura discursiva envolve escolhas que direcionam a interpretação do público.

Além disso, o uso de marcadores avaliativos e modais confere nuances que orientam a compreensão desejada pelo emissor. Esses recursos funcionam como pistas para guiar o posicionamento do receptor, moldando não apenas a forma como ele interpreta os enunciados, mas também como reage aos sentidos produzidos. Dessa forma, o discurso ultrapassa a simples transmissão de informações e atua como instrumento de construção social, capaz de influenciar percepções, comportamentos e modos de leitura da realidade.

Discurso Político

O discurso político apresenta características particulares, pois opera na organização de consensos e na legitimação de práticas governamentais. Foucault (1971) reforça essa dinâmica ao afirmar que “não há exercício de poder sem produção discursiva” (p. 27), evidenciando o papel estruturante da linguagem na esfera política.

Van Dijk (2006) argumenta que o discurso político mobiliza emoções para influenciar percepções e fortalecer alianças, especialmente por meio de apelos simbólicos e construções narrativas. Essa dimensão torna-se mais clara quando Bakhtin (1986) afirma que “todo discurso é atravessado por várias vozes sociais” (p. 92), indicando a pluralidade que o discurso político reorganiza e frequentemente silencia.

Além disso, o discurso político opera por meio de simplificações e antagonismos, convertendo diferenças em oposições rígidas. Orlandi (1999) destaca esse processo ao afirmar que “todo dizer produz efeitos de sentido situados historicamente” (p. 45), mostrando como discursos políticos naturalizam determinadas posições.

O discurso político não apenas representa interesses de grupos específicos, mas atua diretamente na organização social ao moldar percepções e orientações coletivas. Essa atuação é central

porque o discurso é, fundamentalmente, uma prática social capaz de moldar estruturas e relações na sociedade. Assim, o discurso político evidencia sua força na constituição da opinião pública e na estabilização de consensos. Essa capacidade de intervenção demonstra que a análise da linguagem em contexto político é essencial para desvelar as estratégias de legitimação e as formas de dominação simbólica que buscam naturalizar determinadas visões de mundo.

Além disso, a circulação dessas narrativas é intensificada pela atuação dos meios de comunicação, que funcionam como agentes de reforço simbólico. O entrelaçamento entre política e mídia cria um ambiente discursivo saturado, no qual interpretações específicas ganham força pela repetição e pela visibilidade, enquanto outras são marginalizadas. Esse processo evidencia que o discurso político não atua de forma isolada, mas em constante interação com dinâmicas midiáticas que amplificam seus efeitos.

Por fim, torna-se evidente que compreender o discurso político é fundamental para analisar os mecanismos de construção de sentido, persuasão e poder na sociedade contemporânea. Ao revelar as estratégias que sustentam determinadas narrativas e silenciam outras, a análise discursiva permite reconhecer como consensos são produzidos e como práticas de dominação simbólica se institucionalizam no tecido social.

Mídia e Construção de Sentidos

A mídia exerce papel fundamental na produção e circulação de discursos, influenciando percepções e moldando agendas sociais. Fairclough (1995) destaca que os meios de comunicação organizam narrativas e estabelecem enquadramentos que orientam interpretações. Van Dijk (2006) enfatiza que a mídia participa ativamente da construção de ideologias, especialmente quando seleciona quais eventos serão noticiados e como serão apresentados.

Foucault (1971) afirma que “todo discurso é produzido dentro de condições de possibilidade” (p45), indicando que a mídia opera dentro de regimes de verdade. Esse entendimento mostra como certos sentidos são legitimados enquanto outros são silenciados, organizando a produção discursiva que circula na esfera midiática. Assim, os meios de comunicação não apenas veiculam informações, mas também delimitam quais narrativas podem ganhar visibilidade, moldando percepções sociais. Desse modo, compreender tais mecanismos é fundamental para analisar como discursos midiáticos influenciam a construção da realidade coletiva.

A escolha lexical é um dos principais mecanismos utilizados pela mídia para influenciar percepções e estabilizar interpretações na esfera pública. Palavras como “reforma”, “ajuste fiscal” ou “contenção de gastos” são frequentemente empregadas para suavizar medidas que podem, na realidade, afetar direitos sociais e a estrutura econômica de grupos específicos.

Nesse processo, o vocabulário jornalístico contribui ativamente para legitimar determinadas leituras de mundo. Orlandi (1999) sintetiza esse fenômeno ao afirmar que “os sentidos dependem das formações ideológicas que os produzem” (p. 67). A seleção dessas palavras-chave funciona como uma estratégia discursiva que busca naturalizar complexas ações governamentais. Consequentemente, a análise desse vocabulário permite desvelar as intenções e os posicionamentos ideológicos subjacentes à cobertura midiática. Assim, compreender o papel da mídia na construção de sentidos é essencial para analisar seus efeitos na opinião pública. A forma como notícias são estruturadas, enquadradas e divulgadas interfere diretamente nas representações sociais.

Redes Sociais e Algoritmos

Com o avanço das tecnologias digitais, as redes sociais tornaram-se espaços centrais de circulação de discursos. A

interação online reforça modelos cognitivos coletivos, influenciando percepções de forma rápida e ampliada. Van Dijk (2008) explica que a virtualização da comunicação intensifica práticas discursivas que mobilizam valores e emoções, atuando de maneira central na construção de consensos ou divergências (p. 25).

Os algoritmos são componentes-chave nesse processo, pois selecionam conteúdos com base no comportamento do usuário. Pariser (2011) explica que esses filtros personalizam informações, criando as chamadas “bolhas informacionais” que isolam grupos e reforçam crenças preexistentes. Essa dinâmica contribui diretamente para a polarização social e o distanciamento entre diferentes visões de mundo.

Além disso, as redes sociais favorecem a propagação de desinformação. Wardle e Derakhshan (2017) destacam que os ambientes digitais aceleram a circulação de boatos e narrativas manipuladas, dificultando a verificação dos fatos. No entanto, mesmo nesse cenário de distorção, a base comunicacional se mantém: todo discurso dialoga com outros, e a construção de sentido está sempre em jogo. Bakhtin (1986) lembra que a enunciação é sempre uma resposta, ou seja, um produto da interação entre sujeitos (p. 104).

Assim, as redes sociais ampliam consideravelmente o alcance das estratégias discursivas. Compreender o funcionamento dos algoritmos é essencial para analisar como percepções e comportamentos são moldados no ambiente digital.

Educação Midiática

Diante da complexidade dos discursos que circulam na mídia e na política, a educação midiática emerge como ferramenta fundamental para o desenvolvimento de leitores críticos. Kellner e Share (2007) defendem que essa formação deve “capacitar os sujeitos a interpretar os discursos e a identificar as relações de

poder subjacentes, tornando a consciência crítica um elemento central para resistir à manipulação simbólica” (p. 25).

A educação midiática busca, assim, promover habilidades de análise, interpretação e argumentação, possibilitando que os indivíduos compreendam como os discursos são produzidos e como operam ideologicamente. A formação crítica se apresenta, portanto, como uma estratégia de proteção ativa contra discursos manipuladores e como uma condição essencial para a construção de autonomia interpretativa.

Além disso, a educação midiática estimula o diálogo democrático. Bakhtin (1981) argumenta que “A compreensão da diversidade de vozes sociais é fundamental para a construção de práticas dialógicas, que combatem o autoritarismo de uma única perspectiva” (p. 270). Sujeitos críticos podem identificar manipulações discursivas e, conseqüentemente, reduzir a vulnerabilidade social a narrativas distorcidas.

Portanto, investir em educação midiática significa fortalecer a capacidade dos cidadãos de avaliar criticamente os discursos que circulam na sociedade. Essa formação é essencial para consolidar práticas democráticas e combater desigualdades simbólicas.

Considerações Finais

A análise empreendida demonstra, de forma categórica, que a linguagem constitui um elemento estruturante da vida social, funcionando como instrumento ativo na produção de sentidos e na manutenção de relações de poder. Os discursos não se limitam a descrever a realidade; eles participam diretamente de sua construção e organização. A relação entre linguagem e sociedade se estabelece, portanto, como um processo contínuo e dialético.

Verificou-se que as esferas política, midiática e digital empregam estratégias discursivas específicas que visam orientar interpretações e influenciar comportamentos coletivos. Tais estratégias operam na esfera cognitiva, modelando as

representações sociais. Adicionalmente, todo discurso é inerentemente dialógico e, por essa razão, é inevitavelmente atravessado e determinado por relações de poder.

Torna-se, assim, evidente a necessidade urgente de desenvolver uma postura crítica diante da vastidão de discursos que circulam na sociedade contemporânea. A educação midiática e discursiva constitui-se como ferramenta essencial para ampliar a autonomia interpretativa dos indivíduos, pois a compreensão dos mecanismos de produção de sentidos é um passo fundamental para resistir à manipulação simbólica.

Em conclusão, a linguagem permanecerá sendo um dos principais campos de disputa política e ideológica. Fortalecer a formação crítica dos sujeitos é uma condição indispensável para o desenvolvimento de uma sociedade mais consciente, ética e, sobretudo, democrática.

Referências

- BAKHTIN, M. M. (V. N. VOLOCHINOV). **Marxismo e filosofia da linguagem**. 5. Ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- BAKHTIN, M. M. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. São Paulo: Editora Unesp, 1981.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- FAIRCLOUGH, N. **Critical discourse analysis: the critical study of language**. London: Longman, 1995.
- FAIRCLOUGH, N. **Discourse and social change**. Cambridge: Polity Press, 1992.
- FAIRCLOUGH, N. **Analyzing discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 28. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 1971.

- KELLNER, D.; SHARE, J. **Critical media literacy, democracy, and the reconstruction of education.** In: KELLNER, D.; SHARE, J. Media literacy: a social studies resource. Los Angeles: UCL-A Graduate School of Education, 2007.
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metaphors we live by.** Chicago: University of Chicago Press, 1980.
- MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 18. Ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos.** Campinas: Pontes, 1999.
- PARISER, E. **The filter bubble: what the Internet is hiding from you.** New York: Penguin Press, 2011.
- THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna.** Petrópolis: Vozes, 1995.
- VAN DIJK, T. A. **Discurso e poder.** São Paulo: Contexto, 2008.
- VAN DIJK, T. A. **Ideologia e discurso.** São Paulo: Contexto, 2006.
- WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. **Information disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policy making.** Strasbourg: Council of Europe, 2017.

POLIFONIA E DISCURSO POLÍTICO: A ANÁLISE DIALÓGICA DOS ENUNCIADOS NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES D E PODER

Carla Karina Freitas da Silva⁴⁰

Este artigo explora a natureza polifônica do discurso político através da ADD, examinando como vozes múltiplas (sociais, institucionais e individuais) emergem nos enunciados dos atores políticos. A análise foca em um discurso específico e bem significativo para a sociedade, pois é proferido por uma poderosa figura política então presidente do Brasil, e assim identificamos as relações dialógicas que estruturam o discurso, revelando as complexidades ideológicas e sociais implicadas.

Dessa forma, temos como objetivo geral analisar a manifestação da polifonia nos discursos políticos e como as múltiplas vozes interagem e contribuem para a construção das relações de poder. E como objetivos específicos: identificar os principais enunciados que revelam vozes múltiplas em discursos políticos contemporâneos, analisar como diferentes vozes (institucionais, sociais, individuais) se articulam nos enunciados de figuras políticas e investigar a função ideológica dessas vozes no fortalecimento ou questionamento das relações de poder.

Essa pesquisa é de grande relevância, pois a partir dele as pessoas irão entender que não há monólogo absoluto e que há muitas vozes em um discurso de alguém, principalmente o discurso político e assim compreender as ideologias presentes no mesmo que reverberam o poder que está por trás do mesmo.

⁴⁰ Possui graduação em Letras pela Universidade Católica de Pernambuco (2007) e especialização em Linguística Aplicada a Práticas Discursivas pela Faculdade Frassinetti do Recife (2009). Atualmente é Professora da Faculdade de Formação de Professores de Goiânia. Tem experiência na área de Letras.

Para isso utilizaremos o conceito de polifonia instituído por Bakhtin (2008, 2009, 2016) para entender a ideologia que está por trás do discurso político, entendermos que a língua é ideológica por natureza social e que o monólogo absoluto é impossível porque a língua é ideológica por natureza.

Referencial teórico

O discurso realiza-se através do enunciado, o mesmo direciona-se sempre a alguém, a algum grupo social e assim tem seus propósitos e, colocando através de palavras aquilo que o enunciador quer passar para o (s) interlocutor (es). Dessa forma, “falante e compreendedor jamais permanecem cada um em seu próprio mundo; ao contrário, encontram-se num novo, num terceiro mundo, no mundo dos contatos, dirigem-se um ao outro, entram em ativas relações dialógicas”. (Bakhtin, 2016, p. 113)

Do contrário, nossos enunciados não teriam sentido se não tivessem destinadas a alguém, se não tivesse algum objetivo com essa ação tão valiosa. Em sua totalidade, o enunciado sempre é direcionado, tem um destinatário definido (o “leitor”, o “público” e suas diferenças por épocas), em seu término acentua-se essa relação. (Bakhtin, 2016, p. 116)

O enunciado é uma forma de diálogo porque o discurso é um diálogo por natureza, pois discurso é a língua em ação sendo tão social quanto a mesma. Sendo assim, tanto a língua quanto o discurso são determinados pelas relações sociais porque seus falantes possuem papéis sociais e precisam usar discursos determinados pela sua posição social.

Os campos de emprego da língua na vida social: a diversidade e a infinitude desses campos. Nos diferentes campos elaboram-se diferentes gêneros discursivos, isto é, formas de enunciado. (Bakhtin, 2016, p. 117). Sendo o emprego da língua, do discurso ser influenciados pelo meio social, entendemos que há então uma intenção poética o discurso não está se dando num

vazio, mas sim dentro de um meio social e através de alguém que possui intenções durante essa fala.

Todo enunciado é dialógico, ou seja, é endereçado a outros, participa do processo de intercâmbio de ideias: é social. Monólogo absoluto — expressão de uma individualidade — não existe; isto é uma ficção da filosofia idealista da linguagem, que haure a língua da criação individual. A língua é dialógica (“meio de comunicação”) por natureza. O monólogo absoluto, que seria um monólogo fundado na língua, é excluído pela própria natureza da língua. (Bakhtin, 2016, p. 118)

Portanto, entendemos que a língua é dialógica porque é de natureza social e que não há a possibilidade de haver um monólogo absoluto. Isso porque até o próprio monólogo (por exemplo, o poema, o artigo científico, a música, etc.) são escritos para um determinado público, utilizando uma linguagem voltada a um determinado público.

Por ser o discurso dialógico por essência, pois o mesmo sempre estará sendo direcionado a alguém, também percebemos que o discurso do enunciator não apresenta apenas a sua voz. Dessa forma percebemos que o mesmo apresenta a voz do meio social que está inserido, dos grupos sociais, profissionais que participa. Esse fenômeno é denominado de polifonia, termo que se refere à presença múltipla de vozes na voz de um enunciator.

A teoria dialógica da linguagem, de Bakhtin e o Círculo, abrange e entrelaça conceitos que complementam uns aos outros, tais como, em especial o dialogismo é complementado pela polifonia, gêneros textuais entre outros. Considerando o termo polifonia que foi cunhado por Bakhtin (2002), quando o filósofo analisou a obra literária em “Problemas da poética de Dostoiévski” e percebeu a presença de vozes presentes nas prosas romanesecas do referido autor. Assim, diante do princípio

dialógico da obra bakhtiniana, percebe-se uma linguagem impregnada pela presença do outro e que nossas palavras não são totalmente nossas, mas o resultado da interação com outrem.

Então, entendendo o plano discursivo dialógico como um coro de vozes que se apresentam através da voz do enunciador, que são revestidos de ideologias próprias, que fortalecem a ideologia do enunciador. Como afirma Bakhtin (2009) que “todo signo é ideológico por excelência”, a mesma é reflexo das estruturas sociais, das relações de poder que são construídas na sociedade ao longo dos anos. Portanto, entendemos que a língua é uma face do poder que é usada para impor a sua ideologia.

Metodologia

Adotar a Análise Dialógica do Discurso (ADD), com foco na polifonia e dialogismo. A coleta de dados se dará por meio da seleção de discurso de político, analisando-o a partir das relações dialógicas entre as vozes que compõem os enunciados. Selecionamos o primeiro discurso de Bolsonaro após a derrota no segundo turno no dia 01 de novembro de 2022, depois de ter passado dois dias em silêncio o mesmo falou por mais de dois minutos.

O então presidente, Jair Bolsonaro (PL), fez na terça-feira da 01 de novembro de 2022° seu primeiro pronunciamento após ter sido derrotado pelo adversário Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no segundo turno. Com 100 % das urnas apuradas, Bolsonaro teve 49,1% dos votos válidos, e Lula, 50,9%. O então presidente afirma que cumprirá a Constituição e agradeceu os votos que recebeu, mas em nenhum momento citou o vencedor da eleição, Lula.

Analisando primeiramente a imagem a qual ele aparece fazendo o pronunciamento, vemos que há várias pessoas atrás e ao lado do mesmo. Essas são pessoas que corroboram com o que o mesmo está afirmando em relação à eleição, em relação ao seu governo. Diante disso, analisaremos o monólogo proferido pelo

então presidente Jair Bolsonaro identificando as vozes dominantes, interpretando como essas vozes interagem e se relacionam, entendendo assim a sua função ideológica e seu impacto nas relações de poder.

Esperamos deixar claro para aqueles que lerem nosso resumo de que o discurso político pode até ser um monólogo, mas não um monólogo absoluto porque como afirma Bakhtin (2016) a língua é dialógica por excelência assim como é ideológica. Aquele que profere o discurso político o faz a fim de interagir com o maior número de pessoas da sociedade para que seja aceito, para que seja entendido e consiga convencer a população. Portanto, utiliza em seu discurso várias vozes, o que denomina Bakhtin de polifonia, além da sua voz, a voz do seu partido, a voz dos apoiadores da campanha, dos grandes empresários, etc. Todas essas envolvidas por uma ideologia que inerente a qualquer discurso, pois o mesmo é proferido por um sujeito que está posicionado em um determinado meio social, demonstrando assim o seu poder diante o ouvem.

Discussão

O discurso do então presidente Jair Bolsonaro foi um discurso enunciado apenas pelo mesmo, sendo visto inicialmente como um monólogo. Jair Bolsonaro fez seu primeiro pronunciamento após perder as eleições, depois de ter passado dois dias inteiros sem se pronunciar, sem responder a perguntas de vários jornalistas.

Em um discurso de poucos minutos, Bolsonaro agradece os votos, afirma que cumprirá a Constituição, sem citar em nenhum momento o nome do futuro presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva. Então, ele inicia o discurso fazendo questão de enfatizar e agradecer aos 58 milhões de brasileiros nele no último dia 30 de outubro.

Daí então, ele começa a falar sobre os movimentos populares que estão acontecendo no país após as eleições trazendo explicação para os mesmos, afirmando que isso ocorre devido a indignação do povo em relação a forma como se deu as eleições presidenciais.

Dessa forma, ele incita as pessoas a continuarem com essas manifestações afirmando que as mesmas são pacíficas e ainda criticando o método da esquerda que invadem propriedades, destroem patrimônios e cerceiam o direito de ir e vir. E assim ele afirma que a direita surgiu de verdade neste país, afirma que eles têm uma robusta representação no Congresso e assim afirma a força dos mesmos, dos seus valores: Deus, pátria, família e liberdade.

"Quero começar agradecendo os 58 milhões de brasileiros que votaram em mim no último dia 30 de outubro. Os atuais movimentos populares são fruto de indignação e sentimento de injustiça de como se deu o processo eleitoral.

As manifestações pacíficas sempre serão bem-vindas, mas os nossos métodos não podem ser os da esquerda, que sempre prejudicaram a população, como invasão de propriedades, destruição de patrimônio e cerceamento do direito de ir e vir.

A direita surgiu de verdade em nosso país. Nossa robusta representação no Congresso mostra a força dos nossos valores: Deus, pátria, família e liberdade.” (Jair Bolsonaro, 2022)

Sendo o enunciado a unidade do discurso e sabendo que todo enunciado é por natureza uma réplica do diálogo (comunicação e luta). De acordo com Bakhtin (2016), o discurso é dialógico por natureza, percebemos que o presidente está dialogando com a população, principalmente com os seus

apoiadores, seus eleitores. Em mais uma passagem significativa desse breve discurso:

“Nossos sonhos seguem mais vivos do que nunca. Somos pela ordem e pelo progresso. Mesmo enfrentando todo o sistema, superamos uma pandemia e as consequências de uma guerra.

Sempre fui rotulado como antidemocrático e, ao contrário dos meus acusadores, sempre joguei dentro das quatro linhas da Constituição. Nunca falei em controlar ou censurar a mídia e as redes sociais”. (Jair Bolsonaro, 2022)

Quando o então presidente, Jair Bolsonaro, afirma que eles formaram diversas lideranças pelo Brasil e que os seus sonhos estão mais vivos que nunca, ele traz a polifonia em seu discurso nitidamente. Ele traz em sua voz muitas outras vozes como: a voz da direita, a voz dos deputados, dos políticos, dos empresários, as vozes dos 58 milhões de brasileiros que votaram nele. E quando ele afirma que ele e seus apoiadores são pela ordem e pelo progresso, que joga dentro das quatro linhas da Constituição, ele afirma que a esquerda além de o acusar também é contra a lei e a ordem e que não respeita a Constituição. No fragmento a seguir ele diz:

É uma honra ser o líder de milhões de brasileiros que, como eu, defendem a liberdade econômica, a liberdade religiosa, a liberdade de opinião, a honestidade e as cores verde-amarela da nossa bandeira. (Jair Bolsonaro, 2022)

O então presidente traz em todo o seu discurso dialógico, uma forte ideologia inerente as vozes que ocupam o seu pronunciamento remetendo-se principalmente aos milhões de

brasileiros que defendem as mesmas ideologias que as suas. Assim, afirmamos o que já foi colocado em nossa fundamentação teórica:

Como afirma Bakhtin (2009) que “todo signo é ideológico por excelência”, a mesma é reflexo das estruturas sociais, das relações de poder que são construídas na sociedade ao longo dos anos. Portanto, entendemos que a língua é uma face do poder que é usada para impor a sua ideologia.

Conclusão

A partir de nossas análises, reiteramos que o discurso possui uma força imensa e ideológica por essência. Entendemos que é necessário fazer a análise de discurso para assim perceber que diversas vozes e ideologias estão presentes nos discursos em geral, e principalmente no discurso político que apresenta um alto nível de persuasão e de adeptos.

A concepção da Análise de Discurso Dialógica em relação à linguagem sócio-histórico-cultural fortalece a nossa análise em relação ao discurso contextualizado, pois o discurso é proferido por um sujeito que está posicionado em um determinado meio social, demonstrando assim o seu poder diante dos que o ouvem. E isso ocorre no discurso do então presidente Jair Bolsonaro que traz em sua voz as vozes e ideologias do seu partido, dos seus deputados, dos seus adeptos, etc. Dessa forma, o mesmo dialoga com a população brasileira, mas principalmente com os seus mais de 50 milhões de votantes e assim reafirma seu poder diante dessa população, apoiando as suas ações.

Nosso desejo é que possamos fazer pesquisas maiores através da Análise Dialógica do Discurso ou até mesmo inquietar outras pessoas a fazerem essas análise de discurso político, principalmente, porque é um meio da sociedade entender mais sobre esse tipo de discurso, a ideologia e o poder inerentes ao mesmo a fim de que assim conscientizar a população sobre a importância de fazer uma leitura crítica desses enunciados.

Referências Bibliográficas

BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoiévski**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução, notas e prefácio: P. Bezerra. 5. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. Organização, tradução, posfácio e notas: P. Bezerra; notas da edição russa: S. Botcharov. São Paulo: Editora 34, 2016.

G1. Veja e leia a íntegra do primeiro discurso de Bolsonaro após derrota no segundo turno. **G1 – Eleições**, 1 nov. 2022.

Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/11/01/veja-e-leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-dois-dias-apos-derrota-em-segundo-turno.ghtml>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Anexo: Pronunciamento de Bolsonaro:05/02:48

"Quero começar agradecendo os 58 milhões de brasileiros que votaram em mim no último dia 30 de outubro. Os atuais movimentos populares são fruto de indignação e sentimento de injustiça de como se deu o processo eleitoral.

As manifestações pacíficas sempre serão bem-vindas, mas os nossos métodos não podem ser os da esquerda, que sempre prejudicaram a população, como invasão de propriedades, destruição de patrimônio e cerceamento do direito de ir e vir.

A direita surgiu de verdade em nosso país. Nossa robusta representação no Congresso mostra a força dos nossos valores: Deus, pátria, família e liberdade.

Formamos diversas lideranças pelo Brasil. Nossos sonhos seguem mais vivos do que nunca. Somos pela ordem e pelo progresso. Mesmo enfrentando todo o sistema, superamos uma pandemia e as consequências de uma guerra.

Sempre fui rotulado como antidemocrático e, ao contrário dos meus acusadores, sempre joguei dentro das quatro linhas da Constituição. Nunca falei em controlar ou censurar a mídia e as redes sociais.

Enquanto presidente da República e cidadão, continuarei cumprindo todos os mandamentos da nossa Constituição.

É uma honra ser o líder de milhões de brasileiros que, como eu, defendem a liberdade econômica, a liberdade religiosa, a liberdade de opinião, a honestidade e as cores verde-amarela da nossa bandeira.

DISCURSO E PARALIMPÍADA: O ATLETA PARALÍMPICO NAS NOTÍCIAS DO JORNAL “CNN BRASIL” EM 2024

Tharlisson Costa Sousa⁴¹

Este gesto de análise surgiu como uma atividade do curso de extensão da área de Jornalismo, intitulado “Análise de Conteúdo e Análise do Discurso Aplicadas a produtos jornalísticos”. Este título despertou os seguintes questionamentos, que foram decisivos para realizar a inscrição: “Há a possibilidade de conjugar essas perspectivas?” E “que Análise do Discurso possibilita essa articulação?”.

Durante o curso foi proposta uma atividade que respondeu aos dois questionamentos: escolher um produto jornalístico para ‘aplicar’ separadamente as duas perspectivas, a fim de que fosse possível perceber, a partir de um único recorte, diferenças tanto nas análises quanto nos resultados. Neste texto organizo o recorte a partir da Análise de Discurso materialista, como investimento teórico-analítico.

Diante da necessidade de escolher um produto jornalístico para a realização da atividade e a partir dos gestos de análise de Lima (2022), debruçei-me nos modos como o atleta paralímpico é significado no/pelo discurso jornalístico sobre as Paralimpíadas de verão que ocorreram em Paris, na França, no ano de 2024, pois, frequentemente há uso de outros ‘termos’ ao invés do emprego do nome próprio do atleta nas notícias, como: “*Nadadora ganha medalha 16 meses após perder a perna em um ataque de tubarão*”; “*Brasil conquista primeira medalha no judô*”; “*Britânica se torna primeira grávida medalhista de ouro*”.

⁴¹ Mestrando em Letras no Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). tharlissonsousa@aluno.uespi.br

Tais ‘aspectos’ não se tratam de conteúdos pelo jogo de transparência da língua, tampouco se trata de usos aleatórios, são modos de significar tanto os jogos paralímpicos quanto o/a atleta paraolímpico/a nos/pelos títulos das notícias. Além disso, Há consensos no campo discursivo jornalístico da importância da formulação de um título para elaboração de uma notícia, como sublinhado por sujeitos deste campo na própria atividade extensionista.

Entre os jornais de altíssima produtividade, o “CNN Brasil”⁴² tem sua especialidade no digital, pois, diferentemente dos demais jornais, foi o primeiro a iniciar atividades pelo digital e depois pela TV aberta, movimento contrário quando se observam as demais instituições jornalísticas. À vista disso, este empreendimento investigativo norteou-se a partir do seguinte questionamento: como o atleta paralímpico é discursivizado nas/pelas notícias sobre a Paralimpíada de 2024 produzidas pelo jornal “CNN Brasil”?

Este questionamento centra essa investigação no funcionamento e na manutenção de imaginários sociais pelas práticas jornalísticas, considerando a espessura semântica histórica do dizer; por isso buscou-se analisar como o atleta paralímpico comparece nos títulos das notícias do jornal “CNN Brasil” sobre a Paralimpíadas de verão de 2024.

O gesto de análise foi textualizado da seguinte forma: além da introdução e das considerações finais, as formulações teóricas da Análise de Discurso e os conceitos mobilizados na análise constituem o dispositivo teórico-analítico. Logo depois, foram percorridas breves relações entre as paralimpíadas e as práticas jornalísticas. Em seguida, os procedimentos metodológicos, como a constituição e o tratamento do *arquivo* na construção da leitura discursiva. Por fim, os gestos de análise em quatro (04) recortes discursivos, como exemplares do *arquivo*.

⁴² <https://www.cnnbrasil.com.br/>

Dispositivo teórico-analítico

A Análise de Discurso materialista constitui-se em um cenário historicamente marcado pela Linguística moderna, cujo objetivo tendia a uma ciência tanto da expressão quanto dos meios da expressão (Pêcheux, 1997 [1969]). Paralelo a isso, os estudos voltados à unidade maior que a frase articula(vam)-se pelo efeito de transparência da língua e pela ilusão da ‘criação de sentido do autor’, pois pretendiam à responder ao seguinte questionamento: “O que o autor quis dizer?”.

A partir desta perspectiva positivista, o texto foi tomado como objeto maior que a frase e, por conseguinte, objeto de estudo no qual intervinham questões outras não assumidas pelo recorte saussuriano, mas ainda centradas na sintaxe e na semântica, principalmente, a praticada pela Análise de Conteúdo. Diferentemente do texto, o discurso enquanto um objeto teórico de estudo foi descrito pela relação entre sujeito, língua e história, postulado por Pêcheux (1997 [1969]), como “‘efeitos de sentido’ entre os pontos A e B”. Relativizando o funcionamento da língua por si mesma, tratando especificamente de possíveis sentidos engendrados pelas formulações linguísticas.

Tal definição rompeu com as práticas de leitura vigentes à época nas Ciências Sociais e nos estudos da língua(gem), constituindo-se um deslocamento teórico. Nessa perspectiva, a leitura discursiva relativiza a autonomia da língua e reconhece opacidade concernente a ela, sendo a língua o lugar para o qual o analista de discurso toma como possibilidade ao equívoco (Orlandi, 2020) frente às filiações de sentido.

Para este olhar semântico, é necessária a elaboração do dispositivo teórico-analítico que emerge pela relação entre a questão formulada e a materialidade em análise. À vista disso, discorreremos sobre os conceitos teóricos mobilizados durante as análises nos dizeres que se seguem, a fim de descrevê-las e significá-las. Esses conceitos constituem o dispositivo de análise desse empreendimento investigativo.

Além disso, é inevitável a exterioridade do dizer, não considerada como parte externa para descrever uma ‘cena enunciativa’, mas como constitutiva do próprio funcionamento da língua(gem), isto é, como “[...] aquilo que fala antes, em outro lugar, independente” (Orlandi, 2020, p. 29). Refere-se ao *interdiscurso*, o dizível que subjaz ao dizer. É a partir do *interdiscurso* que se produzem os *efeitos metafóricos* acerca do atleta paralímpico nas notícias das paralimpíadas de Paris. Por isso, compreendemos o efeito metafórico como

o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual para lembrar que esse "deslizamento de sentido" entre x e y é constitutivo do "sentido" designado por x e y; esse efeito é característico dos sistemas linguísticos "naturais", por oposição aos códigos e as "línguas artificiais", em que o sentido é fixado em relação a uma metalíngua "natural": em outros termos, um sistema "natural" não comporta uma metalíngua a partir da qual seus termos poderiam se definir: ele é por si mesmo sua própria metalíngua. (Pêcheux, 1997 [1969], p. 96)

Nesse sentido, ao tomarmos a língua como o recurso material e constitutivo do sujeito, assumimos o espaço de equívoco (Orlandi, 2020) como necessário ao próprio funcionamento da língua para produção de efeitos metafóricos. Assim compreendido, o sentido é ‘efeito de’, empreendido pela língua que realiza a materialização do discurso em dadas condições específicas de produção.

Paralimpíadas e práticas jornalísticas: gestos iniciais acerca das condições de produção dos dizeres jornalísticos

Analisar discursivamente os dizeres jornalísticos é analisar também aquilo que os constitui. Logo, descrever o que possibilita os dizeres jornalísticos sobre os atletas paralímpicos é descrever “[...] o contexto sócio-histórico, ideológico” (Orlandi, 2020, p. 29). Trata-se das *condições de produção*, descritas como aspectos históricos e sociais que determinam os (efeitos de) sentidos. Para tanto, cabe tecer considerações acerca das relações entre as Paralimpíadas e as práticas jornalísticas.

Os jogos paralímpicos têm sido um dos grandes eventos esportivos transmitidos pela mídia nacional e internacional, seja pelos jornais digitais, televisivos e/ou por meio de rádios, redes sociais. São dizeres postos em circulação considerando a não homogeneização do espaço e dos dizeres, pois as mídias “são um lugar de encontro dos discursos heterogêneos, tomados emprestados de diferentes locutores, diferentes meios sociais, diferentes comunidades linguageiras, diferentes formações discursivas e de outras mídias” (Moirand, 2012, p. 20).

Entre diversas práticas que constituem o espaço midiático, encontram-se as práticas jornalísticas que põem em circulação dizeres sobre as paralimpíadas e, por conseguinte, sobre os atletas paralímpicos, uma vez que o dizer jornalístico “[...] narra a sociedade para a própria sociedade, por meio de um texto construído a partir de elementos exteriores ou anteriores, como a história, o senso comum e a cultura identidade” (Steffen; Lisboa Filho, 2017, p. 17).

Embora não assumamos em termos discursivos o conceito de “sociedade”, a partir de Steffen e Lisboa Filho (2017) e Moirand (2012), atestamos a heterogeneidade dos discursos jornalísticos como primado necessário do funcionamento da língua(gem), dos sujeitos e dos sentidos, que na dispersão de fatos discursivos é mobilizada como constitutiva para produzir efeitos pelo jogo da transparência da língua. É pela heterogeneidade que o jornalismo tem discursivizado sobre os atletas paralímpicos, pois, como dito, ela é constitutiva.

Nas últimas décadas, houve o aumento significativo da cobertura de eventos esportivos pelo midiático, considerando, sobretudo, o crescimento das tecnologias digitais e dos meios de circulação. Segundo Longo (2019), quando se trata das Paralimpíadas, essa cobertura midiática é ainda mais recente, fazendo parte de um projeto de visibilidade empreendido pelo Comitê Paralímpico Brasileiro:

a cobertura de esportes paralímpicos pela imprensa brasileira vem de um período mais recente. Ela está ligada à criação do Comitê Paralímpico Brasileiro, em 1995. Para os Jogos de Atlanta, em 1996, o CPB tinha como objetivo aumentar a visibilidade do esporte e dos atletas. A partir daí, estabeleceu estratégias que envolviam uma divulgação própria, como a criação da revista Brasil Paraolímpico, a veiculação de peças publicitárias e, principalmente, a compra dos direitos de transmissão de diversas edições das Paralimpíadas e de Jogos Parapan-Americanos. (Longo, 2019, p. 85-86)

Nesse sentido, as práticas jornalísticas brasileiras iniciaram suas atividades como parte de um projeto que objetivava dar visibilidade aos jogos paralímpicos na edição de Atlanta em 1996. Ainda conforme Longo (2019), tal estratégia foi ampliada em outras edições, como Sydney em 2000, tendo como objetivo aumentar o saber sobre as paralimpíadas. Essas estratégias foram mantidas até a edição de Londres em 2012, quando foi identificado o interesse das empresas jornalísticas em noticiar os jogos esportivos. As paralimpíadas de 2016, que ocorreram no Rio de Janeiro, por exemplo, tiveram a cobertura televisiva de 4,1 bilhões de telespectadores, um recorte midiático.

Pode-se observar a partir desses momentos que o dizer jornalístico foi tomado como um dizer legítimo, um poder dizer *sobre* as paralimpíadas e *sobre* os atletas paralímpicos nas práticas discursivas de uma conjuntura histórica ideológica, isso porque

são dadas a elas um poder dizer *sobre*, que, por sua vez, realiza a instituição e manutenção de sentidos no/pelo imaginário social.

Procedimentos metodológicos: constituição e tratamento do arquivo

Este empreendimento investigativo toma como pressupostos teóricos-metodológicos os postulados da Análise de Discurso materialista. Logo, não há uma metodologia a ser aplicada e/ou replicada, mas uma construção analítica impelida pelo próprio material de análise. Trata-se de procedimentos metodológicos alicerçados pela própria disciplina de entremeio. Portanto, torna-se necessário mobilizar o *arquivo* (Pêcheux, 2010 [1982], p. 51), compreendido como “[...] no sentido amplo, de ‘campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão’”.

Considerando o *arquivo* em seu caráter teórico-metodológico, isto é, como princípio organizador do material, retomaremos a questão que estrutura este gesto de análise: como o atleta paralímpico é discursivizado nas/pelas notícias sobre as Paralimpíadas de 2024 produzidas pelo jornal “CNN Brasil”? À vista dessa problemática, o *arquivo* é constituído por vinte e sete (27) notícias do site CNN Brasil. Dessas, quatro (04) resultam no *corpus* discursivo⁴³, selecionadas para este artigo como exemplares de regularidades discursivas e linguísticas.

As notícias correspondem ao mês de setembro de 2024, período das finais paralímpicas. Apesar deste recorte temporal, não se trata de uma pesquisa empírica idealista, pois não assumiremos a linearidade cronológica dos fatos como critério de tratamento do *arquivo*, “[...] mas às discursividades em cena nesse efeito de conjunto que é a montagem” (Barbosa Filho, 2022, p. 11).

⁴³ Trata-se de um agrupamento de sequências discursivas a partir de dadas condições de produção (Courtine, 2009).

Para esse procedimento metodológico, faz-se necessário tomar unidades de análise não como formulações ‘puramente’ linguísticas, mas partícipes de processos discursivos. Trata-se das *seqüências discursivas* (SD), descritas por Lobo de Souza (2023, p. 9), como “[...] materialização do interdiscurso processada no eixo da formulação, o intradiscurso”. É a partir desse tratamento que constituímos o *corpus* discursivo, resultado de uma leitura vertical, conforme Orlandi (2020).

A realização desse gesto de leitura se dá pelo batimento entre descrição e interpretação (Orlandi, 2020). Para isso, é imprescindível a posição analista, deslocamento realizado pela mediação teórica de modo a não ser afetado pelos sentidos em funcionamento na materialidade em questão (Orlandi, 2020). Dessa maneira, a análise não está calcada na ‘evidência’ do dizer, mas em seus processos que não são ‘puramente’ linguísticos, uma vez que o funcionamento da língua é determinada por regimes simbólicos inscritos na história.

Como visto, a Análise de Discurso institui seu caráter teórico-metodológico, pois sua metodologia decorre da especificidade do objeto discurso, sendo construída pelos seus pressupostos teóricos. É a partir do modo de compreensão acerca do discurso e do tratamento das unidades de análises que foram produzidos os gestos de análises que se seguem na próxima seção.

Gestos de análises: o/a atleta paralímpico/a discursivizado/a pelo/no discurso jornalístico

O conjunto de documentos disponíveis para este gesto de análise toma o questionamento como princípio organizador, de modo a construir o *arquivo* (Pêcheux, 2010 [1982]). Esse modo de organização assume aquilo que condiciona a possibilidade de formular os dizeres dos jornalistas, as *condições de produção*. Trata-se de ponderar que, pela equivocidade da língua, os dizeres são produzidos em uma conjuntura histórica. Neste material, em específico, os dizeres são formulados por uma instituição

jornalística (sujeitos), que possui suas práticas reconhecidas e definidas pelo Estado, funcionando como um Aparelho Ideológico de Estado (Althusser, 1999). Essa legitimidade concebe às instituições jornalísticas um poder de dizer, ser sujeito autorizado a enunciar sobre os fatos de uma realidade sócio-histórica.

No entanto, o dizer jornalístico não é indiferente aos funcionamentos discursivos, logo seu dizer é constituído pela exterioridade, pelo *interdiscurso*, isso implica dizer que a mídia funciona como regulador saberes (Medeiros, 2008). Em outras palavras, cabe reconhecer que, ao pôr sentidos em circulação, o dizer jornalístico faz manutenção da memória social inscrita na história pelos processos de produção de sentido.

Dessa maneira, não tratamos os dizeres dos jornalistas como um dizer a-histórico, pois o sentido é concebido pela sua materialidade histórica posta em jogo pela evidência da língua. Nesse cenário, o lugar social de jornalista também constitui a produção de sentido, uma vez que esse lugar é reconhecido e instituído juridicamente e, essa construção se projeta no discurso como imagem de sujeito de credibilidade. Por isso, ao falar *sobre*, ocorre a possibilidade de instituir sentidos no imaginário social, pois, conforme Orlandi (2008, p. 44), o dizer *sobre* é “uma das formas cruciais de institucionalização dos sentidos”.

A 17ª Paralimpíada foi realizada entre os dias 28 de agosto a 8 de setembro de 2024, tanto na capital francesa quanto em locais próximos a ela. Foi a primeira vez em que Paris foi a cidade-sede, pelo menos a maior concentração das atividades esportivas. O evento reuniu cerca de quatro mil e quatrocentos (4400) atletas paralímpicos inscritos entre as vinte e duas (22) modalidades. Durante os Jogos Paralímpicos, houve a produção e circulação de notícias, geralmente, sobre os países vencedores de cada modalidade, seguindo o padrão de pódio e de medalhas estabelecidos: ouro para o primeiro colocado, prata para o segundo e bronze para o terceiro. Nestes dizeres formulados, o sujeito jornalista discursiviza *sobre* o atleta paralímpico, por isso,

mobilizamos o modo como Mariani (1998) compreende o *discurso sobre*.

Os discursos sobre são discursos intermediários, pois ao falarem sobre um discurso de (“discurso-origem”), situam-se entre este e o interlocutor, qualquer que seja. De modo geral, representam lugares de autoridade em que se efetua algum tipo de transmissão de conhecimento, já que o falar sobre transita na co-relação entre o narrar/descrever um acontecimento singular, estabelecendo sua relação com um campo de saberes já reconhecido pelo interlocutor (Mariani, 1998, p. 60).

Nesse viés, os *discursos sobre* estão localizados entre o sujeito jornalista e o sujeito leitor. O primeiro é autorizado a produzir dizeres sobre os fatos e, por conseguinte, põe em funcionamento imaginário(s) sobre os atletas paralímpicos. Para isso, formula seus dizeres de diferentes formas, atuando pelo efeito de “objetividade”. Deixaremos em suspenso o efeito de evidência dos dizeres para descrever seus processos, a fim de analisar como o atleta paralímpico é metaforizado nos títulos das notícias do jornal “CNN Brasil” sobre as Paralimpíadas de verão de 2024. Para isso, foram selecionados quatro (04) exemplares organizados como SDs de um dizer *sobre* o/a atleta paraolímpico/a.

FIGURA 01 – Recorte 01



Fonte: CNN Brasil.

Quadro 01: Sequência discursiva – superação e alto rendimento

SD1	<i>“Nadadora ganha medalha 16 meses após perder a perna em um ataque de tubarão”.</i>

FONTE: Elaborado pelo autor a partir de CNN Brasil.

Acerca deste primeiro recorte discursivo, duas leituras possíveis atravessadas pelo discurso de superação: (i) a atleta de natação ganhou uma medalha como forma de consolá-la após ter perdido sua perna, resultado de um ataque de tubarão; (ii) a atleta conquista uma medalha nas Paralimpíadas após perder recentemente a perna em um ataque de tubarão. Os efeitos de sentido são materialmente concebidos pelo engendramento da atleta e seu esporte por meio do qualificador “*Nadadora*”, como uma modalidade das Paralimpíadas em relação ao tempo de recuperação de “*16 meses*”, após o “*um ataque de tubarão*”, que materializa tanto o discurso de superação como de reabilitação, além de produzir um efeito de alto rendimento, uma vez que a atleta alcançou o pódio.

Embora a equivocidade da língua ponha em funcionamento duas leituras possíveis (no mínimo), a segunda interpretação corresponde ao fato discursivo. Porém, vale destacar que o uso do verbo “*ganhar*” lança o sentido de que, nos Jogos Paralímpicos, os atletas “*ganham medalhas*” em vez de conquistar ou alcançar o pódio. Além disso, em (ii) depreende-se a relação entre superação da atleta e o tempo para o feito como forma de reafirmar a utilidade do corpo da atleta, pois o modo de dizer “*dezesesseis meses*”, pode produzir um efeito de imediatismo ao silenciar outra forma de dizer: um ano e quatro meses.

Ainda sobre o verbo “*ganhar*”, observamos a frequência de formulações discursivas que direcionam para “*ganhar*” ao invés de “*alcançar*”, instituindo e reforçando um imaginário sobre os jogos paralímpicos, o que produz sentido sobre o atleta paralímpico como sujeito “*merecedor*” da medalha, produzindo também o sentido de não-esporte, como também sublinhado por Lima (2022) em outro recorte. Nesse sentido, o atleta paralímpico é significado como um sujeito de superação, imediatista e de alto

rendimento, aquele que reafirma a utilidade de seu corpo, aquele que não desiste independentemente da condição física.

FIGURA 02 – Recorte 02



FONTE: CNN Brasil.

Quadro 02: Sequência discursiva 02 – nacionalidade e efeito histórico	
SD2	<i>“Paralimpíada: Brasil conquista primeira medalha no judô”.</i>

FONTE: Elaborado pelo autor a partir de CNN Brasil.

Na superfície textual, uma estrutura linguística recorrente: “Paralimpíada: (notícia)”, observa-se “*Paralimpíada*” como forma de situar e antecipar do que se trata a notícia. Além disso, observamos o uso frequente do nome do país pelo nome do atleta paralímpico, deslizando o sentido de atleta pelo *efeito metafórico* (Pêcheux, 1997 [1969]), como em “Brasil” no recorte discursivo acima. Assim, apreende-se pelo efeito metonímico a produção de sentido sobre o atleta, sendo significado através de marcas linguísticas.

Dessa maneira, interpreta-se que Brasil (o atleta) conquistou a primeira medalha no judô, colocando em evidência o país ao invés do nome do atleta, o que não é ‘comum’ em outros esportes ou eventos esportivos nacionais e internacionais, ‘ressoando’ discursivamente o funcionamento do imaginário social pelo *pré-construído* (Pêcheux, 1997 [1969]). Em outras palavras, esta formulação imbrica o desconhecimento acerca dos atletas paralímpicos pelos sujeitos de uma realidade ideológica, sendo o fato discursivo e a nacionalidade do sujeito que

empreendeu o feito tomados como ‘mais’ relevantes e autorizados a circular pelas mídias, ao invés do nome do atleta.

Compreendemos assim que, o/a atleta paralímpico/a comparece no título analisado como aquele/a que rompe com uma realidade paralímpica em nome de seu país, ‘um herói’. Este movimento é naturalizado pelo discurso nacionalista, assim o uso de ‘Brasil’ silencia o nome do atleta. Apesar disso, interpreta-se que o atleta paralímpico produziu um feito histórico nas paralimpíadas de verão, logrando a primeira medalha olímpica no judô.

FIGURA 03: Recorte 03



Paralimpíadas

Atleta mais alto da história das Paralimpíadas precisou dormir no chão em Paris

🕒 03/09/2024 | 19:03

FONTE: CNN Brasil.

Quadro 03: Sequência discursiva 03 – predador como histórico	
SD3	“Atleta mais alto da história das Paralimpíadas precisou dormir no chão em Paris”.

FONTE: Elaborado pelo autor a partir de CNN Brasil.

Neste recorte discursivo, interpretamos que “*mais alto da história*” funciona não somente como qualificador do atleta/homem, mas também para enfatizar tanto as características do atleta quanto o possível motivo que o levou a dormir no chão, admitindo, portanto, um modo de dizer que sublinha a possível causa pelo efeito da construção linguística de um advérbio de intensidade “*mais*” seguido de adjetivo “*alto*” que antecede a locução adjetiva “*da história*”, esta especificando os termos anteriores. Assim, entre tantas formas de dizer, o modo como está posto pelo jornal “CNN Brasil” naturaliza a proposição

predicadora como evidente e não como resultado do *esquecimento número dois* (Pechêux, 1995 [1975]).

Desse modo, podemos interpretar que não foi qualquer homem, mas o atleta “*mais alto da história das paralimpíadas*” que dormiu no chão durante os jogos, além de se tratar do local (Paris) para o qual se há imagens sobre esta cidade em funcionamento no discurso. Além disso, o modo como está posto o dizer produz um efeito de contradição, que pode apelar para o efeito de ironia e/ou humor: um evento paralímpico que não conseguiu garantir assistência para os próprios atletas paralímpicos. Prospecta desse modo a possível realização da leitura da notícia pelo sujeito-leitor, isso ocorre devido à *antecipação* (Orlandi, 2020) no processo discursivo, pois o jornal, enquanto uma instituição, coloca-se no lugar daquele que lerá e, por isso, textualiza de um modo e não de outro. Concluimos neste recorte discursivo que o atleta paralímpico é discursivizado como um sujeito de destaque, como expresso pelo predicador, e que enfrenta dificuldades até em um evento paralímpico.

FIGURA 04: Recorte 04



FONTE: CNN Brasil.

Quadro 04: Sequência discursiva 04 – nacionalidade, alto rendimento e condição biológica temporária	
SD4	“Paralimpíada: Britânica se torna primeira grávida medalhista de ouro”.

FONTE: Elaborado pelo autor.

Neste recorte, observamos novamente a estrutura linguística frequente nas práticas discursivas do jornal CNN Brasil: “*Paralimpíada: (notícia)*”. A partir dela, a notícia foi formulada por “*Paralimpíada*”, que funciona como antecipador da temática pelo

título, como descrito anteriormente, seguido de “Britânica” que, por sua vez, representa a atleta pela sua nacionalidade. Em seguida, ela é discursivizada também pela sua condição biológica temporária, uma mulher grávida que produziu um feito histórico: “se torna primeira grávida medalhista de ouro (nas Paralimpíadas)”.

Podemos observar o uso de qualificadores/ predicadores nesta formulação: “Britânica”, “grávida” e “medalhista” que poderiam ser substituídos apenas pelo nome da atleta uma vez que a temática já antecipa de que se trata a notícia (Paralimpíadas), porém esses qualificadores/ predicadores funcionam como três notícias integradas a uma, sintaticamente são qualificadores de um outro termo não explícito (a atleta) para produzir o efeito de algo surpreendente, reafirmando a superação da atleta paralímpica e a utilidade do corpo, delineando assim o funcionamento da *antecipação*, pois o modo como é formulado o dizer pressupõe projeções dos sujeitos-leitores, isto é, o ‘título’ da notícia visa produzir efeito de curiosidade.

Depreendendo-se dessa forma um modo de dizer que silencia outro, como a seguinte *paráfrase*: “Jodie Grinham alcança a medalha de ouro nas paralimpíadas”. Essa paráfrase em relação ao que foi enunciado pelo Jornal “CNN Brasil” ‘revela’ a possibilidade de noticiar o mesmo fato, no entanto, o modo de formular o dizer pelo jornal sublinha a forma linguística do dizer que é autorizado a circular. Novamente, o atleta paralímpico é discursivizado como um sujeito de alto rendimento e pela condição biológica, *pré-construído* frequente no *arquivo* analisado.

Considerações finais

Este texto objetivou analisar como o atleta paralímpico comparece nos títulos das notícias do jornal “CNN Brasil” sobre as Paralimpíadas de verão de 2024. Durante a análise dos recortes delinear-se os processos discursivos, principalmente por *paráfrase* e metonímia, de modo que há uma manutenção da

memória social acerca deste evento esportivo e principalmente sobre o atleta paralímpico.

Cada dizer imbrica *pré-construídos* sobre o atleta paralímpico e sobre as paralimpíadas como já sinalizado por Lima (2022). A partir dos gestos de análises, concluímos que o sujeito paralímpico é encarado como: (i) sujeito de alto rendimento; (ii) sujeito de superação; (iii) sujeito reabilitado; (iv) sujeito imediatista. Tais sentidos funcionam dentro de regimes simbólicos específicos que tendem a significar o atleta pela condição biológica, pela nacionalidade e pela utilidade do corpo. Trata-se de uma realidade sócio-ideológica que põe em funcionamento e em circulação determinados dizeres/sentidos e não outros. Este breve gesto de análise prospecta suscitar outros gestos de análise que visem aprofundar cada discursividade que atravessa os modos como o sujeito paralímpico é significado.

Referências Bibliográficas

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

COURTINE, J.-J. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. Tradução. São Carlos, SP: EDUFSCar, 2009 [1981].

BARBOSA FILHO, F. R. Ler o arquivo em análise de discurso: observações sobre o alienismo brasileiro. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, v. 64, mar. 2022.

BARBOSA FILHO, F. R. **O que é análise de discurso?** Porto Alegre: CirKula, 2025. Disponível em: <https://online.fliphtml5.com/kfqsf/keif/>. Acesso em: 19 ago. 2025.

STEFFEN, L.; LISBOA FILHO, F. F. O discurso jornalístico e as estruturas de sentimento: relações e tensões de sentidos.

Logos, v. 24, n. 2, p. 15–30, 2017.

DIAS, C. **O sentido da automatização na análise de discurso: sobre a maquinaria dos sentidos.** *Línguas e*

Instrumentos Linguísticos, Campinas, SP, n. 44, p. 198–221, 2019.

LIMA, C. P. **Discurso(s) do/no jornal *Folha de S. Paulo* sobre atletas e os Jogos Paralímpicos: esporte, corpo e sujeito.** 2022. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2022.

LONGO, G. G. **A cobertura das Paralimpíadas Rio-2016 na imprensa brasileira.** 2019. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2019.

LOBO DE SOUZA, A. **Quando o humor (não) é humor?: uma análise dos modos de significar a universidade pública no discurso conservador.** *Revista do GELNE*, [S. l.], v. 25, n. 1, p. e31957, 2023. DOI: 10.21680/1517-7874.2023v25n1ID31957. Disponível em:

<https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/31957>. Acesso em: 1 set. 2025.

MOIRAND, S. **A midiatização dos eventos: uma análise do discurso entre língua, cultura, memória e comunicação.**

Texto apresentado na Universidade Estadual de Maringá, 2012.

MEDEIROS, C. S. **As condições de produção e discurso na mídia: a construção de um percurso de análise.** Porto Alegre: Faneccos, 2008.

MARIANI, B. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922–1989).** Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

ORLANDI, E. P. O objeto de ciência também merece que se lute por ele. In: MALDIDIER, D. **A inquietação do discurso:**

(re)ler Michel Pêcheux hoje. Tradução de E. P. Orlandi.
Campinas: Pontes, 2003.

ORLANDI, E. P. **Interpretação: autoria e efeitos do trabalho simbólico.** 5. ed. Campinas: Pontes Editores, 2007.

ORLANDI, E. P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos.** 13. ed. Campinas: Pontes Editores, 2020.

PÊCHEUX, M. (1969) **Análise automática do discurso (AAD-69).** In: GADET, F.; HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.** Tradução de B. S. Mariani et al. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, M. **Ler o arquivo hoje.** In: ORLANDI, E. P. (org.). **Gestos de leitura: da história no discurso.** 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

A MULHER TEM QUE SER, TER E DIZER: EFEITOS DE SENTIDO NO FILME BARBIE (2023)

Jhucyane Pires Rodrigues⁴⁴

John Kevin Lopes de Araújo da Silva⁴⁵

De início, ao pensarmos sobre a mulher (cis/trans) e, sobretudo, as questões que dizem respeito ao “ser mulher”, compreendemos com Butler (2018) que há atos que são lidos como pertencentes a um núcleo ou a uma identidade de gênero específica e tal questão define o modo dos sujeitos de se vestir, de se portar, de exercer uma profissão e de estar no mundo, em um processo no qual toma-se de forma majoritária que sexo e gênero são equivalentes, que vale destacar não são⁴⁶.

Diante dessa divisão, sobretudo a mulher tornou-se motivo de pauta na sociedade, desde Eva, a mulher do “pecado original”⁴⁷, a Cleópatra⁴⁸, de intelectuais a bonecas. Sim, é

⁴⁴ Graduada em Letras - Língua Portuguesa e suas Literaturas pela Universidade de Pernambuco - Campus Garanhuns, atualmente é mestranda em Linguística e Literatura pela Universidade Federal de Alagoas - PPGLL/ UFAL e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Análise do Discurso - GEPAD/UPE e do Grupo de Estudos e Pesquisa Discurso e Ontologia - GEDON/UFAL. Email: jhucyanep.rodrigues@gmail.com.

⁴⁵ Bolsista CAPES. Graduado em Letras - Língua Portuguesa e suas Literaturas pela Universidade de Pernambuco - Campus Garanhuns, atualmente é mestrando em Linguística e Literatura pela Universidade Federal de Alagoas - PPGLL/ UFAL e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Análise do Discurso - GEPAD/UPE e do Grupo de Pesquisa Discurso, Sentidos e Sociedade DISENSO/UFAL. Email: Johnkevin.letras@gmail.com.

⁴⁶ Sexo diz respeito a uma questão biológica, enquanto gênero corresponde a forma como a pessoa se identifica socialmente, isto é, sua identidade de gênero.

⁴⁷ A primeira mulher da face da terra de acordo com a perspectiva teológica cristã. <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c800j2nn0j0o>

⁴⁸ A última rainha do Egito, conhecida por seu poderio político e seus polêmicos relacionamentos com imperadores romanos.

exatamente isso que você leu. Tal processo ocorre uma vez que a discursividade é um elemento intrínseco à linguagem, independentemente da sua semiose (verbal, visual, gestual, etc.), por estar sempre inserida na história e no social.

Nesse sentido, esse breve estudo tem como objetivo principal identificar os efeitos de sentido sobre o “ser mulher” no filme *live action* Barbie (2023) da Mattel em meio à sua construção performática paradoxal. Para isso, será preciso desnaturalizar o efeito de evidência (Pêcheux, 1997) da língua e observar os deslizos/ equívocos presentes no *corpus*, e, por fim, buscar compreender como essa repetição de dizeres funciona e afeta socialmente os sujeitos, sobretudo, as mulheres e seus modos de existência.

Para iniciar a exposição levantamos alguns questionamentos: I) Qual o papel de bonecas como a Barbie em nossa sociedade? e II) Como elas são discursivizadas na mídia audiovisual (nesse caso no filme)?

A boneca Barbie é uma produção de 1959, originada por Ruth Handler e seu companheiro, Elliot Handler, fundadores da empresa de brinquedos *Mattel*. Apesar de estar a tantos anos no mercado, a boneca continua sendo um grande sucesso de vendas, segundo a revista *Forbes* (2023), no ano de 2021, antes mesmo do lançamento do filme, Barbie foi nomeada o brinquedo número 1 do mundo. (Dellatto, 2023).

É fato que o surgimento da boneca Barbie foi mais que a confecção de um novo brinquedo infantil, posto que ela inaugurou um espaço no ramo; essa boneca se diferia das bonecas da época, na sua maioria bonecas bebês. A Barbie surgiu para representar uma mulher adulta, cheia de possibilidades, a qual pode ser “tudo que você quiser”. Buscando fazer jus ao lema, atualmente, a marca já conta com modelos que representam mais de 180 profissões, além dos modelos inclusivos e de diferentes

<https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2024/08/quem-foi-cleopatra-a-mulher-que-governou-o-egito-e-seduziu-os-romanos>.

etnias. Contudo, esses personagens que fogem ao padrão da Barbie estereotipada, como é nomeado no próprio filme da *Mattel* 2023, branca e loura, são os seus amigos e vizinhos, ou seja, a Barbie com B maiúsculo continua sendo a mesma (Roveri, 2008).

A Barbie sempre foi associada a um dado padrão de beleza e de feminilidade, o qual vem sendo criticada nas últimas décadas: I) por comercializar padrões de beleza eurocêntricos e inatingíveis — como uma cintura extremamente fina — e II) por fomentar práticas consumistas — uma vez que a boneca aparece sempre com roupas novas, maquiagens, casas extravagantes — , elementos que formam no imaginário infantil valores capitalistas e hegemônicos, nos quais a felicidade é associada ao consumo (Cechin; Silva, 2012).

No entanto, para além desses estereótipos, e paradoxalmente, a boneca Barbie se tornou um sinônimo de poder e de liberdade feminina por, I) demonstrar que a mulher pode ocupar as mais diversas posições sociais e II) não constituir uma família tradicional, a Barbie estereotipada é e sempre foi uma mulher solteira. Mesmo a empresa tendo criado o Ken alguns anos após a boneca para figurar como seu namorado e trabalhado essa imagem na mídia, sobretudo nos filmes, para o grande público a figura do boneco se configurou muito mais como um “amigo gay” da Barbie, uma vez que esse não foi interpretado como um ideal de heterossexualidade (Cechin; Silva, 2012).

Em 2023, com o objetivo comercial de revitalizar a marca e pôr em evidência o seu nome por meio de um “discurso de empoderamento”, surge o filme *Barbie live action*, o qual se utiliza das críticas feitas à boneca e ao seu padrão estereotipado para entreter os telespectadores. Como resultado, observa-se que o filme foi um sucesso em número de bilheterias no cinema, na arrecadação de dinheiro e nas mídias digitais.

Nesse sentido, e mediante as controvérsias na construção e, concomitantemente, na interpretação da imagem da famosa boneca, buscaremos analisar pelo viés teórico-analítico da Análise

de Discurso Materialista um dos chamados pontos-altos da produção cinematográfica. Trata-se de um diálogo em tom conversacional de desabafo, em que a personagem Gloria, mulher e mãe, destaca as mazelas enfrentadas por ser uma mulher em uma sociedade patriarcal.

Arcabouço teórico

A Análise de Discurso Materialista, disciplina a qual nos vinculamos, compõem-se em um campo de entremeio entre o materialismo histórico, a psicanálise e a linguística. Esse campo não é a soma de todas essas áreas, pelo contrário, a AD pensa naquilo que falha/ falta, isto é, coaduna exatamente aquilo que essas disciplinas deixam de lado (Dias, 2018).

Dentro desse aparato, interessa-nos sobremaneira refletir acerca da materialização da ideologia na linguagem. De início, passaremos a refletir acerca do conceito de “objetos paradoxais”, o qual foi pensado por Pêcheux (1975), considerando que

As contradições ideológicas que se desenvolvem através da unidade da língua são constituídas pelas relações contraditórias que os ‘processos discursivos’ mantêm, necessariamente, entre si, na medida em que se inscrevem em relações ideológicas de classes (Pêcheux, 1997, p. 93).

Segundo Adorno (2023, p.366), esta noção “diz respeito a todo e qualquer funcionamento ideológico. Todo objeto ideológico é um objeto paradoxal”, buscaremos explicitar esse apontamento adiante. O autor parte do pressuposto de que todo discurso é ideológico, posto que, como aponta Pêcheux (1997), as palavras mudam de sentido de acordo com as posições ocupadas por aqueles que as enunciam, por isso são paradoxais, por poderem assumir sentidos opostos, por exemplo, um discurso emancipatório a depender de quem enuncie pode ser lido como

uma ironia, um escárnio. Contudo, compreende-se que é exatamente esse conflito que as mantém vivas dentro das lutas ideológicas.

Nesse sentido, observamos que o *corpus* de pesquisa adveio exatamente desse deslocamento paradoxal, esse “desvio” que se ocasiona entre o efeito de sentido de tensão e de estranhamento (Indursky, 2005) no sujeito-leitor. Isso se dá através de uma notável resistência a uma dada formação discursiva, nesse estudo: a patriarcal, embora não haja uma plena desidentificação com esse campo do saber. No filme, a marca busca estabelecer uma imagem emancipatória, de liberdade feminina, desse modo, se desidentifica com o seu oposto, a FD patriarcal.

Desse modo, tomando os apontamentos de Orlandi (2005) acerca da noção de discurso enquanto espaço para se observar a relação entre língua e ideologia e compreender como essa produz efeitos de sentido entre interlocutores, nos propomos a refletir sobre esse funcionamento.

Em consonância com os estudos do discurso, o estudo conta com reflexões sobre a categoria de gênero. Nesse sentido, Miguel e Biroli (2014) afirmam que não é suficiente que as mulheres reivindiquem igualdade de gênero, uma vez que esse lugar já preenchido pelas características masculinas — não há lugar neutro. Então, é preciso fugir de narrativas ingênuas e questionar os papéis de gênero com base nos interesses socioeconômicos da sociedade; a quem interessa manter as mulheres no espaço privado do lar e os homens em lugares de prestígio? Quem definiu esses papéis? Por que são perpetuados? É nesse espaço de questionamentos que a AD busca desnaturalizar os sentidos.

Análises

No filme *Barbie* (2023), o monólogo da personagem Gloria, interpretada por America Ferrera, apresenta uma crítica às

contradições e pressões impostas às mulheres pela sociedade patriarcal. Os seus dizeres articulam tanto o impacto dessas expectativas no cotidiano feminino quanto a desconexão entre a idealização da mulher e a realidade de seu desempenho social, profissional e pessoal. Este trecho também dialoga com a representação das bonecas Barbie, como reflexo de estereótipos e padrões culturais.

Na cena, a personagem da Barbie estereotipada, após ter passado por algumas transformações que a tornaram parecida com uma humana, chora por não ser mais considerada uma “boneca perfeita”. Nesse momento, Gloria (mulher humana) desabafa por mais de dois minutos sobre as cobranças sociais que recaem sobre o gênero feminino, logo após esse desabafo, a Barbie escritora que estava “contaminada” pelo discurso patriarcal, volta ao “normal”. Dessa maneira, o filme aponta como possível efeito de sentido que discorrer sobre o tema pode ter como efeito a desnaturalização do “efeito de evidência” produzido pela ideologia dominante sobre a presença e os efeitos desse discurso limitador.

Figura 1: Cena de Gloria desabafando com a Barbie estereotipada.



Fonte: The Hollywood Reporter (2024).

Corpus - Gloria:

É literalmente impossível ser mulher. Você é tão linda, tão inteligente, e me mata saber que você não se acha boa o suficiente. A gente sempre tem que ser extraordinária, mas, de alguma forma, está sempre fazendo tudo errado.

Tem que ser magra, mas não demais. E nunca pode dizer que quer ser magra, tem que dizer que quer ser saudável, mas, ainda assim, tem que ser magra. Tem que ter dinheiro, mas não pode pedir dinheiro, porque isso é grosseiro. Tem que ser chefe, mas não pode ser cruel. Tem que liderar, mas sem desmerecer as ideias dos outros. Tem que adorar ser mãe, mas não pode falar dos filhos o tempo todo. Tem que ter uma carreira, mas também cuidar dos outros o tempo todo. Você é responsabilizada pelo mau comportamento dos homens, o que é absurdo, mas, se disser isso, é acusada de reclamar demais. Tem que ser bonita para os homens, mas nunca tão bonita a ponto de provocá-los ou ameaçar outras mulheres. Tem que fazer parte da sororidade, mas também se destacar. Tem que ser sempre grata, mas sem esquecer que o sistema é falho. Então, tem que reconhecer isso, e mesmo assim, continuar sendo grata. Você nunca pode envelhecer. Nunca pode ser grosseira. Nunca pode se exibir. Nunca pode ser egoísta. Nunca pode vacilar. Nunca pode falhar. Nunca pode demonstrar medo. Nunca pode passar do limite. É difícil demais. É contraditório demais. E ninguém te dá uma medalha ou te agradece. Na verdade, não é só que você faz tudo errado, é que tudo sempre é culpa sua. Eu estou tão cansada de ver a mim mesma e todas as outras mulheres fazendo de tudo para que as pessoas gostem da gente. E se tudo isso também for verdade para as bonecas, que só representam mulheres, então eu nem sei mais...

De início, destaca-se no enunciado a presença de repetições, uma vez que a expressão “tem que” foi repetida 14

vezes, enquanto o conectivo adversativo “mas” teve 16 repetições. O que por si só demarca que a mulher tem que (deve) seguir prescrições e que essas são limitadas, não se “pode” ir além. Para elucidar e melhor mobilizar o corpus, esse será organizado no quadro abaixo.

Quadro 1 - Recortes discursivos - Barbie *live action* (2023)

Quadro analítico - Recorte discursivo filme Barbie (2023)			
SD1	A mulher tem que	ser	● extraordinária/mas de alguma forma tá sempre fazendo errado; ● magra/mas não demais, e nunca pode dizer que quer ser magra, tem que dizer que quer ser saudável, mas também tem que ser magra; ● chefe/mas não cruel; ● bonita para os homens, sempre grata/mas nunca tão bonita a ponto de provocá-los ou ameaçar outras mulheres. ● parte da sororidade,/ mas também sempre se destacar e ● sempre ser agradecida,/ mas nunca esquecer que o sistema é falho.
SD2	A mulher tem que	ter	● dinheiro, mas não pode pedir dinheiro, porque isso é grosseiro. ● carreira, mas também cuidar dos outros o tempo todo.
SD3	A mulher tem que	dizer	● que quer ser saudável, mas, ainda assim, tem que ser magra.
SD4	A mulher tem que		● liderar, mas sem desmerecer as ideias dos outros.

			● adorar ser mãe, mas não pode falar dos filhos o tempo todo. ● cuidar dos outros o tempo todo.

Fonte: Os autores (2025).

Mediante a organização dessa tabela, torna-se um pouco mais maleável o trabalho com os efeitos de sentido suscitados, assim como as formações discursivas que os permitem a constituição, a formulação e a circulação. Nesses recortes, chamamos a atenção o fato de que por mais que seja uma mulher que está enunciado esses dizeres, ela não fala a partir da sua perspectiva, mas da visão de um outro, um outro não mencionado em termos de nomeação, contudo, conhecido por todas.

Desse modo, evidenciamos que estamos tratando de uma modalidade de discurso chamada de **discurso sobre**, a qual, segundo Mariani (1998), é utilizada para se referir a um enunciado intermediário, que medeia a relação do sujeito com o objeto, nesse caso, a vivência e existência feminina. O filme é colocado como um meio de “traduzir, explicar, definir” as imposições sociais que recaem sobre as mulheres, utilizando-se do seu status mercadológico para propagar efeitos de sentido determinados.

No primeiro recorte, relativos ao discurso sobre “ser” mulher, evidencia-se logo a utopia do alcance desse **lugar social**, haja vista que não há como ser extraordinária e sempre errar concomitantemente, são posições excludentes. Em seguida, aponta-se para o corpo feminino como um lugar de desejo, de provocações, mas que não é posse da mulher, uma vez que ela não “pode” escolher como deseja manter o seu corpo, há um outro que escolhe e a reprime, caso “passe do ponto”. Esse outro ganha forma a partir da internalização de padrões convencionais de gênero, buscando alienar as mulheres, de modo que elas sigam esses padrões sem se darem conta disso, assim

ignorando/apagando as possibilidades de escolha (Miguel; Biroli, 2014).

Além disso, a beleza é medida por homens e para homens, logo, a mulher “deve” acatar. Dessa maneira, como apontam Miguel e Biroli (2014), as mulheres vivem sob a régua do mito neoliberal da autonomia, uma vez que essa noção ignora as desigualdades reais (de gênero, classe, raça, etc.), as quais cerceiam a liberdade, principalmente das mulheres.

Nesse discurso ainda se naturaliza o efeito de sentido da mulher enquanto responsável pela ação/reação que o seu corpo resulta sobre o outro “**mas nunca** tão bonita a ponto de provocá-los ou ameaçar outras mulheres.”. Por essa rede ideológica, é passível dizer que crimes hediondos como o abuso sexual ou o estupro são “consequências” advindas da provocação feminina.

Nesse enunciado a mulher até pode ocupar posições de prestígio, mas não pode ser “cruel”, daí nos questionamos: o que seria esse ser cruel? I) agir como os homens agem? II) ter pulso firme? III) Não ceder às imposições de outros? Além disso, há alguém que possa/deva ser cruel?

Ademais, é observável que funcionamento um pré-construído sobre a mulher, ela é um ser fingido, que mente para as demais (quer uma coisa e diz/age de outro modo) e que quer destaque social em meio às outras mulheres. Esse tipo de discurso corrobora com a rivalidade feminina, de modo que cause desconfiança entre os grupos femininos e enfraqueça a sororidade.

No segundo recorte, a mulher tem que “ter” há em vigência a leitura superficial de que a mulher deve ser empoderada, trabalhar e ter sua independência financeira. Contudo, considerando aquilo que a mulher deve ser “bonita para os homens”, “nunca envelhecer”, “ser magra”, é preciso que haja um investimento financeiro, aí entra o ramo da estética, dos cosméticos, academia, entre outros, o que carece de capital econômico para manutenção.

No entanto, o que se sobressai é o trabalho dentro e fora de casa que a mulher deve exercer. O que é reforçado na sequência “cuidar dos outros o tempo todo”, ou seja, para a mulher não há descanso e muito menos há possibilidade de erro, pois todos dependem dela, se ela falha, todos falham, por sua culpa. Daí pensarmos na aplicação desse movimento na realidade brasileira, recentemente ocorreu uma chacina no Estado do Rio de Janeiro (2025), e em meio ao luto das mães dos jovens periféricos mortos, dentre eles muitos eram vinculados ao crime organizado, o ex-deputado Arthur do Val disse em um vídeo publicado em suas redes sociais que mães periféricas não sabem educar os filhos e fortalecem o tráfico (Hailer, 2025).

Com isso, é perceptível constatar que alguns dos possíveis gestos de leitura realizados apontam para sentidos cristalizados na formação social, espaço de mediatização das formações ideológicas presentes na sociedade e diretamente relacionadas às lutas de classes.

A formação social precisa, portanto, produzir e reproduzir as condições de produção, devendo, igualmente, reproduzir as forças produtivas e as relações de produção existentes. Estas relações, por sua vez, são sempre permeadas pelo fator ideológico, o qual atua de forma inconsciente, permitindo que ocorra, no fio do discurso, os movimentos de reprodução e de transformação dos sentidos. (Pruinelli, 2020, p. 95)

Neste caso, observa-se que embora não haja “ritual sem falhas; enfraquecimento e brechas”, como bem aponta Pêcheux (1997, p. 301), os movimentos estão mais voltados para o eixo da reprodução dos valores dominantes. Nesse sentido, foi possível segmentar os recortes em quatro campos de discursos sobre a mulher, os quais têm como enfoque ideais sobre: I) o trabalho fora de casa realizado pela mulher, II) Corpo/aparência/estética da mulher, III) o comportamento da mulher e IV) o trabalho não

remunerado realizado pela mulher. Dessa forma, destaca-se a centralidade do como feminino ora como objeto laboral (seja remunerado ou não) e de outro como objeto de desejo e realização do outro, tendo em vista os padrões de beleza e comportamento impostos à mulher na sociedade vigente.

Até esse ponto, o filme se propõe a criticar as mazelas e imposições patriarcais que recaem sobre a mulher através da personificação das bonecas barbie, e parece ter atingido o seu efeito. No entanto, ao final desse recorte analisado, o diálogo entre personagens se segue, agora com a presença de outras barbies e de Sasha, a filha de Glória:

SD5: **Barbie (Escritora):** Eu escrevi um livro... Parece que sonhei que estava muito interessada na versão do WhatsApp da Liga da Justiça.

Barbie Estereotipada: O que você disse? Sério, você voltou! Ela voltou dando a voz cognitiva necessária para ser mulher no patriarcado.

Sasha: É isso aí, Barbie salvadora branca!

Nesse recorte focalizaremos no último enunciado, a partir da enunciação desse “novo” rótulo produzido, o de salvadora, que pode ser parafrasticamente substituído por heroína, figura responsável pelo bem-estar de todos, por manter a paz e a harmonia, por cuidar de tudo e de todos, por resolver todos os problemas. Exatamente tudo aquilo que já fora dito sobre o ser mulher.

Desse lugar enunciativo, depreende-se que o filme buscou desconstruir todas as imposições “errôneas” construídas sobre o ser mulher e acaba por se contradizer ao colocar a mulher de novo na caixinha das imposições que se constitui como abordamos anteriormente, no lugar de objetificação, seja como objeto laboral, seja como objeto de desejo e realização do outro, uma vez que a sua existência prescinde o seu trabalho em prol de

outro(s), apagando-se mais uma vez os seus próprios desejos e anseios.

Sendo assim, destacamos o funcionamento daquilo que Pêcheux chama de “efeitos paradoxais” (1997) ou **objetos paradoxais** (2011), uma vez que há um equívoco no movimento enunciativo/discursivo entre o discurso que se busca refutar (o patriarcal) e o discurso que se busca ressaltar (do empoderamento feminino). Ao buscar romper com o discurso primeiro, o sujeito-enunciador acaba por se enovelar em uma teia de aranhas, isto é, deixa entreaberta brechas que elucidam a presença do discurso primeiro, mostrando-se um simulacro de rompimento.

Destacamos também que o sujeito de linguagem é tanto atravessado pela Ideologia quanto constituído pelo Inconsciente. Assim, a contradição é fruto ideológico e simultaneamente fruto do inconsciente, em que, retomando o esquecimento nº 2 do sujeito (Pêcheux; Fuchs, [1975] 1997), este pensa ser dono de seu dizer, e assim, enuncia diferente do pensado, já que os sentidos não são fixos, mas se dão na relação entre os interlocutores (Orlandi, 2005).

Dessa forma, ambos os discursos são sustentados por um terceiro ainda mais preponderante e resistente, o discurso do capital. A Mattel visa em ambas as tentativas (produção das bonecas e do filme) atingir objetivos comerciais, de compra e venda, ela está a serviço desse senhor e não ou não apenas de movimentos e bandeiras.

Se há possibilidades de mudança desse discurso? Podemos dizer que, embora não seja uma tarefa simples, há margem para as duas faces da moeda “produção/transformação.”

Contudo, nesse corpus não há uma ruptura (transformação) com os discursos anteriores, os quais permanecem no interdiscurso e ressoam no intra, posto que os “sentidos evitados retornam, sob ilusão do novo, no tecer do discurso.” (Krummel, Lachovski, Fernandes, 2018, p. 104). Desse modo, “as falhas no ritual” possibilitaram que o sujeito

questionasse os saberes da formação discursiva patriarcal sem se apartar dela, ou seja, o sujeito se contra-identifica com esse domínio de saber, discorda parcialmente, mas permanece afetado por ela, daí vem a tensão e o estranhamento. Essa modalidade de tomada de posição aponta para a presença “[n]o interior da FD [de um] discurso-outro, [d]a alteridade, e isto resulta em uma FD heterogênea.” (Indursky, 2005, s.p).

Efeito de Conclusão

Conclui-se, em efeito de autoria, que embora o enredo do filme busque romper com certos sentidos cristalizados na formação social ocidental sobre o “ser mulher”, funciona como aparato para a reprodução dos mesmos ao colocar as mulheres na posição de “salvadoras”, responsável pelo bem-estar de todos, pela manutenção da ordem.

Nesse sentido, há em funcionamento a contradição, uma vez que o discurso sobre o ser mulher não se detém a um único campo de sentido, sendo debatido por diferentes sujeitos em distintas posições-sujeito, se configurando dessa forma em um objeto paradoxal. Essa situação é exemplificada quando o filme se propõe a questionar estereótipos patriarcais e sexistas — a Formação discursiva patriarcal — e acaba por reproduzir de outro lugar os mesmos efeitos de sentido, gerando a falha, o deslize, mas não a ruptura.

Sendo assim, essa contradição posta entre a tensão e o estranhamento deu lugar a contra-identificação com a formação discursiva patriarcal, determinada pelo interdiscurso, uma vez que, como a análise apontou, o objeto paradoxal funcionou possibilitando a existência de diferentes posições-sujeitos. Logo, o filme consiste em uma expressão do “mau sujeito” do discurso patriarcal (Pêcheux, 1975).

Pensando nas questões elencadas como mote para ao andamento da pesquisa compreendeu-se que II) A boneca

continua a reproduzir a lógica do capital e do patriarcado, uma vez que não houve rompimento no nível simbólico, assim todo o *marketing* acerca do filme é focado na lucratividade, e não em mudanças concretas de posicionamento da empresa ou algum tipo de “reparação” para com o público/consumidores. Tratando-se de um simulacro de “pink money”, contudo, os efeitos parecem positivos, se considerarmos o número de bilheteria e a aceitação dos telespectadores.

Desse modo, vê-se que I) o papel da boneca segue sendo o de moldar comportamentos femininos desde a infância, tendo como foco os pré-construídos sobre o ser mulher que “finge” negar. O que nos leva a problematizar, que papel ocupa quem não se encaixa nesse perfil? É menos mulher? Mas isso já é assunto para outros estudos.

Por fim, concluímos que por meio de aparentes campanhas de emancipação feminina, como a do filme *Barbie* (2023), as mulheres seguem tendo a sua liberdade cerceada por rótulos, muda-se a embalagem, o slogan, os dizeres, mas é ainda a voz do outro que segue titulando-as para que possam ser (autênticas mulheres).

Referências Bibliográficas

- ADORNO, G. **A ideologia é paradoxal: pontuações sobre o funcionamento ideológico.** In: GRIGOLETTO, E.; CARNEIRO, T. C. C. (org.). **Diálogos com Analistas de Discurso: reflexões sobre a relevância do pensamento de Michel Pêcheux hoje.** 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2023. E-book (PDF).
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Tradução de R. Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CECHIN, M. B. C.; SILVA, T. da. Assim falava Barbie: uma boneca para todos e para ninguém. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 24, n. 3, p. 623–638, set./dez. 2012.

DELLATTO, M. **Império da Barbie: como uma boneca de US\$ 3 virou um negócio multibilionário**. *Forbes Brasil*, 2023.

Disponível em:

<https://forbes.com.br/forbeslife/2023/07/imperio-da-barbie-como-uma-5boneca-de-3-dolares-virou-um-negocio-multibilionario/>. Acesso em: 6 nov. 2025.

DIAS, C. **Análise do discurso digital: sujeito, espaço, memória e arquivo**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

HAILER, M. **VÍDEO: Arthur do Val diz que mães periféricas não sabem educar os filhos e fortalecem o tráfico**. **Revista Fórum**, 30 out. 2025. Disponível em:

<https://revistaforum.com.br/politica/2025/10/30/video-arthur-do-val-diz-que-mes-perifericas-no-sabem-educar-os-filhos-fortalecem-trafico-190972.html>. Acesso em: 6 nov. 2025.

INDURSKY, F. **Formação discursiva: ela ainda merece que lutemos por ela?** In: **Anais do II SEAD: Seminário de Estudos em Análise de Discurso**. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em:

<https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/2SEAD/SIMPOSIOS/FredaIndursky.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2025.

KRUMMEL, E. A.; LACHOVSKI, M.; FERNANDES, A. B. “Não vou mais lavar os pratos”: os movimentos de contraidentificação no processo discursivo entre a “tola” e a “sábua”. **Interfaces**, v. 9, n. 4, out./nov./dez. 2018.

MARIANI, B. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922–1989)**. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Feminismo e política: uma introdução**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. São Paulo: Pontes, 2005.

PRUINELLI, A. M. Formação social. In: LEANDRO-FERREIRA, M. C. (org.). **Glossário de termos do discurso: edição ampliada**. 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**. Tradução de E. P. Orlandi. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997 [1978].

PÊCHEUX, M. **Ideologia: aprisionamento ou campo paradoxal?** In: ORLANDI, E. (org.). **Análise de discurso: Michel Pêcheux**. Campinas: Pontes, 2011. p. 107–119.

ROVERI, F. T. **Barbie – tudo o que você quer ser... ou considerações sobre a educação de meninas**. 2008. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2008.

A CONSTRUÇÃO DA “VÍTIMA-RESPONSÁVEL” NO DISCURSO JORNALÍSTICO: UMA ANÁLISE DAS MANCHETES SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Emmyle Bruna Arcoverde Araujo⁴⁹

A violência contra a mulher é um problema persistente no Brasil, que atravessa séculos de história e reflete as marcas profundas de uma sociedade patriarcal. Desde os primórdios da formação social brasileira, a figura feminina foi colocada em posição de submissão. Seus direitos e sua voz frequentemente negados ou ignorados. Mesmo com os progressos legislativos das últimas décadas, exemplificados pela Lei Maria da Penha (2006) e pela Lei do Feminicídio (2015), o Brasil ainda enfrenta índices preocupantes de violência física e sexual contra as mulheres, evidenciando a ineficácia das medidas diante de uma cultura ainda marcada pelo machismo.

De acordo com os dados publicados pelo Estadão⁵⁰, o Brasil registra, em média, quatro feminicídios por dia, mantendo um alto índice de assassinatos de mulheres nos últimos cinco anos. Essa persistência da violência reflete não só as falhas nas políticas públicas de prevenção e proteção, mas demonstra a força de uma cultura patriarcal que naturaliza o controle e a dominação masculina sobre o corpo e a vida feminina.

Diante desse cenário, torna-se essencial discutir de que forma a mídia jornalística noticia a violência contra a mulher. Com frequência, veículos de comunicação tratam casos de feminicídio

⁴⁹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura, na área de Linguística da Universidade Federal de Alagoas- UFAL. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas – FAPEAL. emmyli.bruna@gmail.com.

⁵⁰Disponível em: <https://sl1nk.com/WdzQz>

como “crimes passionais” ou apresentam justificativas para o comportamento do agressor, transferindo a responsabilidade para as próprias mulheres. Analisar as manchetes jornalísticas sobre esse tema é, portanto, de extrema importância, uma vez que a mídia exerce grande influência na maneira como a sociedade compreende e reage a tais ocorrências. Certas escolhas linguísticas contribuem para a construção da imagem da “vítima-responsável”, em que a mulher agredida é, de maneira direta ou indireta, associada à causa da violência sofrida. Segundo Althusser (1985), a mídia pode ser entendida como um dos Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE), uma instituição que atua na manutenção e reprodução das ideologias dominantes que sustentam as estruturas de poder. Nesse sentido, a cobertura jornalística sobre a violência contra a mulher não é neutra, pois ela participa da construção simbólica que pode reforçar ou questionar o machismo presente na sociedade.

O objetivo deste trabalho é analisar como a figura da “vítima-responsável” é apresentada nas manchetes jornalísticas que tratam de casos de violência contra a mulher, compreendendo de que maneira o uso da linguagem escolhida pela mídia e utilizada nos títulos das notícias contribui para a culpabilização das vítimas. O estudo será conduzido por meio da análise de duas manchetes jornalísticas que abordam casos de violência contra a mulher, com o objetivo de identificar de que forma o discurso midiático contribui para a chamada “vítima-responsável”, ou seja, aquela em que a mulher é, de algum modo, culpabilizada ou responsabilizada pela violência sofrida. A primeira manchete, publicada em 2014 pelo portal *O Tempo*, e a segunda, veiculada em 2025 pelo portal R7, foram escolhidas por representarem diferentes contextos midiáticos e permitirem observar como esse tipo de discurso se manifesta em distintos veículos de comunicação.

Para embasar teoricamente a análise, serão utilizados os pressupostos da Análise do Discurso (AD), que possibilita compreender como os sentidos são produzidos e sustentados no discurso midiático. Essa perspectiva permite investigar os

mecanismos linguísticos e ideológicos que constroem a imagem da mulher nos noticiários e revelam as estratégias discursivas que contribuem para a naturalização da culpabilização da vítima. Assim, a análise buscará observar aspectos como a escolha lexical, a caracterização da vítima e do agressor, bem como os efeitos de sentido produzidos por essas escolhas na esfera social e cultural.

Este artigo está organizado em quatro seções, além desta introdução. Na segunda seção, apresenta-se o referencial teórico, que discute os principais conceitos sobre violência contra a mulher e estratégias discursivas no jornalismo. A terceira seção reúne a descrição do corpus, os procedimentos metodológicos e a análise dos resultados, evidenciando de que forma as manchetes jornalísticas produzem a figura da “vítima-responsável”. Por fim, a quarta seção traz as considerações finais, nas quais são retomados os principais achados e discutidas as implicações sociais e comunicacionais das representações midiáticas analisadas.

Análise do discurso, ideologia e patriarcado

A Análise do Discurso (AD), concebida por Michel Pêcheux na França, surgiu no final dos anos 1960, em um cenário intelectual dominado pelo estruturalismo nas ciências humanas e sociais. Nesse período, a linguística estrutural ocupava posição central, sustentando uma visão formal e objetiva da língua e excluindo o sujeito do processo de análise, considerado um elemento perturbador para a neutralidade científica. Esse modelo prevaleceu até o fim da década de 1960, quando começou a ser questionado por novas correntes teóricas que buscavam compreender a linguagem em sua relação com a história e a ideologia (Leandro Ferreira, 2003, p. 39).

É nessa situação que Pêcheux propõe uma ruptura com o estruturalismo e funda a AD como uma disciplina que reconcilia a linguagem com o sujeito e com as condições históricas de produção do sentido. Inspirada pelo materialismo histórico e pela

psicanálise, a Análise do Discurso introduz a noção de que o sujeito é constituído pela linguagem e interpelado pela ideologia, conceito influenciado pelas formulações de Althusser. Essa perspectiva provocou uma reconfiguração profunda na linguística, deslocando noções centrais como língua, sentido, historicidade e sujeito, e se consolidou no Brasil, a partir do final da década de 1970, principalmente por meio do trabalho de Eni Orlandi (Leandro Ferreira, 2003, p. 40).

Para Pêcheux (2009, p. 161), “os indivíduos são interpelados em sujeitos-falantes (em sujeito de seu dizer) pelas formações discursivas que representam, na linguagem, as formações ideológicas que lhes correspondem”. Dessa forma, o sujeito do discurso não é o originador absoluto do que diz, ele é atravessado por processos inconscientes e ideológicos que moldam suas práticas de linguagem. Conforme Indursky (2008, p. 2), essa constituição do sujeito se dá na interação entre inconsciente e ideologia, dimensões que determinam o modo como ele significa o mundo e produz seu dizer.

A formação discursiva (FD) designa o conjunto de enunciados e saberes que determinam “o que pode e deve ser dito” em determinada conjuntura ideológica. Assim, cada discurso expressa uma forma específica de relação com a ideologia dominante, refletindo posições de classe e disputas de poder (Indursky, 2008). As formações discursivas, portanto, não são neutras: elas representam, na materialidade da língua, as relações de dominação e resistência presentes na sociedade. Nesse mesmo sentido, Pêcheux (1993, p. 172) observa que “estando os processos discursivos na fonte da produção dos efeitos de sentido, a língua constitui o lugar material onde se realizam estes efeitos”. O discurso é um espaço onde o sentido se constrói, se disputa e se transforma.

Ao unir as dimensões, a AD oferece instrumentos para compreender como os discursos sociais e midiáticos produzem e legitimam determinadas representações. No âmbito da violência de gênero, essa abordagem permite investigar como a linguagem

jornalística participa da construção de narrativas que naturalizam desigualdades e reforçam a culpabilização das vítimas. Por meio da análise discursiva, é possível revelar os mecanismos pelos quais essas formações ideológicas se materializam no texto e sustentam o imaginário da “vítima-responsável”.

O patriarcado não se resume a um sistema de dominação modelado pela ideologia machista, constitui também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode ser situada, para fins de análise, principalmente nos campos político e ideológico, a exploração está diretamente relacionada ao âmbito econômico. Historicamente, o patriarcado é o mais antigo sistema de dominação e exploração (Saffioti, 1987, p. 60). Esse sistema estrutura-se como um modelo de poder no qual os homens exercem dominação política, econômica e simbólica sobre as mulheres.

De acordo com Saffioti (2001, p. 115), essa dominação manifesta-se em múltiplas dimensões: políticas, econômicas e culturais; e se sustenta por meio da violência, compreendida não apenas como força física, mas também como violência simbólica. Trata-se de um processo em que o dominado é levado a aceitar a autoridade do dominador, internalizando valores e crenças que naturalizam essa relação de poder e a tornam inquestionável. Nessa lógica, os próprios instrumentos de compreensão da realidade são moldados por estruturas patriarcais que fazem parecer legítima e inevitável a desigualdade entre os gêneros.

A violência, nesse contexto, opera como mecanismo de manutenção da ordem social e, ao mesmo tempo, como elemento potencial de ruptura. Marx (2013, p. 821) recorda que “a violência é a parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova”, apontando para seu duplo papel de conservar e transformar. No patriarcado, essa ambivalência se traduz na violência de gênero: enquanto perpetua hierarquias, também evidencia tensões e resistências que podem provocar transformações sociais.

Saffioti (2001, p. 117) argumenta que a violência simbólica é a base sobre a qual se sustentam as práticas cotidianas de dominação, e é justamente nesse plano que o discurso assume papel central. O discurso, como lembra Pêcheux (2009, p. 161), é um espaço de materialização da ideologia. Assim, o discurso jornalístico, enquanto prática discursiva e social, pode funcionar como uma instância de reprodução ideológica do patriarcado, ao construir representações que legitimam ou naturalizam a violência contra a mulher. Como enfatiza a autora:

As vítimas, já grandemente fragilizadas pela violência sofrida, são frequentemente alvo de chacotas com base na crença de que “mulher gosta de apanhar” ou que “mulher que apanha agiu incorretamente”. O dito popular “em briga de marido e mulher não se mete a colher” evidencia a atitude machista de não questionar a suposta supremacia do macho [...]. A mulher acaba, quase sempre, sendo culpabilizada pelo seu próprio sofrimento: se apanhou do marido, se foi por ele assassinada, é porque assim o mereceu. A polícia, a justiça e, enfim, a sociedade transformam a vítima em ré, até depois de sua morte (Saffioti, 1987, p. 80).

É nesse ponto que se insere a reflexão de Farias (2019, p. 58-59) sobre a culpabilização da vítima, entendida como o processo de atribuir responsabilidade pelo crime à própria mulher violentada. Esse processo se sustenta em três dimensões interligadas: cognitiva, afetiva e comportamental; que orientam crenças, emoções e ações sociais em relação à vítima. No plano cognitivo, difundem-se ideias de que determinadas condutas femininas “provocam” a violência; no plano afetivo, reduz-se a empatia e a compaixão pela mulher agredida; e, no plano comportamental, normalizam-se atitudes que justificam o agressor ou minimizam a gravidade do crime.

Esses três componentes, articulados à ideologia patriarcal, sustentam o que Farias (2019, p. 59) identifica como uma estrutura social de culpabilização, em que o discurso (inclusive o jornalístico) contribui para deslocar a responsabilidade da violência do agressor para a vítima. Dessa forma, ao selecionar determinadas informações, enquadrar manchetes e adotar certas palavras, a mídia pode reforçar uma formação discursiva patriarcal, produzindo sentidos que perpetuam a lógica da “vítima-responsável”.

Althusser (1974, p. 43-45) argumenta que a ideologia não se constitui apenas como uma construção abstrata, mas se materializa por meio dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE). Esses aparelhos incluem instituições como escolas, igrejas, sindicatos, partidos políticos, família, imprensa e instituições culturais, públicas ou privadas, desde que desempenhem função ideológica. A mídia, enquanto um dos principais AIEs, exemplifica claramente esse funcionamento, desempenhando papel central na manutenção das estruturas sociais e econômicas ao atuar como veículo da ideologia dominante (Gobatto, 2023, p. 102).

Os AIEs tem um funciona ideológico predominante, que reproduz a ideologia dominante da classe no poder, garantindo hegemonia cultural e social. Além disso, os AIE constituem espaços de luta de classes, pois, embora a classe dominante busque controlá-los, as classes exploradas podem utilizá-los para contestar a ideologia dominante, explorando contradições internas ou ocupando posições estratégicas (Althusser, 1974, p. 48). Dessa forma, de acordo com Althusser (1974, p. 50-51), os AIE funcionam tanto para reproduzir a ideologia dominante quanto para servir como arena de disputas ideológicas, assegurando que o poder do Estado não se exerça apenas pela repressão, mas também sobre a consciência social.

Nesse sentido, os meios de comunicação e a mídia constituem AIE fundamentais, pois moldam percepções e significados, funcionando como instrumentos ideológicos que

legitimam determinadas relações sociais, políticas e de gênero, enquanto marginalizam ou deslegitimam outros sujeitos e discursos.

Uma visão analítica: as manchetes

Nesta seção, analiso duas sequências discursivas (SDs) retiradas de portais jornalísticos brasileiros: a primeira, publicada pelo portal O tempo, e a segunda, pelo portal R7. Ambas tratam de casos de violência sexual contra mulheres, mas o modo como cada uma constrói discursivamente a vítima e o agressor revela a permanência de sentidos que vinculam a violência à conduta da mulher, contribuindo para a formação de uma figura da “vítima-responsável”.

A partir das formulações, observam-se efeitos de sentido que deslocam o foco do crime, o estupro, para o comportamento ou a identidade da mulher, evidenciando a força de um imaginário social que tende a responsabilizar a vítima.

SD 1:



Fonte: Manchete publicada no portal O tempo

A manchete apresenta uma organização sintática que posiciona, em primeiro lugar, a ação da vítima antes da menção ao crime sofrido. Essa ordem estabelece uma relação explicativa/causal entre o comportamento da vítima e a violência, produzindo o efeito de sentido de que o estupro é uma consequência da atitude da mulher ao aceitar tomar cerveja.

A escolha lexical contribui para esse efeito de responsabilização. O verbo “aceitar” carrega a ideia de consentimento. Da mesma forma, a expressão “tomar cerveja com desconhecido” associa a mulher à responsabilidade por evitar situações consideradas “de risco”. Ao destacar essa ação como relevante para o desfecho do crime, sugere que houve uma quebra de expectativa quanto ao comportamento “adequado” da mulher. Nesse funcionamento, a manchete compreende o episódio de violência como algo que poderia ter sido evitado caso a vítima tivesse agido de outra forma.

No subtítulo, o trecho “trocou olhares com o suspeito” intensifica ainda mais esse processo de culpabilização. Essa formulação sugere uma abertura da mulher para uma interação: o ato de olhar o homem constitui-se um convite ou sinal de interesse. O verbo “trocar” implica uma reciprocidade, ambos participaram desse gesto. Nesse sentido, o texto reforça a leitura de que a vítima colaborou, ainda que indiretamente, para a situação que resultou na violência.

Além disso, há um apagamento discursivo do agressor. Ele não é nomeado, sendo referido apenas como “suspeito” ou “desconhecido”, enquanto ela é identificada pelo substantivo “mulher” e, posteriormente, como “vítima”. O uso da voz passiva em “é estuprada” contribui para esse apagamento, pois o foco recai sobre o que é feito à mulher e não sobre quem o faz.

Por contraste, observa-se como as escolhas lexicais e sintáticas da manchete original produzem sentidos ideológicos específicos. É possível noticiar o mesmo crime de forma

informativa, mantendo a cobertura jornalística, mas deslocando o foco do comportamento da vítima para a ação criminosa do agressor, evidenciando o efeito ideológico da linguagem. Por exemplo, uma manchete como “Homem é preso/procurado por estupro de mulher em bar de Neves” concentra-se no autor do crime, evitando transferir responsabilidade à vítima.

Segundo Pêcheux (2009, p. 173), o esquecimento nº 1 refere-se ao fato de que o sujeito-falante não pode se colocar fora da formação discursiva que o domina. Assim como o recálque inconsciente, esse esquecimento mantém o sujeito alheio às determinações ideológicas que constituem o próprio exterior que organiza a formação discursiva. Já o esquecimento nº 2 diz respeito à ilusão de que o sujeito seleciona livremente, dentro da formação discursiva, um enunciado, forma ou sequência entre outras possíveis, embora todas pertençam ao mesmo campo parafrástico e sejam igualmente determinadas pelas condições de produção do discurso (Pêcheux, 1988, p. 173).

Nesse sentido, a manchete evidencia o funcionamento desses dois esquecimentos ideológicos. O esquecimento nº 1 manifesta-se na ilusão do jornalista de que apenas informa fatos, sem reconhecer que suas escolhas discursivas estão submetidas a normas sociais e ideológicas que moldam o dizer. Já o esquecimento nº 2 aparece quando o discurso produz a impressão de possuir um único sentido estritamente informativo, embora veicule uma interpretação ideológica, por exemplo, ao sugerir, de forma sutil, a responsabilização da vítima. Essas escolhas não são decisões conscientes do sujeito, mas efeitos das estruturas ideológicas que o atravessam.

Dessa forma, essa construção discursiva evidencia a presença do discurso patriarcal, que regula moralmente o comportamento das mulheres e reforça a responsabilização das vítimas de violência. A formação discursiva é definida como: “aquilo que, numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” (Pêcheux, 1997, p. 160). Nesse sentido, o discurso patriarcal se manifesta na

manchete analisada, sustentando um sistema de controle sobre o corpo e as ações das mulheres. Ao colocar a ação da vítima antes da ocorrência do crime, o texto jornalístico cria um efeito de causalidade implícita, sugerindo que o comportamento da mulher contribuiu para a violência sofrida.

Nessa esteira de sentidos, o interdiscurso permite compreender como esses sentidos são produzidos e naturalizados. Segundo Orlandi (2020, p. 89-90), “o interdiscurso é o conjunto do dizível, histórica e linguisticamente definido. Pelo conceito de interdiscurso, Pêcheux nos indica que sempre já há discurso, ou seja, que o enunciável (o dizível) já está aí e é exterior ao sujeito enunciator”. Assim, a manchete mobiliza saberes e discursos já existentes e socialmente estabilizados sobre a conduta feminina em situações de violência como “ela deu abertura”, “ela provocou” ou “mulher tem que se preservar”. Esses padrões circulam amplamente funcionando como justificativas culturais que minimizam a violência contra a mulher.

A manchete, portanto, atua como uma ferramenta de reprodução de normas sociais patriarcais, reforçando no imaginário social a ideia de que a mulher deve “regular” seu comportamento para evitar a violência. Esse efeito é mediado por fatores cognitivos, afetivos e comportamentais como citado por Farias (2019), nos quais crenças sobre o que é “adequado” para uma mulher moldam a interpretação do leitor, diminuindo a empatia pela vítima e naturalizando atitudes que justificam o agressor.

A construção da figura da “vítima-responsável” é reforçada por detalhes irrelevantes para noticiar o crime ativando ideologias que transferem a culpa do agressor para a vítima. Fica evidente que é a ideologia operando na própria narrativa do crime, naturalizando a culpabilização da vítima.

Segundo Saffioti (2001, p. 131), “Se é verdade que a ordem patriarcal de gênero não opera sozinha, é também verdade que ela constitui o caldo de cultura no qual tem lugar a violência de

gênero, a argamassa que edifica desigualdades várias, inclusive entre homens e mulheres.” Nesse cenário, a ênfase dada pela manchete ao comportamento da vítima insere-se nesse “caldo de cultura” patriarcal, reforçando a naturalização das desigualdades e sustentando práticas discursivas que culpabilizam a mulher.

SD2:



Fonte: Manchete publicada no portal R7

A segunda sequência discursiva produz, já em sua superfície linguística, um efeito de dúvida em relação ao acontecimento narrado. A construção verbal “diz ter sido” desloca o foco do fato para o discurso da vítima: não se afirma que houve estupro; afirma-se apenas que ela disse que houve. Assim, o episódio é apresentado como um “relato”, uma “versão”.

Nesse sentido, o funcionamento discursivo revela como o sujeito é interpelado a partir do lugar social que ocupa e de como esse lugar determina o modo como ele pode ser significado. O indivíduo, no mundo, ocupa diferentes lugares sociais, como o de pai, mãe, e é a partir desses lugares que ele é interpelado em sujeito do discurso. Como aponta Grigoletto (2008), “o sujeito sempre fala de um determinado lugar social, o qual é afetado por diferentes relações de poder, e isso é constitutivo de seu discurso”. Assim, a inscrição do sujeito em determinado discurso estabiliza

o lugar social que ele ocupa, enquanto esse lugar social condiciona as possibilidades de dizer e de ser dito.

Na SD2, observa-se que a nomeação “garota de programa” não é neutra: ela aciona uma memória discursiva marcada por estigmas historicamente associados ao trabalho sexual e reinscreve a mulher em um lugar social marginalizado. Este, por sua vez, determina o modo como ela é significada no discurso jornalístico, que a posiciona como um sujeito cujo dizer é estruturalmente colocado sob suspeita. A construção “diz ter sido” reforça esse efeito, pois desloca o foco do acontecimento para o dizer da vítima, produzindo um efeito de dúvida ancorado não em critérios objetivos, mas no lugar social que ela ocupa.

O enunciado insere-se em uma FD machista, na medida em que os sentidos que produz derivam de um funcionamento ideológico que subordina a credibilidade das mulheres a critérios de gênero e moralidade. Nessa FD, determinadas mulheres são tomadas como legítimas para ocupar a posição de vítima, enquanto outras são deslocadas para lugares discursivos de suspeição e descrédito. Na SD analisada, a vítima é identificada como uma categoria que, dentro dessa FD, é atravessada por uma memória discursiva que associa trabalho sexual à ausência de respeitabilidade e, portanto, à impossibilidade de “verdadeira” violência sexual.

A vítima, ao não corresponder ao ideal normativo de feminilidade, reforça a operação da FD machista. É esta Formação discursiva que sustenta sentidos naturalizados como a crença de que trabalhadoras sexuais “não podem ser estupradas” ou de que “o ato sexual faz parte do trabalho”, apagando a violência e deslocando o foco para a moralidade da vítima. O discurso midiático reinscreve a vítima em uma posição discursiva que limita sua possibilidade de ser reconhecida como sujeito legítimo da própria experiência de violência.

No caso dessa manchete, a identidade social da vítima é mobilizada de modo a construir o efeito de que ela seria uma

espécie de “vítima-responsável”, justamente porque o discurso sugere que, ao se colocar na situação de garota de programa, teria assumido riscos que a afastariam da posição de inocência plena. Essa operação discursiva faz com que a violência seja interpretada como algo supostamente decorrente de suas próprias escolhas, o que desloca o foco do agressor para a moralidade e o comportamento da vítima.

Assim, a manchete reinscreve a mulher em uma posição na qual sua credibilidade é fragilizada e sua legitimidade como sujeito de violência é condicionada ao cumprimento de um ideal normativo de feminilidade. Ao ativar esse imaginário, o discurso reforça a ideia de que certas mulheres, especialmente aquelas associadas ao trabalho sexual, estariam fora do lugar legítimo de vítimas.

Considerações finais

A análise evidencia como os discursos midiáticos, ao se materializarem em manchetes e escolhas lexicais aparentemente neutras, operam como espaços de reprodução de ideologia que regulam corpos, sujeitos e sentidos. Compreende-se que tais discursos não são somente transmissões de informações, mas práticas sociais atravessadas por FDs que determinam o que pode e deve ser dito. No âmbito da violência de gênero, essas FDs, ancoradas no patriarcado como sistema de dominação e exploração, produzem efeitos que deslocam a responsabilidade da violência do agressor para a vítima, legitimando mecanismos simbólicos de culpabilização que se tornam socialmente naturalizados.

As manchetes analisadas demonstram como o jornalismo contribui para a manutenção de imaginários sociais que reforçam desigualdades de gênero. Esse funcionamento confirma o papel da mídia enquanto AIE, como formulado por Althusser. A imprensa opera como um espaço privilegiado de produção e reprodução de ideologias que legitimam estruturas sociais de

poder. Seja ao enfatizar determinado comportamento da mulher, seja ao insinuar dúvida quando ao seu relato, o discurso midiático reinscreve a vítima em um lugar discursivo de suspeição e deslegitimação, sustentando a figura da “vítima-responsável”.

Essa construção torna-se possível porque o interdiscurso já disponibiliza uma memória de sentidos que associam determinadas condutas femininas, como exercer o trabalho sexual, à quebra de normas morais e, portanto, à suposta corresponsabilidade pela violência sofrida. Assim, a violência sexual passa a ser lida como uma consequência possível e até esperada quando a mulher “sai” de seu lugar normativo. A ideologia patriarcal opera, portanto, pela via discursiva, transformando aquilo que deveria ser denunciado em algo supostamente provocado ou facilitado pela própria vítima.

Nesse funcionamento, o agressor é apagado e a violência é reinterpretada à luz de valores patriarcais que regulam a conduta das mulheres. Assim, a AD revela como o discurso jornalístico pode manter, atualizar ou tensionar estruturas ideológicas. Ao desvelar os mecanismos que produzem sentidos de responsabilização da vítima, torna-se possível compreender que a naturalização da violência de gênero não decorre apenas de práticas explícitas de controle, mas também de processos simbólicos sutis que operam no cotidiano discursivo.

Portanto, a análise mostra que enfrentar a violência contra a mulher implica também enfrentar os discursos que a sustentam. Identificar e compreender tais mecanismos amplia o olhar crítico sobre a mídia, mas especialmente, oferece caminhos para a produção de práticas discursivas que desestabilizem o imaginário da “vítima-responsável” e fortaleçam modos de significar as mulheres como sujeitos plenos, dignos de credibilidade, proteção e justiça.

Referências bibliográficas

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado (notas para uma investigação)**. In: ALTHUSSER, L. **Posições**. Rio de Janeiro: Graal, 1974.

FARIAS, M. G. **Culpabilização de mulheres vítimas de estupro: subtipos femininos e variáveis correlatas**. 167 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

GOBATTO, L. S. **O efeito da tecno(ideo)logia na produção/circulação do discurso jornalístico: as eleições de 2018 e o Facebook**. 275 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, 2023.

GRIGOLETTO, E. **Do lugar discursivo à posição-sujeito: os movimentos do sujeito-jornalista no discurso de divulgação científica**. In: CAZARIN, E. A.; GRIGOLETTO, E.; MITTMANN, S. (org.). **Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua**. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

INDURSKY, F. **Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso**. In: MITTMANN, S.; GRIGOLETTO, E.; CAZARIN, E. A. (org.). **Práticas discursivas e identitárias: sujeito & língua**. Porto Alegre: Nova Prova; PPG-Letras/UFRGS, 2008.

KIFER, C.; CAETANO, C. Mulher aceita tomar cerveja com desconhecido e é estuprada em Neves. **O Tempo**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/mulher-aceita-tomar-cerveja-com-desconhecido-e-e-estuprada-em-neves-1.878811>. Acesso em: 15 ago. 2025.

LEANDRO FERREIRA, M. C. **O quadro atual da análise de discurso no Brasil**. *Letras*, n. 27, p. 39–46, 2003.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. São Paulo, 2013.

PÊCHEUX, M. **Análise automática do discurso (AAD-69)**. In: GADET, F.; HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução de E. Orlandi. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de E. Orlandi. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, H. I. B. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. *Cadernos Pagu*, p. 115–136, 2001.

GAROTA de programa diz ter sido estuprada. **R7 Notícias**, 15 dez. 2022. Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/balanco-geral-df/videos/garota-de-programa-diz-ter-sido-estuprada-15122022/>. Acesso em: 15 ago. 2025.

OS SENTIDOS DA CIRURGIA PLÁSTICA NO DISCURSO MIDIÁTICO SOBRE MULHERES

Teresa Raquel Silva Alencar⁵¹

Nas últimas décadas, a cirurgia plástica tornou-se um tema recorrente na mídia, circulando entre reportagens, entrevistas, campanhas publicitárias e relatos pessoais que enfatizam seus benefícios estéticos, terapêuticos ou emocionais. Essa presença constante no espaço midiático contribui para a constituição de sentidos sobre o corpo feminino, cuja aparência é, historicamente, campo de disputas ideológicas e práticas de controle social. Ao mesmo tempo em que se promove a ideia de autonomia, autocuidado e empoderamento, proliferam discursos que denunciam riscos, arrependimentos e impactos físicos e simbólicos desses procedimentos.

“Não há sentido sem interpretação e, além disso, diante de qualquer objeto simbólico o homem é levado a interpretar, colocando diante da questão: o que isto quer dizer?” (Orlandi, 2015, p. 43) dessa forma, o sentido de qualquer objeto simbólico é posto em questionamento devido a ampla variedade de significados que ele pode representar, a questão “o que isto quer dizer?” se alia com a necessidade humana de compreender para além do que é apresentado.

A partir desse cenário de disputas simbólicas em torno da representação do corpo feminino, este estudo se orienta pela seguinte pergunta norteadora: De que modo as formações discursivas presentes na mídia, entre 2020 e 2025, interpelam o sujeito feminino ao representar a cirurgia plástica?

⁵¹ Teresa Raquel Silva Alencar, mestranda em linguística, pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Bolsista CAPES. Email:teresaraquel895@gmail.com

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar o discurso midiático sobre a cirurgia plástica no que diz respeito ao corpo feminino, interpretando como se constituem e se confrontam. Especificamente, busca-se identificar as formações discursivas que sustentam a valorização da cirurgia plástica como prática de empoderamento e autocuidado; observar os sentidos que problematizam essa prática a partir de discursos de alerta, arrependimento e sofrimento; e compreender os efeitos ideológicos que atravessam essas representações do corpo feminino.

O arquivo deste estudo é formado por matérias jornalísticas publicadas entre 2020 e 2025 em veículos como BBC Brasil, G1 e *Marie Claire*, que apresentam relatos de mulheres submetidas a procedimentos estéticos. Esses textos foram selecionados por evidenciarem tanto narrativas que associam a cirurgia plástica à autoestima, ao empoderamento e à conquista pessoal, quanto enunciados que problematizam essa prática a partir do trauma, do arrependimento ou do sofrimento. A análise comparativa desse material, ancorada na Análise do Discurso Materialista, organiza-se pelo gesto de descrição, “é somente ao dar lugar à descrição pelo exercício parafrástico que a evidência do conteúdo será relativizada e o analista poderá dar consequência ao movimento da interpretação para compreendê-lo em seus pré-construídos” (LAGAZZI, 2015, p. 86) o que orienta o analista a deslocar o efeito de evidência dos sentidos e a operar no batimento entre descrição e interpretação.

Consideramos a materialidade digital das matérias, títulos, imagens, relatos, enquadramentos e modos de circulação, como constitutiva dos efeitos de sentido. Dessa forma, buscamos compreender como as formações discursivas presentes no discurso midiático interpelam o sujeito feminino, estabilizam determinados sentidos sobre o corpo e, simultaneamente, deixam emergir fissuras que tensionam a normatividade estética dominante.

Diante desse cenário, a relevância deste estudo se inscreve tanto no campo dos estudos discursivos quanto no debate social sobre corpo, gênero e mídia, na medida em que problematiza como sentidos aparentemente naturais sobre a cirurgia plástica são produzidos, legitimados ou tensionados no espaço público. A articulação entre Análise do Discurso Materialista e o arquivo selecionado permite observar não apenas o que se diz sobre o corpo feminino, mas sobretudo como esses dizeres sustentam posições de sujeito, normatividades estéticas e regimes de visibilidade. Além disso, ao delimitar o recorte temporal de 2020 a 2025 e concentrar-se em matérias de grande circulação, este trabalho busca compreender os efeitos ideológicos que operam na constituição desses discursos.

Por fim, este percurso introdutório abre caminho para a análise que se seguirá, organizada pela descrição e interpretação dos enunciados do arquivo, a fim de compreender os modos pelos quais a mídia participa da produção e da circulação de sentidos sobre o corpo feminino e suas práticas de intervenção estética.

Apresentação dos eixos conceituais

Assim, voltando o apoio teórico fundamentado nas teorias de Michel Pêcheux, as principais categorias de análise são: Formação Discursiva, Interdiscurso, Sujeito, Efeitos de Sentido e Ideologia, que serão os pontos de cruzamento entre a teoria materialista e o arquivo a ser analisado, buscando, por meio delas, o entendimento da pluralidade de sentidos existentes na materialização do discurso por meio da linguagem, visto isso, (Camargo, 2019, p.170) descreve os conceitos do Campo Discursivo para o autor:

O Campo Discursivo, para Michel de Pêcheux, é construído a partir de seis conceitos: história, sujeito, língua, ideologia, sentido e discurso, propriamente dito.

Nessa perspectiva, a linguagem re apresenta a materialização do discurso dentro de uma exterioridade, que é social. Nesta, cada sujeito está ocupado de uma posição não fixada, mas determinada pela sua inscrição ideológica.

Assim, ao analisar a estrutura conceitual da Análise de Discurso, é possível apontar pilares que compõem o campo discursivo em Michel Pêcheux. Ao elencar história, sujeito, língua, ideologia, sentido e discurso como elementos constitutivos desse campo, o autor destaca esses conceitos que não operam isoladamente, mas em articulação.

A abordagem considera a materialização da linguagem perante a exterioridade, e como essa materialização revela a ideologia, afastando a ideia de interpretações fixas. Ao interpretar esses sentidos, apresenta o conceito de formação discursiva, que exige do sujeito adequação do dizer diante da exterioridade, sendo assim, os sentidos não ficam reféns da certeza, ante a ambiguidade da linguagem. A análise sustenta-se na necessidade de adequação da linguagem no momento da sua materialização por meio do discurso, dessa forma revelando sua ideologia.

Para Pêcheux (1995, p.160) o conceito de Formações Discursivas (FD) é evidenciado como: “Chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito.” Ou seja, a forma de articulação da formação ideológica, servindo às regras de produção e conjuntura previamente determinadas. Para o autor, a FD é a fonte da constituição dos sentidos, diferentes grupos sociais, classes ou instituições possuem suas próprias formações discursivas, que orientam o que é falado ou silenciado.

Ou seja, diferentes Formações Discursivas refletem o político e social, visto que, ao observar onde ela se insere e como

se manifesta, é possível repensar as estruturas de poder. Por exemplo, quando se fala de discursos políticos e midiáticos, as FD que têm mais peso de articulação ideológica têm mais repercussão, e até mesmo reconhecimento, visto que coordena o que pode e deve ser dito. Para Orlandi (2015, p.45):

O sentido é assim uma relação determinada do sujeito - afetado pela língua - com a história. É o gesto de interpretação que realiza essa relação do sujeito com a língua, com a história, com os sentidos. Esta é a marca da subjetivação e, ao mesmo tempo, o traço da relação da língua com a exterioridade: não há discurso sem sujeito. E não há sujeito sem ideologia. Ideologia e inconsciente estão materialmente ligados. Pela língua, pelo processo que acabamos de descrever.

Esse conceito questiona o sujeito da linguística estrutural e a ideia de sentido autônomo, destacando que o dizer está sempre condicionado por um conjunto de regras históricas, sociais e ideológicas que determinam o que pode ser dito, por quem, e em que contexto. Ou seja, na AD ocorre um assujeitamento da posição do sujeito. Para o autor, as Formações Discursivas operam no interior das formações ideológicas e, por isso, não se trata apenas de um conjunto temático ou léxico, mas de um modo de articulação entre linguagem e ideologia, mediado pela história.

Ademais, Orlandi (2005, p.11), complementa e desenvolve com: “O dizer está, pois, ligado às suas condições de produção. Há um vínculo constitutivo ligando o dizer com a sua exterioridade” o que evidencia a limitação da ideia de liberdade discursiva, visto que, as FD se comportam para a exterioridade, em uma relação de obediência e vinculado às condições de produção, o que não significa necessariamente um sistema emancipado, e sim, unido as condições. O sujeito nesse campo discursivo se comporta de acordo com a situação e conjuntura, se

expressando de forma a unir o dizer e suas condições de produção. Para Orlandi (2015, p.44):

O trabalho da ideologia: produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência. Podemos começar por dizer que a ideologia faz parte, ou melhor, é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer.

Dessa forma, a ideologia não é apenas um conjunto de ideias, mas uma força ativa que estrutura a maneira como os indivíduos se relacionam com a realidade. Ela atua como condição para que o sujeito se reconheça dentro de determinadas posições sociais. Quando a autora menciona que a ideologia constitui os sujeitos, voltamos a ideia de que ele é construído com essas ideologias que moldam a forma com que ele se expressa e é percebido na sociedade. Assim, a ideologia se torna peça chave para entender os conceitos estudados, pois as formações ideológicas tem o poder de mover as formações discursivas, a memória e o sujeito.

Entender a esfera do sujeito exige que a noção de condição de produção e efeitos de sentido sejam exploradas, principalmente quando se fala da análise de Formações Discursivas. As condições de produção fazem parte do fazer discursivo e influenciam na relação de sentidos, é uma questão que independe da temporalidade, sendo um possível um discurso se relacionar com sentidos anteriores, presentes e posteriores. É uma visão que delinea o discurso como um emaranhado, sem fim e que sempre estabelece relações com quem produz, escuta e perpetua. Para Orlandi (2015, p. 47):

O trabalho ideológico é um trabalho da memória e do esquecimento pois é só quando passa para o anonimato que o dizer produz seu efeito de literalidade, a impressão do sentido-lá: é justamente quando esquecemos quem disse "colonização", quando, onde e por-quê, que o sentido de colonização produz seus efeitos. Da mesma forma, é sob o modo da impressão do sentido-lá, com a memória já trabalhada pelo esquecimento, que o dirigente sindical e o dos docentes assinam uma faixa negra com palavras que falam em voto e medo, inscrevendo-se na filiação dos sentidos produzidos pelo fascismo, tendo a ilusão que os sentidos ali significam segundo sua vontade imediata. O dizer tem história.

Fixa-se essa ideia de que o sujeito é dependente da ideologia e que a condição de produção influencia o discurso em qualquer temporalidade. É importante refletir sobre os conceitos de esquecimento e como eles articulam com a memória discursiva, que está permeada de ideologias. Apagando a origem dos discursos, mantendo a carga ideológica. Esse apagamento, feito pela memória atravessada pelo esquecimento, permite que certos termos, ou até discursos políticos, carreguem sentidos prontos, herdados historicamente, agindo como se sempre tivessem existido, mesmo quando usados com outras intenções. Assim, o dizer nunca é neutro ou livre: ele carrega uma história.

Sendo assim, para Pêcheux (1995 p. 162): “Propomos chamar interdiscurso a esse “todo complexo dominante” das formações discursivas, esclarecendo que também ele é submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que, como dissemos, caracteriza o complexo de formações ideológicas.” Ao esboçar a formação ideológica como um bloco, as formações discursivas são como peças, que podem ou não estar interligadas, fazendo parte dessa formação ideológica abrangente. Porém, as peças (FD), podem ter tamanhos e influências diferentes, a depender de quem enuncia, de onde é enunciado.

Em suma, Pêcheux (1995) entrelaça os conceitos de formação discursiva, sujeito, interdiscurso, ideologia e memória discursiva. Sendo as formações discursivas o aporte que o sujeito utiliza para realizar o discurso, as ideologias o meio que as FD se organizam (de forma inconsciente), os interdiscursos (memória discursiva) são outros discursos presentes, já-ditos e complementados pelo sujeito, agindo como possibilidade de transformação dos significados ao longo do tempo.

Descrição e interpretação: análise discursiva das representações midiáticas sobre a cirurgia plástica

O arquivo é composto por três matérias jornalísticas de ampla circulação publicadas entre 2020 e 2025, produzidas por veículos distintos, *G1*, *BBC Brasil* e *Marie Claire*, que funcionam como diferentes posições enunciativas dentro do campo midiático. Cada recorte textual foi selecionado por evidenciar modos específicos de produção de sentidos sobre a cirurgia plástica, permitindo observar não apenas a heterogeneidade discursiva, mas também os pontos de estabilização e tensão que atravessam as representações do corpo feminino.

Trecho 1: “Empresária morta em cirurgia: entenda riscos e limites para fazer plásticas combinadas” (G1, 09/07/2025)

Apresenta uma notícia ligada à um acontecimento trágico. A materialidade da notícia enfatiza risco, urgência e responsabilização médica, produzindo sentidos associados ao perigo, ao excesso e ao limite do corpo. A inserção desse texto no arquivo permite observar como o discurso jornalístico assume um tom de alerta, operando pela lógica da excepcionalidade e da medicalização do risco.

Trecho 2: “O que é bichectomia e por que médicos temem sua ‘banalização’ impulsionada por celebridades” (BBC News Mundo, 15/10/2020)

Articula informação técnica e opinião especializada para problematizar o crescimento de um procedimento estético motivado pela visibilidade de influenciadoras e artistas. A presença do discurso médico, aliada à crítica à “banalização”, produz efeitos de autoridade, tensionando a relação entre desejo individual, padrões estéticos e legitimação biomédica.

Trecho 3: “O novo rosto de Anitta: perguntamos a médicas quais poderiam ser os procedimentos estéticos feitos pela cantora” (Marie Claire, 30/06/2025)

Opera pela lógica da celebridade e do entretenimento. Ao explorar a aparência da artista e especular sobre possíveis intervenções, o texto introduz sentidos de curiosidade, espetáculo e consumo do corpo feminino. A ancoragem midiática no universo das celebridades permite observar como a cirurgia plástica é naturalizada como parte da manutenção da imagem pública, funcionando como modelo identificatório para leitoras.

A compreensão dos trechos selecionados, G1, BBC Brasil e Marie Claire, requer observar como cada enunciado se inscreve no que Pêcheux (1995) define como campo discursivo, espaço no qual a língua, a história, a ideologia e o sujeito se entrecruzam, produzindo os efeitos de sentido possíveis em cada materialidade. O que significa que qualquer formulação jornalística é, antes de tudo, atravessada por memórias discursivas e por posições históricas de fala que delimitam o dizer. Assim, os discursos sobre cirurgia plástica, risco, influência das celebridades ou

responsabilidade feminina não surgem espontaneamente: eles se materializam porque há condições de produção que os autorizam, estabilizam e legitimam. Segundo Orlandi (2015, p. 30):

alguma coisa mais forte - que vem pela história, que não pede licença, que vem pela memória, pelas filiações de sentidos constituídos em outros dizeres, em muitas outras vozes, no jogo da língua que vai-se historicizando aqui e ali, indiferentemente, mas marcada pela ideologia e pelas posições relativas ao poder - traz em sua materialidade os efeitos que atingem esses sujeitos apesar de suas vontades.

Nesse funcionamento, torna-se fundamental observar como diferentes Formações Discursivas (FD) e a memória discursiva organizam o dizer sobre o corpo feminino. No caso da reportagem da Marie Claire, a FD do empoderamento neoliberal orienta os sentidos da cirurgia plástica como projeto individual, gerenciamento corporal e exercício de autonomia. Como formula Pêcheux (1997), é a FD que determina “o que pode e deve ser dito”, e aqui o que pode ser dito sobre a celebridade é que ela “escolhe”, “decide”, “investe em si”, produzindo o efeito imaginário de liberdade que, segundo Orlandi (2015), mascara a dependência estrutural do sujeito à ideologia. O corpo aparece como território de agência total, ao mesmo tempo em que se oculta o campo social que prescreve essa agência como dever, sobretudo para mulheres. Ou seja, Orlandi (2015, p.30)

O dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas "nossas" palavras. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele. Por isso é inútil, do ponto de vista discursivo, perguntar para o sujeito o que ele quis dizer quando disse “x” (ilusão da entrevista *in loco*). O que

ele sabe não é suficiente para compreendermos que efeitos de sentidos estão ali presentificados.

Na matéria da BBC, observa-se a FD da banalização médica, marcada por expressões como “médicos temem” e “influência das celebridades”. Ela funciona ao reinscrever discursos já sedimentados sobre juventude, redes sociais e busca pela aparência ideal, convocando uma memória discursiva que antecede a reportagem e que dá inteligibilidade ao acontecimento. Aqui, o interdiscurso, o conjunto de já-ditos, sustenta a produção de sentidos: o medo da influência digital, a patologização do desejo por mudanças corporais, a moralização da busca estética. Como lembra Orlandi (2015), é pela memória e pelo esquecimento que os discursos se estabilizam; por isso, certos sentidos parecem “naturais”, quando, na verdade, são efeitos de repetições históricas.

Ao articular esses elementos, torna-se evidente que o sujeito feminino é sempre interpelado de modos distintos, mas convergentes: seja pela promessa de autonomia, seja pelo risco regulado, seja pela banalização moralizante. Em todos os casos, há o efeito de evidência, interpelando as mulheres em sujeitos, fazendo com que pareça natural desejar operar o corpo, temer procedimentos ou responsabilizar-se moralmente por escolhas estéticas. O corpo feminino é, portanto, significável dentro de fronteiras determinadas pelas FD que o atravessam, fronteiras que delimitam o que é permitido, prescrito ou interdito dizer sobre ele.

Dessa forma, o diálogo entre os conceitos centrais da Análise do Discurso Materialista, formação discursiva, interdiscurso, sujeito, ideologia e efeitos de sentido, e os trechos selecionados evidencia que o discurso midiático não apenas informa, mas produz regimes de verdade sobre o corpo feminino. Esses regimes funcionam por regularidades, repetições e deslocamentos, compondo um campo discursivo no qual a

cirurgia plástica aparece ora como empoderamento, ora como ameaça, ora como problema moral. Em todos os casos, é a estrutura discursiva que permite que tais sentidos se estabilizem e circulem, reforçando posições de sujeito específicas para as mulheres no contemporâneo.

Considerações finais

A análise dos três trechos jornalísticos, G1, BBC Brasil e Marie Claire, evidencia que as representações midiáticas sobre a cirurgia plástica não constituem um conjunto homogêneo de sentidos, mas se organizam em diferentes Formações Discursivas (FD) que delimitam modos específicos de significar o corpo feminino. Observou-se que cada materialidade, ao se inscrever no campo discursivo, atualiza memórias, posições ideológicas e regularidades históricas que permitem compreender por que determinados sentidos aparecem como naturais, legítimos ou evidentes.

A reportagem do G1 atualiza uma FD marcada pelo risco e pela responsabilização médica, produzindo efeitos de alerta e reforçando a lógica da excepcionalidade. Já o texto da BBC reinscreve a FD da banalização, sustentada por discursos sobre a influência das redes sociais, a vulnerabilidade dos jovens e o temor médico diante da ampliação dos procedimentos estéticos. Por sua vez, a matéria da Marie Claire articula sentidos vinculados à celebridade, ao espetáculo e ao gerenciamento contínuo da aparência, mobilizando uma FD que naturaliza a transformação corporal como prática de autonomia, autocuidado e atualização permanente.

Ao observar esses funcionamentos, torna-se possível compreender que o sujeito feminino é interpelado de diferentes maneiras, mas sempre dentro das fronteiras ideológicas que regulam o que pode e deve ser dito sobre o corpo. Seja pela via do empoderamento, do risco ou da banalização, essas materialidades produzem regimes de verdade que atravessam a experiência

contemporânea da feminilidade, convocando as mulheres a ocuparem posições específicas, a paciente cautelosa, a jovem influenciável, a celebridade-modelo, a consumidora de procedimentos, a responsável moral por suas escolhas estéticas.

Assim, retomar os conceitos da Análise do Discurso Materialista, formação discursiva, interdiscurso, sujeito e memória, possibilita compreender que esses discursos não apenas descrevem a cirurgia plástica, mas participam ativamente da construção de sentidos que organizam práticas, expectativas e comportamentos sociais. As matérias analisadas mostram que a cirurgia plástica é significada ora como solução, ora como perigo, ora como desejo, e essa oscilação revela o modo como o corpo feminino é regulado, administrado e inscrito em jogos de poder que atravessam a mídia contemporânea.

Desse modo, a análise evidencia que a mídia não apenas reflete discursos já existentes, mas também contribui para sua circulação e estabilização, produzindo efeitos de naturalização que atuam na constituição das mulheres enquanto sujeitos interpelados pelas normas estéticas, biomédicas e morais do presente.

Referências Bibliográficas

CAMARGO, C. M. dos S. **Memória discursiva e a Análise do Discurso na perspectiva pecheuxtiana e sua relação com a memória social.** *Saber Humano: Revista Científica da Faculdade Antonio Meneghetti*, v. 9, n. 14, p. 167–181, 2019.

G1. Empresária morta em cirurgia: entenda riscos e limites para fazer plásticas combinadas. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/noticia/2025/07/09/empresaria-morta-em-cirurgia-entenda-riscos-e-limites-para-fazer-plasticas-combinadas.ghtml>. Acesso em: 20 nov. 2025.

GIL, I. O que é bichectomia e por que médicos temem sua “banalização” impulsionada por celebridades. *BBC News*

Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-54555192>. Acesso em: 20 nov. 2025.

LAGAZZI, S. **Em torno da prática discursiva materialista**. *Organon*, Porto Alegre, v. 30, n. 59, p. 85–100, jul./dez. 2015.

MARIE CLAIRE. **O novo rosto de Anitta: perguntamos a médicas quais poderiam ser os procedimentos estéticos feitos pela cantora**. Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/beleza/noticia/2025/06/o-novo-rosto-de-anitta-perguntamos-a-medicas-quais-poderiam-ser-os-procedimentos-esteticos-feitos-pela-cantora.ghtml>. Acesso em: 20 nov. 2025.

ORLANDI, E. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2015.

ORLANDI, E. P. **Michel Pêcheux e a Análise de Discurso (Michel Pêcheux et l'Analyse de Discours)**. *Estudos da Língua(gem)*, v. 1, n. 1, p. 9–13, 2005.

PÊCHEUX, M.; ORLANDI, E. P. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

**“E DAÍ? LAMENTO. QUER QUE EU FAÇA O QUÊ?
EU SOU MESSIAS, MAS NÃO FAÇO MILAGRE”:
EFEITOS DE SENTIDO SOBRE A MORTE O LUTO
NO DISCURSO DE JAIR BOLSONARO NA
PANDEMIA DA COVID-19**

Jomson Teixeira da Silva Valoz⁵²

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde anunciou que o mundo vivia a pandemia de Covid-19, causada pelo coronavírus SARS-CoV-2. A crise sanitária instaurada produziu efeitos que ultrapassaram a esfera da saúde, atingindo a economia, as relações sociais e questões subjetivas como o direito à circulação, especialmente diante das medidas de contenção, entre elas o *lockdown*, que fechou fronteiras, escolas, empresas e lares. Embora necessárias, tais medidas também foram traumáticas. Inicialmente, acompanhávamos à distância os números alarmantes de mortes diárias. Contudo, em pouco tempo, os números se tornaram nomes e as estatísticas passaram a se materializar como perdas concretas de familiares, amigos e conhecidos, transformando a perplexidade inicial em desespero diante de despedidas abruptas e cruéis.

Além do isolamento físico, outro fechamento se impôs: o dos caixões que não podíamos velar. Foi negado aos familiares o ritual do velório, importante para simbolizar a despedida e elaborar o luto. É nesse cenário histórico que situamos este estudo, cujo objetivo é analisar, à luz da Psicanálise e da Análise

⁵²Mestre e Doutor em Linguística pela Universidade Federal de Alagoas. Pós-doutorando em Linguística pela Universidade Federal de Alagoas na linha de pesquisa Sujeito, História e Ideologia. Professor de Linguística da Universidade de Pernambuco, campus de Garanhuns. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas e do Mestrado Profissional em Letras da Universidade de Pernambuco. Email: jomson.silva@upe.br.

Materialista de Discurso, os efeitos de sentido sobre morte e luto no discurso do então Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, durante a pandemia.

A pesquisa, de natureza teórica e fundamentada em procedimentos documental e bibliográfico, toma como *corpus* Sequências Discursivas provenientes de entrevistas e comentários de Bolsonaro em redes sociais sobre as mortes causadas pela Covid-19. Pretende-se compreender como a posição-sujeito presidente atualiza sentidos sobre morte e luto no contexto pandêmico.

Para isso, no campo da Psicanálise, mobilizamos o texto *Luto e Melancolia* (Freud, 1915/1917)⁵³ e a crítica proposta por Allouch em *A erótica do luto no tempo da morte seca* (2024). Na Análise do Discurso, adotamos a concepção de discurso como efeitos de sentido entre interlocutores (Pêcheux, 1997) e categorias como posição-sujeito, Formação Discursiva e Formação Ideológica. Como gesto de análise que evidencia a falha e a resistência ao discurso presidencial, incluímos também a análise discursiva da charge “E DAÍ?”, de Duke (2020).

Luto e melancolia em Freud e as crítica de Allouch

No texto clássico *Luto e Melancolia*, escrito em 1915, mas publicado originalmente em 1917, Freud expõe uma articulação clínica e teórica entre dois estados afetivos de perda: o luto e a melancolia, como demonstra, obviamente, o título do ensaio. Conforme defende o psicanalista, esses dois estados surgem como reações psíquicas à perda de um objeto amado. Esse objeto pode ser uma pessoa, como um ente querido, mas pode ser também qualquer outro objeto em que se investe a libido, uma ideia ou uma abstração simbólica, como no caso de alguém que deixa sua

⁵³ Neste texto, faremos uso da tradução de 2006, coordenada por Luiz Alberto Hanns. Dessa forma, as citações diretas serão referenciadas a partir dessa tradução.

pátria devido a uma guerra ou perde um ideal devido a uma frustração. Segundo Freud (2006), o que diferencia esses dois estados psíquicos é que, enquanto o luto é considerado uma reação esperada e transitória, a melancolia apresenta-se como uma patologia de natureza enigmática, marcada por um desconhecimento do objeto perdido e pela autorrecreminação do sujeito que perde o objeto (Freud, 2006, p. 106). Nas palavras do autor,

O luto, de modo geral, é a reação à perda de um ente querido, à perda de alguma abstração que ocupou o lugar de um ente querido, como o país, a liberdade ou o ideal de alguém, e assim por diante. Em algumas pessoas, as mesmas influências produzem melancolia em vez de luto; por conseguinte, suspeitamos de que essas pessoas possuem uma disposição patológica. Também vale a pena notar que, embora o luto envolva graves afastamentos daquilo que constitui a atitude normal para com a vida, jamais nos ocorre considerá-lo como sendo uma condição patológica e submetê-lo a tratamento médico. Confiamos em que seja superado após certo lapso de tempo, e julgamos inútil ou mesmo prejudicial qualquer interferência em relação a ele.

Como podemos compreender da descrição elaborada por Freud das condições do luto e da melancolia, o primeiro é o processo pelo qual o sujeito se desinveste libidinalmente do objeto perdido. Para o autor, esse trabalho de desinvestimento, embora doloroso, é necessário para permitir que a libido seja reinvestida em outros objetos e, por isso não se faz necessária nenhuma intervenção, pois “embora ele implique graves desvios do comportamento normal, nunca nos ocorreria considerá-lo um estado patológico”, pois se confia que “após determinado período, o luto será superado” (Freud, 2006, p. 103).

Dessa forma, embora o luto seja um processo no qual o mundo do enlutado torna-se empobrecido e o interesse pela realidade diminua, há, ao longo do tempo, um desligamento progressivo das representações ligadas ao objeto perdido. O luto, assim, inscreve-se como um processo finito e necessário para a reestruturação psíquica diante da perda.

Entretanto, essa formulação freudiana do luto como trabalho de desinvestimento progressivo e sua superação por substituição do objeto perdido por outro foi duramente criticada por psicanalistas contemporâneos, entre eles Jean Allouch. Em sua obra *A erótica do luto no tempo da morte seca* (2004), Allouch retoma o texto de Freud, interrogando seus pressupostos e propondo um deslocamento significativo no modo de se compreender a perda.

Para Allouch (2004), a proposta freudiana de substituição do objeto perdido por um novo objeto é uma tentativa de apagar a perda, promovendo um tipo de “luto administrável” que nega, em última instância, a singularidade da dor. Segundo ele, “a ideia de superação do luto pela via da substituição é uma armadilha da lógica do capital simbólico” (Allouch, 2004), pois pressupõe que todos os objetos são substituíveis. A crítica Allouchiana propõe, ao contrário, que o luto não é algo que se elabora até ser superado, mas um processo de descontinuidade e de ausência que não se resolve. Dessa forma, o processo de luto se transforma e se reinscreve, mas nunca termina.

Em continuação a sua argumentação crítica em relação a proposta de Freud (2006), Allouch (2004) põe em xeque também o modo pelo qual Freud aborda a perda como algo do “objeto”, quando, na verdade, a perda no luto, segundo Allouch é acima de tudo, uma perda de si, ou seja, a perda de uma parte do sujeito que se foi com o objeto. É nessa direção que argumentam Mota e Ginach (2021), ao corroborar a concepção de Allouch (2004), que entende o luto como perda de um “pedaço de si”, e não apenas do outro. É nesse sentido que interpretamos a defesa de Allouch (2004) de que o luto não termina pela substituição de um objeto

libidinal por outro, uma vez que, nesse evento, não só o outro é perdido, mas uma parte do próprio sujeito que o perdeu.

Além disso, Allouch (2004) propõe que a tentativa de simbolização do luto, tal como descrita por Freud, pode ser insuficiente quando enfrentamos um tipo de morte que ele denomina “seca”, aquela que não permite seu testemunho, seu ritual, sua despedida. Essa argumentação de Allouch (2004), de certa forma, justifica a inserção da Psicanálise neste trabalho.

Dizemos isso, porque, a experiência do luto na pandemia de COVID-19 se aproxima perigosamente da melancolia, pois como dissemos na Introdução, durante o cenário pandêmico muitos sujeitos foram impedidos de elaborar o luto simbolicamente por meio dos rituais fúnebres, como os velórios, devido a possibilidade de contaminação pelo vírus e da exigência de evitar a aglomeração. É por isso que afirmamos haver dois *lockdowns* durante a pandemia: aquele que nos prendeu em nossas casas e aquele que nos impediu de abrir os caixões e velar nossos mortos, nos privou da possibilidade de testemunhar a perda e assim, simbolizar nossos lutos, uma espécie de morte seca, nas palavras de Allouch.

Esse fato fez com que o luto deixasse de ser pessoal e se tornasse coletivo, agravado por uma necropolítica que banalizou as mortes e entendeu o luto “como coisa de maricas”⁵⁴. Como afirmam Mota e Ginach (2021), o luto coletivo pela pandemia foi atravessado por políticas de silenciamento, como as do governo Bolsonaro, que negou o reconhecimento das mortes e impediu a inscrição simbólica da dor da perda.

Para entendermos de forma mais didática a diferença entre o luto e a melancolia, recorreremos mais uma vez a Freud, que estabelece a diferença fundamental entre o primeiro estado e o segundo: o grau de consciência do objeto perdido. Enquanto aquele que está na posição de sujeito enlutado sabe o que perdeu

⁵⁴ Indicar que essa é uma fala de Bolsonaro. Transcrever a fala aqui e indicar a referência.

e pode nomear o objeto perdido, o sujeito na posição de melancólico sofre de uma perda que ele desconhece por não saber exatamente o que perdeu, e essa não consciência torna o sujeito melancólico, vazio e indigno. Na melancolia, o desinvestimento do objeto perdido não acontece por meio de uma retirada libidinal, mas de uma identificação narcísica com o objeto, de modo que o “eu” se torna o substituto do objeto perdido que passa a ser odiado porque se foi e, assim, o “eu” promove sua própria destruição (Freud, 2006).

Para Allouch (2004), contudo, a diferenciação descrita por Freud entre luto e melancolia tem razão de ser apenas em parte. A partir de uma leitura lacaniana, Allouch (2004) defende que o sujeito do luto não sofre apenas pela perda do outro, mas também pelo abalo na sua própria constituição psíquica, como vimos anteriormente. O que se perde no luto não é apenas o objeto, mas uma parte do sujeito que nele estava investida de forma intransponível. Nesse sentido, o luto é o lugar da alteridade do sujeito para consigo mesmo, uma vez que ele se vê como incompleto e radicalmente ferido.

Consideramos, dessa forma que, no contexto sócio-histórico da pandemia de COVID-19, essa leitura allouchiana ganha contornos ainda mais expressivos. A perda em massa acompanhado pelos noticiários, a impossibilidade dos rituais simbólicos que permitem a subjetivação do luto e o silenciamento político representado principalmente pelo chefe do Poder Executivo provocaram um tipo de luto coletivamente interdito. Como apontam Mota e Ginach (2021), esse contexto produziu uma recusa simbólica da morte e do luto, reforçando a melancolização coletiva. Os sujeitos foram impedidos de nomear, de simbolizar, de inscrever a dor que são elementos fundamentais ao trabalho do luto.

Em síntese, a leitura crítica de Allouch ao texto de Freud nos convida a pensar o luto não como processo a ser superado, com fim delimitado, mas como uma experiência constitutiva da subjetividade, que exige reconhecimento social, espaço discursivo

e escuta. Em tempos de luto negado, como no Brasil da pandemia, a inscrição simbólica da perda torna-se um ato de resistência e de afirmação da humanidade diante da banalização da morte, como percebemos nos discursos de Jair Bolsonaro, analisados adiante. O luto, como destacam Mota e Ginach (2021), é o preço do amor. Contudo, defendemos que o luto também é, nesse caso, aquele vivido no cenário pandêmico, uma questão política. Partindo dessa premissa, é que, na seção que se segue, passamos a analisar o discurso do então presidente Jair Messias Bolsonaro.

Analisando o discurso de Jair Bolsonaro: efeitos de sentido sobre a morte e o luto

A Análise do Discurso pode ser entendida como um campo que apresenta um dispositivo teórico-analítico que toma o Discurso, entendido como efeitos de sentido entre interlocutores (Pêcheux, 1997), como seu objeto. Diante disso, questionamos: que efeitos de sentido podem ser interpretados no discurso do então presidente Jair Messias Bolsonaro em relação às mortes causadas pela Covid-19 e, conseqüentemente, que deslizamentos de sentidos sobre a morte e o luto são materializados nesse discurso? Para respondermos a essa questão, precisamos observar, neste primeiro momento, alguns enunciados proferidos por Bolsonaro. Para tanto, lembremos que o discurso é esse lugar em que se intercruza a língua e a ideologia. Os discursos sobre as mortes causadas pela pandemia e sobre o luto causado por essas mortes proferidos por Bolsonaro deixam pistas que nos revelam a posição-sujeito em que o então presidente se sustenta para enunciar.

No entanto, antes de iniciar nosso gesto analítico sobre o *corpus* que baliza nossa discussão, gostaríamos de justificar a razão pela qual colocamos em tela discursos produzidos no contexto pandêmico em relação à atualidade. Para isso, convocamos Pêcheux (2015, p. 16) para o lugar de interpretação do acontecimento discursivo como aquele que se inscreve “no ponto

de encontro entre a atualidade e uma memória”. Portanto, é essa memória que buscamos resgatar para vislumbrar a possibilidade de compreendermos como as condições de produção do discurso do então presidente Jair Bolsonaro reverberam em nossa atualidade.

Colocar em perspectiva as condições de produção em que os discurso de Bolsonaro sobre a morte e o luto são produzidos implica considerar a relação entre sujeito, história e língua o que nos leva a olhar para o sujeito Bolsonaro não enquanto um sujeito empírico, mas como uma posição-sujeito e seu discurso como consequência da conjuntura histórica em que é produzido. Nesse sentido, o contexto sócio-histórico específico sobre o qual nos debruçamos é o contexto da pandemia de Covid-19, com o fito de compreendermos os possíveis efeitos de sentido produzidos discursivamente por essa posição-sujeito. Mas o que são essas condições de produção?

Elas compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação. **Também a memória faz parte da produção do discurso.** A maneira como a memória “aciona”, faz valer, as condições de produção é fundamental (...) A memória, por sua vez, tem suas características, quando pensamos em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquele que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma de pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada. (Orlandi, 2015, p. 28-29).

A memória faz parte da produção do discurso, enquanto Interdiscurso, entendido como aquilo que circunscreve as

formações discursivas como memória, diretamente ligado às formações ideológicas permitindo que os sentidos sejam possíveis. Nesse vértice, consideramos que embora o fim da pandemia tenha sido decretado em 2023, seus efeitos sócio-históricos ainda são refletidos na memória dos sujeitos, especialmente pelo silenciamento – os não-ditos – e pelo modo como Jair Bolsonaro, representante do Poder executivo à época, tratou os acontecimentos, ou em outras palavras, como ele negou esses acontecimentos, o que gerou uma espécie de violência para além da pandemia, se considerarmos que não estávamos apenas enfrentando a Covid-19, mas todas as consequências dela advindas, como o isolamento, a perda de empregos, a morte e o luto.

O silenciamento e a negação do presidente se dão devido a sua inscrição numa Formação Discursiva de extrema direita que passou a caracterizar uma onda denominada “bolsonarismo” em alusão ao seu próprio nome. Segundo Leite (2024) o bolsonarismo é um movimento liderado por Jair Messias Bolsonaro e alinhado a seus ideais manifestados politicamente. Esse fenômeno é conceituado ainda como um movimento político e social, uma vertente do fascismo político.

É nesse sentido que Indursky (2020), ao analisar o discurso do então presidente, mostra que há nesse discurso uma inscrição na posição-sujeito fascista. A morte e o luto são temas que ao serem tomados para análise no discurso do presidente, evidenciam sua posição-sujeito na ordem do bolsonarismo como uma necropolítica fascista, uma vez que ao falar de morte e luto, o então presidente, como nos elucidam Mota e Ginach (2021), supervaloriza a economia e desvaloriza a vida, como podemos perceber nas Sequências Discursivas 1 e 2⁵⁵:

⁵⁵ As falas reproduzidas aqui foram retiradas da reportagem "Tem medo do quê? Enfrenta": Lembre frases de Bolsonaro durante a pandemia” de Alex Tajra e Lucas Borges Teixeira elaborada para o site UOL, disponível em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/08/08/bolsonaro-pandemia-100-mil-mortes-fala.htm?cmpid=copiaecola> elaborada pelos

Quadro 1 – Sequências Discursivas 1 e 2

SD1: Esse vírus trouxe uma certa histeria. Tem alguns governadores, no meu entender, posso até estar errado, **que estão tomando medidas que vão prejudicar e muito a nossa economia.**" [17 de março: 291 casos oficiais e 1 morte].

SD2: **"O maior remédio para qualquer doença é o trabalho. [...]** Não podemos agir dessa maneira irresponsável. [...] **Vão quebrar o Brasil por conta do vírus?"** (27 mar. 2020)

Fonte: Adaptado de Tajra e Teixeira (2020)

Esse discurso, típico do neoliberalismo assumido pelo bolsonarismo, encara a vida humana como secundária em relação às perdas econômicas. A morte e o luto são encarados como uma questão política ou, melhor dizendo, de um ponto de vista da necropolítica. É esse contexto de produção sócio-histórico que justifica a análise aqui empreendida sobre os discursos de Bolsonaro no contexto da pandemia em relação à morte e ao luto. Essa memória discursiva é acionada ainda nos dias atuais, especialmente por aqueles que foram impossibilitados de viver e simbolizar o luto. Vejamos mais algumas Sequências Discursivas:

Quadro 2 – Sequências Discursivas de 3 a 10

SD3: "Não pode ser um jogo de números para favorecer interesses políticos. **Não estou acreditando nesses números em São Paulo.**" [27 de março: 3.417 casos oficiais e 92 mortes].

SD4: “O vírus tá aí, vamos ter de enfrentá-lo, mas enfrentar como homem, pô, não como moleque. Vamos enfrentar o vírus com a realidade. É a vida, todos nós vamos morrer um dia. ” [29 de março: 4.256 casos oficiais e 136 mortes].
SD5: “ O vírus é igual a uma chuva. Ela vem e você vai se molhar, mas não vai morrer afogado. ” [01 de abril: 6.840 casos oficiais 241 mortes].
SD6: “Ô, ô, ô, cara. Eu não sou coveiro, tá? ” [20 de abril: 40.581 casos oficiais e 2.575 mortes].
SD7: “ E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre. ” [28 de abril: 71.886 casos oficiais e 5.017 mortes].
SD8: “ A gente lamenta todos os mortos, mas é o destino de todo mundo. ” [02 de junho: 555.383 casos oficiais e 31.199 mortes].
SD9: “Eu estou no grupo de risco. Agora, eu nunca negligenciei. Eu sabia que um dia ia pegar. Infelizmente, acho que quase todos vocês vão pegar um dia. Tem medo do quê? Enfrenta! (...) Lamento. Lamento as mortes. Morre gente todos os dias de uma série de causas. É a vida, é a vida. ” [31 de julho: 2.662.485 casos oficiais e 92.475 mortes].
SD10: A gente lamenta todas as mortes, vamos chegar a 100 mil, mas vamos tocar a vida e se safar desse problema. ” [6 de agosto: 2.912.212 casos oficiais e 98.493 mortes].

Fonte: Adaptado de Tajra e Teixeira (2020)

Pelas análises das SD que compõem o arquivo da presente pesquisa, podemos tecer algumas considerações. Esses discursos remetem a um efeito de sentido de desacreditação da doença, como podemos perceber na SD3 “*Não estou acreditando nesses números em São Paulo*”. Mas há mais. Ao desacreditar do efeito mortal da doença argumentando que os números de mortos

seriam invenção de políticos para se beneficiarem, o discurso do presidente materializa um efeito de sentido de banalização da doença. A posição-sujeito assumida por Jair Bolsonaro em seus enunciados é interpelada por uma Formação Ideológica autoritária, na qual o discurso de morte e de luto é interdito. Como diz Pêcheux (1995, p. 146), “os objetos ideológicos são sempre fornecidos ao mesmo tempo que a maneira de se servir deles”. A ideia de morte aqui serve não à elaboração simbólica do luto, mas à reafirmação de uma política de indiferença e negligência.

A Formação Discursiva que domina o discurso de Bolsonaro é estruturada por elementos da ideologia neoliberal, como sugerem os enunciados que formam as SD 1 e 2, anteriormente destacados, do autoritarismo político, como demonstra a SD3: “*Não pode ser um jogo de números para favorecer interesses políticos*” e do negacionismo científico, exemplificado pela SD5: “*O vírus é igual a uma chuva. Ela vem e você vai se molhar, mas não vai morrer afogado*”. Essa primeira análise nos indica que os sentidos que podem e devem ser ditos por essa posição-sujeito dominado por essa Formação Discursiva neoliberal estão condicionados por uma Formação Ideológica que valoriza a economia em detrimento da vida humana, deslegitima a ciência e desautoriza a empatia com o luto coletivo. Essa FD se constitui, portanto, como espaço de apagamento simbólico das perdas humanas pois quem precisa estar saudável é a economia e não as pessoas, como bem destaca Mota e Ginash (2021).

Essa interpretação é permitida, por exemplo, quando na SD2, o presidente destaca que “*O maior remédio para qualquer doença é o trabalho*” nesse caso, evidencia-se o deslocamento do foco da saúde pública para a economia. O efeito de sentido é de banalização da pandemia, funcionando como silenciamento do sofrimento social e das mortes, constituindo um dizer em que a economia é o valor supremo, e a vida, um dado residual.

Os enunciados de Bolsonaro operam, ainda, sob efeitos de sentido de banalização da morte, indiferença em relação ao

sofrimento e silenciamento em relação ao luto coletivo, por meio da materialização do autoritarismo discursivo em que Bolsonaro, na posição-sujeito de presidente e chefe da nação, não assume responsabilidade institucional e desloca a culpa para o povo. É o que podemos ler nas SDs 6, 7 e 8: SD6: “Ó, ô, ô, cara. *Eu não sou coveiro, tá?*”, SD7: “*E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre.*”, SD8: “*Tem medo do quê? Enfrenta!*”

A posição-sujeito de Bolsonaro é sustentada por uma memória discursiva autoritária e antidemocrática que retoma, em seu dizer, traços do discurso militarista, masculinista e ultraconservador, para os quais a manifestação de sentimentos (como o luto) é vista como fraqueza, como coisa de moleque: SD2: “*Vamos enfrentar como homem, pô, não como moleque.*” O uso da dicotomia homem/moleque aciona uma memória discursiva do virilismo autoritário. O pré-construído de “enfrentar como homem” traz consigo toda uma rede de sentidos cristalizados sobre masculinidade tóxica, bravura militar e indiferença emocional.

Mobilizando ainda as categorias analítica da paráfrase e da polissemia, conforme Orlandi (2015), podemos compreender como os sentidos que se repetem nos enunciados “*todos vamos morrer um dia*”, “*é a vida*”, “*vamos tocar a vida*” apontam para uma circulação parafrástica, que fixa o dizer na banalização da morte, com percebemos em SD8: “*Vamos chegar a 100 mil, mas vamos tocar a vida.*”

Esse dizer é marcado pela negação simbólica do trauma coletivo, pois “temos que tocar a vida”, apesar das mortes. A polissemia está interditada, pois a posição-sujeito de Bolsonaro opera pela exclusão de sentidos que poderiam apontar para o reconhecimento do sofrimento e para políticas de cuidado. O sujeito que enuncia é constituído em uma posição marcada por uma FD em que os sentidos de morte e luto não têm lugar legítimo. Há uma interdição sistemática do luto coletivo, como efeito direto da FI que organiza o dizer: a extrema-direita neoliberal que enxerga a vida como descartável frente à

produtividade econômica. Esse sujeito não é, portanto, autônomo em sua enunciação: ele fala a partir da FD autoritária que o interdita de reconhecer a dor e o sofrimento social. Isso reitera a concepção pêcheuxtiana de que “o sujeito é um efeito do discurso” e que “não há sujeito fora da ideologia”. Contudo, é por isso mesmo que há a possibilidade de falha no discurso, ideia sobre a qual nos debruçamos a seguir.

A possibilidade de falha no discurso: o caso da charge “e daí”

No percurso traçado neste artigo, tomamos como objeto de análise o discurso do então presidente Jair Bolsonaro sobre a morte e o luto durante a pandemia de Covid-19, explorando os efeitos de sentido produzidos sob a ótica da Análise Materialista do Discurso e da Psicanálise. A partir dessa fundamentação, voltamo-nos agora à análise da charge “E DAÍ?”, de Duke (2020)⁵⁶, compreendendo-a como um gesto discursivo de resistência que tensiona, desloca e desestabiliza os sentidos cristalizados no discurso presidencial, analisado na seção anterior. Observemos a charge, reproduzida na imagem abaixo:

⁵⁶ Gostaríamos de destacar que a ideia de trazer a charge como possibilidade de falha nos discursos de Bolsonaro nos chama atenção a partir da leitura do artigo de Mota e Ginach (2021) que operam uma excelente análise sobre a morte e o luto no discurso de Bolsonaro. No referido artigo, a autora e o autor também examinam charges e discursos dos e sobre os memoriais que homenageiam vítimas da pandemia com objetivo de compreender como o luto vem sendo significado na e pela sociedade brasileira no contexto da pandemia da COVID-19. Em nosso caso, embora estejamos analisando o mesmo fenômeno, nosso objetivo está relacionado diretamente ao discurso de Bolsonaro e a charge em análise nos possibilita perceber através desse texto multimodal a possibilidade de resistência. O texto de Mota e Ginach (2021), contudo, constitui-se como referência fundamental para nossa discussão.

Figura 1 – Charge “E daí?”



Fonte: Duke (2020)

A charge apresenta uma crítica à fala emblemática proferida por Jair Bolsonaro: *“E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?”* que destacamos no título deste artigo. Na charge, vemos uma representação gráfica do ex-presidente de braços abertos com as mãos ensanguentadas, com uma expressão de raiva e proferindo a pergunta “E daí?” diante de um cenário de morte, em cima de uma montanha de ossos humanos empilhados que, ainda assim, deixam transparecer expressões de sofrimento. O desenho, ao condensar imagem, palavra e gesto, configura um dispositivo multimodal que atualiza e refrata discursivamente o enunciado de Jair Bolsonaro presente na SD7 e reproduzido aqui por uma questão didática: SD7 - *“E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre.”*

A charge possibilita uma nova leitura e, com ela, uma nova posição de sujeito. Pela perspectiva da Análise do Discurso, essa charge constitui-se como um acontecimento discursivo que se inscreve na memória coletiva da pandemia, fazendo emergir a falha no discurso dominante. Tal como ensina Pêcheux (2015),

todo discurso é efeito de condições de produção determinadas, mas é também atravessado por contradições e pelo risco do equívoco, aquilo que escapa, desliza e abre espaço para a polissemia.

Nesse sentido, a charge de Duke opera uma rearticulação dos sentidos naturalizados no discurso oficial, desnudando a Formação Discursiva autoritária e neoliberal que sustenta as falas de Bolsonaro.

Na materialidade da charge, é possível observar o funcionamento de um gesto crítico que se ancora na falha do dizer presidencial. Essa falha não se dá como erro, mas como possibilidade de abertura, ou seja, é a fissura pela qual outros sentidos podem emergir. O enunciado “E daí?”, originalmente marcado pelo cinismo e pela banalização da morte, é reencenado na charge de modo a revelar o seu horror. A ilustração dos corpos, a expressão de indiferença e a ausência de empatia expõem o efeito de sentido de violência simbólica presente no discurso de Bolsonaro.

Como destaca Orlandi (2011), “o silêncio é fundante” (p. 29) e ainda “O silêncio não fala. O silêncio é. Ele significa. Ou melhor: no silêncio, o sentido é” (2011, p. 31). Nesse sentido, a charge denuncia não apenas o que Bolsonaro disse, mas sobretudo o que não disse, o que silenciou, o que se recusou a simbolizar. A ausência de compaixão, a não escuta do sofrimento coletivo, o apagamento do luto, tudo isso é atualizado no gesto de Duke, que convoca o interlocutor a tomar posição. Trata-se de um texto que interpela o sujeito para além da passividade, convidando-o à crítica e à resistência.

Na medida em que se contrapõe ao discurso de Bolsonaro, a charge se inscreve numa outra Formação Discursiva, aquela que busca reinscrever os sentidos da morte, do luto e da política a partir de uma ética do cuidado e da responsabilização. Aqui, vemos operar o que Pêcheux (1997) chamou de “funcionamento polêmico do discurso”: a produção de um dizer que se constrói na

contradição, no enfrentamento com outros dizeres. A charge não apenas refuta a fala de Bolsonaro mas a reinscreve em um novo regime de sentido, denunciando sua perversidade.

Do ponto de vista da Psicanálise, especialmente a partir das contribuições de Freud (2006) e Allouch (2004), a charge também pode ser compreendida como um dispositivo de elaboração simbólica do luto coletivo. Ao representar graficamente a negação do luto, ela atua como uma forma de inscrever o trauma, de dar nome e forma ao que foi silenciado. Tal gesto remete à importância da simbolização para a elaboração do luto, conforme proposto por Freud, mas também se alinha à crítica de Allouch ao luto “administrável”, uma vez que ao recusar a naturalização da morte, a charge reivindica o direito à dor, à memória, à indignação.

Portanto, a charge “E DAÍ?” de Duke funciona como um ponto de resistência na cadeia discursiva. Ela desnaturaliza os sentidos dominantes, interpela o leitor a ocupar uma nova posição de sujeito e oferece uma possibilidade de reinscrição simbólica do luto negado. Nessa operação, o texto visual realiza um trabalho ético, político e discursivo que vai além da denúncia, pois ele participa da produção de um novo imaginário social, no qual a vida importa e o luto é reconhecido como direito e experiência legítima.

Em suma, ao tensionar os efeitos de sentido produzidos pelo discurso de Bolsonaro, a charge evidencia a instabilidade do discurso autoritário e a potência das práticas discursivas de resistência. Com isso, revela-se como espaço privilegiado da falha não como erro, mas como possibilidade de outro dizer. Um dizer em que o luto pode, enfim, ser enunciado.

Considerações (de percurso) finais

Este artigo teve como objetivo principal analisar os efeitos de sentido sobre a morte e o luto produzidos nos discursos proferidos por Jair Bolsonaro durante a pandemia da Covid-19, à

luz da Análise Materialista do Discurso, articulada a contribuições da Psicanálise, especialmente de Freud (2006) e Allouch (2004). A partir da constituição de um *corpus* composto por enunciados emblemáticos do então presidente e de uma charge que tensiona esse discurso, buscamos compreender como a morte e o luto foram significados no interior de uma conjuntura política marcada por autoritarismo, negligência e necropolítica.

Com base nas categorias teórico-analíticas da AD, foi possível desvelar os mecanismos de produção de sentido que operam nas falas de Bolsonaro. As Sequências Discursivas analisadas indicam a presença de uma formação discursiva de extrema direita, autoritária e neoliberal, inscrita numa formação ideológica bolsonarista, que organiza os sentidos da morte e do luto em favor da manutenção da ordem econômica. O luto, nesse contexto, é silenciado, banalizado ou minimizado por meio de expressões como “E daí?”, “Eu não sou coveiro” ou “Todos nós vamos morrer um dia”, que revelam um lugar de fala fundado na indiferença e no desprezo pela dor humana e coletiva.

Essa Formação Discursiva, como discutido a partir de Pêcheux (1995), não é apenas reflexo de uma opinião pessoal, mas efeito das condições de produção sócio-históricas e ideológicas que estruturam o dizer. O sujeito Jair Bolsonaro, ao enunciar, se projeta como posição-sujeito de uma formação discursiva marcada pelo autoritarismo, pelo negacionismo científico e pelo desprezo às vidas consideradas descartáveis. O luto, assim, torna-se um não-dito, um silenciamento ideológico que visa manter intacta a estrutura de poder vigente.

Em contraposição, a charge analisada, produzida por Duke, evidencia uma Formação Discursiva crítica e de resistência, que se inscreve numa outra memória discursiva, aquela que busca reinscrever o valor da vida, denunciar o abandono institucional e recuperar simbolicamente o direito ao luto. A charge retoma o enunciado “E daí?” e, ao reinscrevê-lo no cenário de corpos empilhados e em sofrimento, produz uma reatualização dos

sentidos, a saber, da banalização à denúncia, da indiferença à indignação.

Assim, a charge funciona como um gesto de ruptura com o discurso presidencial, operando na falha, na fissura que permite a emergência de novos sentidos. É nesse ponto que se revela o caráter polêmico da linguagem e sua abertura à resistência. Além disso, a articulação com a Psicanálise permitiu compreender o silenciamento do luto como um mecanismo de violência simbólica, que impede a elaboração da perda e compromete a saúde mental de uma população afetada pela pandemia e por uma política negacionista e indiferente.

Portanto, o gesto analítico nos permite concluir que o discurso de Jair Bolsonaro sobre a morte e o luto é produzido em uma rede ideológica que sustenta práticas necropolíticas. A charge, por sua vez, resiste a essa lógica e propõe outra leitura do acontecimento pandêmico. Com isso, reafirmamos a importância de compreender os discursos como espaços de disputa de sentidos e a relevância da AD como ferramenta crítica para pensar a linguagem em sua articulação com o poder, a história e o inconsciente. Em tempos de pós-pandemia, retomar esses discursos não é apenas um exercício de análise, mas um gesto ético de memória e resistência.

Referências Bibliográficas

ALLOUCH, J. **A erótica do luto no tempo da morte seca.**

Tradução de Procópio Abreu. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2024.

FREUD, S. Luto e melancolia (1917). In: FREUD, Sigmund.

Escritos sobre a psicologia do inconsciente. Coordenação de Luiz Alberto Hanns. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

INDURSKY, F. O teatro do grotesco como cenário da desconstrução do Brasil. **Revista da Abralin**, v. 19, n. 3, p. 365-388, dez. 2020. Disponível em:

<https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1730>
Acesso em: 4 mar. 2025. LEITE, D. M. O bolsonarismo e a necropolítica: uma análise dos discursos de Jair Bolsonaro à luz do ensaio de Achille Mbembe. **Humanidades em diálogo**, São Paulo, Brasil, v. 13, p. 188–199, 2024. **Disponível em:** <https://revistas.usp.br/humanidades/article/view/205556>. Acesso em: 20 abr. 2025.

MOTA, I. de O., & GINACH, E. Os sentidos do luto na pandemia de Covid-19 no Brasil. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, 63. 2021. **Disponível em:** <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8665222>. Acesso em: 20 abril 2025.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 6. ed. Campinas: Pontes, 2015.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni Orlandi. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

PÊCHEUX, M. **Análise Automática do Discurso: atualizações e perspectivas**. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3. ed. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento?** 5. ed. Tradução de Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2015.

SANTIAGO, I. A. Chargista Duke concorre na categoria arte do Prêmio Vladimir Herzog com trabalho feito no DomTotal. **Dom Total**, Belo Horizonte, 9 out. 2020. Disponível em: <https://domtotal.com/noticia/1475719/2020/10/chargista-duke-concorre-na-categoria-arte-do-premio-vladimir-herzog/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

TAJRA, A.; TEIXEIRA, L. B. “Tem medo do quê? Enfrenta”: lembre frases de Bolsonaro durante a pandemia. **UOL Notícias**, 08 ago. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/08/08/bolsonaro-pandemia-100-mil-mortes-fala.htm>. Acesso em: 23 maio 2025

DISCURSO MIDIÁTICO DO NORTE: SENTIDOS E SUJEITOS DE SUCESSO NO SITE G1 TOCANTINS

Damião Francisco Boucher⁵⁷

Thiago Barbosa Soares⁵⁸

Os estudos discursivos acerca do que se diz sobre o Norte constituem um campo fértil para a análise das construções simbólicas que permeiam o imaginário social. No caso do Norte do Brasil, em especial do estado do Tocantins, esses discursos são marcados por representações que oscilam entre estereótipos externos e autorrepresentações em constante disputa por legitimidade e poder-saber (Soares, 2025). De acordo com Soares e Boucher, (2024, p. 157), essas redes de dizeres sobre os sujeitos de sucesso projetam regularmente esses sujeitos “na condição de consignantes do sucesso, dependentes de consignatários externos, os quais se dedicam a vender seus atributos do sucesso já consolidados a partir de *feat* (parceria)”. Nesse sentido, a mídia, como um dos principais dispositivos de circulação de sentidos, desempenha um papel central na produção e reprodução dessas espacialidades discursivas (SOARES, 2022), categorizando sujeitos e regiões a partir de vários efeitos de sentidos, mas, sobretudo, dos efeitos de sucesso midiático.

Diante dessa perspectiva, objetiva-se, neste artigo, descrever e interpretar os efeitos de sucesso a partir de sua

⁵⁷ Doutorando em Letras pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Doutorando no Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins (PPGLetras/UFT); Bolsista de doutorado CNPq. E-mail: boucherplace@gmail.com.

⁵⁸ Doutor em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Diretor de Pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (Propesq). Professor no Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins (PPGLetras/UFT); Bolsista de produtividade do CNPq (PQ-2) E-mail: thiago.soares@mail.uft.edu.br.

diametralidade oposta, a saber, o fracasso, presentes na materialidade midiática veiculada no portal G1 Tocantins, por meio da notícia “Dupla que viralizou por show sem plateia anuncia fim de parceria após 13 anos: ‘Não chegamos ao objetivo’”. Como “o sucesso não é um mero item lexical, não é apenas posicionamento, não é somente texto” (Soares, 2018b, p. 178), para percebê-lo e rastreá-lo, é preciso antes considerá-lo como um discurso, “como uma expressão das forças contrastivas nos discursos circulantes na sociedade” (SOARES, 2018b, p. 178). Por essa razão, a análise foca em como o discurso, ao compor a projeção da imagem e, conseqüentemente, o percurso da dupla sertaneja em questão, opera uma distinção entre o que é visto como sucesso e o que é categorizado como fracasso, utilizando marcadores de regionalidade e a própria autodeclaração dos sujeitos para retroalimentar as formações imaginárias do sucesso.

Para cumprir esse objetivo, a estrutura deste artigo é organizada da seguinte forma: primeiramente, a seção Considerações teórico-metodológicas apresenta os conceitos-chave como discurso, silêncio constitutivo, relações de força, interdiscurso/intradiscurso, condições de produção, formações imaginárias e formações discursivas os quais serão mobilizados para rastrear e mapear a rede de dizeres, bem como seu funcionamento. Em seguida, na seção Análise: Discurso de Sucesso no G1 Tocantins, é realizada a investigação do corpus em questão, o qual será dividido em duas sequências discursivas para uma melhor didatização. Cabe ressaltar que outras materialidades midiáticas serão utilizadas como suporte interdiscursivo. Por fim, em Considerações finais, são discutidas as implicações e contribuições do estudo para a compreensão da mídia como agente de produção de sentidos e de relativo assujeitamento, porquanto, “todos são assujeitados à formação discursiva que lhes forma os sentidos [...]” (Soares, 2018a, p. 120).

Considerações teórico-metodológicas

Para realizar uma análise dos sentidos de sucesso e de sua diametralidade oposta (fracasso) na rede de dizeres tocantinentes, é necessário recorrer a uma teoria com a metodologia adequada. Nesse sentido, a Análise do Discurso de base materialista (doravante AD) preenche os requisitos de forma acurada, porquanto, por ser uma teoria que busca apontar os efeitos materiais do discurso a partir da linguagem (Pêcheux, 1997), seu método de interpretação possui ferramentas que permitem confrontar não só os aspectos linguísticos e textuais, mas também os processos discursivos (pêcheux, 2014). Estes apontam para retomadas de sentidos historicamente marcados em já-ditos (Orlandi, 2015) proferidos em determinadas condições de produção sociopolíticas do universo discursivo no qual o objeto de análise está inserido.

Assim, o discurso como objeto de análise (Pêcheux, 1997) e, especificamente, o discurso do sucesso como produto midiático (Soares, 2018b) não pode ser considerado somente como o léxico que se apresenta no sistema linguístico, mas sim como “efeitos de sentido entre os pontos A e B” (Pêcheux, 1997, p. 82), cujos sentidos são constituídos por memórias discursivas (Orlandi, 2015), e provêm do prolongamento histórico, exteriores e anteriores ao que se diz na atualidade (Courtine, 2022). Assim, o sujeito-analista é confrontado pela teoria, deslocando-se relativamente da posição de sujeito histórico (Achard, 2015) e de espectador para uma posição na qual, mediante a instrumentais teórico-metodológicos, questiona-se a objetividade da linguagem a partir da historicidade; a neutralidade do sujeito por meio da ideologia e do real da língua; e a transparência da história por intervenção do simbólico (Orlandi, 2015) para que os efeitos de sua posição ideológica interfiram minimamente no processo de análise do objeto.

De acordo com Soares (2016, p. 1083), “através de um processo ideológico tácito, palavras, expressões diferentes podem transfigurar o mesmo sentido num jogo estratégico de relações

parafrásticas, determinando uma espécie de consenso apagador de diferenças que geralmente são conflituosas”. Assim, a visão proposta resulta na noção de condições de produção. Isso significa que a historicidade molda a circunstancialidade na qual os sentidos são constituídos, e, por sua vez, esses sentidos geram consequências. Essas condições criam uma ligação inerente à disseminação de sentidos, porquanto consideram a historicidade das pessoas envolvidas no processo de comunicação do qual o discurso faz parte (Pêcheux, 2014). Essa implicação mostra a abrangência do operador de interpretação e, por conseguinte, permite definir parte de sua essência, a saber, a constituição simultânea de sujeitos e de sentidos (Orlandi, 2012). Assim, cada sujeito está alocado em sua posição discursiva, cujos dizeres são regulados pelas formações discursivas e pelas formações imaginárias que as envolvem.

Por essa razão, Pêcheux (1997) destaca que as formações imaginárias se referem à atribuição de um lugar social que os participantes do processo discursivo fazem um do outro e de si mesmos, direcionando, por meio desse mecanismo, determinados sentidos nas interações. Pode-se postular que as formações imaginárias são constituídas a) pela regulação das formações discursivas que as projetam, b) pelo consenso das imagens do outro e de si, produzidas pelas formações ideológicas e pelas relações de força que estabelecem hierarquias (Pêcheux, 1997). Devido a essa prática baseada nas relações de força que regulam o próprio dizer, pode-se compreender que, para entender o caráter dinâmico das formações imaginárias no processo discursivo, é preciso depreender que elas funcionam como avaliações de antecipações que os sujeitos realizam ao se envolverem na interação: “Quem sou eu para lhe falar assim? Quem é ele para que eu lhe fale assim? [...]” (Pêcheux, 1997, p. 83).

Diante desse funcionamento discursivo, no qual as formações imaginárias arregimentam as posições subjetivas de uma interação, pode-se dizer que sua conexão com a formação discursiva acontece por meio das condições de produção do

discurso, uma vez que a formação discursiva se caracteriza pelos traços distintivos da linguagem que se constituem na relação desta com as condições de produção (Orlandi, 2012). Nesse sentido, nas condições de produção, a formação discursiva norteia as formações imaginárias, de modo que uma contém a outra, e ambas se estruturam mutuamente. Consequentemente, afirma-se que a formação discursiva “determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.)” (Pêcheux; Fuchs, 1997, p. 166).

Assim, a depender da formação discursiva de dado sujeito enunciador, nomes próprios, como Henrique, Juliano, Felipe, Matheus, etc., podem ser considerados “pré-construídos de sucesso” ou simplesmente nomes de sujeitos comuns (Soares, 2018b); espacialidades que representam uma dada regionalidade, como Araguaína, Franca, Times Square ou Nova York, podem ser tomadas como simples sintagmas que marcam a regionalidade ou como locais de prestígio (Soares; Boucher; 2024). Portanto, dentro dessa abordagem histórico-materialista da descrição das relações de força no uso da linguagem, a formação discursiva representa um conjunto de projeções linguístico-discursivas que permitem, na análise, perceber a posição discursiva de cada sujeito na interação; compreender como já-ditos no interdiscurso, ou melhor, no campo da constituição dos sentidos, retornam seus efeitos no intradiscurso, isto é, no campo da formulação enunciativa atual (CourtinE, 2022).

Diante disso, parte-se do exame do enunciado para perceber não só o que está posto, mas o que funciona em silêncio, na pressuposição do enunciado e nas informações extralinguísticas. Segundo Orlandi (2007, p. 73), é por meio do silêncio constitutivo que se “apagam os sentidos que se quer evitar” Isso implica afirmar que o ato de não dizer, de omitir certos temas ou perspectivas, é tão significativo quanto o ato de dizer. Esse silêncio não é meramente a ausência de som ou de dado sintagma na formulação enunciativa, mas sim uma estratégia ativa

de apagamento de sentidos. Por meio desse mecanismo, entende-se que, ao enunciar “x”, instala-se o anti-implícito, apontando para a produção de implícitos de “x” e evitando que “y” esteja pressuposto ou subentendido. Diferente do implícito, no qual algo não é dito, mas é pressuposto e esperado que seja compreendido, o anti-implícito é o oposto: é uma manobra para descartar um sentido potencial. O emissor diz “x” justamente para matar a possibilidade de que “y” seja pressuposto. O objetivo é controlar a interpretação do receptor, eliminando uma das opções de sentido (Orlandi, 2007). Após essas considerações acerca do instrumental teórico-metodológico, passa-se à seção de análise.

Análise: discurso de sucesso no G1 Tocantins

Como mencionado anteriormente, o objeto de análise deste estudo é o discurso do sucesso e sua diametralidade oposta, engendrado na notícia “Dupla que viralizou por show sem plateia anuncia fim de parceria após 13 anos: ‘Não chegamos ao objetivo’”, publicada no portal G1 Tocantins. As condições de produção do discurso neste exame são fundamentais. Trata-se de um veículo de grande alcance, parte de um conglomerado midiático nacional (com filiais dispersas por todos os estados da federação) e internacional, que, ao abordar uma história local (uma dupla sertaneja de Araguaína), insere a narrativa em um circuito de sentidos que ultrapassa a esfera regional. A formação imaginária de sucesso projetada por essa materialidade se opõe ao que é declarado pelos próprios sujeitos da reportagem, uma vez que, ao discursivizar a história da dupla, G1 Tocantins acaba por registrar, linguística e historicamente, o fim da parceria desses sujeitos. Após essas considerações, passa-se ao corpus de análise, que contém as SDs selecionadas:

**SD1: Dupla que viralizou por show sem plateia
anuncia fim de parceria após 13 anos: ‘Não
chegamos ao objetivo’**

Dupla Felipe e Matheus anunciou separação nas redes sociais.

Chegou ao fim a parceria da dupla sertaneja, Felipe e Matheus. Por 13 anos, os cantores, que começaram em Araguaína, norte do estado, se apresentaram em diversas cidades no Tocantins e em outros estados, e viralizaram em 2024 por se apresentarem mesmo sem plateia em uma exposição agropecuária [...] (Lauris, 2025, s/p).

O título “Dupla que viralizou por show sem plateia anuncia fim de parceria após 13 anos: ‘Não chegamos ao objetivo’” acarreta uma tensão entre o sintagma “viralizou”, marca linguística que denota ampla difusão da dupla sertaneja, quantificável por acessos e visualizações; e o sintagma “sem plateia” que marca a ausência de seguidores em seus shows. Além disso, G1 Tocantins enuncia o “fim da dupla sertaneja”, enfatizando sua trajetória pelos sintagmas “Por 13 anos”, “começaram em Araguaína, norte do estado”, “se apresentaram em diversas cidades no Tocantins e em outros estados”. Os referidos sintagmas, juntos, configuram, na enunciação, um processo discursivo (Pêcheux, 2014) que, além de informar sobre “o fim de parceria” da dupla, reforça tacitamente os sentidos de que “para alcançar o sucesso, não basta ‘viralizar nas redes’, é preciso ter outros atributos e condições necessárias para atingi-lo”, tal como a boa voz (Boucher; Soares, 2023) e o público presente nos shows.

Ao considerar as condições de produção nas quais os sujeitos G1 Tocantins e a dupla sertaneja se encontram, percebem-se as relações de força funcionando não mais a partir do que se diz, mas do não-dito, mediante o funcionamento do silêncio constitutivo (Orlandi, 2007) que, na produção dos anti-implícitos, exclui a possibilidade de “viralizou” e “sem plateia” significarem “vexame”, “humilhação”, “rebaixamento moral”. Ou seja, o sintagma “viralizou por show sem plateia” a) expressa o grau de difusão de um acontecimento; b) permite o implícito

“ficaram conhecidos” e; c) silencia constitutivamente prováveis fatores como desorganização na difusão do evento, a falta de poder aquisitivo para custear uma publicidade apropriada e, consequentemente, a falta de discursivização midiática massiva, que catalisaria seus atributos musicais como a boa voz, aumentando, dessa maneira, o prestígio desses sujeitos.

Esses aspectos fazem com que a interpretação convirja para outras possibilidades parafrásticas que ao invés de enunciar “Dupla que viralizou por show sem plateia anuncia fim de parceria após 13 anos: *‘Não chegamos ao objetivo’*” (Lauris, 2025, s/p), G1 Tocantins poderia, por exemplo, ter proferido “Dupla sertaneja viraliza ao fazer show para plateia vazia: *‘Vida vai dar pancadas’*” (UOL, 2024, s/p) como o fez Uol. O enunciado de Uol (2024), diferente do de G1 Tocantins, além de silenciar constitutivamente “o fim da parceria” e o fracasso, pelo sintagma “não chegamos ao objetivo”, engendra em “Vida vai dar pancadas” os pressupostos de que “não será fácil” e de que haverá a possibilidade de continuidade.

Nota-se dessa comparação que entre “não chegamos ao objetivo” (G1 Tocantins, 2025) e “a vida vai dar pancadas” (UOL, 2024), citações diretas da dupla Felipe e Matheus, há dois discursos distintos, trabalhando diferentemente: o primeiro é o efeito de fracasso reforçado pelo sintagma “fim da parceria” e o segundo é o efeito de resistência, o qual funciona como forclusão do sentido de fracasso. Diante desse funcionamento, entende-se que o verbo no futuro “vai” indicializa uma continuidade dos trabalhos da dupla sertaneja pela paráfrase “vai enfrentar muitos desafios”, criando a pressuposição lógica da inexistência de um “fim de parceria” e, consequentemente, projetando uma imagem distinta (otimista) da dupla sertaneja em detrimento da imagem (pessimista) veiculada por G1 Tocantins.

No caso do enunciado “viralizaram em 2024 [...]”, o sintagma “viralizaram”, que poderia denotar “sucesso”, nesse caso, reforça dois acontecimentos que engendram sentidos de fracasso, a saber, “fim da parceria” e “show sem plateia”. De

acordo com Soares (2024), o sucesso midiático desempenha um papel crucial na geração de celebridades a partir daquilo que se diz sobre os sujeitos aspirantes ao sucesso. Em se tratando do elemento linguístico “dupla sertaneja”, este sintagma pressupõe a voz como ferramenta de seu trabalho. Assim, os “traços distintivos vocais estabilizados e já consolidados como determinada estética vocal de sucesso” (Boucher; Soares, 2023, p. 15) “passam a ser objetos de comercialização” (Soares, 2024, p. 105) pela dupla. No entanto, em relação à SD1, assim como as demais SDs a serem analisadas, não há menção acerca da voz da dupla sertaneja, nem de seus atributos. Com isso, percebe-se que para uma compreensão verticalizada dos efeitos funcionando a partir do silêncio constitutivo (Orlandi, 2007), é preciso investigar não só o campo da formulação enunciativa (intradiscurso), mas principalmente os “rastros históricos” dos sentidos no interdiscurso (Courtine, 2022).

Ao considerar esse processo de descrição da configuração linguística no campo intradiscursivo (Orlandi, 2015, Courtine, 2022), analisam-se os aspectos interdiscursivo que compõem os discursos engendrados nos dizeres midiáticos de G1 Tocantins. Diante disso, chama-se a atenção para a própria configuração enunciativa de G1 como um acontecimento discursivo gerador/modificador de realidades a partir dos sentidos. Em outros termos, ao produzir uma narrativa a qual anuncia, “após 13 anos”, o “fim de parceria” da dupla sertaneja e ao trazer os dizeres direto de Felipe e Matheus, ‘Não chegamos ao objetivo’, G1 Tocantins discursiviza o fracasso da dupla sertaneja, colocando-os como os próprios enunciadores desse insucesso. Ora, nas formações imaginárias desse enunciador, a trajetória de “13 anos” é tempo suficiente para “chegar ao objetivo”, isto é, alcançar o sucesso.

Como exemplo do funcionamento material das formações imaginárias, tem-se uma matéria veiculada em 30 de agosto de 2015 com os seguintes dizeres: “Henrique & Juliano emocionam fãs e choram na arena da Festa de Barretos”. Nessa proposição

interdiscursiva (Courtine, 2022), “Henrique & Juliano” são discursivizados como sujeitos de sucesso que “emocionam fãs” na “arena da Festa de Barretos”. Cabe chamar a atenção para dois aspectos relevantes implícitos que põem em relevo a oposição semântica “sucesso vs. fracasso”: a) Henrique & Juliano e Felipe e Matheus são cantores Tocantinenses; b) apesar de ambos cantarem em exposições agropecuárias, os primeiros artistas são caracterizados por “emocionar seus fãs” e a se apresentarem fora do circuito de exposição agropecuária tocaninense, isto é, na “Festa de Barretos”, São Paulo, “maior rodeio da América Latina” (G1 Ribeirão e Franca, 2025, s/p); enquanto os segundos são identificados por se apresentarem “em diversas cidades no Tocantins e em outros estados” (sem especificar a relevância dessas “cidades”, nem os nomes desses “estados”) e por cantarem em show “sem plateia”.

Além disso, somam-se a esses dois aspectos supramencionados o fato das duas duplas sertanejas terem aproximadamente os mesmos anos de jornada profissional, a saber, “13 anos”, porquanto a dupla Henrique & Juliano, apesar de já em 2008 cantarem em bares e em outras localidades, “em 2012 foi quando a dupla se aproximou ainda mais do reconhecimento e sucesso nacional”⁵⁹ (Gsoutello, 2025, s/p). Dessa perspectiva, percebe-se que os dizeres midiáticos, em grande medida, abastecem as formações imaginárias do sucesso tocaninense e contribuem enormemente para a difusão da trajetória de sucesso ou de fracasso dos sujeitos discursivizados. Isso se dá, porquanto, de acordo com Soares (2022, p. 37), “mais do que divertir e informar, a mídia gerencia os discursos circulantes ao ponto de se tornar uma espécie de reguladora dos discursos”.

Somado ao potencial mercadológico do discurso do sucesso midiático, encontra-se a atual condição de produção da produção musical brasileira que reflete e refrata as relações

⁵⁹ “Ao Vivo em Palmas” (2012) foi seu primeiro trabalho reconhecido pela mídia.

comerciais as quais estabelecem “o rito para a fama” (Soares; Boucher, 2024, p. 149), isto é, a difusão da voz artística por meio de gravações e de parcerias (*feats*) que, a depender da capilaridade midiática do artista e de sua condição suprema ou dinâmica (Soares, Boucher, 2024), são cobrados altos valores. Para um exame mais acurado, na SD2 a seguir, verifica-se o discurso do sucesso se materializando implicitamente a partir das condições de produção que projetam sua diametralidade oposta.

SD2: “A gente já conversou bastante e não chegamos ao nosso objetivo, que era o sucesso. Tentamos de tudo, gravamos em outros estilos, fizemos trabalho em rede social, tudo certinho. Mas infelizmente não aconteceu e acaba que a gente fica frustrado e começa a se perguntar será se é isso mesmo”, explicou Felipe [...] Foi muito bom pra gente, aprendi muito, cresci como pessoa. A gente conquistou uns números bem bacanas no *YouTube*, *Spotify*. A música ‘Bebe, Beija e Trai’ tem mais de oito milhões de *streams* no *Spotify* e sem nenhum investimento, sem robô, sem nada, tudo orgânico. Conseguimos ir em alguns programas nacionais. (Lauris, 2025, s/p).

O sujeito enunciador G1 Tocantins, ao trazer os dizeres da própria dupla: “A gente já conversou bastante e não chegamos ao nosso objetivo, que era o sucesso. Tentamos de tudo [...]. Mas infelizmente não aconteceu e acaba que a gente fica frustrado e começa a se perguntar será se é isso mesmo”, distancia-se da autoria narrativa, alocando Felipe, integrante da dupla, na posição de um sujeito que denuncia e anuncia o fracasso da trajetória. A aprovação dos efeitos da fama é mais perceptível no enunciado discursivizado pelo Uol: “Era a abertura do show, me arrepiei todo. O Matheus me falou ‘daqui a um tempo, vamos fazer tanto sucesso que não vai caber ninguém para ver a gente’. Estava forte, mas tive que me segurar. Desistir não é uma opção, falou Felipe” (UOL, 2024, s/p). O que se percebe são os efeitos de esperança

(vamos fazer tanto sucesso...), de prosperidade (não vai caber ninguém para ver a gente) e de resistência (Desistir não é uma opção).

Desse ponto, compreende-se a materialização do sucesso como um objeto a ser alcançado, apagando, por exemplo, o acontecimento discursivizado pelas mídias como o próprio “motor fabricante” dos efeitos do sucesso. Aliás, chama-se a atenção para a formação discursiva (Pêcheux, 1997) em operação que materializa o sucesso como capitalização, no qual este é um produto comercializável e comercializado (Soares, 2025) na própria mídia, já que ela é a responsável por sustentar esses efeitos (Soares, 2018b). Por aí, entende-se que o sucesso “não é um mero item lexical”, mas “forças contrastivas” (Soares, 2018b, p. 178) que trabalham na distinção entre sujeitos comuns e sujeitos de prestígio e fama, os quais, pelo poder aquisitivo, superam as dificuldades encontradas na busca pelos atributos da popularidade.

No caso da dupla Felipe e Matheus, G1 Tocantins materializa o sucesso por meio dos sintagmas “*streams no Spotify*” e “programas nacionais”, difusores de grande potencial no campo musical. No entanto, o fracasso é validado por um elemento essencial, a saber, “a ausência do público”, materializado pelo sintagma “sem plateia”. No campo intradiscursivo, a configuração enunciativa de G1 Tocantins, ao se sustentar no testemunho da dupla, legitima uma hierarquia na qual a “viralização” é insuficiente se o “objetivo” do sucesso não é alcançado, reforçando efeitos parafrásticos de que “o sucesso verdadeiro depende do reconhecimento”. A configuração enunciativa, que traz a oposição entre “ser conhecido” (viralização) e “ser reconhecido” (sucesso como objetivo), evidencia a operação discursiva em curso, que busca alinhar a narrativa midiática com uma visão de sucesso enquanto consolidação e público fiel, o que a dupla não atingiu.

Além disso, outro ponto a ser observado é a lista de exigências para o alcance do sucesso e “de etapas para a conquista

do alto prestígio” (Soares; Boucher, 2024, p. 149) que se materializa na configuração enunciativa de G1 Tocantins pelas proposições “Tentamos de tudo, gravamos em outros estilos, fizemos trabalho em rede social, tudo certinho” e “A música ‘Bebe, Beija e Trai’ tem mais de oito milhões de *streams* no *Spotify* e sem nenhum investimento, sem robô, sem nada, tudo orgânico. Conseguimos ir em alguns programas nacionais”. No primeiro sintagma apresentado, a expressão “Tentamos de tudo” aponta para as condições de produção atuais, nas quais vários ritos publicitários e comerciais são necessários para atingir o sucesso, tais como “gravar em estúdios” e “em outros estilos”, trabalho de divulgação “em rede social” e outros não mencionados, como a compra de pacotes de divulgação artística em rádios convencionais, algoritmos de difusão em plataformas de *streams* voltadas à música, pagamento dos custos com desmontagens de palco e som, entre outras ações cujos sentidos estão engendrados no sintagma “tudo certinho”.

Essas projeções são reforçadas na segunda proposição, sobretudo no sintagma “[...] sem nenhum investimento, sem robô, sem nada, tudo orgânico” o qual procura estabelecer efeitos parafrásticos de que a música “Bebe, Beija e Trai”, que “tem mais de oito milhões de *streams* no *Spotify*” é um “sucesso natural”, pressupondo que no campo musical, existem músicas que se tornaram sucesso por “algum investimento”, “uso de robô”, utilizando de catalisadores artificiais para atingir a fama. Tal pressuposto denuncia, na historicidade, o trabalho das relações de força, as quais regulam a posição de prestígio do sujeito, delimitando também as espacialidades de sucesso (Soares; Boucher, 2024), ou seja, as dimensões geográficas materializadas a partir da linguagem cujo funcionamento discursivo estabelece as dimensões da fama, estacionária/regional, dinâmica/nacional e suprema/internacional, dos indivíduos aspirantes ao posto de sujeitos de sucesso (Soares, 2018b).

Além disso, a difusão das espacialidades do sucesso na formação discursiva de G1 apresenta uma regularidade histórica

em suas diversas filiais pelo país, nas quais os sentidos de “qualidade musical” e “reconhecimento” são fabricados a partir da discursivização da distância que os sujeitos de sucesso conseguem percorrer. Como exemplo dessa regularidade, examina-se o seguinte enunciado no site G1 Ribeirão e Franca, um discurso sobre o Norte (Soares; Boucher, 2023):

Henrique & Juliano revelam surpresa com fãs que pararam 4 quarteirões da Times Square para gravação de DVD: ‘Uma loucura’: De passagem por Ribeirão Preto, SP, dupla diz que está ansiosa com lançamento do trabalho gravado em Nova York no fim de 2022 e que deve ser apresentado ao público no 2º semestre (Pioli, 2023, s/p).

Como percebido na leitura deste trecho, os sintagmas “4 quarteirões da Times Square”, “Ribeirão Preto, SP” e “gravado em Nova York” não são somente nomes de lugares que estabelecem a regionalidade na qual Henrique & Juliano percorreram para revelar “surpresas com fãs”, mas reverberam sentidos de prestígio e de fama, projetados pela dimensão geográfica, a qual, nesse contexto, determina a capilaridade do sucesso (Soares; Boucher, 2024). Ora, não se deve esquecer que, assim como Felipe e Matheus, Henrique & Juliano são do estado do Tocantins, no entanto, diferente da primeira dupla, a segunda gravou DVD em “Nova York”. Nesse sentido, o acontecimento discursivizado por G1 Ribeirão e Franca não só marca o percurso físico de Henrique & Juliano como também deixa pressuposto o maior poder aquisitivo envolvido no processo de fabricação de sucesso da dupla.

Ao voltar-se à interdiscursividade (Courtine, 2022) das matérias de G1 Tocantins e de G1 Ribeirão e Franca, percebe-se que “ir em alguns programas nacionais” é diferente de “ir à Times Square para gravação de DVD” não só pela configuração sintático-semântica, mas pelas condições de produção (Pêcheux,

2014). De outro modo, o mencionado enunciado da SD2, “alguns programas nacionais”, além de marcar linguisticamente a condição dinâmica de Felipe e Matheus, em detrimento da condição suprema de Henrique & Juliano (Soares; Boucher, 2024), põe questões para discrepância histórica e financeira entre as duplas. Ora, enquanto Felipe e Matheus tiveram “dificuldades em viver de música” (Lauris, 2025, s/p) e “não conseguiram alcançar os objetivos” (Lauris, 2025, s/p), a trajetória histórica de Henrique & Juliano é marcada por um suporte financeiro advindo de outros campos econômicos, como o agronegócio.

Assim, o histórico de sucesso dessa dupla é corroborado por notícias como “Dupla Henrique e Juliano fatura mais de R\$ 71,8 milhões com leilão de nelores em fazenda” (Santos, 2024, s/p) e “Henrique & Juliano faturam mais de R\$ 137 milhões em leilão de gado” (Flávia, 2025, s/p), limitando a possibilidade de produzirem qualquer sentido contrário ao sucesso. Portanto, a partir desse exame, chega-se ao entendimento de como essa e outras notícias sobre os sujeitos de sucesso, configuradas pela formação discursiva de G1 Tocantins, influenciam na manutenção das relações de força e na sustentação das formações imaginárias do sucesso tocantinense. Por fim, é possível perceber como a mídia contribui constantemente para transformar sujeitos comuns em agentes de prestígio e de fama a partir do que se diz sobre estes, dando outra interpretação ao fato de que o provável fracasso da dupla Felipe e Matheus não se dá somente pelo fato de a dupla dar “show sem plateia”, mas principalmente por condições de produção históricas que os alocam na condição estacionária da fama (Soares; Boucher, 2024).

Considerações finais

Este artigo buscou descrever e interpretar os sentidos de sucesso e fracasso no discurso midiático do G1 Tocantins, utilizando como objeto de análise os discursos de sucesso engendrados na notícia sobre a dupla sertaneja Felipe e Matheus e

como suporte outros dizeres midiáticos de sites diversos. Com o auxílio da Análise do Discurso, foi possível compreender como a mídia fabrica e disputa as narrativas de sucesso, e como os próprios sujeitos são interpelados por essa rede de sentidos. A análise demonstrou a conexão entre as condições de produção da notícia (circulação em um portal de grande alcance), as formações imaginárias que operam no discurso (a imagem do sucesso como um objetivo a ser alcançado e do fracasso como sua ausência), e a formação discursiva que organiza esses sentidos (o sucesso como capitalização e validação pelo público).

A ausência do sucesso é marcada por sua diametralidade oposta, o fracasso da dupla, materializado, dentre outros fatores, por um elemento essencial, o público, “a plateia”. Essa categorização não somente define lugares e posições discursivas, mas também interfere na maneira como os sujeitos se (re)significam, assim como são (re)significados, acionando memórias coletivas que influenciam suas relações identitárias. Em última análise, a notícia, ao se fixar no “fracasso” da dupla, reforça um discurso de sucesso hegemônico que não considera percursos alternativos ou êxitos parciais, mas apenas o resultado final: o alcance do “objetivo”. Assim, essas e tantas outras publicações “denotam a crescente propagação dos discursos do sucesso” (Soares, 2018b, p. 178), um discurso que molda e, muitas vezes, invisibiliza as trajetórias reais dos sujeitos.

A partir da análise do discurso do sucesso midiático em G1 Tocantins, este artigo demonstrou que “por sempre usurpar a realidade de seu papel no seio social, *a mídia acaba por outra realidade criar*” (Soares, 2018b, p. 180, *italico nosso*). Em outros termos, a mídia não se limita a registrar a realidade, mas atua como um produtor ativo de sentidos. O objeto de estudo, os discursos engendrados na notícia sobre o fim da dupla sertaneja Felipe e Matheus, apresentou-se como um complexo jogo discursivo que, ao mesmo tempo em que relata um acontecimento, o enquadra e o reinterpreta à luz de uma formação imaginária de sucesso já estabelecida (Pêcheux, 2014; Soares, 2018b). Outro ponto a ser

considerado relevante foi que o aparente paradoxo entre “viralizar” e “não chegar ao objetivo” se desfez, mostrando-se como uma estratégia para reforçar a visão de que a viralização, por si só, é um atributo insuficiente para a consagração do sucesso midiático.

A análise do silêncio constitutivo (Orlandi, 2007) foi fundamental para compreender o que, deliberadamente ou não, a matéria forclui. Ao não mencionar a qualidade vocal da dupla ou suas condições de produção extralinguísticas (como o investimento financeiro), o discurso do G1 Tocantins cria um vácuo que é preenchido pela interdiscursividade (Courtine, 2022). A comparação implícita, mas arquipotente, com a trajetória de sucesso de Henrique & Juliano — impulsionada por reportagens que evidenciam sua condição suprema (Soares; Boucher, 2024) em locais como a “*Times Square*” e sua solidez financeira no agronegócio — torna-se a chave interpretativa para o leitor. Nesse sentido, a narrativa de “fracasso” da dupla Felipe e Matheus não é somente uma consequência de um “show sem plateia”, mas uma materialização linguística de um sistema de forças que hierarquiza sujeitos com base em seu poder aquisitivo e alcance geográfico discursivizado.

Por fim, este estudo contribui para o campo da Linguística, e em especial para a Análise do Discurso, ao fornecer uma evidência empírica robusta do funcionamento desses mecanismos, os quais viabilizam o entendimento da arquitetura dos sentidos em um contexto midiático contemporâneo (Soares, 2018a, 2024, 2025). Para um melhor aprofundamento sobre essa questão, pesquisas focadas na quantidade de parcerias que cada dupla sertaneja supramencionada teve em sua carreira e o grau de fama das duplas envolvidas nesses *feats* poderiam ajudar a compreender como os efeitos de sucesso influenciam consideravelmente na consolidação das formações imaginárias do sucesso tocantinense. O trabalho aqui apresentado serve como um ponto de partida para verticalizar o exame de como os discursos midiáticos abastecem e

perpetuam tais realidades no campo da música contemporânea brasileira.

Referências bibliográficas

ACHARD, P. **Memória e produção discursiva do sentido**. In: ACHARD, P.; DAVALLON, J.; DURAND, J.-L.; PÊCHEUX, M.; ORLANDI, E. P. **Papel da memória**. Tradução de E. P. Orlandi. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015. p. 7–18.

BOUCHER, D. F.; SOARES, T. B. Dizeres da revista *Veja*: memória e intervocalidade na composição da estética da voz de sucesso. **DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, [S. l.], v. 39, n. 4, 2023. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/61948>. Acesso em: 8 set. 2025.

COURTINE, J.-J. **A análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos, SP: EDUFSCar, 2022.

FLÁVIA, K. Henrique & Juliano faturam mais de R\$ 137 milhões em leilão de gado. **Jornal de Brasília**, 2025. Disponível em: <https://jornaldebrasilia.com.br/entretenimento/katia-flavia/henrique-juliano-faturam-mais-de-r-137-milhoes-em-leilao-de-gado/>. Acesso em: 14 set. 2025.

PIOLI, A. Henrique & Juliano revelam surpresa com fãs que pararam 4 quarteirões da Times Square para gravação de DVD: “Uma loucura”. **G1 Ribeirão e Franca**, EPTV, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/ribeirao-rodeo-music/2023/noticia/2023/04/30/henrique-and-juliano-revelam-surpresa-com-fas-que-pararam-4-quarteiroes-da-times-square-para-gravacao-de-dvd-uma-loucura.ghml>. Acesso em: 10 set. 2025.

G1 RIBEIRÃO E FRANCA. **Barretos 2025: tudo sobre shows, ingressos, provas e o Parque do Peão**. G1 Ribeirão e Franca, EPTV, 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/festa-do-peao-de-barretos/2025/noticia/2025/08/21/barretos-2025-tudo-sobre-shows-ingressos-provas-e-o-parque-do-peao.ghtml>. Acesso em: 10 set. 2025.

GSOUTELLO. **Conheça a história de Henrique e Juliano e os maiores sucessos da dupla!** *Deezer – The Backstage*, 2025. Disponível em: <https://thebackstage-deezer.com/br/musica/henrique-e-juliano/>. Acesso em: 10 set. 2025.

LAURIS, P. Dupla que viralizou por show sem plateia anuncia fim de parceria após 13 anos: “Não chegamos ao objetivo”. **G1 Tocantins**, TV Anhanguera, 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2025/06/26/dupla-que-viralizou-apos-show-sem-plateia-anuncia-fim-de-parceria-apos-13-anos-nao-chegamos-ao-objetivo.ghtml>. Acesso em: 10 set. 2025.

ORLANDI, E. **As formas do silêncio: no movimento de sentidos**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, E. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 8. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

ORLANDI, E. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

PÊCHEUX, M. **Análise automática do discurso**. In: GADET, F.; HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução de B. S. Mariani et al. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997. p. 75–116.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de E. P. Orlandi et al. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

SANTOS, B. Dupla Henrique e Juliano fatura mais de R\$ 71,8 milhões com leilão de nelores em fazenda. **G1 Tocantins**, 2024. Disponível em:

<https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2024/05/31/dupla-henrique-e-juliano-fatura-mais-de-r-718-milhoes-com-leilao-de-nelores-em-fazenda.ghtml>. Acesso em: 14 set. 2025.

SOARES, T. B. **Discurso do sucesso: sentidos e sujeitos de sucesso no Brasil contemporâneo**. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 45, n. 3, p. 1082–1091, 2016. DOI: <https://doi.org/10.21165/el.v45i3.658>.

SOARES, T. B. **Percurso linguístico: conceitos, críticas e apontamentos**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018a.

SOARES, T. B. **Sucesso: discursos contemporâneos de capitalização dos sujeitos**. In: SOARES, T. B. (org.). **Múltiplas perspectivas em análise do discurso: objetos variados**. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2018b.

SOARES, T. B. **Percurso discursivo: heterogeneidades epistemológicas aplicadas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.

SOARES, T. B.; BOUCHER, D. F. **Discurso do Norte: produções identitárias, apagamentos e interpelações em rede de dizeres sobre o Tocantins**. São Paulo: Pontes Editores, 2023.

SOARES, T. B.; BOUCHER, D. F. **Projeções discursivas do Norte: efeitos de resistência, conscientização e consolidação identitária no Tocantins**. São Paulo: Pontes Editores, 2024.

SOARES, T. B. **Voz, mídia e sucesso: sons, sentidos e sociedade**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2024.

SOARES, T. B. **Arquiteturas do sentido: linguagem, história e simbolismo**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2025.

UOL. Dupla sertaneja viraliza ao fazer show para plateia vazia: “Vida vai dar pancadas”. **UOL – Música**, 2024. Disponível em: <https://f5.folha.uol.com.br/musica/2024/06/dupla-sertaneja-viraliza-ao-fazer-show-para-plateia-vazia-vida-vai-dar-pancadas.shtml>. Acesso em: 14 set. 2025.

RESISTÊNCIA DIGITAL E DISPUTA DE SENTIDOS: O ATIVISMO DE MEDO HALIMY NA FAIXA DE GAZA

Ana Cláudia Mello da Silva⁶⁰

Thayná de Souza Santos⁶¹

A Faixa de Gaza é um território mundialmente conhecido devido ao conflito entre Israel e Palestina. A região consiste em uma área povoada, abrigando diversas comunidades palestinas, que foi submetida a um bloqueio por Israel, com apoio do Egito. Desde de 2007, a Faixa de Gaza está sob o controle da organização terrorista islâmica Hamas, sendo este um grupo palestino que enfrenta Israel. Diante desse contexto, o local sofre com uma grave crise humanitária, o que é intensificado por ofensivas militares constantes, como os bombardeios que se expandiram em 2023 e devastaram a região⁶². Tendo em vista esse cenário de guerra e ocupação, cabe ressaltar que a comunicação midiática pode atuar como um modo de resistência em circunstâncias como essa.

Nessa conjuntura, o jovem palestino Medo Halimy surgiu como uma figura importante ao se destacar nas redes sociais online, documentando e denunciando a realidade cotidiana na Faixa de Gaza, sobretudo no TikTok, rede na qual possui atualmente

⁶⁰ Doutoranda em Estudos de Linguagens pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), e-mail: anahclaudiamello@gmail.com

⁶¹ Mestranda em Estudos de Linguagens pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), e-mail: thayna.pfe@gmail.com

⁶² Informações retiradas dos sites: <https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/faixa-de-gaza/> e <https://www.bbc.com/portuguese/articles/ceq71wv10ezo>. Acesso em: 19 jun. 2025.

mais de 300 mil seguidores⁶³. Por meio de seus vídeos, Halimy apresentava os diversos desafios que a população palestina enfrentava na região, o que servia como uma forma de mostrar ao mundo as violências sofridas devido ao bloqueio israelense, ressaltando a vulnerabilidade dos palestinos perante a guerra. Tais vídeos atuam, portanto, como uma forma de denúncia dessa situação, além de contribuírem para uma humanização de pessoas que sofrem em meio a conflitos armados. Considerando a prática de Halimy como um ato de resistência que se baseia na disseminação de informações e conhecimento e, consequentemente, na denúncia de uma realidade de crise humanitária, nota-se que sua atuação pode ser compreendida como uma forma de midiativismo, uma vez que ele utilizou das mídias digitais para produzir conteúdos que marcam uma prática política e engajada.

É importante mencionar que Medo Halimy faleceu aos 19 anos em agosto de 2024 em decorrência de bombardeios na Faixa de Gaza. O jovem estava com amigos em uma tenda na qual acessavam à internet quando foi atingido e veio a óbito. A autoria do ataque não foi confirmada por Israel, porém o contexto de conflitos no local aponta para a responsabilidade do país sobre esse e outros bombardeios. Devido ao seu grande alcance nas redes sociais on-line, a morte de Halimy desencadeou uma onda de luto no espaço digital, com diversos seguidores manifestando choque e tristeza com o ocorrido⁶⁴. Dessarte, o trágico óbito do jovem intensificou ainda mais o impacto de seu discurso de resistência, dado que deu mais visibilidade às condições dos

⁶³Informação disponível em: https://www.tiktok.com/@medohalimy?is_from_webapp=1&sender_device=pc Acesso em 4 out. 2025.

⁶⁴Informações disponíveis em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/08/31/tiktoker-palestino-que-mostrava-rotina-dentro-da-faixa-de-gaza-morre-em-bombardeio.ghtml>. Acesso em: 19 jun. 2025.

habitantes da Faixa de Gaza, além de transformá-lo em um símbolo de resistência e martírio.

Em vista disso, neste trabalho, buscamos analisar a prática de Medo Halimy, principalmente quanto à publicação de vídeos no TikTok, a fim de verificar como sua atuação se configura uma forma de ativismo. Para isso, nos baseamos em estudos que discutem o ativismo e, mais especificamente, o midiativismo, nos pautando sobretudo em autores como Braighi e Câmara (2018) e Foletto (2018). Além disso, propomos analisar essa atuação sob a perspectiva da Análise do Discurso materialista (AD), tomando como base o perfil do TikTok do jovem. Assim, pretendemos averiguar como os sentidos de resistência, denúncia e identidade palestina são construídos nesse *corpus* e como isso pode se relacionar à prática ativista. Para tanto, com base em trabalhos de Pêcheux ([1969] 1997) e Orlandi (2007; 2009), analisaremos as condições de produção desses vídeos e verificaremos como os conceitos de memória discursiva, posição-sujeito e silenciamento se aplicam nessa conjuntura.

Em síntese, inicialmente, abordaremos o referencial teórico que embasará nossas análises, o qual abarcará concepções que envolvem o ativismo, o midiativismo e os conceitos elencados para a análise dos vídeos com base na AD. Posteriormente, apresentaremos nossas análises, de modo a enquadrar a ação de Halimy como ativista e verificar como os conceitos da AD contribuem para esse pressuposto.

Ativismo e midiativismo: bases conceituais e teóricas

Diante do contexto de transformação nas práticas de mobilização e de intervenção política na sociedade contemporânea, o conceito de ativismo se tornou amplamente discutido no campo das Ciências Sociais e Humanas. Para Amaral, Monteiro e Souza (2015, p. 141-154), o ativismo é compreendido “como prática de resistência, isto é, como ação intencional contra uma força considerada hegemônica a fim de provocar mudança”.

Nesse viés, trata-se de uma prática que possui motivações sociopolíticas, na qual os sujeitos atuam em defesa de uma causa. Isso é reforçado por Braighi (2022, p. 84) ao apontar que o sujeito ativista pode ser visto como um “defensor(a) de uma causa, tendo-a como uma verdadeira ocupação (em meio a outras), ofício para o qual não visa obter capital qualquer a não ser a defesa e progresso positivo do que defende”. Em suma, o ativismo se liga a uma ação individual ou coletiva que busca contestar e transformar estruturas de poder, visando à luta pela defesa de direitos.

Em uma sociedade marcada pelo constante uso das mídias digitais, é preciso ressaltar também como as ações ativistas se constituem nessa conjuntura. A princípio, vale mencionar o conceito de mídia alternativa. Ao discorrer sobre esse tipo de mídia, Foletto (2018, p. 99) aponta que “ela só existe em relação à outra mídia – no caso, à chamada tradicional, mainstream, ‘grande mídia’, ou aquela dos veículos de referência”. Dessa forma, a mídia alternativa se constitui a partir da noção de uma mídia contra-hegemônica, ou seja, trata-se de veículos que se colocam fora do circuito das mídias hegemônicas, opondo-se aos modelos dominantes de produção e difusão de informação (Foletto, 2018).

A partir da concepção de mídia alternativa, é possível abordar alguns conceitos que partem dela, como o de midiativismo, definido por Foletto (2018, p. 97) como uma prática “[...] em que pessoas – ou grupos, organizados em rede – criam seus próprios relatos de acontecimentos (...) e assim disputam uma ‘guerra de narrativas’ com os veículos de referência”. A fim de complementar essa percepção, convém salientar que, segundo Eusebio (2016 *apud* Braighi; Câmara, 2018, p. 27), o midiativismo “[...] é a teoria do ativismo que utiliza a mídia e as tecnologias de comunicação para os movimentos sociais e políticos”. Assim, é uma prática marcada pelo uso das mídias como forma de atuação ativista. Em torno desse conceito, Braighi e Câmara (2018) indicam:

Midiativismo só se faz com midiativistas, sujeitos portadores de uma vontade solidária, que empreendem ações diretas transgressivas e intencionais, e veem as próprias capacidades de intervenção social, antes localizadas, sendo potencializadas. Isso, por meio de um registro midiático que visa necessariamente amplificar conhecimento, espalhar informação, marcar presença, empreender resistência e estabelecer estruturas de defesa (Braighi; Câmera, 2018, p. 36).

Entende-se que, para esses autores, presença, resistência, defesa, informação e conhecimento são as bases de uma prática ativista, o que apoia sua definição como tal. Logo, a posição e a ação do sujeito recebem destaque nessa concepção. Haja vista o intenso uso da internet na contemporaneidade, quanto ao ativismo digital, Deslandes (2018, p. 3133) declara que “de todas formas de agremiações existentes na internet, o ativismo social também ganhará novas expressões a partir das conexões em rede propiciadas pelas mídias digitais propagadas pela internet”. Essas redes possibilitam uma democratização das informações, uma vez que seus usuários podem tanto produzi-las quanto consumi-las nesses meios. Assim, as mídias digitais permitem um maior alcance das ações ativistas, as quais rompem fronteiras geográficas, possuindo grande capacidade de influência. Amplia-se, portanto, o espaço de visibilidade para pautas sociais e o engajamento popular diante de diversos contextos de exclusão, desigualdade e opressão.

A perspectiva materialista de Análise do Discurso

Na obra “Análise de discurso, uma introdução”, Dela Silva *et al.* (2022) traçam um percurso histórico sobre as origens da Análise de Discurso (AD), o qual se mostra relevante para a compreensão dos fundamentos teóricos desse campo de estudo. Como apresentam:

A expressão “análise do discurso” (*discourse analysis*, em inglês) é citada pela primeira vez pelo linguista norte-americano Zellig Haris, em 1952. E o discurso como objeto teórico é definido por Michel Pêcheux, em sua obra “Análise Automática do Discurso (AAD - 69)”, publicada na França, no final da década de 1960, como efeito de sentidos (Pêcheux, 1969/1997). Desde então, muito se falou e se fala em discurso... e tomá-lo como objeto de análise nos permite olhar para a linguagem considerando seu funcionamento sócio-histórico (Dela Silva *et al.*, 2022, p. 17).

Em consonância com as autoras supracitadas, *discurso* enquanto objeto teórico é o que interessa à AD, sobretudo à de linha francesa, que, para além da análise da fala ou de textos isolados, busca compreender os mecanismos de produção de sentido inscritos nas formações discursivas, nas relações de poder e nas posições de sujeito.

Nesse contexto, insere-se a Análise do Discurso de orientação materialista, embasada nos estudos de Michel Pêcheux, o qual, com sua tese de doutorado “Análise Automática do Discurso” (1969/1997), tornou-se reconhecido como fundador dessa vertente teórica. No Brasil, Eni Orlandi destaca-se com importantes obras publicadas que corroboram para o desenvolvimento e estudos da AD materialista. Um dos aspectos centrais da Análise do Discurso pecheutiana é a sua constituição interdisciplinar, conforme postula Orlandi (2009):

[...] se a Análise do discurso é herdeira das três regiões do conhecimento - Psicanálise, Linguística, Marxismo - não o é de modo servil e trabalha uma noção - a de discurso - que não se reduz ao objeto da Linguística, nem se deixa absorver pela Teoria Marxista e tampouco corresponde ao que teoriza a Psicanálise. Interroga a linguística pela

historicidade, que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele (Orlandi, 2009 p. 20).

Essa composição tripartite salienta que, embora a língua seja seu objeto central de observação, a AD materialista vai além da estrutura formal, pois busca compreender como os sentidos são produzidos na História. Para Orlandi, “Todo dizer é ideologicamente marcado. É na língua que a ideologia se materializa. Nas palavras dos sujeitos. Como dissemos, o discurso é o lugar do trabalho da língua e da ideologia.” (Orlandi, 2009, p.38). Desse modo, ratifica-se que o discurso não é um reflexo da realidade, mas um lugar de materialização da ideologia.

Além disso, para dar conta dessa complexidade, a AD materialista abarca conceitos fundamentais, como o de *condições de produção*, que diz respeito ao conjunto de elementos históricos, sociais, institucionais e ideológicos que, na visão de Dela Silva *et al.* (2022, p. 42), “são determinados tanto na situação imediata de enunciação, como no contexto sócio-histórico que determina o dizer”. Esses elementos fundam o contexto do discurso, afetando diretamente o que pode ser dito, por quem e de que modo.

Complementarmente, a noção de *memória discursiva* permite compreender como os dizeres não são formulações isoladas, mas atravessadas por sentidos anteriores. Com base nas leituras de Mariani (1996), Ferreira (2001, p. 20) afirma que “a memória discursiva faz parte de um processo histórico resultante de uma disputa de interpretações para os acontecimentos presentes ou já ocorridos”, indicando, portanto, o caráter conflituoso da memória marcada por disputas ideológicas que condicionam o modo como os sujeitos significam o presente a partir do passado.

Outro conceito importante para a AD materialista é a noção de *posição-sujeito* que é o “resultado da relação que se estabelece entre o sujeito do discurso e a forma-sujeito de uma dada formação discursiva” (Ferreira, 2001, p. 20), ou seja, o sujeito ocupa uma posição discursiva que o interpela e o autoriza (ou não) a proferir determinados dizeres. Por fim, é fundamental considerar o *silenciamento*. Orlandi, para elucidar tal conceito, toma como exemplo a censura imposta durante a ditadura militar no Brasil, afirmando que:

Pensada através da noção de silêncio, como veremos, a própria noção de censura se alarga para compreender qualquer processo de silenciamento que limite o sujeito no percurso de sentidos. Mas mostra ao mesmo tempo a força corrosiva do silêncio que faz significar em outros lugares o que não "vinga" em um lugar determinado. O sentido não para; ele muda de caminho. (Orlandi, 2007, p.13).

Sob essa ótica, o silenciamento, para a AD materialista, não implica necessariamente a interrupção da produção de sentidos, mas antes a sua reconfiguração. Ao impedir que determinados sentidos se estabilizem ou circulem em certos espaços, o silêncio impõe limites à enunciação, mas também desloca os sentidos para outros lugares possíveis. Dessa forma, o silêncio pode atuar tanto como forma de repressão quanto como forma de resistência.

Diante ao exposto, em suma, a Análise do Discurso materialista se estabelece como uma ferramenta teórica importante para compreender a relação imbricada entre linguagem, história e ideologia. Essa abordagem propõe uma análise que vai além da superfície do que é dito, permitindo compreender como os sentidos são construídos e disputados na sociedade. É, portanto, uma disciplina essencial para qualquer

estudo que busque investigar a materialidade da ideologia nos processos de significação.

A prática midiativista de Medo Halimy

Considerando as concepções referentes ao ativismo e ao midiativismo apresentadas no referencial teórico, propomos, neste tópico, analisar como a prática de Medo Halimy pode ser considerada uma forma de midiativismo. A princípio, tendo em vista a conceituação de ativismo de Amaral, Monteiro e Souza (2015) como prática de resistência que atua contra uma força hegemônica, nota-se que o ato de Halimy apresentar seu cotidiano na Faixa de Gaza coaduna com tal perspectiva, pois, por meio de seus vídeos, ele dá visibilidade a vozes silenciadas nesse contexto de conflitos, sendo ele uma vítima dessa circunstância. Assim, os vídeos publicados pelo jovem podem sensibilizar pessoas ao redor do mundo quanto a essa realidade, provocando uma reflexão crítica em relação às estruturas de poder que sustentam o violento cenário de guerra que cerca a região. Logo, essa prática se consolida como uma ação de resistência simbólica e política frente à situação de opressão vivida pelos palestinos.

É importante destacar que Halimy utiliza o TikTok - uma mídia digital -, por meio de um perfil independente, para desestabilizar uma narrativa dominante quanto à realidade da Faixa de Gaza feita pelas mídias internacionais, as quais tendem a se alinhar a discursos dos Estados com maior poder sociopolítico. Portanto, essa perspectiva nos leva a compreender sua atuação como uma prática que se vale da lógica da mídia alternativa. Logo, trata-se sobretudo de uma ação midiativista, pois, considerando a concepção de Eusebio (2016), citado por Braighi e Câmara (2018), o midiativismo se pauta no uso das mídias para os movimentos sociais, o que pode ser visto na atuação de Halimy, já que ele utilizava a plataforma digital como instrumento de mobilização social. Esse entendimento corresponde também à conceituação de Foletto (2018) do midiativismo como uma prática em que as

pessoas produzem seus próprios relatos, contrapondo-se a narrativas de veículos de referência, o que é exatamente o que o jovem palestino faz ao narrar o cotidiano em Gaza, mostrando a perspectiva de um habitante local.

Vale frisar que Halimy utilizava legendas em inglês em seus vídeos, além de falar o idioma em muitos deles. Por ser uma língua considerada global, dada sua ampla utilização pelo mundo, isso faz com que os vídeos tenham um alcance ainda maior. Portanto, a atuação do jovem permitiu que suas narrativas ultrapassassem as fronteiras geográficas, pois, com o uso da tecnologia e de recursos como um idioma dominante, ele conseguia materializar realidades não presenciais por meio da disseminação de informações para pessoas de diversas partes no mundo (DESLANDES, 2018).

Para aprofundar a análise da prática de Halimy como midiativista, nos fundamentamos nas bases do ativismo propostas por Braighi e Câmara (2018), os quais, como indicado anteriormente, apontam que os midiativistas se pautam em um registro midiático para “amplificar conhecimento, espalhar informação, marcar presença, empreender resistência e estabelecer estruturas de defesa (BRAIGHI; CÂMARA, 2018, p. 36). É importante observar, assim, se a atuação de Halimy perpassa essas noções.

Ao apresentar uma narrativa concorrente à da mídia hegemônica, levando ao público informações referentes ao cotidiano em Gaza, Halimy traz à tona um dos princípios do ativismo, o da informação, uma vez que seus vídeos servem como um meio de informar as pessoas sobre esse cenário. Desse modo, ele se valia do meio midiático para essa transmissão de informação, de modo a fazer com que a sociedade fosse afetada e tomasse posição diante dessa realidade. Consequentemente, isso esbarra em outra base do ativismo, o conhecimento, dado que essa difusão da conjuntura de Gaza pelas redes é capaz de fazer com que as pessoas conheçam as circunstâncias de vida das vítimas desse conflito, o que é feito em contraposição ao conhecimento gerado pela mídia hegemônica. Portanto, a prática de Halimy pode

ser concebida como uma ação que visa à geração de conhecimento e de questionamento quanto a essa realidade de crise humanitária vivida na região e quanto à forma como discursos diversos são construídos em relação a ela. Trata-se de um conhecimento situado, o qual é baseado nas vivências de quem realmente está inserido em um contexto de guerra.

Quanto ao princípio da presença, ele é fortemente marcado na figura de Halimy, pois sua imagem ganha força em seus vídeos, sendo ele o sujeito que, sendo vítima da guerra, atuava mostrando a condição de seu povo. Dessa maneira, ancorado em sua experiência, Halimy ocupava as mídias sociais para difundir informações e buscar dar visibilidade à realidade em que vivia. Ademais, tendo em vista a resistência como base do ativismo, a atuação do jovem palestino é assinalada pela resistência política diante do panorama de opressão em que seu povo vive, se opondo a uma força hegemônica que estrutura esse contexto de conflitos armados e resistindo, também, ao silenciamento e à dominação propagada pela dominação sofrida em Gaza. Nesse viés, é possível compreender que Halimy agia em defesa dos direitos do seu povo. Tomando o princípio ativista da defesa para essa apreensão, observa-se que o jovem palestino exercia um ato de defesa coletiva, uma vez que os vídeos mostravam não apenas sua vivência individual, mas a realidade de um povo, logo, suas narrativas também falavam por outros, os quais, assim como ele, tendem a ser silenciados em cenários de guerra.

A trágica morte de Halimy intensificou ainda mais o caráter ativista e o efeito de sua ação, fazendo com que ele se tornasse um mártir. O fato de o óbito ter sido resultado, possivelmente, de um ataque israelense, amplia ainda mais essa concepção, dado que o jovem divulgava justamente a crise humanitária que afetava seu povo devido ao cenário de guerra marcado por ataques e pela falta de direitos básicos decorrentes do conflito entre Israel e Palestina. Halimy, então, se tornou uma figura que simboliza a luta e a dor de um povo silenciado e cerceado pela guerra. Sua morte gerou grande comoção nas redes sociais on-line e aprofundou as

discussões quanto aos impactos da violência contra o povo palestino. Desse modo, seu martírio reforçou o efeito de seu ativismo, sendo que seus vídeos e sua história continuam agindo na divulgação da condição do povo palestino na Faixa de Gaza.

O ativismo de Halimy sob o viés da Análise do Discurso materialista

Com base na Análise de Discurso materialista, neste tópico, buscamos aprofundar a compreensão sobre a atuação ativista de Medo Halimy, por meio de uma análise discursiva de seu perfil no TikTok. Para isso, retomamos os conceitos já delineados na fundamentação teórica, os quais são: *condições de produção*, *memória discursiva*, *posição-sujeito* e *silenciamento*, por entendermos que são fundamentais para apreender a materialidade do *corpus* e os sentidos que nele se produzem.

O primeiro conceito da AD que se articula às práticas ativistas de Medo Halimy por meio da postagem de vídeos em seu perfil do TikTok é o de *condições de produção*. Segundo Dela Silva *et al.* (2022), essas condições abrangem o conjunto de elementos históricos, sociais, institucionais e ideológicos que determinam o que pode ser dito, por quem e de que modo. No caso de Halimy, o cenário imediato de enunciação é a Faixa de Gaza, região atravessada por um histórico conflito e por uma severa crise humanitária, intensificada pelos bombardeios que atingiram o local em 2023⁶⁵. Contexto este que impôs a Halimy e aos seus familiares a busca por abrigo em Muwasi, litoral de Gaza, que Israel classificou como zona segura humanitária.⁶⁶

⁶⁵ Informação disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2023-10/israel-bombardeia-gaza-soldados-lutam-com-hamas-em-terra> Acesso em 22 de jun. 2025.

⁶⁶ Informação disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/08/31/tiktok-palestino-que->

Entre os conteúdos postados por Halimy, destaca-se um vídeo publicado em 23 de agosto de 2024⁶⁷, que, até o momento desta análise, alcança 1.6 milhão de visualizações. Nele, o jovem retoma os acontecimentos da noite de 7 de outubro de 2023, ao registrar, em meio aos escombros de sua casa e das moradias ao redor, a destruição provocada pelos ataques. O tom de sua voz, a expressão facial e os elementos visuais apresentados, mesmo sendo inescapáveis, não são escolhas aleatórias, mas sim a materialização das violências e privações enfrentadas pela população palestina. A fragilidade do cenário, com presença constante de sinais de conflito, serve como denúncia das condições de vida em Gaza. A urgência e a espontaneidade que transparecem na gravação são uma resposta direta às condições de produção nas quais o jovem não produz um conteúdo para o entretenimento, mas sim um registro verdadeiro e imediato de uma realidade de sobrevivência.

Outro material que merece destaque é o último vídeo⁶⁸ postado por Halimy poucas horas antes de sua morte em 26 de agosto de 2024, que, até o presente momento, possui 7.1 milhões de visualizações. Nele, podemos observar que nada havia mudado desde o ataque de Israel, em outubro de 2023. A repetição de elementos visuais, tais como a destruição, a escassez de recursos e a sobrevivência em um ambiente adverso, reafirma a materialidade das condições em Gaza. A forma como Halimy se apresenta, mesmo que sem grandes recursos técnicos, mas com a autenticidade de quem vive a realidade que narra, revela que o seu dizer é indissociável do lugar de onde se fala. As condições de

mostrava-rotina-dentro-da-faixa-de-gaza-morre-em-bombardeio.ghml Acesso em 22 de jun. 2025.

⁶⁷ Vídeo disponível em: https://www.tiktok.com/@medohalimy/video/7406371413113752839?is_from_webapp=1&sender_device=pc&web_id=7518789608004666886

⁶⁸ Vídeo disponível em: https://www.tiktok.com/@medohalimy/video/7407109822115499272?is_from_webapp=1&sender_device=pc&web_id=7518789608004666886 Acesso em 22 de jun. 2025.

produção, portanto, não são apenas cenários externos ao discurso, mas elementos constitutivos que imbuem suas palavras e imagens de um sentido particular de denúncia, urgência e resistência.

Outro conceito importante da AD materialista observável no perfil do TikTok de Halimy é a noção de *memória discursiva*. Ferreira (2001), ao citar Mariani (1996), revela que os dizeres não são formulações isoladas, mas estão atravessados por sentidos anteriores e por uma constante disputa de interpretações para os acontecimentos presentes ou passados. O discurso de Medo Halimy, ao narrar o presente em Gaza, dialoga com uma complexa memória discursiva sobre a Palestina, o conflito Israel-Palestina e, sobretudo, a própria identidade palestina.

Mesmo que Halimy não cite explicitamente eventos históricos em seus vídeos, sua narrativa está profundamente pautada em uma memória discursiva de resistência que transcende a esse conflito. A escolha de vocábulos como “genocídio” (muitos de seus vídeos são iniciados pela frase: “plantando todo dia até que este Genocídio acabe”⁶⁹) e a ação de plantar alimentos, mesmo em meio ao caos, é, nas palavras do próprio jovem, “uma forma de resistência. Eu trago vida à terra. Eles [Israel] tiram a vida, mas eu a trago de volta. Espero que minhas plantas tenham raízes fortes no solo, assim como nós, palestinos [...]”⁷⁰. Tal persistência diante da adversidade se insere em uma longa história de opressão, deslocamento e resistência do povo palestino. Quando Halimy mostra sua tenda e dificuldade de acesso a

⁶⁹ No original: Planting every day until this genocide is over. Vídeo disponível em:

https://www.tiktok.com/@medohalimy/video/7401551446379941137?is_from_webapp=1&sender_device=pc&web_id=7518789608004666886 Acesso em 22 de jun. 2025.

⁷⁰ Tradução nossa. Fala original, em inglês, disponível em: https://www.tiktok.com/@medohalimy/video/7401551446379941137?is_from_webapp=1&sender_device=pc&web_id=7518789608004666886 Acesso em 22 de jun. 2025.

recursos básicos, ele evoca, ainda que implicitamente, a Nakba⁷¹, as sucessivas ocupações e os bloqueios. Sua voz se torna um elo entre o passado e o presente, mantendo viva a memória de um povo que se recusa a ser esquecido ou subjugado.

Apesar de sua juventude, Halimy posiciona-se como um porta-voz de uma identidade coletiva palestina. Sua individualidade, enquanto um jovem que compartilhava vídeos no TikTok, funde-se com a coletividade de seu povo. Ele não se apresenta como um indivíduo isolado, mas como parte de uma experiência compartilhada. As imagens que ele capta e as histórias que ele conta são representativas de milhares de palestinos. Essa fusão entre o *eu* e o *nós* é um traço marcante da identidade palestina na memória discursiva, na qual a luta individual é inseparável da luta coletiva. Simbolicamente, ele carrega o peso e a esperança de sua comunidade.

A dor e a resiliência são elementos centrais na construção da identidade palestina na memória discursiva, e Halimy as materializa vividamente em seus vídeos. Ele não esconde o sofrimento, mas também mostra a capacidade de continuar, de encontrar pequenos momentos de normalidade e esperança em meio à dura realidade. Isso reforça a narrativa de um povo resiliente, que persiste em sua terra ancestral apesar das adversidades. A presença de elementos culturais palestinos, mesmo que sutis, como a fala local ou a menção a costumes, também evoca essa memória, conectando-o a um passado e a uma herança cultural que resistem à tentativa de apagamento.

Avançando em nossa análise, a noção de *posição-sujeito* é fundamental na Análise de discurso materialista, sendo o “resultado da relação que se estabelece entre o sujeito do discurso e a forma-sujeito de uma dada formação discursiva” (FERREIRA, 2001, p. 20). É essa posição sujeito que o autoriza, ou não, a

⁷¹ Catástrofe palestina. Mais informações em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=451764#:~:text=Nakba.,palestinos%2C%20em%20sua%20hist%C3%B3ria%20recente>. Acesso em 22 de jun. 2025.

proferir determinados dizeres. Medo Halimy, em seus vídeos, ocupa uma posição de sujeito específica e estrategicamente influente, que confere autoridade e impacto ao seu discurso, haja vista que o jovem se posiciona como uma testemunha e ao mesmo tempo uma vítima do conflito em Gaza. Essa posição confere autenticidade ao seu discurso. Ele fala “de dentro”, como alguém que vive e sente na pele as consequências diárias do bloqueio, dos bombardeios e da crise humanitária.

A autoridade de sua fala é construída a partir de múltiplos fatores. Sua vivência é a base de sua legitimidade. Quem pode falar melhor sobre Gaza do que alguém que vive ali? Além disso, seu domínio da linguagem das redes sociais o torna acessível e autêntico para uma audiência ampla. Ele não é um acadêmico ou um político tradicional, mas um jovem que usa a linguagem de sua geração para um propósito sério. Essa combinação o autoriza a proferir dizeres (FERREIRA, 2001) que, vindo de outras fontes, poderiam ser vistos com desconfiança ou ignorados. Algo que não acontece, haja vista que Halimy foi e é reconhecido por seus seguidores como uma voz genuína.

No que diz respeito ao *silenciamento*, Orlandi (2007) o conceitua não apenas como a interrupção da fala, mas o caracteriza também como a reconfiguração e o deslocamento de sentidos. Em contextos como o da Faixa de Gaza, o silenciamento pode ser imposto de diversas formas, desde a censura direta e a repressão de vozes dissonantes até a invisibilização midiática e a construção de narrativas que deslegitimam a experiência palestina. A prática ativista de Medo Halimy atua justamente nas brechas desse silenciamento, buscando não apenas preencher lacunas de informação, mas também ressignificar os sentidos atribuídos à Faixa de Gaza e ao povo palestino. Embora seus vídeos pudessem ser alvo de censura ou ter o alcance limitado por algoritmos ou políticas de plataforma, a decisão de Medo Halimy de produzir e publicar é um ato de resistência ao silenciamento. O TikTok apesar de seus limites, permitiu-lhe uma visibilidade que canais tradicionais dificilmente lhe proporcionariam.

Ainda nesse viés, retomando a inclusão de legendas e falas em inglês⁷², nos vídeos de Halimy, tal ação atua como estratégia para romper o silenciamento geográfico e linguístico, ampliando o alcance de sua mensagem. O jovem convida o espectador a sentir a realidade, não apenas a compreendê-la, o que promove uma identificação mais profunda. Assim, o ativismo de Halimy não é apenas uma denúncia de fatos, mas um trabalho ativo de ressignificação de sentidos, desafiando narrativas dominantes e rompendo os limites impostos pelo silêncio. Essa prática discursiva ilustra a afirmação de Orlandi (2007, p.13) de que “o sentido não para; ele muda de caminho”.

Considerações Finais

Neste trabalho, buscamos compreender como a prática de Medo Halimy pode ser interpretada como uma ação midiativista, bem como analisar os efeitos de sentido produzidos em seus vídeos pela ótica da Análise do Discurso materialista. A partir do perfil do jovem no TikTok, observamos que sua atuação não se restringia à exposição costumeira da rede social, *posts* sobre vivências pessoais ou entretenimento, mas se estabelece como uma prática discursiva de resistência e denúncia frente à crise humanitária vivida na Faixa de Gaza.

Com base nos estudos sobre ativismo e midiativismo, reconhecemos que Halimy se inscreve como sujeito midiativista ao se apropriar de uma mídia digital não tradicional e, a partir dela, produzir e propagar conteúdos que amplificam a voz palestina que tem sido historicamente silenciada.

Por meio da abordagem da AD foi possível apontar a materialidade ideológica da prática discursiva de Halimy. Suas falas são indissociáveis das condições de produção que o atravessam. A memória discursiva mobilizada em seus vídeos está diretamente ligada a uma longa trajetória de resistência do povo palestino,

⁷² Mencionado na seção 3.1 “A prática midiativista de Medo Halimy”.

retomando, ainda que implicitamente, elementos históricos como a Nakba e os sucessivos processos de expulsão e apagamento.

Esta análise buscou, assim, analisar como os discursos de Halimy atuam na disputa por sentidos sobre a Palestina, mobilizando diferentes recursos discursivos e midiáticos para produzir visibilidade, afetar interlocutores e tensionar limites impostos pela mídia tradicional. A intersecção entre midiativismo e análise do discurso revelou-se fundamental para compreender como sujeitos como Halimy se inscrevem no discurso e resistem, mesmo sob condições adversas.

Referências bibliográficas

- AMARAL, A.; SOUZA, R. V.; MONTEIRO, C. De Westeros no #vempraruá à shippagem do beijo gay na TV brasileira. **Ativismo de fãs: conceitos, resistências e práticas na cultura digital**. *Galáxia (São Paulo)*, n. 29, p. 141–154, jan. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gal/a/mjWCgwg4ftqccdpjdPy9HZy/?lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2025.
- BRAIGHI, A. A.; CÂMARA, M. T. **O que é midiativismo? Uma proposta conceitual**. In: BRAIGHI, A. A.; LESSA, C.; CÂMARA, M. T. (org.). **Interfaces do midiativismo: do conceito à prática**. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2018. p. 25–42.
- BRAIGHI, A. A. Ativismo contra a corrupção em hackathons no Brasil. **Fronteiras – Estudos Midiáticos**, v. 24, n. 2, p. 82–94, 2022. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/23678>. Acesso em: 20 jun. 2025.
- DELA-SILVA, S.; LUNKES, F. L.; GARCIA, D. A.; BAALBAKI, A. **Análise de discurso: uma introdução**. Niterói: Eduff, 2022. p. 17–42.

DESLANDES, S. F. O ativismo digital e sua contribuição para a descentralização política. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 10, p. 3133–3136, out. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/qmYg4yygsigWwmQ8MvHVM5N/?lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2025.

FERREIRA, M. C. **Glossário de termos do discurso**. Porto Alegre: Instituto de Letras/UFRGS, 2001. p. 20.

FOLETTTO, L. F. **Midiativismo, mídia alternativa, radical, livre, tática: um inventário de conceitos semelhantes**. In: BRAIGHI, A. A.; LESSA, C.; CÂMARA, M. T. (org.). **Interfaces do midiativismo: do conceito à prática**. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2018. p. 95–110.

MARIANI, B. **O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922–1989)**. 1996. 256 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1996. Disponível em: <20.500.12733/1584722>. Acesso em: 21 jun. 2025.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio: no movimento do sentido**. 6. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007. p. 13.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009. p. 20–38.

PÊCHEUX, M. **Análise automática do discurso (1969)**. Tradução de E. Orlandi. In: GADET, F.; HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

CONCEPTUALIZACIÓN METAFÓRICA DE LAS EMOCIONES Y OTROS CONCEPTOS EN EL LIBRO *CÓMO HACER QUE TE PASEN COSAS BUENAS* DE MARIAN ROJAS ESTAPÉ

Gianella Di Criscio⁷³

Para nadie es un secreto el boom tan grande que ha tenido el discurso de autoayuda en las últimas décadas. Desde los libros que prometen mostrar maneras de hacerse rico, mejorar la salud mental y aprender a relacionarse con otras personas, hasta las charlas TED que en pocos minutos y por un módico precio enseñan a conseguir pareja; los discursos motivacionales han reinado en la sociedad y se han posicionado en los eslabones más altos de las ventas y popularidad actual. Ahora bien, ¿qué hace que estos discursos sean tan famosos? Según Javier Pizarro (2016) esto se debe a que “ante un panorama descentrado, la autoayuda puede interpretarse como una promesa de alivio, un saber en el cual creer, una medida de auxilio para ciertos individuos” (p. 11). Es así como este género ha causado tanta afinidad con el público, porque en un mundo donde la terapia es tan necesaria, pero la economía no ayuda y el abrir los sentimientos a un desconocido tampoco, la mejor forma de tratarse es comprando un libro de veinte dólares que promete ayudarte a mejorar tu vida.

Debido a la falta de estudios en este campo discursivo, en el presente trabajo busca realizar una investigación acerca de las metáforas conceptuales de un discurso de autoayuda. Se escogió este análisis de metáforas porque los estudios que existen acerca del discurso de autoayuda están dirigidos al análisis del género como el de Vanina Papalini (2010) o a las estrategias discursivas

⁷³ Universidad central de Venezuela. Email: dicrisciodiazgianella@gmail.com

que utilizan los autores de estos discursos como el de Lourdes Díaz y María Harrington (2021).

Por lo tanto, el presente trabajo ofrece una nueva visión, ya que, no busca comprender los mecanismos discursivos sino la forma de conceptualizar las emociones en un libro de autoayuda que pretende enseñar a sus lectores “como hacer que te pasen cosas buenas”. Fue escogido este objetivo porque llama la atención cómo Marian Rojas Estapé, siendo psiquiatra, metaforiza conceptos tan abstractos como son las emociones y argumenta cómo mejorarlas.

Para todo esto se va a estar utilizando la base de las metáforas conceptuales propuestas por Lakoff y Johnson en 1980 y se va a usar la metodología del análisis crítico de la metáfora de Charteris Black expuesta en su libro *Corpus Approaches to Critical Metaphor Analysis* publicado en 2004.

Dicho esto, esta investigación parte del supuesto de que en el discurso de Estapé hay una gran cantidad de metáforas orientacionales para referirse a las emociones, metáforas de “la vida como camino” y el uso de metáforas para conceptualizar procesos científicos.

Se plantean las siguientes preguntas de investigación: ¿Cuáles son los dominios de metáforas conceptuales más usadas por la autora? ¿Cómo conceptualiza las nociones abstractas? ¿Hay una diferencia entre la conceptualización de nociones abstractas como la vida o las emociones a nociones clínicas como las hormonas? ¿Hay algún momento en el se utilice metáforas conceptuales para explicar términos médicos?

El objetivo general de esta investigación es analizar las metáforas sobre las emociones y la vida presentes en el libro *Cómo hacer que te pasen cosas buenas*, de Marian Rojas Estapé, con el fin de identificar y determinar las representaciones discursivas que estructuran su propuesta. De manera específica, el estudio se orienta a determinar las representaciones sociodiscursivas de las emociones y de la vida a partir del uso de metáforas, examinar la

función que cumplen las metáforas conceptuales en el discurso científico de divulgación y comparar la conceptualización de nociones clínicas, como las hormonas y el funcionamiento del cerebro, con nociones abstractas tales como el perdón y la felicidad.

Marco teórico

Como principal fundamento teórico para esta investigación se van a usar los conceptos de Lakoff y Johnson (1998), donde expresan que la metáfora está presente en la vida cotidiana y la conciben como un modo de conceptualizar el pensamiento. Postulan que la metáfora va más allá del lenguaje:

Nuestros conceptos estructuran lo que percibimos, cómo nos movemos en el mundo, la manera en que nos relacionamos con otras personas. Así que nuestro sistema conceptual desempeña un papel central en la definición de nuestras realidades cotidianas (p. 39).

En esta teoría los autores ofrecen la siguiente clasificación para las metáforas conceptuales: estructurales, orientacionales y ontológicas. La primera la definen como “casos en los que un concepto está estructurado metafóricamente en términos de otro” (p. 50) y ponen el ejemplo de “LA COMUNICACIÓN ES UN ENVÍO” o “EL TIEMPO ES DINERO”. Las segundas las definen como metáforas que organizan “un sistema global de conceptos con relación a otros” (p. 50). Estas metáforas se llaman así porque suelen estar relacionadas con la orientación espacial. Suelen ser “arriba-abajo, dentro-fuera, profundo-superficial, central-periférico” (p. 50). Algunos ejemplos de estas metáforas son “FELÍZ ES ARRIBA/ TRISTE ES ABAJO”, “LO CONSCIENTE ES ARRIBA/ LO INCONSCIENTE ES ABAJO”. Finalmente, dicen acerca de las terceras que

Nuestras experiencias con objetos físicos (especialmente nuestros propios cuerpo) proporcionan la base para una variedad extraordinariamente amplia de metáforas ontológicas, es decir, formas de considerar acontecimientos, actividades, emociones, ideas, etc., como entidades y sustancias (p. 64).

Esto quiere decir que las metáforas ontológicas son aquellas que aparecen cuando se consideran entidades abstractas o actividades a través de la experiencia corporal o la que tenemos con objetos físicos y la ejemplifica en “LA INFLACIÓN ES UNA ENTIDAD”, “LA MENTE ES UNA MÁQUINA” o “LA MENTE ES UN OBJETO FRÁGIL”.

Para el análisis, se va a usar de fundamento el análisis crítico de la metáfora de Charteris Black (2004). El autor explica que este método tiene como propósito revelar cuáles son las intenciones que se encuentran debajo del uso de ciertas metáforas y ver cuáles pueden ser las ideologías a las que estas pertenecen. Este método incorpora la lingüística cognitiva, aproximaciones pragmáticas a la metáfora, análisis crítico del discurso y lingüística de corpus (Charteris Black, 2004).

Según el autor lo plantea, el análisis crítico de la metáfora consta de tres etapas: identificación de metáforas, interpretación de metáforas y explicación de metáforas. En la primera se debe leer detenidamente el texto, sacar una muestra de palabras que pueden ser metáforas y luego evaluar cuáles de ellas están invocando el significado de segundo orden y cuáles se quedan en el sentido literal. En la segunda se considera qué tan proactivas son las expresiones para crear una representación que resulte importante socialmente, básicamente, qué tan bien cumplen el efecto deseado. Y en la tercera se envuelve el identificar el agente social que está envuelto en su producción y su rol en la persuasión social. Es identificar la función de las metáforas que nos permite

establecer la motivación ideológica y retórica en el discurso (Charteris Black, 2004).

Marco metodológico

La metodología que se escogió para el análisis de metáforas fue la de Charteris-Black (2004). Por lo mismo, los pasos para realizar el análisis fueron los siguientes: en primer lugar, se realizó la lectura del corpus y la identificación de las metáforas. En esta primera fase se descartaron aquellas que no cumplían con un significado de segundo orden. Luego, se resaltan aquellas cuya representación era más clara. Y, finalmente se pasó a la explicación de las metáforas, lo que consiste en explicar qué propósito cumplen, en qué dominio se encuentran y cómo afectan al discurso.

Cabe aclarar que para dividir el análisis se tomaron en cuenta los dominios de macrometáforas y después se explicaron los pequeños grupos que se encuentran dentro de ellos. Se escogió esta metodología porque permite un análisis completo y explicativo. Las categorías diacursivas y los dominios de metáforas encontrados son los siguientes:

Cuadro 1: Cuadro de categorías

Categorías discursivas	Dominios metafóricos
Metáforas convencionales • Estructurales • Orientacionales • Ontológicas	• Metáforas de viaje • Metáforas naturales • Metáforas de salud • Metáforas de conflicto • Metáforas de máquina

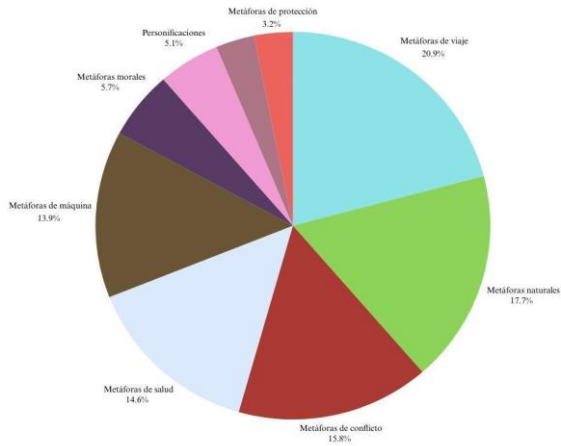
Metáforas nuevas	• Metáforas morales y religiosas • Personificaciones • Metáforas de protección • Metáforas de marca

Fonte: Autora

Resultados

Se analizaron 158 metáforas. Estas se dividen de la siguiente manera: 33 son metáforas de viaje, 28 naturales, 25 de conflicto, 23 de salud, 22 de máquina, 9 morales y religiosas, 8 personificaciones, 5 de marca y 5 de protección.

Cuadro 2: gráfico de distribución de dominios metafóricos



Fonte: Autora

Metáforas de viaje

Las metáforas de viaje son el dominio que está más presente en el corpus escogido. En este dominio la metáfora más repetida es LA VIDA COMO CAMINO: “La vida *da muchas vueltas* y quizá llegue a sorprenderte” (p. 36), “A lo sencillo se tarda tiempo en *llegar*” (p. 25), “La vida me ha *llevado* por muchos derroteros” (p. 10), “La vida es un constante volver a empezar, un *camino donde uno atraviesa* situaciones alegres o incluso instantes de felicidad” (p. 18).

Esta metáfora estructural de LA VIDA COMO CAMINO es uno de los ejes de la conceptualización de la autora. En ella pone a la vida como una carretera o un camino por el que la persona transita. De esta conceptualización surge también la metáfora estructural LA FELICIDAD ES UNA META: “*DESTINO: LA FELICIDAD*” (p. 13), “No hay *guías rápidas ni atajos* que aseguren la felicidad” (p. 13). En esta representación, la autora conceptualiza la felicidad como el lugar al que se quiere llegar en el camino de la vida. La presenta como un destino al que no es fácil llegar porque hay muchísimos obstáculos que superar antes de alcanzarla. Dichos obstáculos ella los conceptualiza como las emociones negativas, por lo que activa la metáfora EMOCIONES NEGATIVAS COMO OBSTÁCULOS: “Ya no tengo miedo, lo he *superado*” (21), “Es en ese ecosistema en el que surge la ansiedad, el miedo patológico que nos bloquea e *impide* hacer una vida normal” (82). “La culpa no ayuda, no te hace crecer. No te quita la pena, la angustia o la desesperanza. No es constructiva. Es solo una emoción tóxica que te *impide avanzar* y que hay que procesar y destruir” (p. 68).

Esta metáfora remite al movimiento impedido. En la conceptualización de la autora: al camino de la vida se oponen las emociones negativas. Como se puede ver en estos ejemplos también se encuentran metáforas de otros dominios como el de la máquina o el de la salud, de los cuales se hablará más adelante, esto demuestra que una sola expresión metafórica puede mezclar varios dominios y no perder o chocar en los significados. Es

importante mencionar que solo utiliza la metáfora del obstáculo con emociones y sentimientos negativos.

Ahora bien, algo interesante de este dominio es que, en algunas partes, las emociones negativas están conceptualizadas como vehículos: “Algunos sentimientos de culpa pueden *conducir* a estados de ánimo severos” (p. 67), “El dolor *conduce* a la verdadera madurez de la personalidad, a la entrega a los demás y a un mayor conocimiento de uno mismo” (p. 25), “EL SUFRIMIENTO PUEDE SER *LA VÍA DE ENTRADA* A LA FELICIDAD” (p. 24).

En estas expresiones se activa la metáfora EMOCIONES NEGATIVAS COMO VEHÍCULOS. En esta metáfora, las emociones negativas pueden llevar a un mal camino, como en el primer ejemplo, y en otras pueden llevar a lugares mejores, como la madurez y el conocimiento en el segundo ejemplo o a la felicidad como en el tercer ejemplo.

Como se pudo ver, la autora utiliza este dominio para conceptualizar la vida y las emociones. La metáfora LA VIDA COMO CAMINO es una conceptualización bastante recurrente y es una metáfora convencionalizada, pero la autora le agrega sus matices al referirse a la felicidad como una meta y las emociones negativas como vehículos u obstáculos en dicho viaje.

Metáforas naturales

Este es el dominio que más interesante me resultó de todos los que analicé. Esto debido a que el eje de este dominio es la metáfora nueva: EL INCONSCIENTE ES UN MAR. Algunas expresiones de este dominio son: “Entremos a *bucear* en el interior del ser humano” (p. 25), “*Profundiza* en ellos, en sus vidas, aficiones y profesiones” (p. 31), “Eso le lleva a *bundirse* más y más porque los días que tiene a los niños con él evita ir a su casa para que no vean dónde está viviendo” (p. 36), “Los padres deben ser capaces de *bucear* en esos niños apagados que *flotan a la deriva*, pierden la

ilusión o cambian su forma de ser” (p. 72), “Al analizar su personalidad a *fondo* encontramos una mujer con rasgos de personalidad evitativos” (p. 72) ,“En el *fondo de cada uno existen maravillas y tesoros* que se revelan cuando alguien quiere de verdad” (p. 27).

En este análisis se descubrió que la autora utiliza el mar para conceptualizar al inconsciente y el análisis del mismo. Esta es una metáfora que podría catalogarse como nueva porque no está convencionalizada, por lo que resulta en uno de los mayores descubrimientos de este trabajo. En esta conceptualización el inconsciente es un mar en el que es necesario indagar para poder conocer a las personas, pero que es perjudicial cuando nos hundimos o encerramos en él.

Otra metáfora de este dominio es la de EMOCIONES NEGATIVAS COMO DESASTRES NATURALES: “Los episodios que nos *arrasan* física y psicológicamente van dejando una huella importante en nuestra biografía” (p. 18), “Si consigues darte cuenta y frenar por un instante la *cascada* que está a punto de surgir, aunque sea por unos segundos, estarás ganando” (p. 87), “El sufrimiento en la vida puede ser realmente doloroso y *tormento*so” (p. 76), “Cuando ese *torrente* que emana del sufrimiento es aceptado de manera «sana», uno adquiere un dominio interior importante y fundamental para la vida” (p. 22).

Como se puede ver en esos ejemplos, las emociones negativas suelen estar conceptualizadas como tormentas o desastres naturales que incluyen cuerpos de agua. Esta metáfora estructural la utiliza solo cuando hace referencia a emociones negativas. En general, este dominio parte de la metáfora EL MAR COMO INCONSCIENTE y la autora crea las demás conceptualizaciones que tienen que ver con algunas emociones negativas como desastres naturales que incluyen el agua.

Metáforas de conflicto

La autora utiliza las metáforas de conflicto para conceptualizar muchas nociones por lo que voy a hacer un resumen de las metáforas que más usa. Primero tenemos LA VIDA COMO BATALLA: “La forma en la que nos *enfrentamos* a la vida tiene un gran impacto en lo que nos sucede” (p. 11), “El sufrimiento en la vida puede ser realmente doloroso y tormentoso, razón por la cual hay que *luchar* para superar ese daño” (p. 76). Utiliza esta metáfora estructural para representar la vida como un lugar en el que hay que luchar para alcanzar lo que se quiere.

Otra metáfora es EL MIEDO COMO ENEMIGO: “El miedo se *vence* cambiando” (p. 90) “A veces el miedo es tan intenso que realiza un *golpe de Estado*” (p. 90), “El miedo, en principio un mecanismo primario de defensa, se puede convertir en nuestro gran *enemigo* y perturbar nuestra percepción de la vida” (p. 81).

En estos ejemplos se ve al miedo como un enemigo peligroso que comienza siendo un mecanismo de defensa, pero que hace daño a la percepción de la vida. Va a los extremos con representaciones claras y fuertes como el “golpe de Estado”, pero igualmente muestra al miedo como un enemigo que se puede vencer, lo que resulta en una conceptualización interesante.

Otra metáfora que utiliza es LAS PALABRAS SON ARMAS: “Más vale aprender a gestionar a esa persona —a veces será conveniente distanciarse de ella— que *degollarla* con tus palabras” (p. 37). Aquí el mensaje es claro y pone a las palabras como un agente que no solo hace daño sino que ofrece una muerte instantánea. Nuevamente, va a los extremos.

Por otro lado, este dominio también se utiliza para explicar fenómenos científicos como las subidas hormonales o el funcionamiento de ciertas estructuras del cerebro como en:

Yo le explico que está sometido a un estrés excesivo, que al estar constantemente alerta ha derivado en una alteración de su sistema de supervivencia, que ha *disparado* los niveles de cortisol en su organismo para ayudarle a

superar las situaciones tan exigentes a las que se enfrenta en su día a día (p. 88).

También se encuentran las expresiones: “Guillermo sufría de *«secuestro amigdalar»* por este tema” (p. 85), “La amígdala le había *puesto en guardia* debido a que el aparcamiento de noche es —en su zona de recuerdos— un lugar de riesgo, y que la persona que acude tras ella también” (p. 84).

En el primer ejemplo, utiliza la metáfora LAS HORMONAS SON ARMAS, esta conceptualización la utiliza mayormente cuando explica las subidas hormonales que generan el estrés o la ansiedad. En el segundo y tercer ejemplo utiliza las expresiones metafóricas para explicar el proceso de liberación de hormonas que hace la amígdala cuando presiente peligro. Para este caso propongo la metáfora LA AMÍGDALA COMO ENEMIGO porque cumple el mismo trabajo que el miedo: es un sistema de defensa que puede ser muy perjudicial porque cuando llega a su máximo termina incapacitando a la persona que lo padece.

Finalmente, en este dominio también se encuentra la terapia conceptualizada con metáforas de arquería. La autora utiliza metáforas como: “cómo está trabajando su interior y qué *diana terapéutica* posee la medicación administrada” (p. 73) y “Tu *punto de mira* está en ti, en tus limitaciones o en tus errores” (p. 67)

En el primer ejemplo se puede ver la metáfora TERAPIA ES ARQUERÍA porque la medicación y la terapia dependen del enfoque que se esté buscando. Y para la segunda propongo INTROSPECCIÓN COMO OBJETIVO debido a que conceptualiza la introspección como un objetivo de un francotirador.

Metáforas de salud

En este dominio se encontraron 23 expresiones metafóricas. La autora suele usar mucho la antítesis. Y este dominio lo utiliza para conceptualizar las emociones. Como primera metáfora tenemos EMOCIONES POSITIVAS COMO CURA: “la esperanza de superarlo, puede resultar un *bálsamo para aliviar* las heridas” (p. 78), “Perdonar *alivia* el dolor” (p. 77), “¿Te sorprende que el amor a un recuerdo pueda *mitigar* el dolor?” (p. 45) y

Fundamenté el proceso en «comprender es *aliviar*». Esto significa que cuando comprendes o entiendes las razones que impulsan a alguien a herirte –su biografía, su forma de ser, su envidia, sus conflictos internos...– consigues *aliviar* tu sufrimiento (p. 75).

En estos cuatro ejemplos se puede ver cómo se activan metáforas de EMOCIONES POSITIVAS COMO CURA. Aunque la representación sea distinta (a veces, la conceptualiza como un bálsamo, otras como un analgésico) suelen regirse por la metáfora EMOCIONES POSITIVAS COMO CURA.

Por otro lado, conceptualiza a las emociones negativas como una enfermedad: “Pocas emociones pueden resultar tan *tóxicas y destructivas* como la culpa” (p. 67), “Por culpa de esa herida, de ese *veneno*, de ese resentimiento, puedes convertirte en alguien amargado, al no ser capaz de soltarlo” (p. 77)

En estos ejemplos se activa la metáfora SENTIMIENTOS NEGATIVOS COMO ENFERMEDADES, se puede ver también que las conceptualizaciones van más hacia extremos, como en el caso de las metáforas de conflicto, las emociones negativas se ven como agentes mortíferos (venenos o tóxicos), mientras que las emociones positivas se ven como algo más tranquilo (bálsamo o analgésicos).

Dentro de este dominio es común que la autora ponga los opuestos en una misma frase o que conceptualice lo que “hace mal” y lo que “hace bien” juntos. Aquí entra la antítesis: “Solo existe un *antídoto* al sufrimiento, al dolor y a la enfermedad: el amor” (p. 25), “EL *ANTÍDOTO* AL SUFRIMIENTO: EL AMOR” (p. 26), “Las conexiones sociales nos *benefician* y la soledad *mata*” (p. 28).

En estos ejemplos se sigue evidenciando la diferencia en la conceptualización de las emociones negativas donde son más extremistas que las de las positivas. Exceptuando al amor que se presenta como el antídoto al veneno del sufrimiento. En resumen, este dominio se utiliza, mayormente, para conceptualizar emociones tanto positivas como negativas.

Metáforas de máquina

En el corpus se encontraron 22 metáforas de máquina. La metáfora más recurrente era LA MENTE COMO COMPUTADORA como se puede evidenciar en los siguientes ejemplos: “al consumir cafeína *bloqueamos* los receptores del cerebro sensibles a la adenosina. En ese momento el cerebro ya no *recibe la señal* de que «tiene sueño» ” (p. 104), “para que poco a poco vaya *desbloqueando* la tensión acumulada en su cerebro” (p. 89). En estos ejemplos se puede ver que se refieren a los receptores o las tensiones de la mente como algo que se bloquea.

La autora también usa esta metáfora del “bloqueo” para referirse a lo emocional como en: “Es útil para pacientes con traumas severos (muertes, atentados, abusos psicológicos o físicos) u otros eventos difíciles que han *bloqueado* al paciente por alguna u otra razón” (p. 78), “No fue posible, ante esa revelación hecha con tal decisión e impunidad me *bloquee*” (p. 32). En ambos casos, utiliza esta metáfora ontológica para referirse a una reacción del cuerpo ante algún trauma o revelación.

Estas metáforas de la máquina también se encuentran cuando se refiere al funcionamiento del cerebro o de alguna de sus partes, por ejemplo: “El hipocampo —fundamental en la memoria y el aprendizaje— *codifica* sucesos amenazantes o traumáticos en forma de recuerdos” (p. 82), “Es decir, hablaríamos más de un trastorno en los *circuits* que en los propios transmisores en sí” (p. 70), “pero no está demostrado que ninguno de estos *circuits* posea una degeneración o disfunción clara responsable de la sintomatología” (p. 70)

Los tres ejemplos se podrían englobar en la metáfora LA MENTE ES UNA COMPUTADORA y demuestran que los procesos científicos no están libres del uso de metáforas conceptuales.

Ahora bien, quiero aclarar que Lakoff y Johnson (1998) decían en su libro que la metáfora más usada era LA MENTE COMO MÁQUINA. Me parece interesante señalar que, debido al avance tecnológico, la mente ya no se ve como una máquina industrial sino que, mayormente, se conceptualiza como una computadora, así como se vio en los ejemplos anteriores. Aún así, la autora utiliza la conceptualización LA MENTE COMO MÁQUINA en los ejemplos siguientes: “4. ¡CORTACIRCUITA ESE BUCLE EXPLOSIVO!” (p. 87) y “No hablar mal de nadie produce una enorme paz, es como un sedante incorporado en la *ingeniería* de nuestra conducta, incluso cuando nos lo pongan en bandeja” (37).

En general, en este dominio se evidencia cómo el discurso científico se vale de muchas expresiones metafóricas para explicar cómo funciona la mente. Y también evidencia cómo esta conceptualización se ha ido transformando junto al avance tecnológico.

Metáforas morales y religiosas

De este dominio se encontraron 9 expresiones y todas son orientacionales. La metáfora que rige este dominio es: EL PERDÓN ES ELEVACIÓN MORAL: “El perdón es un acto de amor, una *actitud superior* ante los demás y ante la vida” (p. 74), (el perdón) “Es una forma especial de entrega y *eleva* al ser humano” (p. 74). En estos ejemplos se ve que la autora conceptualiza el perdón con una metáfora orientacional que denota “arriba es bueno”.

Por este mismo lado, la autora sube de grado esta metáfora y crea EL PERDÓN ES PURIFICACIÓN:

Si no perdonamos, si no somos capaces de *purificarnos* podemos quedarnos *anclados* en el rencor, el odio y en la revancha. En la revancha decido que quiero devolver la ofensa al otro, quiero que sufran y que le sucedan cosas negativas (p. 78).

En este ejemplo, vemos como la metáfora se transforma y se contrapone con EMOCIONES NEGATIVAS SON ANCLAS. Como se dijo en el apartado 4.2. la autora utiliza mucho metáforas del mar, en este caso esta expresión podía incluirse en el dominio de metáforas naturales, pero como no es repetitiva se decidió incluirla en este dominio donde cumple la función de contraponerse a la metáfora EL PERDÓN ES PURIFICACIÓN. En general, la autora no suele usar metáforas morales, pero cuando las usa, las lleva al plano orientacional donde arriba es bueno y abajo es malo.

Personificaciones

En este dominio solo se encontraron 8 expresiones metafóricas. Algunos ejemplos de personificación son: “el éxito es

el gran mentiroso” (p. 12), “el fracaso *enseña* lo que el éxito *oculta*” (p. 12)

En estas expresiones se activan las metáforas “EL ÉXITO ES UN MENTIROSO”. Esta es una personificación que también se clasifica como una metáfora orientacional porque utiliza la oposición luz-oscuridad. Es una conceptualización interesante porque muestra una noción normalmente negativa (el fracaso) como algo bueno. Y al éxito, algo a lo que todo el mundo aspira, lo conceptualiza como algo malo y engañoso.

Metáforas de Marca

Las metáforas de marcas no se utilizan tanto, solo se encontraron 5, pero aparecen para conceptualizar tanto cosas positivas como cosas negativas. Es así cómo en este dominio se encuentran las metáforas AMOR CÓMO MARCA: “Enamorarse *marca* a la persona para siempre” (p. 27).

Y la metáfora SITUACIONES O EMOCIONES NEGATIVAS CÓMO MARCA: “Antes se pensaba que los traumas sufridos en la infancia eran *imborrables y perduraban marcando* decisivamente la trayectoria del niño afectado ” (p. 19), “Haz una lista de fallos, culpas o faltas que hayas podido cometer a lo largo de la vida y que te hayan *marcado* de alguna manera” (p. 69).

En este dominio, la marca que deja un hecho o sentimiento negativo puede ser revocada y curada. Por el contrario, la marca de un sentimiento positivo, como el amor, se mantiene para siempre.

Metáforas de Protección

De este dominio se encontraron 5 expresiones metafóricas y todas activan la metáfora RELACIONES Y ACCIONES POSITIVAS COMO PROTECCIONES: “Las buenas relaciones

no solo *protegen* el cuerpo, sino que también *protegen* el cerebro” (p. 29), “ La risa y la sonrisa tienen la capacidad de alterar la química del torrente sanguíneo, *protegiendo* así de algunas enfermedades e infecciones” (p. 35).

Este dominio se relaciona a las metáforas de salud porque representan una mejoría en la persona o directamente la muestra como una relación natural con la protección de enfermedades e infecciones (ejemplo 1). Se utilizan para conceptualizar cambios positivos que le suceden al cuerpo cuando se tienen buenas relaciones o acciones positivas (como mantener un buen estado de ánimo).

Discusión

Los hallazgos en este análisis dan información acerca de las conceptualizaciones en un discurso de autoayuda. Algunos de estos dominios concuerdan con los propuestos por Lakoff y Johnson (1998) como LA VIDA COMO CAMINO y LA MENTE COMO MÁQUINA y demuestran una transformación en las conceptualizaciones gracias a los avances tecnológicos. Asimismo, contribuye al estudio de una metáfora nueva como EL INCONSCIENTE ES UN MAR.

Conclusiones

En este trabajo, se analizó un corpus de 157 expresiones metafóricas encontradas en el libro de autoayuda *Cómo hacer que te pasen cosas buenas* de Marian Rojas Estapé. Este análisis se realizó para entender los dominios que más se utilizan para conceptualizar la vida, las emociones y las nociones científicas. Dicho esto, se encontraron los siguientes hallazgos:

- El dominio más utilizado para conceptualizar la vida es el de las metáforas de viaje y este representa uno de los

dominios principales en su retórica con la metáfora LA VIDA COMO CAMINO. El dominio donde más se encuentran las conceptualizaciones de las emociones es el de las metáforas de salud con las metáforas EMOCIONES POSITIVAS SON CURA y EMOCIONES NEGATIVAS SON ENFERMEDAD.

- Las metáforas conceptuales que se encontraron en la conceptualización de nociones científicas pertenecen al dominio MENTE ES UNA COMPUTADORA, a partir de esa metáfora, la autora describía procesos naturales como ciertas funciones del cerebro y hormonas.
- Las nociones clínicas suelen estar conceptualizadas con la metáfora MENTE ES UNA COMPUTADORA, donde se explican sus funciones a través de las características de las máquinas. Por otro lado, las emociones se encuentran mayormente conceptualizadas a través de metáforas de salud. Tanto las nociones abstractas como las nociones clínicas se encuentran conceptualizadas en el dominio de metáforas de conflicto.
- Se encontró una metáfora nueva: EL MAR COMO INCONSCIENTE que resultó ser uno de los ejes de la conceptualización de la autora, a partir de esta, la autora conceptualiza el inconsciente y muchas otras nociones que tienen que ver con él.

Este tema es necesario que se siga estudiando en estos discursos. Como investigadora, encuentro en los libros de autoayuda una fuente inagotable de metáforas conceptuales que mezclan lo científico con las nociones más abstractas. Por consiguiente, recomiendo seguir el estudio de estos discursos y su construcción para lograr entender cómo logran persuadir a las personas a través de sus páginas.

Referencias bibliográficas

CHARTERIS-BLACK, J. **Corpus approaches to critical metaphor analysis**. Londres: Palgrave Macmillan, 2004.

DÍAZ, L.; HARRINGTON, M. Estrategias metadiscursivas en los libros de autoayuda. **Letras**, n. 74, p. 129–156, 2023.

ROJAS ESTAPÉ, M. **Cómo hacer que te pasen cosas buenas**. Madrid: Espasa, 2018.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metáforas de la vida cotidiana**. Madrid: Cátedra, 1998.

PAPALINI, V. Libros de autoayuda: biblioterapia para la felicidad. **Athenea Digital**, n. 19, p. 147–169, 2010. Conselho Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas.

PIZARRO, J. **Todo está en la mente: el caso del discurso y la práctica de autoayuda en el Perú**. 2016. Dissertação (Mestrado) – Pontificia Universidad Católica del Perú, Lima, 2016.

A VERDADE NEOLIBERAL EM CAMPANHA: O CAPITAL HUMANO E A PRODUÇÃO DO INIMIGO INTERNO EM ENUNCIADOS SOBRE A EDUCAÇÃO PÚBLICA

Efraim Rocha⁷⁴

O debate acerca da educação pública brasileira vem sido atravessado por racionalidades neoliberais que buscam deslocar a escola para um lugar de gestão empresarial, partindo de um pressuposto de eficiência técnica e responsabilização individual. As últimas duas décadas assistiram à consolidação de discursos que introduzem métricas de desempenho, comparações mercadológicas e modelos privatizantes como soluções naturais para problemas estruturais, produzindo um ambiente em que professores, universidades e instituições públicas passam a ser alvos constantes de suspeição e deslegitimação.

Nesse processo, formam-se regimes de verdade que operam por meio de categorias como “eficiência”, “empreendedorismo”, “produtividade”, “gestão privada” e “liberdade de escolha”. Essas categorias qualificatórias, comuns ao campo empresarial sob a especificidade da noção-conceito de “capital humano”, reconfiguram a função social da escola e redefinem o papel dos sujeitos que a compõem. É nesse cenário que se inscrevem os enunciados analisados neste capítulo, vinculados à campanha de Marina Helena (Novo) para a prefeitura de São Paulo em 2024. Suas falas públicas, sejam por meio de entrevistas, debates eleitorais e por meio de seu plano de governo, tinham como um dos principais fundamentos norteadores, a defesa da remuneração por desempenho docente, a proposta de

⁷⁴Mestrando do Programa de Pós-graduação em Linguística da UFSCar (PPGL – UFSCar); Membro do Laboratório de Estudos do Discurso (Labor/UFSCar); Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); eframestrado@gmail.com

demissão de professores que “não ensinam”, a defesa da gestão privada e a crítica à noção de educação “100% estatal”.

Essas escolhas argumentativas, em nosso entendimento, não constituem discursos isolados, mas atualizam uma série de formações discursivas já consolidadas no neoliberalismo educacional brasileiro. Como argumenta Foucault (2008), o enunciado deve ser compreendido como função de existência que só se torna possível dentro de determinadas condições históricas, onde não apenas enuncia algo, mas produz realidades, subjetividades e modos de ação.

O objetivo deste texto, assim, é examinar como tais enunciados formulam, constituem e fazem circular formas específicas de compreender a educação, o papel do professor e a função da escola pública. Para isso, mobilizamos o conceito foucaultiano de *enunciado* e dialogamos com pesquisas brasileiras que analisam privatização, performatividade, precarização docente e avanço das pautas neoliberais na educação. A investigação parte da compreensão de que o discurso é uma prática política, e que disputar o discurso é disputar a própria materialidade da escola pública.

Educação e economia de si: o capital humano no horizonte neoliberal

Dando continuidade às reflexões anteriores, este tópico busca examinar como o conceito de “capital humano” se consolida como um dispositivo discursivo fundamental da racionalidade neoliberal. A partir das formulações de Gary Becker e de seus desdobramentos práticos nas políticas educacionais, discutiremos como a noção de “investimento em si mesmo” atravessa a formação dos sujeitos e transforma o campo educacional em uma instância de gestão de performances e produtividades. Mais do que uma teoria econômica, o capital humano torna-se uma tecnologia de poder, operando sobre os corpos e as condutas.

O conceito de capital humano surge, no campo econômico, como uma tentativa de explicar as transformações no crescimento e na produtividade que não podiam ser atribuídas apenas ao “capital físico” ou aos recursos naturais. Como lembra Cardona Acevedo et al. (2007, p. 5), “o capital humano pode ser definido como o conhecimento, as habilidades, a experiência, a saúde e outros atributos que fornecem as capacidades e habilidades necessárias para tornar as pessoas economicamente produtivas”. Essa formulação, inspirada em Becker (1964), marca o deslocamento de uma economia centrada na acumulação de bens tangíveis para uma economia baseada no investimento nas pessoas, estando, diretamente ligada na sua educação e qualificação dentro de uma lógica de mercado.

Sob este ponto de vista, a educação e o treinamento não diferem de gastos em fábricas ou equipamentos, e o montante a ser investido em capital humano pode ser determinado igualando a taxa de retorno desses investimentos à taxa de juros de mercado (Becker, 1964, p. 32, tradução nossa)⁷⁵.

Gary Becker (1964) consolidou a teoria do capital humano ao propor uma abordagem sistemática sobre o investimento em conhecimento como componente essencial da produtividade econômica. Para o autor, o capital humano corresponde ao conjunto de capacidades produtivas adquiridas pelo indivíduo por meio da educação e da experiência, ampliando assim o conceito de capital, incluindo as qualificações e competências adquiridas como fatores fundamentais para explicar as diferenças salariais e a eficiência dos sistemas produtivos (Cardona Acevedo et al. 2007, p. 13). Nesse contexto, o setor educacional é interpretado como o

⁷⁵ “From this viewpoint, education and training are no different from expenditures on plant and equipment, and the optimal amount to invest in human capital can be found by equating the rate of return on these investments with the market rate of interest” (BECKER, 1964, p.32)

principal produtor de capital humano, responsável por gerar o conhecimento que sustenta o desenvolvimento econômico. “A análise do investimento em seres humanos é essencialmente a mesma que a análise do investimento em capital físico, ainda que a forma do investimento seja diferente. Ambos exigem um sacrifício presente para a obtenção de retornos futuros” (Becker, 1962, p.11, tradução nossa)⁷⁶.

A partir dessa perspectiva, podemos inferir que para Becker, a produtividade não seria apenas resultado do investimento em capacitação, mas também de variáveis como motivação e esforço. Essa concepção incorpora dimensões comportamentais à análise econômica, aproximando o desempenho individual da lógica de investimento e retorno. Ainda segundo os pesquisadores Cardona Acevedo et al. (2007, p. 14), seria justamente a educação neoliberal a principal produtora de capital humano, responsável por gerar o conhecimento que sustenta o desenvolvimento econômico e as demandas do mercado, principalmente no campo do trabalho assalariado. Seria, grosso modo, uma forma evidente de "investimento" no sujeito, que implicaria tanto em despesas diretas (no investimento do mercado em escolas especializadas), quanto em custos de oportunidades, uma vez que dentro dessa lógica, o sujeito com capacidade de mão de obra, ao se manter fora do mercado de trabalho, adia o recebimento de renda imediata em favor de ganhos potenciais futuros. “A formação, portanto, pode ser autogerida pelos indivíduos ou promovida pelas empresas, que investem em qualificação com vistas à ampliação da eficiência e da produtividade” (Cardona Acevedo et al, 2007, p. 19).

A partir desse debate, entendemos que compreender as formas de instrumentalização da noção de capital humano nos permite situar os deslocamentos que ocorrem quando a

⁷⁶ “The analysis of investment in human beings is essentially the same as the analysis of investment in physical capital, though the form of the investment differs. Both require a present sacrifice to obtain future returns”. (BECKER, 1962, p.11).

racionalidade neoliberal passa a estruturar os modos de governo dos sujeitos e das instituições, convertendo a educação em investimento individual, e orientando a produção de sujeitos. É pertinente notar que essa mesma lógica inaugura mecanismos de vigilância que recaem sobre a escola e, principalmente, sobre os professores, que passam a trabalhar sob exigência permanente de produtividade, alinhamento moral e aderência a padrões de eficiência. É nesse ponto que se abre a passagem para a construção do chamado “inimigo interno”, sendo o professor o sujeito que, ao não corresponderem às expectativas normativas da racionalidade neoliberal, são convertidas em ameaças à ordem e ao progresso educacional.

No caso brasileiro, esse movimento ganha contornos específicos quando grupos conservadores e de extrema-direita passam a direcionar tal construção ao campo educacional, atacando a autonomia docente e ressignificando a escola como espaço de disputa moral e política. Deste modo, o que se observa é uma articulação entre neoliberalismo e conservadorismo que, sob o pretexto de neutralidade e eficiência, produz alvos internos a serem combatidos, abrindo caminho para os discursos e práticas analisados no tópico seguinte.

Neoliberalismo e a construção do inimigo interno na educação pública

Este tópico pretende debater as diversas problemáticas difundidas a partir do momento em que o docente deixa de ser visto como mediador crítico do conhecimento e passa a ser avaliado segundo métricas de desempenho, utilidade e produtividade, o tornando responsável por tudo aquilo que o discurso neoliberal identifica como “fracasso” da educação pública. É precisamente nesse ponto que dispositivos discursivos como o “Escola Sem Partido” (doravante ESP) se fortalecem, mobilizando afetos como o medo e o ressentimento, para transformar professores em possíveis agentes de ameaça por suas

práticas pedagógicas, que nessa racionalidade, passam a ser enquadrados como riscos morais, ideológicos ou econômicos.

Ao deslocar tensões estruturais para a figura do educador, esse movimento opera uma fabricação sistemática do inimigo interno, reconfigurando a escola como espaço de suspeição e controle, permitindo que formas de violência simbólica e institucional se consolidem sob o pretexto de proteger uma suposta neutralidade política. “O Escola sem Partido expressa o epílogo de um processo que quer estatuir uma lei que define o que é ciência e conhecimentos válidos, e que os professores só podem seguir a cartilha das conclusões e interpretações da ciência oficial”. O “oficial” aqui conceituado por Frigotto (2017, p.29), diz respeito ao padrão proposto pela educação neoliberal, que busca diminuir a autonomia do sujeito profissional de educação, o incumbindo a função de preparar os sujeitos alunos a serem úteis na lógica do mercado de trabalho. Isso explicaria, ainda segundo o autor, a repulsa por disciplinas emancipatórias, como a Filosofia e a Sociologia. “[...] o Escola sem Partido não liquida somente a função docente, no que a define substantivamente que não se reduz a ensinar o que está em manuais ou apostilas, cujo propósito é de formar consumidores” (Frigotto, 2017, p. 31).

Vimos os preceitos compartilhados pelos entusiastas do ESP, sendo valorizados durante os anos de governo Temer (2016-2018), onde seu Ministro da Educação, Mendonça Filho (União Brasil), dizia ser favorável a implementação do modelo sugerido pelo movimento, de uma suposta “educação sem doutrinação”. Nicolazzi (2016) realizou uma pertinente pesquisa durante o citado período, levantando dados de diferentes instâncias públicas, de nível municipal até o federal, buscando Projetos de Lei (PLs), que pautassem esse princípio em sua constituição, sendo um deles o PL 124/2016, de autoria de um vereador do PMDB no município de Porto Alegre. Segundo o pesquisador, havia trechos no texto do projeto que destacavam o caráter “neutro”, que supostamente, o educador precisaria adotar em questões delimitadas como “sociopolíticas”, “preconizando a abstenção da

emissão de opiniões de cunho pessoal que possam induzir ou angariar simpatia a determinada corrente político-partidária-ideológica” (Nicolazzi, 2016, p.82). Todavia, ainda segundo o autor, essa prerrogativa serviria apenas para impedir que os educadores discutissem temas e conteúdos que poderiam “contradizer as convicções morais dos pais e mães dos estudantes”, destacando que o professor poderia sofrer um “impasse” ao “tratar das origens da humanidade, pois não poderia discutir o evolucionismo diante de um aluno cuja crença familiar preconizasse o criacionismo”, ou até mesmo, “a educação sexual e o tema das relações de gênero” (Nicolazzi, 2016, p.83).

Moralidade, sexualidade, religiosidade, política confundem-se no sentido de impor limites demasiadamente restritivos ao campo da educação, incidindo tanto no ensino das humanidades, alvo principal dos projetos, como no ensino de temas ligados à saúde pública. Imaginem um ambiente escolar desprovido de discussões a respeito da prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, eis o mundo vislumbrado pelos proponentes e defensores de uma tal “escola sem partido” (Nicolazzi, 2016, p.84)

O cerco, até então simbólico, que os professores da rede pública de ensino, seja a nível fundamental até o superior, sofriam ao simplesmente, debater conceitos científicos em suas aulas, em tempos de ascensão do discurso reacionário da extrema-direita, se tornou pautas debatidas em diferentes meios e espaços sociais, reproduzindo sempre o temor de uma suposta “doutrinação ideológica”, a partir de *fake-news* compartilhadas de forma massiva e criminosa pelas redes sociais. Essa estratégia foi adotada também para que membros do chamado “Gabinete do Ódio”, durante o período de governo do ex-presidente Bolsonaro ,(2018-2022), pudessem incentivar que alunos gravassem seus professores durante as aulas, com a prerrogativa de denunciar os educadores

caso eles abordassem temas ou contextos históricos que fossem contra os princípios morais da classe política que estava no poder.

Historiadora, Campagnolo [deputada do PSL] processou a professora Marlene de Fáveri, da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) e sua ex-orientadora no mestrado, em 2016, por suposta "perseguição ideológica". O caso, que marcou as discussões acerca do movimento Escola Sem Partido foi julgado improcedente em setembro deste ano pelo 1º Juizado Especial Cível de Chapecó (SC), mas a atual deputada recorreu [...] Na publicação deste domingo, Campagnolo diz que "amanhã é o dia em que os professores e doutrinadores estarão inconformados e revoltados". "Muitos deles não conterão sua ira e farão da sala de aula um auditório cativo para suas queixas político partidárias em virtude da vitória de Bolsonaro. Filme ou grave todas as manifestações político-partidárias ou ideológica", diz a imagem (Terra, 2018)

A perseguição para com esses trabalhadores não acontece apenas em sala de aula. Percebemos, a partir da quantidade de produções acadêmicas sobre o tema, que as agressões habitam diferentes esferas sociais, o que pode normalizar discursos que buscam inferiorizar os sujeitos educadores. Esse debate é levantado por Souza et al. (2017), que analisam o cenário de desvalorização do professor, enfatizando que a suposta realidade, do professor como um sujeito de “privilégios”, parte de um “grave erro metodológico”, e que o educador ainda precisa cumprir “implicações pedagógicas e burocráticas”, além do tempo “dependido no planejamento das aulas”. Outro fator preponderante para relativizarmos a realidade material de grande parte da classe dos educadores brasileiros é a da “jornada dupla”, ponto que as autoras levantam ao analisar o cenário de precariedade dos contratos de muitos desses profissionais, que precisam trabalhar em mais de uma escola/universidade, bem

como aqueles que precisam conciliar sua rotina profissional com o trabalho doméstico.

Enquanto justificativas acerca do abandono, profissionais alegam o alto custo para se manter uma família atualmente, pois ter filhos em um lar que apenas um adulto se encontra empregado, a receber, em média (ano de 2017), R\$12,00 por hora/aula, torna-se irrealizável uma vida digna com seus direitos básicos assegurados. Diante disso, surge então a alternativa da dupla jornada de trabalho, ou a incessante busca por obter novos e diferentes cargos, dentro e fora da escola, que viabilizem uma vida social mais segura [...] O acúmulo de atividades, problemas de saúde física e mental e uma prática profissional do professor desgastada são alguns dos reflexos do “abandono” sofrido pela categoria. O que desencadeia, nas palavras de Barbosa (2012), um expressivo número de licenças médicas, faltas diárias e por consequência, a ruptura do envolvimento pedagógico com os alunos, também prejudicados nesse processo (Souza (et al), 2017, p.62).

Podemos inferir, a partir dos argumentos levantados pelas pesquisadoras, que as agressões destinadas aos professores não deixarão de ser reproduzidas pela extrema-direita neoliberal, já que, a perseguição e combate à todos aqueles considerados “inimigos internos”, é fator preponderante para que consigam suprimir o ensino público e deslegitimar qualquer tentativa de emancipação educacional.

É seguindo perspectiva semelhante que Sargentini (2023) escreve sobre a “intensificação da imagem do opositor” e da construção do “inimigo interno dentro da própria nação”. Segundo esse conceito de Frédéric Gros (2009), a lógica de confrontos externos, como guerras entre diferentes nações e territórios, foi substituída no contexto contemporâneo por

conflitos dentro da própria nação e cujos alvos são os sujeitos já historicamente marginalizados. Ao eleger esses sujeitos como alvo de diferentes tipos de ataques, as instituições de Estado abandonam a prerrogativa de “mediar” para “operar” sobre os corpos, a partir de ostensiva força repressiva. Essa relação abusiva e destruidora é chamada de “Estados de Violência” (Sargentini, 2023, p.292).

A relação do neoliberalismo com a guerra civil é ressignificar a luta de classes em uma guerra civil, mantendo o Estado neoliberal, supostamente acima dos interesses particulares. “O Estado neoliberal é apresentado como o fiador da única justiça que possui valor a justiça do mercado” (Gros, 2009, p. 315). E neste caso, o socialista é o inimigo social que convém neutralizar, ou porque faz suas agressões violentas, ou porque impede o funcionamento da boa política de mercado (Sargentini, 2023, p.296).

A construção de um inimigo interno, promovida pelas elites neoliberais, influenciam diretamente na sedimentação de práticas discursivas como as que estamos presenciando contra a classe trabalhadora, sobretudo aquelas consideradas potenciais ameaças a estabilidade da lógica de mercado e expropriação dos sujeitos.

Um dos mais recentes episódios midiáticos dessa violenta prática, aconteceu durante os meses da última campanha municipal que ocorreu em São Paulo (2024). Esses discursos variavam entre a desvalorização do profissional de educação como servidor público, com acusações de má conduta ou insuficiência de “resultados” em comparação com as instituições privadas, bem como a acusação de que os professores “não trabalham o suficiente” ou até mesmo “não sabem trabalhar”.

Diante desse cenário em que discursos neoliberais constroem e legitimam a figura do professor como inimigo

interno, torna-se indispensável adotar um instrumental analítico capaz de apreender não apenas o que é dito, mas como certos dizeres se tornam possíveis, repetíveis e reconhecidos como verdade no interior dessas disputas. A persistência dessas narrativas, que atravessam políticas públicas, mídias e arenas eleitorais, indica que não estamos diante de meras opiniões isoladas, mas de formações discursivas que operam regulando posições de sujeito, delimitando o que pode ou não ser legitimamente enunciado sobre a escola pública e seus trabalhadores.

É precisamente por isso que recorremos ao conceito foucaultiano de *enunciado*, considerando que ele nos permite deslocar a análise da esfera das intenções individuais para observar as condições históricas, institucionais e políticas que sustentam a emergência desses discursos, suas regularidades, seus efeitos de verdade e seus modos de circulação. Em outras palavras, o enunciado foucaultiano nos oferece um caminho metodológico para compreender como determinados discursos produzem, organizam e normatizam a violência contra o trabalhador docente.

O enunciado e a produção de verdades: contribuições foucaultianas para a análise do discurso

Iniciamos nossa contextualização metodológica, apresentando o conceito de enunciado, que ganha uma especificidade diversa da tradicional noção de “frase” ou “proposição” presentes em diferentes campos dos estudos linguísticos. Como destaca Perencini (2015, p. 138-139), “existem enunciados que não correspondem a frase alguma”, em concordância com Foucault, para quem “[...] o enunciado é indispensável para que se possa dizer se há ou não frase [...] se o ato está de acordo com os requisitos e se foi inteiramente realizado” (Foucault, 2008, p. 98). Assim, o enunciado se insere como uma “função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos”, e é a partir dessa relação que se pode decidir “pela

análise ou pela intuição, se eles ‘fazem sentido’ ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos [orais ou escritos]” (Foucault, 2008, p. 98). Ou seja, o enunciado não se reduz a uma construção puramente gramatical, mas corresponde a uma operação que delimita e constitui sentidos no campo discursivo. Além disso, Foucault sublinha que o enunciado tem uma dimensão institucional e histórica. Ele não ocorre isoladamente, mas numa rede de regras discursivas que regulam sua produção, constituição e circulação. Segundo ele, “os enunciados não são definidos pela referência a coisas ou estados, mas pela sua inserção em formações discursivas” (Foucault, 2010, p. 45).

Essa perspectiva afasta o enunciado da transparência referencial tradicional e o situa no interior de práticas discursivas historicamente situadas, nas quais o sentido é produzido e transformado. Perencini (2015, p. 141) reforça que para uma série de signos serem considerados um enunciado, deve existir um “correlato”, uma “relação específica com ‘outra coisa’”. Diferentemente de uma proposição lógica, o enunciado não necessita de um referente fixo, pois “um enunciado não tem diante de si (e numa espécie de conversa) um correlato – ou uma ausência de correlato, assim como uma proposição tem um referente (ou não), ou como um nome próprio designa um indivíduo (ou ninguém)” (Foucault, 2008, p. 103).

Portanto, a relação do enunciado com seu “referente” é interna as práticas discursivas e relações sociais. Em consonância, Fernandes (2014, p. 110) pontua que “na obra desse pensador, o sujeito é constituído por discursos historicamente produzidos e modificados, portanto, sempre movente, em constante produção”. Essa ideia reforça a ligação inseparável entre enunciado e sujeito, entendendo este não como um indivíduo pré-existente, mas como efeito das condições discursivas e históricas. Um enunciado, assim, implica uma relação com um sujeito autor que, embora não seja necessariamente a primeira pessoa gramatical, é parte da materialidade do discurso. Esse aspecto é

aprofundado por Maingueneau (2012, p. 57), enfatizando que o enunciado “não se reduz ao simples enunciado linguístico, mas é sempre situado dentro de uma situação comunicativa e de uma instância discursiva”. A produção de sentido depende, portanto, do contexto discursivo e do lugar ocupado pelo enunciado nas formações discursivas.

A relação do sujeito com o enunciado é singular. Não se deve pensar no sujeito como fonte do enunciado, mente pensante ou autor. O sujeito é uma posição, um vazio que pode ser ocupado por diferentes indivíduos e que não é criado por eles nem depende deles para existir. O sujeito do enunciado é uma função determinada, mas não necessariamente a mesma de um enunciado para outro; é uma função vazia que pode ser exercida por indivíduos indiferentes quando formulam o enunciado; além disso, um mesmo indivíduo pode ocupar diferentes posições e assumir papéis distintos numa série de enunciados." (Foucault, 2008, p. 101)

O sujeito enunciadador, conforme Weidenfeld (2001, p. 66), é “tido como sujeito de enunciação, cuja presença está às vezes explícita, outras vezes implícita, mas que sempre marca a enunciação como uma operação situada e localizada”. No método arqueológico, Foucault propõe a análise do enunciado pela singularidade de sua situação, não para buscar uma essência ou um sentido absoluto, mas para compreender “a condição de sua existência, sua correlação com outros enunciados [...] e a regra de sua aparição” (Foucault, 2008, p. 105). Trata-se de um método de análise diverso da baseada na sintaxe ou na semântica clássica, pois o enunciado se distingue por seu enquadramento discursivo, histórico e social, onde se cruzam condições de verdade, poder e saber. Nesse sentido, podemos inferir que o conceito foucaultiano de enunciado ultrapassa as delimitações formais da frase ou da proposição, configurando-se como uma função de existência dos

signos articulada a condições históricas, discursivas e relacionais singulares. Compreender um enunciado implica reconhecer seus correlatos, as práticas discursivas que o condicionam, a materialidade da linguagem e suas inserções em relações entre sujeitos e outros enunciados, que viabilizam sua emergência, circulação e efeitos de sentido.

É a partir dessa breve contextualização teórica que compreendemos a noção foucaultiana de enunciado, como função de existência dos signos condicionada historicamente, o que em nossa concepção, nos permite o articular com discussões críticas brasileiras acerca do neoliberalismo educacional, cuja expansão reconfigura não apenas os conteúdos, mas as próprias condições de existência do discurso educacional contemporâneo.

O discurso da modernização neoliberal e seus efeitos na escola pública

Os enunciados produzidos por Marina Helena (Novo) durante a campanha municipal de 2024, assim como em seu plano de governo, revelam uma conformação discursiva que articula de modo muito preciso elementos do “capital humano” e do neoliberalismo contemporâneo aplicados ao campo educacional. Observa-se que essas formulações emergem como parte de uma formação discursiva que circula de forma mais ampla na política brasileira, especialmente entre atores vinculados às agendas de privatização, gestão por desempenho e responsabilização individual, sendo comumente relacionados a políticos de direita, e, em muitos momentos, de extrema-direita. Quando a candidata afirma, por exemplo, que “não tem compromisso com sindicato”, mas sim “com os alunos”, abrindo a sequência com a declaração de que remunerará “bem professores que ensinam” e que “mandará embora aqueles que não ensinam” (CNN, 22 ago. 2024), percebe-se a constituição de um campo de oposição que coloca o docente e suas organizações representativas como obstáculos à qualidade escolar. Esse tipo de discurso, circulado em

debates e entrevistas, se ancoram em uma racionalidade já amplamente difundida no imaginário neoliberal, que busca construir uma imagem pejorativa em relação ao setor público, o colocando como ineficiente, protegido por corporações e resistente à lógica empresarial de resultados.

O professor, nesse regime discursivo, deixa de ser compreendido em sua inserção estrutural e passa a ser reduzido a um agente individual, com desempenho mensurável, passível de bonificação ou descarte. Essa reconfiguração da racionalidade educacional sob a pretensão neoliberal, se intensifica em enunciados posteriores, como quando a candidata afirma que a “novidade” desejada por sua gestão é “trazer as melhores escolas privadas para gerir o ensino público” (Band, 15 set. 2024). Aqui, não se trata apenas de defender parcerias público-privadas, mas de derivar uma verdade de que o setor privado é naturalmente superior ao setor público, pois carregaria consigo a racionalidade da eficiência, do mérito e da competição. O simples ato de oferecer a gestão escolar ao privado surge como solução já dada, como se fosse evidente que a escola pública fracassa por ser pública, e não por processos históricos concretos que envolvem desigualdade, desinvestimento e políticas descontínuas. Com esse diagnóstico estabelecido, podemos dizer, com certa precisão, que a candidata opera uma circulação discursiva que vincula privatização e modernização, enquanto associa o público a estagnação.

Essa lógica aparece de forma ainda mais explícita quando, reagindo à proposta educacional de outra candidata, Marina declara: “Ela acredita em ensino 100% estatal de qualidade. Não é possível; eu não sei em que país ela vive” (Band, 24 set. 2024). Esse enunciado, ao negar a própria possibilidade de uma educação pública de qualidade, produz um limite discursivo, uma “fronteira” do que pode existir. Se o ensino público de qualidade “não é possível”, todas as soluções se deslocam automaticamente para o universo privatizante. Aqui, o discurso neoliberal não apenas se expressa, mas prescreve uma suposta verdade,

delimitando o campo do “possível”. Ao mesmo tempo, essa formulação reforça uma percepção afetiva de reprovação moral da defesa da escola pública. Assim, o problema deixa de ser estrutural, e passa a ser cognitivo, já que, quem defende o público “não vive na realidade”. O enunciado, portanto, desqualifica o interlocutor que é a favor do ensino público, ou contra o ensino privado (ou políticas público-privadas)

O plano de governo aprofunda essa lógica, mas o faz por meio do discurso tecnocrático de bases neoliberais, comuns a lógica de mercado. Nesse novo formato discursivo, o ataque direto é substituído por uma linguagem técnica, constituído por um vocabulário gerencial, repleto de indicadores, metas e dispositivos de gestão. Quando o documento afirma que “soluções privadas para serviços públicos trarão a qualidade que o paulistano espera” (Marina Helena, 2024, p. 8), constrói-se um vínculo causal automático entre privatização e qualidade, como se essa equação fosse evidente por si só. A escola aparece convertida em organismo empresarial, mensurável, o que reforça ainda mais a racionalidade da performatividade e meritocracia. Podemos reparar essa tendência se repetindo no “compromisso com a transparência”, prometendo disponibilizar “indicadores de qualidade e custo por escola e desempenho do aluno” ((Marina Helena, 2024, p. 53). A transparência, termo que aparece aqui com forte carga ética, opera como justificativa para intensificar a vigilância sobre os agentes escolares e reorganizar o cotidiano escolar em torno de métricas que simplificam a complexidade pedagógica.

Essa racionalidade performativa encontra sua expressão máxima na proposta de “Escola com escolha”, que promete liberdade às famílias para selecionar unidades escolares entre PPPs, charters, convênios e vouchers. A noção de escolha, central ao neoliberalismo desde Friedman até Becker, reaparece aqui convertendo o aluno em consumidor, a família em gestora doméstica e a escola em produto de mercado. Trata-se de uma subjetivação cara ao “capital humano”, onde o indivíduo

transforma sua escolarização em investimento, sua trajetória em portfólio e sua vida em uma empresa de si. Ao mesmo tempo, a adoção de vouchers e charters desloca recursos públicos (subsídios) diretamente para instituições privadas, reconfigurando o papel do Estado de provedor universal para mero financiador indireto, onde a educação deixaria de ser direito e se tornaria mercadoria, sustentada por mecanismos de competição. Por fim, a proposta “Trilhas do Futuro SP”, que visa qualificar a população “através de parcerias com o setor privado” (Marina Helena, 2024, p. 53-54), revela a continuidade dessa racionalidade. A formação educacional é novamente submetida às demandas empresariais, aproximando-se de um modelo estritamente produtivista, no qual a escolarização se define pela capacidade de gerar trabalhadores adaptáveis, empregáveis e rentáveis. O sujeito neoliberal, tal como Foucault descreve, governa “a si mesmo” segundo os critérios do mercado, internalizando parâmetros de desempenho e competitividade.

Os enunciados da então candidata Marina Helena (Novo), quando analisados em conjunto, expressam uma visão de mundo neoliberal, produzindo as condições discursivas para que ele se torne aceitável, desejável e naturalizado, criando um ambiente em que o público é permanentemente colocado sob suspeita, em que o professor é precarizado moralmente, a escola pública é tratada como fracasso estrutural. Tal construção não é resultado de uma fala isolada, mas da circulação contínua de fórmulas discursivas que se repetem em entrevistas, debates, redes sociais e documentos técnicos, constituindo aquilo que Foucault chama de “campo de veridicção”. Já que compõem um conjunto de condições que define o que pode ser tomado como verdadeiro.

Considerações finais

Os enunciados da então candidata Marina Helena (Novo), quando analisados em conjunto, expressam uma visão de mundo neoliberal, produzindo as condições discursivas para que ele se

torne aceitável, criando um ambiente em que o público é permanentemente colocado sob suspeita, em que o professor é precarizado moralmente, a escola pública é tratada como fracasso estrutural. Tal construção não é resultado de uma fala isolada, mas da circulação contínua de fórmulas discursivas que se repetem em entrevistas, debates, redes sociais e documentos técnicos, constituindo aquilo que Foucault (2008) chama de “campo de veridicção, já que busca compor um conjunto de condições que define o que pode ser tomado como verdadeiro.

Mostramos que esses enunciados se inscrevem na formação discursiva do neoliberalismo educacional, produzindo subjetividades empreendedoras e afetos que reforçam a construção de inimigos internos, sendo eles, em nosso caso específico, professores da rede pública. Assim, ao mesmo tempo que naturalizam a privatização, despolitizam a escola e atribuem fracassos estruturais aos sujeitos que nela trabalham, contribuindo para a legitimação de dispositivos de governamentalidade que orientam condutas por meio da competição e da autoavaliação permanente.

Concluimos que compreender tais enunciados é fundamental para evidenciar as implicações políticas e sociais dessas racionalidades, especialmente num país marcado por desigualdades educacionais estruturais. Ao trazer à superfície as condições de emergência, formulação e circulação desses discursos, este capítulo pretende colaborar para o fortalecimento de práticas analíticas e políticas que retomem a educação pública como espaço de igualdade, pluralidade e emancipação, entendendo o campo do discurso como privilegiado para essas investigações.

Referências Bibliográficas

BECKER, G. S. Investment in human capital: a theoretical analysis. **Journal of Political Economy**, v. 70, n. 5, pt. 2, p. 9–49, 1962.

BECKER, G. S. **Human capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education**. Chicago: University of Chicago Press; National Bureau of Economic Research, 1964.

CARDONA ACEVEDO, M.; MONTES GUTIÉRREZ, I.; VÁSQUEZ MAYA, J.; VILLEGAS GONZÁLEZ, M.; BRITO MEJÍA, T. **Capital humano y competitividad empresarial: un análisis desde la educación y la experiencia**. *Cuadernos de Investigación*, n. 56. Medellín: Universidad de Medellín, 2010.

FERNANDES, C. A. Em Foucault, o sujeito submergido no discurso. In: PIOVEZANI, C.; CURCINO, L.; SARGENTINI, V. (org.). **Presenças de Foucault na Análise do Discurso**. Campinas, SP: Pontes, 2014. p. 107–124.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução de L. F. B. Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRIGOTTO, G. (org.). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ; LPP, 2017.

GROS, F. **Estados de violência: ensaio sobre o fim da guerra**. Tradução de J. A. da Silva. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2009.

HELENA, M. À CNN, Marina Helena defende pagar bem professor que ensina e “mandar para rua” quem não o faz. **CNN Brasil**, 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/eleicoes/a-cnn-marina-helena-defende-pagar-bem-professor-que-ensina-e-mandar-para-rua-quem-nao-o-faz/>. Acesso em: 2 nov. 2024.

HELENA, M. Marina Helena defende atuação do setor privado nas escolas públicas em São Paulo. **BandNews FM**, 2024. Disponível em: <https://www.band.com.br/bandnews->

fm/noticias/marina-helena-defende-atuacao-do-setor-privado-nas-escolas-publicas-em-sao-paulo-16689675. Acesso em: 2 nov. 2024.

HELENA, M. Marina Helena rebate Tabata sobre educação pública: “Não sei em que país vive”. **Rádio Bandeirantes**, 2024. Disponível em: <https://www.band.com.br/radio-bandeirantes/noticias/marina-helena-rebate-tabata-sobre-educacao-publica-nao-sei-em-que-pais-vive-16684247>. Acesso em: 2 nov. 2024.

HELENA, M. Da Faria Lima ao embate eleitoral: Marina Helena quer dobrar Guarda Municipal e privatizar escolas. **IstoÉ Dinheiro**, 2024. Disponível em: <https://istoedinheiro.com.br/da-faria-lima-ao-embate-eleitoral-marina-helena-quer-dobrar-guarda-municipal-e-privatizar-escolas/>. Acesso em: 2 nov. 2024.

MAINGUENEAU, D. **Introdução à análise do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

NICOLAZZI, F. Qual o partido da escola sem partido? **Revista do Lhiste**, Porto Alegre, v. 3, n. 5, jul./dez. 2016.

PERENCINI, T. O enunciado no pensamento arqueológico de Michel Foucault. **Kínesis**, v. 7, n. 15, p. 135–150, dez. 2015.

SARGENTINI, V. A racionalidade da guerra interior: quando as práticas discursivas produzem o inimigo. In: BUTTURI JUNIOR, A.; FERNANDES, C. A.; BRAGA, S. (org.).

Cartografias do contemporâneo: crises de governamentalidade? Campinas, SP: Pontes, 2023. p. 289–307.

SAVIANI, D. **Neoliberalismo, educação e democracia**. 14. ed. Campinas: Autores Associados, 2019.

SOUZA, J. B. R. de; BRASIL, M. A. de J. S.; NAKADAKI, V. E. P. Desvalorização docente no contexto brasileiro: entre políticas e dilemas sociais. **Ensaio Pedagógicos (Sorocaba)**, v. 1, n. 2, p. 59–65, maio/ago. 2017.

TERRA. Deputada do PSL pede que alunos gravem vídeos para denunciar professores. **Terra**, 2025. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/deputada-do-psl-pede-que-alunos-gravem-videos-para-denunciar-professores,1034caf2b088134fe5b31b6eb1a8523c7rkxl622.html>. Acesso em: 20 jan. 2025.

WEIDENFELD, A. Para uma análise do sujeito na enunciação. **Revista Linguagem e Ensino**, v. 4, n. 1, p. 61–77, 2001.

QUANDO A CÂMERA DENUNCIA: DISCURSO, CLASSE E PRECARIZAÇÃO NA FOTOGRAFIA DE *PARASITA*

Dayana Mendes Lopes⁷⁷

Este artigo parte da hipótese de que a fotografia e o roteiro do filme *Parasita* (2019), de Bong Joon ho, atuam como dispositivo discursivo estético no qual se inscrevem sentidos sobre desigualdade de classe e precarização laboral característicos do neoliberalismo. Nesse horizonte, interessa-nos compreender como a linguagem visual do filme — organizada por enquadramentos, contrastes cromáticos, gestos de câmera e pela disposição hierárquica dos espaços — produz sentidos que fazem operar, pela imagem, a materialização da segregação social no interior das relações de classe.

Para isso, partimos da compreensão de que as características físicas de um ambiente, a maneira como os objetos são organizados naquele espaço e a distribuição dos corpos revelam formas que, quando analisadas a partir dos gestos que lhes dão suporte e das práticas que as constituem, possibilitam compreender as diferentes maneiras de apropriação do espaço. A partir desse entendimento, um espaço se apresenta como um campo dinâmico de forças no qual grupos em posições opostas não só interagem, como também entram em disputa ou conflito. Assim, em *Parasita*, os espaços, os objetos e os corpos filmados podem ser concebidos como elementos constituídos de uma materialidade significativa que participa das formações discursivas sobre o trabalho e sobre a divisão social. Ao serem

⁷⁷ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Literatura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGCL/UFRJ) e mestre em Estudos Literários pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil. Contato: dayanamendes@gmail.com

analisados a partir dos gestos de interpretação que os sustentam, tais elementos revelam o modo como diferentes posições-sujeito se inscrevem na disputa simbólica por território, visibilidade e poder. Não se trata, portanto, de ver a imagem como espelho do real, mas como gesto de interpretação que faz ver (e faz ver de um certo modo) aquilo que se apresenta como evidência.

A escolha de *Parasita* como objeto não se justifica apenas pela repercussão crítica e pelo impacto cultural, mas sim, sobretudo, por servir como dispositivo estético-discursivo que faz operar tensões, disputas e conflitos sociais no interior das relações de classe. Bong Joon-ho, ao roteirizar e dirigir o filme, explicitou, em diversas entrevistas, que sua intenção era usar a sociedade sul-coreana para materializar as dinâmicas capitalistas contemporâneas. Destacamos que tais declarações são aqui consideradas apenas como parte das condições de produção do discurso fílmico. Nesse sentido, a família Kim se inscreve discursivamente como posição-sujeito marcada pelos sentidos de precarização que circulam no interdiscurso neoliberal contemporâneo. O cinema e seu espaço de circulação são mobilizados (e utilizados) como linguagem crítica que confronta o imaginário neoliberal, servindo como um campo de forças no qual posições ideológicas distintas entram em relação de antagonismo, aliança ou dominação.

Além disso, o filme se configura como material privilegiado para analisar como a imagem cinematográfica participa da circulação do interdiscurso sobre classe, trabalho e precarização. Ao articular roteiro, espaço e fotografia, o filme oferece uma cena discursiva em que desigualdade e hierarquias sociais são postas em funcionamento, permitindo compreender a imagem como prática discursiva que intervém criticamente na lógica neoliberal e produz sentidos sobre o modo como sujeitos e classes são constituídos, diferenciados e imaginados.

As condições de produção do discurso sobre classe em *Parasita*

A análise das desigualdades representadas em *Parasita* exige reconhecer que determinados sentidos sobre trabalho, classe e mobilidade social circulam no neoliberalismo contemporâneo como evidências naturalizadas, convocando sujeitos a ocupar posições específicas no interior do discurso econômico dominante. Como argumentam Ludmila Costhek Abílio e Ricardo Antunes em *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*, a organização do trabalho nas últimas décadas se estabeleceu a partir de práticas que transferem custos, riscos e responsabilidades aos próprios trabalhadores, instaurando uma lógica de autogerenciamento que se apresenta, discursivamente, como liberdade, autonomia e empreendedorismo. Entre as características para definir essa nova modalidade laboral, temos: trabalho amador; a transferência de riscos e custos relacionados à execução do ofício para os trabalhadores; a indistinção entre o que é ou não tempo de trabalho; as imbricações do espaço doméstico no espaço de trabalho; amplo processo de informalização do trabalho; e eliminação dos direitos trabalhistas. Metonimicamente, elegemos a marca Uber para nomear um fenômeno pautado na informalização das práticas laborais e que abarca diferentes setores da economia, diversos tipos de ocupações e afeta indivíduos dos mais variados níveis de qualificação — embora seja mais prejudicial aos trabalhadores com baixa escolaridade e periféricos.

Essa reorganização das práticas laborais não se restringe à mediação por aplicativos ou ao uso de tecnologias digitais: ela integra um conjunto mais amplo de práticas discursivas que consolidam o imaginário neoliberal e produzem efeitos de evidência que naturalizam a desigualdade. A perspectiva neoliberal — sustentada pelos discursos da Escola de Chicago, de Friedman e das teorias do Estado mínimo e do livre mercado — ganha força ao apresentar-se como racionalidade econômica incontornável, apagando suas próprias condições históricas e construindo a precarização como resultado inevitável da “livre concorrência”.

Nesse processo, trabalhadores são convocados a se perceber enquanto “capital humano”, responsáveis pela própria empregabilidade, pela própria formação e pela própria sobrevivência, deslocando responsabilidades coletivas para o âmbito individual. A adesão subjetiva a esse discurso opera como mecanismo ideológico que reconfigura formas de participação social e esvazia o sentido político das relações de exploração.

No Brasil, sobretudo após 2016, uma série de medidas ultraliberais — reforma do Ensino Médio, reforma da Previdência Social, reforma trabalhista, criação do teto de gastos, dentre outros — aceleraram a precarização social e fragilizaram ainda mais os vínculos trabalhistas. Antes disso, a figura jurídica do MEI — apresentada como instrumento de inclusão e formalização — passou a operar, na prática, como dispositivo de transferência de obrigações trabalhistas para o próprio trabalhador, reforçando o ideal neoliberal de autogerenciamento e naturalizando o desmonte de direitos. Em um cenário como esse, as esferas discursivas da publicidade, da política e das práticas empresariais consolidam sentidos que associam autonomia à ausência de proteção social, liberdade à renúncia de direitos e empreendedorismo à precarização cotidiana. Assim, processos de intensificação da exploração são recobertos por uma camada discursiva que legitima tais práticas como modernização, inovação ou “flexibilização”, apagando seus efeitos concretos sobre as classes trabalhadoras.

Longe de ser fenômeno circunscrito ao território nacional, é possível mencionar uma série de exemplos no âmbito internacional, tais como os contratos de zero hora na Inglaterra, o trabalho a *voucher* na Itália e os recibos verdes de Portugal. Em todos esses casos, ocorrem o fenômeno da individualização do trabalho e a perda de garantias trabalhistas. Como salienta Abílio, trata-se de uma “tendência global de transformação do trabalhador em trabalhador autônomo, permanentemente disponível ao trabalho, reduzido a um autogerente subordinado, ao mesmo tempo que está desprovido de qualquer direito ou proteção” (ABÍLIO, 2020, p. 114).

Em um cenário marcado pela circulação global de sentidos neoliberais e pela transformação discursiva das relações de trabalho, configura-se a criação do filme *Parasita*. O longa não reflete simplesmente um contexto social, tampouco se trata de um fenômeno isolado, uma vez que outros filmes com temática semelhante também foram lançados na mesma década, como *Eu, Daniel Blake* (2016), *Indústria Americana* (2019), *Estou me guardando para quando o Carnaval chegar* (2019), *Passamos por cá* (2019) e *Nomadland* (2020). A obra irrompe em um momento histórico atravessado por disputas ideológicas em torno do trabalho, do mérito e da desigualdade, mobilizando essa memória discursiva ao organizar, pela imagem, tensões relacionadas à precarização e aos modos de existência das classes subalternizadas. Ao apresentar a família Kim como posição-sujeito atravessada por sentidos de instabilidade laboral e desproteção social, o filme reatualiza discursivamente a lógica neoliberal que convoca trabalhadores a se responsabilizarem individualmente pela própria sobrevivência, ao mesmo tempo em que evidencia a violência estrutural que sustenta esse modo de organização econômica. Os componentes da família Kim sobrevivem em um ambiente de imprecisão, já que sabem o número de horas a serem trabalhadas, não sabem quanto receberão de salário.

Dessa forma, as condições de produção de *Parasita* não se limitam à Coreia do Sul ou às declarações de Bong Joon-ho; elas integram um interdiscurso global sobre trabalho e desigualdade, sustentado por formações ideológicas neoliberais que atravessam diferentes países e se manifestam em discursos políticos, midiáticos e econômicos. É nesse entrecruzamento — entre precarização material e discursos que a justificam — que o filme se torna inteligível como prática discursiva crítica, capaz de expor, pela composição visual, os mecanismos de naturalização da desigualdade e os modos pelos quais sujeitos são convocados a ocupar posições de vulnerabilidade como se fossem escolhas individuais. O longa emerge, assim, como enunciado situado no interior desse campo de forças, tensionando sentidos estabilizados

e abrindo espaço para o questionamento das hierarquias sociais que constituem o imaginário neoliberal contemporâneo.

Referencial teórico

A análise proposta neste artigo inscreve-se no quadro teórico da Análise do Discurso de filiação pècheuxtiana, perspectiva que compreende a linguagem como atravessada pela ideologia e marcada pela historicidade. Nessa tradição teórica, as relações de classe não são meramente econômicas: são relações discursivas materializadas por posições ideológicas que se enfrentam, disputam e se hierarquizam. Como afirma Pêcheux (1993), as classes sociais se colocam frente a frente, em posições opostas, que entram em tensão, conflito ou disputa. As relações de classe caracterizam-se pelo afrontamento de posições ideológicas e políticas que não dizem respeito à maneira de ser dos indivíduos, mas se organizam em formações que mantêm entre si relações de antagonismos, de aliança ou de dominação (PÊCHEUX, 1993). Essas relações definem-se pelos lugares historicamente produzidos a partir dos quais os sujeitos significam o mundo. A ideologia dominante tenta criar a aparência de que todas as classes têm os mesmos objetivos e de que existe uma certa unidade na sociedade. No entanto, ao mesmo tempo, essa mesma ideologia também reforça as diferenças entre trabalhadores e capitalistas.

Articular esses pressupostos à análise de um filme implica compreender que a imagem cinematográfica não é transparente nem neutra: ela constitui uma materialidade significativa que produz sentidos a partir de gestos de interpretação historicamente situados. O cinema mobiliza formações imaginárias, organiza relações de força e convoca o espectador a reconhecer como evidentes certos modos de ver o mundo. Nesse ponto, *Parasita* se torna particularmente produtivo para a AD: ao articular espaço, corpo e enquadramento, o filme encena discursivamente o confronto entre posições-sujeito de classe, reinscreve memórias

sociais sobre desigualdade e produz, pela imagem, efeitos de sentido que naturalizam e, simultaneamente, desestabilizam o imaginário neoliberal.

Ao considerar a imagem como materialidade significante, retomamos uma das questões centrais da Análise do Discurso: não há sentido fora das condições de produção que o possibilitam. Assim, a análise de *Parasita* exige reconhecer que a fotografia do filme se produz no entrecruzamento entre situação, memória discursiva e formações ideológicas que determinam o campo do dizível e do visível. Como aponta Pêcheux (1997), todo gesto de interpretação reinscreve o sujeito em uma rede de já-ditos que orienta e limita a produção de sentidos; desse modo, a imagem não inaugura sentidos, mas os realocaliza em uma nova cena de enunciação.

Nessa perspectiva, os enquadramentos, a disposição dos corpos, a organização dos espaços e a paleta cromática não são recursos técnicos isolados: funcionam como operadores discursivos que estruturam posições imaginárias e regulam os modos pelos quais o espectador é interpelado. Seguindo Amaral (2005), compreendemos que as relações de trabalho e de classe se materializam em práticas discursivas que atravessam diferentes domínios — inclusive o artístico —, produzindo modos de ver, sentir e interpretar o social. A materialidade fílmica, portanto, não apenas representa relações sociais: ela participa da sua produção simbólica, atualizando, pela imagem, disputas ideológicas em torno da desigualdade e da precarização.

Ao reinscrever visualmente hierarquias espaciais — alto/baixo, iluminado/escuro, amplo/claustrofóbico — o longametragem produz efeitos de evidência que fazem parecer natural a distância entre as classes, ao mesmo tempo em que a expõe como construção histórica. Os contrastes visuais operam como formações imaginárias que posicionam os sujeitos em lugares distintos da divisão social, construindo a aparência de que tais lugares são inerentes às personagens, quando, na verdade, são efeitos da ideologia dominante. Trata-se do que Pêcheux

denomina efeito de evidência do sentido: aquilo que aparece como natural, óbvio, espontâneo é, na verdade, resultado de um trabalho ideológico que mascara as condições materiais de produção.

Nesse sentido, a análise da fotografia de *Parasita* permite compreender como a imagem constitui um dispositivo ideológico que simultaneamente dá a ver e oculta, revela e naturaliza, denuncia e reproduz. Ao articular a cena doméstica, o espaço urbano e os gestos cotidianos, o filme fabrica uma superfície visual na qual se torna possível observar o funcionamento discursivo da desigualdade: seu caráter estrutural, sua dimensão histórica e sua atualização neoliberal. A AD oferece, assim, instrumentos para apreender como esses sentidos se estabilizam, se repetem, se deslocam e se confrontam na materialidade imagética do filme.

Quando a câmera denuncia: marcadores de classe na fotografia de *Parasita*

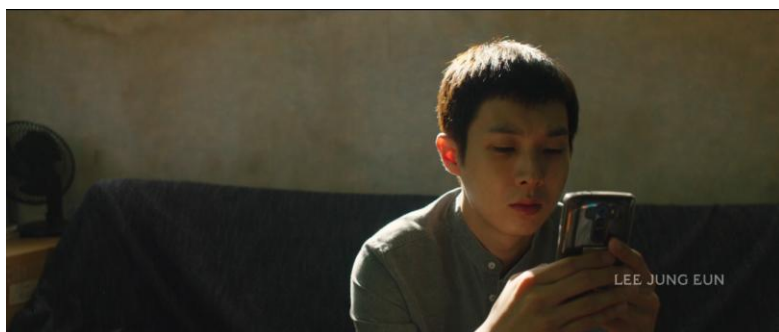
Em *Parasita*, o enredo articula-se a partir dos quatro componentes da família Kim, sujeitos periféricos e marginalizados, todos trabalham de forma informal e são exemplos desta nova tendência global laboral: a uberização e o trabalhador *just-in-time*. No entanto, antes mesmo de sermos apresentados aos protagonistas, a montagem da tomada inicial conduz a câmera ao espaço doméstico de modo a ilustrar visualmente a condição marginal dessas personagens. No conjunto de imagens que compõe os minutos iniciais do filme, é possível perceber que os personagens estão abaixo da linha da rua, configuração espacial que reforça material e simbolicamente o processo de marginalização que atravessa sua posição-sujeito.

A câmera captura por vários segundos a janela da habitação, expondo o cotidiano que se desenrola fora da casa e, em seguida, desloca-se em um movimento de descida em que evidencia o lugar ocupado pelos protagonistas: estão, como ratos ou baratas, abaixo do nível da rua. Já nessa sequência inicial, torna-se possível perceber que, mesmo em um bairro periférico e

constituído por trabalhadores pobres, o trabalhador just-in-time encontra-se em uma situação de ainda mais vulnerabilidade e precariedade, ou seja, à margem da própria margem. A paisagem que se vê pela janela funcionará, ao longo do filme, como elemento cênico fundamental para demarcar as desigualdades entre os Kim e os Park, como veremos mais adiante.

Ainda nesta sequência inicial, o público primeiro conhece Ki-woo, um dos filhos da família Kim. No desenrolar da cena, ele segura um celular e caminha pela moradia na tentativa de conseguir o sinal de wi-fi de um dos estabelecimentos comerciais próximos à sua residência e, com esse gesto, conhecemos os três outros membros (irmã, mãe e pai). Aqui, a câmera acompanha o movimento da personagem, focaliza o celular em um plano médio (figura 5) e expõe a importância do aparelho para a dinâmica laboral dos membros da casa. O gesto de erguê-lo acima da cabeça funciona como metáfora visual do prestígio e do valor simbólico do objeto, tão fundamental para a sobrevivência cotidiana que é enquadrado em posição superior à do próprio protagonista.

Figuras 1 a 3 – sequência completa inicial do filme
(entre 47s e 1min 23s)



Fonte: Parasita, 2019.

A família depende diretamente do acesso à internet para conseguir trabalho diariamente e, com isso, garantir a compra de alimentos. A condução fotográfica da tomada inicial do longa expõe rapidamente informações muito importantes para a crítica que o filme pretende fazer, dentre os quais destacamos alguns pontos: a) embora o acesso à internet seja essencial para que os trabalhadores uberizados possam exercer suas funções, os baixos salários nem sempre os permitem custear tal tipo de serviço; b) a situação social e trabalhista da família Kim contraria o discurso meritocrático e não se justifica por conta da falta de “esforços” da parte de seus membros, já que a fotografia do filme explicita que há registros na própria casa do bom desempenho escolar de seus integrantes (conforme imagem da figura 4); c) a inteligência e a dedicação aos estudos não garantem o êxito social e financeiro dos indivíduos em sociedades marcadas pela desigualdade de condições e oportunidades.

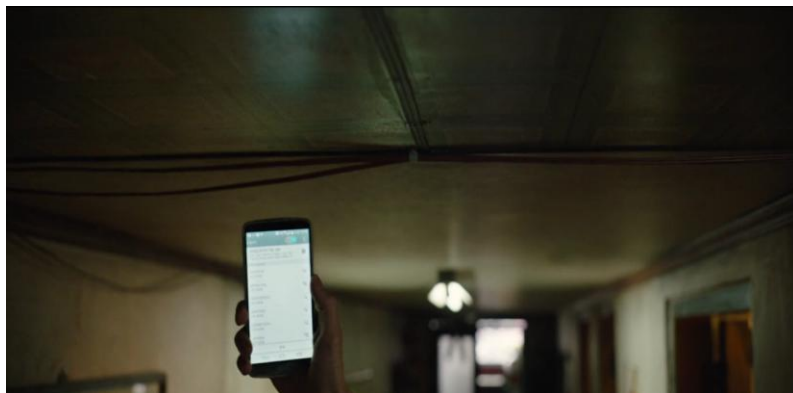
Figura 4 – registro de medalha escolar e foto de Chung-Sook, matriarca, como atleta (2min 10s)



Fonte: Parasita, 2019.

O enquadramento em plano fechado destaca a medalha de atletismo recebida pela mãe em 1992, quando ainda cursava o ensino médio. Nos minutos iniciais de *Parasita*, diversas informações fundamentais para ancorar o caráter crítico do filme são apresentadas em chave cômica, produzindo um efeito de banalização da precariedade que atravessa a vida da família. Na configuração gestual e espacial, objetos assumem uma posição de superioridade em relação aos corpos dos personagens, como se percebe nas figuras 5 e 6. Esse arranjo visual não apenas reforça a condição marginal dos Kim, mas também simboliza a sobreposição material e imaginária de determinantes sociais que os atravessam, deslocando-os continuamente para “baixo” tanto no espaço físico quanto no arranjo social.

Figura 5 – imagem do celular de Ki-woo, erguido na altura do teto da casa (2min 21s)



Fonte: Parasita, 2019.

Figura 6 – imagem do banheiro da habitação (2min 40s)



Fonte: Parasita, 2019.

A disposição cênica coloca o vaso sanitário e o celular acima do nível dos próprios moradores evidenciando um processo de redução e de coisificação a que esses sujeitos estão submetidos na organização do sistema capitalista. Surgem os primeiros marcadores de classe: os moradores pobres confinados às regiões mais baixas da cidade e obrigados a habitar um espaço apertado, amontoado e sujo. Dentro desse arranjo visual, as condições arquitetônicas e cartográficas materializam a desigualdade que os atravessa, fazendo do espaço um operador discursivo da marginalização. Além disso, a mercadoria aparece desvinculada das necessidades humanas naturais, deixando de ser consumida, prioritariamente, por seu valor de uso para se afirmar como necessidade socialmente criada.

Além de atribuir aos bens materiais uma posição de superioridade social e física, os três minutos iniciais do filme também evidenciam, dentro das novas dinâmicas de precarização trabalhista, a responsabilização do próprio trabalhador pelos custos pecuniários do próprio trabalho. Isso ocorre não só porque ele precisa custear a internet e o celular a fim de garantir contato com a empresa contratante e conseguir um trabalho que o pague pelo dia, como também porque realizará o trabalho contratado em

espaço doméstico e usará a própria luz e a água durante o tempo de trabalho. Enquanto a família Kim dobra caixas para uma pizzaria da região dentro da própria residência, desfazem-se as barreiras que tradicionalmente demarcavam e separavam o espaço de trabalho do espaço doméstico. Os gastos e as responsabilidades com o trabalho recaem exclusivamente sobre o trabalhador autônomo. Agravando essa situação, não há qualquer treinamento: cabe ao próprio trabalhador descobrir como desempenhar a função exigida (conforme imagem 7). Assim, a família de Ki-woo mimetiza, de forma metonímica, a realidade das práticas laborais uberizadas que caracterizam o ultraliberalismo contemporâneo, expondo o modo como a precarização se infiltra no cotidiano e reorganiza a vida doméstica, econômica e subjetiva desses sujeitos.

Figura 7 – família Kim trabalha dobrando caixas em casa (3min 7s)



Fonte: Parasita, 2019.

Na cena, Ki-woo mostra aos pais um vídeo da internet que ensina a dobrar embalagens de pizza com mais agilidade, o que possibilitaria ganho de tempo e aumento da produtividade. A escolha desse gesto — a aprendizagem laboral mediada por vídeos

de plataformas digitais — reinscreve discursivamente o ideal neoliberal de autogerenciamento: cabe ao trabalhador aprender sozinho, otimizar seu desempenho e responsabilizar-se por sua própria eficiência. Nada disso é casual: trata-se de uma composição cênica que materializa fisicamente a posição de marginalização socioeconômica ocupada pelos Kim. O filme organiza, pela fotografia, uma hierarquia espacial que espelha a hierarquia social. Se os Kim estão em posição inferior ao próprio vaso sanitário da casa, quem está no mesmo nível social dessa família? A câmera também nos revela essa resposta: trata-se de um percevejo (figura 8).

Figura 8 – Kim Ki-taek, patriarca da família, alimenta-se ao lado de um percevejo (2 min 32s)



Fonte: Parasita, 2019.

O enquadramento, na nona figura, utiliza o *close-up* para destacar um percevejo bem próximo ao patriarca da família. Esses insetos são parasitas que se alimentam do sangue de seus hospedeiros. Durante as décadas de 1960 e 1970, utilizaram-se inseticidas para controlá-los, o que fez com que as infestações por esta praga ficassem restritas a locais mais pobres (presídios e

favelas, por exemplo). Porém, desde 2019, infestações do mesmo tipo se tornaram comuns em países ricos do continente europeu.

Ao surgir no mesmo nível espacial que os Kim, o inseto não apenas remete diretamente ao título do filme, mas convoca o espectador a perceber a maneira perversa pela qual a sociedade classifica aqueles que ocupam posições subalternizadas: trabalhadores precarizados são corpos que podem ser expostos à sujeira, ao veneno, à toxicidade — social e literal — sem que isso suscite indignação pública. Ao trabalhador precarizado, resta contar com a própria inteligência e esperteza para sobreviver. Assim, a família Kim, depois de ser exposta à fumaça contendo inseticida, reage e deixa de forma picaresca e paulatina o subsolo que habita, mas leva consigo o cheiro fétido de onde vem.

Quando os Kim ocupam a casa dos Park: arquiteturas da desigualdade

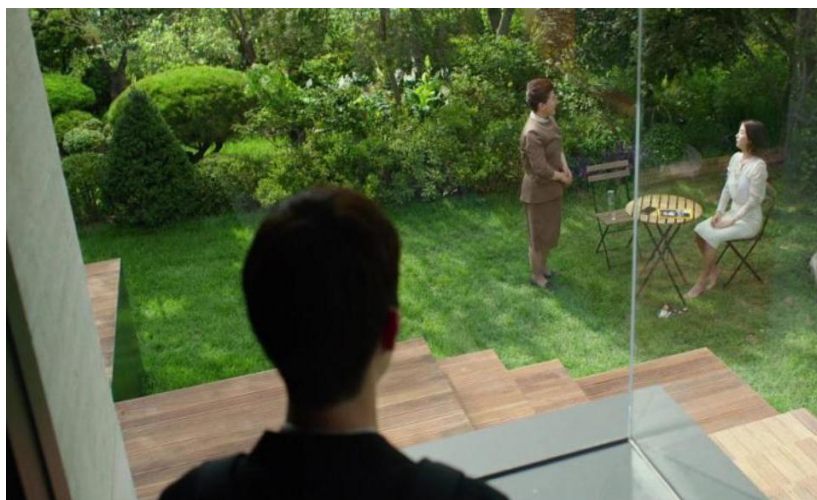
A oposição entre as famílias Kim e Park é construída não apenas no roteiro, mas, sobretudo, na materialidade imagética que organiza o espaço, a arquitetura e os gestos de câmera. Bong Joon-ho, que recorrentemente aborda em sua filmografia personagens silenciados e atravessados pela violência social, estrutura em *Parasita* um jogo de duplos no qual cada família funciona como o avesso da outra. O duplo não se limita aos comportamentos ou trajetórias narrativas: ele se inscreve na própria estrutura visual do filme, que faz operar uma duplicidade espacial marcada por linhas, alturas e luminosidades que funcionam como índices discursivos da divisão de classes.

A casa dos Park é um espaço largo, silencioso, banhado por luz natural e voltado para um jardim perfeitamente organizado. A horizontalidade cria a sensação de expansão: os corpos se movem sem obstáculos, as janelas se abrem para a natureza, e a arquitetura — limpa, clara, ordenada — projeta a ilusão de harmonia e transparência que a ideologia dominante busca fabricar ao representar a riqueza. A moradia elevada, situada no topo da

colina, reforça fisicamente o lugar que essa família ocupa na hierarquia social, ao mesmo tempo em que a vista panorâmica funciona como metáfora de um mundo protegido, no qual a violência estrutural parece não existir. Se a família Park surge associada à limpeza e a abundância de espaço, os Kim estão amontoados, apertados pelas paredes da própria casa e contaminados pelo cheiro ocre daquele ambiente.

O posicionamento cênico reforça essa divisão. A partir do momento em que Ki-woo chega à casa dos Park, todas as personagens deixam de ocupar o centro do enquadramento fotográfico da câmera, seus corpos ficam deslocados para a esquerda ou direita. Além disso, quando personagens de classes diferentes estão enquadrados pela câmera na mesma cena, linhas verticais aparecem na imagem para separá-los, como se pode observar na imagem 9.

Figura 9 – Senhora Park conversa com governanta no jardim (16 min)



Fonte: Parasita, 2019.

Essa organização visual, que articula linhas horizontais e verticais, profundidade de campo, iluminação e arquitetura, sustenta discursivamente o efeito de duplo: a casa dos Park é o reflexo invertido da casa dos Kim. De um lado, riqueza, limpeza, amplitude, ordem, natureza, luminosidade, altura. Do outro, pobreza, entulho, aperto, escuridão, sujeira, cheiro, subsolo. A duplicidade atravessa a narrativa e antecipa o conflito: ao entrarem no espaço dos Park, os Kim entram também no espaço simbólico do seu “outro”, daquele que encarna exatamente aquilo que eles não são.

Considerações finais

A análise da fotografia de *Parasita* permitiu compreender como a imagem cinematográfica se constrói de modo a produzir, deslocar e tensificar sentidos sobre classe, trabalho e precarização no interior do imaginário neoliberal contemporâneo. Ao reinscrever visualmente hierarquias espaciais e sociais, o filme evidencia o modo como a ideologia dominante naturaliza a distância entre as classes, transformando desigualdade estrutural em aparência de ordem social. A casa elevada dos Park, marcada por linhas horizontais, amplitude e luminosidade, só existe porque, abaixo dela, outras vidas são comprimidas em espaços escuros, úmidos e invisibilizados. A arquitetura dos espaços cênicos, nesse sentido, materializa a desigualdade.

A imagem torna perceptível aquilo que os discursos neoliberais procuram silenciar: a violência estrutural que transforma trabalhadores precarizados em vidas descartáveis, responsabilizadas individualmente por condições produzidas coletivamente. Ao organizar esses elementos em uma cena discursiva marcada pela duplicidade, o filme mostra que a distância entre os Kim e os Park é menos um dado natural e mais um arranjo histórico sustentado por práticas econômicas, políticas e simbólicas.

Portanto, ao articular a teoria pêcheuxtiana do discurso ao cinema de Bong Joon-ho, buscamos mostrar como o longa-metragem materializa antagonismos e conflitos nas relações de classe. A câmera denuncia porque revela aquilo que a racionalidade neoliberal insiste em ocultar: nenhuma sociedade sustentada sobre um subsolo de precarização pode, de fato, permanecer em equilíbrio.

Referências Bibliográficas

PARASITA. Direção: B. Joon-ho. Elenco: K.-ho Song; H. J. Chang; W.-s. Choi; J. Ziso; S.-d. Park; J. Hyeon-jun. Coreia do Sul, 2019. 132 min.

ABÍLIO, L. **Uberização do trabalho: a subsunção real da viração.** *Passa Palavra / Blog da Boitempo*, 2017.

ABÍLIO, L. **Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado.** *Psicoperspectivas*, v. 18, n. 3, 2019.

ANTUNES, R. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0.** São Paulo: Boitempo, 2021.

ORLANDI, E. **Discurso e texto: formação e circulação dos sentidos.** Campinas, SP: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** 2. ed. Tradução de E. de L. P. Orlandi et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

OPACIDADES ENTRE O ESTATAL E O PESSOAL NA COMUNICAÇÃO DE @JAIRBOLSONARO

Ciro Antonio das Mercês Carvalho⁷⁸

A conta @jairbolsonaro, na rede de microblogues X, foi utilizada como meio de propagar comunicações governamentais e, ao mesmo tempo, como perfil pessoal do ex-presidente homônimo (Jair Bolsonaro), durante o mandato presidencial, entre 2019 e 2022. Neste período, os discursos das postagens oscilavam entre os tons formal e informal, misturando assuntos pessoais e/ou estatais. É opaca a distinção entre o que é da vida pública/política do chefe de Estado e o que é da vida privada/particular da pessoa civil.

Esse Jair Bolsonaro *online* é descontraído e próximo de quem o segue, mas também muda subitamente de tom e se apresenta formal e institucional, como um burocrata. Então, ao cruzar pela disputa material dos sentidos de “público” e “privado” que atravessam a existência do “eu” como sujeito discursivo, proponho adiante a questão que norteia as análises que farei. Nesse sentido, há uma espécie de “eu” em disputa na construção da autoria de @jairbolsonaro, ora mais público e ligado a temas estatais, ora mais privado e relacionado a questões demasiado particulares. São posições-sujeito ideológicas diante do lugar simbólico e social, não sendo escolhas conscientes, mas injunções inconscientes a depender dos “chamamentos” para assumir certos papéis e identidades na rede social em comento.

Desse modo, o trabalho objetiva investigar as posições ideológicas na construção discursiva de @jairbolsonaro, uma vez

⁷⁸ Doutorando com bolsa de estudos CAPES pelo Programa de Pós-graduação em Letras (PPGL) da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Letras (PPGL) da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Email: cirocarvalho08@gmail.com.

que o perfil do microblogue permite a existência de categorias *online* do então chefe do Poder Executivo brasileiro. Com efeito, as práticas discursivas nos domínios da política, da mídia e dos recursos tecnológicos, no batimento com o arquivo da conta @jairbolsonaro se ligam ao que Michel Pêcheux (2019) escreveu afirmando que

[...] Um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas: por exemplo, o deputado pertence a um partido que participa do governo ou a um partido da oposição; é porta-voz de tal ou tal grupo que representa tal ou tal interesse, ou então está “isolado” etc. Ele está, pois, bem ou mal, situado no interior da relação de forças existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado: o que diz, o que anuncia, promete ou denuncia não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa. (Pêcheux, 2019, p. 33).

Assim, o lugar de poder do sujeito digital @jairbolsonaro e o arquivo produzido entre 2019 e 2022, me permitiu, como afirma Orlandi (1990, p. 103), ter “a possibilidade de observar a produção das evidências a que nos prendemos no processo que chamamos ‘ideologia’”. Para tanto, problematizo histórica e teoricamente as oscilações e reorganizações do que é público e do que é privado no contexto capitalista burguês, com destaque ao que tange à composição e ao funcionamento de uma conta (de uma @) na plataforma X, rede onde ocorre tanto o funcionamento da individualização como do hiper-relacionismo (ao mesmo tempo os sujeitos são um e muitos). É nesse sentido que Cesarino (2022) aponta para uma fusão entre a figura pública de Bolsonaro com campos que nos últimos séculos eram privados, apartados da coisa pública (Estado). Com Bolsonaro, por exemplo, houve uma absorção de discursos da religiosidade e do ramo do entretenimento que se misturaram aos discursos governamentais.

Ato contínuo, o acesso às publicações que compõem o *corpus* do trabalho foi possível por meio da ferramenta de busca que o próprio X dispõe, chamada de “busca avançada”, e por meio de bancos de dados que extraíram postagens da conta @jairbolsonaro e armazenaram em servidores na nuvem. Ademais, parto da revisão de literatura de marcos teóricos pertinentes à análise do discurso materialista, como quando Orlandi (2012) propõe questionar a produção das evidências no processo do que se entende como ‘ideologia’, bem como a relação da AD com o texto não ter a ver com a busca do sentido em si, mas de apreender sua historicidade.

Por conseguinte, enfatizo os desdobramentos do discurso na materialidade digital para operacionalizar e analisar o *corpus* composto por algumas sequências discursivas de @jairbolsonaro e suas características linguísticas, como a flexão verbal das formulações.

Questão X: o público e o privado no funcionamento da rede social

O X é uma plataforma que permite um dado grau de liberdade ao sujeito de se expressar publicamente. Os usuários (indivíduos particulares) são interpelados de maneira contínua pelos discursos reunidos nas chamadas linhas do tempo (*timelines*), que podem ser compreendidas como o espaço público da rede.

O sujeito-usuário parece ter a ilusão de que pode se individualizar no uso de determinada plataforma, isso porque lhe são dadas algumas opções para “selecionar” categorias do que gosta ou não, do que quer interagir ou não, e a partir de determinadas interações com outros perfis e conteúdos formular uma teia de interações. Além disso, os usuários podem optar por serem verdadeiras “personas”, construções em que o(s) indivíduo(s) que administra(m) determinada conta apresenta(m) aos outros como real, mas que são muito diferentes da verdadeira, pois de todo modo é inevitável a interpelação.

É um engodo útil ao funcionamento da plataforma dar ao sujeito a sensação de ter controle sobre o seu perfil, ter uma percepção de que domina tudo o que faz na rede, como se pudesse controlar o seu próprio processo de enunciação na plataforma. Portanto, ao aceitar os termos de uso de uma rede social (que poucas pessoas leem de fato), um sem-número de concessões, legais e comerciais, são feitas, desde a forma como o usuário verá e consumirá propagandas, até o uso dos seus próprios conteúdos postados (fotos, textos, vídeos, entre outros formatos), além de tacitamente aceitar uma grande quantidade de tipificações de legislações nacionais e internacionais. Assim, o funcionamento de um perfil em rede social (no caso do X, um @) tem o efeito de interpelar o sujeito que se inscreve no discurso virtual.

Quanto a relação público e privado inerente ao mundo virtual *online*, a antropóloga malaio-chinesa Crystal Abidin (2021), especialista em redes sociais e perfis de influenciadores, aponta que há uma alternância do que é público e do que é privado nas redes, de uma forma que não é clara e nem estável para o usuário. Há uma imprevisibilidade e obscuridade do algoritmo que é latente

[...] enquanto na alternância do público/privado, com a interferência dos recursos de plataforma e da imprevisibilidade algorítmica, público e privado não são categorias estáveis, e são moldados de novas maneiras. Isso significa que a experiência de todos na ‘internet’ depende de vários fatores, incluindo, entre outros, acesso de geolocalização, configurações do provedor de serviços de Internet (ISP), configurações da interface de programação de aplicativos (API), recursos da plataforma e similares, resultando em diferentes experiências de publicidade e privacidade devido a diferentes guardiões (infra)estruturais. (Abidin, 2021, p. 4).

Importante, por conseguinte, mencionar e diferenciar dois significantes recorrentes da dinâmica das redes sociais. O primeiro é o criador de conteúdo, um conceito abrangente para se referir aos profissionais ou entusiastas que produzem e compartilham material informativo, educativo ou de entretenimento em plataformas digitais. O segundo é o conceito de influenciador digital que priorizam a construção de uma relação de influência com o público e principalmente na produção de valor por meio de seu trabalho no seu perfil nas plataformas digitais. Ou seja, um influenciador é também um criador de conteúdo, mas criador de conteúdo (*lato sensu*) não necessariamente é um influenciador.

Nesse sentido, essas novas dinâmicas do funcionamento do capital nas redes afetam as fronteiras do que é público ou não, afinal o que é do âmbito coletivo e do âmbito individual ficam em constante movimento e dependem do entendimento de um complexo de fatores históricos e econômicos, especialmente pensando na dinâmica da *internet*. De outro modo, as esferas privada e pública não cessam seus movimentos, ora se ampliando, ora se reduzindo, especialmente no ambiente virtual em que as condições de produção permitem que se bagunce com as noções canônicas, não só de Estado e território nacional, como de indivíduo. Em relação às particularidades da rede social X, o tema amplo sobre público e privado é tratado pela antropóloga Letícia Cesarino (2023), quando diz que

[...] As novas mídias não eliminam a separação entre público e privado, mas fazem esses polos oscilarem e se reorganizarem de modos emergentes. Isso se dá no nível local quando, por exemplo, usuários separam perfis ou mídias sociais para usos diferentes. [...] Nada impede que, com sua desestruturação, o divisor público-privado e seus corolários passem a oscilar e a se recombinar em novos híbridos. (Cesarino, 2023, p. 99-100).

Portanto, ainda segundo Cesarino (2022, p. 134), à medida que há a contaminação da esfera pública por lógicas mercadológicas, fazer política passa a deixar de lado mediações normativas da democracia liberal. É um cenário em que as estruturas partidárias, os movimentos sociais, as análises de cientistas políticos e/ou jornalistas, o papel dos pesos e contrapesos institucionais etc., passam a ser “obsoletas” ou “chatas” pelo senso comum.

Outrossim, as condições materiais de produção e reprodução das redes sociais é parte importante dessa análise e precisa ser considerada na circulação dos discursos na plataforma X. É o algoritmo da rede social que define quais publicações, dentre as possíveis, serão mostradas a determinado perfil de pessoa e quais possíveis publicações ela tem mais probabilidade de dar atenção. É uma ferramenta a que opera a serviço da plataforma para que o usuário se depare com um número cada vez maior de conteúdos que possam segurar a sua atenção de modo que a pessoa sinta até vontade de também comentar, compartilhar, gerar o famigerado “engajamento” em determinadas publicações.

Aqui é importante mobilizar um conceito muito caro ao funcionamento da dinâmica das redes sociais: o engajamento. No contexto da *internet*, “engajar” refere-se à capacidade de atrair, envolver e estimular a interação de usuários com os conteúdos, marcas ou comunidades *online*. Os usuários, ademais, são constantemente bombardeados por informações e eventos que demandam sua atenção e reação (uma curtida, um encaminhamento, um comentário) de tal maneira que o conteúdo em si interessa menos que o fato de manter o engajamento. As publicações de @jairbolsonaro, com efeito, estão nesse contexto e demonstram usar mecanismos que também são usados por influenciadores digitais para chamar e reter atenção de quem se depara com seus discursos.

Se o sujeito não posta em sua conta, “não chama atenção para si, não gera engajamento, seu perfil ‘some’”. Se o sujeito faz o que sempre fez – não se arrisca –, ele não vai ficar onde já está, e

sim regredir.” (Cesarino, 2022, p. 93). Ou seja, os sujeitos devem estar o tempo todo “se atualizando” para se manter em evidência. Além disso, especialmente ao tratar de perfis de políticos nas redes sociais, como é o caso de @jairbolsonaro, os significantes “público” e “privado” oscilam de acordo com a materialidade a que estão submetidos. O que se refere à coletividade e/ou à individualidade não é fixo, óbvio ou imutável, pelo contrário, o que é “público” e o que é “privado” está em constante oscilação e disputa, especialmente em ambientes virtuais como o X.

A semântica das flexões verbais em @jairbolsonaro

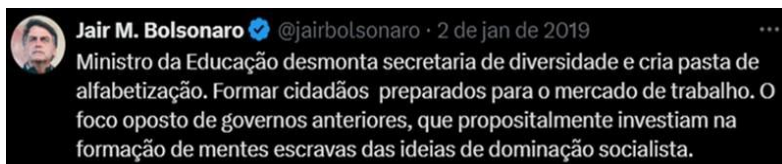
Duas questões levantadas por Jean-Jacques Courtine (2009) merecem menção antes de prosseguir: “(1) Por que escolher, como modo de identificação das formulações de referência, a presença de estruturas sintáticas determinadas? (2) Por que escolher tal estrutura sintática (e não outra) como base dessa identificação?” (Courtine, 2009, p. 154). A solução possível para esses questionamentos, considerando uma pesquisa em AD, está no olhar interpretativo do pesquisador/analista que permite estabelecer os procedimentos analíticos para chegar à materialidade da língua e à compreensão do processo de produção de sentidos. Assim, leva-se em consideração que se trata de um processo linguístico (sintático), histórico e ideológico.

Dessa forma, as publicações selecionadas de @jairbolsonaro para este trabalho seguem alguns critérios. O primeiro é temporal, delimitado pelo período em que Jair Bolsonaro foi presidente da República (2019-2022). O segundo critério compreende as marcas linguísticas de concordância verbal dos textos das publicações que utilizei como recorte. Após os gestos de leitura do arquivo, ou seja, depois de ler um grande volume das publicações de @jairbolsonaro enquanto chefe de Estado, notei que sobressaia a forma como o sujeito se referia a si mesmo nos textos das postagens. Em especial, as marcações sintáticas do sujeito nas frases, ora no plural, ora no singular.

Quando no singular, sintaticamente havia a concordância verbal dos discursos tanto na terceira quanto na primeira pessoa. Todavia, uma distinção semântica era marcante: quando falava na terceira pessoa do singular o tom era impessoal, mais sério, como de costume em comunicados oficiais de órgãos públicos, como ministérios e secretarias estatais. Já quando o sujeito das frases estava na primeira pessoa do singular havia um tom despojado, com informalidade, usando a plataforma *X* como um usuário comum e não como uma figura pública no cargo de presidente da República. Esses foram os indícios de que havia o funcionamento heterogêneo que oscilava de uma figura pública (político, chefe de Estado) para outra que remetia a um usuário comum da plataforma. Não obstante, também havia a presença da primeira pessoa do plural (nós), que conotava sentidos semelhantes aos comumente presentes na terceira pessoa do singular. Já a primeira pessoa do plural aparecia para falar do próprio governo, um “nós-governo” impessoal.

Desse modo, para operacionalizar a análise, montei duas sequências discursivas: a primeira sequência contém duas publicações de @jairbolsonaro, uma com a predominância das flexões verbais na 3ª pessoa do singular e a outra com verbos flexionados na 1ª pessoa do plural. Já segunda sequência tem duas postagens com textos flexionados na 1ª pessoa do singular.

Sequência Discursiva com predominância da 3ª pessoa impessoal e 1ª pessoa do plural:



Publicação de @jairbolsonaro, em 02 de janeiro de 2019, sobre o Ministério da Educação. Disponível em:
<https://x.com/jairbolsonaro/status/1080567217031393283>.

A primeira publicação selecionada para análise é de 02 de janeiro de 2019 e trata da pasta da educação na pessoa do Ministro da Educação. Foi feita no segundo dia de Jair Bolsonaro no cargo de presidente da República. Ele assumiu o cargo no dia 1º de janeiro de 2019 e, nos primeiros dias do seu governo, várias postagens sobre temas institucionais foram feitas, grande parte dessas postagens adotava um tom mais formal e institucional. Então, a publicação de @jairbolsonaro assevera no seu texto um fato institucional, tal qual um órgão de comunicação faria. Na primeira frase uma referência direta ao Ministro da Educação que naquele momento era ocupado por Ricardo Vélez Rodríguez.

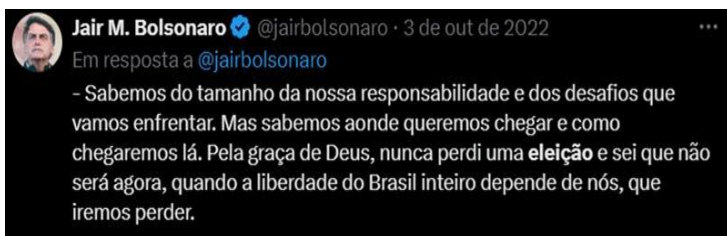
No texto há três períodos separados a partir dos sinais de ponto de continuidade. A flexão dos verbos está na terceira pessoa ou no infinitivo, não se referem ao próprio Jair Bolsonaro, mas ao Ministério da Educação (MEC) do seu recém iniciado governo (em “desmonta”, “cria” e “formar”) e de governos anteriores (“investiam”). Então, a publicação de @jairbolsonaro está asseverando um fato institucional, tal qual um órgão de comunicação faria. O uso da terceira pessoa do singular em tom impessoal assume sentidos em que o sujeito — sobre quem se fala — não muda, a todo tempo ele se refere ao outro de um modo amplo.

No terceiro período do recorte há um efeito de conclusão com a ideia de que, a partir daquele momento histórico da assunção da Presidência da República por Jair Bolsonaro, o governo passaria a tomar as medidas contrárias às administrações passadas. Como teorizou Pêcheux (2014, p. 104-105), quando um locutor em seu discurso se refere a um nome conhecido, como no caso em análise @jairbolsonaro se referiu “aos governos anteriores”,

[...] vemos surgir, assim, uma espécie de *cumplicidade* entre o locutor e aquele a quem ele se dirige, como condição de existência de um *sentido* da frase. Essa cumplicidade supõe de fato, uma *identificação do locutor*, isto é, a possibilidade de pensar o que ele pensa em seu lugar. (Pêcheux, 2014, p. 104-105).

Assim, mesmo sabendo que, pela perspectiva pecheutiana, nunca há identificação plena do sujeito com a ideologia e ainda considerando que o sujeito tem a ilusão da possibilidade de pleno controle do seu dizer, há uma cumplicidade pressuposta entre o locutor e a quem ele se dirige nas redes sociais, que dá sinais pela conexão entre os predicados ditos e os sentidos implícitos (não-ditos).

Nesse exemplo o tom institucional é usado para falar de seu próprio governo, com os verbos flexionados na terceira pessoa do singular, quando a conta de Jair Bolsonaro fala do “foco oposto de governantes anteriores”, permitindo compreender que o governo e o próprio Jair Bolsonaro seriam a antítese dos seus antecessores.



Publicação de @jairbolsonaro, em 03 de outubro de 2022, após o primeiro turno da eleição presidencial de 2022. Disponível em: <https://x.com/jairbolsonaro/status/1576802101489184768>.

A outra publicação selecionada de @jairbolsonaro está inserida nas condições materiais do período da campanha à reeleição, em 03 de outubro 2022, já perto do final do seu mandato de quatro anos. Nessa toada, desde antes do primeiro turno de votações (que ocorreu em 02 de outubro) até o fim do segundo turno (realizado em 30 de outubro de 2022), a conta de Jair Bolsonaro no X foi intensamente usada como um instrumento da campanha eleitoral. Além de ter sido um período de efervescência em quantidade de publicações, foi o último grande conjunto de postagens feitas na conta enquanto Jair Bolsonaro ocupava a Presidência da República.

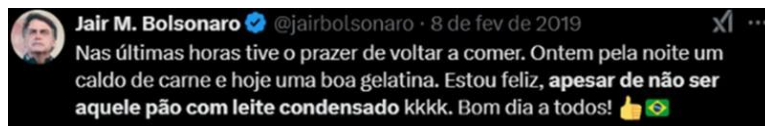
No texto predomina a primeira pessoa do plural em “Sabemos”, “vamos enfrentar”, “sabemos aonde queremos chegar e como chegaremos lá” e “iremos perder”. As múltiplas ocorrências da primeira pessoa do plural (nós) compõem uma marca discursiva teorizada por Indursky (2013, p. 92). A teórica analisou discursos dos ex-ditadores Costa e Silva e Médici enquanto ocupavam a Presidência da República (mandatos respectivamente entre 1967-1969 e 1969-1974) e destacou as diferentes funções de “nós” presentes. A pesquisadora concluiu que aqueles chefes do Executivo ora usavam o “nós” para falar com base no seu próprio papel institucional, excluindo outros brasileiros, ora incluíam a coletividade de brasileiros por

associação ao seu próprio discurso. Assim, “a coexistência, na mesma sequência discursiva, de um nós inclusivo e um nós exclusivo cria um efeito de neutralização dos diferentes referentes discursivos que as não pessoas discursivas mobilizam.” (2013, p. 92).

No discurso de @jairbolsonaro há a presença do “nós” inclusivo: os sujeitos que compõem o “nós” incluem Jair Bolsonaro, o seu governo, os brasileiros e/ou seus eleitores de maneira genérica, ou seja, um conjunto de não pessoas discursivas. Esse funcionamento torna o “sujeito embaçado de uma enunciação indeterminada e ambígua” pois há uma neutralização pelo efeito de socialização imposto pela soma do “eu” com um “tu” indeterminado (Indursky, 2013, p. 93).

Quem faz parte desse nós? Seria composto por Jair Bolsonaro e o povo? Pelo governo e toda coletividade de brasileiros? Seus opositores estão incluídos nesse nós? Seria apenas Jair Bolsonaro e os seus apoiadores/seguidores? As possibilidades de respostas não são óbvias e uso do “nós”, da primeira pessoa do plural, tem o potencial de produzir efeitos excludentes. É um nós que remete a “uma não pessoa discursiva” Indursky (2013, p. 82). De modo que, se colocar-se no plural, com o uso *nós*, tem um efeito performativo, uma primeira pessoa do plural que se torna uma “socialização do arbítrio” (Indursky, 2013, p. 93).

Sequência Discursiva com predominância da 1ª pessoa do singular



Publicação de @jairbolsonaro, em 08 de fevereiro de 2019, quando o então presidente estava no hospital. Disponível em:
<https://x.com/jairbolsonaro/status/1093867957766291457>.

A publicação, de 08 de fevereiro de 2019, é de quando Jair Bolsonaro estava internado para um dos diversos procedimentos médicos a que foi submetido ao longo do seu mandato presidencial, a maioria relacionada ao ferimento decorrente do ataque com faca que aconteceu, em setembro de 2018, ainda durante a campanha eleitoral.

Na publicação temos o seguinte texto escrito por @jairbolsonaro: “Nas últimas horas *tive* o prazer de voltar a comer. Ontem pela noite um caldo de carne e hoje uma boa gelatina. *Eston* feliz, apesar de não ser aquele pão com leite condensado kkkk. Bom dia a todos! [Um *emoji* de polegar em riste fazendo sinal positivo e um de bandeira do Brasil]”.

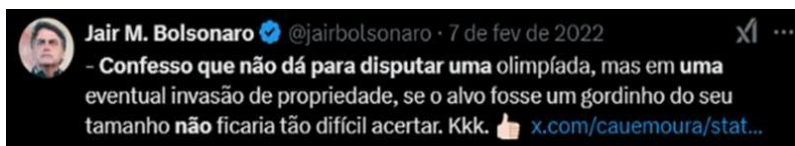
A frase está flexionada na primeira pessoa do singular (eu), de modo que o texto é sobre si mesmo. Assim, o texto tem um tom descontraído sobre já estar comendo, reforçando que Jair logo mais já estaria com saúde suficiente para ter a capacidade de voltar ao seu posto.

Figuras públicas (artistas, celebridades, famosos etc.) costumam postar atualizações da sua situação de saúde, após algum tipo de procedimento ou emergência para manter atualizados seus fãs e seguidores das redes sociais. Na situação da publicação de @jairbolsonaro, temos o sujeito que ocupava o mais alto cargo do Poder Executivo e que deliberadamente mostrou sua vida privada, num leito de hospital, o que cria algum tipo de identificação com seus apoiadores e aversão dos seus opositores. Isso remete ainda a uma prática típica dos chamados influenciadores digitais, tão presentes nas diversas redes sociais, de maneira que Jair Bolsonaro, enquanto político, incorporou um efeito de proximidade com seus governados por meio de uma comunicação sem mediações institucionais (não é feita por uma assessoria de imprensa oficial, por algum órgão de comunicação ou alguma mídia jornalística).

Por oportuno, menciono o texto das pesquisadoras Gabriela Melo e Rejane Pozobon (2024) em que ambas conceituam o termo *político-influenciador*. Segundo as pesquisadoras (Melo e Pozobon, 2024, p. 87), um político-influenciador é um sujeito que opera, nos seus discursos nas redes sociais, estratégias e conteúdos, se apropriando do modo de trabalho de influenciadores digitais para alcançar públicos determinados e ecoar seus discursos. As pesquisadoras dizem que

[...] Ao se apropriar do papel de influenciador no contexto das plataformas, os agentes políticos exercem estratégias tecnodiscursivas semelhantes às de um influenciador digital na busca pela adesão de seus públicos que podem contribuir para reverberar suas intenções. Diante desse cenário, o conceito de político-influenciador emerge em meio a criadores de conteúdo ou mesmo de influenciadores digitais comuns, se tornando um personagem complexo que utiliza sua influência para fins eleitoreiros e/ou ideológicos. (Melo e Pozobon, 2024, p. 91).

Portanto, o comportamento discursivo de político-influenciador é identificável em @jairbolsonaro nas duas postagens da Sequência Discursiva com predominância da 1ª pessoa do singular. Isso se dá tanto pela exposição da sua vida pessoal, como se fosse um influenciador, quanto ao se referir a grandes personalidades da cultura nacional que tem relevância nas redes.



Publicação de @jairbolsonaro, em 07 de fevereiro de 2022, em resposta ao youtuber brasileiro Cauê Moura. Disponível em: <https://x.com/jairbolsonaro/status/1490736969860669445>.

No caso da postagem de @jairbolsonaro, de 07 de fevereiro de 2022, criou-se a fagulha perfeita para um “bate-boca”, situação discursiva que atrai muitas respostas e a atenção de usuários diversos, sejam apoiadores ou detratores. O texto da publicação, apesar do seu tom informal, envolve um sentido de ameaça à vida de outra pessoa após ser exposto em um contexto considerado vexatório para Jair Bolsonaro. Este que sempre foi abertamente defensor do armamento da população e de facilitar o porte e a compra de armas de fogo.

Porém, no dia 07 de fevereiro de 2024, viralizou nas redes sociais um vídeo em que Jair Bolsonaro tinha dificuldades para operar e atirar com uma pistola, o que deveria ser algo simples para alguém que tanto defende o porte e a venda de tal item. Nesse contexto, o influenciador e *youtuber*, Cauê Moura, que sempre se posicionou como opositor do então presidente, fez uma publicação, em tom de troça, com o vídeo de Jair Bolsonaro. Na sua publicação, o *youtuber* destacou o baixo desempenho do então presidente no manuseio da arma, com a frase “o capitão mentecapto não sabe nem ATIRAR”. O influenciador não tem mais sua conta ativa na rede social.⁷⁹

⁷⁹ A situação chegou a ser noticiada na mídia internacional. O portal português Público, em 09 de fevereiro de 2022, noticiou da seguinte forma: “Jair Bolsonaro ameaçou o influencer brasileiro Cauê Moura através das suas redes sociais, depois de este ter feito uma publicação a troçar com a fraca capacidade do Presidente do Brasil para manusear uma arma. O chefe de Estado garantiu que não seria ‘difícil de acertar’ um tiro num ‘gordinho’ como Cauê. O capitão mentecapto não

Quanto aos verbos, temos a flexão de “confessar” na primeira pessoa do singular (“confesso”). Esse verbo carrega uma semântica histórica ligada a contar os pecados (a um padre ou algum tipo de clérigo), em busca de absolvição. Os sentidos não religiosos relacionados a esse verbo giram em torno de contar ou reconhecer algo como verdade, como errado ou em prejuízo próprio. Ou seja, Jair está assumindo que não tem mais desempenho de atleta “para disputar uma olimpíada”.

A oração subordinada seguinte amplia o sentido do que @jairbolsonaro confessa em seu texto, destacando que o sentido proposto na publicação nada tem a ver com esporte. Fala sobre “invasão de propriedade”, armamentismo e com a ideologia de defesa individual: *eu* posso (e vou) atirar em você caso invada minha propriedade. Na sequência, a confissão se completa: é sobre atirar em um alvo, em um “gordinho do seu tamanho”, referindo-se a pessoa a quem a publicação era direcionada, que no caso era Cauê Moura. Destaque para o eufemismo do diminutivo no adjetivo “gordinho”. Esse significante carrega o sentido pejorativo do discurso ao reforçar estereótipos negativos relacionados ao peso e ao tamanho do corpo de outra pessoa. É uma palavra comumente usada em discursos de ofensa gordofóbicos.

Por fim, Jair Bolsonaro escolheu como alvo para atacar com o seu perfil, dentre as várias personalidades públicas e influentes que lhe fizeram troça naquele período, uma pessoa específica que era abertamente sua opositora e que tinha relevância nas redes sociais. Há ainda o tom de zombaria de alguém que pratica *bullying* ao fechar o texto da publicação com os significantes “Kkk. 🤔” — a representação de uma risada e *emoji* de dedo polegar em riste.

sabe nem atirar, o vídeo compartilhado pelo influencer no Twitter.”. Disponível em: <https://www.publico.pt/2022/02/09/mundo/noticia/bolsonaro-ameaca-influencer-redes-sociais-tiro-1994719>.

Neste ponto da análise cabe mencionar o texto da pesquisadora Bethânia Mariani (2023) sobre a ofensa no discurso político que se encaixa nessa situação em que o sujeito (@jairbolsonaro) ofende abertamente um desafeto seu. Mariani (2023) vai dizer que ao trabalhar com a “[...] Análise do Discurso, no discurso político a ofensa e seus desmentidos são analisados como efeitos de sentidos produzidos entre sujeitos que (se) significam e significam o outro sempre inscritos em determinadas condições de produção.” (Mariani, 2023, p. 113). No presente caso, há um político, que à época ocupava o mais alto cargo do Executivo brasileiro, que agiu como um influenciador (*político-influenciador*) ao se dirigir, na plataforma X, de forma jocosa e intimidadora a um *youtuber*. Os sujeitos envolvidos nessa interação claramente ocupam lugares de poder desproporcionais, já que é um chefe de Estado *versus* um influenciador digital na *internet*.

Efeitos conclusivos

Neste trabalho, mobilizei o arcabouço teórico da Análise de Discurso materialista, considerei a relação entre a língua (sistema sintático) e a discursividade como efeitos linguísticos históricos. Para isso, investiguei os discursos de @jairbolsonaro pelo critério da flexão verbal dos textos das suas postagens, pistas morfossintáticas que permitiram concluir que há um grau significativo de homogeneidade e/ou indistinguibilidade entre os contextos público e privado no funcionamento do perfil digital da conte do ex-chefe de Estado.

Quando o perfil de Jair Bolsonaro, então presidente da República do Brasil, funcionava como canal governamental público (perfil de um político com alguma seriedade e tom formal), as flexões verbais tendiam a ser na terceira pessoa do singular, como faz uma assessoria ou uma notícia formal sobre seu governo. Quando na primeira pessoa do plural, os textos das publicações falavam de si mesmo (do próprio Jair Bolsonaro) e do

seu governo, por meio de um “nós” que tornava o sujeito do discurso opaco em enunciações indeterminadas e ambíguas.

Paralelamente, em tom informal, falava na primeira pessoa do singular. O “eu” tomava conta dos discursos de @jairbolsonaro. Ora dava satisfação da vida privada, assim como fazem usuários comuns na rede social, ora buscava engajamento em disputas que miravam outros perfis grandes da rede e da sociedade, tal qual fazem os influenciadores digitais e/ou criadores de conteúdo. O significante *engajamento*, nesse contexto, faz parte do léxico que se desenvolve junto com o funcionamento das redes sociais, assim como “criadores de conteúdo” e “influenciadores digitais”, permeando a dinâmica do que @jairbolsonaro posta.

Jair Bolsonaro em sua conta oficial na rede X, jogava com a polarização “amigo *versus* inimigo” como modo de ter mais visibilidade na plataforma, uma estratégia que o torna compatível com a definição de *político-influenciador*. As polêmicas criadas que inflamam discussões têm como consequência extremar relações disjuntivas de amizade ou inimizade (ou é oposição ou é aliado).

É fato que a esfera pública de uma rede social está completamente contaminada por lógicas capitalistas mercadológicas. Um perfil político, nesse contexto, pouco ganha na economia da atenção ao tentar fazer política de maneira formal e mais impessoal, pois pouco importam as mediações normativas da democracia liberal. Assim, construindo intrigas e polêmicas consegue se manter a audiência, tanto dos inimigos como dos amigos, pois o que vale é ter a atenção para reverberar os seus discursos. Pouco importam as estruturas partidárias, os movimentos sociais, as análises científicas, políticos e/ou de jornalistas, o papel dos pesos e contrapesos institucionais, passam, a ser “entediantes” e só são mobilizados se causarem alguma agitação na rede.

Há em @jairbolsonaro discursos mais sérios e impessoais, divulgando dados do governo e suas posições de forma mais séria, o que é feito em tom impessoal ou com um “nós” generalista,

como um agente público de Estado. Entretanto, é na dinâmica de *político-influenciador*, na primeira pessoa do singular, que @jairbolsonaro diz a linguagem das “pessoas comuns”, falando de si e disputando pautas e demandas que lhe interessam pessoal e particularmente, que Jair Bolsonaro opera sua rede social em sintonia com a dinâmica de engajamento na economia da atenção das novas mídias.

Na dinâmica de rede social de @jairbolsonaro, a figura pública, o político de Estado, se confunde com o sujeito, a pessoa privada. Conteúdo do dia a dia e das intrigas cotidianas com outros perfis se imiscuam com os posicionamentos e com os resultados das políticas do seu governo. Mesmo anos após o fim do mandato presidencial, ainda é difícil separar em @jairbolsonaro o que é especificamente de Estado, referente à Presidência da República, do Jair Bolsonaro civil que briga com *youtubers* e se alimenta no hospital. Não é à toa que precisei estabelecer um critério morfosintático de flexão verbal para conseguir, de alguma forma, traçar essa distinção.

Referências Bibliográficas

- ABIDIN, C. **From “networked publics” to “refracted publics”: a companion framework for researching “below the radar” studies.** *Social Media + Society*, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/2056305120984458>. Acesso em: 23 abr. 2024.
- CESARINO, L. **O mundo do avesso: verdade e política na era digital.** São Paulo: Ubu Editora, 2022.
- INDURSKY, F. **A fala dos quartéis e as outras vozes.** 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- MARIANI, B. Língua de pedra: a ofensa (injúria e a difamação) na discursividade política. **Revista Leitura**, v. 1, n. 76, p. 111–

125, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.28998/2317-9945.202376.111-125>. Acesso em: 10 set. 2025.

MELO, G. P.; POZOBON, R. de O. O discurso digital dos políticos-influenciadores André Janones e Nikolas Ferreira na plataforma X sobre o atentado a Donald Trump. **Revista Rizoma**, v. 13, n. 2, p. 87–104, 2024. Disponível em: <https://seer.unisc.br/index.php/rizoma/article/view/19720>.

Acesso em: 15 set. 2025.

ORLANDI, E. **Discurso e leitura**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

ORLANDI, E. **Terra à vista! Discurso do confronto: velho e novo mundo**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1990.

PÊCHEUX, M. **Análise automática do discurso**. Tradução de E. P. Orlandi; G. Costa. Campinas: Pontes, 2019.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de E. Orlandi et al. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO RACISMO RELIGIOSO NO *INSTAGRAM*: INVASÕES, “LIBERDADES”, ÓDIO

Antonio Celestino Gonçalves Filho⁸⁰

Thiago Alves França⁸¹

O presente texto, que resulta de pesquisa em andamento financiada pelo Programa Afirmar, da Pró-reitoria de Ações Afirmativas da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), tem o objetivo de analisar, a partir da Análise de Discurso materialista, o funcionamento do discurso de ódio manifestado como racismo religioso em postagens produzidas na plataforma *Instagram*.

A noção de discurso de ódio mobilizada neste texto é a definida por França (2019), para quem o discurso de ódio é um processo discursivo caracterizado por dois movimentos: o primeiro corresponde a um jogo imaginário por meio do qual um sujeito interpreta um outro sujeito como destituído de humanidade, o que se realiza no fio do discurso do primeiro sujeito quando este atribui ao outro imagens que desumanizam este segundo, a exemplo de imagens de coisificação, animalização, demonização etc.; o segundo movimento, resultante do primeiro, é naturalização da violência contra este outro já desumanizado, violência esta que, regularmente, sequer é interpretada pelo violador como violência, mas como legítima, justificável, “nobre” (Liiceanu, 2014). No caso deste trabalho, pensamos esta noção de discurso de ódio atualizada naquilo que chamamos de racismo religioso.

⁸⁰ Discente do curso de Direito da Universidade do Estado da Bahia (Uneb). antonneo937@gmail.com.

⁸¹ Doutor em Letras (UFPE), integrante do Núcleo de Estudos em Práticas de Linguagem e Espaço Virtual (Neplev), professor Adjunto da Uneb. tafranca@uneb.br.

A expressão “racismo religioso” é uma formulação contemporânea, mas que se filia a uma sistematicidade histórica de hostilidades e estigmatizações da população negra colonizada e, sobretudo, dos sujeitos de religiões de Matriz Africana, identificados, portanto, com as Comunidades Tradicionais de Terreiro (Nogueira, 2020), aos quais chamaremos, adiante, de “sujeitos de terreiro”.

O racismo religioso, enquanto fenômeno social e estrutural, encontra suas raízes no processo de colonização e escravização da população negra, período no qual a “lógica” eurocêntrica instituiu a inferiorização da raça como justificativa para práticas de violência e exploração (Almeida, 2019). Naquelas condições, a Igreja, como Aparelho Ideológico do Estado (Althusser, [1976] 2024), assumiu papel central ao legitimar essas práticas, fortalecendo uma hierarquia racial e religiosa que marcou profundamente a formação da sociedade brasileira (Rocha, 2025).

Conforme Nascimento (2016, p. 123), “entre os instrumentos usados pelo poder escravizador estava a Igreja Católica [...] Essa igreja possuía escravos com fins lucrativos e perseguiu e atacava as crenças religiosas africanas durante séculos e até os dias atuais”. Ainda conforme o autor, é possível afirmar que “a manifestação cultural de origem africana, na integridade dos seus valores, na dignidade de suas formas e expressões, nunca teve reconhecimento no Brasil, desde a fundação da colônia” (p. 112-113). E, sendo assim, não seria “exagero afirmar-se que, desde o início da colonização, as culturas africanas, chegadas nos navios negreiros, foram mantidas num verdadeiro estado de sítio” (p. 123).

Como também preleciona Nogueira (2020), a história da intolerância/racismo religioso no Brasil está intimamente vinculada ao colonialismo, já que, desde a invasão dos portugueses, o cristianismo, fruto do eurocentrismo, foi mobilizado como instrumento de dominação e como sustentáculo dos projetos políticos colonizadores. Por meio destas práticas, instituiu-se uma verticalidade em relação a uma suposta hierarquia

da/na fé, que permanece produzindo efeitos em um certo imaginário contemporâneo, que é também dominante, e que não cessa de encontrar maneiras de se manifestar, como veremos no nosso material de análise.

Sobre a composição do material analítico

Neste texto, analisamos quatro Sequências Discursivas produzidas no *Instagram*. Aqui, compreendemos o espaço digital não como uma esfera fictícia oposta ao real, mas como território de produção de sentidos que mantém equivalências importantes com os espaços sociais físicos. Nesse sentido, embora as plataformas de redes sociais possam, regularmente, produzir nos sujeitos a sensação/ilusão de distanciamento do “real”, um efeito de realidade paralela, de exacerbação da “liberdade”, de anonimato etc., não pensamos que seja, o virtual, um espaço descolado do mundo que existia e segue existindo antes da digitalização de todas as coisas (Di Felice, 2020). Sendo assim, os discursos circulados nestas plataformas podem até circular, ali, de um modo peculiar, regido pela gramática da máquina e dos algoritmos, mas, de jeito nenhum, deixam de ter suas filiações e raízes com o que circulava antes desse processo de digitalização, que altera o que se entende por realidade (Di Felice, 2020).

O material que selecionamos, empiricamente, o encontramos a partir de buscas realizadas no próprio buscador do *Instagram*. No caso deste trabalho, a palavra-chave utilizada no buscador foi “Candomblé”. A “captura” do que resultou desta procura e interessou à nossa pesquisa foi realizada a partir de aparelho celular pela função *print screen*, que registra, na forma de imagem, a tela utilizada no momento da busca.

Antes de apresentar nosso material de análise propriamente dito, exibimos, abaixo, uma Figura que corresponde ao *print* de uma das telas quando da busca pela palavra-chave “Candomblé”. Trata-se da Postagem Disparadora (França, 2019), assim chamada por ser ela o texto/motivo desencadeador de comentários que,

neste trabalho, tratamos como Sequências Discursivas (SD).
Vejam os Postagens:

Figura 1



Fonte: Instagram.

Sem pretender a exaustão, parece-nos relevante fazer uma descrição, ainda que breve, de algumas partes da Postagem Disparadora: no alto da Figura, lê-se a palavra-chave “Candomblé”, utilizada na busca, como já mencionamos. Logo abaixo, há, no centro, ocupando quase a totalidade da Figura, uma criança negra, vestindo branco, com os olhos entreabertos, de modo que se vê apenas a esclera. Trata-se de uma imagem que registra um transe do Orixá. Destacando os elementos contidos na vestimenta (*Atakan*, *Ojá* e *Atorí*), trata-se do Orixá Oxaguian, o qual representa a versão “jovem” de Oxalá, sendo o símbolo da paz que habita na guerra.

Ainda na Figura, há um texto apresentado num retângulo branco que ocupa a parte central média-baixa do recorte. Nesta

caixa de texto, a criança é apresentada como uma *Yalase*⁸², que representa o futuro da Casa e da Religião. Ainda na caixa de texto, lemos a descrição de que, no momento do recolhimento para as atividades espirituais do autor (no caso, sujeito que fez a postagem, cujo nome de usuário no *Instagram* é @filhosdeire2), a criança (que, segundo o texto, tinha, na época, “9 anos de vida e 8 anos de santo”) esteve sempre ao lado, dando-lhe amor.

A Figura e também alguns elementos indicados em nossa descrição nos permitem dizer que se trata de uma publicação digital que enaltece o culto religioso-afro dentro dos afazeres diários desses sujeitos de terreiro. Aqui, chamamos de “sujeitos de terreiro” os sujeitos resultantes da identificação com uma Formação Discursiva Religiosa de Matriz Africana. Uma vez ali constituídos, esses sujeitos entram numa relação de sintonia com os saberes organizados por essa Formação Discursiva, saberes estes manifestados nas práticas desses sujeitos; uma dessas práticas é justamente a postagem e o modo como ela discursiviza, condizente com o saber da Formação Discursiva de onde é emprestado aquilo que o sujeito (re)produz (Pêcheux, [1975] 2009).

Pelas dinâmicas possibilitadas pela web 2.0 (Trindade, 2022), que amplia as possibilidades de interlocução entre sujeitos digitais, no *Instagram*, além dos comentários que discursivizaram sobre o enaltecimento do sujeito que fez a Postagem, foram manifestados comentários produzidos por outros sujeitos, que não sujeitos de terreiro, constituídos em posições possíveis em outras Formações Discursivas. Esses comentários “estranhos” à Postagem, os transcrevemos⁸³ abaixo, pensando-os como Sequências Discursivas, nosso material de análise.

⁸² Termo yorubá que significa mãe de Axé, ou seja, a criança é uma pessoa que possui cargo elevado naquela Casa de Axé.

⁸³ Em nossa transcrição, cuidando para não adulterar o sentido “original”, fizemos algumas pequenas adaptações (na pontuação, acentuação, concordância etc.) para que a leitura das Sequências Discursivas ocorresse de modo mais fluido.

(SD1) Reforçando: SÓ JESUS SALVA.

(SD2) Só Jesus salva, liberta e leva para o céu.

(SD3) A publicação tá livre para comentários. [S]e não quiser, [é] só trancar a página ou me bloquear. Falo de JESUS, sim!

(SD4) O vídeo é público. Não precisa ninguém perguntar pra ela dar a opinião dela.

Diante da tarefa de analisar as quatro Sequências Discursivas acima, nossa proposta, neste texto, é responder à seguinte questão de pesquisa: como funciona o discurso de ódio manifestado como racismo religioso nesse material, produzido na interlocução entre sujeitos a partir de uma postagem produzida no *Instagram*? No tópico seguinte, organizamos nossos gestos de interpretação na tentativa de responder esta questão.

Alguns gestos de interpretação: invasões, liberdades, discurso de ódio

Organizamos como Sequências Discursivas fragmentos da textualização resultante da interlocução entre sujeitos que entraram em contato com a Postagem Disparadora. É importante destacar que, além de comentários que se referiam diretamente à Postagem, como que reagindo a ela, também houve os comentários que respondiam a outros comentários produzidos na dinâmica de diferentes sujeitos, mas no espaço criado, por assim dizer, pela Postagem Disparadora.

Como dissemos no tópico anterior, os comentários selecionados eram “estranhos” à postagem. Em nossa discussão, pretendemos justificar por que os classificamos desta forma.

Para começar, vejamos a primeira das Sequências Discursivas; nela, destacamos o enunciado “SÓ JESUS SALVA”. Como sabemos, o modo como o dizer é textualizado não é

indiferente ao sentido produzido. Sendo assim, chamamos atenção para, por exemplo, o fato de que todo o enunciado foi produzido em maiúsculas. Esta “decisão” tipográfica produz um efeito de destaque em relação aos demais textos produzidos no espaço de interlocução da Postagem, mas também, pensando no modo como o texto escrito pode tentar se aproximar do texto falado, a caixa alta também pode indicar um aumento de “tom”, como se o sujeito dissesse aquilo num outro “tom”, no caso, com “voz mais alta”. A voz mais alta pode indicar uma tentativa de manifestar autoridade.

Além do efeito produzido pela tipografia em caixa alta, o enunciado é iniciado pelo advérbio “só”, que produz um efeito de exclusão, porque não se afirma que, dentre outros caminhos para uma salvação, “JESUS [também] SALVA”; o que se diz é que apenas Jesus salva.

Agora, olhemos para a segunda Sequência Discursiva, que corresponde ao enunciado “Só Jesus salva, liberta e leva para o céu”. A relação entre as duas primeiras SDs não exige grande esforço para ser recuperada. Assim como na SD1, também o sujeito da SD2 afirma que “só Jesus salva”, embora com outra configuração tipográfica. Mas a segunda, diferente da primeira, explicita o que se entende por “salvação”, que é, no caso, o acesso ao céu.

Nas duas SDs, o que se diz é que somente Jesus é condição para a salvação, de modo que ambas SDs pressupõem que é preciso que sejamos salvos de algo, e pressupõe a danação, a “alternativa” para quem não for salvo. Dizer que só (ou SÓ) Jesus salva não deixa de ser uma citação do seguinte versículo bíblico, em que Jesus teria dito: “Eu sou o caminho, a verdade e a vida. Ninguém vem ao pai, a não ser por mim”. Nesta relação intertextual, a salvação seria equivalente a ir ao céu/ao pai; e o “SÓ” (ou “só”) atualizaria o “a não ser por mim”. Essa “lógica”, em última instância, se ampara no argumento autorizado pelo discurso dominante, segundo o qual há um único Deus (Filho, Almeida, 2023), e que ele não está nos terreiros.

O que se atualiza nas postagens dos sujeitos autores das SDs 1 e 2 é um discurso religioso, mas de uma matriz de sentido diversa do discurso religioso da Postagem Disparadora. Esses sujeitos que, a princípio, não seriam os interlocutores imediatos/antecipados, no entanto, estão ali e discursivizam a partir de outras posições de sujeito, estranhas à posição do sujeito autor da Postagem Disparadora.

O discurso religioso atualizado nas SDs 1 e 2 indica um caminho para pensarmos sobre como um saber institucional (no caso, da Igreja) produz um efeito de poder sobre quem diz, como se fosse investido de autoridade, mas também sobre quem se diz. O sujeito que diz se vale desse poder e, no caso, tenta exercer um tipo de dominação sobre aquele a quem diz. Dessa forma, quando o sujeito aduz “SÓ JESUS SALVA” ou “Só Jesus salva, liberta e leva para o céu”, o faz de uma certa posição de sujeito possível em uma Formação Discursiva Cristã, e que se avizinha de uma Formação Discursiva Colonial, que atualiza o imaginário da colonização sobre os sujeitos negros no tocante a práticas religiosas possíveis enquanto sujeitos de terreiro.

A possibilidade que os sujeitos das SDs 1 e 2 têm de afirmar que apenas Jesus salva respalda-se no maniqueísmo, que é também característico do mundo colonial (Fanon, [1961] 2020), e que é formalizado em espaços institucionais de religiões dominantes sob a dicotomia “Deus-Diabo” (Rocha, 2025). Com isso, criam-se condições para perpetuar a marginalização de grupos subalternizados, em um processo que não se limita, apenas, à esfera religiosa, mas que também se articula com a lógica capitalista contemporânea. A mesma estrutura que alimenta o racismo sustenta o capitalismo, transformando crenças e ideologias em mercadorias que circulam no mercado da fé e fortalecem instituições religiosas majoritárias (Silva, 2019).

Retomando: se apenas Jesus salva, se apenas Jesus é o caminho para chegar a “Deus”, significando o acesso ao suposto paraíso, e se a dicotomia “Deus-Diabo” é incontornável nessa matriz religiosa cristã, mas também colonial, então, um caminho

que não leva a “Deus” só pode levar, fatalmente, ao que seria seu oposto. Sendo assim, a categoria “*Diabo*”, que não é textualizada nos discursos dos sujeitos autores das SDs 1 e 2, não deixa de produzir sentido pelo viés do não-dito, como uma ausência presente na afirmação de que só Jesus salva.

As postagens destes sujeitos atualizam, portanto, uma classificação que é, antes, uma hierarquização, e que serve para categorizar todas as práticas que devem ser alijadas pelo culto hegemônico, o que se faz, pelo que temos destacado, a partir de interpretações equivocadas das tradições de Matriz Africana como sendo afeitas ao “Diabo”, que lhe é, inclusive, estranho. Na concepção de Olabiyi Babalola Yai, citado por Nascimento (2016), o candomblé é “uma religião na qual nem o diabo e nem o inferno têm lugar e que não aflige a vida do homem com um pecado original do qual se deve purificar, mas que convida o homem a sobrepujar suas imperfeições graças aos seus esforços, aos esforços da comunidade e aos orixás” (Nascimento, 2016, p. 125).

A figura mitológica do “Diabo” passou por inúmeras variações ocidentais. Nessa dinâmica, criou-se esse paradoxo, que é pensar/acreditar que essa alegoria se encaixa nas tradições de terreiro. Com isso, ao dizer que “Só Jesus salva”, e ao fazê-lo no espaço de uma postagem sobre práticas de terreiro feita por um sujeito de terreiro, se produz um certo tipo de invasão, e uma tentativa de impor a idealização construída em processos de alienação contidos nos espaços religiosos dominantes, como forma de sustentação de ideias que alimentam esses territórios (Miranda, 2022). E dizemos isso mesmo considerando que talvez os sujeitos que postam não possuam amplo conhecimento sobre a sistematicidade da exclusão da população negra em sua dignidade de culto, e que talvez nem cheguem a se perceber entoando discursos de demonização das práticas de terreiro.

Independente de terem ou não essa consciência, essa leitura do outro enquanto vinculado ao “Diabo” é uma forma de demonização do outro, o que, por sua vez, na discussão de França (2019), é um movimento imaginário de pilhagem da humanidade

desse mesmo outro, e que é ingrediente de base para o discurso de ódio.

Os efeitos de sentido (re)produzidos na discursivização das SDs 1 e 2 nos levam à necessidade de lembrar que

[...] o Brasil, como sociedade ocidental, não nasceu como uma democracia religiosa. Não é necessário que [se] vá muito longe na história do nosso país para entender que a intolerância religiosa e a farsa da laicidade têm como origem o colonialismo. Desde a invasão pelos portugueses, a religião cristã foi usada como forma de conquista, dominação e doutrina, sendo a base dos projetos políticos dos colonizadores (Nogueira, 2020, p. 29).

O sujeito que propaga o racismo religioso o faz entrando em relação interdiscursiva com esse discurso colonizador que colocou/coloca o sujeito de terreiro às margens da sociedade, isto desde a diáspora negra, quando foram retirados de seus territórios e, então, impelidos a profanar seus Deuses africanos, uma vez que forçados a cultivar um “Deus” estranho, o “Deus” do colonizador (Rocha, 2025).

O processo de naturalização das religiões de terreiro como religiões de segunda categoria, ou principalmente como culto ao “Diabo”, vem sendo sistematicamente reforçado por meio de diferentes estratégias, mas que passam, todas elas, pela repetibilidade. É preciso repetir essa classificação para que ela pareça natural. Tendo isso em vista, temos, na SD1, um indício deste movimento de reiteração, quando o sujeito assume estar reforçando algo que já foi dito, talvez na própria dinâmica da interlocução naquele espaço, mas, sabemos, também alhures. O sujeito na SD1, ao dizer “Reforçando: SÓ JESUS SALVA”, está dando continuidade à prática segregacionista indiscriminadamente

reiterada que interpreta as religiões de Matriz Africana como culto ao demônio (Silva, 2019).

Ao dizer “reforçando”, atualiza-se a dominância de uma religião em detrimento das religiões de matriz africana, ao passo que a condição de produção deste discurso se resguarda nas garantias históricas que lhe permite falar e excluir aquele a quem foi vedado o direito de fala no passado. Esses dizeres de invisibilização, e o discurso de ódio manifestado como racismo atualizado neles, ficam disfarçados nas postagens desses sujeitos, porque parecem protegidos por meio da “opinião religiosa”, como voltaremos a dizer, que se apresenta como problemática quando, em nome dela, são produzidos discursos em espaços estranhos à Formação Discursiva de origem daqueles sentidos.

Assumimos, em Análise de Discurso, que a Formação Discursiva é o lugar a partir do qual o sujeito, ao constituir-se sujeito daquela Formação Discursiva, empresta o saber que vai ser experienciado por aquele sujeito como sendo naturalmente seu. Sendo assim, a despeito da ilusão de ser origem do “seu” discurso, o sujeito diz o que está autorizado por determinada Formação Discursiva com a qual se identifica (Pêcheux, [1975] 2009), ainda que haja desconhecimento por parte do sujeito em relação à interpelação que o constitui e em relação à origem dos sentidos que ele julga serem seus.

Apesar desse esquecimento constitutivo (Pêcheux, [1975] 2009), parece-nos que, no caso dessa retomada do discurso de ódio que desumaniza o sujeito de terreiro pela via da demonização de sua religião, esse esquecimento produz efeitos mais tranquilamente quanto menos “letramento racial” há. Também parece “tranquilo” demonizar a religião do outro sem que se veja a si mesmo como racista porque, primeiro, aprendemos a negar o racismo – “A negação da existência do racismo na sociedade brasileira está profundamente enraizada no discurso da elite nacional” (Trindade, 2022, p. 21) – ; e, segundo, se chegarmos a aceitar sua existência, somos conduzidos de modo a não desconfiar da ubiquidade do racismo, para o fato de que ele pode

produzir efeitos mesmo na ausência de um significante explicitamente sobre raça – daí a discussão de Modesto (2021; 2024) acerca dos discursos racializados.

Também porque falta “letramento racial”, sujeitos identificados com Formações Discursivas de religiões dominantes menos criticamente demonizam a população de terreiro, talvez sem perceber como esta prática é não só de intolerância religiosa (o que já seria criminoso) mas também de racismo religioso, no sentido de que as práticas discursivas produzidas, por exemplo, no Brasil não deixam de atualizar e serem orientadas pela tensão racial que funciona como Condição de Produção (Modesto, 2021; 2024). É nesse sentido que

O preconceito, a discriminação, a intolerância e, no caso das tradições culturais e religiosas de origem africana, o racismo se caracterizam pelas formas perversas de julgamentos que estigmatizam um grupo e exaltam outro, valorizam e conferem prestígio e hegemonia a um determinado ‘eu’ em detrimento de ‘outrem’, sustentados pela ignorância, pelo moralismo, pelo conservadorismo e, atualmente, pelo poder político, os quais culminam em ações prejudiciais e até certo ponto criminosas contra um grupo de pessoas com uma crença considerada não hegemônica (Nogueira, 2020, p. 27).

Porque falta “letramento racial”, é possível acreditar honestamente que afirmações como as ilustradas nas SDs 1 e 2 tratam apenas sobre religião, já que parecem discursivizar apenas sobre Jesus. Quando decidimos, então, chamar esses enunciados como formulações possíveis do racismo religioso, tínhamos esse compromisso de tomar uma posição que localiza o racismo mesmo quando ele não se manifesta encapsulado em algumas palavras ou expressões específicas.

Dizíamos que as SDs com as quais trabalhamos neste texto são “originárias” de uma Formação Discursiva distinta daquela em vinculação à qual se produz a Postagem Disparadora. São estranhas para sujeitos de terreiro, mas familiares a sujeitos cristãos a partir de posições específicas que acreditam na necessidade de professar esta fé, mas, mais que isso, de evangelizar. É, portanto, também como pretensa prática de evangelização que estamos lendo as SDs 1 e 2, mas também a SD3, na qual o sujeito autor afirma “Falo de JESUS, sim”, funcionando o advérbio de afirmação como uma resposta a alguma tentativa de dissuasão da evangelização.

Considerando o avizinhamento entre a Formação Discursiva Cristã e a Formação Discursiva Colonial, a evangelização pode ser vista com um movimento de violência contra o outro a quem se pretende evangelizar, ainda que esta violência possa ser interpretada pelo sujeito que defende o direito de exercê-la como um ato de pregação, e, por que não, um ato de amor, já que tem a pretensão de apontar o caminho para a salvação. A violência colonial se atualiza no gesto de evangelização praticado e ilustrados nas SDs, e se configura, também como é característico do modo colonial, como uma invasão, no sentido que as SDs são levadas para outros espaços, afastados da Formação Discursiva na qual o discurso está inscrito, com o intuito, portanto, de exercer a “evangelização”.

Estamos chamando atenção para aquilo que falar supostamente em nome de Deus ou que professar sua palavra produz em termos de legitimidade. E é pela via da suposta e prévia legitimidade que chamamos atenção para os dois últimos aspectos que nos interessam destacar nas Sequências Discursivas; na verdade, nas SDs 3 e 4, quando os respectivos sujeitos autores dizem “A publicação tá livre para comentários. [S]e não quiser, [é] só trancar a página ou me bloquear” e “O vídeo é público. Não precisa ninguém perguntar pra ela dar a opinião dela”.

Queremos destacar dois significantes: “livre” e “opinião”, que ajudam a entender a interpretação que os sujeitos autores

dessas SDs fazem quando discursivizam como legítimo que invadam espaços não pensados para si, e que, nesses espaços, falem a partir de uma posição religiosa distinta. Se a “publicação tá livre para comentários”, isto é, se “o vídeo é público”, então, teoricamente, qualquer um pode entrar naquele espaço e tecer “comentários” ou dar “opinião”. Esses comentários são, para esses sujeitos, talvez apenas gestos de evangelização, frutos de seu livre exercício de fé e de expressão de liberdade, mas podem ser pensados como violências, como invasões, e, pelas filiações que atualiza, como discurso de ódio.

O racismo religioso não se manifesta apenas como resquício histórico, mas como uma prática atualizada em estratégias de poder, de dominação simbólica e de retenção de capital, sustentadas por discursos de ódio e pela naturalização da hierarquia religiosa calcada na memória brasileira. Como preleciona Miranda (2022), o próprio Estado brasileiro atua de forma desigual ao conceder privilégios jurídicos e sociais às religiões cristãs, em detrimento das religiões de matriz africana, reforçando a lógica de exclusão e discriminando aqueles que não integram a crença dominante. Nesse sentido, a compreensão do racismo religioso exige analisar não só o passado colonial, mas também as engrenagens contemporâneas que permitem sua perpetuação no presente (Rocha, 2025).

Pensando juridicamente, o ato de “evangelização” não deveria ser arcabouço para que esses sujeitos sintam-se livres para atacar sujeitos minoritarizados, ao usar, muitas vezes, de eufemismos ou outros recursos que impossibilitam a incriminação dos atos. Essa situação, quando levada ao poder judiciário para aplicação da Lei n. 14.532 (Brasil, 2023), diante do caso concreto, torna-se confusa a subsunção do fato à norma e, o juízo, ao fazer a ponderação constitucional (Ramos, 2020), segue o raciocínio no tocante à liberdade de expressão (Miranda, 2022) cuja garantia pétrea encontra-se no rol do art. 5º da Constituição Federal (Brasil, 1988), ou seja, absorve o sujeito das práticas cominadas por acreditar e fundamentar a decisão, alegando que os sujeitos

vinculados às religiões dominantes possuem essa liberdade, “liberdade” esta realizada em detrimento das religiões de Matriz Africana.

Voltando ao específico de nosso trabalho, ficaria ainda mais impossibilitada essa incriminação por se tratar de material produzido no *Instagram*, que é uma dificuldade do âmbito do Direito nas vias atuais, tendo em vista que o legislador é omissor no tocante aos meios digitais. Entender essas agudizações e levá-las ao entendimento do judiciário pelo viés do “letramento racial” constituiria importante mecanismo de defesa contra esse tipo de material que atinge a integridade de outrem ao produzir enunciados a partir de posições excludentes, afetando a existência religiosa e, no caso, desinstitucionalizando o sujeito de terreiro.

Também no espaço digital, sujeitos (de direito e deveres) exercem suas práticas. Por isso, merece atenção pormenorizada de entendimento, sobretudo no que tange às garantias constitucionais dos cidadãos, que devem ser resguardadas independente da natureza do espaço. Quando os sujeitos, nas SDs 3 e 4, respectivamente, dizem que “A publicação tá livre para comentários” e “O vídeo é público”, o que fazem é recorrer à imunização; por ser uma publicação de caráter público, de fato, estariam aptos para falar dentro da livre manifestação do pensamento (Brasil, 1988). Acontece que o direito à liberdade de expressão não é absoluto, o qual será limitado a partir do momento em que esse direito atinge a dignidade de outrem (RAMOS, 2020), ou seja, a liberdade de expressão não deve ser interpretada como “salvo-conduto” para a desumanização.

O que aparece ilustrado nas SDs, e que tem muitos correspondentes fora do digital, é a continuidade de um cenário histórico que garante determinadas interpretações, muitas vezes produzidas por líderes de instituições religiosas hegemônicas. Isso faz com que os sujeitos de práticas religiosas dominantes se sintam aptos e legitimados a “atacar” as minorias na primeira oportunidade, no entendimento de que isso é o “certo”, pois especialmente o nosso país se estruturou a partir de uma ideologia

racista, ainda que se possa falar em um “racismo silencioso” (Trindade, 2022), isto é,

não tão óbvio como o racismo dos Estados Unidos e nem legalizado qual o *apartheid* da África do Sul, mas institucionalizado de forma eficaz nos níveis oficiais de governo, assim como difuso e profundamente penetrante no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país (Nascimento, 2016, p. 111).

Assim, os ataques direcionados a sujeitos de terreiro revelam não apenas a intolerância de sujeitos dominantes, mas uma engrenagem de poder que se sustenta na exclusão e na negação da legitimidade dessas práticas culturais/espirituais subalternizadas.

Considerações finais

O caminho percorrido pelos sujeitos de terreiro no fazer religioso se inscreve no lugar simbólico da encruzilhada, espaço onde a (re)existência se atravessa para tensionar a ordem hegemônica. Tal percurso não se constrói sem enfrentamentos, pois os ataques provenientes dos sujeitos dominantes, muitas vezes operando sob a aparência de “discurso inocente”, neutralidade ou opinião religiosa, instauram práticas que se sustentam no imaginário histórico colonial e no funcionamento de Formações Discursivas eurocêtricas, profundamente sedimentadas na memória social dessas religiões.

Cabe considerar, por fim, que, embora nas Sequências Discursivas analisadas não sejam encontradas palavras que facilmente fossem interpretadas como racistas, os elementos indiciados ali podem ser recuperados a partir do trabalho com a memória discursiva, este elemento que, diante de um texto que surge como acontecimento a ser lido, como afirmou Pêcheux

([1983] 2007, p. 52), “vem estabelecer os ‘implícitos’ [...] de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível”.

Invadir a postagem que discursiviza sobre elementos de religião de Matriz africana e proferir um discurso alheio, estranho àquela Postagem e à Formação Discursiva com a qual o sujeito da Postagem se identifica, afirmando a impossibilidade de salvação por uma outra via que senão “Jesus”; e, ainda, invadir a postagem e defender a validade de que aquele discurso, ali violento, tem legitimidade na suposta liberdade de dizer a partir de um lugar de uma fé dominante constituem ataque direto em desfavor de sujeitos de terreiro.

Em nome de uma suposta liberdade de dizer, ataca-se a religião do outro, dentre outras coisas, indicando que o “Deus Orixá” não é dotado de potências capazes de proteger aqueles que o seguem. Ocorre, então, a invasão de um discurso originado em outra Formação Discursiva, e que, deslocado, avizinhandose de uma Formação Discursiva Colonial, introduz, ali, elementos que desumanizam o sujeito de terreiro pelo viés da demonização da fé.

Ademais, dessa experiência analítica, emerge também a problematização de uma discussão que temos desenvolvido sob o nome de “discurso protegido”, manifestado em enunciados sustentados por jargões cristãos que, sob a aparência de manifestação de fé, ocultam mecanismos de violência simbólica. Ao assumir tais enunciados como discurso, torna-se possível observar os deslocamentos, apagamentos e hierarquias que os constituem, abrindo espaço para pensar formas de “letramento racial” nas instituições, especialmente no campo jurídico, como estratégia para mitigar o discurso de ódio mimetizado como liberdade, de opinião ou de crença.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, S. de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019. (Feminismos Plurais).

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado**. 18. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra; Graal, 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em:
<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/91972/constituicao-da-republica-federativa-do-brasil-1988>. Acesso em: 18 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.532, de 11 de janeiro de 2023**. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 11 jan. 2023. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114532.htm. Acesso em: 29 set. 2025.

DI FELICE, M. **A cidadania digital: a crise da ideia ocidental da democracia e a participação nas redes digitais**. São Paulo: Paulus, 2020.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Lisboa: Letra Livre, 2021.

FILHO, A. C. G.; ALMEIDA, M. V. G. **Encruzilhada de (re)existência: relato de experiência sobre o enfrentamento ao racismo religioso**. In: *Anais...* 2023. Disponível em:
<https://proceedings.science/cshs/cshs-2023/trabalhos/encruzilhada-de-reexistencia-relato-de-experiencia-sobre-o-enfretamento-ao-rac?lang=pt-br>. Acesso em: 20 nov. 2024.

FRANÇA, T. A. **Sentidos e funcionamentos do discurso de ódio em espaços do Facebook: uma leitura discursiva**. 264 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

LIICEANU, G. **Do ódio**. Campinas: Vide Editorial, 2014. (Pensadores contemporâneos).

MODESTO, R. **Discursos racializados**. 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YKhsGTZP2jI>. Acesso em: 13 nov. 2025.

MODESTO, R. **Os discursos racializados**. *Revista da ABRALIN*, v. 20, n. 2, p. 1–19, 2021. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1851/2289>. Acesso em: 13 nov. 2015.

MIRANDA, A. P. M. A **“política de terreiro” contra o racismo religioso e as políticas “cristofacistas”**. *Debates do NER*, Porto Alegre, n. 40, p. 17–54, ago./dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1982-8136.120344>. Acesso em: 1 jun. 2022.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NOGUEIRA, S. **Intolerância religiosa**. São Paulo: Pólen, 2020. (Feminismos Plurais).

PÊCHEUX, M. **O papel da memória**. In: ACHARD, P. et al. **Papel da memória**. Campinas: Pontes Editores, 2007. p. 49–57.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2009.

RAMOS, A. de C. **Curso de direitos humanos**. 8. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

ROCHA, C. **A culpa é do diabo: o que li, vivi e senti nas encruzilhadas do racismo religioso**. 1. ed. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2025.

SILVA, C. R. **“A culpa é do diabo”: as políticas de existência na encruzilhada entre neopentecostalismo, varejo de drogas e terreiros em favelas do Rio de Janeiro**.

298 f. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

TRINDADE, L. V. **Discursos de ódio nas redes sociais**. São Paulo: Jandaíra, 2022. (Feminismos Plurais).

TRANSLINGUAGEM E ACOLHIMENTO LINGUÍSTICO EM CUIABÁ - MT: UMA PROPOSTA DE SEQUÊNCIA DIDÁTICA PARA AULAS DE INGLÊS EM TURMAS MULTILÍNGUES DO ENSINO MÉDIO

Rohnny Jandderson Lima Bezerra ⁸⁴

Marcio Evaristo Beltrão ⁸⁵

A intensificação dos fluxos migratórios internacionais e regionais nas últimas décadas tem transformado de maneira profunda o cenário educacional brasileiro. Municípios como Cuiabá, capital do estado de Mato Grosso, passaram a receber expressiva população migrante oriunda de países como Venezuela, Haiti, Bolívia e Colômbia, o que impacta diretamente a dinâmica das escolas públicas. Nessas instituições, a diversidade linguística e cultural deixa de ser uma questão periférica e se torna central, exigindo práticas pedagógicas que reconheçam e acolham essa pluralidade.

O estudo adota como metodologia de pesquisa uma abordagem teórico-prática com base em pesquisa qualitativa de caráter propositivo, centrada no desenho de uma sequência didática voltada ao ensino de inglês em turmas multilíngues do Ensino Médio. Trata-se de uma proposta que reconhece os estudantes migrantes como detentores de saberes plurais que devem ser valorizados no espaço escolar. Para construir essa proposta, mobilizamos contribuições teóricas centrais sobre repertório linguístico (Busch, 2017); sobre ideologias linguísticas,

⁸⁴ Mestrando em estudos de linguagem PPGEL - Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. ID Lattes: 9663094549116915. E-mail: rxhnny@gmail.com.

⁸⁵ Doutor em Estudos de Linguagem pelo PPGEL – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. ID Lattes: 494671187953314. E-mail: marcioevaristobeltrao@hotmail.co.

que moldam as relações de poder entre línguas e sujeitos (Irvine; Gal, 2000); e sobre gêneros discursivos enquanto formas socialmente situadas de linguagem (Bakhtin, 2010, p. 261). Também recorremos à abordagem da sala de aula translíngue (García; Lin, 2016) e à crítica à ideia de “línguas nomeadas” como entidades fixas (Otheguy; García; Reid, 2015).

O trabalho teve como pergunta de pesquisa o seguinte questionamento: Como o ensino de inglês pode ser ressignificado em contextos escolares marcados pela migração e superdiversidade linguística, de modo a valorizar os repertórios plurilíngues dos estudantes e promover práticas pedagógicas inclusivas e críticas?

Contexto migratório e desafios educacionais em Cuiabá

A cidade de Cuiabá tem vivenciado nos últimos anos um processo crescente de recepção de migrantes e refugiados internacionais. Esse fluxo migratório tem gerado impactos profundos no sistema público de educação, especialmente nas escolas situadas em zonas urbanas periféricas, que passaram a atender estudantes com repertórios linguísticos e culturais plurais.

De acordo com o Painel da Imigração no Brasil, parte do Boletim da Migração (BRASIL, 2025), relatório produzido mensalmente pela Secretaria Nacional de Justiça (Senajus) do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), com dados do Observatório das Migrações Internacionais (Obmigram), o estado de Mato Grosso contabilizou 25.624 migrantes registrados entre janeiro de 2010 e setembro de 2024. O Governo Federal reconhece o Boletim de Migração como uma ferramenta estratégica essencial para o planejamento de políticas públicas.

A diversidade observada nas escolas de Cuiabá (e, objetivamente, nas escolas de todo o Brasil) não pode ser compreendida apenas como uma multiplicidade de línguas nomeadas. O conceito de superdiversidade refere-se não apenas à

variedade linguística, mas também à complexidade das trajetórias de vida, experiências de escolarização e usos comunicativos dos sujeitos. Como explicam Blommaert e Backus (2013, p. 28”, tradução nossa) “os repertórios num mundo superdiverso são registos de mobilidade: de movimento de pessoas, de recursos linguísticos, de lugares sociais, de tecnologias de aprendizagem e de ambientes de aprendizagem”⁸⁶. Trata-se de uma pluralidade altamente individualizada, fluida e biográfica, que exige práticas pedagógicas responsivas e não homogêneas.

Repertório linguístico e ideologias de linguagens

O repertório linguístico de um indivíduo contempla todos os seus recursos linguísticos, os códigos linguísticos, dialetos, estilos, registros e rotinas utilizadas na interação comunicativa (Busch, 2017 apud MENEZES et al., 2023, p. 3). Assim, dois alunos que falam espanhol podem ativar repertórios distintos, marcados por diferentes sotaques, níveis de escolarização, convivência com outras línguas, entre outros fatores. Essa perspectiva é especialmente relevante para contextos escolares marcados pela migração, nos quais os alunos trazem trajetórias de escolarização interrompidas, conhecimentos informais e práticas linguísticas plurais. Reconhecer esses repertórios como legítimos é o primeiro passo para uma pedagogia que acolha a diversidade linguística real da escola.

A resistência institucional em reconhecer essa pluralidade está ligada às chamadas ideologias linguísticas, que operam como sistemas de crenças sobre o valor e a legitimidade das línguas. Conforme destacam Irvine e Gal (apud MENEZES et al., 2023, p. 3), “as ideologias da linguagem são esquemas mentais permeados por questões políticas e morais que estão ligadas

⁸⁶ No original: “Repertoires in a superdiverse world are records of mobility: of movement of people, language resources, social arenas, technologies of learning and learning environments.”

especificamente a ideias, discursos e práticas que legitimam os poderes políticos dominantes, seja implícita ou explicitamente”. Essas ideologias constroem fronteiras simbólicas que classificam certas línguas como “cultas” ou “úteis”, enquanto outras são estigmatizadas, como o crioulo haitiano, o guarani ou variedades regionais do espanhol.

Princípios da pedagogia translíngue

García e Sylvan (2011, apud MENEZES et al., 2023, p. 6) explicam que as International High Schools (IHSs) são frequentadas por jovens imigrantes, recém-chegados aos EUA, não falantes do inglês. A rede é composta por 13 escolas de Ensino Médio custeadas pelo governo. As instituições abordam uma pedagogia plurilíngue, centrada na dinamicidade das práticas linguísticas dos estudantes. A proposta pedagógica para uma sala de aula translíngue, no contexto dessas IHSs, segundo García e Sylvan (2011, p. 395), baseia-se em 8 pilares fundamentais:

1. *Heterogeneidade e Singularidades na Pluralidade*: A escola deve valorizar a diversidade como um recurso pedagógico, reconhecendo que todos os grupos são, por natureza, heterogêneos. A escola respeita as práticas linguísticas e culturais diversas de seus alunos, reconhecendo a singularidade de cada indivíduo dentro da pluralidade da sala de aula.
2. *Colaboração entre alunos*: Os estudantes aprendem juntos por meio da colaboração, o que potencializa os benefícios da diversidade e ajuda a enfrentar seus desafios. Ao trabalharem em projetos complexos, os alunos compartilham experiências, constroem vínculos entre diferentes culturas e são desafiados de formas diversas — os mais avançados, por exemplo, precisam dominar o conteúdo para explicá-lo aos colegas. A aprendizagem colaborativa permite que todos se envolvam ativamente em tarefas criativas e significativas, utilizando as

diferenças linguísticas e culturais como recursos pedagógicos.

3. *Colaboração entre professores:* Os professores devem compartilhar a responsabilidade pelo progresso dos alunos de forma integral — nos aspectos linguístico, acadêmico, sociocultural e emocional. Nas IHSs a rotina escolar inclui de 2 a 6 horas semanais para reuniões entre os docentes, onde trocam experiências, planejam o currículo, discutem práticas pedagógicas e acompanham o desenvolvimento dos estudantes. A formação dos professores não se baseia em palestras ou reuniões tradicionais, mas sim na aprendizagem entre pares. Ao valorizar a diversidade entre os próprios educadores, as escolas constroem experiências pedagógicas mais ricas, fundamentadas nas diferenças linguísticas e culturais dos estudantes.
4. *Salas de aula centradas no aluno:* Nas IHSs, a pedagogia colaborativa tira o professor do centro da aula e o posiciona como facilitador, permitindo-lhe apoiar alunos ou grupos com dificuldades e valorizar as práticas linguísticas dos estudantes em suas línguas de origem. Os educadores das IHSs veem o professor como alguém que facilita o processo de aprendizagem, permitindo que alunos façam escolhas linguísticas para realizar atividades significativas. O uso ativo da linguagem pelos alunos é essencial no modelo das IHSs. Assim como não se aprende a andar de bicicleta apenas observando, não se aprende uma língua apenas ouvindo. Por isso, os estudantes usam o inglês e suas línguas de origem para compreender os conteúdos, preparar apresentações orais e produzir textos em inglês.
5. *Integração de língua e conteúdo:* Nas IHSs, adota-se a ideia de que "todo professor é professor de linguagem e conteúdo". Isso significa que os docentes ajudam os alunos tanto no aprendizado do inglês (língua adicional)

quanto no uso da língua materna como apoio para o aprendizado de conteúdos acadêmicos. A abordagem das IHSs valoriza as práticas linguísticas de todos os estudantes, promovendo especialmente o uso do inglês acadêmico, em paralelo à exploração de conteúdos interdisciplinares rigorosos. A linguagem é aprendida com mais eficácia quando tem significado e está contextualizada. O desenvolvimento linguístico é entendido como consequência do aprendizado de novos conceitos — ou seja, o conteúdo impulsiona o uso da linguagem, e não o contrário.

6. *Plurilinguismo dos alunos para a comunidade escolar:* as práticas linguísticas não são controladas por políticas rígidas de ensino de línguas. Em vez disso, os alunos utilizam suas línguas de forma flexível e dinâmica, conforme suas necessidades de aprendizagem, e os professores adotam práticas linguísticas inclusivas em suas metodologias. A autonomia no uso das línguas está centrada nos alunos. Mesmo que os professores não falem as línguas maternas dos estudantes, eles incentivam o uso dessas línguas para ajudar na compreensão dos conteúdos. As práticas linguísticas são adaptáveis ao contexto e aos propósitos de cada aluno. Ao mesmo tempo, os professores promovem o uso da linguagem de forma inclusiva nos grupos. Quando possível, usam a língua materna dos alunos, mas, em situações coletivas com diversidade linguística, optam pelo inglês para não excluir ninguém. Se perceberem que um grupo está marginalizando um membro ao usar uma língua que ele não compreende, os professores intervêm, assim como fariam diante de qualquer outro problema de dinâmica de grupo.
7. *Aprendizagem Experiencial:* a educação vai além das quatro paredes da escola. Essa abordagem motiva os adolescentes imigrantes, fortalece sua capacidade de lidar

com o bilinguismo emergente e favorece sua participação ativa na sociedade. O ensino de língua, conteúdo e habilidades é incorporado a projetos vivenciais cuidadosamente estruturados, que partem das experiências dos alunos e constroem o conhecimento de base necessário. Esses projetos frequentemente envolvem a interação com pessoas da comunidade, como entrevistas, campanhas de conscientização, trabalhos de serviço comunitário ou construção de algo no entorno da escola. Geralmente, os projetos começam com uma experiência oral compartilhada para ativar conhecimentos prévios e facilitar o acesso a conteúdos mais complexos. As experiências ajudam a reforçar habilidades e conteúdos escolares, além de promover o aprendizado significativo

8. *Autonomia e Responsabilidade Localizadas*: Nas IHSs, parte-se do princípio de que alunos e professores alcançam seu maior potencial quando sentem que têm autonomia sobre seus processos e são apoiados em seus esforços e resultados. Os alunos são responsáveis pela própria aprendizagem, e os professores, pelo ensino. No entanto, esse modelo vai além: os administradores também têm a responsabilidade de apoiar os professores para que estes tenham sucesso com seus alunos.

O papel do professor de inglês na elaboração da sequência didática

Nesse cenário, o papel do professor de inglês é profundamente ressignificado. Em vez de fiscal da norma culta, o docente torna-se mediador intercultural, responsável por reconhecer, valorizar e articular os múltiplos repertórios dos estudantes na prática pedagógica. Isso exige um reposicionamento ético e político diante das ideologias linguísticas que estruturam o cotidiano escolar.

No contexto da elaboração de sequências didáticas como a presente neste estudo, segundo Menezes et al. (2023, p. 8), cabe ao professor “considerar os objetivos específicos de aprendizagem de uma língua, o estímulo e apoio que essas tarefas proporcionam aos alunos para que eles atinjam as metas de aprendizagem, e o acompanhamento dos resultados de aprendizagem através de avaliações”. Para isso, se faz necessário: escolher a temática a ser abordada na SD, que considere o contexto dos alunos e da escola em si; qual será o produto resultante das discussões e desenvolvimento da SD; quais os “gêneros estruturantes” (Menezes et al., 2023, p. 8) que serão trabalhados; e criação da SD seguindo uma sequência lógica para a construção de conhecimentos e letramentos.

Proposta da sequência didática e considerações finais

A crescente presença de estudantes migrantes nas escolas públicas brasileiras, especialmente em cidades como Cuiabá, impõe à educação o desafio de lidar com uma diversidade linguística e cultural sem precedentes. Diante dessa realidade, é urgente romper com modelos pedagógicos centrados na homogeneização linguística, que ignoram ou reprimem os repertórios dos alunos em nome de uma suposta “norma” linguística nacional ou internacional.

Ao integrar os princípios da pedagogia translíngue (García; Sylvan, 2011), da superdiversidade (Blommaert; Backus, 2013), do ensino por tarefas comunicativas (Van Den Branden, 2006) e do letramento crítico, a sequência propõe uma ruptura com a lógica do ensino normativo da língua inglesa, abrindo espaço para práticas mais colaborativas, críticas e socialmente engajadas.

Conforme afirmam Otheguy, García e Reid (2015, p. 305, tradução nossa), “a translanguagem equilibra o campo de jogo, dando aos alunos bilíngues a mesma oportunidade que os monolíngues sempre tiveram: a oportunidade de aprender e crescer enquanto aproveitam os benefícios intelectuais e

emocionais de todos os seus recursos linguísticos”⁸⁷. Que este trabalho contribua, ainda que modestamente, para a construção de uma educação linguística mais democrática, acolhedora e plural.

Referências Bibliográficas

ACNUR. **Relatório de atividades da ACNUR em Roraima entre setembro e outubro de 2021**. 2021. Disponível em: <https://www.r4v.info/pt/document/acnur-em-roraima-relatorio-de-atividades-set-out-2021>. Acesso em: 22 fev. 2022.

ANDRADE, R. S. de. **Ensino-aprendizagem de português–língua estrangeira na perspectiva do letramento crítico: os imigrantes haitianos em Cuiabá-MT**. 2016. 161 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2016.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

BLOMMAERT, J.; BACKUS, A. **Superdiverse repertoires and the individual**. In: SAINT-GEORGES, I. de; WEBER, J.-J. (ed.). **Multilingualism and multimodality: current challenges for educational studies**. Rotterdam: Sense Publishers, 2013. p. 11–32.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2018.

BRASIL. Secretaria Nacional de Justiça. **Painel da migração no Brasil**. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZmQ2OTY1OGEtYTY2OS00MzU4LWVhZGItMDU4ZmMyMzZmYjQwIiwidCI6>

⁸⁷ No original: “Translanguaging evens the playing field, giving bilingual students the same opportunity that monolinguals have always had, the opportunity to learn and grow while enjoying the intellectual and emotional benefits of all of one’s linguistic resources.”

ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9. Acesso em: 1 jun. 2025.

BUSCH, B. **Expanding the notion of the linguistic repertoire: on the concept of *Spracherleben* – the lived experience of language.** *Applied Linguistics Review*, v. 8, n. 2–3, p. 293–314, 2017.

DANCHURA, D. **Setasc realiza 1ª capacitação sobre migrantes para servidores da assistência social, forças de segurança e conselheiros.** Cuiabá: SETASC-MT, 2023. Disponível em: <https://www.setasc.mt.gov.br/-/setasc-realiza-1%C2%AA-capacita%C3%A7%C3%A3o-sobre-migrantes-para-servidores-da-assist%C3%A4ncia-social-for%C3%A7as-de-seguran%C3%A7a-e-conselheiros>. Acesso em: 1 jun. 2025.

FLORES, N.; SCHISSEL, J. L. **Dynamic bilingualism as the norm: envisioning a heteroglossic approach to standards-based reform.** *TESOL Quarterly*, v. 48, n. 3, p. 454–479, 2014.

GARCÍA, O.; LIN, A. M. Y. **Translanguaging in bilingual education.** In: GARCÍA, O.; LIN, A. M. Y. (ed.). **Bilingual and multilingual education** (Encyclopedia of Language and Education, v. 5). Dordrecht: Springer, 2016.

GARCÍA, O.; SYLVAN, C. E. **Pedagogies and practices in multilingual classrooms: singularities in pluralities.** *The Modern Language Journal*, v. 95, n. 3, p. 385–400, 2011.

IRVINE, J. T.; GAL, S. **Language ideology and linguistic differentiation.** In: KROSKRITY, P. V. (ed.). **Regimes of language: ideologies, politics, and identities.** Santa Fe, NM: SAR Press, 2000. p. 35–84.

MENEZES, N. O. S.; WELP, A.; SARMENTO, S.; DIDIO, A. R. **O ensino de língua adicional em contexto de migração: princípios para o desenho de uma sequência didática para uma sala de aula translingue.** *Revista Horizontes de Linguística Aplicada*, ano 22, n. 1, p. DT3, 2023.

OTHEGUY, R.; GARCÍA, O.; REID, W. **Clarifying translanguaging and deconstructing named languages: a perspective from linguistics.** *Applied Linguistics Review*, v. 6, n. 3, p. 281–307, 2015.

SCHLATTER, M. **O ensino de leitura em língua estrangeira na escola: uma proposta de letramento.** *Calidoscópio*, v. 7, n. 1, p. 11–23, 2009.

SILVA, L. S. da. **Ensino de línguas na região de fronteira: uma análise dos processos de silenciamento e de produção de sentidos.** 2021. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2021.

VAN DEN BRANDEN, K. (ed.). **Task-based language education: from theory to practice.** Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

VIAL, A. P. S.; SARMENTO, S.; FRITSCH, D. L. B. V. **Entrelaçamentos entre teoria e prática: a translanguagem na formação docente no Programa de Residência Pedagógica.** *Revista X*, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 450–478, 2023. DOI: 10.5380/rvx.v18i2.90618. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revistax/article/view/90618>. Acesso em: 3 jun. 2025.

WILLIAMS, C. **Arfarniad o ddulliau dysgu ac addysgu yng nghyddestun addysg uwchradd ddwyieithog** [An evaluation of teaching and learning methods in the context of bilingual secondary education]. 1994. Tese (Doutorado) – University of Wales, 1994.

ARTE, CAPACITISMO E A PESSOA COM DEFICIÊNCIA: O CORPO ENQUANTO DISCURSO

Dayane Deyse Gonçalo Dos Santos⁸⁸

Helson Flávio Da Silva Sobrinho⁸⁹

Esta pesquisa examina como os corpos das pessoas com deficiência significam e produzem sentidos no espaço artístico, articulando corpo, história e ideologia a partir da Análise do Discurso (AD) de perspectiva materialista. Ao longo da história, a experiência social da pessoa com deficiência tem sido atravessada por processos persistentes de exclusões de caráter político, econômico, cultural e simbólico que se atualizam em diferentes contextos. Nesse cenário, o capacitismo opera como eixo estruturante dessa lógica excludente, incidindo sobre o corpo com deficiência e produzindo uma herança de estigmas que o significam como incapaz, inadequado ou desviante da norma hegemônica. Como argumenta Berselli (2022), a sociedade capitalista organiza a regulação dos corpos a partir da lógica da produtividade, reduzindo o sujeito a sua funcionalidade e estabelecendo a alta performance como critério de valor social. Dessa forma, corpos que não atendem às expectativas produtivas

⁸⁸ Doutoranda em Linguística e Literatura (Análise do Discurso) pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Mestra em Educação pela mesma instituição. Especialista em Educação Física Escolar, Educação Especial e Inclusiva e Neuropsicopedagogia. Licenciada em Educação Física e Pedagogia. Integra os grupos de pesquisa PAII (Práticas de Aprendizagem Integradora e Inovadora) e GEDON (Grupo de Estudos em Discurso e Ontologia), ambos vinculados à UFAL. E-mail: daydeysan@gmail.com

⁸⁹ Professor e pesquisador da UFAL. Doutor em Linguística pela UFAL e pós-doutor em Linguística pela Unicamp. É líder do Grupo de Pesquisa Discurso e Ontologia Marxiana (Gedon). É autor do livro “Discurso, velhice e classes sociais”. Possui também publicações de capítulos de livros e artigos em diversas revistas especializadas na área de Linguística e Análise do Discurso. E-mail: helsonf@gmail.com

são sistematicamente desqualificados e situados em posições subalternas.

Como exemplo dessa discursividade em funcionamento, podemos citar o artigo de Queiroz e Silva Sobrinho (2025), que analisam, pela Análise do Discurso de perspectiva materialista, os dizeres do influenciador surdo oralizado Alex Júnior publicados em seu perfil no *Instagram*. Os autores investigam como o sujeito produz sentidos sobre si e sobre sua surdez no digital, mostrando que, ao tentar afastar-se de discursos preconceituosos associados à deficiência, acaba reproduzindo sentidos alinhados à ideologia capitalista e neoliberal, que vinculam valor humano à eficiência e produtividade. Ao se autodenominar “D-eficiente”, Alex Júnior busca romper com estigmas, mas simultaneamente reinscreve-se em discursos que hierarquizam corpos na sociedade capitalista fazendo circular sentidos contraditórios sobre deficiência/eficiência.

Já no campo artístico, essa dinâmica se manifesta historicamente em práticas de exibição que transformaram corpos com deficiência em espetáculo, sobretudo até o início do século XX, quando eram apresentados em circos, feiras e espaços públicos como figuras exóticas e monstruosas (Berselli; Isaacsson, 2018). A interdição posterior dessas exposições, no final do século XIX, não eliminou a violência simbólica: apenas deslocou o corpo com deficiência do espaço do espetáculo para o domínio médico-assistencial, que passou a enquadrá-lo como objeto de intervenção clínica (Courtine, 2011). Assim, mesmo quando não exposto publicamente, o sujeito com deficiência permanece sob um regime de curiosidade, vigilância e normalização.

Esse processo se articula ao que Mello (2014) denomina corponormatividade, regime que define modelos hegemônicos de funcionalidade e estabelece o corpo sem deficiência como ideal normativo. Tal regime opera como instrumento de regulação social e econômica, associando valor humano à capacidade produtiva e convertendo variações corporais em hierarquias de eficiência. No contexto capitalista, essa regulação sustenta a

marginalização de pessoas com deficiência, inclusive no mercado de trabalho, onde barreiras simbólicas e materiais restringem seu acesso e reconhecimento profissional (Beche; Mendes, 2025).

Com base em Pêcheux (1995), compreendemos que tais processos são sustentados pela ideologia, entendida não como conjunto de ideias, mas como prática material que interpela os indivíduos como sujeitos e produz efeitos de evidência que naturalizam as desigualdades. A ideologia atua ocultando as determinações históricas e sociais que constituem os discursos, atribuindo ao sujeito a ilusão de autonomia e neutralidade, quando, na verdade, seu dizer e sua posição-sujeito são moldadas por formações ideológicas e discursivas específicas. Assim, analisar o discurso que incide sobre o corpo com deficiência no espaço artístico implica desvelar os mecanismos ideológicos que produzem sentidos, regulam a visibilidade e definem lugares sociais.

Nesse horizonte, este artigo busca compreender como o corpo com deficiência é significado nas práticas artísticas contemporâneas, investigando de que modo tais significações reproduzem, tensionam ou deslocam os efeitos de sentido historicamente associados à deficiência. Ao situar a análise no entrecruzamento entre corpo, história e ideologia, assumimos que o discurso é parte constitutiva da práxis social e que sua materialidade permite apreender as contradições que estruturam a experiência dos sujeitos na sociedade capitalista.

Corpo, Discurso e Ideologia

A compreensão do corpo na contemporaneidade ultrapassa a dimensão biológica e revela sua natureza simbólica, social e política. O corpo funciona como um texto no qual se inscrevem discursos que moldam identidades, valores e modos de existência. Como destaca Goldenberg (2005, p. 66), a cultura brasileira transformou “corpos ‘naturais’ em corpos aprisionados por modelos inalcançáveis de masculinidade e feminilidade”,

evidenciando a atuação silenciosa da ideologia na constituição das subjetividades. O corpo, portanto, é mais do que uma entidade física: é um espaço de produção de sentidos e de disputa de poder.

No campo da Análise do Discurso (AD), o corpo é concebido como uma materialidade significativa, atravessada pela ideologia, pela linguagem e pela história. Pêcheux (1995) observa que o discurso não se reduz à simples aplicação da língua, mas constitui o espaço material em que a ideologia, sob influência histórica, se inscreve e se concretiza. Assim, ao ser tomado como materialidade simbólica, o corpo também se inscreve nesse cruzamento discursivo. Não se trata apenas do corpo biológico, mas de um corpo atravessado por sentidos, que fala e é falado. Ou seja, significa e é significado.

A Análise do Discurso, fundamentada em uma perspectiva materialista, oferece um referencial teórico que possibilita compreender como a ideologia atua na constituição dos sujeitos. Nessa abordagem, o indivíduo não nasce sujeito, mas torna-se um ao ser interpelado pela ideologia (Pêcheux, 1995). Essa interpelação se inscreve silenciosamente na linguagem e opera a partir de estruturas sociais e históricas que antecedem o sujeito. Nesse movimento, o sujeito passa a se perceber como autor de seus próprios pensamentos e ações, embora essa autonomia seja apenas relativamente aparente.

Pêcheux (1995) denomina esse fenômeno de “ilusão de autonomia”, que revela o funcionamento da ideologia: ao acreditar-se livre, o sujeito reproduz, de maneira inconsciente, os mecanismos que o posicionam em determinadas formações discursivas e ideológicas. Os discursos sobre o corpo, nesse contexto, também não são neutros; carregam valores que naturalizam relações de dominação. Ao reforçar o ideal de um corpo produtivo, belo e eficiente, o discurso social sustenta hierarquias e apaga as diferenças.

Podemos avançar dizendo também que a mídia enquanto aparelho ideológico do Estado (Althusser, 1985) dissemina

representações de corpo que reforçam a lógica capitalista, vinculando valor social à produtividade, à beleza e à juventude, e reforçando o conceito de corpolatria. Esse conceito é definido por Silva e Bento (2019, p 55), como:

[...] diz respeito da exacerbação desse desejo pelo corpo ideal, busca incessante e desmedida, sendo considerada um culto exagerado ao corpo, em que o sujeito contemporâneo é cobrado a seguir um padrão de beleza, colocando o corpo como objeto da perfeição, o qual pode ser modificado para atender as exigências sociais, o que gera uma espécie de padronização dos corpos.

Ou seja, o corpo deixa de ser expressão da vida para se tornar mercadoria, ajustada às exigências de um mercado simbólico que produz e consome aparências. Nessa perspectiva, o corpo não é apenas matéria ou presença física; ele é o lugar onde discurso e ideologia se materializam, um espaço de inscrição simbólica, onde se manifestam os efeitos da ideologia e das contradições sociais.

É possível aprofundar esse entendimento, uma vez que Queiroz e Silva Sobrinho (2025) demonstram que, no capitalismo contemporâneo a subjetividade é constituída nas/pelas contradições do antagonismo entre capital e trabalho. Assim, os sentidos do corpo, especialmente o corpo com deficiência, não podem ser compreendidos fora das disputas ideológicas que o significam como produtivo ou improdutivo, eficiente ou ineficiente. Ou seja, os discursos que circulam sobre deficiência/eficiência são produzidos e regulados pelas formações ideológicas do capitalismo, que prioriza o lucro e institui padrões de normalidade atravessados pela lógica da produtividade.

Nessa direção, podemos dizer que a ideologia do corpo perfeito atua reproduzindo exclusões. Rechineli, Porto e Moreira (2008) analisam historicamente a exclusão e marginalização dos

corpos com deficiência e destacam que “os corpos deficientes foram historicamente renegados, inferiorizados, subestimados, estigmatizados por décadas” (p. 293). Essa rejeição é resultado da “lógica” capitalista que objetifica esse corpo e atribui valor de acordo com o seu nível de produtividade. Para os autores, apenas “quando lhes são dadas oportunidades de participação, essa visão muda para corpos eficientes” (p. 293). Ainda assim, o reconhecimento continua condicionado ao desempenho, o que demonstra como a ideologia do rendimento se infiltra nas práticas sociais e educativas.

O corpo, na contemporaneidade, é atravessado pela lógica do consumo, sendo constantemente ressignificado pela ideologia neoliberal, que transforma o cuidado de si em investimento e o corpo em vitrine. Segundo Silva e Bento (2019), ele passa a funcionar como um signo de distinção social, exigindo atualização contínua conforme os padrões vigentes de beleza e eficiência. Essa dinâmica evidencia o entrelaçamento entre discurso e ideologia, na medida em que o corpo ideal se configura como um discurso dominante, sustentado por práticas materiais, como cirurgias, academias, dietas e cosméticos, que reforçam a lógica capitalista.

Por fim, compreender a articulação entre corpo, discurso e ideologia implica admitir que os sentidos atribuídos ao corpo são produções históricas. Eles emergem das relações de poder e das condições de produção discursiva. Como ressalta Pêcheux (1995) a ideologia se manifesta e opera no domínio do discurso e das práticas. Assim, o corpo é simultaneamente efeito e instrumento dessa materialização. Pensar o corpo é, portanto, pensar o sujeito e suas determinações históricas. Portanto, longe de ser uma entidade neutra, o corpo é interpelado e moldado pela ideologia dominante, tornando-se campo privilegiado para observar como sentidos hegemônicos são atualizados, disputados ou resistidos no social.

A Arte Cênica como Território de Resistência Discursiva

A performance e o teatro pós-dramático se configuram como linguagens privilegiadas para a resistência discursiva. A performance, conforme Lacerda (2018), traz uma nova forma de representação poética, em que o corpo é simultaneamente obra e enunciação. Ao centralizar o corpo, essa linguagem rompe com séculos de silenciamento e insere o corpo com deficiência como significante ativo, capaz de questionar, resistir e reconfigurar sentidos. Nas artes cênicas, o corpo com deficiência rompe o paradigma da representação. No teatro pós-dramático, conforme Berselli e Isaacsson (2018), o corpo não representa papéis alheios, ele apresenta a si mesmo. Essa presença encarna o discurso, expondo a materialidade e a historicidade que o constituem.

No Brasil, a partir da década de 1980, observa-se um movimento de inserção de corpos diversos nas artes cênicas, ainda que de forma restrita. A presença desses corpos representa um gesto político e simbólico, ao romper com a lógica da “superação” e propor uma estética da diferença, na qual o corpo deixa de ocupar a posição de objeto e assume o papel de enunciator discursivo (Berselli; Isaacsson, 2018). A arte cênica, em sua pluralidade de formas e expressões, configura-se como território de resistência, onde corpo, linguagem e ideologia se articulam na produção de sentidos e na ressignificação das experiências humanas. Nesse ponto, torna-se fundamental recuperar a compreensão de que, como destaca Silva Sobrinho (2019), o sentido é sempre produzido nas condições materiais de produção, atravessadas pelas lutas e contradições de classe. Assim, quando um corpo com deficiência ocupa a cena, ele não apenas desloca sentidos estéticos, mas materializa na cena os conflitos históricos que atravessam esse corpo na sociedade capitalista, reabrindo o espaço de disputa pelo sentido do que é corpo, trabalho e humanidade.

No cenário contemporâneo, marcado por regimes de visibilidade que valorizam corpos normatizados e produtivos, práticas como o teatro, a dança e a performance emergem como

formas de insurgência frente às discursividades que naturalizam padrões estéticos e sociais excludentes (Berselli; Isaacsson, 2018). Pensar a arte cênica como resistência é, portanto, compreendê-la como espaço em que os sujeitos se (re)inscrevem no mundo, desestabilizando as formações discursivas que sustentam a hegemonia do corpo eficiente e do olhar capacitista.

A presença de pessoas com deficiência na cena contemporânea configura um gesto político que desafia os limites do visível e do dizível. Ao ocupar o espaço da arte, esses corpos desestabilizam construções sociais sobre o corpo, reconfiguram o imaginário coletivo e questionam as noções de normalidade (Berselli; Isaacsson, 2018). A cena artística torna-se, assim, um território de resistência discursiva, onde se confrontam regimes de verdade que sustentam padrões corporais e estéticos excludentes. Essa resistência não se expressa apenas pelo conteúdo das obras, mas pela própria presença corporal, que, ao romper com a linearidade das representações, possibilita o surgimento de novas formas de enunciação e significação. Nessa perspectiva, a cena atua como espaço onde os efeitos de sentido evidenciam sua materialidade: ela faz aparecer, como diria Silva Sobrinho (2019), aquilo que a ideologia tende a mascarar, ou seja, o caráter histórico e contraditório dos sentidos que definem quem pode aparecer, como pode aparecer e o que seu corpo deve significar.

A resistência discursiva articula-se à noção de performatividade, entendida como gesto político e simbólico. Segundo Salles (2018), os sentidos produzidos pelo sujeito estão diretamente relacionados ao modo como ele se movimenta com seu corpo e seu olhar dentro de um território social, histórico e espacial. Esse deslocamento determina as posições discursivas possíveis e funciona como uma espessura material que dá forma e densidade à significação.

A performance, ao instaurar uma presença singular, faz do corpo um lugar de acontecimento, um corpo que produz sentido e, ao mesmo tempo, o interroga. Ainda de acordo com Salles (2018), o corpo em arte ganha existência por meio de sua relação

com o espaço e com aquilo que está fora de si, revelando uma dimensão que ultrapassa os limites físicos. Essa articulação entre corpo e espaço configura uma forma de (r)existência, na qual o gesto performativo se torna expressão de vida e resistência no mundo.

No contexto das práticas artísticas contemporâneas, Berselli (2022) propõe a noção de cena acessível como uma redefinição das fronteiras entre arte, corpo e política. Essa concepção compreende a acessibilidade não apenas como uma adequação técnica, mas como um princípio estético e ético, fundamentado na valorização da pluralidade de corpos e experiências. A cena acessível, nesse sentido, reconhece diferentes formas de relação entre as pessoas, os ambientes e os artefatos culturais, adotando uma perspectiva ecológica centrada na interação.

Nesse sentido, a cena acessível é também insurgente, pois rompe com os padrões capacitistas que regulam a presença do corpo no espaço artístico e social. O capacitismo, entendido como sistema que naturaliza a superioridade dos corpos considerados normais, é confrontado quando a arte se abre à diversidade de modos de existência. O gesto de resistência não se limita à representação da diferença, mas à sua efetiva inscrição na materialidade da cena.

Benetti e Castro (2020) destacam que a arte cênica, ao acolher corpos dissidentes, transforma-se em espaço de produção de sentido e resistência. Nesse cenário, a arte atua como meio de expressão, autoafirmação e criatividade, favorecendo uma emancipação simbólica que permite ao sujeito inscrever-se e ser reconhecido em sua singularidade. Essa possibilidade constitui um gesto de resistência discursiva, ao confrontar a lógica de silenciamento que historicamente marginaliza esses corpos. Ao performar a partir de sua singularidade, o corpo desestabiliza os discursos da normalidade e faz emergir novas formas de significação.

Por fim, entende-se que a arte cênica, enquanto território de resistência discursiva, não se limita a representar a diferença, mas a assume como fundamento para a criação e reflexão. O corpo, marcado por sua materialidade histórica e ideológica, torna-se o espaço onde o discurso ganha forma e pode ser transformado. A resistência, nesse contexto, não ocorre pela simples negação do poder, mas pela resignificação dos sentidos que ele produz e impõe. Nas palavras de Salles (2018, p. 745) ancorado em Orlandi (2001, 2002, 2012), “tratar da materialidade do corpo na relação com um sujeito é considerar a ideologia, a história e os processos de vida social intervindo sobre a produção da significação”. Assim, resistir é significar de outro modo. A arte cênica, sob essa perspectiva, deixa de ser mero espaço de representação e torna-se prática política, gesto simbólico e espaço de enunciação e resistência.

Considerações Finais

As considerações finais aqui desenvolvidas, que tomam a arte cênica como espaço de resistência, reinscrição e produção de sentidos, encontram eco direto na relação estrutural entre capitalismo, arte e discurso. Para Cavalcante, Magalhães e Silva Sobrinho (2025), compreender a arte é compreendê-la como complexidade atravessada pelas relações de produção, ou seja, é preciso compreender a práxis discursiva a partir da compreensão da realidade objetiva com ênfase nas relações de produção. Isso significa reconhecer que a arte não é neutra: ela expressa e disputa sentidos no interior das contradições da sociedade capitalista.

No caso em estudo, vemos que a arte cênica contemporânea, especialmente aquela produzida por corpos historicamente silenciados, como os corpos com deficiência, realiza precisamente o movimento contrário ao que o discurso sobre deficiência/eficiência tenta instaurar. A cena artística que se abre à diferença, à corporeidade múltipla, ao dissenso e à materialidade da experiência humana desestabiliza os mesmos

mecanismos de normalização dos corpos. Ou seja, o corpo com deficiência deixa de ser visto como ausência ou desvio e passa a constituir-se como potência significativa, e, por isso, nos coloca a questão de que “a arte pode tanto expressar os anseios desta sociedade, evidenciando, particularmente, os interesses da classe dominante, como pode se colocar no polo de resistência e expressar a autoconsciência da humanidade” (Cavalcante; Magalhães; Silva Sobrinho, 2025, p. 3).

Portanto, a cena de resistência na qual o corpo fala, desloca e ressignifica acontece quando a arte cênica acolhe corpos dissidentes e desestabiliza sentidos: ela os faz derivar. Ela é movimento, conflito, disputa, produção de novas formas de existência. Sabemos que numa sociedade neoliberal existem tentativas de controle das subjetividades através das artes. É justamente contra esse controle que se erguem as experiências cênicas que descrevemos, pois a presença de artistas com deficiência redefine a estética, a narrativa e a política da cena. Isso, para nós, significar a função emancipatória da arte. A arte de resistência atua, assim, como prática política, não no modelo nacionalista e autoritário, mas na esteira da contradição própria do real: o corpo que escapa, o sentido que não se fixa, a diferença que insiste.

Por fim, podemos afirmar que, no capitalismo, o embate pelo sentido da arte é também embate pelo sentido do humano. Por isso, a arte cênica é também lugar de reexistência, onde corpos afirmam seu direito de estar e significar. Resistir, portanto, é significar de outro modo, e essa tarefa é inseparável da luta contra as tentativas de imposição de uma estética homogênea e autoritária.

A arte que resiste, isto é, a arte que incorpora corpos dissidentes, que produz deslocamentos, que inscreve a diferença, não se limita a representar: ela transforma.

Referências bibliográficas

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. Lisboa: Editorial Presença, 1980.

BECHE, R. C. E.; MENDES, G. M. L. **A retórica do capacitismo nas histórias de mulheres com deficiência: a presença política emergente nas encruzilhadas do ensino superior**. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Dourados, v. 31, e0202, p. 1–18, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/qcbyy5v4tH6nPSgqWmcDkms/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 1 dez. 2025.

BENETTI, G. S.; CASTRO, A. **Arte, resistência e existência: a arte como forma de existência de alunas com deficiência intelectual**. *Id on Line: Revista Multidisciplinar de Psicologia*, v. 14, n. 53, p. 619–633, dez. 2020. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/2879>. Acesso em: 1 dez. 2025.

BERSELLI, M. **Para pensar a cena acessível: ensaiando uma noção de acessibilidade em uma perspectiva ecológica centrada na interação**. *Revista Científica de Artes/FAP*, Curitiba, v. 27, n. 2, p. 13–31, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/revistacientifica/article/view/6974>. Acesso em: 1 dez. 2025.

BERSELLI, M.; ISAACSSON, M. **(Des)habilidades em cena: revisão e contextualização da produção acadêmica a respeito da participação da pessoa com deficiência nas artes cênicas**. *Urdimento*, v. 2, n. 27, p. 364–380, dez. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/urdimento/article/view/8435>. Acesso em: 1 dez. 2025.

BERSELLI, M.; ISAACSSON, M. **A presença de pessoas com deficiência na cena contemporânea: desestabilizando construções sociais a respeito do corpo**. *Repertório*, Salvador, ano 21, n. 30, p. 365–387, 2018. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/revteatro/article/view/25319/17259>. Acesso em: 1 dez. 2025.

CAVALCANTE, A.; MAGALHÃES, B.; SILVA SOBRINHO, H. **O discurso sobre a “nova arte nacional”: sentidos inscritos no nazifascismo.** *Gragoatá*, v. 30, n. 66, e65039, 2025. Disponível em: <https://www.periodicos.uff.br/gragoata/article/view/65039>. Acesso em: 1 dez. 2025.

MELLO, A. G. de. **Gênero, deficiência, cuidado e capacitismo: uma análise antropológica de experiências, narrativas e observações sobre violências contra mulheres com deficiência.** 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

QUEIROZ, A. M.; SILVA SOBRINHO, H. F. da. **“Deficiente, não! D-eficiente”: uma análise discursiva dos dizeres de um surdo oralizado em seu perfil no Instagram.** *Domínios de Linguagem*, v. 19, e019012, 2025. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/74955>. Acesso em: 2 dez. 2025.

RECHINELI, A.; PORTO, E. T. R.; MOREIRA, W. W. **Corpos deficientes, eficientes e diferentes: uma visão a partir da educação física.** *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 14, n. 2, p. 293–310, 2008. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382008000200010. Acesso em: 1 dez. 2025.

SALLES, A. C. **Corpo-em-arte: performance.** *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 60, n. 3, p. 743–757, 2018. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8650355>. Acesso em: 1 dez. 2025.

SALLES, A. C. **Discurso, corpo, olhar e(m) performance.** *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, Pouso Alegre: UNIVÁS, n. 41, p. 93–109, jan./jun. 2018. Disponível em: <http://www.revistalinguas.com/edicao41/artigo5.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2025.

A FORMAÇÃO DO DOCENTE: USO DO DICIONÁRIO DE CONFIGURAÇÃO DE MÃOS EM LIBRAS NA SALA DE AULA BASEADAS NA LEXICOGRAFIA PEDAGÓGICA E LINGUÍSTICA APLICADA

Charles Lary Marques Ferraz ⁹⁰

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) é uma língua visual-motora reconhecida oficialmente no Brasil, representando uma parte fundamental da comunicação e identidade da comunidade surda. O ensino dessa língua possui particularidades que demandam métodos específicos, especialmente na formação de vocabulário e, que representam um desafio na sua aquisição por parte de aprendizes. Diante disso, a utilização de instrumentos pedagógicos específicos, como dicionários de configurações de mãos, torna-se essencial para facilitar o aprendizado e promover uma compreensão mais profunda da língua de sinais. O problema desta pesquisa é a escassez de recursos materiais de uso de dicionários de Libras e a necessidade de recursos pedagógicos que integrem teoria e prática, promovendo uma aprendizagem mais inclusiva e acessível. Assim, pretende-se contribuir para o aprimoramento do ensino de Libras através de estratégias que contemplem a visualização adequada das configurações de mãos em Libras, fundamentando-se na perspectiva da linguística aplicada. A lexicografia pedagógica surgiu como um fundamental para a elaboração de instrumentos de ensino mais acessíveis e eficientes, especialmente através do desenvolvimento de dicionários que sistematizam configurações de mãos (CMs) e facilitando o aprendizado e a compreensão entre alunos e professores.

⁹⁰ Discente de doutorado da Pós-Graduação de Literatura e Linguística.
E-mail: charles.lary@gmail.com

Lexicografia Pedagogia e a Linguística Aplicada

A Linguística Aplicada (LA) é uma área que, segundo Almeida Filho, em 2005, se preocupa em encontrar soluções organizadas para resolver problemas reais ligados ao uso da língua na sociedade. Ou seja, ela busca formas práticas de ajudar as pessoas a usarem a língua melhor na vida de todos os dias.

Ele também explica que um exemplo dessas soluções práticas são as soluções sistemáticas para o uso da língua. Isso significa que a Linguística Aplicada tenta criar métodos e estratégias bem-organizados para melhorar a forma como usamos a língua. Além disso, Almeida Filho destaca que a Linguística Aplicada também envolve a verificação de registros e estruturas do uso da língua, como acontece na Lexicografia (que é o estudo dos dicionários). Ele diz que a Linguística Aplicada trata dos problemas teóricos e práticos relacionados à elaboração de dicionários, ou seja, a criação de repositórios de palavras e seus significados, que ajudam na compreensão e no uso correto da língua. (Azorín-Fernández, 2006, p. 7).

Por outro lado, segundo autor Faria (2015) a essa característica prático-teórica, constadas nas duas áreas, observamos a Linguística Aplicada quanto a Lexicografia têm uma característica importante, que é a interdisciplinaridade. Isso quer dizer que essas áreas do conhecimento não trabalham sozinhas; elas precisam de

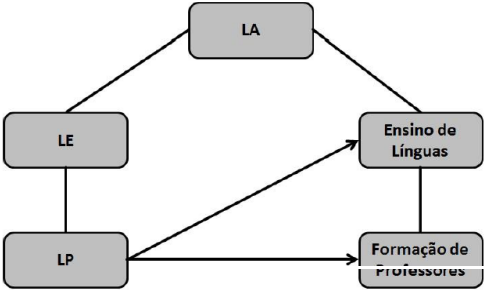
Ajuda de outras disciplinas, como geografia, história, neurolinguística, psicologia e pedagogia para entender e resolver os problemas relacionados à linguagem. Ou seja, essas áreas usam conhecimentos de várias áreas diferentes para poder pensar e agir melhor sobre as questões envolvendo a linguagem e a sua utilização na sociedade.

Há uma relação científica entre Lexicografia Pedagógica e Linguística Aplicada porque ambas estudam objetos semelhantes, que é o uso da linguagem. Ambas essas áreas se apoiam em pesquisas realizadas no campo da Ensino e

Aprendizagem **de** Línguas, como as realizadas por autores como Vieira-Abrahão(2000;2001), Barcelos(2001); Moita Lopes(2006) e Pereira e Roca (2009). Essas pesquisas ajudam a entender melhor a prática de ensinar línguas estrangeiras e o processo de formação dos professores, sendo que esses conhecimentos se complementam. Por isso, os autores elaboraram um **organograma** (um esquema visual) para ilustrar a relação entre essas ciências, com o objetivo de mostrar como elas se conectam e se apoiam mutuamente no estudo e na prática do ensino de línguas, a seguir :

Figura SEQ Figura * ARABIC 1: Relacionando a LA, LP, Ensino de língua e Formação de Professores

Figura 2 – Relacionando a LA, LP, Ensino de língua e a Formação de Professores



Observamos, como auxílio do segundo Faria(2015) organograma mostra como as áreas de Linguística Pedagógica (LP) e Linguística Aplicada (LA) abrangem duas principais áreas de estudo: o ensino de línguas (no caso, o ensino de Libras) e a formação de professores para usar o dicionário em sala de aula. Ambas as áreas tratam de um conhecimento interdisciplinar, ou seja, que envolve diferentes disciplinas que trabalham juntas. Elas estudam tanto a linguagem quanto a sua aplicação no ensino, contribuindo assim para a formação de professores de línguas e

para o ensino. A importância dessa análise é que, ao observar e compreender essas áreas, fica claro que elas fornecem uma base teórica importante para a pesquisa. Além disso, esse entendimento reforça a necessidade de analisar como os professores de Libras se formam, especialmente no que diz respeito ao uso do dicionário como material didático, que está presente na sala de aula. Portanto, é fundamental estudar tanto as teorias quanto as práticas relacionadas para melhorar esse aspecto do ensino.

O Uso do Dicionário em Sala de Aula

A finalidade desta subseção é destacar a importância do uso do recurso, especificamente dos dicionários, na aprendizagem de língua estrangeira. A formação dos professores deve incentivar os alunos a utilizarem o dicionário, pois cabe ao professor promover essa conquista. Reflitamos, com base na observação de Leffa (2000, p. 24), sobre o papel do léxico no ensino de línguas:

Se alguém ao estudar uma língua estrangeira, fosse obrigado a optar entre o léxico e a sintaxe, certamente escolheria o léxico: compreenderia mais um texto identificando seu vocabulário do que conhecendo sua sintaxe. Da mesma maneira, se alguém tiver escolher um dicionário e uma gramática para ler um texto numa estrangeira, certamente escolherá o dicionário. Língua não é só léxico, mas o léxico é o elemento que melhor a caracteriza e distingue das outras.

Conforme a citação direta, mostra como o léxico, ou seja, o conjunto de palavras de uma língua, é importante na aprendizagem de línguas estrangeiras. Quando alguém aprende uma nova língua, geralmente deseja entender as palavras e fazer conexões entre elas. Às vezes, essa pessoa se aproxima ou se afasta

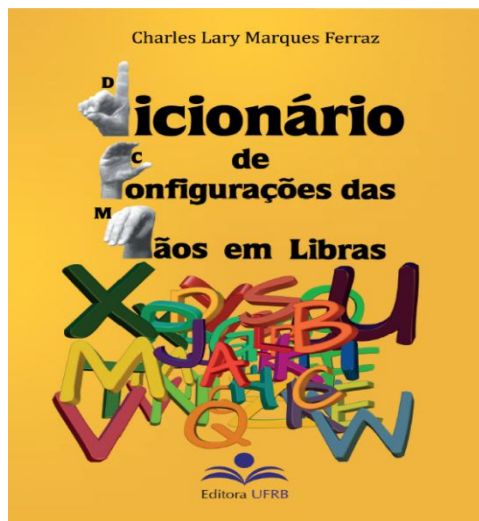
de certos termos para compreender melhor como a língua funciona. Esse movimento contribui para a compreensão do significado das palavras e para o uso adequado delas. Dessa forma, o professor utiliza o sinal "SÁBADO", mas também emprega o sinal "LARANJA". Assim, o aprendiz pode compreender que o mesmo sinal pode ter significados diferentes e acrescentar essa nova informação linguístico-cultural.

Segundo Duran (2008, p. 203), o autor que define os três pontos importantes para a inclusão do dicionário como material didático em sala de aula é justamente o próprio Duran, especialista na área. Ele destaca que esses pontos envolvem: (i) a escolha do dicionário adequada ao nível linguístico do aprendiz, (ii) o ensino do uso do dicionário aos estudantes e (iii) o desenvolvimento da destreza na consulta do material. Esses aspectos são essenciais para que o uso do dicionário seja efetivo no processo de ensino-aprendizagem.

Obra do Dicionário de Configuração de Mãos em Libras (Ferraz, 2019)

O *Dicionário de Configurações das Mãos em Libras* foi publicado em 2019 pela Editora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). A obra foi elaborada pelo autor surdo Charles Lary Marques Ferraz, professor surdo e universitário na UFRB. O material foi disponibilizado para download gratuito no site da UFRB, atingindo mais de 5 mil downloads.

Figura 2: Dicionário de Configuração de Mãos em Libras



Fonte: Ferraz, 2019.

Este dicionário oferece uma ferramenta essencial para estudantes, professores, intérpretes e qualquer pessoa interessada em aprofundar seus conhecimentos sobre as configurações manuais utilizadas na comunicação em Libras. Cada página foi projetada para proporcionar uma compreensão clara e precisa das diversas formas e movimentos das mãos, elementos fundamentais na formação dos sinais que compõem a língua de sinais brasileira.

O conteúdo do produto é organizado de modo a facilitar a consulta e o estudo. No seu sumário, encontram-se categorias variadas de palavras, agrupadas das configurações específicas das mãos, além de um índice alfabético que permite localizar rapidamente qualquer termo desejado. O prefácio do dicionário explica a importância das configurações das mãos na comunicação em Libras e orienta o leitor sobre a melhor forma de utilizar o recurso, destacando a necessidade de atenção aos detalhes

tridimensionais de cada configuração, movimento, expressão facial e direção, elementos que juntos conferem significado preciso aos sinais.

Este material, o dicionário de configuração de mãos em Libras, destina-se a dois tipos de dicionários: o dicionário passivo e o dicionário ativo. Um deles é voltado para a compreensão dos sinais, enquanto o outro é destinado à produção dos sinais. O dicionário passivo tem como objetivo fornecer uma compreensão aprofundada, permitindo que os usuários reconheçam e interpretem corretamente os sinais em Libras. Já o dicionário ativo busca desenvolver a habilidade dos usuários na produção de sinais de forma clara e eficaz. Sua versão digital é atualizada frequentemente, refletindo avanços na língua, e sua organização segue uma lógica baseada na cultura surda, em contraste com dicionários bilíngues tradicionais, que muitas vezes utilizam ordenação alfabética inadequada para Libras.

Metodologia

A metodologia proposta visa incorporar atividades baseadas na aprendizagem por tarefas (ABT) e na abordagem comunicativa, com foco na aplicação prática do Dicionário de Configurações de Mãos em Libras (Ferraz, 2019). Observa-se que, até o momento, não foi incluída uma atividade específica voltada exclusivamente para a consulta e uso sistemático desse recurso. Essa ausência se deve, principalmente, ao fato de que a implementação de atividades práticas relacionadas à utilização do recurso ainda requer um planejamento detalhado e adequado às condições específicas de cada turma, além de que o uso do dicionário enquanto ferramenta de apoio à aprendizagem de sinais em Libras demanda um momento de familiarização por parte dos alunos e do professor.

Adicionalmente, percebe-se que os estudos e materiais disponíveis, como dicionário de configuração de mãos em Libras, ainda não apresentam, de forma consolidada, exemplos de

atividades pedagógicas que integrem de modo efetivo a consulta ao dicionário com outras ações de aprendizagem, como prática comunicativa, produção de sinais e reflexão crítica. Portanto, a inclusão de uma atividade estruturada e planejada para promover o uso do dicionário será uma etapa futura, visando fortalecer a autonomia dos estudantes e consolidar sua aprendizagem de forma mais efetiva.

Apresentação da Proposta da Atividade ao Uso do Dicionário de Configuração de Mãos em Libras

A atividade proposta tem como objetivo principal familiarizar os estudantes com as configurações das mãos em Libras e promover o uso autônomo do dicionário durante o processo de aprendizagem. A dinâmica envolverá a criação de situações comunicativas variadas em que os alunos precisarão consultar o dicionário para identificar, reconhecer e produzir sinais corretos, enfatizando a compreensão dos parâmetros que caracterizam cada sinal.

As atividades são planejadas para promover o reconhecimento, compreensão e produção de sinais, além de estimular a autonomia na consulta. Este é apenas um exemplo que será posteriormente publicado em forma de livro didático, a seguir:

Página 1: Atividade de Reconhecimento e Identificação de Configurações de Mãos

Objetivo: Familiarizar os alunos com as configurações básicas das mãos em Libras e promover o reconhecimento de sinais por descrição ou imagem.

Instruções:

- Os alunos deverão consultar o dicionário para identificar a configuração de mãos correspondente à descrição apresentada.

- Após encontrar a configuração, deverão reproduzi-la de forma correta.

- Realizar exercícios de reconhecimento de sinais com base em descrições textuais.

Atividade:

1.Consulte o Dicionário de Configurações de Mãos em Libras e localize as configurações correspondentes às descrições abaixo:

Descrição	Configuração no dicionário
Mão em forma de letra “E”, com dedos juntos, palmas voltadas para frente	espaço para que o aluno localize a configuração
Mão fechada com o dedo indicador destacado	espaço para que o aluno localize a configuração
Mão em forma de letra S, com o polegar descansando na ponta dos dedos	espaço para que o aluno localize a configuração

2. Represente na sua mão cada configuração descrita acima.

Associando as configurações às palavras correspondentes:

Palavra 1: _____ (a configuração é a mesma da letra E em Libras).

Palavra 2: _____ (Mão fechada com o dedo indicador destacado).

Palavra 3: _____ (correspondente à configuração de letra S).

Esta atividade pode ser aplicada na disciplina de Libras em quaisquer universidades, tanto para cursos de nível básico quanto intermediário. O planejamento das aulas na disciplina de Libras, que pode ter uma carga horária de 30 ou 60 horas, deve seguir a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – Lei nº 9.394/1996). Cada período de aula pode durar aproximadamente 4 horas, ou seja, 4 aulas, ou ainda 2 aulas de 2 horas cada, totalizando 15 encontros ao longo de um semestre.

Dessa forma, recomenda-se a elaboração de 15 atividades didáticas diferentes, de modo a atrair, engajar e motivar mais os alunos. Importa ressaltar que não é necessário focar exclusivamente em atividades específicas de Dicionário de Configuração de Mãos (DCM). Por exemplo, atualmente, um tema para lecionar em Libras pode ser “Família”. O professor deve explorar esse tema, realizando atividades variadas, até concluir o conteúdo. Sempre que surgir um tempo ocioso, pode-se aproveitar para escolher uma atividade didática que envolva o uso do DCM, consolidando o aprendizado de forma sucessiva e contextualizada.

Por outro lado, na primeira aula, pode-se utilizar uma atividade didática que envolva o uso do Dicionário de Configuração de Mãos (DCM), esperando a chegada dos alunos. Quando essa atividade for concluída, já é possível escolher um tema específico do conteúdo do curso ou da disciplina de Libras. Enfim, cada professor realiza suas próprias estratégias.

Considerações Finais

Este estudo destaca a importância do Dicionário de Configuração de Mãos em Libras como ferramenta pedagógica eficaz no ensino da língua de sinais brasileira. Através de atividades que envolvem consulta, reconhecimento e produção de sinais baseados em seus parâmetros essenciais, promove-se autonomia, confiança e uma aprendizagem mais significativa. A familiarização com as configurações das mãos facilita a

compreensão e internalização dos sinais, favorecendo uma comunicação mais fluida na comunidade surda. A integração de estratégias diversificadas amplia o repertório dos estudantes e estimula uma aprendizagem ativa. Para garantir sua efetividade, reforça-se a necessidade de atualização contínua dos recursos didáticos, valorizando a natureza dinâmica da língua, contribuindo assim para uma educação inclusiva.

Após diversos estudos e a leitura de vários artigos, está em andamento a elaboração de um livro didático pelo autor, com o propósito de ser posteriormente comercializado para contribuir com professores e alunos de Libras no Brasil.

Referência Bibliográfica

ALMEIDA FILHO, J. C. P. **Linguística aplicada, ensino de línguas e comunicação**. Campinas: Pontes Editores, 2005.

AZORÍN-FERNÁNDEZ, D. **La lexicografía y sus contornos disciplinares**. Madrid: Liceus, 2006.

BIDERMAN, M. T. C. **A ciência da lexicografia**. *Alfa: Revista de Linguística*, São Paulo, v. 28, p. 1–26, 1984. Suplemento.

Disponível em:

<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3676/3442>.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 17 nov. 1996.

DURAN, M. S. **O ensino do uso do dicionário aos aprendizes de língua estrangeira: quem se importa?** *Revista do GEL*, v. 5, n. 2, p. 199–212, 2008.

FARIAS, G. B. de; BELLUZZO, R. C. B. **Como desenvolver a competência em informação mediada por modelagem conceitual teórico-prática**. Londrina: ABECIN, 2015.

FERRAZ, C. L. M. **Dicionário de configurações das mãos em Libras**. Cruz das Almas, BA: UFRB, 2019. 362 p.

HUMBLÉ, P. R. M. **Produção versus compreensão no dicionário bilíngue português–espanhol da Universidade Federal de Santa Catarina**. In: COSTA, M. J. D. et al. (org.). **Línguas: ensino e ações**. Florianópolis: EdLLE, 2002. p. 181–192.

HWANG, A. D. **Lexicografia: dos primórdios à nova lexicografia**. In: HWANG, A. D.; NADIN, O. L. (org.). **Linguagens em interação III: estudos do léxico**. Maringá: Clichetec, 2010. p. 33–45.

LEFFA, V. J. **Aspectos externos e internos da aquisição lexical**. In: LEFFA, V. J. (org.). **As palavras e sua companhia: o léxico na aprendizagem**. Pelotas, 2000.

MOLINA GARCÍA, D. **Fraseologia bilíngue: um enfoque lexicográfico-pedagógico**. Granada: Editorial Comares, 2006.

WELKER, H. A. **Lexicografia pedagógica: definições, história, peculiaridades**. In: XATARA, C.; BEVILACQUA, C.; HUMBLÉ, P. (org.). **Lexicografia pedagógica: pesquisas e perspectivas**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Núcleo de Tradução, 2008.

CENSURA EM DOIS TEMPOS: MEMÓRIA E DESLOCAMENTOS DISCURSIVOS DO JORNALISMO ENTRE 1977 E A ATUALIDADE

Raissa Nascimento dos Santos⁹¹

“Há um ‘real constitutivamente estranho à univocidade lógica e um saber que não se transmite, não se aprende, não se ensina e que, no entanto, existe produzindo efeitos” (Pêcheux, 1990 *apud* Orlandi, 1998, p. 9)

A citação acima descreve a memória discursiva, um conceito caro à Análise do Discurso francesa (AD) e que, em nosso trabalho, é essencial para a compreensão do *corpus*. Essa memória, também concebida como interdiscurso, pode ser entendida como um processo de esquecimento discursivo. Como observa Orlandi (1998, p. 9), “toda vez que falamos, para que nossas palavras tenham sentido, é preciso que já tenham sentido”; ou seja, o discurso anterior precisa ser esquecido para que seu sentido seja naturalizado. Essa naturalização, frequentemente, se manifesta como senso comum, aparecendo como um significado aparentemente estável na língua. Instrumentos linguísticos como os dicionários contribuem para essa homogeneização (Auroux, 1992). A AD, porém, busca demonstrar que mesmo enunciados aparentemente estabilizados podem revelar múltiplos sentidos.

Nossa pesquisa investiga, portanto, como um mesmo significado é mobilizado e deslocado em diferentes contextos discursivos, condicionados pelas circunstâncias sociais e

⁹¹ Discente em Letras-Bacharelado com ênfase em Estudos Linguísticos, pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: raissa.nsantos@ufpe.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6916722545845833>.

ideológicas de cada enunciação.⁹² Ao consultarmos o conceito dicionarizado de “censura”, encontramos: “Ação ou efeito de censurar; Exame de trabalhos artísticos ou de material de caráter informativo, a fim de filtrar e proibir o que é inconveniente, do ponto de vista ideológico ou moral; Repreensão; Reprovação ou crítica desfavorável; desaprovação” (Michaelis, [s.d.]). Assim, podemos considerar que esse é o acesso semântico homogeneizado que alguns sujeitos mobilizam em contextos de silenciamento ou restrição do dizer. *Será que esse significado se traduz de igual maneira nos efeitos de cada enunciação?*

Objetivamos, portanto, analisar os deslocamentos de sentido do termo “censura” em dois momentos históricos distintos, 1977 e 2025, evidenciando como, a partir de condições de produção distintas, um mesmo significado é mobilizado discursivamente em sentidos diferentes. O *corpus* é composto por um manifesto da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), produzido durante a ditadura militar, e por um editorial da Gazeta do Povo, que caracteriza o Marco Civil da Internet (Brasil, 2014) como ameaça à liberdade de expressão.

A pesquisa busca romper com a ideia de estabilidade da linguagem, mostrando que os usos das palavras não são neutros, mas atravessados por disputas ideológicas e pelos interdiscursos que os constituem. Ao separar a referência dicionarizada de um termo de seu efeito ideológico-discursivo, evidencia-se o descompasso entre a pretensa neutralidade da língua e a heterogeneidade constitutiva do discurso. Por extensão, buscamos problematizar a noção de imparcialidade que ainda orienta parte do fazer jornalístico, uma vez que não há neutralidade nem na própria linguagem.

⁹² Para fins metodológicos, neste trabalho, significado corresponde à dicionarização do termo “censura”, vinculada a práticas de normalização de uma língua aparentemente estável (Auroux, 1992), enquanto sentido designa as variações ideológicas produzidas nas diferentes formações discursivas (Orlandi, 2003).

Nas próximas seções, apresentaremos a fundamentação teórica que guia nosso trabalho; construiremos a constituição de nosso *corpus*; analisaremos os dados e concluiremos nosso trabalho com nossos apontamentos finais.

Análise do discurso: entre memórias e deslocamentos

A escolha pela AD como aporte teórico desta pesquisa justifica-se pela maneira como essa perspectiva compreende a relação constitutiva entre língua, sujeito e história. Conforme destaca Orlandi (2005, p. 11), a AD “não trabalha nem com um sujeito onipotente nem com um sistema totalmente autônomo (a língua é relativamente autônoma)”. Trata-se, portanto, de conceber a linguagem não como estrutura fixa ou transparente, mas como espaço de tensões no qual se materializam embates históricos e ideológicos.

Nesse quadro, interessa-nos compreender como a “censura” atualiza memórias discursivas e reinscreve disputas de sentido no cotidiano. Reconhecemos, com Pêcheux (1999, p. 56), que a memória é “necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos”. Entre essas dinâmicas, destacamos os deslocamentos, entendidos à luz da noção pècheutiana de deriva, segundo a qual “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (Pêcheux, 1997 [1983], p. 53).

Esses deslocamentos não ocorrem ao acaso: são regulados pelas formações discursivas (FDs), entendidas como o conjunto de dizeres possíveis e legítimos para determinados sujeitos, em determinadas posições, em determinadas condições históricas. É no interior de uma FD que o sujeito encontra o horizonte de sentidos que pode (e que não pode) dizer. Assim, ao analisarmos os enunciados sobre “censura” em 1977 e 2025, buscamos

evidenciar não apenas diferenças temáticas, mas sobretudo diferenças nas FDs, ou seja, nos regimes de sentido que autorizam certas interpretações e interditam outras.

Esse processo está intrinsecamente ligado ao conceito de historicidade, central na AD, segundo o qual a relação entre discurso e história não é de reflexo, mas de construção simbólica (Orlandi, 1996). Assim como a linguagem não é transparente, nossa própria percepção de história também não o é; ela se constitui nos modos como significamos o mundo e somos por ele significados. Nesse sentido, a linguagem não configura um repertório abstrato de formas, mas uma materialidade atravessada pela história e pelos modos como sujeitos são afetados por ela. É por isso que “censura” não significa o mesmo em diferentes conjunturas: o termo é reinscrito ou disputado por cada época, cada instituição e cada posição-sujeito, que atualizam sentidos sedimentados conforme suas condições de produção. A historicidade garante que nenhum discurso emerge como totalmente novo, pois todo dizer se ancora em um já-dito, em saberes discursivos que nos atravessam de modo não consciente e que orientam tanto a produção quanto a interpretação dos enunciados (Orlandi, 2003).

A noção de posição-sujeito é igualmente fundamental. Não se trata de um sujeito psicológico ou individual, mas da posição que o sujeito ocupa no discurso, com o conjunto de saberes, filiações ideológicas e formas de interpretar que essa posição convoca. Assim, ao analisar os enunciados do manifesto da ABI (1977) e do editorial da Gazeta do Povo (2025), observamos que cada posição-sujeito filia-se a FDs distintas e, portanto, produz sentidos diferentes, e muitas vezes antagônicos, para a noção de censura.

Nesse processo, a leitura, na AD, não é tomada como ato transparente, neutro ou puramente interpretativo: ela é sempre produção de sentidos, atravessada por memórias discursivas, por posições ideológicas e por interdições do dizer (Orlandi, 1988).

Ler é atualizar redes de significação disponíveis em uma FD e é também reproduzir ou deslocar sentidos.

Por fim, é importante considerar o jornalismo como espaço privilegiado de produção e circulação de sentidos e, portanto, como um lugar de memória discursiva. A mídia jornalística não apenas registra acontecimentos: ela opera como instância de regularização e cristalização de sentidos socialmente legitimados. Como mostram Silva (2001), Navarro-Barbosa (2003) e Gregolin (2003) e outros estudos da AD do jornalismo, o discurso jornalístico funciona como um dispositivo que produz evidências de sentido, naturaliza posições ideológicas e estabiliza determinadas versões do real. Por sua circulação ampliada e por seu caráter institucional, o jornalismo torna-se também espaço de disputa: ao mesmo tempo em que cristaliza sentidos, pode operar deslocamentos, reinscrevendo memórias e reorganizando o que é dito e pensado sobre certos temas.

Assim, ao tomarmos como objeto os deslocamentos discursivos da “censura” em 1977 e 2025, não analisamos apenas textos isolados, mas processos mais amplos de regularização e de disputa da memória. A mídia, especialmente, constitui um campo decisivo para observar como esses sentidos são produzidos, legitimados, contestados ou ressignificados.

Contextualização e análise do corpus

Em meio à ditadura militar, a ABI publicou, em seu boletim, no dia 07 de junho de 1977, um manifesto contra a censura imposta pelo Estado. O documento denunciava as restrições à liberdade de expressão, reivindicando a democratização da comunicação no país. Sua emergência se inscreve no contexto da chamada “abertura lenta e gradual” do governo Geisel, momento em que ainda vigoravam mecanismos de censura como a Lei Falcão e o Pacote de Abril, que limitavam tanto a imprensa (nacional e internacional) quanto a atividade de

políticos. A seguir, apresentamos o fragmento do boletim que publicou o manifesto e registrou sua repercussão:

Imagem 1: Notícia sobre o manifesto da ABI



Fonte: ABI (2024, p. 12).

O documento resultou na uma mobilização de cerca de três mil jornalistas que se reuniram para um ato de protesto. Tratou-se de um gesto político, por tensionar uma instituição estatal e marcar uma posição na história, e, simultaneamente, discursivo, na medida em que se materializou pela linguagem e pelo gênero eleito como forma de resistência: o manifesto.

Como gênero discursivo, o manifesto se caracteriza por seu caráter de intervenção e convocação, buscando mobilizar um coletivo em torno de uma causa ou de uma ruptura com um estado de coisas (Bortulucce, 2015). Sua estrutura costuma apresentar uma introdução que explicita a situação de insatisfação ou

contestação, seguida de proposições enfáticas que apontam para o futuro desejado e, muitas vezes, finaliza com um chamado à ação. Do ponto de vista discursivo, caracteriza-se pelo uso de verbos no imperativo e no futuro, frases curtas e categóricas, exortações e repetições, recursos que reforçam sua força persuasiva e sua dimensão performativa, pois o manifesto não apenas descreve ideias, mas produz efeitos de sentido que visam transformar a realidade.

Por sua vez, o editorial da Gazeta do Povo, publicado em 06 de julho de 2025, interpreta uma decisão recente do Supremo Tribunal Federal (STF) a partir de uma alteração no Marco Civil da Internet (Brasil, 2014). Segundo o jornal, o STF teria modificado o alcance do artigo 19, que originalmente condicionava a retirada de conteúdo *online* à existência de ordem judicial. Na leitura do editorial, ao atribuir às plataformas digitais um “dever de cuidado”, isto é, a responsabilidade de remover conteúdos por iniciativa própria para evitar sanções, o Tribunal instauraria uma forma de censura institucionalizada. Essa formulação mobiliza uma memória discursiva da censura como cerceamento estatal, reposicionando o STF como agente de restrição da liberdade de expressão no ambiente digital.

Esse posicionamento do jornal ganha ainda mais relevo quando situado frente ao próprio Marco Civil da Internet, legislação que “estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil e determina as diretrizes para atuação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em relação à matéria” (Brasil, 2014, n.p.). Ao selecionar determinados aspectos da lei, especialmente o artigo 19, e interpretá-los como ameaçados pela decisão do STF, o editorial realiza um gesto de leitura que não apenas descreve a norma, mas produz sentidos sobre ela.

O texto institucional da lei, que busca organizar juridicamente o uso da internet, é reinscrito pelo jornal em uma lógica discursiva de defesa da liberdade de expressão, de modo que a decisão do STF passa a ser significada como ruptura desse

ordenamento. Assim, o Marco Civil funciona, no editorial, como interdiscurso mobilizado para sustentar a denúncia de “censura”, evidenciando como o jornal disputa o sentido da própria legislação para legitimar sua posição no debate público.

Para compreender como o termo “censura” é mobilizado nos dois textos, é necessário situá-los em suas condições de produção, entendidas, na perspectiva da Análise do Discurso, como o conjunto de determinações históricas, institucionais e enunciativas que possibilitam e delimitam o dizer (Orlandi, 2005). A tabela abaixo sumariza algumas das informações:

Condições de produção	ABI (1977)	Gazeta do Povo (2025)
Contexto histórico	Ditadura militar: censura prévia institucionalizada.	Democracia formal: censura posterior a publicação de material que fira o Marco Civil da Internet.
Instituição enunciadora	Entidade representativa da imprensa, histórica, ligada à defesa da liberdade jornalística.	Empresa jornalística privada, com linha editorial conservadora.
Relação com o Estado	Posição de enfrentamento com o Estado autoritário e repressivo.	Crítica ao STF dentro de um Estado democrático.
Denúncia	“verificação prévia da existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes” (Brasil, 2025).	“novas regras para a responsabilização de provedores [...] sob pena de os autores serem acusados de ‘ataque à democracia’ e

		‘discurso de ódio’” (Gazeta do Povo, 2025).
Público- alvo	Sociedade civil e imprensa.	Leitores do jornal.
Suporte e circulação	Documento impresso, circulação limitada sob vigilância.	Texto online, circulação digital imediata.
Gênero discursivo	Manifesto (sujeito coletivo insurgente, com apelo político)	Editorial (opinião institucional, reflexão e alerta)

No caso do manifesto da ABI, temos uma produção inscrita no final da década de 1970, em pleno regime militar, quando ainda vigoravam mecanismos formais e informais de controle estatal da palavra. Trata-se, portanto, de um dizer produzido sob condições de autoritarismo, no qual “censura” remete diretamente ao aparato repressivo institucionalizado pelo Estado.

Já o editorial da Gazeta do Povo foi produzido em um cenário radicalmente distinto: uma democracia, com circulação ampla de discursos e marcada pela centralidade das plataformas digitais na mediação da esfera pública. O texto emerge em meio a debates contemporâneos sobre regulação da internet, responsabilidade das *big techs* e a interpretação do artigo 19 do Marco Civil da Internet. Suas condições de produção são atravessadas por tensões entre imprensa, opinião pública e decisões do STF, o que faz com que o termo “censura” seja reinscrito em outra memória discursiva não mais associada a um Estado autoritário, mas reinterpretada como possível consequência de uma decisão judicial. Assim, em cada contexto, a palavra “censura” se ancora em diferentes FDs, produzindo

sentidos distintos a partir das condições históricas e institucionais que autorizam o dizer.

Seguindo a AD, podemos observar que a palavra “censura” não funciona de modo homogêneo nos dois textos, pois cada um é atravessado por condições de produção distintas que orientam seus efeitos de sentido. No manifesto da ABI, produzido durante a ditadura militar, a censura é significanda como um impedimento concreto à circulação da palavra, inscrita em um regime que restringe diretamente a atuação jornalística. Assim, a liberdade de expressão aparece como conquista futura, algo ainda por vir, cuja defesa projeta uma esperança de democratização.

Já no editorial da Gazeta do Povo, elaborado em pleno contexto democrático, o termo “censura” é reinscrito como risco de retrocesso, associado à alteração do Marco Civil da Internet pelo STF. Nesse caso, a liberdade de expressão é tratada como direito já estabelecido, mas que estaria sendo ameaçado por uma intervenção institucional. O efeito discursivo produzido, portanto, desloca-se da esperança para o desencanto, pois o jornal enuncia a percepção de que a própria democracia estaria degradada ou em vias de restringir liberdades que ela mesma instituiu. Assim, embora ambos acionem a palavra “censura”, ela opera em formações discursivas diferentes, produzindo sentidos que refletem a historicidade específica de cada contexto.

Conclusão

A análise comparativa do termo “censura” no manifesto da ABI (1977) e no editorial da Gazeta do Povo (2025) evidencia que, embora o significado dicionarizado permaneça estável, seus sentidos se reorganizam de acordo com as condições de produção históricas e ideológicas de cada materialidade discursiva. Em 1977, sob um regime autoritário, “censura” designa um mecanismo estatal concreto que restringe o dizer, e sua denúncia opera como gesto de resistência e mobilização pela abertura democrática. Já em 2025, no interior de uma ordem democrática instituída, o

termo é reinscrito para significar um suposto retrocesso jurídico, sendo mobilizado para criticar decisões do STF e alertar para ameaças à liberdade de expressão.

Esses deslocamentos mostram que a linguagem não funciona como transparência, mas como espaço de disputa: os sentidos emergem da articulação entre memória discursiva, condições históricas e posições ideológicas. Assim, “censura” não é um conceito fixo, mas um termo atravessado por deslizamentos de sentido que revelam como o debate público é estruturado por diferentes FDs. O estudo permite concluir que a disputa ideológica se materializa também na circulação das palavras, cujos usos performam posições, constroem realidade e delimitam horizontes de interpretação.

Referências bibliográficas

BRASIL. **Dia Nacional da Liberdade de Imprensa.** *Memórias Reveladas*, 2025. Disponível em:

<https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/centrais-de-conteudo/destaques/dia-nacional-da-liberdade-de-imprensa>.

Acesso em: 10 jul. 2025.

GAZETA DO POVO. **O fim da democracia no Brasil.**

Gazeta do Povo, Curitiba, 6 jul. 2025. Editorial. Disponível em:

<https://www.gazetadopovo.com.br/opinioao/editoriais/o-fim-da-democracia-no-brasil/>. Acesso em: 10 jul. 2025.

GREGOLIN, M. do R. **O acontecimento discursivo na mídia: metáfora de uma breve história do tempo.** In:

GREGOLIN, M. do R. (org.). **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo.** São Carlos: Claraluz, 2003. p. 95–110.

NAVARRO-BARBOSA, P. L. **O papel da imagem e da memória na escrita jornalística da história do tempo presente.** In: GREGOLIN, M. do R. (org.). **Discurso e mídia:**

a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003. p. 111–124.

ORLANDI, E. P. **Discurso e leitura.** São Paulo: Cortez, 1988.

ORLANDI, E. P. **Interpretação, autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis: Vozes, 1996.

ORLANDI, E. P. **Paráfrase e polissemia: a fluidez nos limites do simbólico**. *Rua*, Campinas, n. 4, p. 9–19, 1998.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2003.

ORLANDI, E. P. **Michel Pêcheux e a Análise do Discurso (Michel Pêcheux et l'Analyse de Discours)**. *Estudos da Língua(gem)*, Vitória da Conquista, n. 1, p. 9–13, 2005. Disponível em:
<https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/973/829>. Acesso em: 1 out. 2024.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução de E. P. Orlandi. Campinas: Pontes, 1997 [1983].

SILVA, T. R. da. **Mídia e imagem urbana: tecnologia no discurso jornalístico**. In: ORLANDI, E. P. (org.). **Cidade atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano**. Campinas: Pontes, 2001. p. 151–164.

O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DO DIZER E A POSIÇÃO DO NARRADOR NO CONTO “O BARBA AZUL”, DE CLARISSA PINKOLA ESTÉS

Ana Claudia da Freiria Borini Rodrigues⁹³

A narração sempre ocupou um papel fundamental na constituição das culturas e na transmissão de experiências entre as gerações. No entanto, em tempos marcados pela aceleração, pelo excesso de informação e pela fragmentação da escuta, a figura do narrador e sua função de guardião das experiências humanas vêm se transformando.

Enquanto prática discursiva, a narração carrega consigo uma complexa rede de sentidos que ultrapassa a linearidade do relato e se articula como forma de transmissão de experiências, saberes e processos de subjetivação. No campo literário, especialmente quando atravessado por perspectivas psicanalíticas e simbólicas, o dizer do narrador ganha contornos específicos, que o posicionam não apenas como mediador da história, mas como sujeito produtor de sentido, interpretação e escuta.

Este artigo propõe analisar o funcionamento discursivo do dizer a partir da posição do narrador no conto “O Barba Azul”, recontado por Clarissa Pinkola Estés no livro *Mulheres que Correm com os Lobos* (2018). A escolha deste conto se justifica pelo modo como o narrador se posiciona, a partir de uma voz híbrida que entrelaça a literatura, a psicanálise e a crítica social, assumindo um papel ativo na reinvenção da narrativa tradicional. Tal posicionamento interpela o leitor a uma leitura e escuta profundas

⁹³ Mestranda em Estudos literários, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita - Campus de Araraquara. Email: anaclaudiadafreiria@gmail.com

e o incita à reflexão sobre os mecanismos de dominação simbólica e processos de subjetivação feminina.

Esta breve análise ancora-se nas reflexões teóricas de Walter Benjamin (1985), que compreende o narrador tradicional como aquele que compartilha experiências vividas e transmite um saber enraizado na oralidade, e de Silviano Santiago (2002), cuja concepção de narrador pós-moderno enfatiza a performance híbrida e o “entre-lugar” como espaço de criação discursiva. Neste contexto, o “entre-lugar discursivo” refere-se à zona de intersecção em que diferentes registros, como o narrativo, o interpretativo e o analítico, se sobrepõem e se contaminam mutuamente. Trata-se de um espaço fronteiriço no qual o narrador não apenas conta uma história, mas comenta, reinventa e analisa, movendo-se entre a literatura e a psicanálise. O objetivo, portanto, é compreender como a transmissão de experiência no conto se configura justamente nessa posição híbrida, que desafia classificações fixas e faz emergir uma voz que existe na travessia entre discursos.

O trabalho parte da hipótese de que o narrador, ao recontar e reinterpretar o conto tradicional, atualiza uma memória ancestral, elaborando e transmitindo a experiência da desobediência feminina como rito de iniciação psíquica. A narradora, na voz e versão de Estés, não se mantém neutra ou distante, e sim assume a função simbólica de analista-contadora, entretecendo comentário, narrativa e interpretação. Trata-se de um dizer híbrido, performativo, que transforma o texto literário em espaço de escuta psíquica, crítica social e transmissão de experiências.

Nessa perspectiva, não apenas narra, mas atua como sujeito que reinscreve a experiência feminina, especialmente a desobediência, o instinto e o discernimento em um funcionamento narrativo e discursivo que reinterpreta simbolicamente o que chama de feminino silenciado. A pretensão é compreender de que forma o funcionamento discursivo dessa narração tensiona as fronteiras entre os gêneros do discurso e

reposiciona a narrativa como prática de resistência e transformação subjetiva.

O corpus deste artigo de reflexão é composto por breves sequências discursivas do conto que evidenciam o deslocamento da função narrativa tradicional para uma prática analítica e simbólica. A leitura busca identificar os efeitos de sentido produzidos pela posição enunciativa do narrador e compreender como o dizer narrativo atua de modo performativo.

O artigo está organizado em três partes: a apresentação do referencial teórico, em que se discutem brevemente as noções de experiência, narrador tradicional e narrador pós-moderno; a análise de algumas sequências discursivas do conto “O Barba Azul”, com foco no entrelaçamento entre narrativa, interpretação e escuta psicanalítica; e, por fim, uma breve reflexão acerca dos efeitos simbólicos da narração como espaço de resistência e reelaboração da experiência subjetiva.

Fundamentação teórica

O conceito de narrador ocupa lugar central na reflexão sobre a ficção e sua função comunicativa da ficção. Se um escritor corresponderia a uma entidade real e empírica, o narrador poderia ser distinguido como uma entidade ficcional, textual, a quem cabe a tarefa de enunciar o discurso narrativo e configurar o universo diegético (REIS; LOPES, 2000, p. 257). Trata-se do protagonista da narração, cuja presença no discurso se revela pelas marcas de sua subjetividade, ideologia e intrusões. Essa configuração desperta questões relevantes, como por exemplo, quem tem autoridade para contar uma história? Até que ponto a narração equivale à transmissão de uma experiência vivida?

Walter Benjamin (1985), em seu ensaio “O Narrador”, aponta para a progressiva perda da experiência comunicável no mundo moderno. O narrador, em sua forma tradicional, era aquele que compartilhava vivências por meio da oralidade, como uma

espécie de conselheiro. A narrativa cumpria, assim, uma função utilitária, transmitindo ensinamentos morais, normas de vida ou provérbios. A sabedoria comunicada era tecida na substância viva da existência, e, por isso mesmo, detinha autoridade. Nas palavras de Benjamin, “o conselho tecido na substância viva da existência tem um nome: sabedoria” (1985, p. 200). A morte, nesse contexto, era o ápice da transmissibilidade da experiência, como revela o provérbio africano citado por Benjamin: “sempre que um velho morre, é como se uma biblioteca fosse incendiada”.

Entretanto, na sociedade contemporânea, marcada pela lógica da informação, a experiência cede lugar ao dado objetivo, à notícia factual e ao conhecimento técnico. O saber que vem de longe perde seu valor frente à novidade do instante (BENJAMIN, 1985, p. 202). A consequência disso é a perda da capacidade de aconselhar, inclusive a si mesmo, e o empobrecimento da palavra como meio de transmissão de vivência.

Silviano Santiago (2002), ao refletir sobre o narrador na literatura pós-moderna, amplia essa discussão ao afirmar que a ficção contemporânea tem como missão expressar a incomunicabilidade da experiência tanto a do narrador quanto a do personagem. Ainda que essa incomunicabilidade pareça total, ela é recoberta simbolicamente pela tentativa de relação, “a ficção existe para falar da incomunicabilidade de experiências, a experiência do narrador e a do personagem. A incomunicabilidade, no entanto, se recobre pelo tecido de uma relação, relação esta que se define pelo olhar.” (SANTIAGO, 2002, p. 52).

Nesse sentido, a comunicação se estabelece não pela reciprocidade, mas pela insistência em comunicar-se, ainda que a resposta nunca venha. O olhar, mais do que a palavra, torna-se o vínculo possível, mesmo que enigmático, entre sujeito e mundo.

Para Santiago (2002), o narrador pós-moderno é aquele que narra de fora, como espectador da ação. Ele não participa diretamente da experiência que narra; sua autoridade advém da

observação. É uma testemunha na sociedade do espetáculo, cuja função é dar verossimilhança a uma experiência que não lhe pertence, conferindo-lhe autenticidade apenas pela coerência interna do relato. A experiência do narrador, portanto, é a da observação e não da vivência direta.

Essa lógica se alinha à condição de escassez da experiência já indicada por Benjamin, mas adiciona a ela a noção da pobreza da palavra escrita, ou seja, a literatura pós-moderna denuncia tanto a falência da transmissão quanto a limitação dos meios disponíveis para comunicar aquilo que se vive. O narrador pós-moderno torna-se, assim, uma figura que opera no chamado entre-lugar, isto é, entre o silêncio da experiência e o esforço persistente de significá-la por meio da linguagem.

Essa perspectiva se articula com a análise de personagens “mudas”, privadas de voz ou de escuta que, para Benjamin, simbolizam a impossibilidade de compartilhar experiências. Tal figura ressurge na literatura contemporânea como representação de uma sociedade que já não reconhece valor na escuta nem na tradição oral.

O olhar pós-moderno, segundo Santiago (2002), volta-se para o prazer e o hedonismo, “olha-se um corpo em vida, energia e potencial de uma experiência impossível de ser fechada na sua totalidade mortal, porque ela se abre no agora em mil possibilidades” (SANTIAGO, 2002, p. 58). A fragmentação da experiência e a impossibilidade de totalidade tornam a narração um gesto precário, mas ainda assim necessário.

Desse modo, tanto Benjamin quanto Santiago contribuem para a compreensão do narrador contemporâneo como figura liminar entre o testemunho e a ficção, entre a experiência e a observação, entre o silêncio e a palavra. Sua função é menos a de transmitir uma verdade vivida e mais a de construir, pela linguagem, um espaço simbólico em que o sentido ainda possa ser buscado.

Michele Simonsen (2003), em “O conto popular”, destaca que o conto tradicional opera como uma forma coletiva e simbólica de preservação da memória cultural. O narrador nesse contexto não é um sujeito autoral moderno, mas um transmissor de experiências arquetípicas e coletivas, inscrito na tradição oral. A função do narrador, segundo a autora, está ligada à escuta e à partilha, visto que ele narra não para informar, mas para transmitir um saber vivido, condensado em imagens, símbolos e estruturas narrativas repetidas e transformadas ao longo do tempo. Essa perspectiva contribui para a compreensão da posição do narrador no conto “O Barba Azul”, recontado pela voz narrativa de Clarissa Pinkola Estés, uma voz que se coloca como uma espécie de herdeira dessa tradição ancestral, ativando a potência pedagógica, psicanalítica, simbólica e transformadora da narrativa oral.

Walter Benjamin (1985), ao discutir o declínio da experiência na modernidade e a perda do valor da narração, afirma que o verdadeiro narrador é aquele que compartilha uma sabedoria vivida, capaz de produzir sentido e orientação simbólica para a existência. Para Benjamin, a narração tradicional está vinculada à oralidade, à escuta ativa e à transmissão de experiências que ultrapassam a individualidade e inscrevem-se na coletividade. Na versão de Estés, a narração do conto “O Barba Azul”, assume essa função, não apenas reconta, mas analisa, interpreta e convida o leitor à leitura como escuta interior, resgatando o valor da experiência como saber vital. Seu dizer é ativo e performativo, pois opera transformações no sujeito-leitor.

Silviano Santiago (2002) atualiza essa discussão ao propor a figura do narrador pós-moderno como sujeito híbrido, múltiplo e deslocado. Diferentemente do narrador tradicional, o narrador pós-moderno é marcado pela fragmentação e pela consciência crítica de sua posição discursiva.

Desta forma, podemos dizer que o conto recontado por Estés (2008) tanto dialoga com a teoria de Benjamin (1985) por recuperar o papel do narrador como guardião da experiência

coletiva e subjetiva como também dialoga com Santiago (2002), por sua postura de reescritura crítica, reapropriação da narrativa tradicional sob nova ótica, e por recontar o texto para um público moderno, com novos códigos e expectativas.

No trecho interpretativo em que afirma: “Todas as mulheres têm uma chave no bolso do inconsciente. A chave é a intuição, mas às vezes temos medo de usá-la” (ESTÊS, 2018, p.66), observa-se a transmissão de uma experiência que se oferece ao leitor em forma de alerta, conselho e acolhimento. A narradora fala como quem deseja partilhar um saber de vida, convidando o leitor a reconhecer algo de si no conto. Mas é justamente nesse movimento que aparece o entre-lugar discursivo, isto é, um espaço em que a narração e a interpretação se entrecruzam.

Na materialidade do texto, esse entre-lugar se manifesta na alternância entre dois modos de dizer, o modo narrativo, que reconta o conto tradicional e preserva sua força simbólica e o modo analítico, em que a narradora comenta, explica e atualiza os símbolos, aproximando-se de uma postura interpretativa.

Essas camadas discursivas não aparecem separadas, mas concatenadas, visto que narrar já é interpretar e interpretar já é reinscrever o conto. É essa fusão que cria o um espaço textual híbrido, no qual a narração transita simultaneamente entre a tradição ancestral e a elaboração contemporânea.

Assim, quando a narradora atribui à “chave” o sentido da intuição feminina, ela não só transmite um ensinamento, mas também evidencia que toda narrativa é construída a partir de uma leitura. Nesse gesto, rompe com a figura de um narrador neutro e se reinventa nesse espaço intermediário, onde tradição e criação se alimentam mutuamente. É nesse entre-lugar discursivo, portanto, que sua escrita adquire força simbólica e um possível potencial transformador para o leitor.

Breve análise de algumas sequências discursivas do conto "O Barba Azul"

O capítulo 2 do livro *Mulheres que correm com os lobos*, escrito por Clarissa Pinkola Estés (Rocco, 2008), que compreende o conto "O Barba Azul", tem como título "A tocaia ao intruso: o princípio da iniciação". Antes de recontar a versão do conto (francesa-eslava que diz ser sua preferida pois é a mais parecida que escutou de sua tia húngara), a narradora introduz o capítulo com uma reflexão sobre o predador natural que existe em nós, principalmente nas mulheres, uma entidade traçoira da psique que traz sofrimento e destruição psíquica, pois atua contra a harmonia e o desenvolvimento do "ser selvagem" que cada mulher carrega em si: "Um assassino que nasce dentro de nós e, mesmo com a criação parental mais cuidadosa, sua única função é a de tentar transformar todas as encruzilhadas em ruas sem saída." (Estés, 2018, p.59)

Este potente predador é representado pelo Barba Azul, um ser que isola a mulher de sua natureza intuitiva, que a deixa entorpecida e frágil para seguir adiante a vida. A história do Barba Azul trata dessa questão, das armadilhas desse homem sinistro, "[...] um carcereiro que habita a psique de todas as mulheres, o predador inato. Ele é uma força específica e indiscutível que precisa ser contida e mantida na memória." (Estés, 2018, p. 58)

A figura do predador, tal como apresentada por Clarissa, constitui uma interpretação simbólica do conto tradicional. Quando afirma que "O Barba Azul é o predador natural da psique da mulher, uma força enganadora que espera o momento para destruir", a narradora desloca a personagem da esfera externa, a do vilão literal, para a esfera interna, psíquica. Esse deslocamento é produzido por meio de estratégias discursivas específicas, como por exemplo, "predador interno" e "força enganadora", que transportam o personagem para o campo do simbólico. Rompe-se com a neutralidade do narrador clássico e assume uma posição interpretativa, dirigindo-se à leitora para convocá-la a refletir e a

reconhecer, em sua própria vida psíquica, as manifestações desse “predador”.

A função discursiva da narradora, portanto, ultrapassa a descrição da trama. Organiza-se de modo a produzir efeitos de sentido destinados a ativar a reflexão, o reconhecimento e a transformação subjetiva. Isso se concretiza na alternância entre diferentes gestos enunciativos como narrar, explicar, aconselhar, interpretar, que constroem a figura híbrida da contadora-enunciadora-analista, representando alguém que transita entre o espaço ficcional e o espaço que permite comentário interpretativo e psicoterapêutico, operando simultaneamente como contadora de histórias e como analista que lê o conto e orienta sua significação.

Essa operação híbrida também se manifesta na elaboração das metáforas estruturantes do conto recontado, entre as quais se destaca a chave. Na narrativa, a chave entregue pelo Barba Azul, acompanhada de uma proibição, simboliza o acesso ao saber psíquico, à intuição e ao impedido: “Pode abrir toda e qualquer porta das despensas, dos cofres, qualquer porta do castelo; mas essa chavinha, a que tem no alto uns arabescos, você não deve usar.” (Estés, 2018, P. 55)

Quando a jovem a utiliza, desobedecendo à proibição, e então a chave “sangra”, uma imagem que a narradora intensifica por meio de recursos de repetição criando um efeito desesperador de periculosidade e choque de realidade: “A esposa olhou para a chave e viu que ela estava manchada de sangue. Horrorizada, usou a saia para limpá-la, mas o sangue prevaleceu”(ESTÉS, 2018, p. 56) e ainda na sequência: [...] “seu vestido branco estava manchado de vermelho do bolso até a bainha, pois a chave vertia lentamente lágrimas de sangue vermelho escuro.” (Estés, 2018, p. 56)

A mancha de sangue funciona como algo irremovível, evidenciando aquilo que, na experiência psíquica, rompe o véu da ingenuidade, a verdade então é vista e convoca a mulher a ir além, a despertar, escutar e agir a partir de sua própria percepção

instintiva: “Esfregou a chave com vigor, mas nada conseguia deter seu sangramento.” (Estés, 2018, p. 56)

De acordo com a análise interpretativa da narradora, o sangue neste conto representa o “sangue da alma”, que não só mancha a chave como escorre pela “persona” inteira, tudo fica manchado, inclusive a roupa que, segunda ela, simboliza a presença externa, a máscara que a pessoa mostra ao mundo e que também esconde muita coisa: “Com disfarces e enchimentos psíquicos adequados, tanto os homens quanto as mulheres podem apresentar ao mundo uma *persona* quase perfeita, uma fachada quase perfeita.” (Estés, 2018, p.71)

A mancha de sangue, então, representa o que não mais se pode esconder, “as nossas dificuldades”. Segundo a interpretação da autora, podemos sorrir e dizer o que quisermos, mas uma vez em contato com a verdade, não podemos mais fingir que ela não existe. E a chave que sangra escancara o perigo que este predador – O Barba-azul – representa na vida da esposa. Ainda que a verdade seja assustadora, dolorosa e vá esgotar suas energias, é preciso tentar corrigir imediatamente esse terrível estado.

Em termos literários e linguísticos, a força simbólica desses trechos é construída por meio das imagens do sangue e da mancha, do uso de metáforas como “a chave sangrou”, da proibição como dispositivo narrativo e da duplicidade entre o visível (a chave manchada) e o invisível (o saber psíquico que ela revela). Esses recursos permitem que o conto opere simultaneamente no nível mítico e no nível psicanalítico, produzindo uma leitura que sustenta a afirmação de que a transgressão não é apenas um ato narrativo, mas um despertar da consciência instintiva, que, para a autora, é o gesto central para a reintegração da “Mulher Selvagem”.

Por vezes a narrativa recupera a tradição oral de preservar símbolos que condensam sentidos profundos, mas o faz de modo que o signo se torne um enigma a ser interpretado pelo leitor, o que confere ao narrador um papel de mediação fragmentária, que

oferece pistas, mas não encerra o sentido, deixando o leitor como coautor do processo interpretativo. Em:

"A Mulher Selvagem ensina às mulheres quando não se deve ser "boazinha" no que diz respeito à proteção da expressão de nossa alma. A natureza selvagem sabe que a doçura nessas ocasiões só faz com que o predador sorria. Quando a expressão da alma está sendo ameaçada, não é só aceitável fixar um limite e ser fiel a ele; é imprescindível. Quando a mulher age assim, não poderá haver intromissões na sua vida por muito tempo, pois ela reconhece logo o que está errado e tem condições de empurrar o predador de volta ao seu devido lugar. Ela já não é mais ingênua. Ela já não é mais uma meta ou um alvo. E é esse antídoto mágico que afinal faz com que a chave pare de sangrar." (Estés, 2018, p.90)

Este trecho revela o modo de funcionamento discursivo híbrido que caracteriza a voz narrativa de Clarissa Pinkola Estés. Aqui, a narradora não apenas relata uma sabedoria ancestral associada à figura da "Mulher Selvagem", mas atua discursivamente como analista, conselheira e guardiã simbólica da experiência feminina. Em "não se deve ser boazinha", "é imprescindível" há uma voz que interpreta, instrui, alerta e convoca.

Ademais, o texto revela a maneira como Clarissa conecta o conto à psicanálise, de maneira a tecer reflexões importantes sobre estabelecer limites, reconhecer o "predador interno" e defender a expressão da alma está entrelaçada a imagens simbólicas como "predador", "meta", "antídoto mágico", "chave que sangra", as quais pertencem ao universo mítico do conto "O Barba Azul". Essa articulação reforça o que, no arcabouço teórico de Silviano Santiago, pode ser compreendido como um entre-lugar discursivo, no qual a narradora move-se simultaneamente entre o espaço da tradição oral que transmite ensinamentos por meio de

metáforas e histórias e o espaço analítico, que lê, interpreta e traduz esses textos em categorias psíquicas contemporâneas, além de provocar questionamentos e reflexões às leitoras.

Nesse sentido, o trecho performa uma transmissão de experiência, nos termos de Walter Benjamin, pois o saber que a narração transmite não é abstrato, mas vivido, situado e aplicável. Ao advertir sobre o perigo do “predador interno” e sobre a necessidade de reconhecer sinais, a narradora oferece um conhecimento que não é apenas literário, mas existencial. Ela convoca a leitora a escutar sua intuição (“a chave”), a reconhecer o que ameaça sua integridade psíquica e a agir para libertar-se dos perigos à sua volta.

Deste modo, é possível estabelecer conexões sobre a função discursiva da narração, que é a de produzir um saber transformador, articulando mito e psique, narrativa e análise, tradição e reinvenção. É nesse ponto que a voz narrativa deixa de ser apenas literária e se torna também psicoterapêutica, performando uma intervenção simbólica que visa restaurar a intuição da mulher e interromper a repetição da ingenuidade que torna o “predador” possível e a coloca em perigo.

Conclusão

Ao analisar o conto “O Barba Azul”, na versão recontada por Clarissa Pinkola Estés (2008), bem como suas análises e interpretações pós leitura do conto, à luz das reflexões de Walter Benjamin (1985) e Silviano Santiago (2002) sobre o narrador e a transmissão da experiência, é possível compreender como a figura do narrador assume uma posição singular na construção do discurso. Distante da neutralidade, a narradora se configura como um sujeito performativo, que não apenas narra, mas interpreta, analisa e convoca o leitor a adentrar o campo do autoconhecimento, mergulhando em suas próprias subjetividades por meio de uma leitura ativa, crítica e simbólica.

Nesse movimento, constitui-se a figura de uma enunciativa-analista, isto é, uma voz que emerge na materialidade do texto a partir da articulação entre o recontar do conto e sua leitura, que se constrói por meio de diferentes recursos discursivos e literários, como a alternância entre narrar e comentar, que produz um duplo plano de leitura, o plano mítico da história tradicional e o plano interpretativo que a autora tece logo em seguida; a interpelação direta ao leitor, quando a autora utiliza um “nós”, “você” ou “todas as mulheres”, instaurando uma posição de escuta e aconselhamento; o uso de estruturas de proximidade com as leitoras (“sabemos”, “às vezes temos medo”, “é preciso”, “tende a acontecer conosco”) que lhe conferem autoridade interpretativa sem assumir um tom de superioridade; a metáfora enquanto operador de pensamento, permitindo que os símbolos do conto (a chave, o porão, o predador interno) funcionem como dispositivos de acesso ao inconsciente; a inserção de comentários analíticos que deslocam a narradora do lugar de mera contadora para o de intérprete dos processos psíquicos e o hibridismo discursivo. Assim, a enunciativa-analista se institui não como uma autoridade externa ao conto, mas como alguém que habita o entre-lugar entre o mito e a interpretação, conduzindo o leitor na travessia entre a narrativa simbólica e a elaboração subjetiva. É nesse funcionamento discursivo híbrido que sua voz narrativa ganha potência, pois não apenas explica o conto, mas atua como mediadora de sentidos, convocando o leitor a participar ativamente da construção da experiência.

A proposta de Estés, ao conectar literatura e psicanálise, resgata a função ancestral da narrativa como prática de mediação simbólica da experiência. Em um tempo marcado pela fragmentação e pela desvalorização do saber experiencial, a autora, com sua voz narrativa, interpretativa e analítica (re) constrói uma forma de narrar que se sustenta aos saberes arquetípicos, em estruturas míticas e em símbolos universais, detalhes do texto que ensinam, permitindo à leitura uma possível escuta psíquica que recupera significados ocultos e silenciados.

A narração restaura a possibilidade de transmissão de uma possível experiência transformadora, baseada na sabedoria ancestral e psíquica. Sua voz narrativa posiciona-se com uma voz híbrida, crítica e pós-moderna, que assume a incomunicabilidade da experiência como ponto de partida para construir uma nova relação com o leitor, uma relação baseada na escuta e na multiplicidade dos sentidos.

Desta forma, a versão do conto “O Barba Azul” recontado por Clarissa Pinkola Estés em seu livro *Mulheres que correm com os lobos* (2008), constitui uma narrativa que rompe fronteiras entre discurso literário e psicanalítico. A narradora é, simultaneamente, guardiã de uma tradição e agente de sua reinvenção. Ao lê-la e escutá-la, o leitor é conduzido por uma jornada psíquica que não apenas narra uma história, mas a sente, a interpreta e dela extrai sentidos que tocam subjetividades e memória capaz de estimular o desejo de transformação, ao vivenciar uma leitura que ultrapassa a ficção e costura com sua própria vida.

Em conclusão, podemos refletir e questionar as fronteiras entre os gêneros do discurso, instaurando uma narração que é simultaneamente literária, interpretativa, terapêutica e crítica, visto que a voz da autora assume uma posição de escuta e partilha de experiências que se insere na tradição da narrativa oral, mas desloca-se para um entre-lugar contemporâneo, onde a própria enunciação provoca efeitos no leitor, mobilizando-o de maneira ativa e transformadora. Desse modo, a obra mostra que o narrador tem um papel ativo nas transformações que propõe, e reforça a ideia de que o ato de (re) contar e ouvir histórias pode ser uma forma simbólica de resistência e de reconstrução pessoal.

Referências bibliográficas

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ESTÉS, C. P. **Mulheres que correm com os lobos: mitos e histórias do arquétipo da mulher selvagem.** Tradução de W. Barcellos. 7. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2018.

LEANDRO-FERREIRA, M. C. (org.). **Glossário de termos do discurso: edição ampliada.** Campinas, SP: Pontes, 2020.

ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso.** Campinas, SP: Pontes, 2018.

SANTIAGO, S. **O cosmopolitismo do pobre: crítica literária e crítica cultural.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

SANTIAGO, S. **O narrador pós-moderno.** In: **Nas malhas da letra: ensaios.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 38–52.

SIMONSEN, M. **O conto popular: tradição e permanência.** São Paulo: Paulinas, 2003.

OS BASTIDORES DO RISO: O SUJEITO NEGRO SOB O OLHAR DO HUMOR

Juliane de Souza Miranda⁹⁴

Palco e Sentido

O presente artigo analisa o funcionamento do discurso racista nas falas do humorista Léo Lins a partir dos pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso materialista de Pecheux (1997) e Orlandi (2012). Parte-se da premissa de que o humor, enquanto prática discursiva, não é neutro; ele produz sentidos, convoca memórias e reinscreve posições discursivas marcadas por formações ideológicas que atravessam a sociedade. No caso do humor racializado, observa-se que as piadas operam frequentemente como dispositivos que atualizam e legitimam desigualdades historicamente constituídas, convertendo violência simbólica em efeito cômico e assim mascarando suas consequências reais.

O corpus do estudo é composto por um enunciado proferido por Léo Lins no contexto do *stand-up* comedy: “Negro não consegue arrumar emprego. Mas na época da escravidão já nascia empregado e também achava ruim.” Este enunciado incide sobre um campo semântico sensível, ao articular trabalho, origem e dignidade humana em uma fórmula que naturaliza a condição de exploração. O recorte justifica-se por mostrar como um enunciado aparentemente simples pode ativar um conjunto de saberes e memórias discursivas que produz o sujeito negro como objeto risível.

⁹⁴ Mestranda no Programa de Pós Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas. Graduada em Letras pela Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão. Membro do grupo de pesquisa DISENSEN – UFAL, e Gepad – UPE.

E-mail: Juliane.miranda@delmiro.ufal.br

Este estudo pretende investigar de que modo o humor pode funcionar como espaço de reprodução e legitimação de formações discursivas racistas. Para responder, o artigo organiza-se de modo a compreender a fundamentação teórica, a descrição dos procedimentos metodológicos, a análise discursiva aprofundada do enunciado, mobilizando categorias centrais da Análise de Discurso de linha francesa e considerações finais com implicações práticas, limitações e desdobramentos.

A fundamentação teórica integra aportes centrais da Análise de Discurso de Michel Pêcheux (1997) e de Eni Orlandi (2012), articulados com trabalhos contemporâneos que discutem os efeitos do racismo simbólico no Brasil, como os de Rogério Modesto (2021), Glória França (2018) e Diego Henrique Pereira (2021). Pêcheux (1997) lembra que o discurso não é um transmissor neutro de informação; ele produz efeitos de sentido mediados pela ideologia. O conceito de formação discursiva aponta para regularidades que tornam certos enunciados possíveis e outros impossíveis, e o já-lá, isto é, o conjunto de pré-construídos discursivos, molda a recepção e a circulação das falas. Orlandi (2012) amplia esse quadro ao enfatizar as condições de produção: quem fala, a que lugar de fala pertence, a quem se dirige e que memória discursiva ativa. Para Orlandi (2012), a memória discursiva funciona como infraestrutura interpretativa que condiciona o que se pode dizer e como se pode dizer.

Os estudos de Diego Henrique Pereira (2021) transpondo a discussão para o campo do humor mostram como práticas cômicas podem revestir de comicidade memórias coloniais e racistas, destacando o papel do riso como mecanismo de neutralização da violência e de normalização de hierarquias raciais. Rogério Modesto (2021) contribui com a ideia de que discursos racializados produzem e regulam identidades, moldando posições-sujeito. Glória França (2018) ajuda a pensar o enquadre colonial do olhar e da linguagem que transforma o corpo negro em objeto de avaliação, caricatura e vergonha.

A articulação desses aportes permite tratar o humor como prática discursiva que articula condições de produção, memória discursiva, formação ideológica e formação discursiva e que, por meio desses vínculos, produz efeitos sobre posições-sujeito. Tais contribuições permitem descrever o enunciado como resultado de formações discursivas e de condições de produção historicamente determinadas.

O procedimento inclui a identificação das condições de produção (palco, dispositivo cultural do stand-up, público, economia do entretenimento), a recuperação do já-lá e do interdiscurso mobilizados pelo enunciado, a leitura da materialidade linguística do trecho e a articulação dessas leituras com o fenômeno social em análise. Em consonância com Pêcheux (1998) e Orlandi (2012), não se pretende explicar o comportamento individual do comediante, mas as regularidades discursivas que viabilizam a circulação e aceitação do enunciado. A análise leva em conta, ainda, a dimensão polifônica da enunciação, isto é, as vozes incorporadas no enunciado, e seus efeitos de verdade e de naturalização.

O riso como dispositivo ideológico

O riso, no funcionamento discursivo do humor stand-up, atua como um dispositivo ideológico que organiza posições-sujeito, estabiliza sentidos e legitima a reprodução de desigualdades (Pêcheux, 1975; Orlandi, 2012; Pereira, 2021). Quando se aprofunda sua análise a partir das categorias centrais da Análise de Discurso de linha francesa, percebe-se que o riso não é apenas uma reação afetiva ou estética; ele é um operador discursivo que circula memórias, produz efeitos de verdade e institui regularidades interpretativas (Pêcheux, 1983; Oliveira, 2018).

Em primeiro lugar, o riso participa das condições de produção do enunciado: o palco, o estatuto do comediante, a composição social da plateia, o formato performático do stand-up

e as expectativas institucionais sobre o que é humor constituem um campo de forças que favorece certas enunciações. Nessa cena, a reivindicação de espontaneidade e de direito à transgressão funciona como dispositivo de legitimação que abre uma janela de permissividade discursiva, mas essa abertura nunca é neutra; ela é atravessada por posições sociais e históricas que tornam possível que certos sujeitos (frequentemente pertencentes à branquidade ou a classes sociais privilegiadas) ocupem a posição de quem pode enunciar e rir sobre o outro (Orlandi, 1999; Pereira, 2021).

Em segundo lugar, o riso tem função indexical: ele sinaliza adesão interpretativa. Rir diante de uma piada que mobiliza a escravidão é um ato que confirma um modo pré-existente de leitura do mundo, uma filiação à memória discursiva que naturaliza a vinculação do corpo negro ao trabalho forçado e à servidão (Pêcheux, 1975/1997; Oliveira, 2020). Essa adesão não se dá apenas por concordância explícita, mas por um trabalho de reconhecimento automático entre enunciado e já-lá, isto é, entre o que é dito e o repertório de sentidos sedimentados na cultura. O riso, portanto, atua como selo de recepção, transformando aquilo que poderia ser problematizado em algo que carece de questionamento. Em termos pecheutianos, o riso contribui para a produção de efeitos de evidência: o enunciado encena uma aparente transparência, uma evidência que oculta as mediações ideológicas e históricas que o tornam possível (Pêcheux, 1975; Orlandi, 2012).

Além disso, o riso funciona como mecanismo de deslocamento e despolitização. Ao converter uma violência histórica em entretenimento, a piada move o foco do debate da esfera das relações sociais e das responsabilidades institucionais para a esfera da sensibilidade individual. Aquilo que poderia ser lido como uma injúria ou como rememoração de um crime contra a humanidade é re-encaixado como problema de interpretação pessoal: se alguém se ofende, é porque tem sensibilidade exagerada. Essa estratégia discursiva opera como imunização do enunciador, pois desloca a crítica para a esfera do julgamento

moral do receptor e não para a materialidade histórica do enunciado (Pereira, 2021; Oliveira, 2018). A naturalização do riso diante da escravidão instaura, assim, uma economia narrativa que preserva o estatuto social de quem ri e protege o campo simbólico que sustenta a dominação (Orlandi, 1999).

A relação entre riso e formação discursiva mostra que o humor racializado se insere numa formação discursiva ampla que articula estigmas, estereótipos e justificativas históricas para a exploração. Nessa formação, existe uma economia semântica que reduz o sujeito negro a traços repetidos e previsíveis como preguiça, falta de ambição, aptidão natural para trabalhos manuais que transforma essas pessoas em material cômico recorrente. A repetição desses enunciados cria regularidades discursivas que passam a operar como verdadeiros "modelos" de interpretação social (Pêcheux, 1983). O riso, provocado por atos de repetição e circulação, acaba por sedimentar essas regularidades, tornando-as menos passíveis de contestação porque parecem parte do senso comum (Orlandi, 2012).

No que concerne à posição-sujeito, o riso delimita quem pode falar e quem será falado. Ao rir da piada que naturaliza a escravidão, a plateia participa da construção de um sujeito negro que não é sujeito enunciadador, mas objeto enunciado. Essa operação tem consequências profundas para a subjetivação: negar ao grupo racializado a capacidade de falar sobre si mesmo e relegá-lo à condição de motivo de riso equivale a silenciar suas narrativas, a retirar-lhe autoridade interpretativa sobre sua própria história e experiência. Do ponto de vista epistemológico, o riso assim contribui para a manutenção da assimetria epistêmica que coloca a experiência branca como ponto de vista hegemônico, neutro e universal (Pereira, 2021; Oliveira, 2020).

A dimensão interdiscursiva do riso também merece ser ressaltada. A piada não circula isoladamente; ela convoca e é convocada por um conjunto de discursos transversais, discursos sobre meritocracia, sobre liberdade de expressão, sobre humor sem limites e sobre a figura do sujeito que "não sabe brincar".

Esses discursos convergem para produzir uma legitimação cruzada: o discurso da liberdade de expressão justifica a piada; o discurso da meritocracia naturaliza desigualdades; o discurso sobre suposta "sensibilidade excessiva" neutraliza críticas (Orlandi, 1999; Pêcheux, 1983). O riso, portanto, é tecido numa malha discursiva que sustenta sua circulação e reduz a possibilidade de intervenção crítica.

Do ponto de vista da memória discursiva, o riso revela a vitalidade de formas passadas de representação. A reutilização de imagens e enunciados relativos à escravidão no contexto contemporâneo mostra como a memória social não foi superada, mas reativada e reformulada em novos suportes. Em vez de operar como memória crítica, que poderia promover reconhecimento e reparação, essa memória discursiva é instrumentalizada para produzir humor, apagando o sofrimento e a dimensão política do passado (Pêcheux, 1975/1997; Orlandi, 2012). O riso funciona, assim, como agente de amnésia parcial: ele consente que fragmentos traumáticos sejam transformados em anedotas, reduzindo a carga ética e política do reconhecimento.

Por fim, a repetição do riso em circuitos midiáticos e culturais amplia seus efeitos institucionais. Quando piadas desse tipo circulam em grande escala, replicadas em plataformas de streaming, redes sociais e imprensa, o riso deixa de ser um acontecimento situacional e passa a integrar práticas sociais mais amplas, reforçando repertórios de sentido que sustentam práticas discriminatórias cotidianas, como racismo no trabalho, em instituições educacionais e em políticas públicas (Oliveira, 2018; Pereira, 2021). Assim, o riso não apenas reflete ideologia; ele atua ativamente na sua reprodução material.

Em síntese, o riso enquanto dispositivo ideológico articula condições de produção, memória discursiva, formação discursiva e posições-sujeito para produzir efeitos que vão muito além do mero entretenimento. Ele participa da estabilização de sentidos naturalizantes, da despolitização de violências históricas, do silenciamento epistemológico de grupos subordinados e da

reprodução institucional do racismo (Pêcheux, 1983; Orlandi, 2012). Entender o riso sob essa ótica permite, a partir de intervenções nas condições de produção e na reconfiguração de memórias discursivas, pensar estratégias de resistência discursiva que transformem o solo interpretativo e possibilitem outras formas de enunciação e recepção (Pereira, 2021; Oliveira, 2020).

Nos bastidores do riso: análise discursiva

A análise do enunciado exige tratá-lo como efeito discursivo situado histórica, social e ideologicamente, e não como produto da intenção individual isolada (Pêcheux, 1975; Orlandi, 1999). O funcionamento do enunciado só se compreende quando articulado às condições de produção que o tornam possível: o palco do stand-up estabelece um espaço institucionalizado em que a transgressão é esperada, a liberdade de expressão é invocada como proteção discursiva e a expectativa de riso organiza o modo como os sentidos circulam (Pereira, 2021; Oliveira, 2018). O enunciador fala investido de um ethos humorístico legitimado pelo dispositivo cultural, e o interlocutor, que se materializa na plateia e nos circuitos de recepção digital, é convocado a ocupar a posição daquele que deve rir para que o espetáculo se cumpra (Orlandi, 2012). Esse cenário produz um enquadre interpretativo particular: o humor funciona como condição de produção que flexibiliza limites éticos, ao mesmo tempo em que reforça limites ideológicos.

Nesse quadro, o já-lá é fundamental. O enunciado de Léo Lins só produz efeito de sentido porque convoca uma memória discursiva longa, marcada por representações que associam o corpo negro a trabalho compulsório, subalternidade e servidão (Pêcheux, 1997; Oliveira, 2020). Essa memória está sedimentada em discursos escolares, midiáticos, literários e institucionais, compondo formações discursivas que naturalizam a violência histórica e sua permanência no presente (Orlandi, 1999). Quando o enunciador diz que “na época da escravidão já nascia

empregado”, mobiliza um pré-construído que apresenta a escravidão não como trauma, mas como destino (Pereira, 2021). É a memória discursiva que permite que essa formulação apareça à plateia como inteligível e potencialmente cômica. A ideologia opera silenciosamente para transformar violência em algo reconhecível, encaixável, repetível (Pêcheux, 1975/1997).

A operação linguístico-discursiva do enunciado, ao contrapor o “não consegue arrumar emprego” ao “já nascia empregado”, reorganiza temporalidades, encurtando a distância entre passado e presente. A escravidão é resignificada como referência de comparação e como ponto de estabilidade discursiva, o que produz um efeito de naturalização do vínculo estrutural entre negritude e trabalho servil. Pêcheux (1997) explicaria essa operação como um mecanismo de evidência ideológica: a linguagem opera de tal forma que sentidos socialmente produzidos aparecem como naturais, universais, transparentes. O enunciado constrói a aparência de que está apenas descrevendo uma realidade, quando na verdade está reativando sentidos ideológicos e reproduzindo assimetrias raciais (Orlandi, 2012; Oliveira, 2018).

No interior da formação discursiva do humor racializado, a piada não é um acontecimento isolado, mas repetição de um padrão. Há uma regularidade discursiva que sustenta a possibilidade de rir do negro, de rir da escravidão, de rir de desigualdades estruturais (Pereira, 2021). Essa formação discursiva estabelece quais sentidos são autorizados a entrar na cena humorística e quais permanecem interditados (Orlandi, 1999). Fala-se sobre o negro, mas quase nunca a partir do negro; fala-se sobre a escravidão como caricatura, e raramente como denúncia. É nesse ponto que a categoria posição-sujeito se torna crucial: o enunciado produz o sujeito negro como objeto de discurso, como figura sobre a qual se fala, e não como sujeito capaz de enunciar (Pêcheux, 1983). A posição-sujeito do comediante é a da autoridade interpretativa, e a do público é a de coautoria do riso, que funciona como mecanismo de validação

(Pereira, 2021). O sujeito negro é interpelado a ocupar a posição daquele que deve suportar ser o alvo do riso, e não o agente de sua própria representação.

O interdiscurso mobilizado amplia ainda mais a rede de sentidos que sustenta o enunciado. Entram em jogo discursos sobre liberdade de expressão, que frequentemente são acionados para impedir a crítica; discursos sobre meritocracia, que atravessam a ideia de que a população negra “não consegue emprego” por falha individual; discursos conservadores que tratam escravidão como passado resolvido; discursos midiáticos que reforçam estereótipos (Oliveira, 2020; Orlandi, 2012). Esses fios discursivos se entrelaçam para produzir uma blindagem ideológica: ao dizer que “é só uma piada”, aciona-se um mecanismo de destituição política, que desloca o debate para a sensibilidade individual da pessoa ofendida e neutraliza qualquer questionamento estrutural. Do ponto de vista Pecheuxiano (1997), isso é uma estratégia de apagamento da determinação ideológica da linguagem.

Outro ponto essencial é o efeito de verdade produzido pelo enunciado. A piada opera como se estivesse descrevendo uma realidade óbvia, como se a relação entre população negra e trabalho compulsório fosse um dado histórico incontestável e como se o desdobramento contemporâneo dessa relação fosse natural (Pereira, 2021). Esse efeito de verdade mascara as relações de força que produziram e ainda produzem desigualdade racial (Pêcheux, 1975). Mais do que apenas enunciar um conteúdo racista, a piada reitera uma estrutura de pensamento que legitima hierarquias. O riso reforça essa legitimação: rir da piada equivale a consentir com o efeito de verdade que ela produz (Orlandi, 1999).

A dimensão de silenciamento emerge como um dos efeitos mais violentos do enunciado. Ao transformar em humor uma memória histórica traumática, a piada impede a emergência de enunciados produzidos a partir da experiência negra (Oliveira, 2018). A dor, o sofrimento e a resistência presentes nessa história são apagados, substituídos por uma caricatura que despolitiza o

passado e, conseqüentemente, inviabiliza sua reparação no presente (Pereira, 2021). O humor, neste caso, funciona como anestesia discursiva: ele desativa o potencial crítico que a memória poderia carregar (Pêcheux, 1997).

As condições de produção também são atravessadas pela economia política do humor. O circuito do stand-up, articulado a plataformas digitais e a algoritmos de engajamento, favorece conteúdos de choque, que geram repercussão rápida e intensa (Oliveira, 2020). A polêmica se torna capitalizável, porque amplia audiências, gera cliques, cria viralizações. Isso significa que a própria lógica econômica do setor constitui uma condição de produção que estimula a circulação de piadas que transgridem limites éticos, especialmente quando essa transgressão se apoia em grupos já vulnerabilizados (PEREIRA, 2021). A produção de humor racista, portanto, não é apenas ideológica, mas também rentável dentro desse modelo (Orlandi, 2012).

Finalmente, a leitura articulada pelas categorias da análise de discurso aponta para a necessidade de intervenção no próprio solo discursivo que autoriza essas enunciações. A mudança não se faz apenas no nível da individualidade do comediante, mas no nível das condições de produção: políticas culturais, formação crítica do público, inclusão de sujeitos negros como produtores de humor e narrativas, revisão de currículos escolares que ainda naturalizam estereótipos e reconstrução das memórias discursivas por meio de outras representações (Oliveira, 2018; Pereira, 2021). A transformação do cenário discursivo exige deslocar posições-sujeito, redistribuir lugares de fala e criar fissuras na formação discursiva hegemônica que sustenta o humor racializado (Pêcheux, 1983; Orlandi, 2012). O enunciado analisado, portanto, não apenas revela, mas confirma a urgência dessa disputa simbólica.

Conclusões e desdobramentos: considerações finais

A análise realizada demonstra com clareza que o humor de Léo Lins, no enunciado analisado, não é um episódio isolado de insensibilidade. Ele atualiza uma formação discursiva racista alicerçada em memórias coloniais e em uma ideologia que naturaliza desigualdades. Converter a escravidão em anedota equivale a neutralizar a responsabilidade histórica, a vetar vozes que narram sofrimento e a consolidar uma normalidade que protege privilégios. O riso, por sua vez, funciona como dispositivo ideológico que opera efeitos de naturalização e de silenciamento.

As implicações do estudo atravessam diversos campos. No campo acadêmico, reforça-se a utilidade da Análise de Discurso de linha francesa para a leitura de fenômenos culturais como o humor. Categorias como condições de produção, memória discursiva, formação ideológica, formação discursiva, posição-sujeito, interdiscurso, já-lá, enunciador e enunciatário, efeitos de verdade e mecanismos de naturalização mostraram-se ferramentas analíticas precisas para descrever a materialidade do dizer e seus efeitos sociais. Essas categorias permitem mapear como, por meio de enunciados breves, se reinstalam ordenamentos de poder culturalmente legitimados.

No plano prático, são necessárias ações articuladas. Espaços de comédia, produtoras e plataformas devem instituir práticas de responsabilização que considerem o impacto social dos enunciados. Sugere-se a implementação de formações regulares em questões raciais para profissionais do humor, a criação de códigos de conduta para eventos e a promoção ativa de curadorias que priorizem diversidade de vozes. Além disso, políticas culturais que financiem projetos de comédia produzidos por artistas negros e por coletivos críticos podem deslocar o palco simbólico que hoje favorece a repetição de estereótipos.

Em termos pedagógicos, transformar memórias discursivas exige intervenções na escola, nos meios de comunicação e nas produções culturais. Projetos educativos que trabalhem a história

da escravidão em suas dimensões sociais, políticas e humanas, e que problematizem estereótipos, são essenciais para desconstruir o já-lá que legitima piadas racistas. A mídia tem papel central: programações e formatos que ampliem narrativas diversas e que questionem representações hegemônicas contribuem para reconfigurar a memória coletiva.

Do ponto de vista ético e político, é fundamental sublinhar que problematizar o humor não equivale a advogar pela censura indiscriminada. Trata-se de chamar atenção para efeitos reais da linguagem e para a necessidade de responsabilidade social. A crítica ao enunciado aqui não pretende tolher a criatividade, mas pede que se reconheça o poder da linguagem e que se responsabilize quem produz sentidos que ferem grupos historicamente vulnerabilizados.

Finalmente, para transformar o solo discursivo que torna possíveis piadas dessa espécie, é necessário um trabalho coletivo e interinstitucional. Universidades podem produzir conhecimento crítico e oferecer formação; espaços culturais podem promover curadorias responsáveis; plataformas podem ajustar políticas de moderação que levem em conta violência simbólica; e o poder público pode fomentar políticas culturais que ampliem a presença de vozes negras. A mobilização dessas esferas pode contribuir para que o riso deixe de ser mecanismo de apagamento e passe a ser instrumento de crítica, empatia e transformação social.

Em suma, este artigo defende que o riso pode ferir e pode libertar. Ele pode reiterar hierarquias ou desestabilizá-las. Cabe aos agentes culturais, formativos e políticos pensar e atuar para que o riso seja um espaço de invenção de novos sentidos, de solidariedade e de justiça, e não um aparelho de reprodução de violências históricas.

Referências bibliográficas

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

FRANÇA, G. da R. A. **Gênero, raça e colonização: a brasilidade no olhar do discurso turístico no Brasil e na França**. 2018. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

HARTMAN, S. **Perder a mãe: uma jornada pela rota atlântica da escravidão**. Tradução de J. L. P. da Costa. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

MODESTO, R. **Os discursos racializados**. *Revista da ABRALIN*, v. 20, n. 2, p. 1–19, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.25189/rabralin.v20i2.1851>. Acesso em: 2 nov. 2025.

OLIVEIRA, A. S. de. **A causa daquilo que gargalha: humor e discurso**. 2018. 101 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

ORLANDI, E. P. **Segmentar ou recortar**. In: *Série Estudos*, n. 10. Uberaba: FIU, 1984.

ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento**. São Paulo: Pontes, 1987. p. 14.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

PÊCHEUX, M. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, M. **A análise automática do discurso (AAD-69)** [1969]. In: GADET, F.; HAK, T. (org.). **Por uma análise**

automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Tradução de E. P. Orlandi et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1988 [1975].

PEREIRA, D. H. **O sorriso como discurso: mobilizações teórico-analíticas na perspectiva do gesto e o sentido.** Reunir, 2021.

YOUTUBE COMO ARENA DISCURSIVA: UMA ANÁLISE DIALÓGICA DA ARGUMENTAÇÃO

Sara Cerqueira⁹⁵

Lucas Nascimento⁹⁶

O processo legislativo brasileiro deve ocorrer de forma democrática, por meio de debates e votações realizados pelos representantes da população. Contudo, atualmente, a democracia enfrenta desafios, principalmente devido à crescente polarização, o que impacta a tramitação de projetos de lei que abordam temas controversos. Esses projetos, ao tratarem de questões que geram divergências de opinião, seguem pelas assembleias legislativas sob um clima de polêmica. Muitas vezes, enfrentam resistência baseada em valores religiosos, divergências políticas e outros fatores que retardam sua aprovação. Um exemplo disso é a criminalização de atos de preconceito relacionados à orientação sexual ou identidade de gênero.

Diversos projetos de lei tentaram criminalizar a homofobia e a transfobia, mas muitos enfrentaram resistência no Congresso Nacional. Uma das iniciativas foi o PL 122/2006 (Ex-PL 5003/2001), proposto pela então deputada Iara Bernardi. Apesar de sua importância, o projeto ficou paralisado por quase duas décadas, sem aprovação, sendo arquivado, por fim, em 2015. Além desse, outras propostas legislativas foram apresentadas ao longo dos anos, abordando temas como a criação de estatutos de direitos da população LGBTQIA+, o agravamento de penas em crimes motivados por homofobia e políticas públicas de combate

⁹⁵Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). E-mail: sfcerqueira4@gmail.com

⁹⁶Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). E-mail: mlucasnascimento@gmail.com

à discriminação. No entanto, nenhuma dessas iniciativas foi aprovada em definitivo pelo Congresso.

Esses casos ilustram a polarização do tema em um país com histórico alarmante de violência e discriminação contra a população LGBTQIA+, marcado por altos índices de agressões e homicídios. Embora o Brasil tenha registrado, em 2023, a menor taxa de homicídios em 11 anos, segundo os dados do Atlas da Violência 2025, a violência de gênero segue em ascensão. De 2022 para 2023, os casos de violência contra homossexuais e bissexuais registrados no sistema de saúde aumentaram 35%, enquanto os casos de violência contra pessoas trans e travestis cresceram 43%.

Esse cenário evidencia que, apesar da redução dos homicídios violentos, a violência de gênero é um problema específico e persistente, exigindo atenção e políticas públicas direcionadas. Por isso, o Supremo Tribunal Federal (STF), diante dessa omissão legislativa, foi acionado e, em 2019, decidiu equiparar a homofobia e a transfobia aos crimes previstos na Lei do Racismo, decisão que permanece válida até que o Legislativo aprove uma legislação específica sobre o tema. Essa decisão gerou intensos debates, especialmente na internet.

Diante dos conflitos existentes em relação à liberdade religiosa e à conquista dos direitos dos homossexuais, especialmente no que diz respeito à polêmica da criminalização, é fundamental estudar a natureza dos conflitos de valores e opiniões. Nascimento afirma que “a lei é um resultado de um processo dialógico e, por vezes, polêmico, cujo produto nem sempre é fruto de um acordo, mas de uma vitória de um grupo sobre outro” (2019, p.7).

Portanto, estudar essa polêmica é essencial para compreender o cenário político brasileiro no que se refere à convivência democrática em um contexto de divergências. Dessa forma, a análise se concentrará no ambiente público digital, tendo como *corpus* comentários de um vídeo no YouTube referente à decisão do STF.

Nesse contexto, conforme apontado por Valle (2022), o YouTube se insere nas mídias da web 2.0, que se caracterizam pela possibilidade de os usuários criarem e compartilharem seus próprios conteúdos. Este ambiente se torna um espaço fundamental para discussões sobre a polarização política e social, e até mesmo religiosa, permitindo que diferentes vozes se manifestem.

De fato, a internet tornou-se uma ferramenta essencial para a disseminação de informações, desempenhando um papel central na formação de opiniões. O YouTube, em particular, facilita o acesso a vídeos sem a necessidade de criar uma conta, ampliando ainda mais o alcance das informações. Assim, é evidente a formação de narrativas divergentes em relação à decisão do STF, como também características da polêmica, já que o vídeo foi postado durante a época do ápice do evento polêmico.

Análise dialógica da argumentação

Para trabalharmos com o nosso *corpus*, utilizaremos a Análise Dialógica da Argumentação, um encontro epistemológico, promovido por Nascimento (2018a), do dialogismo de Bakhtin (2010, 2011, 2013) e a Nova Retórica de Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005). Sendo assim, faremos uma breve apresentação do caminho teórico que despertou a ADA. Essa teoria surgiu da tese de doutorado de Lucas Nascimento, defendida no ano de 2018, sob o título Análise dialógica da argumentação: a polêmica entre afetivossexuais reformistas e cristãos tradicionalistas no espaço público (Nascimento, 2018a).

Nessa perspectiva, a polêmica, é entendida como um fenômeno caracterizado pelo conflito, ou seja, um profundo desentendimento entre os campos em disputa, que se manifesta “[...] argumentativamente, sobretudo pela polarização, cujas características particulares se delineiam no processo argumentativo concreto” (Nascimento, 2018a, p.24). Como explicado por Nascimento (2018a), a questão gera uma profunda

polarização, acionando valores e visões de mundo conflitantes, o que resulta em dois campos discursivos opostos.

Uma das concepções de relevância para essa perspectiva está presente no trabalho de Bakhtin (2010), que introduz a noção de ato ético ao abordar a cisão entre o domínio cotidiano, prático e concreto (mundo da vida) e o domínio das ideias, teorias e conceitos abstratos (mundo teórico). Ao enfatizar que essa divisão resulta na incompletude do ato e na negligência em relação à realidade vivida, Bakhtin (2010) nos conduz, então, à compreensão de que a unidade do ato compreende uma relação dialética entre os dois mundos.

Dessa forma, tanto o concreto quanto o abstrato não podem ser tomados como o todo, pois são apenas momentos distintos do ato, assim para considerar o ato completo é preciso superar essa divisão. O ato transcende a mera ação, já que é uma resposta responsiva e ética, fazendo com que o sujeito seja simultaneamente responsável por suas ações e sensível às interações com os outros. Essa dinâmica é crucial para o que Bakhtin (2011 e 2013) caracteriza como relações dialógicas, as quais são constituídas por atos concretos, denominados enunciados, que representam a unidade na comunicação discursiva.

O enunciado, conforme destacado por Sobral e Giacomelli (2016), é uma resposta ou réplica a outros enunciados, independentemente de terem sido proferidos ou não. Nesse sentido, o indivíduo incorpora expressões de outros, muitas vezes sem plena consciência desse processo. Dessa forma, o sentido dos enunciados é construído pela relação do sujeito com seu outro no contexto temporal e espacial, sendo que “essa atualização de sentido se dá sempre em um gênero discursivo” (Lopes; Nascimento, 2022, p.171).

Também é importante salientar a contribuição do dialogismo polêmico, desenvolvido por Bakhtin (2013) para o estudo da polêmica, caracterizada como um desacordo profundo

de valores em um dado espaço (Nascimento, 2018a). Assim, a polêmica numa visada dialógica e argumentativa enfatiza o confronto entre valores, ressaltando que esse embate “pressupõe a reação a um valor amado que está ameaçado por um valor contrário, porquanto por um valor que se odeia por ameaçar o que se ama” (Nascimento, 2019, p. 167). Em resumo, sugere que o ato de polemizar emerge da defesa e proteção de valores estimados, enquanto simultaneamente confronta e rejeita valores considerados ameaçadores.

A Nova Retórica de Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005) trata a linguagem como pano de fundo onde é possível diferenciar a argumentação, como seu objeto primário, tratada pela nova retórica como uma ação que atuará por meios discursivos sobre os ouvintes. Não é possível encontrar uma concepção de linguagem na Nova Retórica, porém, a partir das noções que tratam a argumentação, afirma-se que existe uma concepção dialógica da linguagem, mesmo que não explicitada. (Leitão apud Nascimento, 2018b, p. 162).

O sujeito-orador, também chamado de sujeito argumentante, “[...] não se constitui a priori, mas ante o seu auditório, para o qual direcionará sua argumentação, de maneira que este também se constitui diante daquele” (Nascimento, 2018b, p.162). Dessa maneira, o sujeito argumentante é constituído pelas relações com o seu auditório em forma de diálogo, um depende do outro para existir uma relação constitutiva. Assim, a argumentação é o ato do sujeito-orador que vai em direção ao sujeito-auditório.

A análise dialógica da argumentação propõe quatro noções a serem trabalhadas durante a análise: polêmica; evento polêmico; atos polêmicos e microatos polêmicos. A noção principal é de que a polêmica é um desacordo profundo que se manifesta argumentativamente por meio da polarização, cujas características particulares delineiam-se no processo argumentativo concreto. Por evento polêmico, pode-se compreender como:

Encontro de posicionamentos polêmicos, fundantes de dois campos discursivos antagônicos, responsáveis por atualizar entidades de outras polêmicas, ao disputarem os sentidos de um mesmo objeto do discurso em um dado cronotopo (Nascimento, 2018a, p. 204).

Assim, o evento polêmico é constituído pela antagonia de posicionamentos polêmicos dentro de um determinado espaço, onde há atualização de outras polêmicas dentro dos seus campos de discursos. Nascimento (2018a) afirma que há três características que devem ser observadas dentro de um evento polêmico: encontro de dois posicionamentos contrários; uma divergência no que se diz respeito aos valores e posicionamentos hierarquizados dentro de cada campo discursivo; e uma atualização gerada por outras polêmicas, ou seja, uma polêmica traz elementos e discursos contidos em outras polêmicas já ocorridas em um dado espaço público.

Todo evento polêmico gera atos polêmicos, visto que, são através desses atos que há a análise singular e minuciosa da polêmica. Desse modo, compreender como discursivamente os dissensos se constituem no espaço público pode ser feito analisando os atos polêmicos, os quais podem ser “os acordos, os argumentos e os posicionamentos mobilizados no processo argumentativo, imantados pelo evento polêmico” (Nascimento, 2018a, p. 209).

Ao considerar que um ato polêmico se constitui por uma série de microatos polêmicos, é pertinente observar que o microato polêmico refere-se a uma unidade discursiva reduzida, o qual pode ser “uma palavra, uma expressão valorada, ou energizada por uma polêmica” (Nascimento, 2018a, p. 211), cujo sentido assumido depende da posição do sujeito nos campos discursivos em disputa no seio do evento polêmico.

Dado que os cidadãos e os diferentes grupos que integram a sociedade brasileira têm opiniões e interesses diversos, o que é natural, a polarização gera intolerância entre os indivíduos, fortalece bolhas sociais e favorece o convívio com pessoas que compartilham pensamentos semelhantes. Consequentemente:

Todos evocam a interpretação de seus direitos como garantia fundamental, seja o direito à igualdade, à liberdade de expressão ou à liberdade religiosa, e alegam que essas garantias estão sendo ameaçadas pelos posicionamentos dos adversários, assim os direitos entram em conflito. E esse foi justamente o evento polêmico em torno do PL da Homofobia (Nascimento, 2019, p.8). Dessa forma, o PL 672 mostra-se bastante polêmico, pois os argumentos contrários são mobilizados em defesa de uma moral cristã, que não representa toda a população brasileira, dessa forma:

As discussões públicas sobre o tema se converteram mais em um diálogo de surdos, em um “nós contra eles” e em um tribalismo político do que em uma deliberação democrática em favor do bem comum. [...] a pergunta honesta feita por muitas pessoas sensíveis é: por que tanta dificuldade em criminalizar a violência contra um grupo vulnerável? (Nascimento, 2019, p.7).

Essa resistência à criminalização não apenas reflete divisões sociais, mas também questiona a eficácia do sistema democrático em proteger os direitos de todos os cidadãos, especialmente os mais vulneráveis. Portanto, a reflexão proposta por Nascimento nos convida a repensar a qualidade do debate público e a necessidade de promover uma verdadeira deliberação democrática que priorize o bem comum e a justiça social. É fundamental buscar formas de diálogo que transcendam a polarização e incentivem a inclusão, a compreensão mútua e a proteção dos direitos humanos.

Face ao exposto, torna-se necessário compreender os conceitos relacionados ao funcionamento do corpus nativo digital, que, neste caso, corresponde aos comentários do recorte de vídeo que noticia a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em duas votações ocorridas naquele dia. Em uma delas, o STF decidiu que os atos de violência contra pessoas LGBTQIA+ devem ser enquadrados nos tipos penais que definem os crimes de racismo. Na outra, a Corte impediu que o Presidente da República extinguisse Conselhos Federais criados por lei. Importa ressaltar que o evento polêmico discutido neste trabalho refere-se à criminalização da homofobia e da transfobia.

Logo, por se situar no ambiente digital, torna-se pertinente compreender o conceito de espaço público digital, uma vez que ele se constitui em meios digitais e apresenta dinâmicas distintas daquelas que caracterizam o espaço público físico. Assim, quando aqui nos referimos ao espaço público, entendemos:

[...] como um lugar de interação discursiva, em que é possível analisar a produção, a circulação e a recepção de discursos em que os sujeitos online buscam participar, de algum modo, da vida pública, e mais especificamente política.” (Seixas; Nascimento, 2021, p. 2402).

Assim, ao analisarmos o evento polêmico em questão, é possível observar e compreender a existência de dois campos discursivos antagônicos. O primeiro campo está associado a valores conservadores, de caráter mais tradicional; o segundo, por sua vez, vincula-se aos valores defendidos pela comunidade LGBTQIA+ e por seus apoiadores. Desse modo, propomos analisar os valores e posicionamentos que estruturam esses dois campos discursivos, os quais emergem por meio do nosso objeto de estudo.

O Evento Polêmico

Desde o início do século XIX, diversos discursos e conceituações têm sido formulados sobre gênero, sexo e sexualidade. Naquela época, a vivência da sexualidade era fortemente reprimida, restrita ao casamento entre casais heterossexuais e cisgêneros, com o objetivo principal de gerar herdeiros. É importante destacar, no entanto, que experiências homoeróticas e questionamentos sobre os papéis de gênero já existiam há muito tempo, embora seu registro histórico enfrente grandes obstáculos.

A cerca dessas dificuldades, podemos elencar primariamente o fato de que começou-se agrupar eventos e personagens apenas na modernidade. Esse agrupamento é visto por Quinalha como “um ‘inventário em negativo’ composto por ausências, lacunas e silenciamentos” (2022, p.17), pois há um desafio muito grande em reunir os acontecimentos e significados em torno pois são tomados de estigmas e violências que acabaram inviabilizando e/ou apagando.

Para compreendermos o campo dos estudos de gênero e sexualidade é preciso estar ciente da sua organização. Esse campo verte a partir de duas compreensões sobre a origem e a explicação das identidades LGBTQIA+: o essencialismo e o construcionismo (Quinalha, 2022). É importante salientar que ambas as compreensões mobilizam argumentos em diferentes campos discursivos, bem como mobilizam conhecimentos de diversas áreas com o intuito de sustentar diferentes narrativas sobre a constituição da comunidade LGBTQIA+.

Partindo desse pressuposto, de um lado nós temos o essencialismo, corrente na qual postula que as identidades e comportamento são inatos dos corpos. Sendo assim, gênero e sexualidade seriam categorias fixadas, ou seja, partiriam do pressuposto de que gênero seria sempre binário e não variável, dividindo a sociedade entre homem e mulher a partir de conceitos

biológicos. A sexualidade segue a mesma lógica: categoria fixa ditada a partir do nascimento e invariável ao longo da vida.

É preciso citar que a corrente essencialista ofereceu diversas contribuições que foram de grande importância para a comunidade LGBTQIA+, como a compreensão de traços das experiências homoeróticas ao longo da história e a construção do passado dos sujeitos pertencentes a essa comunidade com base em diversos contextos e temporalidades. Contudo, essa visão perdeu espaço e potência a partir das últimas décadas do século XX.

O construcionismo surgiu como uma maneira de captar aspectos que o essencialismo não contemplava. Sendo assim, a partir do final do século XX, surgiu uma inclinação para captar as mudanças e deslocamentos ao longo da história, se atentando para contextos singulares correspondentes a cada tempo e espaço. Segundo Quinalha (2022, p. 30), ao falar de construcionismo estamos dizendo que “[...] não há nada invariável ou perene, tudo é fruto de um processo de construção histórica e cultural.” Sendo assim, essa corrente traz a visão de que os sujeitos são feitos de atravessamentos os quais ele interage, dessa maneira, os conceitos biológicos não seriam ponto de partida e nem definição para o gênero e a sexualidade dos indivíduos.

Dessa forma, o essencialismo e o construcionismo conduzem diversos debates e polêmicas no contexto atual, principalmente no campo político-social. O evento polêmico em torno da decisão do STF em equiparar homofobia e transfobia a crimes previstos na legislação penal, objeto do nosso estudo, é uma das polêmicas que são conduzidas por essas correntes. Os sujeitos pertencentes a campos antagônicos diferentes lançam mão dessas correntes para construir os seus argumentos perante a esse evento, dessa forma, há a mobilização não somente dessas correntes, mas também de outros argumentos que possam a ser atrelados a elas, como por exemplo o discurso religioso.

Após apresentar as abordagens essencialista e construcionista, é possível compreender que tais correntes não permanecem apenas no campo teórico: elas também se refletem em debates concretos na esfera público-política. A decisão do STF de equiparar homofobia e transfobia a crimes previstos na legislação penal constitui um exemplo de evento polêmico em que diferentes campos discursivos mobilizam essas teorias para sustentar seus argumentos.

Nesse contexto, observamos que sujeitos pertencentes a grupos antagônicos recorrem tanto ao essencialismo quanto ao construcionismo, além de outros repertórios — como o discurso religioso —, para fundamentar suas posições. Compreender essa articulação é essencial para analisar o modo como os debates sobre gênero e sexualidade se desenrolam no espaço digital, especialmente em plataformas de grande alcance, como o YouTube.

Análise dos comentários

A partir dessa perspectiva, o corpus desta pesquisa foi extraído da plataforma YouTube, especificamente do canal TV Brasil, em um vídeo publicado em 13 de junho de 2019, intitulado “STF permite criminalização da homofobia e da transfobia”. O vídeo possui 4.607 visualizações, 151 curtidas e 54 comentários, com duração de 1 minuto e 56 segundos. Em sua descrição, informa que o STF decidiu enquadrar atos de homofobia e transfobia como crimes de racismo, além de impedir que o Presidente da República extinguisse Conselhos Federais criados por lei.

A decisão do STF gerou um evento polêmico, dando origem a dois campos discursivos antagônicos. Para ilustrar essa disputa, analisaremos comentários vinculados ao vídeo, que refletem diretamente a polarização entre campos discursivos opostos, tornando-se um terreno fértil para observar a

mobilização de argumentos construídos a partir das diferentes concepções de sexualidade.

Comentário 1:



5 anos

Um dia triste para os homofóbicos que usam religião para odiarem gays. Terão de guardar para si, pois agora estarão sujeitos a prisão. Não precisam gostar, apenas respeitar. Se é certo ou errado, isso é entre o "pecador" e deus. O problema é que esses fanáticos se julgam o próprio deus. Eu não acredito em deus, mas se de fato ele veio aqui, com certeza foi pra pregar o amor.

 32  Responder

 5 respostas

Fonte Youtube

Comentário 2:



há 5 anos

Lei absurda. Homoafetivos são especiais porque meu deus? Eles merecem uma lei para proteger eles, enquanto eu que sou ateu nunca vou ter amparo do estado para me proteger do preconceito. Já sofri coisas horríveis por me declarar ateuista.

 3  Responder

 4 respostas

Fonte Youtube

No comentário 1, observa-se um discurso de tom irônico e crítico. A frase “Um dia triste para os homofóbicos” introduz o antagonismo, insinuando que a justiça foi feita. A expressão “Usam religião para odiarem gays” denuncia uma prática considerada abusiva, associando a religião ao ódio. Ao dizer “Terão de guardar para si”, o comentarista sugere uma mudança de ordem social, marcando a perda de poder discursivo dos grupos intolerantes. O trecho “Não precisam gostar, apenas respeitar”

mobiliza o valor do respeito à alteridade, defendendo o convívio democrático.

Já em “Com certeza foi pra pregar o amor”, o comentarista ressignifica o valor cristão do amor, sobrepondo-o ao julgamento religioso; e em “Isso é entre o ‘pecador’ e Deus” evidencia consciência crítica ao empregar a palavra “pecador” entre aspas, deslocando o discurso religioso para o campo da responsabilidade individual. A afirmação “Se julgam o próprio Deus” denuncia o fanatismo e a arrogância de certos religiosos, enquanto “Eu não acredito em Deus...” reafirma um discurso laico que, ainda assim, se apropria da simbologia cristã para construir o argumento. Segundo Nascimento (2018), o discurso religioso deve ser compreendido como manifestação de um fenômeno que ultrapassa as fronteiras de uma religião específica, sendo constituído pelos temas e significados religiosos partilhados por um grupo — inclusive entre não religiosos.

O comentário, portanto, expressa uma posição crítica diante dos discursos religiosos utilizados para justificar a homofobia, situando-se no contexto da polêmica em torno da decisão do STF que criminalizou a homofobia e a transfobia. Sob a perspectiva da Nova Retórica, o enunciador busca persuadir seu público por meio de uma argumentação que combina razão prática e apelo ético. Ele se dirige a um auditório amplo, de caráter universal, ao defender valores como respeito, amor e justiça, mas também a um auditório particular — os religiosos fanáticos — que utilizam a fé como instrumento de ódio. Assim, desloca o debate do campo moral-religioso para o ético e jurídico, propondo uma hierarquia de valores em que o respeito humano e o amor se sobrepõem ao julgamento moral.

Também há o uso de um argumento de autoridade implícita: mesmo declarando não acreditar em Deus, o enunciador recorre à figura de Jesus como símbolo do amor, invertendo o uso habitual dessa autoridade em discursos religiosos de intolerância. Além disso, o comentário emprega um argumento pragmático, ao lembrar que os homofóbicos “estarão sujeitos à prisão”,

mostrando que o respeito, antes uma questão moral, agora se tornou uma exigência legal. O ethos construído é o de um sujeito racional, crítico e equilibrado, que se contrapõe à figura do fanático religioso. Embora o tom revele indignação, a emoção é controlada por um apelo à razão e à justiça. O autor hierarquiza valores, colocando o amor e o respeito no topo, em oposição ao ódio e ao fanatismo, e subordinando a liberdade religiosa ao princípio do respeito e à lei. Dessa forma, o comentário articula um discurso de forte impacto persuasivo, pois mobiliza tanto argumentos racionais quanto valores morais amplamente compartilhados.

Em contraste com o primeiro comentário, o comentário 2 representa o campo tradicionalista, no qual o discurso se constrói por meio da desqualificação da norma jurídica e do apelo à experiência pessoal. A expressão “Lei absurda” já se apresenta como um ato de julgamento. A frase “Homoafetivos são especiais porque meu deus!” utiliza ironia e escândalo, configurando uma pergunta retórica. O trecho “Nunca vou ter amparo do Estado” traduz um sentimento de exclusão política, e “Já sofri coisas horríveis por me declarar ateuista” introduz o argumento de experiência pessoal como evidência. Esse discurso mobiliza três tipos de argumentação: o argumento por comparação, ao equiparar a condição do ateu à do homossexual; o argumento do absurdo, pela ironia da expressão “porque meu deus!”; e o apelo à experiência pessoal, que busca gerar identificação e simpatia com o ethos de vítima injustiçada.

O comentário manifesta uma reação contrária à decisão do STF e pode ser analisado, também à luz da Nova Retórica, como um discurso de contestação de valores. O enunciador considera a lei “absurda”, questionando o que entende como privilégio jurídico concedido aos homossexuais. Seu argumento central parte de uma percepção de injustiça distributiva, na qual um grupo (os homossexuais) é visto como beneficiado em detrimento de outro (os ateus). Assim, o sujeito busca adesão a partir de um apelo

à igualdade formal, entendido como princípio de justiça universal — todos deveriam ter o mesmo tratamento diante da lei.

A tese central do comentário é que a lei que criminaliza a homofobia é injusta porque privilegia um grupo social específico, enquanto outros, como os ateus, também sofrem discriminação sem amparo legal. Essa tese é sustentada por um argumento de analogia, quando o autor compara a discriminação sofrida por ateus à vivida por homossexuais, buscando demonstrar uma suposta incoerência do Estado: se o preconceito contra um grupo é crime, o mesmo deveria valer para todos

O comentário também utiliza um argumento de experiência pessoal, ao afirmar: “Já sofri coisas horríveis por me declarar ateuista.” Esse recurso dá força emocional ao discurso, mobilizando o pathos e buscando credibilidade por meio da vivência individual, o que reforça o ethos de vítima injustiçada. Assim, o orador não se apresenta como intolerante, mas como alguém que também sofre discriminação e, portanto, fala de um lugar de dor e ressentimento. Esse ethos confere legitimidade à crítica, ainda que o argumento se baseie em uma falácia de falsa equivalência, pois ignora as diferenças históricas e estruturais entre os tipos de violência sofridos por cada grupo.

Do ponto de vista dos valores mobilizados, o comentário hierarquiza a igualdade formal sobre a igualdade material: todos deveriam ser tratados de modo idêntico perante a lei, sem distinções. O valor da liberdade individual aparece de modo implícito, como contraponto ao que o autor percebe como intervenção indevida do Estado. Assim, o discurso se ancora em uma concepção liberal de justiça, em que o papel do Estado seria garantir neutralidade, e não reparação de desigualdades. Em termos retóricos, o efeito persuasivo desse discurso depende da adesão do auditório a uma visão de mundo em que as políticas de proteção a minorias são vistas como privilégios indevidos e não como instrumentos de equidade social. A argumentação busca, portanto, a reversão do status de vítima, deslocando-o dos homossexuais para os ateus, e tenta redefinir o sentido de justiça

e de igualdade em termos universais — mas esvaziados de contexto histórico.

Em síntese, à luz da Nova Retórica, o comentário se estrutura sobre argumentos de analogia e de experiência pessoal, apoiados por valores de igualdade formal e liberdade individual. O orador procura persuadir por meio de uma lógica que aparenta racionalidade, mas que, ao dissociar igualdade de equidade, subverte o princípio de justiça social implícito na decisão do STF. O resultado é um discurso que busca adesão emocional e moral, mas que, do ponto de vista da Análise Dialógica da Argumentação, evidencia um embate de valores entre dois auditórios: o da proteção de minorias e o da defesa da neutralidade estatal.

Conclusão

Observa-se, portanto, que o comentário atua dentro do campo reformista, ainda que o enunciador se declare ateu, ao mobilizar um discurso religioso ressignificado para criticar o uso da fé como justificativa para a homofobia. Seu objetivo é universalizar a ética do respeito e defender a criminalização como um marco civilizatório.

Já o comentário 2, embora também se identifique como ateu, posiciona-se dentro do campo tradicionalista ou ressentido secular, ao se opor à lei por se sentir excluído do reconhecimento estatal. Seu argumento se baseia na comparação entre preconceitos, sugerindo que o Estado privilegia seletivamente determinados grupos.

Assim, os dois comentários revelam como a polêmica digital em torno da decisão do STF materializa a disputa entre valores reformistas e tradicionalistas, evidenciando a circulação de discursos que reconfiguram — ou resistem à reconfiguração — dos sentidos de justiça, igualdade e moralidade na esfera pública contemporânea.

Referências bibliográficas

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Introdução e tradução do russo: P. Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução de P. Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

BAKHTIN, M. M. **Para uma filosofia do ato responsável**. Tradução sob os cuidados de V. Miotello; C. A. Faraco. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

CANAL TV BRASIL. **STF permite criminalização da homofobia e da transfobia**. YouTube, 13 jun. 2019. Disponível em: <https://youtu.be/Snpz3Yw0fpM?si=Pf598jKqCSeoNxe5>. Acesso em: 10 set.2025.

LOPES, P.; NASCIMENTO, L. **Polêmica religiosa nos panfletos de Eulálio Motta: uma análise dialógica da argumentação**. *Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, v. 22, n. 3, p. 169–186, 2022.

NASCIMENTO, L. **A filosofia do ato responsável como fundamento retórico-argumentativo: um caminho possível**. In: AZEVEDO, I. C.; PIRES, E. L. **Discurso e argumentação: fotografias interdisciplinares**. v. 2. Coimbra, Portugal, 2018b. p. 153–172.

NASCIMENTO, L. **Análise dialógica da argumentação: a polêmica entre afetivossexuais reformistas e cristãos tradicionalistas no espaço político**. 2018a. 557 f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

NASCIMENTO, L. **Análise dialógica da argumentação polêmica: uma hipótese geral**. *Entrepalavras*, Fortaleza, v. 9, n. 1, p. 151–169, jan./abr. 2019.

NASCIMENTO, L. **Os sentidos polêmicos da palavra homofobia: a argumentação e o microato polêmico.** *Revista Capacitar*, Feira de Santana, ano 2, n. 6, p. 11–27, abr./jun. 2020.

PAVEAU, M.-A. **Análise do discurso digital: dicionário das formas e práticas.** Campinas: Pontes Editores, 2021.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação: a nova retórica.** Tradução de M. E. A. P. Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

QUINALHA, R. **Movimento LGBTI+: uma breve história do século XIX aos nossos dias.** Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

SOBRAL, A.; GIACOMELLI, K. **Observações didáticas sobre a análise dialógica do discurso – ADD.** *Domínios de Linguagem*, Uberlândia, v. 10, n. 3, p. 1076–1094, 2016.

VALLE, V. G. **Interações através de comentários no YouTube frente à temática do feminismo.** 2022. 143 f.

ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: CONTRIBUIÇÃO DOS ESTUDOS MULTIMODAIS NA PRODUÇÃO DE TEXTOS EM SALA DE AULA

Clodoaldo da Silva Amaral Junior⁹⁷

Jilene Inácio Braz Santos⁹⁸

Letícia da Paz Aquino⁹⁹

Este artigo propõe uma reflexão crítica sobre o ensino de Língua Portuguesa, com ênfase nas contribuições dos textos multimodais para o desenvolvimento da competência textual dos alunos em sala de aula. Considerando as transformações nas formas de comunicação contemporâneas e a crescente presença de recursos verbais, visuais, sonoros e digitais nos contextos escolares, discute-se a importância de incorporar a multimodalidade como ferramenta pedagógica no processo de ensino-aprendizagem da escrita.

A pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza bibliográfica, orientado por uma abordagem interpretativista, buscando fundamentar teoricamente as práticas de produção textual mediadas por diferentes modos semióticos. Assim, o trabalho objetiva compreender de que forma o uso de textos multimodais pode favorecer a construção de sentidos, estimular a criatividade e ampliar as possibilidades expressivas dos estudantes no contexto da educação linguística.

O objetivo deste estudo é apresentar a contribuição dos recursos multimodais na produção de textos dissertativos-argumentativos em sala de aula na disciplina de língua portuguesa.

⁹⁷ Graduado em Letras, Universidade Federal de Alagoas.

⁹⁸ Graduada em Letras, Universidade Federal de Alagoas.

⁹⁹ Graduada em Letras, Universidade Federal de Alagoas.

A evolução progressiva das novas tecnologias de comunicação vem se desenvolvendo, no decorrer dos anos, potencializando a capacidade estratégica de desenvolvimento social, oportunizando consequentemente novas maneiras contemporâneas de sociabilidade e novas possibilidades de interação, compreendendo assim, novas configurações às formas de locução, como também a velocidade e instantaneidade. Fica evidente diante disso o reflexo dessas características nos textos que são disseminados em nossa sociedade e que constroem cada vez mais multiletramentos e múltiplas linguagens que se integram e se correlacionam construindo sentidos.

Nesse cenário, a escola é desafiada a mudanças, estabelecendo nova cadência e proporções diversificadas para atividades dinâmicas de ensinar e aprender, respeitando a diversidade sociocultural e desenvolvimento de novas competências e habilidades. Isso significa que não faz sentido a escola continuar alheia aos novos letramentos e as novas tecnologias que se tornaram uma realidade para estudantes, que seriam os chamados “nativos digitais” que interagem com os professores denominados “imigrantes digitais”.

Diante dessas considerações, este estudo fundamenta-se nos conceitos de multimodalidade desenvolvidos por Gunther Kress e Theo van Leeuwen. Segundo esses autores, a linguagem multimodal constitui-se por múltiplas articulações de significação, nas quais diferentes modos semióticos interagem para construir sentidos de forma integrada e dinâmica.

Esses modos, como a linguagem verbal, a narrativa, a escrita, os gestos, o arranjo espacial, as imagens, as cores, o layout, entre outros, não operam isoladamente, mas se complementam e se sobrepõem na produção de significado. Em suas publicações, Kress e van Leeuwen rompem com a visão tradicional que atribui funções fixas e hierarquizadas a cada modo de representação, propondo uma abordagem mais flexível e contextualizada. Para eles, os modos não possuem uma tarefa predefinida ou rigidamente delimitada

nos textos multimodais, mas adquirem sentido conforme se articulam em

diferentes níveis e contextos comunicativos.

Além disso, refletir sobre as práticas de leitura e escrita no contexto escolar requer uma compreensão ampliada dos efeitos das novas tecnologias de comunicação sobre os modos de produção e circulação de textos. A escola, como espaço de formação crítica e cidadã, precisa acompanhar essas transformações e integrar à sua prática pedagógica uma abordagem que considere as múltiplas linguagens presentes na sociedade contemporânea.

Nesse sentido, o ensino da língua portuguesa não pode se limitar ao foco exclusivo na linguagem verbal — oral ou escrita —, desconsiderando a complexidade dos textos que circulam no cotidiano dos estudantes. É fundamental reconhecer que os textos atuais, especialmente no ambiente digital, são construídos a partir da articulação de diversos modos semióticos, como imagens, sons, gestos, recursos tipográficos, cores, layout e movimentos interativos. Esses elementos não apenas acompanham o texto verbal, mas também contribuem ativamente para a construção de sentido.

Portanto, torna-se necessário promover, no ambiente escolar, práticas de leitura e produção textual que considerem essa multiplicidade de linguagens. O trabalho com textos multimodais deve buscar desenvolver nos alunos a capacidade de interpretar criticamente os diferentes recursos expressivos utilizados pelos autores, compreendendo como esses elementos se articulam para produzir sentidos complexos e, muitas vezes, subjetivos.

Conduzir o aluno a dialogar com esse tipo de texto significa ensiná-lo a perceber as escolhas discursivas envolvidas em sua construção, promovendo, assim, uma educação linguística que vá além da decodificação do verbal e contemple a leitura crítica da linguagem em sua totalidade. Autores como Rojo (2012), Kress e van Leeuwen (2006) reforçam a importância de preparar o aluno

para lidar com essa nova ecologia dos letramentos, em que a multimodalidade se torna cada vez mais central. Sobre essa questão, Rojo (2012) destaca que

A presença das tecnologias digitais em nossa cultura contemporânea, cria novas possibilidades de expressão e comunicação. Cada vez mais, elas fazem parte do nosso cotidiano e, assim como a tecnologia escrita, também devem ser adquiridas. Além disso, as tecnologias digitais estão introduzindo novos modos de comunicação, como a criação e usos de imagens, de sons, de animação e a combinação dessas modalidades. Tais procedimentos passam a exigir o desenvolvimento de diferentes habilidades de acordo com as várias modalidades utilizadas, criando uma nova área de estudo relacionada com os novos letramentos – digitais (uso das tecnologias digitais), visual (uso de imagens), sonoro (uso de sons e áudios), informacionais (busca crítica da informação) - ou os múltiplos letramentos, como têm sido tratados na literatura (Rojo, 2012, p.37).

É fundamental reconhecer que o professor ocupa um papel central nas transformações do ensino de Língua Portuguesa, sendo agente mediador no processo de aproveitamento e ressignificação dos conteúdos trazidos para a sala de aula. Cabe a ele articular estratégias que promovam uma aprendizagem significativa, especialmente diante dos desafios impostos pelas novas formas de linguagem e pelas tecnologias da comunicação.

Adentrar o campo das imagens, das linguagens digitais e das múltiplas formas de expressão exige mais do que mera familiarização com os recursos técnicos, requerendo também a promoção de debates, análises e avaliações constantes, baseadas em critérios claros e reflexivos. Com o advento da chamada era do argumento visual — em que os sentidos são produzidos por meio da combinação simultânea de diferentes modalidades, como som, imagem, texto e movimento —, torna-se ainda mais

relevante que o professor promova o trabalho com diferentes semioses em sala de aula.

Diante desse contexto, é necessário que o ensino da língua considere não apenas a linguagem verbal, mas também as linguagens visuais, sonoras, espaciais e digitais como constitutivas da construção de sentido. Assim, propõe-se o seguinte questionamento norteador desta reflexão: onde e de que maneira a multimodalidade pode ser integrada de forma efetiva e crítica ao ensino da Língua Portuguesa?

Segundo Silva (2016, p. 209), o professor “é o principal mediador no desenvolvimento da aprendizagem. Cabe a este criar um ambiente acolhedor, se utilizando de mecanismos que facilitem a assimilação dos conteúdos pelos alunos”. Essa afirmação reforça a ideia de que o papel do professor vai muito além da simples transmissão de conteúdos: ele é responsável por criar condições para que o estudante se sinta motivado, engajado e capaz de construir seu próprio conhecimento de forma significativa.

Nesse contexto, a introdução de mecanismos multimodais no processo de ensino-aprendizagem torna-se uma estratégia potente, pois amplia as possibilidades de interação com o conteúdo e favorece a construção de sentidos a partir de diferentes linguagens. Ao utilizar textos que integram imagem, som, movimento e elementos visuais diversos, o professor permite que o aluno não apenas leia ou escute, mas vivencie aquilo que está sendo estudado, ativando múltiplas formas de percepção, cognição e expressão.

Tais recursos são especialmente eficazes para atender à diversidade de estilos de aprendizagem presentes em sala de aula, além de aproximar o conteúdo escolar das práticas sociais e culturais que permeiam o cotidiano dos estudantes. A multimodalidade, nesse sentido, não deve ser vista apenas como uma tendência metodológica, mas como uma necessidade pedagógica diante da realidade comunicativa atual, marcada pela

convergência de mídias e pela complexidade dos textos com os quais os alunos interagem fora da escola.

Portanto, cabe ao professor, como mediador, refletir criticamente sobre suas escolhas didáticas e buscar integrar, de forma planejada e contextualizada, diferentes modos de representação que enriqueçam a experiência de aprendizagem. A criação de um ambiente acolhedor passa também pela valorização da pluralidade de linguagens e pela abertura ao diálogo com as múltiplas formas de expressão presentes na cultura digital contemporânea.

Diante disso, a perspectiva multimodal oferece um direcionamento sistemático para a elaboração de materiais didáticos, por meio da incorporação de diversos recursos semióticos oriundos das múltiplas mídias que circulam em nossa sociedade contemporânea. Essa abordagem busca alinhar o ensino da Língua Portuguesa às novas formas de comunicação e representação que marcam o cotidiano dos estudantes.

Acompanhando os pressupostos teóricos da multimodalidade anteriormente discutidos, formulamos algumas questões orientadoras voltadas à preparação e ao uso de materiais e recursos didáticos:

- De que maneira a multimodalidade se concretiza como recurso didático em videoaulas?
- Como as atividades multimodais possibilitam ao aluno uma leitura crítica de todos os modos semióticos envolvidos na construção dos textos?
- Quais elementos devem ser considerados e manipulados na elaboração dos conteúdos para garantir uma abordagem multimodal efetiva?

Com base nessas inquietações, este estudo propõe-se a analisar materiais e multimeios utilizados no ensino da Língua Portuguesa, com o objetivo de compreender como a integração de diferentes semioses pode contribuir para a formação de

práticas pedagógicas mais críticas, interativas e coerentes com as demandas da sociedade atual. Espera-se, assim, oferecer subsídios para que o professor, enquanto mediador, atue de forma consciente e reflexiva na produção e seleção de recursos didáticos, promovendo aprendizagens significativas e alinhadas às novas exigências comunicativas e tecnológicas do mundo contemporâneo.

Documentos Norteadores do Ensino de Língua Portuguesa

As diretrizes oficiais, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (1998) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (2018) defendem o trabalho com a língua portuguesa no ensino fundamental II a partir da visão sociointeracionista da língua. E de acordo com essa perspectiva e ensino, os alunos devem ser preparados para usarem a língua de forma proficiente nas mais diversas situações comunicação. Diante disso, far-se-á necessário que eles adquiram habilidades linguísticas e discursivas e estejam familiarizados com seus usos em meio a sua participação na vida em sociedade, exercendo de maneira substancial sua cidadania. No momento atual, isso demanda que eles se apropriem da leitura, compreendam e produzam diferentes gêneros discursivos, orais ou escritos, dominem o uso das várias linguagens a fim de atingir os seus propósitos comunicativos.

No entanto, a aprovação BNCC trouxe como objetivo norteador a formulação dos currículos no sistema das redes escolares em todo país, indicando as competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos estudantes ao longo do percurso escolar. Por conseguinte, as instituições de ensino passaram a ter núcleos comuns de orientações e perspectivas de aprendizagem com a intencionalidade de preestabelecer uma formação integral,

sobretudo, um cidadão que compreenda, reflita e atue na sociedade.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). (Brasil/MEC, BNCC, 2018, p.07)

Diante disso, a língua portuguesa é definida pela BNCC, como área de linguagens que contribui para o desenvolvimento da autonomia, reflexiva, criativa, e expressiva do adolescente/jovem. A finalidade estabelecida é possibilita aos estudantes/jovens participar de práticas de linguagem, que lhes permitam ampliar suas capacidades expressivas em manifestações linguísticas, como também seus conhecimentos sobre essas linguagens, em continuidade às experiências vividas na Educação Infantil.

Vale salientar que o aprofundamento da reflexão crítica sobre os conhecimentos dos componentes da área, estabelecem uma maior capacidade de abstração dos estudantes. Essa dimensão analítica é compreendida não como um fim, mas como meio para a compreensão dos modos de se expressão e de participar com o mundo, constituindo experimentações sistematizadas de concepção de questionamentos, seleção, organização, análise e apresentação de descobertas e conclusões.

Conforme a BNCC (2021), as competências gerais da educação básica estabelecem os seguintes objetivos:

1. Compreender a língua como fenômeno cultural, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo-a como meio de construção de identidades de seus usuários e da comunidade a que pertencem.
2. Apropriar-se da linguagem escrita, reconhecendo-a como forma de interação nos diferentes campos de atuação da vida social e utilizando-a para ampliar suas possibilidades de participar da cultura letrada, de construir conhecimentos (inclusive escolares) e de se envolver com maior autonomia e protagonismo na vida social.
3. Ler, escutar e produzir textos orais, escritos e multissemióticos que circulam em diferentes campos de atuação e mídias, com compreensão, autonomia, fluência e criticidade, de modo a se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos, e continuar aprendendo.
4. Compreender o fenômeno da variação linguística, demonstrando atitude respeitosa diante de variedades linguísticas e rejeitando preconceitos linguísticos.
5. Empregar, nas interações sociais, a variedade e o estilo de linguagem adequados à situação comunicativa, ao(s) interlocutor(es) e ao gênero do discurso/gênero textual.
6. Analisar informações, argumentos e opiniões manifestados em interações sociais e nos meios de comunicação, posicionando-se ética e criticamente em relação a conteúdos discriminatórios que ferem direitos humanos e ambientais.

7. Reconhecer o texto como lugar de manifestação e negociação de sentidos, valores e ideologias.

8. Selecionar textos e livros para leitura integral, de acordo com objetivos, interesses e projetos pessoais (estudo, formação pessoal, entretenimento, pesquisa, trabalho etc.).

9. Envolver-se em práticas de leitura literária que possibilitem o desenvolvimento do senso estético para fruição, valorizando a literatura

e outras manifestações artístico-culturais como formas de acesso às dimensões lúdicas, de imaginário e encantamento, reconhecendo o potencial transformador e humanizador da experiência com a literatura.

10. Mobilizar práticas da cultura digital, diferentes linguagens, mídias e ferramentas digitais para expandir as formas de produzir sentidos (nos processos de compreensão e produção), aprender e refletir sobre o mundo e realizar diferentes projetos autorais.

Nesse contexto, discutir a relevância da linguagem multimodal no processo de ensino-aprendizagem de língua portuguesa, tendo por base as concepções teóricas de linguagem que embasam as práticas pedagógicas. A multimodalidade, é compreendida como o imbricamento entre diferentes modos de comunicação- (verbal, não verbal, gestual, sonoro, entre outros), dessa maneira, fica estabelecido um requisito indispensável na formação de competências comunicativas que excedem o processo e decodificação textual, atendendo às demandas de uma sociedade atravessada por múltiplas formas de interação.

No campo do ensino de língua portuguesa, a realização de tarefas que envolvam leitura de textos

multimodais pode determinar a formação de sentidos por parte dos alunos, visto que a pluralidade de usos decorrentes da linguagem reflete diretamente nas formas de construção de sentido.

Segundo Dionísio (2011), o letramento visual está diretamente relacionado com a organização dos gêneros textuais, infere-se com isso que os textos se configuram em palavras, sons, movimentos. Dessa forma, diferentes modos e possibilidades de expressão põem em questionamento novas demandas de leitura.

Dessa forma, selecionamos três habilidades estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular, relacionadas aos textos multissemióticos para analisar, a saber,

(EF69LP03) Identificar, em notícias, o fato central, suas principais circunstâncias e eventuais decorrências; em reportagens e fotorreportagens o fato ou a temática retratada e a perspectiva de abordagem, em entrevistas os principais temas/subtemas abordados, explicações dadas ou teses defendidas em relação a esses subtemas; em tirinhas, memes, charge, a crítica, ironia ou humor presente.;

(EF69LP05) (Inferir e justificar, em textos multissemióticos – tirinhas, charges, memes, gifs etc. –, o efeito de humor, ironia e/ou crítica pelo uso ambíguo de palavras, expressões ou imagens ambíguas, de clichês, de recursos iconográficos, de pontuação etc.);

(EF69LP07) Produzir textos em diferentes gêneros, considerando sua adequação ao contexto produção e circulação – os enunciadores envolvidos, os objetivos, o gênero, o suporte, a circulação –, ao modo (escrito ou

oral; imagem estática ou em movimento etc.), à variedade linguística e/ou semiótica apropriada a esse contexto, à construção da textualidade relacionada às propriedades textuais e do gênero), utilizando estratégias de planejamento, elaboração, revisão, edição, reescrita/redesigna e avaliação de textos, para, com a ajuda do professor e a colaboração dos colegas, corrigir e aprimorar as produções realizadas, fazendo cortes, acréscimos, reformulações, correções de concordância, ortografia, pontuação em textos e editando imagens, arquivos sonoros, fazendo cortes, acréscimos, ajustes, acrescentando/alterando ordenamentos etc. (Brasil, 2018)

A análise da abordagem multisemiótica das competências EF69LP03, EF69LP05 e EF69LP07 revela como a BNCC propõe uma formação crítica, linguística e semiótica ampla, alinhada com os multiletramentos exigidos pela contemporaneidade. A seguir, apresento uma análise detalhada, com foco na dimensão multisemiótica, ou seja, a articulação de diversas linguagens (verbal, visual, sonora, corporal, digital etc.) nos processos de leitura, interpretação e produção textual.

É evidente destacar que, o uso das tecnologias de informação ao invés de restringir o uso nas mediações, devem dar responsabilidade de uso, consequentemente podem ser aliados poderosos aos professores de língua portuguesa no processo de ensino aprendizagem.

A cada dia, mais os professores se deparam, em suas salas de aula, com alunos que convivem diariamente com as tecnologias digitais. Estes alunos têm contato com jogos complexos, navegam pela internet, participam de

comunidades, compartilham informações, enfim, estão completamente conectados com o mundo digital. (Jordão, 2009, p. 10).

Nesta análise, observamos que o uso das TICS podem ser ferramentas que deixam os alunos livres para estudar e produzir um ambiente propício para a construção de saberes, que consequentemente estimulem o pensamento crítico durante as aulas de língua portuguesa.

O professor que associa a TIC aos métodos ativos de aprendizagem desenvolve a habilidade técnica relacionada ao domínio da tecnologia e, sobretudo, articula esse domínio com a prática pedagógica e com as teorias educacionais que o auxiliem a refletir sobre a própria prática e a transformá-la, visando explorar as potencialidades pedagógicas da TIC em relação à aprendizagem e à consequente constituição de redes de conhecimentos (Almeida, 2015, p. 72).

Segundo Gomes e Lopes (2021), podemos definir três categorias de classificação para atividades que podem ser usadas em sala de aula. Além disso, é possível estabelecer graus de complexidade dessas atividades que podem auxiliar para a produção de textos multimodais:

a) Grau 1 - aquelas consideradas mais longevas, pelo uso do caderno, lápis, cartolina e relacionadas à linguagem verbal escrita e não escrita, são consideradas aqui assim, pois algumas existem há mais de 100 anos, o que garante uma maior familiaridade dos docentes

com elas, como por exemplo: produção de verbete, de HQ, de poema visual, cartazes fotomontagem, teatro, show de marionetes e charges. Total de propostas desse grau: 16

b) Grau 2 – Aquelas que são marcadas pelo uso das tecnologias atuais (smartphones, internet, computadores/notebooks) em sua produção, apesar das tecnologias estarem muito presentes e o acesso a elas estar cada vez mais universal, ainda pode apresentar alguma dificuldade em seu manuseio e produção, como por exemplo: verbete na Wikipédia, produção de revista online coletiva, conto em blog, entrevista gravada, vídeo resenha, apresentação de slides, seminário, peça publicitária, artigo de opinião. Total de propostas desse grau:

c) Grau 3 – Aquelas que requerem não só tecnologias atuais, como também, softwares de edição de som/vídeo e imagem, o uso desses softwares e o acesso a eles é considerado, aqui, bastante complicado, na coleção temos como por exemplo: produção de foto colagem, produção de podcast, produção de vídeo aula, anúncio publicitário, produção de tabela comparativa, telejornal, poema multimodal, foto edição, reportagem, vidding, curta metragem, gif, memes, artigo de divulgação científica e vídeo de divulgação científica. Total de propostas desse grau: 18 (Lopes, 2021)

Diante disso, podemos perceber que, de um modo geral, há uma gama de possibilidades, no que diz respeito à introdução de maneiras de produzir textos multimodais, em diferentes turmas da educação básica, sendo com mais de uma semiose presente nessas propostas de atividade em sala de aula.

Cabe destacar que a utilização da internet, no ensino da disciplina Língua Portuguesa, como fonte informação e meio de interação também possibilita atividades de aprendizagem autênticas e maior envolvimento e controle das aprendizagens por parte do corpo estudantil.

As compreensões dos conteúdos de Língua Portuguesa se dão por meio da aprendizagem, na pesquisa e no fazer artístico também, permitindo que os sujeitos se tornem abertos as percepções e experiências, ressignificação do cotidiano partir de práticas rotineiras e de tecnologias que permeiam os âmbitos que estão inseridos.

Considerações Finais

Consideramos que algumas propostas de produção de textos multimodais estabelecem uma estreita relação com as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs), ganhando ainda mais relevância com o avanço contínuo do desenvolvimento tecnológico. Em consonância com essas novas abordagens, surgem desafios significativos para os docentes que, muitas vezes, não estão familiarizados com tais recursos ou não tiveram acesso a uma formação específica voltada à sua aplicação em sala de aula.

Dessa forma, em uma sociedade marcada por transformações constantes, é imprescindível que essas competências sejam incorporadas ao currículo de formação docente. É necessário capacitar os professores para que possam acompanhar e integrar essas novas linguagens à prática pedagógica, especialmente considerando que, em muitos casos, os alunos já estão imersos nesse universo digital e multimodal.

A emergência de novos cenários semióticos, por sua vez, redefine os modos de ensinar e aprender. A teoria multimodal, nesse contexto, propõe caminhos inovadores para compreender essas mudanças e repensar o papel das práticas de escrita na contemporaneidade. Para Kress e van Leeuwen (1996), embora a escrita tenha sido historicamente o meio mais valorizado de comunicação — funcionando como um instrumento regulador do acesso ao poder social nas sociedades ocidentais —, é importante reconhecer que outros meios comunicativos sempre coexistiram com ela, mesmo que muitas vezes tenham sido marginalizados nos espaços formais de ensino.

Dessa maneira, finalizamos nossas considerações sobre a multimodalidade enfatizando a necessidade de uma abordagem mais constante e sistematizada nas aulas de Língua Portuguesa. Essa postura, pautada na reflexão crítica da prática pedagógica, deve estar alinhada às demandas do contexto social contemporâneo, reconhecendo e valorizando as múltiplas formas de linguagem que compõem os textos multimodais. Assim, promoveremos práticas educativas que não apenas acompanham as transformações do mundo atual, mas também contribuem para a formação de sujeitos críticos, capazes de se expressar por meio de diferentes linguagens de maneira articulada e consciente.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, M. E. B. **Tecnologia na escola**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/2sf.pdf>. Acesso em: 25 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

DIONISIO, A. **Gêneros textuais e multimodalidade**. In: KARWOSKI, A. M.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. S. (org.). **Gêneros textuais: reflexões e ensino**. 4. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 137–152.

JUNGES, D. D. L. V.; GATTI, A. G. **Estado da arte sobre o YouTube na educação**. *Revista Informação & Cultura*, Mossoró, v. 1, n. 2, p. 113–131, jul./dez. 2019.

KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. **Reading images: the grammar of visual design**. London: Routledge, 1996.

ROJO, R. **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

ROSA, C. A. G.; LOPES, A. A. **Análise das orientações direcionadas ao professor em propostas de produção de textos multimodais presentes em livros didáticos de português (LDP)**. set. 2021.

TEZANI, T. C. R. **A educação escolar no contexto das tecnologias da informação e da comunicação: desafios e possibilidades para a prática pedagógica curricular**. *Revista FAAC*, Bauru, v. 1, n. 1, p. 35, set. 2011. Disponível em: <https://www2b.faac.unesp.br/revistafaac/index.php/revista/article/view/11/5>. Acesso em: 19 dez. 2024.

O FURTO FAMÉLICO SOB UM OLHAR MATERIALISTA: IDEOLOGIA EM FUNCIONAMENTO E SENTIDOS EM DISPUTA¹⁰⁰

Martin Ramalho de Freitas Leão Rego¹⁰¹

Helson Flávio da Silva Sobrinho¹⁰²

Este artigo busca desenvolver uma análise breve sobre os sentidos em luta em torno do “furto famélico”, indo além da mera descrição jurídica para debater os mecanismos ideológicos que o constituem discursivamente. Ancorando-se num diálogo interdisciplinar entre a Análise do Discurso de orientação materialista – que compreende a linguagem como prática constitutiva da dominação ideológica e das resistências a ela – e a criminologia crítica – que desnuda a seletividade de classe, raça e gênero, além da lógica econômica do sistema penal –, este trabalho investiga como os discursos produzem, estabilizam ou contestam a associação entre pobreza e criminalidade.

¹⁰⁰O presente trabalho registra os passos iniciais de um Projeto de Iniciação Científica desenvolvido pelos autores junto à Universidade Federal de Alagoas (UFAL) no ciclo de 2025- 2026.

¹⁰¹Doutorando em Linguística e Literatura, Mestre em Direito Público e Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Licenciado em Letras - Língua Portuguesa pelo Centro Universitário ETEP. Técnico Judiciário da Justiça Federal em Alagoas (JFAL). E-mail: martinramalho1@gmail.com

¹⁰² É pós-doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). É doutor em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), com estágio doutoral (sanduíche) realizado no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) e no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UNICAMP. Possui graduação em Ciências Sociais (Bacharelado e Licenciatura) pela UFAL. É professor da Faculdade de Letras da UFAL, atua nos cursos de Graduação em Letras (presencial e EAD), no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLL), desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa e orientação acadêmica em nível de iniciação científica, TCC, mestrado, doutorado e pós-doutorado. E-mail: helsonf@gmail.com

Ao examinar um *corpus* que vai do texto de um projeto de lei descriminalizador a comentários públicos sobre ele, busca-se examinar o caráter material do sentido¹⁰³ da criminalização da pobreza, demonstrando que a luta pela definição do que é crime e de quem deve ser punido é, antes de tudo, uma luta política e ideológica pelo sentido nas práticas sociais.

Segundo Silva Sobrinho (2019), fundamentado em Pêcheux, o sentido não existe em si mesmo nem decorre apenas da língua: ele é produzido nas condições materiais de produção, isto é, nas relações sociais concretas atravessadas por contradições e, sobretudo, pelas lutas de classes que estruturam a sociedade capitalista. O sentido é material porque nasce das relações de produção da vida social, é determinado pelas posições ideológicas inscritas nas formações sociais, é atravessado pelo conflito de classe que disputa as palavras afetando a práxis social. Nesse processo, a ideologia opera produzindo efeitos de transparência que fazem parecer que as palavras “querem dizer o que realmente dizem”, mascarando justamente esse caráter material do sentido, ou seja, seu enraizamento histórico, contraditório e classista.

Nesse terreno de conflitos de sentidos, o furto por fome revela-se não apenas um problema jurídico, mas um ponto de observação (interpretação) das operações que, através da linguagem, transformam a desigualdade social em desvio individual, naturalizando a repressão penal como resposta à miséria que o próprio sistema capitalista produz. Desse modo, entendemos que o “furto famélico” (necessidade extrema), ao ser interpretado como ato “ilícito penal”, coloca em xeque as próprias bases da justiça e da ordem social, funcionando como um sintoma agudo das contradições do capitalismo.

¹⁰³ Confira Pêcheux (1997); Silva Sobrinho (2019).

O furto famélico: aspectos discursivos e criminológicos materialistas

O presente trabalho se desenvolve a partir de um diálogo interdisciplinar entre a Análise do Discurso de orientação materialista, a partir de Michel Pêcheux e Eni Orlandi, e os fundamentos da criminologia crítica, referencial teórico que examina o fenômeno criminal à luz das contradições de classe que permeiam a estrutura capitalista. Essa interseção teórico-metodológica permite abordar o funcionamento ideológico dos discursos sobre o “furto famélico” em sua materialidade, compreendendo-os como instâncias fundamentais na produção e na legitimação da criminalização da pobreza.

Toma-se como ponto de partida a perspectiva crítica que entende a criminalização da pobreza como uma estratégia articulada de preservação da ordem econômica vigente, na qual o combate à criminalidade se orienta seletivamente contra os grupos socialmente vulneráveis. Nesse contexto, escolhe-se como objeto de análise o “furto famélico” — modalidade delitiva que expressa, em sua essência, o conflito entre a subsistência humana e a normatividade jurídica. Como sintetizam Gonzaga; Silva (2022, p. 115), “é na vulnerabilidade social que surge o chamado furto famélico, que é o ato de extrair algo de forma ilícita para satisfação de necessidades básicas”.

A criminalização do “furto famélico”, ao incidir sobre atos voltados à sobrevivência, revela uma das manifestações mais agudas das contradições da sociedade capitalista. Nesse processo, certos sujeitos e grupos passam a ser estigmatizados e construídos discursivamente como ameaça à ordem, independentemente de qualquer dano ou perigo real que representem. A esse respeito, tem-se que as normas penais, ainda que formalmente emanadas dos legítimos representantes do povo, acabam sendo “utilizadas para conter e controlar condutas existencialmente problemáticas, de um ponto de vista social, e que, ao serem utilizadas para reprimir os movimentos sociais, transformam pessoas comuns em criminosos” (Shecaira, 2013, p. 255).

A construção teórica da criminologia crítica remonta ao cenário político e social pós-1960, marcado pela insurgência de movimentos sociais que reivindicavam direitos e denunciavam a marginalização estrutural de determinados grupos. Na realidade norte-americana, tal contexto revelou um “Estado penal hipertrofiado que substitui, peça por peça, o embrionário do Estado de bem-estar social na base da estrutura de classes” (Wacquant, 2007, p. 87), sustentado por uma ideologia que opera uma “concepção moralista e moralizante da pobreza como produto das carências individuais dos pobres” (*idem*).

Essa postura ideológica desloca a responsabilidade estrutural do Estado para o indivíduo, sustentando a ideia de que a superação da pobreza depende unicamente do esforço pessoal de quem nela se encontra. Tal concepção legitima formas desmedidas de repressão, muitas vezes naturalizadas social e institucionalmente, mesmo quando revelam seletividade e profunda desigualdade no tratamento dispensado a diferentes segmentos sociais. Como salienta Wacquant (2001, p. 101), no contexto europeu, também se observou a transformação do “Estado-providência” em “Estado-penitência”, no qual os grupos mais vulneráveis — precarizados, imigrantes e usuários de drogas — passam a constituir os “clientes” prioritários do sistema prisional.

Essa disparidade de tratamento entre os diversos grupos sociais revela o caráter seletivo do sistema penal, que opera tanto dentro quanto fora dos espaços de reclusão. Becker (2008, p. 25) pontua que “o grau em que um ato será tratado como desviante depende também de quem o comete e de quem se sente prejudicado por ele. Regras tendem a ser aplicadas mais a algumas pessoas do que a outras”. Desse modo, institui-se uma linha de separação simbólica entre aqueles que estão plenamente integrados à ordem social e aqueles que, por sua condição, trajetória ou aparência, são identificados como outsiders — sujeitos que geram atrito com a norma e, por isso, se tornam alvos preferenciais da criminalização. Como destaca Sutherland (1949,

p. 32), “no pensamento público, a palavra ‘criminoso’ aplica-se geralmente só àqueles que são pela sociedade condenados ao ostracismo”.

A criminalização da pobreza, portanto, deve ser compreendida no interior de uma lógica estrutural mais ampla, na qual a desigualdade econômica, política e simbólica sustenta as representações negativas dos pobres enquanto perigosos ou desviantes. Essa perspectiva implica reconhecer que a questão criminal, para além de suas manifestações jurídicas, deve ser “trabalhada por um enfoque macrosociológico que historiciza a realidade comportamental e ilumina as relações com a estrutura política, econômica e social” (Batista, 2011, p. 89).

Embora o foco central deste projeto esteja nas contradições econômicas de classe, não se pode desconsiderar a importância da raça na dinâmica da seletividade penal e da criminalização da pobreza. O racismo institucional, muitas vezes dissimulado sob a lógica da democracia racial, opera de maneira estruturante nas práticas repressivas do Estado. Como alerta Flauzina (2008, p. 50), “coube à democracia racial clivar uma imagem que impedisse a constatação explícita de incidência do racismo nos meios institucionais, essa sempre contou como uma ferida aberta a se administrar”. Assim, o poder público atua no sentido de “monitorar e disciplinar, mediante o uso de discursos e práticas punitivas (em regra o encarceramento), aqueles que representavam ameaças à ordem vigente e destoavam do ideal de cidade branca e civilizada” (Ferreira; Cunha, 2009, p. 85).

Nesse cenário, o sistema de justiça criminal pode ser compreendido como um aparelho ideológico do Estado, cuja função é garantir a reprodução das relações de dominação de classe. Althusser (1986, p. 32) define o Estado como “força de execução e de intervenção repressiva, ao serviço das classes dominantes, na luta de classes travada pela burguesia e pelos seus aliados contra o proletariado”.

Além do Estado, é preciso ressaltar que os veículos midiáticos hegemônicos também desempenham papel central na legitimação das práticas repressivas, ao modelar discursos em consonância com os interesses da classe dominante. Como destacam Souza e Ferreira (2012), a mídia, ao apropriar-se do discurso jurídico-criminal, torna-se “verdadeiro meio de pressão capaz de, em consonância com o coletivo, promover modificações nas realidades legislativa, judiciária e administrativa” (p. 364). Todavia, esse papel é frequentemente exercido sob a lógica mercadológica, em detrimento do interesse público e da racionalidade democrática, resultando em graves distorções sociais.

Essa tendência é perceptível na forma como a mídia seleciona suas fontes e enquadra as narrativas, especialmente no que tange à figura do “infrator”. Como aponta Ramos (2007, p. 57), muitos profissionais de comunicação assumem, sem reservas, que “não procuram criminosos como fonte. Uma frase costuma ser repetida: ‘não vamos dar voz ao bandido’”. Tal postura reforça estigmas e silencia as vozes dos sujeitos criminalizados, privando-os de qualquer possibilidade de contestar o discurso hegemônico.

Diante disso, o “furto famélico” se apresenta como um fenômeno singular, que tensiona os sentidos historicamente estabilizados sobre crime, punição e moralidade. Sua ocorrência desafia as fronteiras entre o ilícito e o legítimo, expondo a ambivalência entre a reprovabilidade jurídica e a compaixão social. Como enfatiza Pêcheux (1997, p. 173), os discursos, ainda que especializados, “não estão separados da história (da luta de classes): eles constituem, ‘compartimentos’ especializados das ideologias práticas sobre o terreno da produção de conhecimentos, com discrepâncias e autonomizações variáveis”.

Ao problematizar a repressão penal de atos voltados à subsistência, o “furto famélico” revela “as contradições da sociedade capitalista que se metamorfosceia sem eliminar, em sua essência, a lógica do capital” (Silva Sobrinho, 2014, p. 1127). Nesse contexto, é essencial reconhecer o viés patrimonialista que

permeia o delito de furto, conforme crítica formulada por Marx (2005, p. 111): “a valorização do mundo das coisas aumenta a desvalorização do mundo dos homens”.

Portanto, os discursos jurídico-midiáticos sobre o “furto famélico” tornam-se campo privilegiado de análise da luta ideológica por sentidos. Como afirma Pêcheux (2011, p. 273), “no terreno da linguagem, a luta de classes ideológica é uma luta pelo sentido das palavras, expressões e enunciados, uma luta vital por cada uma das duas classes sociais opostas que têm se confrontado ao longo da história”.

É nessa perspectiva que se insere o presente estudo, comprometido com uma abordagem crítica da linguagem que compreende a língua em sua materialidade histórica e ideológica, concebendo os sujeitos como inscritos em práticas discursivas atravessadas pelas relações de poder, pelas contradições sociais e, sobretudo, pelas lutas de classe que constituem a formação social brasileira.

Análise do *corpus*: notícia e comentários no *site* da Câmara dos Deputados

Para o presente trabalho, no qual se desenvolve um breve gesto de análise, adota-se como *corpus* uma notícia publicada no *site* da Câmara dos Deputados (2022) sobre o Projeto de Lei n. 4540/21 que trata do furto famélico, além de dois comentários postados nessa publicação, um favorável e outro contrário. Organiza-se tal material através de Sequências Discursivas (SDs), iniciando-se com o corpo da notícia:

SD1: O Projeto de Lei 4540/21 altera o Código Penal para determinar que não haverá prisão no caso de furto por necessidade ou de valores insignificantes. O furto por necessidade ocorre quando o autor do crime estiver em situação de pobreza ou extrema pobreza e quando

o bem subtraído tem o objetivo de saciar sua fome ou necessidade básica imediata sua ou de sua família.

SD2: Os parlamentares citam casos de pessoas encarceradas pelo furto de uma cartela de barbeadores (R\$ 22); de alimentos vencidos de um supermercado (R\$ 50); e até de água. ‘A criminalização de atos de baixíssima repercussão social, que configuram expressão de uma profunda crise social e econômica, gera uma distorção, na medida que coloca o aparato estatal a serviço da proteção de bens de valores irrisórios, gerando uma sobrecarga do Judiciário’, avaliam.

SD3: Além disso, os autores destacam que o furto é um crime sem características violentas a que responde cerca de 11% da população carcerária e, em grande maioria, negros. ‘O delito de furto, que é um crime sem violência contra a pessoa e, em geral, de baixa lesividade, resulta em altas taxas de encarceramento seletivo’, avaliam.

A primeira categoria que se mobiliza é o interdiscurso, compreendido como aquele que “designa o espaço discursivo e ideológico no qual se desdobram as formações discursivas em função de relações de dominação, subordinação, contradição” (Maldidier, 2003, p. 51). A notícia mobiliza pré-construídos sociológicos e criminológicos críticos. Em SD2 e SD3, ao citar casos concretos (cartela de barbeadores, alimentos vencidos) e dados (11% da população carcerária, maioria negra), o discurso traça a memória das causas estruturais (crise social e econômica, seletividade penal) que são sistematicamente apagadas no discurso penal hegemônico. A referência à “sobrecarga do Judiciário” (SD2) e ao “encarceramento seletivo” (SD3) inscreve-se no campo da criminologia crítica, disputando o sentido do furto de baixa lesividade.

Como sabemos, a perspectiva da Análise do Discurso, “objetiva explicitar os mecanismos da determinação histórica dos

processos de significação” (Orlandi, 2005, p. 10). Assim, observamos que o sujeito que furta é designado não como “criminoso” ou “delinquente”, mas, ao mesmo tempo (paradoxalmente), como alguém “em situação de pobreza ou extrema pobreza” (SD1), cujo ato tem o “objetivo de saciar sua fome ou necessidade básica imediata”. Essa predicação ressignifica o evento, deslocando-o do campo moral-legal do “crime” para o campo social da “sobrevivência”. O furto é qualificado como “expressão de uma profunda crise social” (SD2) e “crime sem violência” (SD3), operando uma ressignificação que tensiona a evidência de que todo furto deve ser punido com prisão.

O sujeito desse discurso (os parlamentares proponentes) posiciona-se como crítico do aparelho estatal penal, denunciando sua “distorção” (SD2) ao proteger “bens de valores irrisórios” em detrimento de lidar com a crise social. É uma posição que interpela o(a) leitor(a) a compreender o fenômeno a partir de uma lógica sistêmica e estrutural, em contraposição a uma lógica individualizante e moralizante.

O discurso materializado na proposta legislativa repercute na sociedade de diversas formas, elegendo-se aqui dois comentários para fins de análise (Câmara dos Deputados, 2022):

SD4: Esse tipo de lei só aumenta a impunidade e incentiva ao furto ou roubo.. Só criam leis para favorecer o crime.. Ao invés de furtar, pedir é mais correto. Sem contar q já existe muitos benefícios sem precisar de furtar ou roubar..

SD5: É uma ação necessária, pois diminuem um pouco o congestionamento desnecessário nas prisões e também custos para o cofres públicos. Claro que isso é uma política de emergência que não deve durar para sempre. Cidadãos educados e com renda, trabalho, com certeza isso tudo acabaria. Falta a desigualdade social e dar oportunidade para todos. Os donos do poder

precisam entender que eles são os responsáveis pela criminalidade, fome e morte em uma sociedade tão desigual como a do Brasil.

O enunciado da SD4 opera por evidências bastantes em si não questionadas: leis como essa “só aumentam a impunidade e incentivam ao furto”. Há uma transparência do sentido que associa descriminalização a incentivo ao crime, num mecanismo de causalidade direta e simplista. A máxima “ao invés de furtar, pedir é mais correto” (SD4) revela uma negação da condição de miséria extrema, pressupondo que redes de assistência ou a simples caridade são alternativas universalmente acessíveis e dignas. Esse gesto discursivo invisibiliza a urgência e a desesperança que podem estar contidas em um ato de “furto famélico”.

O sujeito que furta, neste discurso, é interpelado como um oportunista (“favorecer o crime”) que opta pelo caminho errado mesmo tendo alternativas (“já existe muitos benefícios”). A pobreza é moralizada: o problema não é a falta estrutural de recursos, mas uma suposta falha de caráter ou escolha individual do sujeito.

A SD4 está filiada à formação ideológica neoliberal e punitivista, que, neste campo de saber, responsabiliza o indivíduo, naturaliza as desigualdades e apela à “ordem” via repressão penal. O comentário silencia completamente as causas estruturais levantadas nas SDs 1, 2 e 3, o que demonstra que “o silêncio não é o vazio, ou o sem-sentido; ao contrário, ele é o indício de uma instância significativa” (Orlandi, 2007, p. 68). A contradição social é apagada em favor de uma moralidade abstrata que serve para estabilizar o sentido hegemônico do crime e da punição.

Por sua vez, a SD5 demonstra uma posição ambígua e contraditória, demonstrando a luta intradiscursiva em um mesmo sujeito. O seu enunciado mescla, de um lado, elementos do discurso da administração penal eficiente (“diminuir

congestionamento... e custos”), que opera numa lógica neoliberal de conferir sentido econômico às políticas criminais e, de outro, elementos do discurso da crítica social (“os donos do poder são os responsáveis pela criminalidade, fome e morte”) que enxerga os problemas estruturais da sociedade, mas sem necessariamente adotar uma postura revolucionária, de ruptura. Essa justaposição revela uma tensão: por um lado, aceita a proposta com base na racionalidade gerencial do Estado; por outro, vai além e aponta para a raiz do problema na desigualdade e na responsabilidade das elites.

O sujeito de SD5 apoia a lei, mas como “política de emergência que não deve durar para sempre”. O horizonte final continua sendo um mundo onde “cidadãos educados e com renda” não furtam. Há, portanto, um reconhecimento da necessidade imediata, mas sem um rompimento completo com a evidência de que, em uma sociedade ideal (educada, com trabalho), o furto não seria devido e, conseqüentemente, a punição seria legítima. É um discurso que critica a consequência (encarceramento em massa) e a causa distal (desigualdade), mas mantém um ideal de ordem social harmônica que nega, em última instância, o conflito estrutural.

Segundo Pêcheux (1997, p. 160), “as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam”. Este axioma evidencia que os sentidos não são inerentes aos termos, mas são produzidos e estabilizados no interior de formações discursivas em disputa.

No embate analisado, uma mesma palavra como “furto” não carrega uma essência fixa: da posição jurídico-crítica do Projeto de Lei, ela se associa a “sobrevivência” e “expressão de crise social”, designando um ato de necessidade que revela as falhas do Estado. Já na posição punitivista, a mesma palavra “furto” é investida de sentidos de “oportunismo”, “escolha moralmente censurável” e “ameaça à ordem”, apagando sua condição material para ressaltar uma suposta falha de caráter individual. Da mesma forma, a “solução” proposta pela

descriminalização é significada, de um lado, como um passo de “justiça” e “racionalidade”, e de outro, como “impunidade” e “incentivo ao crime”. Até mesmo a figura do “famélico” oscila entre a de “vítima da estrutura” e a de “infrator potencial”. Assim, a luta política em torno da lei revela-se, em sua base, uma luta discursiva pela produção de sentidos que busca classificar (capturar os sujeitos), onde cada posição — jurídica, punitivista ou crítica estrutural — tenta fixar, a partir de seus próprios interesses ideológicos, a leitura legítima do fenômeno, demonstrando que a linguagem é o terreno material no qual se decide quem será criminalizado, compreendido ou invisibilizado pela ordem social.

Considerações finais

A análise empreendida neste artigo demonstrou que o “furto famélico” é muito mais que um crime descrito em lei penal; é um nó discursivo onde se travam intensas batalhas ideológicas. Ao aplicar as lentes da Análise do Discurso materialista ao *corpus* — que articula a proposta legislativa (SD1-SD3) e algumas das suas recepções sociais contraditórias (SD4, SD5) —, foi possível mapear a disputa pela fixação de sentidos. De um lado, o discurso do Projeto de Lei opera um deslocamento radical, redescrevendo o “furto” como “sobrevivência” e o “infrator” como “vítima” da crise social, traçando a memória das causas estruturais e da seletividade penal.

A nosso ver, esse gesto tenta desestabilizar a evidência punitivista, que, por sua vez, se reafirma com força em comentários como o da SD4, onde o ato é moralizado, a necessidade é negada e a solução proposta é interpretada como “impunidade”. O comentário da SD5, por sua vez, revela a ambivalência dessa disputa, mesclando uma aceitação pragmática da medida com uma crítica que ainda mantém um horizonte de harmonia social, evidenciando a complexa presença dos discursos críticos no senso comum da população.

Conforme a máxima pecheutiana de que as palavras mudam de sentido conforme a posição de quem as enuncia, viu-se que “furto”, “solução”, “famélico” e “justiça” são significantes em permanente tensão. A luta pela descriminalização revela-se, assim, uma luta na linguagem: confrontos entre uma formação discursiva que individualiza e estigmatiza a pobreza por outra que a historiciza e a politiza. No entanto, a análise também aponta para os limites da mera alteração legal, já que, como sinaliza a crítica implícita em alguns discursos, a descriminalização, ainda que urgente e necessária, não extirpa as raízes da fome e da desigualdade na sociedade regida pela lógica do capital.

Portanto, conclui-se que a análise discursiva do “furto famélico” não se esgota na interpretação de textos, mas pode revelar os mecanismos de sustentação simbólica de uma ordem sócio-econômica excludente. Ela evidencia como o sistema penal e seus discursos justificadores funcionam como aparelhos ideológicos que gerenciam os conflitos sociais, criminalizando a miséria para ocultar sua gênese estrutural de caráter exploratório.

O desafio que se coloca para uma práxis verdadeiramente transformadora é, então, duplo: atuar no plano imediato da desconstrução discursiva dos estigmas que legitimam a repressão, e, concomitantemente, lutar pela superação material das condições que produzem a fome. Só assim será possível transcender a mera não-punição da pobreza para construir uma sociedade onde o “furto famélico” não seja sequer uma possibilidade, porque a necessidade extinta terá dado lugar à dignidade garantida.

Referências bibliográficas

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BATISTA, V. M. **Introdução crítica à criminologia brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

BECKER, H. S. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Tradução de M. L. X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto acaba com prisão para pequenos furtos cometidos por quem passa fome**.

2022. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/noticias/909300-projeto-acaba-com-prisao-para-pequenos-furtos-cometidos-por-quem-passa-fome/>.

Acesso em: 26 set. 2025.

FERREIRA, F. F.; CUNHA, H. S. **Filtragem étnico-racial no funcionamento da justiça criminal**. *Revista de Estudos Criminais*, São Paulo, v. 9, n. 34, p. 47–56, jul./set. 2009.

FLAUZINA, A. L. P. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e os projetos genocidas do Estado brasileiro**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

GONZAGA, A. J. S.; SILVA, S. X. da. **Furto famélico: quando o Estado tem que arcar com as custas de sua própria ausência**. *Direito em Revista*, v. 7, jan./dez. 2022.

Disponível em:

https://revistas.icesp.br/index.php/DIR_REV/article/view/2690. Acesso em: 1 dez. 2025.

MALDIDIER, D. **A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje**. Campinas: Pontes, 2003.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de L. C. Martorano. São Paulo: Martin Claret, 2005.

ORLANDI, E. **Michel Pêcheux e a Análise de Discurso**.

Estudos da Língua(gem), v. 1, n. 1, p. 9–13, 2005. Disponível em:

<https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/973>. Acesso em: 1 dez. 2025.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

PÊCHEUX, M. **As massas populares são um objeto inanimado?** In: ORLANDI, E. (org.). **Análise de discurso: Michel Pêcheux.** Campinas, SP: Pontes, 2011.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Tradução de E. P. Orlandi et al. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

RAMOS, S. **Mídia e violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil.** Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

SHECAIRA, S. S. **Criminologia.** 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

SILVA SOBRINHO, H. **O analista de discurso e a práxis sócio-histórica: um gesto de interpretação materialista e dialético.** *Conexão Letras*, v. 9, p. 37–50, 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/conexaolettras/article/view/55120>. Acesso em: 1 dez. 2025.

SILVA SOBRINHO, H. **O caráter material do sentido e as classes sociais: uma questão para a Análise do Discurso.** *Polifonia*, [S. l.], v. 26, n. 43, p. 130–150, 2019. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/8307>. Acesso em: 2 dez. 2025.

SOUZA, L. A.; FERREIRA, R. C. A. **Discurso midiático penal e exasperação repressiva.** *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 20, n. 99, p. 389–426, nov./dez. 2012.

SUTHERLAND, E. H. **Princípios de criminologia.** São Paulo: Martins, 1949.

WACQUANT, L. **As prisões da miséria.** Tradução de A. Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WACQUANT, L. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos (a onda punitiva).** Tradução de S. Lamarão. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

METÁFORAS POLÍTICAS EN EL DISCURSO DEL PRESIDENTE CHILENO GABRIEL BORIC FONT

Adrian Fuentes ¹⁰⁴

Los discursos son actos sociales que repercuten en nuestro a día a día. Según Norman Fairclough (2006):

Today individuals working in a variety of disciplines are coming to recognize the ways in which changes in language use are linked to wider social and cultural processes, and hence are coming to appreciate the importance of using language analysis as a method for studying social change. (Fairclough, 2006, p.1)

La base de todo discurso (y tal vez el lenguaje mismo) es su acción social y cultural, reflejo de cómo percibimos el mundo que nos rodea. Por estas razones, el discurso político juega un papel tan importante al ser un discurso dirigido directamente a un grupo de seguidores y retracts. Es decir, es el discurso de un individuo (en representación de valores, ideologías, partidos, instituciones, etcétera) frente a una sociedad o grupo social específico. Estos discursos activan un marco cognitivo en sus oyentes, entendiendo marco cognitivo bajo la definición de George Lakoff (2007):

Los marcos son estructuras mentales que conforman nuestro modo de ver el mundo. Como consecuencia de ello, conforman las metas que nos proponemos, los

¹⁰⁴ Estudiante de Letras, Universidad Central de Venezuela.
adrian2705fuentes@gmail.com

planes que hacemos, nuestra manera de actuar y aquello que cuenta como el resultado bueno o malo de nuestras acciones. En política nuestros marcos conforman nuestras políticas sociales y las instituciones que creamos para llevar a cabo dichas políticas. Cambiar nuestros marcos es cambiar todo esto. El cambio de marco es cambio social. (Lakoff, 2007, p.4)

Los discursos políticos al ser construcciones discursivas ya elaboradas con un objetivo en mente suelen recurrir a marcos cognitivos reconocibles, ya sea marcos desarrollados a favor o en contra de su propio discurso. De esta manera, todo discurso político tiene un objetivo al buscar activar estas nociones que se encuentran en un marco cognitivo específico en nuestra mente.

En este contexto, la presente investigación busca entender las metáforas políticas utilizadas por el presidente chileno Gabriel Boric Font, específicamente aquellas utilizadas en relación a Venezuela, su gobierno y/o su crisis humanitaria y diáspora actual. También se estudia el contexto de producción de estos discursos como otras formas retóricas, siendo un estudio diacrónico que busca encontrar el choque entre el marco cognitivo de izquierda (al cual pertenece Boric) y el posible uso del marco cognitivo de derecha (a la hora de referirse a Venezuela, la seguridad nacional y la inmigración) durante sus discursos producidos desde el año 2022 hasta febrero de 2025. Así, al analizar los discursos del presidente chileno Gabriel Boric, presidente electo desde 2022, parece que gran parte de sus metáforas relacionadas con Venezuela, el gobierno venezolano y su población están constantemente chocando contra el marco cognitivo de la izquierda latinoamericana. Es decir, se tiene de hipótesis que hay un problema con la manera en que actúa Venezuela como país de “izquierda” que, suponemos, hace provocar en el discurso de Boric el uso del marco cognitivo de derecha, ya sea usando expresiones propias de dicho marco o encasillando al gobierno venezolano perseguidores. De esta

manera, este trabajo busca analizar diferentes discursos donde aparece la mención de Venezuela, la mención de su gobierno como dictadura y el constante uso de metáforas de persecución utilizadas por Boric que denotan, al parecer, un cambio de marco cognitivo como medio para deslegitimar el gobierno venezolano.

Así, se utilizará el trabajo de análisis realizado por Charteris-Black en *Politicians and Rhetoric* como base metodológica para analizar los discursos del presidente Gabriel Boric Font, utilizando su mismo procedimiento empírico. Como base teórica (aglutinada a la metodología de Charteris-Black) se utilizó la teoría de la metáfora conceptual de Lakoff para relacionar las formas retóricas, las metáforas y el contexto de los discursos empleados por Boric al referirse a Venezuela, su gobierno y situación social y política. De esta manera, las categorías de análisis estarán basadas en la categorización hecha por Lakoff: metáforas estructurales, orientacionales y ontológicas. Todo esto con el propósito de explicar la manera en que Boric utiliza el marco cognitivo de la derecha y las metáforas relacionadas a Venezuela y su gobierno. Para el análisis de este trabajo se tomaron las transcripciones de once (11) discursos políticos realizados por el presidente chileno Gabriel Boric Font durante el período de 2022 hasta febrero del presente año 2025. Estos discursos fueron elegidos por la mención de Venezuela o alguno de los siguientes temas: seguridad nacional, los gobiernos de izquierda y derecha, la inmigración venezolana, su gobierno o la crisis humanitaria que presenta Venezuela en relación a los derechos humanos. De la hipótesis surgieron las siguientes preguntas:

1. ¿En qué contexto se producen los discursos del presidente chileno Gabriel Boric Font en relación a Venezuela?
2. ¿Qué formas retóricas y, especialmente qué metáforas utiliza para sus discursos a la hora de referirse a Venezuela?

3. ¿Qué marcos cognitivos activan las metáforas políticas del presidente chileno Gabriel Boric Font al referirse a Venezuela?

El presente trabajo tiene como objetivo general analizar las metáforas políticas presentes en el discurso del presidente chileno Gabriel Boric Font, con especial atención a la forma en que se construye discursivamente la representación de Venezuela. Para ello, se propone, en primer lugar, describir el contexto de producción de dichos discursos y su relación con el vínculo gubernamental entre Chile y Venezuela; en segundo lugar, identificar y sistematizar las formas retóricas y las metáforas políticas empleadas en la representación de ese país; y, finalmente, explicar el uso de tales metáforas en relación con los marcos cognitivos de izquierda y derecha, así como con las significaciones atribuidas al gobierno venezolano en el discurso político del mandatario chileno.

Fundamentos teóricos

Metáforas en la vida cotidiana (2009) de George Lakoff y Mark Johnson es, probablemente, la base teórica donde se desprende todo el desarrollo de esta investigación. No solo definen la metáfora como parte fundamental del diálogo cotidiano, sino también categorizan las metáforas de la siguiente manera:

Así a los tres tipos de conceptos metafóricos presentados: metáforas de orientación (ARRIBA/ABAJO), metáforas ontológicas (ENTIDAD/SUBSTANCIA/CONTENEDOR) y metáforas estructurales (ejemplo, EL TRABAJO ES UN RECURSO/LA DISCUSIÓN ES UNA GUERRA/etc.), corresponden tres áreas de experiencia básicas que nos permiten comprender otras experiencias en sus términos. Serían los «tipos naturales de experiencia». Estas áreas básicas de experiencia están organizadas como *gestalts* y

representan totalidades estructuradas y recurrentes de nuestra experiencia humana. Son «naturales» en cuanto que provienen de campos de comprensión inmediata, ya sean físicos o culturales: nuestro cuerpo, nuestras interacciones con el entorno físico (movimiento, manipulación de objetos, etc.) y nuestras interacciones con otras personas en nuestra cultura (sociales, políticas económicas, etc.). (Lakoff & Johnson, 2009, p.13)

De esta manera, se estudia en este trabajo el uso de metáforas categorizadas por: orientacionales, ontológicas y estructurales.

No pienses como un elefante (2007) de George Lakoff es uno de los principales trabajos como fundamento teórico para esta investigación gracias a su definición del marco cognitivo y su análisis del discurso político. Según el autor:

Los marcos son estructuras mentales que conforman nuestro modo de ver el mundo. Como consecuencia de ello, conforman las metas que nos proponemos, los planes que hacemos, nuestra manera de actuar y aquello que cuenta como el resultado bueno o malo de nuestras acciones. En política nuestros marcos conforman nuestras políticas sociales y las instituciones que creamos para llevar a cabo dichas políticas. Cambiar nuestros marcos es cambiar todo esto. El cambio de marco es cambio social. (Lakoff, 2007, p.4)

Para este autor, el marco cognitivo que se emplea en un discurso político es fundamental a la hora de legitimar dicho discurso frente a un adversario. Los marcos encapsulan maneras de ver el mundo y, de esa manera, un político que usa un marco cognitivo de un partido opuesto tiende a ceder al discurso del rival. En esta investigación se tomará dicho concepto para hacer foco a

la problematización en el discurso del presidente chileno Gabriel Boris Font.

El trabajo de Lakoff no solo se centra en el análisis de los marcos cognitivos como modos de ver el mundo. Su análisis también apunta a las formas en que estos marcos salen a la luz en el discurso, no solo por su uso directo sino también por su negación (LAKOFF, 2007, p.6). Así, un marco cognitivo se vuelve una cápsula que oculta verdades y que responde a hechos de la realidad, ya sea para corroborarlos o desmentirlos. A su vez, su análisis compara los dos marcos cognitivos de los demócratas y republicanos. Para propósitos de este trabajo se tomarán de referencia estos modelos de representación social en los discursos políticos: valores familiares y morales, principalmente la del padre estricto (conservadores) y la familia protectora (liberales). De esta manera, se busca entender el choque de marcos cognitivos en un discurso de derecha e izquierda política sudamericana, y de qué manera se manifiestan de manera consciente o inconsciente en los discursos políticos del presidente chileno.

The Communication of Leadership: The Design of Leadership Style (2007) de Jonathan Charteris-Black será otro punto de referencia teórico. En este trabajo el autor busca responder cuatro preguntas claves: ¿Cómo se comunican los líderes? ¿Los líderes comunican más con palabras o acciones? ¿Tienen estrategias únicas? ¿Son seres morales o impostores? Por medio de su análisis a seis (6) líderes fuera del marco cognitivo de la política occidental, el autor estudia las estrategias empleadas por estos líderes políticos tanto por medios verbales como no verbales para legitimar sus discursos. Para este trabajo estas nociones del uso de símbolos como la comparación de políticos fuera de la diplomacia estadounidense permite tanto una comparación con los discursos de Boric en contraste con otros discursos de izquierda, así como un desarrollo de los elementos contextuales que influyen en la legitimidad del discurso del presidente chileno y su relación con el marco cognitivo de derecha e izquierda. El análisis de este autor se centra en entender la relación del líder político con su público

objetivo (sus seguidores). Sus discursos funcionan al suplir una necesidad psicológica en el oyente a través de la creación de valores.

Categorías de análisis

Para esta investigación se ha categorizado los siguientes elementos discursivos: marco cognitivo, metáforas y sus dominios, elementos retóricos.

La naturaleza de la investigación es cualitativa. Se tomará en cuenta las categorías antes mencionadas, enfocando esta investigación no en las cualidades medibles de estos elementos, sino en sus cualidades y funciones dentro de los discursos a analizar.

De esta manera, el análisis de estas categorías no solo se hará desde el funcionamiento que cumplen dentro de un discurso dado, sino también de su frecuencia y sus cambios por medio de un análisis diacrónico de los discursos del presidente chileno Gabriel Boric Font y las metáforas políticas relacionadas con Venezuela, su diáspora y su situación política y social.

Corpus de estudio

Para la presente investigación se eligieron un total de once (11) transcripciones de discursos realizados por Gabriel Boric Font durante su presidencia donde se hace mención de Venezuela y su crisis humanitaria desde el año 2022 hasta el mes de febrero de 2025. Dichos discursos se tomaron de la página oficial de la Dirección de Prensa de la Presidencia de la República de Chile: Prensa Presidencia. La delimitación de dichos discursos se basó en la mención de Venezuela, su gobierno y/o la inmigración venezolana. Dichos discursos son:

Cuadro 1: discursos recopilados

Fecha	Título	Nº de palabras
6/6/2022	El Presidente de la República, Gabriel Boric Font, participa en un almuerzo de trabajo con CEOs de empresas canadienses en Chile, ofrecido por el Canadian Council for the Americas	2.312
12/3/2024	Presidente de la República, Gabriel Boric Font, encabeza una nueva sesión del Gabinete Pro Crecimiento y Empleo	1.539
11/4/2024	Presidente de la República, Gabriel Boric Font, encabeza la ceremonia de primera piedra del nuevo edificio de la Jefatura Nacional de Inteligencia Policial de la PDI	1.683
1/6/2024	El Presidente de la República, Gabriel Boric Font, realiza Cuenta Pública 2024	22.069
30/7/2024	El Presidente de la República, Gabriel Boric Font, entrega declaraciones desde Emiratos Árabes Unidos.	1.451
5/8/2024	Presidente de la República, Gabriel Boric Font, junto al Presidente de la República Federativa de Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, participan del cierre del Foro Empresarial Chile-Brasil	2.138
24/9/2024	El Presidente de la República, Gabriel Boric Font, interviene en la 79º Asamblea General de Naciones Unidas	2.461
24/9/2024	El Presidente de la República, Gabriel Boric Font, participa del encuentro “En defensa de la democracia, lucha contra el extremismo”	1.274
25/9/2024	El Presidente de la República, Gabriel Boric Font, realiza declaración a los medios de comunicación en el marco de su participación en la 79º Asamblea General de Naciones Unidas	1.216

10/12/2024	El Presidente de la República, Gabriel Boric Font, participa de la entrega del Informe Anual de Derechos Humanos 2024 del Instituto Nacional de Derechos Humanos	3.198
9/1/2025	El Presidente de la República, Gabriel Boric Font, encabeza la entrega de vehículos policiales y realiza visita inspectiva a las obras de la Escuela de Formación de Carabineros en Concepción	1.954

Procedimiento de análisis

Para la presente investigación se procedió analizando las transcripciones de los discursos antes mencionados. Primero, se recopilaron las metáforas de cada discurso; luego, se clasificaron dichas metáforas conceptuales en base a su dominio meta: la inmigración, la seguridad nacional y el gobierno venezolano. En base a esta clasificación se analizaron las metáforas por grupo para identificar su relación con un posible marco cognitivo de derecha que luego era trasladado a un marco cognitivo de izquierda.

Análisis y discusión de resultados

El discurso político tiende a legitimarse utilizando diferentes herramientas retóricas. Una de las principales herramientas utilizadas por Gabriel Boric Font en sus discursos para la legitimación de su gobierno al público es el convencer de que temas relacionados al marco cognitivo de derecha como: seguridad nacional o la inversión en el sector privado son temas ajenos a un color político específico y son necesarios sin importar la inclinación de derecha o izquierda. Desde sus primeros discursos hay siempre una puesta en escena no solo de él como representante de su gobierno y país (metonimia donde el líder político, su nación y su gente pasan a ser uno solo), sino también como desarrolla su discurso en reiterar el progreso y el avance hacia el futuro por medio de una conversación, de conectar y

dialogar dos entidades que se presuponen opuestas: dos generaciones diferentes, países, etc. No obstante, también recurre a metáforas bélicas o de distanciamiento. Ejemplo de lo antes expuesto está el caso de Maduro, quien funciona en sus discursos como ente antagónico, no para distanciar el gobierno de Boric de la izquierda, sino legitimar sus nociones de ese marco cognitivo como pragmáticas y verdaderas. Cada vez que salen a la luz temas como el desarrollo del sector privado en Chile, seguridad nacional, inmigración o derechos humanos en general, el presidente chileno Gabriel Boric Font apunta a cómo son ellos los que realmente creen y luchan por estos valores. De esta manera, sus metáforas bélicas siempre están dirigidas a luchar a favor de conceptos abstractos (ideales, valores, la seguridad, etcétera) mientras que la noción de diálogo y conexiones las relaciona con personas y luego entidades gubernamentales o empresariales, ambas como metáforas estructurales. En otras palabras, usa una noción de un marco cognitivo de derecha y luego la relaciona con uno de izquierda.

Ejemplo de lo anterior tenemos:

Ahora, tengo absolutamente claro como Presidente de la República que el crecimiento económico es **un concepto vacío** si es que no viene acompañado de **bienestar concreto** para los habitantes de nuestra Patria. *(Gabriel Boric Font, encabeza una nueva sesión del Gabinete Pro Crecimiento y Empleo)*

Como les dije a algunos de ustedes antes allá arriba, de verdad no sé que pueden estar pensando ustedes respecto a mí, a nosotros o a nuestro Gobierno, porque se han dicho muchas cosas como que nosotros vamos a ser los próximos Maduro o cosas por ese estilo. Eso no es verdad. Nosotros realmente creemos en la democracia, nosotros realmente luchamos por el respeto a los derechos humanos y somos pragmáticos entendiendo que necesitamos un Estado benefactor, pero un Estado benefactor no es posible sin el sector privado. *(Gabriel*

Boric Font, participa en un almuerzo de trabajo con CEOs de empresas canadienses en Chile, ofrecido por el Canadian Council for the Americas)

En este discurso, el presidente tras decir que una de las prioridades de su gobierno es la seguridad nacional y el crecimiento económico a lo largo del discurso, este le da un valor y un objetivo a dicho proyecto relacionado a un bienestar específico para los habitantes de su país. Relaciona así estas nociones de seguridad y proyectos de inversión privada a un bienestar, es decir, un bien común y social: un tema de salud antes que económico.

La inmigración como desastre natural

Durante los discursos de Gabriel Boric Font se detectó un uso recurrente al marco cognitivo de derecha con respecto a temas de inmigración, específicamente, el uso de la metáfora de la inmigración como un desastre natural: como una ola, un flujo, una entidad que llena el país que funciona como contenedor (en este caso Chile) y lo desborda.

Registro de esta metáfora conceptual en el discurso conservador podemos encontrarlo en el estudio *Gran Bretaña como contenedor: metáforas sobre inmigración en la campaña electoral de 2005* realizado por Jonathan Charteris-Black en 2009. De esta manera, aunque el presidente Gabriel Boric Font en sus discursos apunta la crisis migratoria como un problema de derechos humanos, haciendo hincapié en algunas situaciones como hay personas honestas entre los inmigrantes, el presidente también hace énfasis en tres puntos claves: 1. La incapacidad de Chile de contener a todos los inmigrantes que llegan, 2. los inmigrantes como víctimas (golpeados o empujados) por alguna crisis (política o económica), y 3. los inmigrantes como algo a enfrentar: un desastre natural. Ejemplo de lo antes expuesto tenemos:

En Sudamérica estamos enfrentando **grandes olas** de inmigrantes por la crisis venezolana. (*Gabriel Boric Font, participa en un almuerzo de trabajo con CEOs de empresas canadienses en Chile, ofrecido por el Canadian Council for the Americas*).

Y es que **las sanciones económicas golpean** más al pueblo venezolano que a sus actuales gobernantes, golpean a los humildes, a los trabajadores porque la crisis política se conjuga con la crisis económica y, en conjunto, éstas han empujado a más de 7 millones, [...]. Y por responsabilidad, debo ser claro en este punto, Chile no está en condiciones de recibir más migración. (*Gabriel Boric Font, interviene en la 79ª Asamblea General de Naciones Unidas*).

Cuando asumimos, nuestra frontera norte se encontraba **totalmente desbordada** por la inmigración ilegal. (*Gabriel Boric Font, realiza Cuenta Pública 2024*)

De esta manera, se puede ver como parte del uso retórico de Boric recae en el uso de un marco cognitivo de derecha, consciente o inconscientemente. No obstante, el presidente chileno luego busca retomar uno de izquierda. Como se verá más adelante, esta estrategia es especialmente usada en los temas de seguridad nacional e inversión en el sector privado. En el caso de la inmigración, el presidente chileno hace hincapié en una situación y la problematiza, en este caso las grandes cantidades de inmigrantes que llegan al norte del país para luego recalcar que son víctimas de una situación externa como una crisis económica o política (sea el gobierno venezolano o sanciones económicas), o, en su defecto, recalcar que hay personas de bien en los inmigrantes o son parte de la multiculturalidad del país.

Cabe destacar que esta gran cantidad de inmigrantes no suelen ser referidos directamente al pueblo venezolano, pero siempre hay una mención que los relaciona a una ola o un flujo: un líquido que viene a romper o desbordar el contenedor (Chile).

No obstante, estas metáforas ontológicas no son el único punto donde se crea un choque entre marcos cognitivos en sus discursos. Por medio de metáforas orientacionales del futuro es progreso, estructurales como la educación es un recurso y la seguridad nacional una necesidad, se observan patrones similares tanto retóricos como del uso de un marco cognitivo diferente.

La seguridad nacional y el Tren de Aragua

El discurso de Gabriel Boric Font suele estar relacionado a temas de seguridad nacional o desarrollo económico como modelos de viaje o edificios, respectivamente. La seguridad nacional, el desarrollo económico y el crecimiento del país suele ser expresada como un sendero el cual se ha perdido y deben retomar:

Respecto al día que asumimos, hoy la inflación y la pobreza son menores, las cuentas fiscales más equilibradas y **la senda del crecimiento** más sólida.
(Gabriel Boric Font, realiza Cuenta Pública 2024)

Y como lo he señalado en diferentes oportunidades, estoy convencido que el año 2024 va a ser el año del despegue de la economía chilena y de **retomar la senda de crecimiento** que, en los últimos años, por diferentes factores, se había perdido.
(Gabriel Boric Font, encabeza una nueva sesión del Gabinete Pro Crecimiento y Empleo)

En cambio, el presidente chileno utiliza en múltiples ocasiones metáforas de construcción, no solo para el desarrollo económico. Siempre que parece querer enfatizar que algo se ha roto o debe mejorar utiliza el verbo “construir”. Así, temas

abstractos como la economía, la confianza y la comunicación entre naciones o ciudadanos de diferentes nacionalidades se basan en objetos rotos que deben ser reparados o “construidos” de nuevo.

A su vez, Boric recurre a metáforas bélicas, no obstante, estas metáforas están enmarcadas en enfrentamientos y duelos a objetivos abstractos. Hay un enemigo a vencer, pero Boric las categoriza en una lucha conjunta como una meta a alcanzar, una victoria en contra de un concepto: la constitución, valores, etcétera. Las contadas ocasiones que hay una metáfora bélica utilizando la metáfora conceptual LA POLÍTICA ES UNA GUERRA se usa para enfatizar algo erróneo en contraposición de otros valores como la democracia, la comunicación y el diálogo. En general, estas metáforas bélicas aparecen para hacer contrapeso a las metáforas donde personifica la nación, dando énfasis en la importancia de crear conexiones y diálogos a nivel internacional.

Todo lo ya mencionado recae en la conceptualización de la seguridad nacional e internacional, así como otros temas de derechos humanos. Boric conceptualiza estos temas sin “color político”.

Somos parte del sistema de Naciones Unidas desde su fundación, tuvimos una destacada participación en la elaboración de la Declaración Universal de los Derechos Humanos y cuando en Chile esos derechos humanos fueron violados recibimos la solidaridad de todas las naciones y los pueblos del orbe. Esto ha dado lugar a un compromiso histórico que no podemos abandonar. Por eso, hemos alzado la voz para condenar la violencia criminal, el terrorismo, el genocidio y la agresión en todos los rincones del mundo porque el combate al crimen y la defensa de la vida y los derechos humanos no tiene color político ni nacionalidad. (*Gabriel Boric Font, realiza Cuenta Pública 2024*)

Por eso, tenemos un compromiso tan profundo y honesto con la defensa de la democracia. Y por la historia de nuestros propios países y convicciones compartidas, también creemos que los derechos humanos deben respetarse de manera irrestricta siempre, en todo lugar y por cualquier gobierno, independiente del color político que éste tenga. Eso corre para Chile, para Brasil y, por cierto, también para Venezuela hoy en los difíciles momentos que están pasando. *(Gabriel Boric Font, junto al Presidente de la República Federativa de Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, participan del cierre del Foro Empresarial Chile-Brasil)*

Como podemos ver, no solo está el uso de referentes o temas relacionados al marco cognitivo de derecha como la seguridad nacional o la inversión en sector privado, también hay un intento de relacionar dichos conceptos a un marco cognitivo distinto. De esta manera, siempre que recurre a estos temas los hace enfocándose como una necesidad, combinando las expresiones: la seguridad nacional como un viaje o necesidad, el desarrollo económico privado, las construcciones de relaciones internacionales y las metáforas bélicas tomando la política como un conflicto para formar un marco cognitivo relacionado a la construcción de un país estable.

Ahora, la seguridad nacional Boric la relaciona como un tema internacional. Tanto por el grupo criminal organizado El Tren de Aragua y el asesinato del exmilitar venezolano Ronald Ojeda, el presidente chileno reduce la cantidad de metáforas a la hora de referirse al gobierno venezolano en un llamado de colaboración internacional para resolver dichos problemas y atrapar a los culpables, pero a la vez, sanciona la negligencia de poner en duda la existencia de dicho grupo criminal. Solo utiliza las metáforas al relacionar estos temas con la población y enfatizar como son un tema de bienestar común y público.

Conclusiones

A través de los análisis realizados y los resultados obtenidos se pudo cumplir el objetivo general del trabajo: analizar las metáforas políticas del presidente chileno Gabriel Boric Font. Se encontró cierta consciencia por parte de sus discursos a la hora de nombrar temas como inversión del sector privado, seguridad nacional o sanciones a las violaciones a los derechos humanos por medio de expresiones que buscan categorizar dichos temas ajenos a cualquier color o inclinación política. Así, los discursos de Gabriel Boric Font recurren a una “neutralidad moral” que busca sobreponerse por medio de su discurso a las ideologías.

No obstante, cuando negamos el marco, lo evocamos. De esta manera, gran parte de los discursos presentados en este trabajo utilizan argumentaciones en las cuales tras evocar el marco cognitivo de la derecha estos son retomados con temas relacionados a los marcos de izquierda: si se habla de reforzar la seguridad nacional y evitar el paso de inmigrantes se destaca como esto es un bienestar social y como los inmigrantes son víctimas que deben ser tratados siguiendo los derechos humanos.

En el caso de Venezuela se pudo observar que es parte de este argumento de “aplicar la ley sin importar el color del partido político”. El gobierno venezolano funciona como un contrapunto entre el gobierno chileno de Boric, pues cada vez que es mencionado el líder político Nicolás Maduro o su gobierno estos son relacionados a dictadura, violaciones a derechos humanos o como papel de victimarios. En cambio, Chile, su presidente y su gobierno son puestos como aquellos que sí luchan por la democracia, los derechos humanos y buscan cumplir dichos valores.

En el caso de los inmigrantes venezolanos (y la inmigración en general) juega un papel muy importante en este contexto, pues aunque no se puede dilucidar con los ejemplos aquí mostrados si se usa a conciencia las metáforas conceptuales LOS INMIGRANTES SON UN DESASTRE NATURAL, lo cierto

es que los discursos de Boric enfocan por medio de metáforas conceptuales propias del marco cognitivo conservador para problematizar situaciones, sirviendo para su propósito comunicativo: presentar un problema como algo necesario para un bienestar mayor a favor de las personas.

Referencias bibliográficas

CHARTERIS-BLACK, J. C. **Gran Bretaña como contenedor: metáforas sobre inmigración en la campaña electoral de 2005.** *Discurso y Sociedad*, v. 3, n. 3, p. 467–494, 2009.

CHARTERIS-BLACK, J. C. **Politicians and rhetoric: the persuasive power of metaphor.** 2. ed. Estados Unidos: Palgrave Macmillan, 2008.

CHARTERIS-BLACK, J. C. **The communication of leadership: the design of leadership style.** Nueva York: Routledge, 2007.

FAIRCLOUGH, N. F. **Discourse and social change.** Reino Unido: Polity Press; Blackwell Publishing, 2006.

LAKOFF, G. **No pienses como un elefante.** España: Editorial Complutense, 2007.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metáforas de la vida cotidiana.** Madrid: Ediciones Cátedra, 2009.

PRENSA PRESIDENCIA. **[Site institucional]**. Disponible em: <https://prensa.presidencia.cl>. Acesso em: 11 mar. 2025.

A DECOMPOSIÇÃO DE MEDUSA: UM OLHAR ESTRUTURALISTA NA OBRA DE NATALIE HAYNES

Bruna Paquier Cestari¹⁰⁵

A literatura greco-romana segue sendo uma fonte incessante de inspiração para os pensadores e criadores da contemporaneidade. As histórias que os autores clássicos transportaram para a literatura, transformando narrativas orais em texto escrito, ecoam na organização sociocultural ocidental do século XXI, resistindo ao efeito de apagamento do tempo. Tal influência, no entanto, incentivou o trabalho de muitas dessas mentes no sentido de refletir e questionar a forma com que eram estruturadas essas narrativas, as revisitando com uma perspectiva contemporânea que enxerga possibilidades inimagináveis na cultura das civilizações antigas.

Os estudos feministas são um eixo muito ativo nessa questão. É fato que a organização social grega se sustentava em preceitos patriarcais, o que significava que o espaço das mulheres era decidido e organizado por homens, e suas vozes quase não conseguiam alcançar o trabalho intelectual e artístico, considerados inapropriados para elas. Como consequência, a vasta literatura greco-romana dispõe de inúmeras personagens femininas que, relegadas a um papel secundário, não recebem enfoque suficiente, suas histórias conjugadas às de heróis e deuses, sempre contadas por uma perspectiva incapaz de compreendê-las em totalidade. Com isso em mente diversas autoras contemporâneas buscaram visitar essas histórias, resgatando

¹⁰⁵ Desenvolve pesquisas nas áreas de literatura comparada, abordando a continuidade dos mitos greco-romanos nas releituras contemporâneas, com foco atual no mito de Medusa como reestruturado pela autora inglesa Natalie Haynes. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários (PPGELi) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. bruna.p.cestari@unesp.br.

suas personagens com o intuito de recontá-las pelo ponto de vista feminino; é nesse cenário que Natalie Haynes surge.

Os livros de Natalie Haynes se tornaram muito conhecidos pelas releituras de mitos clássicos sob a perspectiva feminista, o que a levou à indicação ao *Woman's Prize for Fiction* em 2020. Com a publicação de *A Thousand Ships* (2019)¹⁰⁶ a autora alcançou os mais vendidos do *New York Times*, consolidando a sua presença no mercado editorial e estabelecendo de forma definitiva a sua proposta literária. No entanto, foi com *Amber Fury* (2014) que Haynes ingressou no mercado editorial, romance que ainda não apresentava os traços temáticos e estilísticos característicos da autora, apesar de seu enredo já se pautar sobre a estrutura da releitura, com a diferença do espaço situado em uma Edimburgo contemporânea quando, nas demais obras de releitura, Haynes sempre desenvolve as histórias em seus cenários originais.

O foco deste trabalho, contudo, é voltado somente ao último romance publicado por Haynes¹⁰⁷, *Stone Blind* (2022). Na história, o mito de Medusa é reconstruído por meio de um tear de diversas contribuições externas e internas, refletindo obras de autores como Hesíodo, Píndaro e Ovídio, o que une a deusa Atena, o herói Perseu e outras figuras do Panteão grego à górgona. Nesse complexo processo de costura, acompanhamos o desencadear de acontecimentos já consagrados pelas obras clássicas sob uma nova ordem, narrados por uma mistura de vozes que confundem opinião, fato e, sobretudo, cronologia. Dessa forma, a análise narratológica reunida e apresentada contempla a obra como um todo, porém concentrada na mudança de instância narrativa de Medusa em sua transição para Gorgoneion.

Ainda que Genette (1979) aponte à inadequação de se entender os capítulos como ponto de partida para a apreensão

¹⁰⁶ Publicado no Brasil com o título *Mil Navios Para Troia* pela Jangada, em 2023.

¹⁰⁷ No momento de escrita deste artigo, o site *Goodreads*, que contém informações atualizadas sobre lançamentos editoriais em língua inglesa, informa um vindouro romance de Haynes programada ainda para o ano de 2025.

espaço-temporal da narrativa, em *Stone Blind* esse recurso de separação das partes é muito importante por ser a forma em que se apresenta a variação da entidade narrativa, além das focalizações.

Para conduzirmos nossa análise, utilizamos principalmente as teorias narratológicas de Gérard Genette, contidas no livro *Discurso da narrativa* (1979), mas também complementamos o embasamento com as teorias de Mieke Bal, reunidas no livro *Narratologia* (2021). Acreditamos que a contribuição da autora aos estudos narratológicos abarca melhor um romance contemporâneo como *Stone Blind*. Escolhemos tal abordagem pela forma estrutural bastante singular com a qual *Stone Blind* é construída. Por ser a voz a instância que, nessa singularidade, mais se destaca, é sobre ela em que nossa atenção recai em maior medida.

Ao tratarmos sobre a instância da voz na narrativa, é importante mantermos em mente sua distinção com ponto de vista, erro comum cometido na análise literária na apreensão da enunciação (Genette, 1979). Como dissemos, em *Stone Blind*, essa instância é profícua e se apresenta em duas variações: 1) narradora¹⁰⁸ heterodiegética com focalização variável e 2) narradora homodiegética com focalização variável, em ordem de frequência. As narradoras personagens (NPs) presentes no livro são 5: Gorgoneion, Panopeia, uma nereida não nomeada, Corônís e as oliveiras (por manifestarem-se como um coletivo, as consideramos uma entidade só para fins de contabilização); aqui poderíamos considerar também as serpentes de Medusa, uma vez que desenvolvem o espaço e a ação por meio de seu diálogo, mas acreditamos que o principal intento de sua troca discursiva é o

¹⁰⁸ Optamos por concordar com o gênero feminino ao nos referirmos a uma narradora genérica em razão da proposta do romance de contar a história através de mulheres. Sendo a maior parte das vozes que narram o romance femininas, acreditamos que a escolha seja coerente com a obra.

efeito emocional, altamente dramático (o que se traduz pelo formato escolhido, comum ao drama) e não a narração *per se*.

Por fim, por mais que disponhamos da edição brasileira da obra¹⁰⁹, optamos por conduzir a análise no original pelos riscos de comprometimento da estilística e forma inerentes ao trabalho tradutório. Contudo, todos os trechos citados no idioma original terão a tradução para o português brasileiro incluídas em notas de rodapé para não restringirmos a possibilidade da compreensão desse trabalho. Pelo mesmo motivo, mencionaremos os nomes do capítulo da forma traduzida; os nomes das personagens, quando fora de citações, também estarão em conformidade com a tradução para alcançarmos uma maior coesão na análise.

Estrutura Geral

A narrativa de *Stone Blind* é dividida em dois níveis: partes e capítulos. As regras para a divisão de ambas não seguem padrões muito definidos, ainda que indiquem a sua formação, que, no entanto, é rompida subsequentemente. Podemos dizer, porém, que o nome das partes é responsável por indicar a temática que orientará o desenvolvimento da história nos capítulos nela incluídos. Quanto à indicação dos capítulos, esta não é feita numericamente, mas através de nomes, os quais também fogem a algum tipo de enquadramento fixo. Na maior parte, indicam a narradora ou o personagem em foco, mas nos capítulos 19 e 57¹¹⁰, “Gigantomaquia” e “Junco”, a nomeação recai em aspectos inanimados e exteriores aos humanos, o primeiro referindo-se à guerra dos deuses contra os gigantes, e o segundo a uma planta. Em ambos os capítulos, a narração parte da focalização em Atena, uma das protagonistas do romance, portanto recorrente na

¹⁰⁹ Publicado no Brasil com o título *Olhar Petrificante: A história de Medusa* pela Jangada, em 2023, e traduzido por Marcelo Barbão.

¹¹⁰ Como dito logo antes, não há numeração na divisão entre capítulos. Contudo, para fins de organização, aplicamos esse sistema que totaliza 75 capítulos em toda a obra.

nomeação, o que torna curiosa a escolha pela quebra do padrão nessas duas ocasiões. No “Junco”, a lógica escolhida parece ter sido uma espécie de paralelismo com Medusa, pois Atena corta a planta da beira do lago e arranca sua parte superior (como uma cabeça), abrindo nela furos para tentar reproduzir o grito que ela ouviu irromper de Euriale (irmã de Medusa), após a morte de Medusa; as escolhas semânticas ressaltam a dor que o som resgata da górgona, além de que o capítulo que o antecede é justamente onde a decapitação ocorre.

Em capítulos em que personagens masculinos são focalizados, como acontece com Zeus, Poseidon e Perseu, seus nomes não equivalem aos dos capítulos, pois estes sempre recaem nas personagens femininas (com as mesmas exceções indicadas anteriormente, às quais acrescentamos “Corônis”, referente a um corvo). Essa escolha é ressaltada quando colocamos em equivalência a nomeação dos capítulos referentes às principais perspectivas seguidas pela narração, as quais iremos elucidar mais à frente:

Quadro 1 – Relação de nomes de títulos e personagens focalizadas

Personagem focalizado	Título do capítulo
Medusa / Gorgoneion	(12) Gorgoneion; (6) Medusa; (2) Panopeia; (2) Euriale; (1) Esteno; (1) Anfitrite; (1) Medusa, Esteno e Euriale; (1) Herpeta; (1) Iodame; (1) Atena e Gorgoneion.
Atena	(11) Atena; (2) Gaia; (2) Elaia; (1) Metis; (1) Hera; (1) Gigantomaquia; (1) Corônis; (1) Junco; (1) Iodame; (1) Atena e Gorgoneion.
Perseu	(8) Andrômeda; (6) Gorgoneion; (5) Dânae; (3) Atena; (1) Cassiopeia; (1) Greias; (1) As Hespérides; (1) Uma Nereida, sem nome; (1) Anfitrite; (1) Panopeia; (1) Hera.

Fonte: Elaborada pela autora.

Todos os capítulos em que Perseu aparece como personagem focalizado são nomeados com os nomes de personagens femininas. A justificativa para essa escolha é encontrada nas palavras da narradora principal, Gorgoneion, que declara ser sua vez de contar a história, numa retaliação às narrativas clássicas que sempre puseram o herói no protagonismo

do mito. Zeus e Poseidon, os outros personagens masculinos que dispõem de algum tempo de focalização na narrativa, não são, contudo, personagens focalizados em partes substanciais, esse papel é cedido a eles de forma muito pontual e breve.

Uma das características mais marcantes da estrutura de *Stone Blind* se encontra na narradora. De forma geral, essa instância narrativa aparece na obra das duas formas que descrevemos anteriormente, heterodiegética e homodiegética com focalização variável. Existem, contudo, alguns capítulos que identificamos como extradiegéticos, onde personagens pertencentes à primeira narrativa discorrem sobre seus pensamentos, motivações e opiniões sobre o presente do discurso sem intermédio da narração. Nesses momentos de pausa na narrativa, a estrutura se torna predominantemente argumentativa.

Como exemplo, utilizaremos o capítulo 4. O título “Esteno” estabelece a personagem focalizada, porém não a narradora. A narradora não se esconde por trás da personagem num movimento de apagamento de si, deslizando ao estilo indireto livre; o que ocorre é o contrário, utiliza reincidentemente de metalepses, exibindo pensamentos e ações numa ilusão de ser o próprio personagem, mas deliberadamente expondo opiniões próprias sobre ele, às vezes por períodos sutis, em que, a depender do personagem (mas nunca com as três górgonas), marca o seu curso de ações com intervenções ironizantes, o emprego de adjetivos pejorativos e a quebra de expectativa em momentos de ação. As metalepses aparecem com mais frequência quando há enfoque nos deuses ou Perseu, carregando

Nesse mesmo capítulo, identificamos a questão da complexa cronologia do romance, enunciada pela narradora: “Sthenno was not the older sister, because they **didn’t think of time in that way**”¹¹¹ (Haynes, 2022, p. 13, grifo nosso), ecoada páginas depois pelas oliveiras “I’m sure it is very confusing when

¹¹¹ “Esteno não era a irmã mais velha, porque elas não pensavam no tempo dessa maneira”.

someone is a baby one moment and a grown man the next, but you must have understood by now that **the gods don't feel time the same way you do**¹¹²” (Haynes, p. 234, grifo nosso). Isso indica que, nas cenas focalizadas em imortais, a instância temporal torna-se ludibriosa por estes personagens não serem capazes de captar a passagem do tempo como os mortais. É por isso que percebemos o contrário nos capítulos em que é através destes que a narrativa se desenrola, nos quais há demarcações claras de tempo.

Nos momentos em que a anacronia se acentua, o uso das elipses é exacerbado e extrapola a própria dimensão definida da história, vislumbrando acontecimento muito ulteriores ao presente da narrativa, e que nunca são alcançados por ela. É como se a narradora furasse a bolha inflada ao redor de Medusa para revelar eventos que ocorreram como consequência desse presente, mas que não são relevantes a ele. Essas elipses, inclusive, interpõem saltos de amplitude considerável tanto para o passado, quanto para o futuro, e de volta ao presente outra vez. Os capítulos da linha de Atena da parte 1 da narrativa (3, 5 e 8) se passam num passado primordial, que remonta ao momento de formação do panteão grego, impondo, assim, uma distância que extrapola o início da primeira narrativa, introduzida no capítulo 4. Contudo, isso não classifica a narração como intercalada, uma vez que a narração se estrutura na predominância de um posicionamento ulterior ao presente narrativo.

Identificamos na obra uma separação de três linhas focais: de Medusa (posteriormente Gorgoneion), de Atena e de Perseu. Todos os capítulos orbitam ao redor de uma dessas linhas, de alguma forma servindo para desenvolver os conflitos introduzidos a partir dos três personagens. Isso ocorre mesmo na ocasião da longa sequência de capítulos focados em Andrômeda na parte 4 e 5 da história, uma vez que se comporta como metadiegeese, uma

¹¹² “Tenho certeza de que é confuso quando alguém é um bebê em um momento e um homem crescido no outro, mas você já deve ter entendido que os deuses não percebem o tempo da mesma forma que você”.

janela no espaço que ocorre em simultaneidade temporal com a jornada de Perseu, até terminar com o entrelaçamento das histórias, e o seu encaixamento na primeira narrativa, quando o herói chega e salva a princesa da oferenda sacrificial. Essa movimentação de se afastar da primeira narrativa para fornecer contexto com histórias paralelas é um recurso muito presente no romance: na aproximação do embate pela posição de deus patrono entre Atena e Poseidon e o capítulo “Junco”, temos alguns exemplos de momentos em que a narrativa suspende a sequência da primeira camada e desliza momentaneamente para a segunda.

De um ponto de vista cronológico, as linhas de Medusa e Perseu ocorrem de forma simultânea, aquela sendo o foco da parte 1 do romance, esta, da parte 2, daí a razão de chamarem-se “Irmã” e “Mãe” respectivamente. Sabemos que o fim de ambas as partes resulta em sua intersecção, pois obtemos a declaração de idade (ou seja, uma marcação temporal explícita) dos dois personagens (16 anos). Movimento este que volta a se repetir em seguida, com a também intersecção da linha de Atena, misturada à de Medusa, para o fechamento da história.

Marcas Da Narração Heterodiegética

Em termos do enredo, o capítulo 4 é o que Medusa aparece na costa em que vivem Esteno e Euriale, ainda bebê; as irmãs discutem o destino de uma criatura que logo identificam como mortal. A narração é feita através de Esteno, emprestando-se de observações de Euriale selecionadas pela narradora heterodiegética. Já na primeira estrofe encontramos essa relação ao informar ao interlocutor como ambas processam a aparição de Medusa:

But she [Esteno] was the one who had been less **horrified** when the baby was left on the shore outside their cave. Euryale had been equal parts **baffled and appalled**: where had the child come from? What mortal would ever

dare to approach the Gorgons' lair to abandon it there? Sthenno had no answers to her questions, and for a while, they both stared at the creature and wondered what to do¹¹³ (Haynes, 2022, p. 13).

Percebemos que, de forma sutil, a narradora declara mais do que Esteno poderia saber de sua irmã, o que poderia indicar uma *paralepse*, mas que marca a natureza variável da focalização quando tomamos o resto do período abrangido pelo capítulo, sempre pulando de uma irmã à outra e construindo cenas emprestando das impressões de ambas. Em dados momentos, a focalização principal é voltada principalmente para Euríale, aliás, invertendo as posições iniciais e fazendo os apontamentos de Esteno parecerem *paralepses*. Além disso, encontramos uma série de paralelismos com acontecimentos vindouros da história aqui, que podem ser entendidos como antecipações, ou sugestões, do futuro. Esse recurso é empregado de forma abundante na obra, mas, principalmente por se tratar do primeiro capítulo em que Medusa aparece, aqui também age de maneira simbólica, como se os desastres vindouros já estivessem todos prenunciados desde o início. Alguns desses paralelismos são mais complexos, construídos sobre partes maiores do enredo, como a seguinte cena em que Euríale caça uma águia para proteger o rebanho, mas não consegue capturá-la antes que fuja:

One day, an eagle tried to pick off one of their lambs, and Euryale rose in the air to defend it. The eagle was too fast for her, and she returned empty handed, a few of the

¹¹³ “Mas ela [Esteno] foi quem ficou menos horrorizada quando o bebê foi deixado na costa do lado de fora da caverna delas. Euríale estivera tanto confusa quanto estupefata: de onde a criança veio? Que mortal ousaria se aproximar do ninho das górgonas para abandoná-la ali? Esteno não tinha respostas para suas perguntas, e, por algum tempo, as duas encararam a criatura e se perguntaram o que fariam.”

bird's feathers falling to the sand behind her. But still it did not dare to try again¹¹⁴ (Haynes, 2022, p. 17).

Com o capítulo 56, após Perseu decapitar Medusa e ser perseguido por Euriale:

[...] I hear the beating of wings and I feel the night displaced as Euryale rises into the air and flies straight at Perseus. [...] And I know Euryale will not miss her prey, not now, not ever. **She could catch a bird in the air in full flight**, Medusa saw her do it more than once. [...] And Athene [...] pushes him hard and he stumbles and looses his footings and crashes down onto his knees [...] Euryale flies over us, I feel her quickening wings – she is so close I believe I could reach out and touch her but I can't, of course. And then she is gone¹¹⁵ [...] (Haynes, 2022, p. 296–297, grifo nosso).

Ainda que a cena não se repita com exatidão, a observação sobre Euriale não errar suas presas e capturar pássaros em pleno voo atua como ponte entre essas duas cenas muito distantes entre si. Em outros momentos, os paralelismos são pontuais e sutis, como se segue: “And there was the baby lying safely beyond the water, sleeping on a thick pile of translucent dead weeds. Like empty skins snakes left behind in the sand, she thought¹¹⁶”

¹¹⁴ “Um dia, uma águia tentou apanhar um de seus bezerros e Euriale se ergueu no ar para defendê-lo. A águia foi rápida demais e ela retornou de mãos vazias, com algumas das penas do pássaro caindo na areia atrás dela. Ainda assim, ele não ousou tentar novamente.”

¹¹⁵ “[...] ouço o bater de asas e sinto a noite deslocar conforme Euriale se ergue no ar e voa diretamente para Perseu. [...] E sei que Euriale não errará sua presa, nem agora nem nunca. Ela poderia capturar um pássaro no ar em pleno voo, Medusa a viu fazer mais de uma vez. [...] E Atena [...] o empurra com força, e ele tropeça e perde o equilíbrio, caindo de joelhos [...] Euriale voa sobre nós, sinto suas asas ficando mais rápidas — ela está tão perto que penso poder esticar a mão e tocá-la, mas é claro que não posso. Então, ela se foi.”

¹¹⁶ “E lá estava o bebê deitado em segurança longe da água, dormindo num

(Haynes, 2022, p. 15) que antecipa os cabelos de serpente, parte da maldição que Medusa sofrerá de Atena;

And cutting across the furthest edge of the shore was a jagged scar in the rock, left by one of Poseidon's earthquakes [...] the jagged scar visible on the sands could somehow also be found underfoot in the blackness inside the cave¹¹⁷ (Haynes, 2022, p. 18–20).

Este construído em duas partes: tanto a inevitabilidade da violação de Medusa, já que, pouco antes da segunda parte do trecho, a caverna é exibida como protetiva para ela, um espaço só seu, e mesmo ali Poseidon a alcança, quanto a ferida que o deus provocará nas górgonas como um todo após o mesmo ato; “And then there was Medusa, who could be hurt by anything, even a stone¹¹⁸” (Haynes, 2022, p. 21), a indicação da pedra também pode ser lida como a antecipação da outra parte da maldição de Atena: a petrificação com o olhar, o que, tanto de forma metafórica quanto direta, machuca Medusa: seus olhos doem e ela ressentido o efeito de seu olhar sobre os seres vivos.

A narradora também faz uso de uma elipse para pular de Medusa bebê para Medusa criança. No entanto, alguns acontecimentos incluídos na suspensão são narrados, como quando Medusa se feriu pela primeira vez, o que contribui para o paralelismo cronológico compreendido até os 16 anos de Perseu e de Medusa. A escolha da narradora entre as partes do tempo

amontoado de algas mortas translúcidas. Como a pele vazia das cobras deixada para trás na areia, ela pensou”.

¹¹⁷ “E cortando a borda mais distante da costa havia uma cicatriz irregular na rocha, aberta por um dos terremotos de Poseidon [...] a cicatriz irregular visível na areia podia, de alguma forma, também ser encontrada no solo do interior escuro da caverna.”

¹¹⁸ “Mas aí estava Medusa, que podia ser machucada por qualquer coisa, inclusive uma pedra.”

selecionadas se orienta pela construção do espaço familiar em que ambos habitam.

Nos capítulos heterodiegéticos das linhas de Atena e de Perseu, o narrador se restringe menos à perspectiva adotada e se exhibe mais por meio de recorrentes metalepses. Considerando a ironia e o efeito cômico produzido por suas interrupções, acreditamos que a falta desse recurso nos capítulos heterodiegéticos da linha de Medusa deve ao propósito da obra. No capítulo inaugural, “Gorgoneion”, a cabeça decepada de Medusa enuncia a intenção da história com sua própria voz, refletindo sobre as definições de herói e de monstro:

And the monster? Who is she? She is what happens when someone cannot be saved. This particular monster is assaulted, abused and vilified. And yet, as the story is always told, she is the one you should fear. She is the monster. We’ll see about that¹¹⁹” (Haynes, 2022, p. 3).

A narradora heterodiegética se empenha na mesma missão, destruindo as possibilidades do interlocutor desenvolver admiração por Perseu em sua jornada, onde, duas vezes, a Gorgoneion influi o seu ponto de vista, reforçando a mensagem. A primeira dessas vezes é no capítulo 20, “Dânae”, ponto na narrativa em que Polidecto lança o desafio a Perseu: trazer a cabeça de uma Górgona, e, em troca, garantir a liberdade marital de sua mãe; o herói aceita sem hesitar. É por isso que, no capítulo 21, “Gorgoneion”, ela comenta essa atitude, em um dos exemplos em que o texto expressa a camada extradiegética e a narradora discorre num argumento apelativo ao leitor, intenta na sua convicção de que o personagem sempre representado como herói

¹¹⁹ “E o monstro? Quem é ela? Ela é o que acontece quando alguém não pode ser salvo. Esse monstro em particular é agredido, abusado e vilanizado. E mesmo assim, como a história é sempre contada, é ela que você deveria temer. Ela é o monstro. Veremos.”

não dispõe de quaisquer méritos para o título: “You’re probably feeling sorry for him now, aren’t you? Poor little Perseus, the reluctant hero. Defender of his mother’s honour. Boastful little fool¹²⁰ [...]” (Haynes, 2022, p. 112). O trecho também mostra a aguda mudança de linguagem entre narrativa heterodiegética e homodiegética, quando comparado aos que trouxemos anteriormente. Ao ser narrado a partir da voz de personagens atores, ou narradoras personagens (NPs) na denominação de Bal (2021), o discurso dispõe de marcas explícitas da opinião de quem narra.

Nesse mesmo capítulo, a narradora também mostra vislumbres do futuro da narrativa por meio de curtas prolepses, recurso comum no encerramento de capítulos. As frases geralmente vêm separadas numa única linha depois das últimas estrofes de forma impactante, muitas vezes com ganchos para os capítulos que seguirão a mesma linha narrativa. Isso porque, como dito antes, a camada do discurso do romance é construída num entremeado que bagunça as linhas umas nas outras, de maneira que tende a fragmentar uma cena em diversos capítulos intermitentes no lugar de dispô-los de forma consecutiva.

O Nascimento De Gorgoneion

A decapitação de Medusa jamais é narrada de forma direta. Vislumbres são tecidos pelo diálogo entre as serpentes em “Herpeta” e o exato instante que o antecede é transposto à descrição hipotética de uma estátua de Perseu no capítulo 55, “Pedra”¹²¹, mas quando o texto retoma o primeiro plano

¹²⁰ “Você provavelmente está sentindo pena dele agora, não está? Pobre Perseu, o herói relutante. Defensor da honra de sua mãe. Tolinho exibido.”

¹²¹ Há 5 capítulos nomeados como “Pedra” no livro, que apresentam uma estrutura específica única. Poderíamos desenvolver um artigo inteiro somente para comentar seu efeito na narrativa. Neles, as estátuas transformadas pelo olhar de Medusa são narradas, refletindo a dualidade da personagem com a Gorgoneion. Não há a presença de personagens ou narração, e seu texto é todo construído ao redor da descrição vívida e detalhista da estátua, com o intuito de

narrativo, assim como o ritmo e estruturas majoritariamente narrativas, é a própria cabeça de Medusa que fala, não mais Medusa, inteira. Este é um ponto importante da construção dessa personagem, uma vez que é dividida em duas facetas: a menina viva e completa; a cabeça morta e separada. Essa natureza dual reflete-se também na caracterização dos aspectos psicológicos da personagem, destoantes um do outro, e podemos dizer até opostos, pois enquanto Medusa era narrada e descrita como inocente, gentil, generosa e amorosa, Gorgoneion nasce com todo o ódio, ressentimento e crueldade que ela não parecia conseguir sentir. A oposição é explícita já no primeiro parágrafo:

In case it is in any way unclear, I am looking at their feet because I was determined not to look at their eyes [Esteno e Euriale]. But I had to keep my eyes open, for the chance to lithify the one with the sword. I didn't yet know his name was Perseus. But I did know he deserved to die¹²² (Haynes, 2022, p. 291).

A fala estabelece um contraste direto com a constatação das serpentes no “Herpetas”, que percebem que Medusa não olhou para trás para que não causasse a morte de Perseu. Ao nascer, a Gorgoneion deseja a imediata vingança contra Perseu. A construção dos sentimentos da personagem também reflete a sua impulsividade, uma vez que, após ser posta no *keibisis* e levada por Perseu, o ódio dilui-se em indiferença. O aspecto mais importante de sua transformação, porém, é a aceitação de sua condição de monstro, que ela enuncia explicitamente mais adiante na narrativa:

provocar a trama no presente do discurso e a reflexão do narratário.

¹²² “Caso não esteja claro, estou olhando para os pés delas porque estava determinada a não olhar para seus olhos [de Esteno e Euriale]. Mas tinha que manter os olhos abertos pela chance de liquidar aquele com a espada. Ainda não sabia que seu nome era Perseu. Mas sabia que merecia morrer.”

I don't feel like saving mortals any more. I don't feel like saving anyone any more. I feel like opening my eyes and taking in everything I can see whenever I get the chance. I feel like using the power the goddess gave me. I feel like spreading fear wherever I go, wherever Perseus goes. **I feel like becoming the monster he made.** I feel like that¹²³ (Haynes, 2022, p. 304, grifo nosso).

Contudo, percebemos que, ainda que se disponha a se transformar em monstro, continua a ver Perseu como mais monstruoso quando elabora o seguinte pensamento: “I wonder how his mother would feel if she saw his decapitated body lying on the sand before her, where moments earlier she had left him sleeping. / Just to be clear, even that act of imagination **makes me more human than him**”¹²⁴ (Haynes, 2022, p. 294, grifo nosso). Essa distinção clara entre ambos é importante para o viés ideológico, assim como a proposta, sobre a qual é construída a narrativa.

De volta à mudança da estrutura da narração da Gorgoneion, é a partir desse capítulo que ela deixa a posição extranarrativa para tornar-se também personagem; nos termos de Bal (2021), é sua transição de narradora externo (NE) para narradora personagem (NP). As marcas dessa transição se refletem na narrativa como uma redução da prosa argumentativa, que se torna majoritariamente narrativa. A mudança também justifica o crescimento na extensão de seus capítulos, uma vez que antes se estendiam por no máximo 2 páginas e no 56 chegam a 7. Além disso, assume o papel de narradora das demais partes que

¹²³ “Não tenho mais vontade de salvar mortais. Não tenho mais vontade de salvar ninguém. Tenho vontade de abrir os olhos e absorver tudo que posso ver quando tiver a chance. Tenho vontade de usar o poder que a deusa me deu. Tenho vontade de espalhar medo aonde for, quando Perseu tiver ido. Tenho vontade de me transformar no monstro que ele criou. Tenho vontade de fazer isso.”

¹²⁴ “[...] me pergunto como sua mãe se sentiria se visse seu corpo decapitado deitado na areia, onde, momentos antes, ela o deixou dormindo. / Só para ser clara, até esse ato de imaginação me faz mais humana do que ele.”

compõem a linha narrativa de Perseu; aqui é, aliás, onde ocorre a fusão com a linha de Medusa.

Do ponto de vista cronológico, o narrador ainda se divide da personagem temporalmente: por ser serva de Hades e residir eternamente como uma alma em seus domínios, entendemos que a Gorgoneion se encontra nessa posição do além-vida enquanto conta a história. Essa é a razão de conhecê-la intimamente, e até as reverberações externas (como o roubo das maçãs de Atlas). No entanto, como acaba de nascer como personagem, seu conhecimento é restrito ao que Medusa também conhecia. Gorgoneion não tenta fingir ignorância, mas se transporta para o presente narrativo, retomando os aspectos que a definiam naquele momento, o que é reforçado pela conjugação dos verbos no passado e períodos em que deixa escapar partes do porvir narrativo: “We cannot speak of Ceto **yet**, so let us focus on my father for now¹²⁵” (Haynes, 2022, p. 292, grifo nosso), o uso de “yet” (“ainda”) revela a sua dominância sobre a ordem da história e o quanto conhece sobre ela.

Empenhada na tarefa de convencimento, a narradora busca justificar todos os pontos que poderiam comprometer sua verossimilhança: conecta sua condição como serva de Hades à possibilidade de enxergar Perseu através da capa, “I could see him, because that is the trick with things that belong to Hades: they have no secrets from one another¹²⁶” (Haynes, 2022, p. 292) e atribui à sua linhagem divina a capacidade de conservar as faculdades mentais mesmo *post mortem*, que a configura como singular dentre os mortais:

If you’re wondering how come I am able to see and hear
and tell you what happened after Medusa died, the answer

¹²⁵ “Não podemos falar de Ceto ainda, então vamos focar em meu pai por enquanto.”

¹²⁶ “Podia vê-lo porque é esse o truque das coisas que pertencem ao Hades: elas não mantêm segredos umas das outras.”

is simple [...] I was, I am the daughter of a sea god, and even though I was fated to die, I was hardly an ordinary mortal [...] Here's something else: I have the ability to retain my memories, my faculties, even after death¹²⁷ (Haynes, 2022, p. 292).

Conclusão

Stone Blind é um romance contemporâneo escrito por uma mulher, a inglesa Natalie Haynes, que procura reivindicar a voz de Medusa na narrativa da sua própria história. A estruturação da narrativa, difundida a partir de diversas vozes, oferece uma elaboração pautada no convencimento do narratário, e por isso leva sempre em consideração o olhar posterior que recairá julgando as informações contidas na história. Dessa forma, a(s) narradora(s) lançam mão de recursos de convencimento recorrentes, muitas vezes apelando diretamente aos princípios humanos do narratário, buscando conduzi-lo a entender que, olhar pela perspectiva anterior é ferir tais princípios: homens sempre chamam aquilo que não entendem de monstros, como constata Medusa num diálogo com Esteno e Euriale, pouco antes de sua morte: “Men call you monsters because they don’t understand you¹²⁸” (Haynes, 2022, p. 272).

A afirmativa ecoa entre as múltiplas vozes femininas que contribuem para a reconstrução do mito de Medusa, e é o feixe ideológico que se projeta através da narrativa. Comprometida em alterar a percepção dos narratários sobre os clássicos papéis de herói e monstro, Gorgoneion percorre suas memórias, mesmo residente do mundo dos mortos há um tempo incomensurável,

¹²⁷ “Se você está se perguntando como consigo ver, ouvir e contar o que aconteceu depois da morte de Medusa, a resposta é simples [...] eu era, sou, filha de um deus do mar, e mesmo destinada a morrer, eu dificilmente era uma mortal comum [...] E tem mais: tenho a habilidade de reter as memórias, minhas faculdades, mesmo após a morte.”

¹²⁸ “Os homens chamam vocês de monstros porque não entendem vocês.”

para reorganizar os fatos de outra forma e reconstruir os personagens de maneiras únicas.

Para atingir esse objetivo, *Stone Blind* se constrói sobre uma estrutura extremamente variável, a qual passa por momentos de narrativa mais tradicional, a voz de um narrador anônimo focalizando alguns personagens e a cena se revelando, até chegar em um capítulo construído somente com diálogos, ou um capítulo narrado a partir do depoimento de uma nereida anônima, ou capítulos inteiros que somente descrevem estátuas em seus mínimos detalhes. É se utilizando de todos esses diferentes recursos, e com uma estrutura metamorfa, sempre se alterando, sempre quebrando padrões que se formavam para tomar rumos inesperados, que o romance atinge seus objetivos.

A escolha precisa e incisiva das estruturas mais adequadas para transmitir certas mensagens, sensações, sentimentos ou ideias, recheia a narração de picos emocionais e embates ideológicos que finalizam numa obra bastante única tanto entre o subtipo das releituras, quanto entre as obras da literatura de língua inglesa.

Portanto, através da análise desenvolvida, procuramos mostrar e explorar essa multiplicidade, focando na instância da narradora, nos guiando pelas teorias narratológicas de Gérard Genette (1979) e Mieke Bal (2021). Procuramos contribuir para o estudo de uma obra que representa um movimento político na literatura: a reivindicação das vozes femininas, desde a Antiguidade Clássica impossibilitadas de expressar suas perspectivas na arte. O trabalho literário de Natalie Haynes procura brincar com a imaginação de obras consagradas como se contassem histórias da ousadia de mulheres, ao invés dos homens, e o diálogo e continuidade mantida por ela em relação àquelas obras é notável, pois não distorce os alicerces dos mitos ao reconstruí-los.

Com a perscrutação da narrativa pelo viés narratológico, observamos as diferenças os estilos e funções das vozes que

compõem a narradora: a anônima que se ocupa da maior parte dos capítulos, responsável pela narrativa mais tradicional em que se mescla descrição e narrativa pura, somente aparecendo com algumas metalepses para lembrar ao narratário do seu objetivo ao contar a história e a transição de Medusa para a narração homodiegética ao se tornar Gorgoneion, reduzida à sua cabeça. Da mesma forma, observamos o emprego de diferentes recursos para modificar a estruturação da narrativa, tais como diversas figuras de linguagem, a argumentação, a descrição e as metalepses, empregados em medidas diferentes de acordo com a narradora responsável e o personagem focalizado pela parte em questão.

A contação é construída pelo desenvolvimento de três linhas narrativas que se afunilam, findando numa fusão total, as quais elegem um personagem principal ao redor do qual se constrói a ação: Medusa/Gorgoneion, Atena e Perseu. Ainda assim, a seleção dos últimos dois vale-se sempre pela relevância para a narrativa de Medusa: pois este é o responsável pela sua morte (e renascimento, ao levamos em consideração a dualidade Medusa/Gorgoneion) e aquela fica com ela para o resto da vida de acordo com a tradição greco-romana, já que na finalização da linha da deusa percebemos o ponto de maior quebra com essa tradição quando Atena olha para a sua égide e transforma-se em estátua, ao fim a cabeça perdendo-se nas profundezas do mar.

Dessa forma multifacetada, transformada e reimaginada em face às questões políticas prementes no século XXI, *Stone Blind* resgata essa figura mitológica tão popularizada nos dias de hoje e procura lhe reintegrar a humanidade que lhe foi retirada com a sua caracterização monstruosa. Por meio de uma elocubração filosófica que perdura na obra inteira, a narrativa cumpre com seus objetivos.

Referências Bibliográficas

BAL, M. **Narratologia: introdução à teoria da narrativa**. Tradução de E. R. Becker et al. Florianópolis: Editora da UFSC, 2021.

GENETTE, G. **Discurso da narrativa**. Tradução de F. C. Martins. Lisboa: Vega, 1979.

HAYNES, N. **Stone blind**. Nova Iorque: Harper, 2022.

ENTRE O SILENCIAMENTO E A RESISTÊNCIA DE LÍGIA NA SÉRIE “*COISA MAIS LINDA*”: UMA ANÁLISE SOB O ENFOQUE DIALÓGICO- DISCURSIVO

Jeniffer de Oliveira Barbosa¹²⁹

Manassés Moraes Xavier¹³⁰

A representação feminina nas produções culturais e midiáticas tem se configurado como campo fértil para a problematização de discursos que atravessam a constituição das identidades de gênero. O cinema, a literatura e, mais recentemente, as narrativas seriadas disponibilizadas em plataformas de streaming, tornam-se espaços privilegiados de enunciação e circulação de valores sociais, culturais e históricos. Nesse cenário, emergem tensões na trajetória de mulheres em diferentes contextos históricos, expondo os embates ideológicos em torno do patriarcado e do machismo estrutural.

A série *Coisa Mais Linda* (2019), veiculada pela Netflix e criada por Heather Roth e Giuliano Cedroni, é um exemplo disto.

¹²⁹ Doutoranda e Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino da Universidade Federal de Campina Grande (PPGLE/UFCG). Bolsista da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ/PB). Desenvolve pesquisas na perspectiva dialógico-discursiva e dedica-se ao estudo da circulação de sentidos em diferentes contextos midiáticos. Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail: o.jeniffer@hotmail.com

¹³⁰ Doutor em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professor Adjunto III de Língua Portuguesa e Linguística na Unidade Acadêmica de Letras, Centro de Humanidades, da Universidade Federal de Campina Grande (UAL/CH/UFCG). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino da Universidade Federal de Campina Grande (PPGLE/UFCG). Desenvolve pesquisas com base na Teoria Dialógica da Linguagem (Bakhtin e o Círculo) e nos estudos da Comunicação Midiática. Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail: manassesmxavier@yahoo.com.br

Ambientada no final da década de 1950, período atravessado por conturbações em relação às conquistas femininas, a narrativa acompanha quatro protagonistas que, a partir de suas experiências singulares, enfrentam os entraves impostos pelo regime conservador. Entre elas, destaca-se a personagem Lígia, cuja trajetória é atravessada pela paixão pela música e pelo desejo de se tornar cantora. Nesse interim, é revelada a repressão oriunda das normas de gênero que tentam circunscrevê-la ao papel de esposa, mãe e dona de casa.

Nesse panorama, a construção de Lígia constitui, significativamente, um território discursivo permeado por vozes em confronto: de um lado, os discursos normativos que buscam silenciar e conter sua emancipação. De outro, os contradiscursos que revelam gestos de resistência, capazes de instaurar rupturas na ordem patriarcal. Tal embate evidencia o caráter dialógico do discurso, no qual diferentes posições ideológicas se entrecruzam, disputando sentidos e configurando a personagem como personificação das tensões de seu tempo sócio-histórico.

Diante do exposto, este estudo propõe uma análise dialógico-discursiva da constituição de Lígia em “Coisa Mais Linda”, ancorando-se na Teoria Dialógica da Linguagem e em reflexões sobre a construção histórica e discursiva das identidades femininas. Desse modo, o artigo organiza-se da seguinte maneira: no primeiro momento, apresentamos o referencial teórico que sustenta a pesquisa, com ênfase na Teoria Dialógica da Linguagem e nas contribuições dos estudos de gênero. Em seguida, descrevemos os procedimentos metodológicos que orientam a análise. Por fim, discutimos as cenas selecionadas da série, buscando evidenciar como os discursos de dominação e resistência se materializam na constituição da personagem Lígia.

A linguagem enquanto instância social e ideológica

A Teoria Dialógica da Linguagem representa um avanço significativo para os estudos linguísticos, ao deslocar o foco da

linguagem de uma concepção abstrata e formal para sua dimensão social, histórica e interativa. Nesse contexto, o enunciado assume papel central, sendo compreendido como unidade concreta da comunicação que possibilita interação discursiva, pondo em evidência questões sociais, históricas, culturais e ideológicas. Diferentemente das abordagens que tratavam o receptor como passivo e o processo comunicativo como linear, Bakhtin (2016) enfatiza que a comunicação é dialógica, marcada pelo entrelaçamento constante de vozes e posições.

Um aspecto importante a considerar sobre os enunciados é seu eminente elo na cadeia intrincada de outros enunciados. Bakhtin (2016, p. 57, grifos do autor) pontua que:

Todo enunciado é pleno de ecos e ressonâncias de outros enunciados com os quais está ligado pela identidade da esfera de comunicação discursiva. Todo enunciado deve ser visto antes de tudo como uma resposta aos enunciados precedentes de um determinado campo (aqui concebemos a palavra ‘resposta’ no sentido mais amplo): ele os rejeita, confirma, completa, baseia-se neles, subentende-os como conhecidos, de certo modo os leva em conta. Porque o enunciado ocupa uma posição definida em uma dada esfera da comunicação, em uma dada questão, em dado assunto, etc. É impossível alguém definir sua posição sem correlacioná-la com outras posições.

A partir dessa perspectiva, torna-se evidente que o enunciado é dialógico e responsivo, na medida em que responde, avalia e se posiciona em relação a outros discursos. Cada enunciação é, portanto, socialmente situada, ideologicamente marcada e historicamente condicionada. Volóchinov (2019) complementa essa visão ao afirmar que a língua não é um produto morto, mas um fenômeno em constante movimento, em que cada

enunciação expressa um juízo de valor, um posicionamento e uma interação com o mundo social.

Por esse viés, o dialogismo não se limita à presença de múltiplas vozes, ele também evidencia o valor da palavra, entendida como expressão ideológica que atua na construção e negociação de sentidos. Assim sendo, cada enunciado é permeado por atitudes, sentimentos e avaliações do sujeito em relação ao outro, revelando a inseparabilidade entre linguagem, ideologia e interação social. Dessa forma, compreender o dialogismo é compreender que a palavra não apenas comunica, mas também ativa relações de poder, resistência e legitimação de sentidos, sendo fundamental para a análise de fenômenos sociais e culturais.

Essa concepção de linguagem como espaço de diálogo e disputa valorativa é particularmente relevante para estudos sobre os sentidos provenientes da trajetória de personagens, como no caso de Lígia, em *Coisa Mais Linda*. Ao considerar o entrelaçamento de discursos dominantes e contradiscursos de resistência, é possível analisar como a construção da personagem se constitui em um campo dialógico, em que forças sociais e históricas moldam seus atos, seus silenciamentos e suas estratégias de emancipação.

Construção social e discursiva do “ser” mulher

A compreensão das identidades femininas e das experiências de mulheres ao longo da história exige um olhar que articule dimensões sociais, culturais e discursivas. Nessa perspectiva sobre gênero, desloca-se da ideia de sexo biológico como determinante absoluto, concebendo a mulher enquanto sujeito socialmente construído, cujas possibilidades, papéis e limites são historicamente situados e regulados por relações de poder.

Partindo desse princípio, Beauvoir (1980) em sua célebre afirmação, defende que *não se nasce mulher, mas torna-se mulher*,

indicando, portanto, que a condição feminina é construída socialmente a partir de normas, expectativas e restrições impostas por sociedades patriarcais. Essa formulação evidencia que os papéis de esposa, mãe e dona de casa, historicamente atribuídos às mulheres, funcionam como mecanismos de limitação das experiências e desejos individuais, consolidando relações de dominação e hierarquia de gênero.

Nesse panorama, Butler (2010) é incisiva ao afirmar a compreensão de gênero enquanto ato performativo, o qual é regulado e reiterado por convenções sociais. Por assim o ser, a referida autora defende que o gênero é a estilização repetida do corpo, “um

conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (Butler, 2010, p. 59). Tal compreensão evidencia que a identidade de gênero não é uma essência intrínseca ou uma característica biológica natural, mas, sim, uma construção social continuamente reiterada por meio de práticas, comportamentos e discursos que se tornam normativos e visíveis ao longo do tempo. Portanto, ao “cristalizar” essas práticas, as sociedades produzem a percepção de que o gênero é estável e natural, reforçando padrões e limitações impostos historicamente às mulheres.

Dessa forma, imbuídas das considerações anteriores, defendemos que os papéis atribuídos às mulheres são constituídos por forças histórico-culturais que, ao longo do tempo, têm operado no cerceamento da subjetividade feminina. Apesar disso, reconhecemos que, ante o cenário de limitações, emergem gestos de resistência por meio dos quais as mulheres tensionam, reconfiguram e subvertem as expectativas que lhes são impostas. Assim, embora o gênero seja socialmente construído e regulado, também é continuamente disputado e transformado pelas práticas que desafiam sua naturalização, promovendo possibilidades para outras formas de (re)existência feminina, tal qual o caso da personagem Lígia, da série “Coisa Mais Linda”

Metodologia

A presente pesquisa é de natureza qualitativa (Paiva, 2019), de base descritiva (Prodanov; Freitas, 2013) e abordagem interpretativista (Bortoni-Ricardo, 2008), uma vez que busca compreender os sentidos construídos discursivamente na constituição de uma personagem em narrativa serializada, considerando os contextos histórico-sociais que atravessam a sua representação.

O corpus selecionado para análise provém da série brasileira “Coisa Mais Linda” (2019–2020), dirigida por Heather Roth e Giuliano Cedroni e disponibilizada pela plataforma de streaming Netflix:

Figura 1: Apresentação de “Coisa Mais Linda”



Fonte: Netflix (2025)

Dividida em duas temporadas, a narrativa tem como cenário o Rio de Janeiro do final da década de 1950 e acompanha quatro protagonistas, a saber: Adélia, Malu, Thereza e Lígia. Tratam-se de mulheres de origens sociais e familiares distintas que se aproximam em torno de um propósito comum: afirmar sua emancipação diante das estruturas patriarcais que restringem seus sonhos e projetos de vida.

Cada uma dessas personagens traz para o enredo marcas próprias de sua condição social, de sua posição no espaço histórico e das tensões ideológicas que as atravessam. No entanto, este estudo volta-se especificamente para Lígia, mulher branca, de família tradicional e classe alta, casada com Augusto, político ambicioso e controlador. Apaixonada por música, a personagem aspira seguir carreira como cantora, mas encontra em sua trajetória diversos entraves impostos pelo conservadorismo de gênero e pelo regime conservador.

As análises, portanto, se concentram em cenas da primeira temporada em que a personagem manifesta tanto sua paixão pela música, quanto os enfrentamentos que vivencia diante do regime patriarcal. Nessas passagens, investigam-se os discursos que a circundam, bem como os gestos de resistência que tensionam as forças de silenciamento e evidenciam o caráter dialógico de sua constituição.

O silenciamento e a resistência da voz de Lígia

O casamento como espaço de opressão patriarcal

O casamento de Lígia, na série *Coisa Mais Linda*, é apresentado inicialmente como uma união socialmente idealizada, marcada pelo prestígio e pela estabilidade econômica de seu

marido, Augusto. Ao longo da narrativa, o enredo revela que tal relacionamento constitui um espaço de opressão discursiva, no qual a autonomia da protagonista é fortemente restringida. Seus interesses e projetos pessoais, demarcado sobretudo com o anseio de seguir uma carreira musical, são continuamente subordinados às expectativas normativas do casamento, configurando um cenário de dominação patriarcal.

A trajetória inicial de Lígia revela um perfil feminino típico da década de 1950 que, conforme ressaltado por Pinsky (2014), é caracterizado pela priorização das demandas familiares em detrimento da própria individualidade. Essa construção social da personagem evidencia como as mulheres eram historicamente moldadas para se ajustarem a papéis restritivos, voltados para a manutenção da harmonia doméstica e da reputação familiar, mesmo que isso implicasse sacrifícios pessoais significativos.

Nesse contexto, o casamento funciona como um campo discursivo no qual se expressam vozes normativas, que regulam comportamentos, atitudes e desejos da protagonista. Essas vozes não se restringem ao âmbito doméstico, mas refletem padrões sociais e culturais mais amplos, reforçando relações de poder que limitam a atuação feminina. A violência que permeia o relacionamento de Lígia se manifesta de forma múltipla: psicológica, por meio de humilhações e imposições de comportamento; simbólica, ao reforçar a culpabilização da mulher pelo fracasso das relações; sexual, em forma de abusos/coerções e física, quando surgem agressões explícitas.

Figura 2: Lígia sofre agressão por parte de Augusto



Fonte: Netflix (2025)

As agressões sofridas por Lígia no casamento evidencia como a violência patriarcal se manifesta de maneira estruturada e normalizada, operando tanto nas relações interpessoais quanto nos padrões sociais mais amplos. Cada ato de coerção ou intimidação sofrido por Lígia pode ser compreendido como um enunciado situado em um campo dialógico, no qual vozes históricas, culturais e sociais se entrecruzam para reforçar normas de comportamento e expectativas de gênero. Nesse sentido, como aponta Bakhtin (2016), todo enunciado é pleno de ecos e ressonâncias de outros enunciados e, por isso, deve ser visto antes de tudo como uma resposta aos enunciados precedentes.

À guisa dessa compreensão, as práticas abusivas e agressivas não se restringem apenas à imposição direta do cônjuge, Augusto, mas dialogam com discursos sociais amplos que regulam

a mulher, naturalizando a subordinação e a penalização no espaço doméstico. O casamento de Lígia, portanto, funciona como um espaço discursivo de dominação, no qual os enunciados normativos convergem para controlar o corpo, o comportamento e os desejos femininos, demonstrando como as relações de poder de gênero se consolidam por meio de uma complexa interação de vozes sociais, históricas e culturais, em constante negociação dialógica.

Nesse horizonte, observa-se que o enredo reflete e refrata a realidade social, evidenciando como a obra artística se constitui como espaço de tensionamento e reinscrição das vozes que circulam na vida. A experiência de Lígia materializa esse entrecruzamento: o que se passa em seu cotidiano doméstico reverbera, na obra, como denúncia da lógica patriarcal que sustenta práticas de violência, de silenciamento, mas também como abertura para outras formas de significar a existência feminina, como veremos a seguir

Rompendo o silenciamento

O ponto de virada na trajetória da personagem em análise ocorre quando, amparada pela escuta e solidariedade das amigas Malu, Adélia e Thereza, Lígia decide romper com o casamento e perseguir o sonho de tornar-se cantora. Esse movimento evidencia a potência da sororidade e da empatia feminina como forças capazes de desestabilizar estruturas de opressão e abrir caminhos para a reinvenção da subjetividade. Tal dimensão coletiva se articula ao que autoras como Pinsky (2014) ressaltam sobre a construção histórica dos papéis de gênero: se, por muito tempo, a identidade feminina foi forjada sob a lógica da domesticidade e da subordinação, os vínculos de apoio entre mulheres funcionam como instâncias de deslocamento dessas narrativas, possibilitando outras formas de existência social e simbólica.

Figura 3 – Lígia decide cantar



Fonte: Netflix (2025)

Nesse interim, a decisão de Lígia pelo divórcio revela um gesto de contraidentificação em relação aos discursos cristalizados sobre o papel social da mulher. Ao romper com a narrativa de submissão que historicamente lhe foi atribuída, a personagem afirma a possibilidade de construir novos sentidos para si, distanciando-se das normas que sustentam a desigualdade e restrição de gênero. Nesse embate dialógico, sua voz passa a operar como resposta ativa face aos enunciados sociais dominantes, instaurando uma tensão que desloca as fronteiras do possível para a experiência feminina, coadunando, assim, com a perspectiva de Butler quando assegura que as normas de gênero podem ser contestadas e reconfiguradas.

Nessa trajetória, compreendemos que o ato de cantar ultrapassa a dimensão estética e assume caráter político e existencial. Isso porque o ato de Lígia atua como resistência performativa, reinscrevendo seu corpo e sua subjetividade em um horizonte de autonomia, permeada pela projeção de uma identidade que se (re)faz pela palavra e pela ação, recusando as formas de silenciamento que antes a circunscreviam.

Na esteira dessa discussão, conforme a perspectiva bakhtiniana, esse movimento evidencia que o sujeito se constitui no diálogo constante com as vozes que o atravessam, mas também na possibilidade de redirecioná-las. Ao apropriar-se da linguagem para contestar discursos que naturalizam a dominação, Lígia inaugura sentidos outros para a experiência feminina, demonstrando que, embora formada em meio a forças históricas e sociais, a mulher pode subverter tais molduras e instaurar novas formas de existir.

Considerações finais

A análise da trajetória de Lígia vislumbrou as relações de gênero, revelando os conflitos entre uma ordem patriarcal que busca fixar lugares sociais para as mulheres e os movimentos de resistência emergidas. Nesse interim, a narrativa, ao articular dimensões históricas, sociais e culturais, demonstra que o espaço matrimonial não se limita a um vínculo afetivo, operando como instância de regulação e controle, sustentada por discursos que naturalizam a subordinação feminina.

De mais a mais, a leitura pelo viés bakhtiniano permitiu compreender o enredo como campo dialógico, no qual diferentes vozes se entrecruzam, desde aquelas que legitimam práticas de violência e silenciamento, até as que abrem possibilidades de ruptura e afirmação da subjetividade da mulher. Desse modo, vemos que o ato de Lígia ao buscar autonomia, apoiada pela solidariedade de outras mulheres, revela-se não apenas como

decisão pessoal, mas como ato performativo (Butler, 2010) de resistência que confronta discursos hegemônicos.

Por fim, concebemos que a obra serializada em foco não apenas ficcionalizou a experiência de uma mulher marcada pelas práticas de cerceamento, mas, sobretudo, pôs em evidência a vivência de mulheres reais e a persistência de estruturas opressoras no que tange a autonomia feminina. Sendo assim, consideramos que a série em análise se configura como arena crítica onde vida e arte se entrelaçam, apontando para o horizonte do debate social, bem como funcionando enquanto instrumento de reflexão e questionamento das formas de poder que atravessam a vida das mulheres.

Referências Bibliográficas

BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. Tradução, posfácio e notas de P. Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Tradução de S. Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1980.

BORTONI-RICARDO, S. M. **O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Parábola, 2008.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de R. Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

PAIVA, V. L. M. de O. e. **Manual de pesquisa em estudos linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2019.

PINSKY, C. B. **Mulheres dos anos dourados**. São Paulo: Contexto, 2014.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

VOLÓCHINOV, V. N. **A palavra na vida e a palavra na poesia: ensaios, artigos, resenhas e poemas.** Organização, tradução, ensaio introdutório e notas de S. Grillo; E. Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2019.

.

NARRATIVAS DE VIDA DE MIGRANTES: UM OLHAR DISCURSIVO

Hiago Higor de Lima¹³¹

Migração: discurso e narrativas

Mudanças econômico-político-ambientais, responsáveis por impactar o cenário das migrações transnacionais, sobretudo no que tange às migrações de crise (Baeninger e Peres, 2017; Clochard, 2007), resultam em 123,2 milhões de pessoas forçadas a se deslocar no mundo – de acordo com os dados mais recentes do Relatório de Refúgio do ACNUR¹³² – dado estatístico que mobiliza efeitos sobre a migração forçada. A cada dia, acontecimentos ao redor do mundo têm tornado esse número – assustadoramente – cada vez maior, o que provoca mudanças tanto nos países dos quais esses sujeitos emigram quanto naqueles para onde imigram. De igual forma, transformações no país de destino provocam mudanças no cenário migratório.

Especificamente no Brasil, a posse de Jair Messias Bolsonaro como Chefe de Estado, em 2019, e seus pronunciamentos de verve “autoritária, antidemocrática e conservadora” (Diniz e Bizon, 2020, p. 31), atrelados às políticas de cunho fascista, eugenista e xenofóbica (Costa, 2021), alteram as representações sobre as migrações de crise no país. Todos os fatores supracitados têm chamado a atenção de pesquisadores para repensar a migração no Brasil e as implicações dessa situação tanto para o migrante quanto para o país em si e para aqueles que nele habitam. Nesse sentido, o conceito de migração de crise é ampliado por Baeninger e Peres (2017), a partir de Clochard

¹³¹ Doutorando em Linguística (UFJF). E-mail: hiagohigor7@gmail.com

¹³² Dados principais do Relatório de Tendências Globais de 2025 (referente a 2024). <https://www.manpowergroup.com.br/sobre-nos/estudos/relatorio-de-tendencias-globais-2025> .

(2007), para se referir à crise não somente do migrante ou de seu país, mas também à crise do país que o ‘acolhe’, podendo este também apresentar uma “crise” por não estar preparado para o acolhimento (em diversas esferas) do migrante.

Embora nos últimos anos tenha havido um crescimento de pesquisas relacionadas à migração, há, ainda, lacunas a serem preenchidas. Por entender a incipiência de estudos sobre migrantes estudantes de português no Brasil, delimita-se, nesta pesquisa, o estudo de narrativas de vida de migrantes de crise, na qualidade de estudantes de LP, sob a ótica de teoria do discurso de Michel Pêcheux ((2019) [1969]) e de conceitos dela oriundos. Trabalha-se com as imagens (Pêcheux, (2019) [1969]) que o migrante tem de si, do outro (brasileiro), do referente (Brasil) e da (aprendizagem da) língua portuguesa (LP).

Sob o viés dos pressupostos da AD Francesa trabalhados por Pêcheux, as análises das narrativas permitiram reflexões acerca de aspectos intrínsecos aos estudos migratórios como: i) o (des)amparo do migrante em imersão no Brasil a partir de sua situação migratória, ii) contradições no discurso dos migrantes sobre a LP, a língua espanhola e sobre o processo de acolhimento, iii) a imagem e antecipação do outro (brasileiro) e referente (Brasil) e iv) a projeção da figura do professor de PLAc como um sujeito que acolhe o migrante e da sala de aula de PLAc como ambiente inerentemente acolhedor.

No que tange às pesquisas desenvolvidas sobre migrações, Diniz (2021) assevera a importância de trabalhos cujo efeito ultrapassa as portas do âmbito acadêmico e que possam oportunizar uma política linguística plural “em que o ensino do português, como língua majoritária no Brasil, não esteja a serviço de um projeto – mesmo que não deliberado – de assimilação cultural, mas, ao contrário, seja estruturado em conjunto com ações para o fortalecimento de línguas minoritizadas” (p. 233).

No campo da AD, trabalhos com migrantes de crise cujo escopo esteja atrelado à política linguística plural e à compreensão

do papel que a (aprendizagem da) LP ocupa para esse contingente se tornam cada vez mais necessários, sobretudo pelas constantes variações nos fluxos migratórios. Nesse sentido, há que se entender quais as imagens forjadas do migrante sobre si e quais esse sujeito projeta do país em que se encontra e das pessoas com quem convive para estabelecimento da relação com a (aprendizagem da) LP. Assim, faz-se necessário um trabalho pautado na contramão da assimilação cultural e que dê visibilidade ao discurso do migrante em detrimento ao discurso sobre ele³, fazendo com que narrativas de vida se justifiquem como objeto para tal análise.

Na perspectiva pecheutiana, tem-se o entendimento de que um discurso nunca é original do sujeito. Ao utilizar os termos discurso do/ discurso sobre acima, apenas busca-se enfatizar que, em termos de *corpus* de pesquisa, os trabalhos lidos até então dão mais ênfase a um outro sujeito (como o professor) e o que ele fala sobre o migrante. Poucos são os *corpora* de pesquisa cuja “voz” seja do migrante propriamente dito.

Narrativas de vida podem operar como fonte de dados cujo estudo pode revelar questões caras à Análise do Discurso (AD) – campo no qual a pesquisa com narrativas de vida ainda se dá de forma tímida. Pesquisas relacionadas às narrativas de vida têm proliferado em áreas como a Sociologia (Bertaux, 2010, Nossik, 2014) e a Sociolinguística (De Fina, 2015). Já em relação ao campo da AD, esse corpus opera como “nova materialidade discursiva” (Machado, 2016). A materialidade de uma narrativa de vida é, por excelência, o discurso (Carvalho, 2016).

Dito isso, ressalta-se que é “a atividade narrativa que constitui uma vida em história e é somente por meio da narrativa, sob a forma de discurso, que ela aparece” (Orofiamma, 2008, p.72). Compreender e analisar uma narrativa de vida não é simplesmente analisar uma história, mas sim compreendê-la mediante fatores como as condições de produção e os efeitos de sentido (Pechêux, 2019) nela engendrados, não sendo possível sua análise desprendida de fatores históricos, ideológicos e sociais.

Dessa forma, os elementos teóricos formulados no âmbito da Análise do Discurso Francesa contribuem de forma significativa, e, não somente, para estudos de cunho social cujos princípios se pautam em questões de justiça e equidade social, paradigmas essenciais a um trabalho que tenha por proposta a visibilização de sujeitos silenciadas como é o caso, por vezes, de alunos migrantes. Abordar elementos da AD elaborados por Michel Pêcheux (1997, 2014, 2015, 2019), tais como as condições de produção, as formações imaginárias e ideológicas, entre outros conceitos atrelados aos efeitos de sentido, são cruciais para a análise aqui empreendida, uma análise que intercambia entre a descrição e interpretação.

Considerar que o objeto de pesquisa é escolhido ao acaso é, pois, um erro. Tal escolha representa, na verdade, uma tentativa de ocupação, ou, pelo menos uma tentativa de resposta à inquietante questão posta por Leandro Diniz e Ana Cecília Bizon no artigo “Não podemos fazer do Brasil a casa da mãe Joana: uma perspectiva de resistência para políticas migratórias de extrema direita”: “Na qualidade de pesquisadores e docentes na área de linguagem, particularmente de linguistas aplicados, *que ocupações podemos promover?*” (Diniz e Bizon, 2020, p. 37) [destaque nosso].

É necessário que haja um olhar sobre o migrante, um outro que não aquele de “escória do mundo”,¹³³ etc. ressoantes da voz de pessoas autoritárias que têm título de autoridade conferida por meio de um cargo vigente em um órgão potentado. Se por um lado, há discursos que essencializam e totalizam o migrante, há, por outro lado, vozes que dizem: “O volume dessa voz não é maior do que o das múltiplas vozes que, em diferentes línguas, ocupam ou podem vir a ocupar. Ocupemos”. (Diniz e Bizon, 2020, p.38). Nessa empreitada, é de suma importância o diálogo com teorias que intervenham na prática social (Moita Lopes, 2006). Algumas dessas teorias são ponderadas nesse trabalho.

¹³³ Disponível em: <https://exame.com/brasil/bolsonaro-chama-refugiados-de-escoria-do-mundo/>. Acesso em 03 de outubro de 2025.

Antes de passar a elas, contudo, apresenta-se a estrutura organizacional da pesquisa.

À guisa de conclusão, evidencia-se que, enquanto nova materialidade discursiva, as narrativas de vida permitiram elucidar questões caras à AD. Por meio da materialidade nas narrativas, pode-se analisar as imagens projetadas por esses sujeitos, interpretando, assim, como a ideologia opera no âmbito do processo discursivo, reverberando a asserção de Pêcheux (1997) de que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua, corroborando o sujeito migrante como iludido pelo controle de seu dizer quando, na verdade, seu dizer é condicionado por já-ditos.

Recuperando fatores histórico-ideológicos acerca da migração, determinadas essencializações do migrante intensificam práticas xenofóbicas, podendo, na visão de algumas pessoas “respaldar” discursos autoritários e eugenistas (como comumente se tem presenciado, a partir de 2018, após a posse de Jair Messias Bolsonaro para presidente do Brasil) que causam a regressão das situações de migração que até então se tem paulatinamente conquistado. Essas situações, de bom alvitre mencionar, são muitas das vezes conquistadas por meio de pesquisas, as quais “movem o olhar da sociedade” para questões sociais. Que cada vez mais, pesquisas cujo escopo seja o de promover uma sociedade equânime possam ocupar lugar na academia e que, ainda mais, todos desenvolvam um olhar crítico-reflexivo para situações nas quais haja preconceito e discriminação, a fim de erradicá-las. Eis, aí, uma questão de humanidade.

Referências bibliográficas

BAENINGER, R. A.; PERES, R. G. **Migração de crise: a imigração haitiana para o Brasil**. *Revista Brasileira de Estudos da População*, Belo Horizonte, v. 34, n. 1, p. 119–143, 2017.
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0017>.
Acesso em: 3 out. 2025.

BERTAUX, D. **L'enquête et ses méthodes: le récit de vie**. 3. éd. Paris: Armand Colin, 2010.

CARVALHO, A. S. T. **O discurso da “santidade” em narrativas de vida de São Francisco de Assis e de Francisco Cândido Xavier**. 2016. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

CLOCHARD, O. **Les réfugiés dans le monde entre protection et illégalité**. *EchoGéo*, n. 2, 2007. Disponível em: <https://echogeo.revues.org/1783>. Acesso em: 3 out. 2025.

COSTA, E. J. **(Des)encontros entre a não criminalização das migrações na Lei 13.445 e o português como língua de acolhimento (PLAC)**. p. 105–123. In: ROCHA, A. R.; GINLENO, R. S. S. (org.). **Português língua estrangeira e suas interfaces**. Campinas: Pontes, 2021. Disponível em: http://www.letramagna.com/artigos_23/artigo34_23.pdf. Acesso em: 3 out. 2025.

DE FINA, A. **Narrative and identities**. In: DE FINA, A.; GERGAKOPOULOU, A. (org.). **The handbook of narrative analysis**. Oxford: John Wiley & Sons, 2015.

DINIZ, L. R. A.; COTINGUIBA, M. L. P. **Políticas linguísticas para o ensino de português como língua adicional: acolhimento ou silenciamento?** Entrevista com o professor Leandro Rodrigues Alves Diniz. *RE-UNIR*, v. 8, p. 231–242, 2021.

DINIZ, L. R. A.; BIZON, A. C. C. **“Não podemos fazer do Brasil a casa da mãe Joana”: uma perspectiva de resistência para políticas migratórias de extrema direita**. *Revista X*, Curitiba, v. 15, n. 4, p. 30–40, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revistax/article/view/76226>. Acesso em: 3 out. 2025.

MACHADO, I. L. **Reflexões sobre uma corrente de análise do discurso e sua aplicação em narrativas de vida**. Lisboa: Grácio Editor, 2016.

MOITA LOPES, L. P. **Uma linguística aplicada mestiça e ideológica: interrogando o campo como linguista aplicado.** In: MOITA LOPES, L. P. (org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar.** São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

NOSSIK, S. **Introduction: le récit de soi entre conformisme et émancipation.** *Semen* [on-line], n. 37, 2014. Publicado em: 22 abr. 2015. Disponível em:
<http://journals.openedition.org/semen/9860>. DOI:
<http://doi.org/10.4000/semen.9860>. Acesso em: 3 out. 2025.

OROFIAMMA, R. **Les figures du sujet dans le récit de vie en sociologie et en formation.** *Informations Sociales*, n. 145, p. 68–81, jan. 2008.

PÊCHEUX, M. **Análise automática do discurso.** In: GADET, F.; HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.** Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Tradução de E. P. Orlandi et al. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, M. **Análise de discurso: Michel Pêcheux.** 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.

PÊCHEUX, M. **Análise automática do discurso.** Campinas: Pontes Editores, 2019.

.

HOMEM DE FERRO 3: UMA ANÁLISE DISCURSIVA FOUCAULTIANA SOBRE PODER, SABER E VERDADE

Lucas Gois Santos¹³⁴

O presente trabalho insere-se no campo dos Estudos Discursivos Foucaultianos e resulta de uma pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq), vinculada à Universidade Federal de Sergipe. A investigação tem como objeto de estudo o filme *Homem de Ferro 3* (2013), último da trilogia protagonizada por Tony Stark no Universo Cinematográfico Marvel (UCM).

A escolha por essa materialidade fílmica decorre da relevância cultural e social que os filmes da Marvel possuem, funcionando como dispositivos de propagação de discursos contemporâneos. A pesquisa dá continuidade a trabalhos anteriores realizados sobre *Homem de Ferro 1* e *Homem de Ferro 2*, nos quais foram mobilizados conceitos foucaultianos acerca das relações entre poder, saber e verdade. Nessas análises, observou-se como os discursos presentes nos filmes dialogam com racionalidades neoliberais, com a privatização da paz mundial e com a construção de subjetividades atravessadas por práticas políticas e sociais.

No caso de *Homem de Ferro 3*, a narrativa apresenta novos elementos discursivos que merecem ser investigados. O filme não apenas encerra um arco narrativo, mas também atualiza debates sobre tecnologia, poder armamentista, terrorismo, saúde mental e empoderamento feminino, temas que se articulam com questões históricas e políticas. Assim, a análise proposta busca

¹³⁴ Licenciado em Letras Português (UFS) e Pós-graduando em Educação à Distância na Educação Profissional e Tecnológica (IFS), Universidade Federal de Sergipe. lucasgois395@gmail.com

compreender como esses discursos se materializam e quais efeitos de sentido produzem nos espectadores.

A fundamentação teórica mobilizada parte dos conceitos de Michel Foucault, especialmente aqueles relacionados ao poder, saber e verdade. Conforme o filósofo, o poder não deve ser entendido apenas como repressão, mas como algo produtivo, que atravessa práticas sociais e discursos (FOUCAULT, 2008). Nesse sentido, o discurso cinematográfico é compreendido como prática cultural que participa da produção de verdades e da gestão da vida em sociedade.

A escolha do filme como objeto de análise também se justifica por sua relevância econômica e cultural. Lançado em 2013, *Homem de Ferro 3* alcançou bilheteria superior a 1,2 bilhões de dólares, tornando-se o segundo filme mais assistido daquele ano. Esse dado evidencia não apenas o impacto comercial da obra, mas também sua capacidade de influenciar imaginários sociais e políticos, tornando-se um campo fértil para a análise discursiva.

Além disso, a narrativa apresenta embates entre heróis e vilões que extrapolam o plano da ficção. Os conflitos entre Tony Stark e os antagonistas Killian e Maya Hansen refletem disputas reais sobre tecnologia, biotecnologia e poder político, permitindo uma leitura que conecta o universo ficcional às práticas sociais atuais. O filme, portanto, pode ser compreendido como metáfora das tensões políticas e econômicas vividas no cenário internacional.

A pesquisa insere-se nos Estudos Discursivos Foucaultianos, que compreendem o discurso como prática social e histórica. Nesse sentido, o filme é analisado não apenas como entretenimento, mas como materialidade discursiva que produz efeitos de verdade e subjetivação nos espectadores, atualizando racionalidades neoliberais e discursos de poder. A análise arqueológica permite identificar como determinados discursos emergem, se transformam e produzem efeitos de sentido.

A metodologia adotada envolve análise de sequências enunciativas selecionadas do filme, em diálogo com conceitos foucaultianos. Essa abordagem possibilita verificar como discursos políticos, sociais e tecnológicos se articulam na narrativa, revelando a produtividade do poder e sua relação com saberes armamentistas e tecnológicos. Foram realizadas leituras, fichamentos e debates em grupo de estudos, além da análise arqueológica das materialidades discursivas presentes na obra.

A mídia cinematográfica, nesse contexto, é compreendida como canal de propagação de discursos. Filmes de grande alcance, como os da Marvel, não apenas refletem valores sociais, mas também contribuem para a construção de identidades, subjetividades e modos de governar. Assim, o cinema funciona como dispositivo de poder-saber, capaz de atualizar racionalidades neoliberais e discursos políticos em escala global.

Por fim, este artigo pretende oferecer uma leitura discursiva de *Homem de Ferro 3*, destacando como o filme articula discursos políticos, sociais e tecnológicos. Reconhece-se que essa é apenas uma possibilidade de interpretação, entre tantas outras que podem ser realizadas a partir de diferentes referenciais teóricos. No entanto, ao mobilizar Foucault, busca-se evidenciar como o cinema, enquanto prática cultural, participa da produção de verdades e da gestão da vida em sociedades contemporâneas.

Referencial Teórico

O referencial teórico deste trabalho está ancorado nos estudos de Michel Foucault, especialmente em suas reflexões sobre discurso, poder, saber e verdade. A análise foucaultiana permite compreender como práticas discursivas se constituem historicamente e como produzem efeitos de sentido que atravessam sujeitos, instituições e materialidades culturais, como o cinema. Nesse sentido, o filme *Homem de Ferro 3* é tomado como dispositivo discursivo que atualiza racionalidades políticas e sociais contemporâneas.

Foucault (2003), em *A ordem do discurso*, destaca que o discurso não é apenas um conjunto de signos, mas uma prática que produz e organiza saberes. Essa perspectiva desloca a análise da linguagem para o campo das relações de poder, evidenciando que todo discurso está atravessado por mecanismos de controle, exclusão e legitimação. No caso do filme, os discursos sobre tecnologia, terrorismo e poder armamentista não se limitam à ficção, mas dialogam com práticas políticas e sociais concretas.

Em *Microfísica do poder*, Foucault (2008) argumenta que o poder não deve ser entendido apenas como repressão, mas como algo produtivo, que atravessa os corpos e as subjetividades. O poder, nesse sentido, não é localizado em uma instância única, mas circula em redes e se exerce em múltiplos pontos. Essa concepção é fundamental para compreender como a armadura de Tony Stark, enquanto tecnologia, funciona como dispositivo de poder que pode ser apropriado por diferentes sujeitos, como Pepper Potts, deslocando posições de gênero e subjetividade.

Outro conceito central é o de governamentalidade, desenvolvido por Foucault em seus cursos no Collège de France. Governar, segundo o filósofo, consiste em conduzir condutas, articulando tecnologias de dominação e tecnologias de si (Foucault, 2013). Essa noção permite compreender como o neoliberalismo, enquanto racionalidade política, não é apenas uma ideologia, mas uma tecnologia de governo que cria realidades. No filme, essa racionalidade aparece na tentativa de privatizar a paz mundial e no uso da tecnologia como instrumento de gestão da vida.

Castro (2004) reforça essa perspectiva ao afirmar que governar não se limita ao exercício político estatal, mas pode ser observado em diferentes contextos sociais, culturais e familiares. Essa ampliação do conceito de governo permite analisar como os discursos presentes em *Homem de Ferro 3* atravessam não apenas o campo político, mas também o cotidiano dos sujeitos, produzindo modos de subjetivação.

A relação entre poder e saber é outro eixo fundamental da análise. Em *Arqueologia do saber*, Foucault (2008) evidencia que o saber não é neutro, mas está sempre implicado em relações de poder. O conhecimento tecnológico e armamentista, presente no filme, exemplifica essa articulação, pois funciona como fonte de poder e como estratégia de controle. A armadura de Stark, os experimentos de Killian e Hansen e as ações do governo norte-americano ilustram como saberes científicos e tecnológicos se tornam instrumentos de dominação e resistência.

Nesse contexto, o discurso cinematográfico é compreendido como prática social que produz efeitos de verdade. Como destaca De Oliveira (2009), a constituição do sujeito em Foucault está diretamente ligada às práticas discursivas que o atravessam. Assim, os personagens do filme não são apenas figuras ficcionais, mas posições de sujeito que atualizam discursos sobre poder, vingança, tecnologia e governamentalidade.

O referencial teórico, portanto, articula os conceitos foucaultianos de discurso, poder, saber, verdade e governamentalidade para analisar *Homem de Ferro 3*. Essa abordagem permite compreender como o filme funciona como dispositivo discursivo que atualiza racionalidades neoliberais, discursos políticos e práticas sociais contemporâneas, evidenciando a produtividade do poder e seus efeitos de subjetivação.

Metodologia

A presente pesquisa adota como abordagem metodológica a análise arqueológica e discursiva de materialidades fílmicas. O objeto de estudo, o filme *Homem de Ferro 3* (2013), foi selecionado por sua relevância cultural e por atualizar debates sobre poder, saber e verdade, em consonância com os conceitos foucaultianos. A metodologia, portanto, buscou articular teoria e prática, de modo a compreender como discursos se materializam na narrativa cinematográfica e produzem efeitos de sentido nos espectadores.

Inicialmente, foram realizadas leituras sistemáticas das obras de Michel Foucault, com destaque para *A ordem do discurso* (2003), *Arqueologia do saber* (2008) e *Microfísica do poder* (2008). Essas leituras foram acompanhadas de fichamentos, resenhas e debates em grupo de estudos, permitindo a apropriação dos conceitos fundamentais para a análise. Também foram utilizados materiais complementares, como podcasts, palestras e vídeos de pesquisadores da área, ampliando a compreensão sobre os estudos discursivos.

Em seguida, procedeu-se ao estudo do corpus, que envolveu a visualização da trilogia *Homem de Ferro* e de outros filmes relacionados ao Universo Cinematográfico Marvel. Essa etapa teve como objetivo contextualizar a narrativa de *Homem de Ferro 3* e identificar recorrências discursivas presentes na franquia. A análise concentrou-se em sequências enunciativas selecionadas do filme, consideradas relevantes para a articulação entre discurso e poder.

A coleta das sequências enunciativas foi realizada a partir da observação de momentos-chave da narrativa, nos quais emergem discursos relacionados ao poder tecnológico, ao poder político e às práticas de subjetivação. Essas sequências foram transcritas e analisadas em diálogo com os conceitos foucaultianos, permitindo identificar como o discurso cinematográfico atualiza racionalidades neoliberais e práticas de governamentalidade.

A análise arqueológica consistiu em investigar as condições de possibilidade dos discursos presentes no filme, buscando compreender como eles se relacionam com práticas sociais e políticas contemporâneas. Essa abordagem permitiu evidenciar não apenas os conteúdos explícitos da narrativa, mas também os efeitos de verdade que ela produz e os modos de subjetivação que engendra.

Por fim, destaca-se que a metodologia adotada não se limita a uma descrição técnica dos procedimentos, mas reflete uma

postura crítica diante do objeto de estudo. Ao mobilizar os conceitos foucaultianos, buscou-se compreender como o cinema, enquanto prática cultural, participa da produção de discursos e da gestão da vida em sociedades contemporâneas.

Resultados e Discussões

A análise discursiva do filme *Homem de Ferro 3* permitiu identificar diferentes sequências enunciativas que evidenciam a articulação entre poder, saber e verdade. O corpus revelou como a narrativa cinematográfica atualiza racionalidades neoliberais e discursos políticos, funcionando como dispositivo de subjetivação para os espectadores.

Uma das sequências analisadas refere-se ao momento em que Pepper Potts utiliza a armadura de Tony Stark. Esse gesto evidencia que o poder tecnológico não é exclusivo do protagonista, mas pode ser apropriado por outros sujeitos. A cena, além de deslocar a posição de gênero tradicionalmente atribuída às mulheres em narrativas de super-heróis, pode ser interpretada como metáfora do empoderamento feminino. Conforme Foucault (2008), o poder circula e se exerce em múltiplos pontos, não estando restrito a uma única instância. Nesse sentido, a armadura funciona como dispositivo de poder que pode ser mobilizado por diferentes sujeitos.

Outra sequência relevante é aquela em que o governo norte-americano tenta controlar a tecnologia do Patriota. Essa cena evidencia a tentativa de apropriação estatal de saberes tecnológicos e armamentistas, refletindo práticas de governamentalidade. Como destaca Foucault (2003), o discurso está sempre atravessado por mecanismos de controle e legitimação. O filme, ao representar essa disputa, atualiza debates sobre a relação entre poder político e tecnologia, revelando como o saber científico se torna instrumento de dominação.

A narrativa também apresenta os antagonistas Killian e Maya Hansen como cientistas que manipulam o projeto Extremis. Esses personagens exemplificam o que Foucault (1997) denomina “monstro humano”, ao combinar elementos biológicos e jurídicos que perturbam regularidades sociais. A vingança que motiva suas ações evidencia como discursos de ressentimento e exclusão podem se transformar em práticas de poder, produzindo efeitos de violência e destruição.

Além disso, o filme tematiza a saúde mental de Tony Stark, que sofre crises de ansiedade e ataques de pânico. Essa dimensão discursiva revela como o poder afeta os corpos e as subjetividades, produzindo modos de existência atravessados por traumas e inseguranças. A representação da vulnerabilidade do herói desloca a narrativa tradicional de invencibilidade, permitindo uma leitura que conecta ficção e realidade social.

Outro aspecto relevante é o papel da mídia na narrativa. Os repórteres aparecem como mediadores de discursos de verdade, ainda que marcados por manipulações e mascaramentos. Essa representação dialoga com a análise foucaultiana sobre os dispositivos de poder, evidenciando como a mídia participa da produção de verdades e da gestão da vida social. O filme, nesse sentido, reflete práticas de comunicação e controle.

Os resultados da análise evidenciam que *Homem de Ferro 3* não é apenas uma obra de entretenimento, mas um dispositivo discursivo que atualiza debates sobre poder, saber e verdade. A narrativa articula discursos políticos, sociais e tecnológicos, refletindo racionalidades neoliberais e práticas de governamentalidade. O filme, portanto, funciona como metáfora das tensões contemporâneas, permitindo compreender como o cinema participa da produção de subjetividades.

Considerações Finais

A análise discursiva do filme *Homem de Ferro 3* permitiu compreender como narrativas cinematográficas funcionam como dispositivos de poder-saber, atualizando racionalidades políticas e sociais. O estudo evidenciou que o discurso presente na obra não se limita ao campo do entretenimento, mas articula elementos políticos, tecnológicos e culturais que produzem efeitos de verdade e subjetivação nos espectadores.

Os resultados mostraram que o poder tecnológico, representado pela armadura de Tony Stark, não é exclusivo do protagonista, podendo ser apropriado por outros sujeitos, como Pepper Potts. Esse deslocamento discursivo revela a circulação do poder e abre espaço para reflexões sobre gênero e empoderamento feminino. Além disso, a tentativa do governo norte-americano de controlar tecnologias armamentistas evidencia práticas de governamentalidade, em consonância com a racionalidade neoliberal descrita por Foucault.

A presença dos antagonistas Killian e Maya Hansen exemplifica discursos de vingança e manipulação biotecnológica, configurando o “monstro humano” foucaultiano, que perturba regularidades sociais e jurídicas. A narrativa também tematiza a saúde mental do herói, revelando como o poder afeta os corpos e produz modos de existência atravessados por traumas e inseguranças. Esses elementos demonstram que o filme dialoga com questões sociais atuais, como terrorismo, desigualdade e vulnerabilidade subjetiva.

Outro aspecto relevante é o papel da mídia, representada como mediadora de discursos de verdade, ainda que marcada por manipulações e mascaramentos. Essa dimensão evidencia como o cinema reflete práticas contemporâneas de comunicação e controle, reforçando a ideia de que discursos midiáticos participam da produção de verdades e da gestão da vida social.

Conclui-se, portanto, que *Homem de Ferro 3* é uma obra que, além de encerrar uma trilogia de sucesso, funciona como metáfora

das tensões políticas, sociais e econômicas vividas no cenário internacional. Ao mobilizar conceitos foucaultianos, foi possível evidenciar como o filme articula discursos sobre poder, saber e verdade, refletindo racionalidades neoliberais e práticas de governamentalidade.

Reconhece-se, contudo, que esta é apenas uma possibilidade de leitura, entre tantas outras que podem ser realizadas a partir de diferentes referenciais teóricos. O estudo abre espaço para futuras pesquisas que investiguem outras obras do Universo Cinematográfico Marvel, ampliando a compreensão sobre como o cinema participa da produção de subjetividades e da atualização de discursos políticos e sociais.

Referências Bibliográficas

CASTRO, E. **El vocabulario de Michel Foucault: un recorrido alfabético por sus temas, conceptos y autores**. 1. ed. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2004.

DE OLIVEIRA, S. R. M. **Governamentalidade e constituição do sujeito em Foucault**. 2009.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Tradução de L. F. A. Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Tradução de R. Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução de L. F. B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. **O sujeito e o poder**. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Tradução de V. Portocarrero; G. G. Carneiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013. p. 273–295.

GREGOLIN, M. do R. de F. V. **Análise do discurso com**

Michel Foucault: episódio 01 – Quem somos nós hoje?

YouTube. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=uIBfuOpNdT4>. Acesso em: 10 nov. 2023.

GREGOLIN, M. do R. de F. V. Análise do discurso com Michel Foucault: episódio 02 – Os dispositivos. YouTube.

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=IpMURaG9hYc>. Acesso em: 15 nov. 2023.

GREGOLIN, M. do R. de F. V. Discurso, história e a produção de identidades na mídia. 2016. Disponível em:

<http://geadaararaquara.blogspot.com.br/2016/04/discurso-historia-e-producao-de.html>. Acesso em: 1 ago. 2024.

GREGOLIN, M. do R. de F. V. Introdução aos estudos do discurso e a obra de Michel Foucault. YouTube. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=EUwmCxB1Tp4>.

Acesso em: 23 set. 2023.

MACHADO, R. C. de M. Michel Foucault e a diferença (Parte I). YouTube. Disponível em:

<https://youtu.be/M4gRr9mE6Ag?si=LcyV9vKamFJ5jfi0>.

Acesso em: 10 jul. 2024.

MILANEZ, N. A coragem da verdade: Foucault, aula de 01/02/1984. YouTube. Disponível em:

<https://www.youtube.com/live/CgDMaaUN60E?si=SZPapRmIo9KGXZrm>. Acesso em: 1 fev. 2024.

MILANEZ, N. A coragem da verdade: Foucault, aula de 08/02/1984. YouTube. Disponível em:

<https://www.youtube.com/live/fttHxeQwWJA?si=E2ioPIqLFbUm-Fd>. Acesso em: 8 fev. 2024.

RAGO, M. Foucault: a filosofia como modo de vida.

YouTube. Disponível em:

https://youtu.be/jw6zuBIocII?si=xv4wmFalyBmPL_JE.

Acesso em: 23 maio 2024.

RAGO, M. **Encontros com Foucault**. YouTube. Disponível em:
<https://youtu.be/Ano3FVdhnKM?si=XqNRZRtsspXR39wL>.
Acesso em: 1 ago. 2024.

DISCURSO E IDENTIDADE EM SUJEITOS COM AFASIA: ANÁLISE DE VÍDEOS DE UM CANAL DO YOUTUBE

Manuela Pereira Gomes ¹³⁵

Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo ¹³⁶

Dayvesson Deleon Bezerra da Silva ¹³⁷

A Afasia, distúrbio de linguagem decorrente de lesão cerebral, afeta profundamente a comunicação e a inserção social dos sujeitos. Diante da invisibilidade que essas experiências ainda possuem no campo acadêmico e social, esta pesquisa busca compreender como pessoas afásicas produzem sentidos em seus relatos. O problema central reside em analisar de que forma a Afasia, ao limitar a materialidade linguística, reconfigura o funcionamento discursivo dos sujeitos. Assim, o objetivo é interpretar esses discursos a partir dos pressupostos da Análise do Discurso materialista, considerando formações discursivas, condições de produção e efeitos de sentido. O corpus é composto por quatro vídeos do “Canal da Afasia”, selecionados pela clareza e diversidade de experiências. Trata-se de um estudo qualitativo e interpretativo que investiga como esses sujeitos constroem visibilidade, resistência e novos modos de significar a linguagem em condições de limitação.

¹³⁵ Doutoranda do Programa de Pós-graduação Ciências da Linguagem – PPGCL/UNICAP

¹³⁶ Professora do Programa de Pós-graduação em Ciência da Linguagem - PPGCL/UNICAP

¹³⁷ Pós-doutorando do Programa de Pós-graduação Ciências da Linguagem – PPGCL/UNICAP

Afasia: definições, impactos socio funcionais e abordagens de reabilitação

A Afasia é compreendida como um distúrbio de linguagem decorrente de lesões neurológicas, que afeta a produção e/ou compreensão da fala, leitura e escrita, embora não comprometa a inteligência do sujeito (Rosendo, et al 2022). Do ponto de vista discursivo, sua manifestação não se reduz à dimensão orgânica: ela atravessa o sujeito, sua relação com a língua e com o outro. Como afirma Azevedo (2019), o sujeito afásico vivencia problemas na linguagem oral e/ou escrita e fica submetido [...] à imposição do que é da ordem do neurológico (Azevedo, 2019), o que revela que o déficit não está na cognição ou no pensamento, mas na materialidade linguística que escapa.

Nesse contexto, a Afasia produz efeitos sociais significativos, pois rompe a expectativa ideológica de fluência, central na sociedade contemporânea. Azevedo et al. (2019) ressaltam que sujeitos afásicos e gagos frequentemente experimentam formas de “silenciamento”, resultantes da pressão por um desempenho comunicativo alinhado a normas hegemônicas de eficiência e clareza. Esses processos se relacionam ao que Orlandi (1992) denomina silêncio-limitação, quando o sujeito deseja significar, mas a palavra não se materializa. A dificuldade de circulação dos sentidos, portanto, evidencia a tensão entre intenção e formulação, como também discute Pêcheux (1995), ao destacar que o sentido sempre depende da Formação Discursiva que interpela o sujeito.

A reconstrução das práticas de linguagem, entretanto, também implica uma reinscrição subjetiva. Azevedo e Carvalho (2017) mostram que o processo de (re)constituição da escrita em sujeitos afásicos só é possível por meio da relação com o outro, que interpreta, significa e sustenta a possibilidade de dizer do sujeito. Assim, a Afasia não é apenas um fenômeno clínico, mas uma experiência discursiva que reconfigura posições-sujeito, lugares de fala e modos de significar. Essa visão amplia a compreensão do distúrbio, evidenciando a necessidade de práticas

terapêuticas e sociais mais sensíveis às condições de produção da linguagem.

Metodologia

Esta pesquisa desenvolveu-se a partir de uma abordagem qualitativa, interpretativa e fundamentada na Análise do Discurso (AD) materialista, conforme os pressupostos de Michel Pêcheux e Eni Orlandi. Foram analisados quatro vídeos publicados no canal do YouTube “*Canal da Afasia*”, selecionados pela clareza dos depoimentos, pela diversidade de contextos e pelo potencial de observação das estratégias discursivas mobilizadas pelos sujeitos afásicos.

O corpus foi composto por trechos de fala espontânea de pessoas com Afasia, considerados enquanto materialidades discursivas produzidas em condições de produção específicas, marcadas pela lesão neurológica, pelas relações sociais e pela circulação digital dos discursos. Na perspectiva da AD materialista, os enunciados foram examinados levando-se em conta as formações discursivas, os efeitos de sentido, o papel da ideologia e o modo como o sujeito afásico negocia sua posição no discurso.

A análise buscou observar como a afasia, entendida como um distúrbio da linguagem que afeta a produção e/ou compreensão verbal, reorganiza o processo de significação, exigindo adaptações linguísticas e sociais tanto do sujeito quanto de seus interlocutores. O procedimento analítico envolveu a identificação de sequências discursivas recorrentes, a descrição de suas marcas linguísticas e a interpretação dos efeitos de sentido produzidos. A metodologia, portanto, articula a observação empírica dos vídeos com a reflexão teórica da AD materialista, permitindo compreender como os sujeitos afásicos constroem sentidos, resistem ao silenciamento e reconfiguram suas formas de participação no espaço discursivo.

Resultados e discussão

A análise dos quatro vídeos do canal “Canal da Afasia” permitiu identificar regularidades discursivas que evidenciam como os sujeitos com afasia significam sua própria experiência linguística após o AVC. Nos enunciados produzidos nos vídeos — “*Afasia e AVC – ‘Quando você está falando alguma coisa você entra num labirinto’*” (Vídeo 1), “*AVC, Afasia e paciência*” (Vídeo 2), “*Dá nervoso, a gente se limita de falar com as pessoas / Afasia após AVC*” (Vídeo 3) e “*Veridiana define Afasia por AVC em 2015 / A Afasia é palavra vazia*” (Vídeo 4), observa-se a constituição de sentidos que atravessam a materialidade corporal, afetiva e histórica dos sujeitos. Esses dizeres apontam para processos de subjetivação marcados pela ruptura da linguagem como instrumento de interação social, produzindo efeitos de estranhamento, frustração e ressignificação da própria identidade.

Vídeo 1 - Afasia e AVC - “Quando você está falando alguma coisa você entra num labirinto

Quadro 1 - Sequência Discursiva (SD) da Dificuldade e Labirinto

Trecho (SD)	Análise pela ADM
"Eu acho que aqui dentro dificuldade do to. Quando você <u>tá</u> falando a uma coisa aí você entra num mérito a quando chega na metade da da daquilo..."	A dificuldade do 'to' (talvez 'todo' ou 'tudo') revela a materialidade do erro afásico. A metáfora do "mérito" (provavelmente uma substituição para "labirinto", "meio" ou "emaranhado") e, em seguida, do "chega na metade" indica a falha na predicação e a interrupção da sintaxe, que é a base da estrutura da linguagem. O sujeito é afetado na sua capacidade de "dizer tudo" e de manter a linearidade discursiva esperada pela FD da conversação fluente.
"...você entra num labirinto. ... hoje a gente se pega e não sabe citar se <u>tá</u> certo, <u>tá</u> errado..."	O "labirinto" é a imagem que o sujeito encontra para materializar a experiência do discurso afásico. O sentido do "labirinto" (perda, confusão, impossibilidade de saída) fura a F.D. da "fala transparente". É a resistência do corpo (lesão cerebral) que impede o sujeito de se reconhecer na F.D. da "fala correta" (saber se "tá certo, tá errado"), mostrando o processo de desassujeitamento parcial do falante em relação à norma ideológica da linguagem.

Fonte: Autoria própria (2025)

No quadro 1, na Sequência Discursiva da Dificuldade e Labirinto, os enunciados analisados evidenciam como a afasia afeta a relação do sujeito com a língua, manifestando-se por interrupções (“dificuldade do to”), deslizamentos lexicais (“mérito”) e repSetições truncadas (“da da daquilo”), que tornam visível a falha constitutiva do discurso, conforme Orlandi, e o funcionamento da deriva e da paráfrase descritos por Pêcheux. Esses elementos rompem a linearidade sintática e revelam um sujeito dividido, cuja tentativa de organizar o dizer se fragmenta antes de estabilizar o sentido. A metáfora do “labirinto”, mobilizada no enunciado “*você entra num labirinto... não sabe se tá certo, tá errado*”, simboliza a perda de orientação discursiva e a dificuldade de aderir à formação discursiva da “*fala correta*”, regulada por expectativas sociais de fluidez e precisão. O corpo lesionado surge como resistência material, impedindo o alinhamento total a essa norma e produzindo um movimento de desassujeitamento. Assim, o “labirinto” funciona como efeito discursivo que expressa a tensão entre o desejo de pertencimento a uma ordem linguística estável e a experiência real de um dizer marcado pela opacidade, pela instabilidade e pela impossibilidade de garantir o “bom sentido” esperado socialmente.

Quadro 2 - Sequência Discursiva (SD) da Compreensão Partida

Trecho (SD)	Análise pela ADM
"E a gente consegue mesmo a gente entender aquilo que a gente quer falar até a metade, você começa você consegue entender a idade em diante mais ou menos, né..."	A distinção entre entender a intenção ("aquilo que a gente quer falar") e executar a fala ("a idade em diante") é crucial. A compreensão interna (processos de pensamento/intenção) está intacta ou parcialmente preservada, mas a materialidade sonora/linguística não se sustenta. O discurso do sujeito se parte ao meio: há uma clareza na pré-construção (a intenção do sentido) que não se traduz na formulação discursiva, evidenciando a falha no dispositivo simbólico (a linguagem).
"Se a pessoa está entendendo é esse, a gente não consegue até o final..."	O foco se desloca da autocorreção para a interlocução. O sujeito, mesmo percebendo o próprio erro ("fazendo errado o errado"), prioriza a eficácia comunicativa ("Se a pessoa está entendendo é esse"). Aqui, há uma tentativa de realocar o lugar social do sujeito afásico, que passa a depender da interpelação (Pêcheux) e da escuta (Orlandi) do outro para validar seu dizer, em vez de depender da sua própria fluidez linguística. A incompletude ("não consegue até o final") é a marca da afasia.

Fonte: Autoria própria (2025)

No quadro 2, na Sequência Discursiva da Compreensão Partida, os enunciados analisados revelam a clivagem entre a compreensão interna do sujeito e sua capacidade reduzida de transformar essa intenção em linguagem. No trecho “*a gente entende aquilo que quer falar até a metade*”, torna-se visível a dissociação entre a pré-construção do sentido, onde a intenção permanece relativamente íntegra, e a formulação discursiva, que se fragmenta antes de alcançar continuidade. Essa ruptura expõe, nos termos de Pêcheux, a divisão constitutiva do sujeito, que compreende o que deseja dizer, mas não encontra sustentação simbólica para materializar o sentido, de modo semelhante ao que Orlandi identifica como falha na cadeia significante. A fala que “*vai só até a metade*” mostra que o problema não está na intenção, mas na

materialidade corporal e linguística que impede sua realização plena. No enunciado “*se a pessoa está entendendo é esse, a gente não consegue até o final...*”, observa-se um deslocamento decisivo: o sujeito reconhece sua incompletude enunciativa, mas passa a validar o dizer não pela correção ou fluidez, e sim pela compreensão do interlocutor. O sentido se garante na relação, não na forma. Assim, a escuta do outro torna-se condição de estabilização do enunciado, realocando o sujeito no espaço discursivo não pela norma, mas pelo vínculo comunicativo que o sustenta. Dessa forma, a Compreensão Partida evidencia que, na afasia, a produção de sentido depende menos da linearidade linguística e mais da interação que permite ao sujeito permanecer no gesto de dizer, mesmo quando sua fala não chega “até o final”.

Quadro 3 - Sequência Discursiva (SD) da Perda e Incompreensão Mútua

Trecho (SD)	Análise pela ADM
"...você se perde a gente parece e que o que está falando a pessoa não está entendendo nada e nem mesmo a gente até metade a gente consegue a entender depois e não consegue."	A ideia de perda e incompreensão mútua é o clímax da experiência afásica. O discurso se desorganiza a ponto de "a pessoa não estar entendendo nada", e o sujeito se inclui nessa incompreensão ("nem mesmo a gente... depois e não consegue"). A identificação do sujeito com sua F.D. (ser um falante coerente) é suspensa. A linguagem, que deveria ser um meio de identificação e comunhão social, torna-se um espaço de exclusão e silenciamento (no sentido de Orlandi), mesmo havendo fala.
"Se você está entendendo o que estou fazendo é errado, eu mesmo local perdendo."	O sujeito encerra com uma interpelação direta ao interlocutor, que é, ao mesmo tempo, um pedido de validação e uma confissão de perda. A fala afásica não é apenas sobre a dificuldade de articular, mas sobre a dificuldade de ser sujeito na linguagem. A afasia impõe o não-dito (o que se quer dizer, mas não se consegue) no próprio ato de dizer, tornando o sujeito um falante-em-falha, que se vê "perdendo" seu lugar na fala.

Fonte: Autoria própria (2025)

No quadro 3, a fala do sujeito afásico revela, em sua materialidade, o modo como a linguagem deixa de funcionar como evidência transparente e passa a expor sua constituição faltante. Na Sequência Discursiva da Compreensão Partida, quando afirma: *“Se a pessoa está entendendo é esse, a gente não consegue até o final...”*, observa-se um deslocamento do foco da autocorreção para a interlocução. O sujeito percebe que “faz errado o errado”, mas, em vez de tentar restabelecer uma norma linguística, ele prioriza a eficácia comunicativa: se o outro entende, então o dizer cumpre sua função. Nesse ponto, revela-se uma reconfiguração da posição-sujeito: o afásico passa a depender mais intensamente da interpelação pelo outro (Pêcheux), ou seja, da escuta, do gesto interpretativo e da validação externa de seu dizer. A incompletude do enunciado, “não consegue até o final”, não é apenas sintoma clínico, mas efeito discursivo da falha constitutiva da linguagem que, na afasia, torna-se visível.

Na Sequência Discursiva da Perda e Incompreensão Mútua, o sujeito afirma: *“você se perde... a pessoa não está entendendo nada e nem mesmo a gente... até metade a gente consegue entender, depois não consegue”*. Aqui, o ponto alto da experiência afásica aparece como desorganização discursiva que captura não apenas o interlocutor, mas o próprio falante. O sujeito admite perder-se em seu próprio dizer, rompendo com a formação discursiva que o sustentava enquanto “falante coerente”. A linguagem, que socialmente funciona como lugar de reconhecimento e pertencimento, converte-se em espaço de desencontro. O aparente paradoxo, falar, mas não significar plenamente, produz aquilo que Orlandi denomina “silenciamento”: não ausência de fala, mas impossibilidade de ocupar plenamente o lugar simbólico do sujeito falante.

Vídeo 2 - AVC, Afasia e paciência

Quadro 4 - Sequência Discursiva (SD) da Mudança de Tratamento

Trecho (SD)	Análise Conceitual (ADM)
"no começo todo mundo quer que te ajudar né... todo mundo ajuda mas depois com o decorrer do tempo ninguém que ajuda mais não faz em conta que tá que tá te ajudam mas não é..."	Esta sequência revela a atuação de duas Formações Discursivas (FDs) em conflito. Inicialmente, o sujeito é interpelado pela FD da Ajuda e do Cuidado (a solidariedade em crise). No entanto, o "decorrer do tempo" materializa a hegemonia da FD da Produtividade e da Eficiência. Esta FD, sustentada pela Ideologia do mundo do trabalho e da velocidade, não tem tempo para a lentidão imposta pela afasia. O "fazer de conta" é a materialização da hipocrisia ideológica: a sociedade simula a interpelação ("você é um sujeito de direito, vou te ajudar") mas, na prática, o assujeitamento (Pêcheux) à norma da comunicação rápida prevalece.
"...ignora ignora não é s. ele está respondendo com o que a gente tá perguntando né."	O ato de "ignorar" é a materialidade do silenciamento imposto (Orlandi). O sujeito afásico é posto em um lugar de não-escuta, onde o sentido do que ele diz não é esperado ou validado. O "ignora" não é apenas a falta de atenção, mas a recusa em reconhecer o dizer do outro como legítimo e, portanto, é um ato de violência simbólica que marginaliza o sujeito. "A ideologia interpela os indivíduos em sujeitos" (Pêcheux, 1975, p. 160 – <i>citação sugerida</i>). A ignorância rompe essa interpelação, desconstituindo o sujeito no ato comunicativo.

Fonte: Autoria própria (2025)

Na Sequência Discursiva da Mudança de Tratamento, quando o sujeito afirma: *“no começo todo mundo quer que te ajudar né... todo mundo ajuda mas depois com o decorrer do tempo ninguém que ajuda mais não... faz de conta que tá te ajudando mas não é”*, observa-se o funcionamento de duas Formações Discursivas em tensão. No início, o sujeito é interpelado pela FD do Cuidado e da Solidariedade, que produz o efeito de acolhimento diante da afasia. Contudo, à medida que “o tempo passa”, emerge a FD da Produtividade, sustentada pela ideologia da eficiência e pela lógica acelerada do mundo contemporâneo. Essa formação não admite a lentidão, a hesitação e a fragmentação do dizer afásico. O gesto enunciativo “fazer de conta” revela o mascaramento ideológico: trata-se de uma pseudoajuda que mantém a aparência de solidariedade, enquanto o sujeito é, de fato, reinscrito no assujeitamento às normas da comunicação fluida. Assim, aquilo

que inicialmente se apresentava como apoio converte-se em uma forma sutil de exclusão, onde o sujeito afásico deixa de ser reconhecido como sujeito pleno de linguagem e passa a ocupar uma posição marginal no laço social.

Quadro 5 - Sequência Discursiva (SD) da Interrupção e da Perda de Paciência

Trecho (SD)	Análise Conceitual (ADM)
"E você perde a paciência com você a de que pará..."	A expressão "de que pará" (de que para) indica que a interrupção não é uma escolha do sujeito afásico, mas uma imposição do interlocutor que "perde a paciência". Este é um momento crítico de Silenciamento Impositivo (Orlandi), onde o limite de tempo do outro define o limite do dizer. A ADM enfatizava que a condição de produção desse discurso (a necessidade de ser compreendido) é violada pelo tempo social. A paciência do interlocutor seria a "condição de possibilidade" para o sujeito afásico exercer seu direito à fala.
"a gente quer falar o que a gente e não só falavam não vem somente sob a palavra e e a gente não consegue..."	Há uma clara distinção entre a pré-construção (o que se "quer falar") e a materialidade linguística (a palavra que "não vem"). Esta é a manifestação do Silêncio-Limitação (Orlandi, 1992), onde o processo de dizibilidade é paralisado. O sujeito está preso entre a Formação Discursiva que o constitui (a língua, o saber) e o Limite imposto pela condição orgânica. A impossibilidade de acesso ao léxico (a palavra que "não vem") é a falha do mecanismo ideológico de interpelação, que promete ao sujeito o domínio de sua língua.

Fonte: Autoria própria (2025)

No quadro 5, na Sequência Discursiva da Interrupção e da Perda de Paciência, observamos no trecho *“E você perde a paciência com você a de que pará...”* o funcionamento de um silenciamento que não é produzido pelo sujeito afásico, mas pelo interlocutor. A formulação truncada *“de que pará”* marca justamente essa violência discursiva: o dizer é interrompido de fora, não por falha interna. Aqui opera o que Orlandi denomina Silenciamento Impositivo, no qual o outro, ao perder a paciência, delimita até onde o sujeito pode falar. A Análise do Discurso materialista evidencia que a “paciência” do interlocutor funciona como condição de produção do discurso do afásico: sem o tempo social necessário, sua fala não se sustenta. Assim, o limite de tempo do outro converte-se no

limite do próprio dizer, deslocando o sujeito da posição de falante legítimo para a posição de alguém cujo discurso é constantemente suspenso, regulado e contido. Trata-se, portanto, de um processo de deslegitimação discursiva, no qual a dificuldade linguística é agravada pela estrutura ideológica que regula quem pode falar, e por quanto tempo.

Na Sequência Discursiva da Interrupção e da Perda de Paciência, o enunciado *“a gente quer falar o que a gente e não só falavam não vem somente sob a palavra e a gente não consegue...”* evidencia o descompasso entre a intenção de dizer e a materialidade da língua. O sujeito marca essa cisão ao contrapor aquilo que “quer falar”, a pré-construção, o sentido que já se organiza antes da fala, à palavra que “não vem”, sinalizando o colapso da cadeia significante. Trata-se do funcionamento do que Orlandi denomina silêncio-limitação, no qual a dizibilidade é paralisada não por ausência de sentido, mas pela impossibilidade de materializá-lo linguisticamente. Nesse ponto, podemos observar a tensão entre a Formação Discursiva que sustenta o sujeito como falante competente e o limite imposto pela condição neurológica, que interrompe a interpelação ideológica prometida pela língua: a de que o sujeito teria pleno domínio de seu dizer. A falha no acesso ao léxico expõe, portanto, uma fissura no próprio processo de constituição subjetiva, o sujeito sabe, mas não consegue dizer, produzindo um lugar de fragilidade discursiva onde o sentido insiste, mas não se realiza.

Vídeo 3 - Dá nervoso, a gente se limita de falar com as pessoas/ Afasia após AVC

Quadro 6 - Sequência Discursiva (SD) da Afetividade e da Contradição Ideológica

Trecho (SD)	Análise Conceitual (ADM)
"há um nervoso se a esse em 2010. é essencial a gente enfurecida..."	O "nervoso" e o estado de "enfurecida" são a materialidade da contradição ideológica (Pêcheux). A Formação Discursiva (FD) dominante interpela o indivíduo a ser um sujeito pleno, dotado de controle sobre sua linguagem e, por extensão, sobre suas emoções. No entanto, a afasia, ao impedir a execução da fala, quebra essa interpelação. O nervoso não é apenas uma reação biológica, mas a reação do sujeito que se vê falho diante da norma social da comunicação. A fúria é a resistência do sujeito contra o seu próprio assujeitamento (a ideologia que o constitui) que o falha nesse momento.
"...aí que não sair nada..."	A frase "não sair nada" é a materialidade da impossibilidade de significação no momento em que a Ideologia exige a palavra. Segundo Pêcheux, o sentido é um efeito da FD. Quando a fala é barrada, o sentido é interrompido. O "nada" que sai é, na verdade, um Silêncio-Limitação (Orlandi), que atesta a impossibilidade de o sujeito cruzar a fronteira entre a intenção de dizer e a materialização do dito. A imitação/nervosismo aumenta em função da confluência desse silêncio.

Fonte: Autoria própria (2025)

No quadro 6, na Sequência Discursiva da Afetividade e da Contradição Ideológica, o “nervoso” e o estado de “enfurecida” materializam a contradição que atravessa o sujeito interpelado pela Formação Discursiva dominante, que o convoca a ser pleno, coerente e capaz de controlar sua linguagem, e, por consequência, suas emoções. A afasia, ao interromper a execução da fala, rompe essa interpelação e expõe o sujeito à falha em relação à norma social da comunicação. Assim, o nervoso não se reduz a uma reação biológica, mas se apresenta como efeito da percepção de inadequação diante da exigência ideológica de domínio linguístico; a fúria, por sua vez, emerge como resistência ao próprio assujeitamento que o constitui e o falha nesse momento. Essa contradição também se manifesta no enunciado “aí que não sair nada”, que revela o colapso do dizer no instante exato em que a ideologia demanda a palavra. Para Pêcheux, o sentido é sempre efeito de uma Formação Discursiva, de modo que a impossibilidade de falar interrompe não apenas a fala, mas o próprio processo de significação. Esse “nada” que sai funciona

como um silêncio-limitação (Orlandi), que não corresponde a ausência de sentido, mas à impossibilidade de transformar a intenção em formulação linguística. Impedido de ocupar o lugar de falante competente que a ideologia lhe atribui, o sujeito vivencia um aumento da carga afetiva, nervosismo, irritação, frustração, enquanto o silêncio imposto pela falha da palavra intensifica o sofrimento discursivo e evidencia a tensão entre o que se pretende significar e o que efetivamente se consegue dizer.

Quadro 7 - Sequência Discursiva (SD) da Autolimitação Social

Trecho (SD)	Análise Conceitual (ADM)
"...e a gente acaba tendo um fala uma língua que me limitando de falar com as pessoas."	Este é o ponto central da análise. O sujeito não é apenas limitado pela afasia (condição orgânica), mas é levado a se limitar ativamente ("me limitando de falar com as pessoas"). Esta autolimitação é o resultado da violência simbólica que a sociedade, através da sua FD de eficiência comunicacional, impõe ao falante. A violência é tão internalizada que o sujeito se exclui para evitar o sofrimento do fracasso comunicativo. Orlandi (1992) argumenta que o silêncio é uma condição do dizer, mas o silenciamento é a interdição imposta ao sujeito. Neste caso, o sujeito afásico adota o silenciamento como estratégia de sobrevivência.
"...a gente se limita de falar com as pessoas."	A aceitação do "se limita" define uma nova Posição-Sujeito imposta pela doença, mas reforçada pela sociedade. O sujeito, antes interpelado a falar, passa a ser interpelado a calar-se no espaço público. A afasia, assim, não é apenas uma doença individual, mas uma questão social que expõe a intolerância da FD da Comunicação Rápida e a marginalização dos sujeitos que não se encaixam nela. O não-dito do sujeito afásico torna-se um ato de resistência (ao evitar a humilhação do fracasso) e de capitulação (ao aceitar o lugar de não-falante).

Fonte: Autoria própria (2025)

No quadro 7, na Sequência Discursiva da Autolimitação Social, os enunciados “...a gente acaba tendo um fala uma língua que me limitando de falar com as pessoas” e “a gente se limita de falar com as pessoas” revelam que a restrição comunicativa do sujeito não decorre apenas da afasia como condição orgânica, mas é também um efeito da violência simbólica produzida pela Formação Discursiva dominante, centrada na eficiência e na fluidez da comunicação. A

autolimitação, “me limitando”, “se limita”, indica que o sujeito internaliza essa violência e passa a antecipar o fracasso, evitando situações de fala para não enfrentar a incompreensão, a impaciência ou o silenciamento do outro. Trata-se do que Orlandi denomina silenciamento, uma interdição que recai sobre o sujeito e que ele acaba por adotar como estratégia de sobrevivência social. Nesse processo, instaura-se uma nova posição-sujeito: antes interpelado a falar e participar, ele passa agora a ser interpelado a calar-se, ocupando o lugar do não-falante no espaço público. Assim, a afasia torna-se não apenas uma condição individual, mas uma questão social que evidencia a intolerância da FD da Comunicação Rápida e a marginalização daqueles que não se ajustam à sua norma. O silêncio que o sujeito assume simultaneamente funciona como resistência, ao evitar a exposição ao fracasso, e como capitulação, ao aceitar a posição social de quem deve se retirar da cena discursiva.

Vídeo 4 - Veridiana define Afasia por AVC em 2015/ A Afasia é palavra vazia

Quadro 8 - Sequência Discursiva (SD) da Palavra Vazia e a Crítica à Ideologia

Trecho (SD)	Análise Conceitual (ADM)
"A Afasia é palavra vazia" (Título, definindo o discurso) e "à cerca vazia em si o entendimento e a compreensão".	A expressão "palavra vazia" é uma crítica radical à Ideologia da Transparência (Pêcheux), que sustenta a crença de que a palavra é o veículo pleno e imediato do pensamento. A afasia, ao esvaziar a palavra, desmascara essa ideologia e expõe o "não-todo" do sujeito, ou seja, sua incapacidade de se constituir plenamente como falante. O sujeito afásico está em uma posição de resistência contra o Assujeitamento ideológico, pois sua materialidade orgânica o impede de se identificar com a FD da fala plena. O sentido é interrompido no seu ponto de materialização.
"...entender e compreender são difíceis. Muitas coisas são complicadas."	A repetição do termo "compreensão" (compreensão) indica que a dificuldade afásica não é apenas de expressão, mas de circulação do sentido entre sujeitos. O "complicado" é a materialização do esforço necessário para renegociar o sentido. O discurso aqui revela a contradição entre a FD da comunicação fluente e o limite imposto pelo corpo, tornando o processo de dizer uma tarefa árdua para o sujeito.

Fonte: Autoria própria (2025)

No quadro 8, na Sequência Discursiva da Palavra Vazia e da Crítica à Ideologia, o enunciado “*A Afasia é palavra vazia*” funciona como uma denúncia direta à Ideologia da Transparência Linguística, que, conforme Pêcheux, sustenta a crença de que a palavra é sempre plena de sentido e capaz de transportar o pensamento de forma imediata e estável. Ao afirmar que a palavra é “vazia”, o sujeito desestabiliza essa ideologia, revelando o “não-todo” que o constitui, a impossibilidade de se identificar plenamente com a Formação Discursiva da fala fluente. A afasia expõe, portanto, que o sentido não está dado na palavra, mas depende de uma materialidade discursiva que, nesse caso, falha justamente no ponto de sua emergência. Essa crítica se intensifica no trecho “*entender e compreender são difíceis. Muitas coisas são complicadas*”, no qual a repetição e a hesitação marcam a tensão não apenas na expressão, mas também na circulação do sentido entre sujeitos. O “complicado” materializa o esforço constante de renegociação do sentido, evidenciando a contradição entre a FD da comunicação rápida e eficiente e o limite orgânico imposto pela afasia. Nesse movimento, o discurso do sujeito mostra que o processo de dizer se torna árduo, atravessado por falhas e retomadas, revelando tanto a resistência ao assujeitamento ideológico quanto a fragilidade imposta pela condição corporal.

Quadro 9 - Sequência Discursiva (SD) da Lentidão e o Silêncio-Limitação

Trecho (SD)	Análise Conceitual (ADM)
"fico sem palavras. para explicar, para escrever."	A fragmentação e a aparente falta de conexão lógica (agramatismo) expõem a quebra da coerência sintática, norma básica da Formação Discursiva (FD) da língua. O sujeito é levado a um lugar de estranhamento (Pêcheux), onde a língua não cumpre mais sua função estruturante. A frase "sem palavras" materializa o Silêncio-Limitação (Orlandi, 1992): a intenção de dizer existe, mas a materialidade linguística está interdita, forçando o sujeito a contornar o silêncio com gestos, repetições ou fragmentos.
"são mais lento, u pouco mais lento..."	O reconhecimento da "lentidão" é a crítica ao tempo social hegemônico (a FD da Eficiência e da Rapidez). O discurso afásico é forçado a operar em um tempo próprio, que resiste à velocidade exigida pelas interações cotidianas. A lentidão é a marca do esforço na constituição do sentido. O tempo do sujeito, aqui, impõe um Silêncio-Limitação ao interlocutor, que deve esperar que o sentido se complete, o que nem sempre ocorre no contexto social.

Fonte: Autoria própria (2025)

No quadro 9, na Sequência Discursiva da Lentidão e do Silêncio-Limitação, o enunciado *"fico sem palavras. para explicar, para escrever"* evidencia, pela fragmentação e pelo agramatismo, a ruptura da coerência sintática que organiza a Formação Discursiva da língua. Aqui, o sujeito é lançado ao lugar de estranhamento descrito por Pêcheux, no qual a língua deixa de cumprir sua função estruturante, tornando-se opaca e insuficiente. A expressão "sem palavras" não indica ausência de intenção, mas a impossibilidade de materializar o dizer, configurando o Silêncio-Limitação de que fala Orlandi, um silêncio imposto pela falha da linguagem, que obriga o sujeito a buscar alternativas expressivas fragmentadas ou gestuais. Essa mesma tensão aparece quando ele afirma *"são mais lento, um pouco mais lento"*, enunciado que marca não apenas o ritmo da fala, mas uma crítica implícita ao tempo social hegemônico regido pela FD da Eficiência e da Rapidez. A afasia produz um tempo discursivo próprio, resistente à velocidade exigida pelas interações cotidianas. Assim, a lentidão deixa de ser apenas um sintoma clínico e se torna a marca da luta pela construção do sentido. Ao mesmo tempo, impõe ao interlocutor um Silêncio-

Limitação inverso: é ele quem deve esperar que a significação se complete, espera que nem sempre encontra lugar no ritmo acelerado das práticas sociais.

Considerações Finais

A análise dos quatro vídeos do *Canal da Afasia* evidencia que o discurso dos sujeitos afásicos, apesar das limitações impostas pela lesão neurológica, revela estratégias significativas de resistência, reinscrição e produção de sentidos. As Sequências Discursivas (SD) observadas permitem compreender que a afasia não elimina a possibilidade de significação; ela desloca, tensiona e reconfigura a relação entre sujeito, língua e ideologia.

Os silêncios, hesitações, rupturas sintáticas, repetições e fragmentações não devem ser interpretados como falhas, mas como materialidades discursivas que atestam a luta pela visibilidade e pela permanência no laço social. Esses movimentos discursivos demonstram que, mesmo atravessados pela limitação linguística, os sujeitos insistem em ocupar seu lugar de fala, afirmando sua identidade e demandando reconhecimento.

A pesquisa também evidencia que o funcionamento discursivo da Afasia desafia normas hegemônicas, especialmente as formações discursivas da eficiência, rapidez e linearidade da linguagem. Ao fazer isso, amplia-se a compreensão sobre o que é “dizer”, mostrando que a linguagem vai além da estrutura gramatical e inclui processos de subjetivação, historicidade e ideologia.

Do ponto de vista social e clínico, os resultados reforçam a importância de práticas que valorizem a diversidade comunicativa e que respeitem o tempo, o ritmo e as formas singulares de expressão dos sujeitos afásicos. Para a Análise do Discurso materialista, a pesquisa contribui ao evidenciar que a Afasia não é apenas uma condição neurológica, mas também um lugar de

produção de sentidos, onde o sujeito resiste, significa e se reinscreve discursivamente.

Assim, os vídeos analisados revelam que a Afasia não silencia o sujeito; ela o convoca a produzir novos modos de dizer, modos que desafiam o previsível, reposicionam sentidos e reafirmam a complexidade do funcionamento humano da linguagem.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, N. P. S. G. **Uma análise discursiva de sujeitos com afasia e gagueira.** *Revista Linguagem & Ensino*, Pelotas, v. 21, p. 433–463, 2019. DOI: 10.15210/rle.v21i0.15181.

Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/rle/article/view/15181>. Acesso em: 20 nov. 2025.

AZEVEDO, N. P. S. G.; SILVA, C. S.; MOURA, É. M. A. C.; CAVALCANTI, M. C. G. P. **A linguagem atípica e o silenciamento em afasia e gagueira: uma análise discursiva.**

Estudos da Língua(gem), Vitória da Conquista, v. 17, n. 1, p. 37–54, 2019. DOI: 10.22481/el.v17i1.5312. Disponível em:

<https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/5312>. Acesso em: 20 nov. 2025.

AZEVEDO, N. P. S. G.; CARVALHO, M. W. P. L. **A escrita na afasia: da perda à reconstituição da linguagem.** *Revista do GEL*, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 27–52, 2017. DOI:

10.21165/gel.v14i2.1595. Disponível em:

<https://revistas.gel.org.br/rg/article/view/1595>. Acesso em: 20 nov. 2025.

ROSENDO, V. Y. B.; GONÇALVES, L. F.; PAIVA, K. M.; HAAS, P. **Distúrbios da linguagem em pacientes após AVC: uma revisão sistemática.** *Revista Neurociências*, São Paulo, v. 30, p. 1–15, 2022. Disponível em:

<https://periodicos.unifesp.br/index.php/neurociencias/article/view/13851>. Acesso em: 22 nov. 2025.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**. Campinas: Unicamp, 1992.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

LINGUAGEM, AVALIAÇÃO E ENSINO: ANÁLISE FUNCIONAL E CRÍTICA DO CONTO *THE TALE OF THE THREE BROTHERS* E PROPOSTAS PARA O ENSINO DE LÍNGUA INGLESA

Lucas Goetttert¹³⁸

Isadora de Oliveira Assunção¹³⁹

A Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) é um campo de conhecimento que concebe a linguagem como um potencial de significado, realizado por um sistema de escolhas, ao invés de um conjunto de regras estáticas. Através dela, é possível compreender como a gramática e o (con)texto são essenciais para criar significado e representações de mundo em nossos discursos. (Halliday, 1985, p.4). Dessa forma, com essa lente, torna-se possível revelar como escolhas léxico-gramaticais carregam valorações positivas ou negativas, permitindo identificar ideologias do autor ou falante no discurso. (Fairclough, 2003)

Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo apresentar uma análise do contexto de linguagem do conto *The Tale of the Three Brothers* (O Conto dos Três Irmãos), a partir da Análise Crítica do Discurso (ACD). Nosso estudo, de natureza qualitativa, originou-se a partir de investigações teóricas sobre a funcionalidade da língua e os conceitos de leitura crítica e foi desenvolvido durante as disciplinas “Gramática Funcional da Língua Inglesa” (2024/2), e “Análise Crítica do Discurso em Língua Inglesa” (2025/1) respectivamente. Essa análise buscou identificar evidências léxico-gramaticais salientes na narrativa que pudessem ser incorporadas

¹³⁸ Graduando em Licenciatura em Letras - Inglês e Literaturas de Língua Inglesa/ UFSM. lucas.goetttert@acad.ufsm.br

¹³⁹ Graduanda em Licenciatura em Letras - Inglês e Literaturas de Língua Inglesa/ UFSM. isadora.assuncao@ufsm.br

em aulas de língua inglesa, considerando um contexto escolar específico, abordado em nossa seção seguinte.

Durante o período de observações do estágio obrigatório, que aconteceu em uma turma de sétimo ano de uma escola municipal de Santa Maria, no semestre 2024/2, observamos que os alunos geralmente não participavam voluntariamente das aulas. Isso acontecia, possivelmente, por conta de uma insegurança com o uso oral da língua inglesa. Além disso, ao conversar com eles, foi possível notar que os alunos ficavam entusiasmados com atividades que se distanciavam das tradicionais aulas com livros didáticos, o que foi confirmado na aplicação de um questionário diagnóstico, onde uma das perguntas era: “Você tem alguma sugestão para melhorar sua experiência nas aulas de inglês? Quais?”. Nele, recebemos sugestões dos alunos de criar atividades diferentes e interativas que incluíssem jogos, livros, peças de teatro e filmes.

Com base nesse contexto e alinhando-se às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que preconiza o contato com a diversidade cultural e o engajamento discente, consideramos necessário criar um projeto de ensino com atividades envolventes, a fim de englobar seus gostos pessoais, fazê-los se sentir mais à vontade para participar e interagir em aula, o que levou à escolha de um texto do universo de Harry Potter.

O corpus

O corpus escolhido é um conto pertencente ao livro intitulado “Os Contos de Beedle, o Bardo”, escrito pela autora J. K. Rowling, autora também dos livros de Harry Potter. No questionário para a turma, muitos alunos demonstraram interesse por Harry Potter, mas também por mistério, então escolhemos um texto que atendesse a ambas as necessidades. A história se passa no mesmo universo, mas tem um tom mais sombrio e uma estrutura de fábula clássica, rica em elementos morais.

O texto¹⁴⁰ conta a história de três irmãos que encontram a Morte enquanto tentam atravessar um rio. Fascinada e irritada pela forma como os irmãos usaram magia para evitar o perigo, a Morte oferece um presente a cada um deles. O primeiro irmão desejava poder, então a Morte lhe deu a Varinha das Varinhas, a varinha mais poderosa de todas. O segundo queria ver pessoas que já haviam falecido, então a Morte lhe deu a Pedra da Ressurreição. Por fim, o último irmão desejou algo que não permitisse que a Morte o encontrasse e recebeu sua Capa da Invisibilidade.

Análise Crítica do Discurso: Análise da presença de avaliação no corpus

Fairclough (2003, p. 171) define avaliação como a manifestação discursiva de atitudes, julgamentos ou valores que refletem posicionamentos ideológicos e contribuem para a construção e o questionamento de significados sociais no discurso. Existem quatro tipos de avaliações definidas por Fairclough (2003).

Neste trabalho, vamos nos concentrar nos dois tipos que aparecem no corpus. O primeiro tipo diz respeito à avaliação explícita do que é bom e do que é ruim, trazendo avaliações positivas ou negativas a fim de moldar o texto de acordo com as representações do mundo de acordo com o que o autor/falante considera desejável e/ou indesejável. Esses tipos de avaliação são chamados de *Evaluative Statements* (Declarações Avaliativas). Elas são mais facilmente identificadas através de adjetivos de qualidade e também podem se manifestar como advérbios avaliativos ou até mesmo verbos. O segundo tipo de avaliação diz respeito a casos em que não há marcadores explícitos de avaliação, mas há valores implícitos ou presumidos. Nesse caso, o tipo de avaliação é chamado de *Value Assumptions* (Suposições de Valor).

¹⁴⁰ O texto está disponível em: <https://onceuponabook.home.blog/wp-content/uploads/2019/01/hp-09-the-tales-of-beedle-the-bard.pdf>

Nos parágrafos introdutórios da história, quando os três irmãos escapam da Morte, a autora faz quatro declarações avaliativas explícitas e uma implícita sobre os personagens:

1. “But Death was **cunning**.”
2. “So, the oldest brother, who was a **combative** man, [...]”
3. “Then the second brother, who was an **arrogant man**, [...]”
4. “[...] he **wanted to humiliate** Death still further, [...]”
5. “A **humble** man, he (the third brother) asked for something that would enable him to go forth from that place without being followed by Death.”

A análise léxico-gramatical revela uma polarização ideológica. A Morte é adjetivada como “*cunning*” (astuta), estabelecendo-a como uma antagonista perigosa. Os irmãos mais velhos são caracterizados por lexemas de carga negativa (*combative*, *arrogant*). No quarto exemplo, a avaliação transcende o adjetivo e manifesta-se na ação do segundo irmão “*wanted to humiliate*”, indicando que a falha de caráter do personagem reside não apenas em ser arrogante, mas na intencionalidade maliciosa de suas ações. Em contraste, o terceiro irmão é introduzido com o epíteto positivo humilde (humilde).

Na segunda parte do conto, as Suposições de Valor tornam-se proeminentes. A narrativa sanciona negativamente as escolhas dos dois primeiros irmãos através de seus destinos trágicos. O primeiro é representado como mais agressivo e imprudente, e essa descrição negativa intensifica-se através de suas ações, como ao “gabar-se em voz alta”, enquanto, ao ser descrito como “embriagado”, o narrador apresenta uma imagem da irresponsabilidade de suas ações. O segundo irmão também é avaliado negativamente, ao ser retratado como “enlouquecido por

um desejo sem esperança”, como consequência de seus atos, construindo uma representação onde o mau uso do poder e a irresponsabilidade são punidos.

Finalmente, a ideologia do texto privilegia a aceitação da morte. O terceiro irmão não tenta vencê-la, mas a acolhe. Ao descrever que ele “*greeted Death as an old friend*” (cumprimentou a Morte como uma velha amiga), o texto utiliza uma metáfora de valor positivo implícito, associado à humildade e à sabedoria

A maneira como o autor apresenta suas avaliações constrói um mundo que retrata o bem e o mal. Dessa forma, as avaliações no texto, embora ocorram em um mundo fictício e sejam destinadas a personagens fictícios, acabam ensinando às crianças uma lição sobre má gestão do poder, ganância e irresponsabilidade, assemelhando-se a outras fábulas. Os dois irmãos representados negativamente enfrentaram destinos terríveis, como consequência de suas ações, enquanto o terceiro irmão, que é mostrado agindo com humildade e sabedoria e não se deixando enganar pela morte, foi retratado com um final nobre. Dessa forma, não só com a moral da história, mas considerando todos os acontecimentos da narrativa, as ideologias motivam as crianças a pensar sobre as implicações de suas ações e convidadas a refletir sobre bondade, sabedoria e simpatia, evitando valores negativos.

Pedagogicamente, essa estrutura permite trabalhar a construção ideológica de que a sabedoria apresentada no texto, apoiada pelo conteúdo de antônimos (humilde vs. arrogante).

Implicações pedagógicas

Nossa análise linguística permitiu o desenvolvimento de um conjunto de propostas didáticas que exploram o gênero da fábula para que os alunos trabalhem a interpretação textual e a criatividade, tornando possível a reimaginação do desfecho da narrativa. Nossas interpretações revelaram que a autora utiliza dos

recursos avaliativos para construir a moralidade dos personagens. Assim, nossas implicações visam traduzir esses achados em práticas de letramento crítico, permitindo que os alunos compreendam a história e também sejam capazes de avaliar a história.

A seguir, detalhamos como a sequência didática considera nossos resultados.

Considerando que nossa análise revelou uma polarização entre as avaliações atribuídas aos irmãos (arrogância vs. humildade), as atividades iniciais buscam mobilizar a avaliação do aluno, permitindo sua participação ativa ao circular o emoji que ele acredita mais combinar com a personalidade de cada irmão. Com os cognatos e antônimos, buscamos fixar o vocabulário que define o caráter moral da história, para que o aluno perceba que a escolha das palavras não foi neutra, mas que carrega uma carga negativa ou positiva para descrever a construção de mundo daquele universo.

Em sequência, para o aprofundamento crítico, as atividades propõem a categorização dos adjetivos, incentivando o uso de ferramentas de apoio, como dicionários. O objetivo é refletir os resultados de nossa análise, que os alunos reflitam e registrem que os primeiros irmãos eram lexicalmente construídos através de cargas negativas, enquanto o irmão mais novo era construído positivamente. Solicitando que os alunos busquem antônimos ou sinônimos dos adjetivos sugeridos, também ampliamos o repertório avaliativo, expandindo o vocabulário linguístico para expressar opiniões críticas.

As atividades de compreensão promovem a leitura crítica mas também exige que o aluno volte ao texto para buscar a fonte da avaliação – evidências que justifiquem suas respostas. Também, ao questionar por que apenas o terceiro irmão escapou, queremos que o aluno reflita sobre a causa e consequência encadeada pela postura humilde.

Para a produção e reimaginação, esperamos que após o aluno ser capaz de identificar e analisar avaliações no texto seja capaz de produzir suas próprias avaliações. A atividade de escrita criativa solicita nome, idade, adjetivos, objeto mágico e consequências. O objetivo pedagógico é sintetizar o aprendizado sobre a estrutura da fábula e o uso de adjetivos avaliativos. Ao criar um personagem e decidir “as consequências” de suas ações, o aluno é livre para aplicar as logicas de avaliação que aprendeu livremente, podendo criar tanto um personagem bem sucedido, desafortunado, valoroso ou inconsequente, expressando como essas qualidades morais influenciam o destino de seu personagem.

Atividades ACD: Avaliação

Para abordar a análise crítica do discurso, foram criadas mais algumas atividades do texto, com foco na avaliação e nos antônimos. Elas podem ser encontradas abaixo:

1. Circle o emoji que mais combina com cada irmão:

Irmão 1 🤔 😞 😏 😡 😬

Irmão 2 🤔 😞 😏 😡 😬

Irmão 3 🤔 😞 😏 😡 😬

(expected answer: Irmão 1 😞 ou 😡 / Irmão 2 😏 / Irmão 3 🤔)

2. No texto, o segundo irmão está sendo descrito como “arrogant”. Ela pode ser considerada uma palavra cognata, pois se parece com o português. Com base nessas informações, o que você acha que significa “arrogant” em português? Ela é um adjetivo positivo ou negativo?

(expected answer: “Arrogant” significa arrogante. É um adjetivo negativo.)

3. Já o terceiro irmão está sendo descrito como “humble” no texto. “Humble” não é uma palavra cognata, mas é um antônimo de “arrogant”, ou seja, é o contrário do outro adjetivo. Assinale a alternativa que se encaixa melhor para o significado de “humble”:

- (expected answer: d) Humilde.)

Arrogant	Greedy	Quiet
Brave	Honest	Reckless
Cruel	Humble	Sad
Cute	Jealous	Selfish
Curious	Kind	Serious
Short-tempered	Lonely	Strong
Generous	Mysterious	Wise
	Peaceful	

First Brother	Second Brother	Third Brother

First Brother	Second Brother	Third Brother
Short-tempered	Arrogant	Brave
Cruel	Selfish	Honest
Reckless	Sad	Humble
Greedy	Lonely	Wise

- 658

Ex: Wise (sábio) = Unwise (imprudente).

(expected answer: escolha pessoal das palavras, mas que seja condizente com a proposta da atividade).

6. Qual dos três irmãos da estória você gostou mais? Por quê? (personal answer.)

7. De acordo com o texto, o primeiro irmão era uma boa pessoa? Retire do texto alguma parte que evidencie isso.

(expected answer: não, ele era uma pessoa gananciosa e má. Ele se deixou levar pela ganância por portar a varinha mais poderosa de todas. Possíveis trechos: “So, the oldest brother, who was a combative man, asked for a wand more powerful than any in existence.”; “Leaving his enemy dead upon the floor, the oldest brother proceeded to an inn, [...]”.)

8. De acordo com o texto, o segundo irmão era uma boa pessoa? Em qual parte do texto ele é descrito? O que ele desejava? Ele conseguiu o que queria?

(expected answer: O segundo irmão era arrogante/egoísta. O trecho que evidencia isso é o seguinte: “Then the second brother, who was an arrogant man, decided that he wanted to humiliate Death still further, and asked for the power to recall others from Death.” Ele queria que sua amada vivesse novamente. Ele não conseguiu do jeito que ele queria, pois os mortos não pertencem ao mundo dos vivos, logo ela estava infeliz. E como consequência de suas ações ele enlouqueceu e se matou.)

9. Por que você acha que o terceiro irmão foi o único que conseguiu escapar da morte? O que ele fez? Retire do texto a parte que mostra a ação que o salvou.

(expected answer: Porque ele foi humilde e inteligente. Ele pediu uma capa da invisibilidade. O trecho que mostra isso é o seguinte: “A humble man, he asked for something that would enable him to go forth from that place without being followed by Death.”)

10. As escolhas dos irmãos foram sábias ou irresponsáveis? (expected answer: as dos dois primeiros irmãos foram imprudentes, a do terceiro foi sábia). Imagine um personagem que encontrou a morte, assim como os três irmãos encontraram na história. Qual é o nome dele? E a idade? Com a ajuda do dicionário, busque três adjetivos para descrever esse personagem. Seu personagem também irá ganhar um item mágico da Morte. Crie um objeto mágico para esse personagem. Descreva as consequências que seu personagem enfrentou devido ao uso do objeto. Use o dicionário de língua inglesa para ajudar a pesquisa.

Name: _____

Age: _____

3 Adjectives: _____

Magic object: _____

Consequences of his actions: _____

(personal answer.)

Conclusão

Conclui-se, portanto, que a narrativa não é neutra. Ela opera através de escolhas lexico-gramaticais avaliativas específicas para estabelecer a moral da história. Os adjetivos e as avaliações implícitas definem o destino dos personagens: a arrogância dos dois primeiros irmãos é linguisticamente punida, enquanto a humildade do terceiro é recompensada, guiando o leitor a alinhar-se com a moral da fábula. Acreditamos ser vital unir as teorias linguísticas com as práticas pedagógicas para preencher as comuns lacunas entre os estudos acadêmicos e a realidade da escola. Nossas interpretações revelam que a fábula é um gênero que tem alto potencial para o letramento crítico. Porém, reconhecemos que uma limitação de nossa pesquisa foi a carência de *feedback* com os estudantes para mensurar a receptividade real dos alunos.

Sugerimos para pesquisas futuras a aplicação das atividades propostas neste trabalho, seguida de coleta de dados sobre a produção textual dos alunos, para verificar como eles se apropriam dos recursos avaliativos. Além disso, seria produtivo expandir a análise para outras fábulas contemporâneas ou contos de fadas clássicos, comparando como diferentes culturas e autores utilizam recursos linguísticos para inscrever valores morais e éticos na literatura infantojuvenil.

A união entre a análise linguística e o planejamento pedagógico é fundamental para formar leitores críticos. Ao

evidenciar os movimentos avaliativos do texto, o professor tem potencial de capacitar o aluno não apenas a ler em inglês, mas a compreender como a língua é utilizada para avaliar comportamentos, construir identidades e transmitir valores sociais.

Referências bibliográficas

BATELLA, N. **Teoria do conto**. 1. ed. São Paulo: Ática, 2006.

FAIRCLOUGH, N. **Critical discourse analysis: the critical study of language**. London: Routledge, 2013.

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. **Language, context and text: aspects of language in a social semiotic perspective**. Victoria, Australia: Deakin University Press, 1985.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. **Halliday's introduction to functional grammar**. New York: Routledge, 2014.

ROWLING, J. K. **The tales of Beedle the Bard**. 1. ed. London: Bloomsbury, 2008.



ISBN: 978-65-984975-6-9

CDL

